

SÍLVIO GALLO

Licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas.
Mestre e doutor em Educação pela Unicamp.
Livre-docente em Filosofia da Educação pela Unicamp.
Professor associado da Faculdade de Educação da Unicamp.

Filosofia: *experiência do pensamento*

1ª edição

1ª impressão

2013 – São Paulo

MANUAL DO PROFESSOR



editora scipione

VOLUME ÚNICO
ENSINO MÉDIO
FILOSOFIA



editora scipione

Diretoria editorial e de conteúdo: Angélica Pizzutto Pozzani
Gerência de produção editorial: Hélia de Jesus Gonsaga
Editoria de Ciências Humanas e suas Tecnologias: Heloisa Pimentel e Beatriz de Almeida Francisco
Editora: Beatriz de Almeida Francisco
Supervisão de arte e produção: Sérgio Yutaka
Editor de arte: Eber Souza
Diagramadora: Celma Cristina Ronquini
Supervisão de criação: Didier Moraes
Design gráfico: Fonte Design (miolo e capa)
Editor de arte e criação: Rafael Vianna Leal
Revisão: Rosângela Muricy (coord.), Ana Curci, Ana Paula Chabaribery Malfa, Vanessa de Paula Santos e Gabriela Macedo de Andrade (estag.)
Supervisão de iconografia: Sílvio Kligin
Pesquisadores iconográficos: Carlos Luvizari e Evelyn Torrecilla
Cartografia: Allmaps, Juliana Medeiros de Albuquerque, e Márcio Santos de Souza
Tratamento de imagem: Cesar Wolf e Fernanda Crevin
Ilustrações: Theo Szczepanski e Douglas Galindo

Direitos desta edição cedidos à Editora Scipione S.A.
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400
6º andar e andar intermediário ala B
Freguesia do Ó – CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Tel.: 4003-3061
www.scipione.com.br/atendimento@scipione.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gallo, Sílvio
Filosofia : experiência do pensamento : volume único /
Sílvio Gallo. – 1. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.

1. Filosofia (Ensino médio) I. Título.

13-03421

CDD-107.12

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Ensino Médio 107.12

2013

ISBN 978 85262 9126 3 (AL)

ISBN 978 85262 9127 0 (PR)

Código da obra CL 712754

Uma publicação  **Abril EDUCAÇÃO**

Versão digital

Diretoria de tecnologia de educação: Ana Teresa Ralston
Gerência de desenvolvimento digital: Mário Matsukura
Gerência de inovação: Guilherme Molina
Coordenadores de tecnologia de educação: Daniella Barreto e Luiz Fernando Caprioli Pedroso
Editores de tecnologia de educação: Cristiane Buranello e Juliano Reginato
Editor de conteúdo digital: André Albert
Editores assistentes de tecnologia de educação: Aline Oliveira Bagdanavicius, Drielly Galvão Sales da Silva, José Victor de Abreu e Michelle Yara Urcci Gonçalves
Assistentes de produção de tecnologia de educação: Alexandre Marques, Gabriel Kujawski Japiassu, João Daniel Martins Bueno, Paula Pelisson Petri, Rodrigo Ferreira Silva e Saulo André Moura Ladeira
Desenvolvimento dos objetos digitais: Agência GR8, Atômica Studio, Cricket Design, Daccord e Mídias Educativas
Desenvolvimento do livro digital: Digital Pages

Apresentação

Você está começando a estudar filosofia. Não pense que ela é só mais um conjunto de informações e conteúdos que você pode decorar e esquecer depois. A filosofia é uma prática de pensamento inventada há quase três mil anos. Desde então, os seres humanos a vêm experimentando. E você também pode experimentá-la. Este livro foi pensado para isso: mediar sua experiência de pensar filosoficamente.

Ao longo das cinco unidades, você tomará contato com problemas que os filósofos vêm pensando desde a Antiguidade e com conceitos que eles foram inventando para enfrentar esses problemas. Você verá que, às vezes, os problemas permanecem, e os conceitos vão se transformando. Outras vezes, são os problemas que mudam e pedem novos conceitos.

Não se preocupe em decorar o nome de cada filósofo, das correntes filosóficas, das ideias desenvolvidas, dos conceitos formulados. Você não precisa tê-los todos na ponta da língua.

Certa vez, um filósofo afirmou que as teorias são como “caixas de ferramentas”. Quando temos um problema a ser enfrentado, procuramos na caixa uma ferramenta, ou melhor, um conceito que nos sirva. Caso nada dessa nossa caixa sirva, teremos de fazer adaptações, modificando uma ou mais ferramentas para que se tornem adequadas. Às vezes teremos até mesmo de inventar uma nova ferramenta.

Aproprie-se deste livro como uma caixa de ferramentas. Nele você encontrará muitas delas para pensar. Mas as mais importantes são as **suas** ferramentas, elaboradas com base em **sua** experiência. Por isso, faça de seu pensamento um laboratório e experimente sempre!

O autor

Conheça seu livro

Veja nestas páginas como este livro está organizado.

Abertura de unidade

Apresenta o tema da unidade, contextualizando-o brevemente na história da filosofia e relacionando-o a uma obra de arte, área do conhecimento com a qual a filosofia mantém relações bastante positivas. Traz ainda uma pequena linha do tempo, localizando nos séculos os filósofos que serão tratados na unidade.

Unidade 4

Como nos relacionamos?


É o Círculo antigo, com Platão e Aristóteles, que profunde a conexão entre filosofia e a administração da polis e dos interesses de uma comunidade. No Estado Médio, com o crescimento poder da Igreja, Agostinho faz a distinção dos poderes temporal e espiritual, e defende a separação entre o político e o religioso, mantendo a unidade da sociedade.

Dando origem ao campo político da filosofia, reconhecidos como Maquiavel e a Bíblia se desenvolvem respectivamente sobre o conflito do poder pelo príncipe e sobre o consenso moral para estabelecer leis. Também são reconhecidos os filósofos da Ilustração, como o Tratado da Educação Nacional e do contrato social de Rousseau, Hobbes, Locke e Rousseau pensaram a origem da sociedade, sua natureza e a organização da França.

No século XIX, consolidado o capitalismo monopolista e liberal, Marx, Engels e os marxistas criticaram o Estado como instrumento da burguesia para perpetuar a exploração do proletariado.

As primeiras publicações filosóficas do século XX giraram em torno da filosofia da linguagem e da democracia. Em meados dos anos 1960, Deleuze e Guattari tentaram compreender a política, o Estado e as formas totalitárias de dominação vigentes.

Em 1989, a queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria e o início de uma nova era de globalização. A queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria e o início de uma nova era de globalização.



Colocando o problema, A filosofia na história e Em busca do conceito

São as principais seções que estruturam cada capítulo. A primeira introduz a problemática que será estudada; a segunda promove sua investigação na história da filosofia; e a terceira apresenta atividades práticas a fim de estimular a prática do pensamento conceitual.

Colocando o problema

A filosofia na história

Em busca do conceito

Boxes diversos

Há quatro tipos de boxes que aparecem ao longo de cada capítulo, contendo: a **biografia dos filósofos**; a **resenha de alguns filmes**; as **citações diversas**, como trechos de textos de filósofos, músicas, poemas, etc.; e as **informações complementares** ao conteúdo estudado. Na subseção **Atividades**, há um box com orientações sobre como desenvolver uma **dissertação filosófica**.

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Manoel de Barros escreveu esse conto em 1938. Manoel de Barros escreveu esse conto em 1938. Manoel de Barros escreveu esse conto em 1938.

ANDRÉ, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2010. 54.

Primar, meu esteite filosófico, não é algo comum. É um acontecimento raro e que produz transformações em nossa vida. Quando pensamos, é lá do céu que nos vem.

Pensar e transformar o mundo.

Foi por meio da atividade do pensamento que o ser humano transformou-se e se reinventou ao longo da história. A primeira coisa do filme 2001: uma odisséia no espaço mostra como os homínidos, um grupo de primatas, descobriu o fogo e usou-o para cozinhar e para fazer ferramentas. Quando a câmera foca no rosto de um deles, o que vemos é uma expressão de medo. Como vemos no filme quando ele se é o espaço? Como vemos o meio de enfrentar o mundo, uma natureza intuída, desconhecida e cheia de perigos? A resposta encontrada pela humanidade é a ideia que mudou o conhecimento.

“O mesmo filme aborda outra medida importante. Como diz um dos heróis da saga, a ideia de um animal morto e enterrado a beira do rio. Porque que ideia mudou sua forma e a ideia? O que que ele morreu e se transforma em uma ferramenta, algo que pode ser utilizado para matar um bicho. Na primeira vez que o herói descobre isso, ele está discutindo uma forma de jogo com um grupo de outros, ele usa o moir para atacar ao inimigo. Na segunda vez que o herói descobre isso, ele se transforma em um humanoide transformado em um bicho. Quando a câmera foca no rosto de um deles, o que vemos é uma expressão de medo. Como vemos no filme quando ele se é o espaço? Como vemos o meio de enfrentar o mundo, uma natureza intuída, desconhecida e cheia de perigos? A resposta encontrada pela humanidade é a ideia que mudou o conhecimento.

A realidade é dura, enfrentamos problemas de sobrevivência em um mundo indócil, e humanos transformamos em ferramentas que dão origem a uma ferramenta, uma arma. A ferramenta desenvolvida por primatas e homínidos, com o tempo, se tornou uma ferramenta tecnológica. Também o pensamento digital de ferramentas – a tecnologia da inteligência, como os computadores e o filme *Matrix* de Keanu Reeves. Traz os dois instrumentos que utilizamos para formar o pensamento mais eficiente. Na história humana, a tecnologia da inteligência que geramos.



Phares Lévy (1916)

Phares Lévy (1916)

Em busca do conceito

Agua é um conceito. Com base no que foi estudado neste capítulo, como teremos visto a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1. Em que sentido podemos afirmar que o conceito desenvolve uma prática de “vida política”?
- 2. Analise e comente as diferenças entre o ser e o aparecer e o aparecer e o ser, no que diz respeito à ideia.
- 3. Explique, com suas próprias palavras, a afirmação de Deleuze de que a filosofia heideggeriana constrói uma “vida humana”.
- 4. Explique que, segundo Foucault, não há de fato um “estado de natureza”, uma “vida de antes” (ou ideia de si mesmo).
- 5. Por que, segundo Foucault, o resultado de si próprio é a liberdade?
- 6. Explique como o “exercício espiritual” favorece a vida política. Cite exemplos e comente.
- 7. O “exercício espiritual”, como você estudou, não é um modo de se “entender melhor” ou de “apropriar a própria vida”. Explique em que sentido isso é verdade. Quando um indivíduo se entende melhor, ele não está mais “vivo”, mas apenas “vivo”.
- 8. Explique como o “exercício espiritual” favorece a vida política. Cite exemplos e comente.

Como base na leitura do texto e do vídeo, elabore um texto que explore o conceito de “vida política” e “vida humana”.

BIOGRAFIA FILOSÓFICA

“Vida política” é um conceito que, segundo Foucault, não é um conceito de “estado de natureza”, uma “vida de antes” (ou ideia de si mesmo).

• Explique que, segundo Foucault, não há de fato um “estado de natureza”, uma “vida de antes” (ou ideia de si mesmo).

• Explique que, segundo Foucault, não há de fato um “estado de natureza”, uma “vida de antes” (ou ideia de si mesmo).

Trabalhando com textos

Subseção presente no final de *A filosofia na história*. É composta de textos escritos por filósofos em diferentes momentos da história da filosofia e de algumas questões que orientam sua leitura e exploram seus pontos essenciais.

Trabalhando com textos

Os dois textos a seguir tratam e generalizam os conceitos estudados neste capítulo. No primeiro, a questão do pensamento é articulada como a transformação. No segundo, trata-se de uma reflexão sobre o pensamento e a realidade. Para garantir unidade conceitual e a riqueza de interpretação.

Texto 1

O primeiro texto faz uso do pensamento para construir o objeto de conhecimento, o objeto, o que é o objeto. No segundo texto, o pensamento é usado para construir o objeto de conhecimento, o objeto, o que é o objeto.

Sobre os pensamentos

O pensamento é a atividade de pensamento e do pensamento conceitual. O pensamento sempre desenvolve objetos que são transformados em objetos de conhecimento. No primeiro texto, o pensamento é usado para construir o objeto de conhecimento, o objeto, o que é o objeto. No segundo texto, o pensamento é usado para construir o objeto de conhecimento, o objeto, o que é o objeto.

Agnes Heller (1920)

Agnes Heller (1920)

Sugestão de leituras e de filmes

Subseção de *Em busca do conceito*, que apresenta indicações de livros e filmes que fornecerão elementos para o exercício do pensamento conceitual.

SUJEIÇÃO DE LEITURAS E DE FILMES	
<p>Leituras</p> <p>ALDEER, Nigel. <i>O Universo de Einstein</i>. Rio de Janeiro, 1994.</p> <p>A obra apresenta as principais ideias do professor da Princeton de relatividade, tanto quanto as concepções contemporâneas sobre o Universo.</p> <p>CARLA, Fátima. <i>A cultura do Assessorato de Planos</i>. São Paulo, 2008.</p> <p>Um estudo sobre a cultura organizacional e a tecnologia da grande empresa de São Paulo.</p> <p>GLISER, Marcelo. <i>A dança de Einstein</i>. São Paulo, 2012.</p> <p>Professor de Física e de Astronomia, o autor fala de como Einstein se relacionou com a música e a ciência, e se inspirou na música para desenvolver suas teorias.</p> <p>HALPERIN, Paul. <i>O Universo e a Física</i>. Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>Um estudo sobre a física e a cultura, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>MARTEIN, Roberto de Andrade. <i>O Universo e a Física</i>. São Paulo, 2008.</p> <p>Um estudo sobre a física e a cultura, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p>	<p>FILMES</p> <p>DOT through the gift shop. Direção de Chris Smith. Estados Unidos, 2010.</p> <p>Um filme sobre o mundo da cultura pop e da música, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>DESCARTES. Direção de Roberto Rossini. São Paulo, 1994.</p> <p>Um filme sobre a vida e o pensamento de René Descartes, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>FRANKENSTEIN. Direção de Mary Shelley. Estados Unidos, 1994.</p> <p>Um filme sobre a vida e o pensamento de Mary Shelley, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>GOIANO BRUNO. Direção de Gilvan Mendes. São Paulo, 2012.</p> <p>Um filme sobre a vida e o pensamento de Bruno, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>POLLOCK. Direção de Tom Hanks. Estados Unidos, 2000.</p> <p>Um filme sobre a vida e o pensamento de Jackson Pollock, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p> <p>SOMOS. Direção de John Huston. Estados Unidos, 1994.</p> <p>Um filme sobre a vida e o pensamento de Albert Einstein, abordando temas como ciência, tecnologia, valores e ética.</p>

Fechamento de unidade

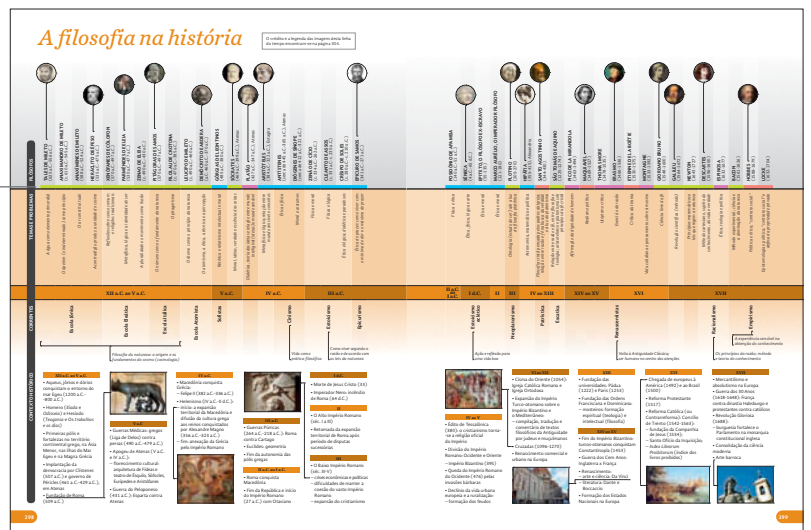
A *filosofia na história*, *Um diálogo com...* e *A filosofia no Enem e nos vestibulares* são as três seções que encerram as unidades. A primeira, que tem o mesmo nome da seção mais longa do capítulo, aprofunda o contexto histórico em que se desenvolveram determinadas produções filosóficas tratadas no texto. A segunda trabalha em conjunto com outras disciplinas que você estuda na escola. A terceira fornece atividades de provas do Enem e de vestibulares das principais universidades brasileiras.

The image shows three pages from the 'Filosofia na história' section. The top left page is titled 'A filosofia no Enem e nos vestibulares' and contains a list of questions and answers related to philosophy. The top right page is titled 'A filosofia na história' and contains a text block with a small image of a person. The bottom page is titled 'Um diálogo com sociologia, geografia e língua portuguesa' and contains a text block with a small image of a person.

A filosofia na história

No final do livro, você encontra uma linha do tempo. Ela apresenta os filósofos e seus temas e problemas, bem como as correntes filosóficas nas quais se inserem e o contexto histórico em que eles viveram. Esse material recebe o mesmo nome da seção mais longa do capítulo e de uma das seções que encerram a unidade, porque dialoga com ambas. Além de organizar o conteúdo, essa linha do tempo ajuda a localizar no livro o momento em que cada filósofo é estudado com maior relevância. Consulte-a sempre que necessário!

Essas cores indicam a unidade principal em que cada filósofo foi estudado. Relacione-as às cores de cada unidade.



Este ícone indica Objetos Educacionais Digitais relacionados aos conteúdos do livro.

Sumário

APRESENTAÇÃO, 1

CONHEÇA SEU LIVRO, 2

UNIDADE 1 Como pensamos?

1. Filosofia: o que é isso?	10	3. A ciência e a arte	35
Colocando o problema, 10 • O pensamento filosófico, 10 • A filosofia na história, 12 • A filosofia e o pensamento conceitual, 12 • A filosofia e suas origens gregas, 14 • Filosofia e opinião, 18 • <i>Trabalhando com textos</i> , 19 • <i>Em busca do conceito</i> , 20 • <i>Atividades</i> , 20 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 21		Colocando o problema, 35 • Ciência: método e conhecimento, 35 • A filosofia na história, 37 • Colocando o problema, 47 • Arte: o ser humano como criador, 47 • A filosofia na história, 48 • Arte, produção e indústria cultural, 48 • As três potências do pensamento, 51 • <i>Trabalhando com textos</i> , 52 • <i>Em busca do conceito</i> , 53 • <i>Atividades</i> , 53 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 55	
2. Filosofia e outras formas de pensar	22	A filosofia na história	56
Colocando o problema, 22 • A filosofia na história, 22 • Filosofia e mitologia, 22 • Filosofia e religião, 25 • Filosofia e senso comum, 28 • Filosofia, arte e ciência: as potências do pensamento, 30 • <i>Trabalhando com textos</i> , 31 • <i>Em busca do conceito</i> , 33 • <i>Atividades</i> , 33 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 34		Um diálogo com história e sociologia	58
		A filosofia no Enem e nos vestibulares	60

UNIDADE 2 O que somos?

1. O ser humano quer conhecer a si mesmo	64	3. Corporeidade, gênero e sexualidade: formas de ser	95
Colocando o problema, 64 • A filosofia na história, 66 • Corpo e alma, 66 • Natureza humana versus condição humana, 69 • A filosofia da existência, 73 • <i>Trabalhando com textos</i> , 77 • <i>Em busca do conceito</i> , 78 • <i>Atividades</i> , 78 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 79		Colocando o problema, 95 • A dimensão humana da corporeidade, 95 • A filosofia na história, 96 • Uma brevíssima história do corpo, aos olhos da filosofia, 96 • Novos conceitos na filosofia do corpo, 99 • Sexualidade: entre o biológico e o cultural, 101 • <i>Trabalhando com textos</i> , 105 • <i>Em busca do conceito</i> , 106 • <i>Atividades</i> , 106 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 107	
2. A linguagem e a cultura: manifestações do humano	80	A filosofia na história	108
Colocando o problema, 80 • Será a linguagem aquilo que nos faz ser o que somos?, 80 • A filosofia na história, 83 • Filosofia e linguagem na Antiguidade, 83 • A “virada linguística”, 84 • Linguagem e cultura, 88 • <i>Trabalhando com textos</i> , 91 • <i>Em busca do conceito</i> , 93 • <i>Atividades</i> , 93 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 94		Um diálogo com biologia, psicologia e sociologia	110
		A filosofia no Enem e nos vestibulares	112

UNIDADE 3 Por que e como agimos?

1. Os valores e as escolhas.....	116	<i>busca do conceito</i> , 151 • <i>Atividades</i> , 151 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 153
Colocando o problema, 116 • A filosofia na história, 118 • Platão e a universidade do valor, 118 • A historicidade dos valores, 121 • Valor, escolha e liberdade, 125 • Retomando a questão, 132 • <i>Trabalhando com textos</i> , 133 • Em busca do conceito , 134 • <i>Atividades</i> , 134 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 136		
2. Ética: por que e para quê?.....	137	
Colocando o problema, 137 • A filosofia na história, 138 • Aristóteles e a ética como ação para a felicidade, 138 • Kant e a ética como ação segundo o dever, 145 • <i>Trabalhando com textos</i> , 150 • Em		
3. A vida como construção: uma obra de arte.....	154	
Colocando o problema, 154 • A filosofia na história, 155 • Uma vida filosófica, uma filosofia de vida, 155 • O estoicismo e a busca da ataraxia, 158 • <i>Trabalhando com textos</i> , 166 • Em busca do conceito , 168 • <i>Atividades</i> , 168 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 169		
A filosofia na história.....	170	
Um diálogo com sociologia e história.....	172	
A filosofia no Enem e nos vestibulares.....	174	

UNIDADE 4 Como nos relacionamos?

1. Poder e política.....	178	
Colocando o problema, 178 • A filosofia na história, 180 • Poder e autoridade, 180 • O pensamento político grego, 184 • Transformações no pensamento político, 187 • <i>Trabalhando com textos</i> , 191 • Em busca do conceito , 192 • <i>Atividades</i> , 192 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 194		
2. Estado, sociedade e poder.....	195	
Colocando o problema, 195 • A filosofia na história, 197 • O Estado como contrato social, 197 • As críticas ao Estado no século XIX, 205 • <i>Trabalhando com textos</i> , 210 • Em busca do conceito , 211 • <i>Atividades</i> , 211 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 212		
3. Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle.....	214	
Colocando o problema, 214 • A filosofia na história, 215 • Hannah Arendt e a crítica aos totalitarismos, 215 • Foucault, disciplina e biopoder, 219 • Deleuze e Guattari e a revolução molecular, 222 • <i>Trabalhando com textos</i> , 227 • Em busca do conceito , 228 • <i>Atividades</i> , 228 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 230		
A filosofia na história.....	232	
Um diálogo com sociologia, geografia, história e língua portuguesa.....	234	
A filosofia no Enem e nos vestibulares.....	236	

UNIDADE 5 Problemas contemporâneos

1. Quais são os limites do conhecimento e da ciência?.....	240	
Colocando o problema, 240 • A filosofia na história, 241 • Positivismo: cientificismo e neutralidade da ciência, 241 • A tecnociência, 245 • A emergência das ciências humanas, 246 • Ciência e poder na contemporaneidade, 248 • <i>Trabalhando com textos</i> , 251 • Em busca do conceito , 252 • <i>Atividades</i> , 252 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 255		
2. Quais são os desafios políticos contemporâneos?.....	256	
Colocando o problema, 256 • A filosofia na história, 257 • Viveremos hoje sob a forma política do império?, 257 • A política como “partilha do sensível”, 262 • <i>Trabalhando com textos</i> , 267 • Em busca do conceito , 269 • <i>Atividades</i> , 269 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 273		
3. Os desafios éticos contemporâneos.....	274	
Colocando o problema, 274 • A filosofia na história, 276 • Questões de vida e de morte: elementos da bioética, 276 • Ética, empresa e sociedade: um novo tecido político?, 279 • Ética e questões ambientais: necessitamos de um “contrato natural”?, 283 • <i>Trabalhando com textos</i> , 285 • Em busca do conceito , 288 • <i>Atividades</i> , 288 • <i>Sugestão de leituras e de filmes</i> , 291		
A filosofia na história.....	292	
Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa.....	294	
A filosofia no Enem e nos vestibulares.....	296	

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA (LINHA DO TEMPO), 298

BIBLIOGRAFIA, 302

Unidade 1



VI a.C.-V a.C.

- TALES**
Mileto
- ANAXIMANDRO**
Mileto
- ANAXÍMENES**
Mileto
- PITÁGORAS**
Samos
- XENÓFANES**
Cólofon
- HERÁCLITO**
Éfeso
- PARMÊNIDES**
Eleia
- LEUCIPO**
Mileto
- ZENÃO**
Eleia

IV a.C.

- FILOLAU**
Crotona
- SÓCRATES**
Atenas
- DEMÓCRITO**
Abdera
- PLATÃO**
Atenas
- ARISTÓTELES**
Estagira

IV d.C.

- AGOSTINHO**
Hipona (Argélia)

XIII

- TOMÁS**
Aquino (Itália)

XVI

- COPÉRNICO**
Polónia
- GALILEU**
Itália
- BACON**
Inglaterra

Como pensamos?

Na Grécia antiga, em meio à intensa vida cultural, política e comercial das poleis, nasce a filosofia, uma forma de pensar conceitualmente o mundo e responder a problemas diversos de modo racional.

Uma vez que a religião, o mito e o senso comum não mais forneciam respostas satisfatórias, os primeiros filósofos buscaram uma explicação, pautada em critérios claros, demonstrativos e não dogmáticos, para as curiosidades cosmológicas, físicas e antropológicas do seu tempo.

A relação da filosofia com outros saberes é um dos traços mais fortes de sua história. Na Idade Média, por exemplo, Agostinho e Tomás de Aquino aproximaram a teologia cristã da filosofia; na modernidade, Galileu, Bacon e Newton investigaram na filosofia, na física e na ciência nascente o método perfeito.

As artes também constituem outro ponto de convergência para os interesses filosóficos. Com os pensadores da teoria crítica, como Benjamin e Adorno, veremos como a arte, sob o ponto de vista filosófico e histórico, teve sua produção e fruição modificadas pelo desenvolvimento de meios técnicos e tecnológicos num contexto capitalista, a que denominam indústria cultural.

□ O império das luzes, pintura de Rene Magritte, de 1949.

Por que essa imagem provoca tanta estranheza ao primeiro olhar? Dia e noite, céu claro e rua escura... Alguma coisa não está correta... Essa estranheza nos força a pensar. É esse mesmo tipo de estranheza e espanto frente ao mundo que provoca a filosofia. Um pensamento inquieto, que não se conforma com respostas prontas e está sempre enfrentando os problemas que nos fazem pensar. Perguntas e desafios: é disso que vive a filosofia.



Giraoudon/The Bridgeman Art Library/Keystone/Coletivo particular

XVII

HOBBS
Inglaterra
DESCARTES
França
LOCKE
Inglaterra
NEWTON
Inglaterra

XVIII

KANT
Alemanha

XIX

NIETZSCHE
Alemanha

XX

GRAMSCI
Itália
BENJAMIN
Alemanha
HORKHEIMER
Alemanha
ADORNO
Alemanha

LÉVI-STRAUSS
Bélgica
FEYERABEND
Áustria
DELEUZE
França
FOUCAULT
França
GUATTARI
França

XXI

COMTE-SPONVILLE
França
LÉVY
Tunísia

1 Filosofia: o que é isso?

“
Tô

*Tô bem de baixo pra poder subir
Tô bem de cima pra poder cair
Tô dividindo pra poder sobrar
Desperdiçando pra poder faltar
Devagarinho pra poder caber
Bem de leve pra não perdoar
Tô estudando pra saber ignorar
Eu tô aqui comendo para
vomitar*

*Eu tô te explicando
Pra te confundir
Eu tô te confundindo
Pra te esclarecer
Tô iluminado
Pra poder cegar
Tô ficando cego
Pra poder guiar*

*Suavemente pra poder rasgar
Olho fechado pra te ver melhor
Com alegria pra poder chorar
Desesperado pra ter paciência
Carinhoso pra poder ferir
Lentamente pra não atrasar
Atrás da vida pra poder morrer
Eu tô me despedindo pra poder
voltar*

ZÉ, Tom. *Tropicalista lenta luta*.
São Paulo: Publifolha, 2003. p. 188.

Colocando o problema

O PENSAMENTO FILOSÓFICO

Se pararmos para ouvir a canção “Tô”, de Tom Zé, viveremos uma genuína experiência filosófica. A letra da canção nos estimula a pensar, ao colocar em jogo uma série de situações aparentemente incongruentes: carinhoso para poder ferir; olho fechado para ver melhor; lentamente para não atrasar; desesperado para ter paciência; com alegria para poder chorar. Alguma coisa parece não se encaixar...

O pensamento filosófico é semelhante, pois acontece quando somos tirados do lugar-comum. É como se, no dia a dia, vivêssemos “no automático”, sem pensar muito naquilo que fazemos, naquilo que acontece a nossa volta. De repente, alguma coisa nos chama a atenção. Algo nos faz parar e pensar. Alguma coisa está estranha. Como na canção de Tom Zé, ou como no poema de Carlos Drummond de Andrade: “tinha uma pedra no meio do caminho”. É essa “pedra” que nos faz parar, é ela que nos atrai a atenção. É nesse momento que pensamos. Dizendo de outra maneira, pensamos quando nos deparamos com um **problema**.

Cena do filme Sociedade dos Poetas Mortos, de 1989, dirigido por Peter Weir. Com a chegada do estranho professor de Literatura, John Keating (Robin Williams), os alunos da tradicional escola Welton Academy irão passar por uma experiência de pensamento e de enfrentamento de problemas da qual jamais se esquecerão.



Everett Collection/Keystone

“

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. p. 16.

Pensar, nesse sentido filosófico, não é algo comum. É um acontecimento raro e que produz transformações em nossas vidas. Quando pensamos, já não somos mais os mesmos.

Pensar e transformar o mundo...

Foi por meio do exercício do pensamento que o ser humano transformou-se a si mesmo e ao mundo. A primeira cena do filme *2001: uma odisseia no espaço* mostra isso de forma bonita. Um grupo de hominídeos vaga pelas savanas africanas disputando poças de água para matar a sede, caçando animais para comer e sendo caçados. Quando a câmera focaliza o rosto de um deles, o que vemos é uma expressão de medo. Como sentir-se seguro quando não se é o mais forte? Como vencer o medo e enfrentar o mundo, uma natureza inóspita, desconhecida e cheia de perigos? A resposta construída pela humanidade é clara: por meio do **conhecimento**.

O mesmo filme utiliza outra metáfora interessante. Certo dia, um dos hominídeos pega um osso de um animal morto e começa a batê-lo no chão. Percebe que desse modo sua força é maior. O osso que ele encontra se transforma em uma **ferramenta**, algo que pode ser utilizado para realizar uma tarefa. Na próxima vez que o bando desse hominídeo está disputando uma fonte de água com um grupo rival, ele usa o osso para atacar os inimigos. Sua força é multiplicada pela ferramenta (que se torna uma arma) e ele vence. Exultante, o hominídeo joga o osso para o alto. Quando o osso, girando, atinge o ápice e começa a cair, transforma-se em uma espaçonave em órbita da Terra.

A metáfora é clara: enfrentando o problema da sobrevivência em um mundo inóspito, o hominídeo transformou-se em humano quando inventou uma ferramenta, uma arma. A ferramenta desenvolveu-se por séculos e milênios, convertendo-se em um sofisticado aparelho tecnológico.

Também o pensamento dispõe de ferramentas – as **tecnologias da inteligência**, como as denominou o filósofo francês **Pierre Lévy**. Trata-se dos instrumentos que utilizamos para tornar o pensamento mais eficiente. Na história humana, a tecnologia da inteligência que predominou



O filme *2001: uma odisseia no espaço* narra a história de um enigma que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Em busca de uma resposta, uma equipe de astronautas é enviada a Júpiter. A bordo da mais moderna e tecnológica nave espacial, a Discovery, controlada pelo supercomputador HAL 9000, os astronautas querem investigar um fenômeno estranho que pode lhes conduzir ao esclarecimento do enigma

2001: uma odisseia no espaço. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos/Grã-Bretanha, 1968. (142 min).



MGM/Album/Latinstock

Cena do filme *2001: uma odisseia no espaço*, em que o hominídeo inventa uma técnica por meio do uso instrumental de um pedaço de osso.

Pierre Lévy (1956-)



Ormuзд Alves/Folhapress

Pierre Lévy, em foto de 1996.

Filósofo francês nascido na Tunísia. Dedicou-se aos campos da comunicação e da informática, estudando seus impactos no pensamento. É autor de diversos livros, entre eles *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, publicado no Brasil em 1993.

Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.)



De Agostini
Picture Library/
The Bridgeman Art
Library
Musée de la Ville de
Paris, França

*Aristóteles, em
escultura feita
em mármore
entre os séculos
I e II d.C.*

Nascido na cidade de Estagira, na Grécia, ainda jovem mudou-se para Atenas, onde estudou com o também filósofo grego Platão (427 a.C.-347 a.C.). Foi professor de Alexandre, que se tornaria imperador da Macedônia e, ao conquistar boa parte do mundo antigo, ficaria conhecido como Alexandre, o Grande.

Em Atenas Aristóteles fundou uma escola, o Liceu, onde ensinava filosofia. Vários de seus livros foram escritos para suas aulas, ou se originaram de anotações de seus alunos.

Escreveu sobre ética, política, física, lógica, psicologia, biologia, retórica e poética, entre outros temas, e produziu uma das obras mais completas da Antiguidade.

FACULDADE RACIONAL



Lisa F. Young/Shutterstock/Glow Images

*Segundo
Aristóteles, é o
uso da faculdade
racional da alma
que nos permite
pensar.*

Aristóteles afirma que a alma humana é dotada de várias faculdades, ou capacidades. Dentre elas, a faculdade racional ou intelectual é a que torna os seres humanos aptos ao pensamento.

Por isso mesmo, segundo o filósofo, é a mais importante, pois nos diferencia de todos os outros seres da natureza.

Mais adiante estudaremos outras faculdades.

inicialmente foi a **oralidade**, isto é, a comunicação por meio da palavra falada; em determinado momento criou-se a **escrita** (que teria um desdobramento importante com a invenção da imprensa); e mais recentemente a **informática**. Essas tecnologias interferem diretamente no modo como pensamos. A forma de pensar durante uma conversa oral é diferente da que ocorre em uma comunicação escrita, por exemplo.

Procurando enfrentar seus problemas, os seres humanos utilizaram as tecnologias da inteligência para elaborar diferentes tipos de conhecimento. A filosofia é um deles.

Em que a filosofia se diferencia dos demais saberes? Se todos são resultado do exercício do pensamento, o que há de específico na filosofia?

O que distingue a filosofia são seus instrumentos e aquilo que ela produz: os conceitos.

A filosofia na história

A FILOSOFIA E O PENSAMENTO CONCEITUAL

A filosofia já foi definida de várias maneiras. A palavra, de origem grega, é composta de *phílos*, que designa o ‘amigo, amante’; e *sophía*, que significa ‘sabedoria’. O significado de filosofia, portanto, é amor ou amizade pela sabedoria. Se a filosofia é um amor pela sabedoria, isso quer dizer que ela não é “a” sabedoria, mas sim uma relação com o saber, que implica um movimento de construção e de busca da sabedoria.

O filósofo **Aristóteles** definiu o ser humano como um “animal portador da palavra, que pensa”, isto é, um “animal racional”. Segundo ele, “a filosofia é a atividade mais digna de ser escolhida pelos homens”, uma vez que nela o ser humano exercita sua *faculdade racional*. É também uma atividade capaz de proporcionar a felicidade, pois vivendo filosoficamente o ser humano está vivendo de acordo com sua própria natureza.

A filosofia é, portanto, um movimento daquele que **não sabe** em direção a um **saber**; é uma vontade de conhecer a si mesmo e ao mundo.

Dois perspectivas da filosofia

O filósofo contemporâneo **Michel Foucault** procurou mostrar que há duas formas de compreender a filosofia:

- como busca da sabedoria, entendendo o conhecimento como algo que vem de fora;
- como um trabalho de cada um sobre si mesmo, um modo de construir a própria vida.

No primeiro caso, a filosofia é a busca de um saber que está fora de cada um de nós. No segundo, é uma prática de vida, um pensamento sobre nós mesmos, um modo de fazermos com que nossa vida seja me-

lhor. Essa segunda noção é também uma busca, mas não de algo que está fora de nós. É uma busca por nos tornarmos melhores pelas práticas cotidianas que certos filósofos denominam exercícios espirituais. Um exemplo de exercício espiritual seria o hábito de escrever um diário. Ao relatar os acontecimentos e as sensações do dia a dia, temos oportunidade de refletir sobre eles e, assim, de nos conhecermos melhor.

Essas duas visões levam a uma terceira: o pensamento filosófico como uma reflexão interna que questiona todos os conhecimentos vindos de fora. Pensar filosoficamente é, portanto, refletir sobre os mais diversos problemas e situações “partindo do zero”, ou seja, sem aceitar automaticamente os conhecimentos recebidos.

Na reflexão em busca do conhecimento, a filosofia elabora **conceitos**. Para começar a compreender o que são conceitos, pense no que significa para você a ideia de democracia. Faça a você mesmo algumas perguntas:

- O que é democracia?
- A que contextos ela se aplica?
- As relações familiares em que vivo são democráticas? E na escola?
- Deve haver um limite para a liberdade democrática?
- Será que a democracia tem alguma relação com a filosofia?
- A ideia de democracia é algo pronto e definitivo ou muda conforme o lugar e a época?

Ao fazer a si mesmo essas perguntas, você está praticando a reflexão filosófica e reunindo elementos que podem ajudá-lo a elaborar um conceito, o conceito de democracia. Nos dicionários e enciclopédias, é possível encontrar muitas definições da palavra democracia. O conceito é algo diferente, é uma elaboração própria, que envolve reflexão e modifica quem a realiza.

Os conceitos não estão prontos e acabados, mas estão sempre sendo criados e recriados de acordo com as circunstâncias, de acordo com as necessidades, dependendo dos problemas enfrentados a cada momento. Cada filósofo cria seus próprios conceitos ou recria conceitos de outros filósofos. Ao criar ou recriar conceitos, o filósofo está também agindo sobre si mesmo, criando a si mesmo, construindo sua vida.

“

A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 10.

Mas isso não significa que apenas alguns privilegiados possam praticar a filosofia. Segundo o filósofo italiano **Antonio Gramsci**, “todos os homens são filósofos”, na medida em que todo ser humano, de uma forma mais ou menos intensa e duradoura, pensa sobre os problemas que enfrenta em sua vida. De certo modo, todo ser humano se utiliza de conceitos, ou até mesmo os formula, em alguns momentos de sua vida.

Michel Foucault (1926-1984)



Jean Pierre Fouche/Gamma-Rapho/ Getty Images

Michel Foucault, em foto de 1967.

Pensador francês que se dedicou a vários campos do conhecimento, como a filosofia, a história e a psicologia. Entre 1970 e 1984 foi professor no Collège de France, uma das instituições de maior prestígio naquele país. Escreveu sobre vários assuntos, entre eles a sexualidade, a loucura e as instituições disciplinares, como a prisão e a escola. Em seus últimos anos de vida, dedicou-se a estudar a filosofia grega antiga, preocupado com o tema da formação ética. Entre seus vários livros, destacam-se *As palavras e as coisas* e *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*.

Antonio Gramsci (1891-1937)



Mendadori Portfolio/Getty Images

Antonio Gramsci, em foto de 1930.

Jornalista e filósofo italiano. Militante comunista, passou muitos anos preso sob o governo do líder fascista Benito Mussolini. Foi na prisão que escreveu boa parte de sua obra filosófica, de crítica social e política.

Os **filósofos**, porém, dedicam-se à filosofia de modo mais intenso, fazendo dessa atividade sua profissão e sua vida. Eles problematizam diversas questões, pensam, criam conceitos, escrevem textos e livros.

Alguns desses conceitos atravessam os séculos. Embora tenham sido elaborados em outra época e em um contexto histórico diferente, podem despertar nossa reflexão e ajudar na formulação de nossos próprios conceitos. Pense, por exemplo, no conceito de felicidade. Muitos filósofos já estudaram o assunto em diferentes lugares e épocas e elaboraram os mais variados conceitos de felicidade. Esses conceitos são importantes como referência, mas não são estáticos: mudam conforme o contexto e as motivações de quem está refletindo sobre eles.

Nesta obra você vai conhecer diferentes conceitos criados pelos filósofos ao longo do tempo e poder compreender como esses conceitos podem ajudá-lo a pensar sobre sua própria vida.

A FILOSOFIA E SUAS ORIGENS GREGAS

Entre os séculos IX a.C. e VIII a.C., os gregos se expandiram para além da península grega, estabelecendo colônias importantes, como Éfeso, Mileto (situadas na Jônia, região sul da Ásia Menor), Eleia e Agrigento (na Sicília e sul da Itália, região conhecida como Magna Grécia). Foi em algumas dessas cidades, localizadas nas bordas do mundo grego, que surgiram os primeiros filósofos. Tales de Mileto (Jônia), Pitágoras de Samos (Jônia), Filolau de Crotona (Magna Grécia) e Heráclito de Éfeso (Jônia) são alguns exemplos.

GRÉCIA ANTIGA (séculos VIII a.C. a V a.C.)



Fonte: Adaptado de DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2007. p. 14.

Tales de Mileto (c. 625 a.C.-556 a.C.) é considerado o primeiro filósofo. Nasceu na região da Jônia, hoje Turquia, e era apontado como um dos sete sábios da Grécia antiga. Foi o primeiro a afirmar que há um princípio universal do qual todas as coisas derivam (que os gregos chamavam de *arkhé*) e que este princípio seria o elemento à água. Teve diversos seguidores na chamada Escola Jônica, os quais, embora concordassem com a ideia de *arkhé*, afirmavam ser ela relacionada a outro elemento que não a água.

Fundador de uma importante escola filosófica na Magna Grécia, com sede na cidade de Crotona, o filósofo e matemático Pitágoras de Samos (c. 570 a.C.-497 a.C.) se tornou muito conhecido pela enunciação de um teorema matemático que recebeu seu nome, o teorema de Pitágoras. Em seu pensamento, defendia que o Universo (em grego, *kósmos*) era regido por princípios matemáticos, sendo o número o fundamento de todas as coisas.

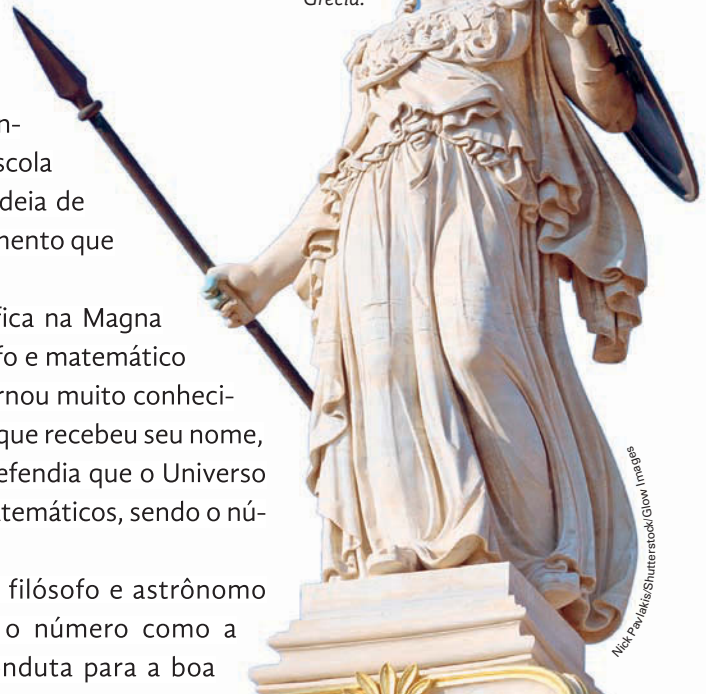
Filolau de Crotona (c. 470 a.C.-385 a.C.), filósofo e astrônomo que pertenceu à escola pitagórica defendia o número como a *arkhé* da natureza, bem como uma estrita conduta para a boa vida. No campo da astronomia, foi um dos primeiros a defender que a Terra está em movimento e não se encontra no centro do Universo, que seria ocupado por um “fogo central” sempre do lado oposto ao planeta e, por isso, não possível de ser visto pelos seres humanos. Em torno desse fogo central giravam a Terra e os demais corpos celestes.

Em Éfeso, o filósofo Heráclito (c. 535 a.C.-475 a.C.) defendia que o princípio de todas as coisas não era o número, mas sim o fogo. Assim como percebemos neste elemento incessantes movimentos e transformações, na natureza também tudo se movimenta e se transforma, baseando-se na harmonia dos contrários (quente e frio, leve e pesado, sólido e líquido, seco e úmido, etc.), organizados pelo **logos**, isto é, o princípio racional de inteligibilidade, que tudo organiza e ordena para a composição do *kósmos*.

Essa nova prática de pensamento surgida na periferia do mundo grego migrou para as cidades da península grega, em especial Atenas – cidade dedicada a Palas Atena, deusa da sabedoria –, um solo fértil para seu florescimento. É por isso que o filósofo contemporâneo **Gilles Deleuze** afirma que “os filósofos são estrangeiros, mas a filosofia é grega”.

É importante notar que a primeira palavra a surgir foi **filósofo**, que é aquele que pratica determinado tipo de investigação teórica, e só mais tarde apareceu a palavra **filosofia**, para designar a atividade deste investigador. Não se sabe ao certo quem inventou a palavra filósofo; alguns afirmam ter sido Pitágoras, outros afirmam ter sido Heráclito. Segundo a tradição, o primeiro filósofo teria sido um humilde ho-

Escultura de Atena, na entrada principal da Academia de Atenas, Grécia.



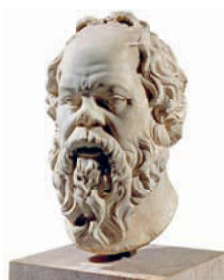
Gilles Deleuze (1925-1995)



Gilles Deleuze (esquerda), com Félix Guattari, em 1980.

Filósofo francês. Foi professor de filosofia no Ensino Médio francês e em universidades, tendo consolidado sua carreira na Universidade de Paris 8. Dedicou-se ao estudo de vários filósofos, como Hume, Nietzsche e Espinoza, mas também escreveu sobre literatura, pintura e cinema. De sua obra, destacam-se *Diferença e repetição* (1968) e seus dois livros sobre cinema: *Cinema: a imagem-movimento* (1983) e *Cinema 2: a imagem-tempo* (1985). No final da década de 1960, conheceu Félix Guattari (1930-1992), com quem produziu vários livros: *O anti-Édipo* (1972), *Kafka: por uma literatura menor* (1975), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

Sócrates (469 a.C.-399 a.C.)



The Bridgeman Art Library/Keystone/ Museu do Louvre, Paris, França.

Sócrates, em escultura, em mármore de Lysippus, de cerca de 330 a.C.

Nascido em Atenas, na Grécia, é considerado um dos filósofos mais importantes de todos os tempos. Sócrates ensinava gratuitamente em praça pública. Reorientou o enfoque da filosofia grega, antes voltada para o estudo da natureza, centrando o interesse no homem. Acusado de corromper a juventude e de renegar os deuses atenienses, foi condenado à morte por meio da ingestão de um veneno chamado cicuta. Sua produção filosófica está documentada na obra de Platão.

mem grego que se recusava a ser reconhecido como sábio – isto é, que possui um saber –, preferindo chamar-se filósofo, quer dizer, um ‘amigo da sabedoria’, alguém que deseja ser sábio, mas ainda não o é. É uma posição semelhante à do filósofo grego **Sócrates**, que afirmou no século V a.C.: “Só sei que nada sei”, percebendo e admitindo a própria ignorância.

Mas por que o modo filosófico de pensar, com a recusa de verdades prontas e a elaboração de novos conceitos, surgiu na Grécia? Para entender isso, é importante recuar no tempo e conhecer um pouco a Grécia dos séculos VII a.C. e VI a.C. Assim, ficará mais fácil compreender quem eram e como viviam os gregos daquele tempo.

- **A civilização grega antiga construiu uma cultura pluralista.** Em sua origem estão três povos (os jônios, os eólios e os dórios) que formaram uma sociedade unida pelo idioma e pelo culto aos deuses, mas que recebia influências de diversas culturas. Essa pluralidade foi um campo fértil para o desenvolvimento do teatro, da literatura, da arquitetura, da escultura e da filosofia.
- **Os gregos eram estimulados a pensar por si mesmos.** A Grécia jamais formou um império centralizado. Em vez disso, organizou-se em cidades independentes, chamadas cidades-Estado, cada uma com seu próprio governo e suas próprias leis. A política era um assunto dos cidadãos.

Entre os povos da mesma época que formaram impérios, como os egípcios, os persas e os chineses, a situação era bem diferente. Em razão da forte influência religiosa, a produção de saberes era monopólio dos sacerdotes ou de pessoas ligadas a eles, sempre em favor do imperador e visando ao controle social e à permanência no poder.

As explicações eram determinadas pela visão religiosa e não podiam ser contestadas. Até mesmo o saber prático era controlado. A matemática é um exemplo. Entre os egípcios, os sacerdotes desenvolveram um conhecimento matemático destinado a registrar e controlar os estoques de alimentos do templo, bem como a construir pirâmides. Esse conhecimento era considerado segredo religioso, e apenas os sacerdotes poderiam conhecer.

Todo esse controle tendia a impedir que as pessoas pensassem por si mesmas. Na Grécia antiga, diferentemente, estimulava-se a discussão sobre os problemas e os rumos da cidade. Tanto é que foi na cidade-Estado de Atenas que se desenvolveu a forma democrática de governo. É verdade que a sociedade grega era escravagista e que só se consideravam cidadãos os homens maiores de idade, nascidos na cidade e proprietários de terras e de bens. Na Atenas dos séculos V a.C. e IV a.C., esse grupo correspondia no máximo a 10% da população total. Mas isso já era um número muito maior de pessoas dedicando-se à política do que nos impérios antigos.



Theo Szezepanski/Arquivo da editora



- **Os gregos gostavam de discutir e polemizar.** O gosto pelo debate e pela disputa é um traço da cultura grega. Ele vem da própria constituição do povo grego, um povo de guerreiros que muitas vezes teve de se unir para combater os inimigos. Os heróis da mitologia representam esse gosto pela luta e pelo triunfo, bem como as disputas esportivas que se seguiram com a criação dos Jogos Olímpicos. A disputa de ideias fazia parte desse *espírito competitivo*. Eram comuns, na Grécia antiga, os debates em praça pública.

A filosofia é o resultado, portanto, da confluência e da interação de diferentes povos e culturas que encontram na pólis ateniense o terreno propício para o seu desenvolvimento intelectual.

Os textos filosóficos

Os primeiros filósofos gregos, em sua maioria, praticavam ensinamentos orais. Aqueles que produziram textos geralmente utilizaram a *forma poética*.

Havia também filósofos, como Sócrates, que se recusavam a escrever suas ideias. Consideravam a escrita inimiga da memória: se escrevemos, já não precisamos lembrar, e isso enfraquece o pensamento.

Em sua prática filosófica, Sócrates caminhava pelas ruas de Atenas, principalmente pela praça do mercado, onde circulava mais gente, e conversava com as pessoas. Em geral, fazia perguntas que levavam o interlocutor a cair em contradição e, em seguida, a pensar sobre a inconsistência de sua opinião, inicialmente considerada certa e verdadeira. Por isso, dizemos que sua prática era **discursiva** (baseada na fala) e **dialógica** (fundamentada no diálogo, na conversa).

Sócrates dizia que, assim como sua mãe havia sido uma parteira, que dava à luz as crianças, ele queria dar à luz as ideias. Seu estilo filosófico ficou então conhecido como **maieutica**, isto é, o 'o parto de ideias'.

Foto das ruínas de uma ágora em Atenas, capital da Grécia. Situada geralmente no coração das cidades gregas, tendo em volta o comércio e os prédios públicos, a ágora era um complexo arquitetônico aberto, destinado aos encontros, debates e outros eventos públicos.



Um exemplo do **espírito competitivo** dos gregos pode ser visto no filme *Troia*, adaptação do poema épico *Ilíada*, de Homero. No início da guerra contra Troia, quando a mãe pede a Aquiles que não vá lutar, ele responde que é mais honrado morrer lutando, como herói, do que viver como um homem comum e ter uma vida sem glória.

Troia. Direção de Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 2004. 1 DVD. (163 min).



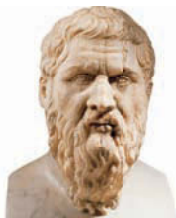
Cena do filme *Troia*, quando a mãe de Aquiles, interpretado por Brad Pitt, pede a ele que não vá lutar.



POESIA E MEMÓRIA

Na Grécia antiga, o uso da **forma poética** para escrever textos estava ligado à maior facilidade de memorização. Os textos eram transmitidos oralmente de uma geração para outra, e era muito mais fácil memorizá-los se estivessem organizados em versos com métrica e rima. Não apenas os filósofos, mas também os escritores que relataram os mitos gregos utilizaram esse recurso.

Platão (427 a.C.-347 a.C.)



G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museo Capitolino, Roma, Itália.

Platão, em escultura feita em mármore entre os séculos IV e I a.C.

Filósofo nascido em Atenas e filho de família aristocrática, era um crítico do regime democrático. Após a morte de seu mestre Sócrates, dedicou-se a escrever diálogos, difundindo suas ideias a respeito da política, da virtude, do amor, do conhecimento, da origem do Universo, entre outros assuntos. Criou uma escola em Atenas, a Academia, onde ensinou filosofia para seus discípulos, tendo sido Aristóteles o mais famoso deles. Dedicou-se a vários campos do pensamento, como a matemática e a geometria. Uma de suas contribuições mais importantes foi a construção de uma teoria das ideias, consideradas eternas e imutáveis. Seu pensamento influenciou profundamente filósofos como Plotino, Descartes e Schopenhauer, sendo ainda hoje fonte inesgotável de conhecimento.

André Comte-Sponville (1952-)



Ulf Andersen/Getty Images

André Comte-Sponville, em foto de 2011.

Filósofo francês contemporâneo. Foi professor na Universidade de Paris (Sorbonne) e desde 1998 dedica-se a escrever e a fazer conferências. É membro do Comitê Consultivo Nacional de Ética da França e autor de uma obra extensa, da qual se destacam: *Pequeno tratado das grandes virtudes* (1995) e *A felicidade, desaperadamente* (2000).

Platão, discípulo de Sócrates, resolveu homenagear o mestre escrevendo suas ideias, o que possibilitou que elas chegassem até os dias atuais. Mas, em vez de escrever em versos, como se fazia na época, elaborou **diálogos**, inaugurando uma nova forma de organizar as ideias filosóficas. Por meio dos diálogos, segundo Platão, seria possível chegar a um refinamento das ideias. O método de perguntas e respostas, para ele, permitia avançar entre contraposições e contradições, obtendo ideias cada vez mais precisas, até que se chegasse ao conhecimento verdadeiro. Esse modo de aprimorar as ideias foi denominado **dialética**.

Ainda hoje os textos filosóficos da Grécia antiga são estudados, embora restem apenas fragmentos dos textos mais antigos, anteriores à época de Sócrates, ou **pré-socráticos**, como são conhecidos. A invenção da imprensa, no século XV, facilitou a documentação e a difusão da atividade filosófica, e os meios eletrônicos de comunicação de massa expandiram ainda mais essa possibilidade. Hoje, a filosofia é discutida em diversas mídias, como em programas de televisão e *sites* da internet.

Apesar de seus 2500 anos de história, a filosofia persiste na busca de entendimento, motivada pela curiosidade e pelo desejo de compreender a vida e o mundo, sem ideias prévias, partindo sempre “do zero” – ou, nas palavras do filósofo contemporâneo francês **André Comte-Sponville**: “Filosofia é uma prática discursiva que tem a vida por objeto, a razão por meio e a felicidade por fim”.

FILOSOFIA E OPINIÃO

Qual é a sua opinião sobre a política? O que você pensa sobre a liberdade? Para você, o que é uma amizade verdadeira?

Perguntas como essas costumam surgir em rodas de conversa entre amigos. Para respondê-las, você reflete, cita exemplos, faz comparações... Mas será que está utilizando o pensamento filosófico?

Veja o que diz sobre isso o filósofo francês Gilles Deleuze: “É da opinião que vem a desgraça dos homens”. Isso porque a opinião é um pensamento subjetivo, uma ideia vaga sobre a realidade, que não tem fundamentação e na maioria das vezes nem pode ser explicada. É comum, por exemplo, alguém dizer que é contra ou a favor de determinada situação sem um motivo concreto, talvez por uma reflexão apressada, por superstição ou crença absorvida sem ponderação. “É uma questão de opinião”, justifica a pessoa. Fica claro, então, que ao emitir uma opinião você não está pensando filosoficamente.

É muito fácil manipular as opiniões das pessoas não dispostas à reflexão. Os meios de comunicação fabricam ideias e desejos por meio da propaganda e de sua grade de programação. Os ditos formadores de opinião exercem grande influência sobre o modo de pensar da sociedade e podem mudar as opiniões alheias. São as personalidades do esporte, da televisão, do teatro, os líderes religiosos e também os professores. A **indústria cultural** – expressão que designa a produção da cultura

segundo os padrões e os interesses do capitalismo, para consumo de massa – esforça-se por definir o que todos querem ler, os filmes que preferem, as músicas da moda. As respostas já vêm prontas, como nos livros de autoajuda.

A filosofia, diferentemente, é uma prática de elaboração própria de ideias. Ela também parte da opinião, mas a recusa como verdade e vai além da opinião. Busca uma reflexão mais sólida e fundamentada, por meio da qual o ser humano se realiza em sua capacidade racional. As ideias elaboradas dessa forma podem ser defendidas com argumentos consistentes. Isso não significa a posse de uma verdade única, pois a filosofia é sempre amor à sabedoria, isto é, uma busca da verdade e nunca sua posse definitiva.

Não é difícil concluir que as pessoas que pensam por si mesmas, que não se acomodam às ideias prontas e não aceitam viver no “piloto automático”, têm melhores condições de se tornar cidadãos mais atuantes, exercendo seus deveres e exigindo seus direitos na sociedade.

A prática filosófica humaniza as pessoas, tornando-as mais livres para pensar de forma crítica e criativa.



Reprodução/Arquivo da editora (direção: Jake Scott)

Cena de videoclipe da canção “Fake Plastic Trees” (‘Falsas árvores de plástico’), da banda inglesa Radiohead. Uma vez que a produção cultural passa a ser gerida massivamente segundo interesses do capitalismo, a liberdade de expressão de ideias e de críticas, própria ao âmbito da cultura, se choca contra a lógica comercial e a opinião, privilegiadas pelos meios de comunicação.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos que você lerá a seguir foram escritos em momentos diferentes da história. O primeiro deles define a atividade filosófica como uma atividade contemplativa e o segundo, como uma atividade criativa.

Texto 1

O texto abaixo corresponde a um trecho de uma carta escrita pelo filósofo grego Aristóteles, na qual ele convida Themison, rei de uma cidade do Chipre, à prática da filosofia. Na carta, ele procura construir uma série de argumentos que justifiquem a escolha de dedicar-se à filosofia. No trecho a seguir, ele argumenta em torno da necessidade do filosofar.

Por que é preciso filosofar?

*Todos admitirão que a sabedoria provém do estudo e da busca das coisas que a filosofia nos deu a capacidade [de estudar], de modo que, de uma maneira ou de outra, é preciso filosofar sem **subterfúgios**. [...]*

*Há casos em que, aceitando todos os significados de uma palavra, é possível demolir a posição sustentada pelo adversário, fazendo a referência a cada significado. Por exemplo, suponhamos que alguém diga que não é preciso filosofar: pois “filosofar” tanto quer dizer ‘procurar se é preciso filosofar ou não’, quanto ‘buscar a **contemplação filosófica**’, mostrando que essas duas atividades são próprias do homem, destruiremos por completo a posição defendida pelo adversário.*

Além do mais, há ciências que produzem todas as comodidades da vida e outras que usam as primeiras, assim como há algumas que servem e outras que prescrevem: nestas últimas, na medida em que são mais aptas a dirigir, está o que é soberanamente bom. Daí – se só a ciência que tem a retidão do julgamento, que usa a razão e que contempla o bem em sua totalidade (isto é, a filosofia) é capaz de usar todas as outras e de lhes dar prescrições conformes à natureza – ser preciso, de qualquer modo, filosofar, já que só a filosofia contém em si o julgamento correto e a sabedoria prescritiva infalível.

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção, seguido de convite à filosofia*. São Paulo: Landy, 2001. p. 150-151.

Questões sobre o texto

- 1 Segundo Aristóteles, por que é preciso filosofar?
- 2 Cite duas razões para a prática da filosofia que aparecem no texto.
- 3 Por que a filosofia é a ciência mais completa, segundo o autor do texto?

Glossário

Contemplação filosófica: ato de alcançar as ideias por meio do exercício do pensamento racional.

Subterfúgio: desculpa, evasiva, manobra para evitar dificuldades.

Texto 2

Uma vez formulada a pequena e complexa questão “O que é a filosofia?”, para chegar à resposta é preciso percorrer caminhos, buscando pistas por meio de outras indagações: “O que é o filósofo?”, “O que é o conceito?”, “Como é filosofar?”. Assim fizeram Gilles Deleuze e o psicanalista e filósofo Félix Guattari quando escreveram o livro *O que é a filosofia?*. O texto abaixo é um trecho da introdução desta obra. Observe como questionar é um ato importante para a filosofia, que serve de instrumento ao filósofo durante sua investigação.

Assim pois a questão...

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos. [...] Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia. É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência. [...] Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam. Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: “os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los. Até o presente momento, tudo somado, cada um tinha confiança em seus conceitos, como num dote miraculoso vindo de algum mundo igualmente miraculoso”, mas é necessário substituir a confiança pela desconfiança, e é dos conceitos que o filósofo deve desconfiar mais, desde que ele mesmo não os criou [...]. Platão dizia que é necessário contemplar as Ideias, mas tinha sido necessário, antes, que ele criasse o conceito de

Ideia. Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos? [...]

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

Friedrich Nietzsche (1844-1900)

Filósofo alemão. Seu pensamento contém uma crítica radical ao pensamento moderno e ao cristianismo, que ele identificava como uma “moral de rebanho”. Defendeu a filosofia como uma educação de si mesmo, um processo constante de autossuperação. Dentre suas obras destaca-se *Assim falava Zaratustra* (1883-1885), considerada por ele mesmo sua principal obra. Escreveu também muitos aforismos, um estilo deliberadamente fragmentário, que pede a reflexão e a interpretação do leitor.



Mondadori/Porofolio/Getty Images

Nietzsche, em foto de 1882.

Questões sobre o texto

- Com suas palavras, responda:
 - O que é a filosofia?
 - O que é o filósofo e qual é o seu papel na filosofia?
 - O que quer dizer a seguinte afirmação: “Não há céu para os conceitos”?
 - Por que é preciso substituir a confiança pela desconfiança dos conceitos?
 - Há algo em comum entre desconfiar dos conceitos dados e não aceitar as opiniões como certas e verdadeiras?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- Explique por que, segundo Aristóteles, a filosofia “é a atividade mais digna de ser escolhida pelos homens”.
- Cite alguns fatores que explicam o surgimento da filosofia na Grécia antiga.
- Qual é a diferença entre pensar filosoficamente e emitir uma opinião sobre determinado assunto?
- Compare as definições de filosofia apresentadas por Aristóteles e por Deleuze e Guattari nos textos da seção “Trabalhando com textos”. Aponte as semelhanças e diferenças entre elas.

- 5 Elabore uma dissertação assumindo uma posição em relação às duas concepções de filosofia acima. Você pode se colocar a favor ou contra cada uma delas ou mesmo oferecer sua própria concepção. O im-

portante é apresentar argumentos coerentes que justifiquem sua escolha. Veja na página seguinte algumas orientações sobre como desenvolver uma dissertação.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

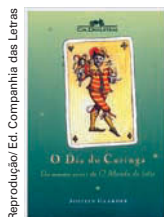
A dissertação filosófica corresponde a um discurso específico da filosofia, articulado por meio de conceitos e desenvolvido por meio de argumentos. A elaboração de dissertações filosóficas é essencial para a prática da filosofia e do pensamento crítico e autônomo.

Uma dissertação deve conter as seguintes partes:

- **introdução:** parágrafo no qual o autor anuncia as ideias que serão desenvolvidas no texto;
- **desenvolvimento:** texto central, em que as ideias apresentadas na introdução serão trabalhadas por meio de uma argumentação consistente, baseada em conhecimentos que se tem sobre o assunto, dados publicados por instituições reconhecidas, citações de outros autores, etc.;
- **conclusão:** é o encerramento da dissertação, parte em que se retomam as ideias anunciadas na introdução de forma conclusiva, considerando toda a argumentação desenvolvida no texto central.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

GAARDER, Jostein. *O dia do curinga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O livro narra as viagens de um garoto e seu pai por vários países da Europa. A aventura dos dois em busca do saber é uma bela metáfora da própria busca filosófica.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

_____. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Certo dia, a menina Sofia começa a receber cartas anônimas com perguntas sobre a existência e a realidade. Assim começa esse romance, uma forma divertida de saber um pouco mais sobre a filosofia, sua história e os principais filósofos.

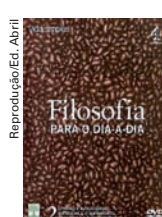


Reprodução/Ed. Lamparina

KOHAN, Walter Omar; VIGNA, Elvira. *Pensar com Sócrates*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

Uma seleção de frases de Sócrates coletadas em vários diálogos de Platão. Interessante para um primeiro contato com a filosofia e com as ideias desse pensador enigmático que foi Sócrates.

Filmes



Reprodução/Ed. Abril

Filosofia para o dia a dia. Direção do filósofo Alain de Botton. Inglaterra, 2000. 2 DVDs. Encarte da revista *Vida simples*. (144 min).

Série de televisão inglesa baseada no livro *As consolações da filosofia*, de Alain de Botton, em seis episódios. DVD 1: “Sêneca e a raiva”; “Schopenhauer e o amor”; e “Montaigne e a autoestima”. DVD 2: “Epicuro e a felicidade”; “Nietzsche e o sofrimento”; e “Sócrates e a autoconfiança”.



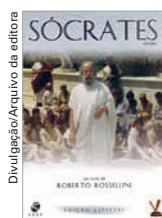
Reprodução/Ed. Abril



Divulgação/Versátil Filmes

O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. Direção de Erik Gustavson. Noruega, 2000. 1 DVD. (200 min).

Série baseada no livro *O mundo de Sofia*, escrito por Jostein Gaarder.



Divulgação/Arquivo de editora

Sócrates. Direção de Roberto Rossellini. Itália, RAI e TVE, 1971. 1 DVD. (120 min).

Os últimos momentos de Sócrates em Atenas do século V a.C., incluindo seu julgamento e a condenação à morte, assim como sua defesa e os últimos ensinamentos.

2 *Filosofia e outras formas de pensar*

Colocando o problema

Como você estudou no capítulo anterior, a filosofia é uma forma de pensamento criada com base nas tecnologias da inteligência humana. Por isso, podemos chamá-la pensamento conceitual. Mas há muitas outras formas de conhecimento, distintas da filosofia. Vamos estudar algumas neste capítulo.

A questão é que, enquanto a filosofia é um pensamento que nos desafia porque não nos dá respostas prontas e nos força sempre a pensar, há outras formas de pensamento que se caracterizam por fornecer um horizonte de conhecimentos cujo contexto não nos interrogamos.

Que formas são essas? Como a filosofia se relaciona com elas?

A filosofia na história

FILOSOFIA E MITOLOGIA

No filme *Os agentes do destino*, um candidato ao Senado norte-americano apaixona-se por uma bailarina e é afastado da garota por uma série de situações cotidianas. Quanto mais ele tenta aproximar-se dela, mais o acaso os afasta. Até que ele descobre que esse acaso pode não ser tão acaso assim...

O filme discute uma questão muito antiga: somos senhores de nossa vida ou somos controlados por forças que estão além de nosso entendimento? Há um destino traçado previamente para cada um, ou somos nós que fazemos nossa vida?

A questão do destino humano foi muito discutida na cultura grega antiga. Um exemplo é a famosa tragédia *Édipo rei*, escrita por Sófocles em aproximadamente 425 a.C., inspirada na mitologia grega. O mito conta a história de Édipo, filho de Jocasta e Laio, rei de Tebas.

Segundo uma profecia, Édipo mataria o pai e se casaria com a própria mãe. Ao saber da profecia, Laio ordena a morte do menino. Porém, o escravo que deveria matá-lo não tem coragem de executar a missão.



Baseado em um conto do escritor de ficção científica norte-americano Philip K. Dick, o filme discute o tema do destino e das escolhas que fazemos na vida.

Os agentes do destino. Direção de George Nolfi. Estados Unidos, 2011. 1 DVD. (106 min).



Cartaz do filme
Os agentes do destino.

Apenas amarra os pés da criança e a abandona no campo. Um pastor então a encontra e a leva para outra cidade, Corinto, onde é adotada pelo rei.

Já adulto, Édipo também toma conhecimento da profecia. Para evitar o destino terrível, foge de Corinto, pois acreditava ser filho dos reis dessa cidade. Na estrada, envolve-se em uma briga com um homem que vinha em uma carruagem e o mata, sem saber que se tratava do rei de Tebas, seu verdadeiro pai.

Mais adiante encontra a Esfinge, um monstro que vinha aterrorizando a população de Tebas. A fera matava todos aqueles que não conseguissem responder a determinado enigma. Édipo desvenda-o, e assim vence o monstro, que se lança no abismo. Em Tebas, recebido como herói, ele ganha como prêmio a mão de Jocasta. Cumpre-se assim seu destino.

A tragédia de Édipo mostra que o destino, tal como concebido pelos gregos do período clássico, é implacável. Não importa o que façamos para nos desviar ou fugir dele, o destino sempre nos alcança.

Mitos como o de Édipo foram criados em épocas muito antigas e não têm autoria definida. São narrativas transmitidas oralmente de uma geração para outra ao longo dos séculos, até que passaram a ser registradas na forma escrita. O *mito*, portanto, é uma narrativa fictícia e imaginada, cujo objetivo é explicar alguma coisa ou algum acontecimento.

A mitologia está ligada à religião na medida em que também narra as ações dos deuses cultuados pelos gregos antigos. Cada cidade da Grécia tinha seus “deuses preferidos”, aos quais dedicavam seus templos. Havia até mesmo deuses de uma única cidade, desconhecidos em outras. Isso porque as cidades gregas eram autônomas e a cultura grega era ampla e aberta.

Assim, a mitologia não é uma religião sistemática e institucionalizada, mas uma espécie de religiosidade aberta e mutante. Sofreu transformações ao longo do tempo, de acordo com novas influências culturais. Chegou a incorporar ideias contraditórias entre si ou versões muito diferentes da mesma história.

No século VIII a.C. as principais narrativas mitológicas foram reunidas em poemas épicos por dois autores: Homero e Hesíodo. As duas principais obras de Homero são a *Ilíada*, poema que narra a história da guerra dos gregos contra Troia, e a *Odisseia*, narrativa sobre o retorno de um dos generais gregos, Odisseu (ou Ulisses), de Troia para a ilha de Ítaca. Hesíodo, um pequeno agricultor, teria vivido por volta de cinquenta anos depois de *Homero* e escreveu ao menos dois poemas épicos



De Agostini Picture Library/Getty Images/Museu Arqueológico Nacional, Taranto, Itália



Anne-Christine Poupoulat/Agência France-Press

A tragédia Édipo rei já teve diversas representações. Veja dois exemplos nas imagens. Acima, vaso grego feito em cerâmica no século V a.C., representando Édipo e a Esfinge. Abaixo, Édipo e o vidente cego Tirésias, em uma adaptação contemporânea da peça de Sófocles, dirigida pelo francês Joel Jouanneau, em 2009.

MITO

Segundo a definição de Georges Zacharakis:

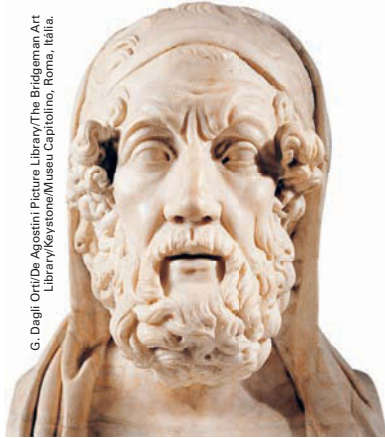
[a] palavra **mito** procede do grego *mythos*, que é uma palavra ligada ao verbo *mythevo*, que significa ‘crio uma história imaginária’. Mito, então, é uma criação imaginária, que se refere a uma crença, a uma tradição ou a um acontecimento. Mito também é uma história imaginária ou alegórica, falada ou escrita em obra literária que encerra um fundo moral.

ZACHARAKIS, Georges. *Mitologia grega: genealogia das suas dinastias*. Campinas: Papyrus, 1995.

Mitologia corresponde ao conjunto ou estudo de mitos.

HOMERO

Alguns pesquisadores contestam a existência de Homero. Porém, há referências a ele em algumas obras antigas, como na de Heródoto, historiador grego do século V a.C. Diz-se que era cego e que costumava cantar suas histórias. Outros pesquisadores acreditam que ele não foi o único autor da *Iliada* e da *Odisseia*, pois, assim como a Bíblia, esses livros teriam sido feitos com a contribuição de diversas pessoas ao longo de anos.



G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Capitolino, Roma, Itália.

Homero, em escultura grega feita em mármore entre os séculos IV e I a.C.

Ruínas do Templo de Zeus em Atenas, na Grécia, com o Templo de Atena, na Acrópole, ao fundo. Ainda que essa cidade fosse dedicada a Atena, o Templo de Zeus era um dos maiores da Antiguidade, mostrando a preocupação dos gregos em prestar-lhe homenagem.

OS MITOS DE TOLKIEN

O escritor britânico J. R. R. Tolkien (1892-1973) criou toda uma mitologia moderna em um imaginário “universo paralelo” que ele denominou Terra Média. Ali se passam as aventuras de seus três livros mais conhecidos: *O hobbit* (1937), *O Senhor dos Anéis* (em três volumes, publicados entre 1954 e 1955) e *O Silmarillion* (publicação póstuma em 1977). Grande conhecedor de linguística e dos estudos clássicos, Tolkien inspirou-se nas narrativas míticas antigas para criar um novo universo mitológico.

que chegaram até os nossos dias: a *Teogonia*, narrativa sobre a origem dos deuses e do Universo, e *Os trabalhos e os dias*, poema que relata a criação dos seres humanos, bem como seus afazeres cotidianos, como a agricultura e o comércio marítimo.

Características do mito e sua atualidade

O mito é uma forma de explicação da realidade que utiliza narrativas imaginárias, em geral transmitidas oralmente. Recorre a forças sobrenaturais para explicar fenômenos naturais. Um exemplo: na mitologia grega, Zeus, rei dos deuses que habitam o monte Olimpo, tem o poder de lançar raios. Essa é uma forma de explicar algo que os seres humanos observam na natureza e que, em princípio, não compreendem. Com o mito, as pessoas podem não apenas compreender os fenômenos, mas também intervir neles, ou mesmo controlá-los. No caso dos raios, os gregos tentavam agradar Zeus com templos, cultos e oferendas, de modo que seus raios não atingissem os mortais.



Heracles Kritikos/Shutterstock/Glow Images

Mesmo conhecendo mitos e lendas antigos, seja dos gregos, seja de outros povos, ainda continuamos a criar nossos mitos, a inventar narrativas mitológicas. É o que fazemos, por exemplo, quando transformamos um artista ou um jogador de futebol em um ídolo, em uma espécie de herói contemporâneo. Para nós, esse ídolo já não é visto como uma pessoa comum, mas como alguém que está além dos demais, que possui uma capacidade especial. Também não é raro que se criem explicações fantasiosas sobre determinados fatos: elas também são muito parecidas com as narrativas míticas. É inegável, no entanto, que, embora o mito persista, hoje ele já não possui o apelo que possuía na Antiguidade e que se mantém em algumas sociedades cuja cultura é oral.

A convivência entre mito e filosofia

O pensamento filosófico desenvolveu-se em uma forma de conhecimento que se diferencia da mitologia. Se o mito era uma narrativa fictícia, uma história imaginada para explicar o mundo, a filosofia pretendia ser um pensamento não fantasioso, baseado no raciocínio, no exame consciente das coisas, buscando uma explicação racional, e não sobrenatural.

A filosofia, contudo, não substituiu a mitologia. Ambas continuaram convivendo. Platão, em alguns dos *diálogos filosóficos* que escreveu, fez uso de narrativas míticas para, com base nelas, elaborar suas explicações racionais. Em outros momentos, a mitologia foi combatida como pura mistificação. Hoje em dia ocorre algo semelhante. Filosofia e mito convivem, às vezes conflituosamente.

FILOSOFIA E RELIGIÃO

Como você viu anteriormente, a mitologia tem certa proximidade com a religião, mas não é exatamente uma religião. Qual seria então a diferença? Basicamente pode-se dizer que a religião é um conjunto de crenças, em geral amparadas em um texto, compreendidas como uma revelação de Deus (ou de um grupo de deuses) aos seres humanos. Por serem verdades reveladas por Deus, elas não podem ser contestadas. Dizemos, por isso, que as religiões são **dogmáticas**, se fundamentam em **dogmas**, que são verdades absolutas que não podem ser questionadas.

Outra característica importante da religião é a existência de ritos que orientam a relação dos seres humanos com a(s) divindade(s). Os ritos são normas e comportamentos organizados pelos sacerdotes, pessoas consideradas intermediárias na relação entre cada pessoa e a(s) divindade(s). De modo geral, as religiões se tornam **instituições**, ou seja, organizações que controlam o funcionamento do grupo religioso. Contam com uma rede organizada de pessoas que ocupam diversos postos, dos mais simples aos mais elevados, isto é, formam uma **hierarquia**.

Em resumo, o conhecimento de tipo religioso caracteriza-se:

- por um conjunto de ideias expressas em um texto ou um *livro sagrado*, compondo o dogma da religião – embora existam também religiões baseadas em uma tradição oral, que não possuem um livro sagrado, como a Umbanda;
- pela organização institucional de um conjunto de pessoas que administram esse conhecimento e a relação das pessoas com ele; e
- pela definição de rituais na forma de viver esse conhecimento e se relacionar com ele.

Em uma mesquita em Lyon, na França, o imame (sacerdote muçulmano) faz seu sermão para os fiéis, em 2004.

PROCURANDO NOSSA “OUTRA METADE”

Um dos mitos que Platão cita em seus diálogos é o do andrógino, no diálogo “O banquete”. No início da existência, os homens eram “duplos”: tinham duas cabeças, quatro pernas e quatro braços. Mas, como eles desafiaram os deuses, Zeus ordenou que fossem divididos ao meio, criando assim os homens e as mulheres. É por isso, diz o mito, que homens e mulheres se sentem incompletos e passam a vida em busca de sua “outra metade”. Em seu texto, Platão utiliza o mito do andrógino para refletir sobre a união de duas pessoas como uma busca de aperfeiçoamento.

LIVROS SAGRADOS

O livro sagrado do cristianismo é a Bíblia, dividida em Antigo Testamento e Novo Testamento. Os judeus organizam suas crenças em torno da Torá. O islamismo está centrado no Alcorão. Há ainda outros textos religiosos antigos, como os chineses I Ching e Tao Té Ching (‘O livro do caminho e da virtude’) e os hindus Bhagavad-Gîtâ e Vedas.



Pascal Deloche/Gedong/Corbis/Latinstock

Assim como o mito, a religião é uma forma de pensamento, um modo de explicar a natureza, os fatos cotidianos e o sentido da vida humana. As religiões são encontradas em todas as culturas humanas, desde a Antiguidade. Muitas vezes na história da humanidade, os conflitos religiosos provocaram guerras sangrentas entre os povos. Em outras situações, porém, as Igrejas exerceram papel de intermediárias em conflitos. É importante salientar que não existe relação direta entre determinada confissão religiosa e conflitos observados entre os grupos religiosos ao longo da história. Mesmo que baseadas em dogmas, as religiões não são necessariamente contrárias, por exemplo, à ideia de tolerância, o que permite a convivência pacífica entre concepções religiosas opostas.

Ocorre muitas vezes, no entanto, que líderes religiosos, influenciados por interesses políticos e econômicos, acabam por manipular a fé de seus seguidores para perseguir objetivos alheios à religião. Quando o sentimento religioso é mobilizado por interesses políticos e econômicos, o confronto entre grupos religiosos costuma ser muito violento. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante as Cruzadas entre os séculos XI e XIII (conflitos entre cristãos e povos árabes pelo controle da Terra Santa) ou nos conflitos entre católicos e protestantes na Europa no século XVI. Um exemplo mais atual é o conflito entre muçulmanos e judeus no Oriente Médio, ou mesmo as reações de populações islâmicas contra algumas atitudes ocidentais, consideradas desrespeitosas a sua religião.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.



Conflitos religiosos sempre existiram na história da humanidade. Acima, a pintura de Dominique Louis, feita em 1845, representa guerreiros franceses defendendo uma fortaleza na cidade de Acre, em Israel, em 1291, durante uma Cruzada. À direita, a foto de novembro de 2012 mostra um jovem palestino lançando uma pedra contra a torre do exército de Israel na entrada da cidade de Belém, em protesto contra a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza.



Musa Al-Shaer/Agência France-Press

O pensamento religioso e o filosófico

O *pensamento religioso* apresenta-se como uma “sabedoria”, um conhecimento pronto e definitivo que algumas pessoas têm e outras não, mas que qualquer um pode aprender, desde que aceite os dogmas. Esse conhecimento está centrado na fé, uma confiança absoluta nas palavras que foram reveladas pela divindade. A fé não é racional, embora a razão possa ser utilizada como um instrumento para compreender os mistérios da fé, como de fato o foi por vários filósofos cristãos durante a Idade Média; às vezes, acreditamos em coisas que não fazem qualquer sentido quando examinadas racionalmente. Teólogos medievais usavam um lema em latim: *credo quia absurdum* (‘creio porque é absurdo’), justamente para demarcar a diferença entre a fé e a razão.

Os primeiros filósofos foram justamente aqueles que não aceitaram os dogmas religiosos e as explicações míticas, e começaram a buscar outras explicações. Os filósofos procuraram construir explicações racionais, que não estivessem prontas nem fossem definitivas, que fizessem sentido e que pudessem convencer pela lógica, e não pela aceitação incondicional do dogma.

“

A Verdade e a Parábola

Um dia, a Verdade decidiu visitar os homens, sem roupas e sem adornos, tão nua como seu próprio nome. E todos que a viam lhe viravam as costas de vergonha ou de medo, e ninguém lhe dava as boas-vindas.

Assim, a Verdade percorria os confins da Terra, criticada, rejeitada e desprezada. Uma tarde, muito desconsolada e triste, encontrou a Parábola, que passeava alegremente, trajando um belo vestido e muito elegante.

– Verdade, por que você está tão abatida? – perguntou a Parábola.

– Porque devo ser muito feia e antipática, já que os homens me evitam tanto! – respondeu a amargurada Verdade.

– Não é por isso que os homens evitam você. Tome. Vista algumas das minhas roupas e veja o que acontece.

Então, a Verdade pôs algumas das lindas vestes da Parábola e, de repente, por toda parte onde passava era bem-vinda e festejada.

Moral da história: Os seres humanos não gostam de encarar a Verdade sem adornos. Eles a preferem disfarçada.

Adaptado de: SILVA, Maria Carolina; PRAZERES, Luiz. *Parábola*. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=24169>>. Acesso em: 1º nov. 2012.



PARÁBOLAS

Segundo os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, no livro *O que é a filosofia?*, o pensamento religioso é um “pensamento por figuras”, enquanto a filosofia é um “pensamento por conceitos”. O pensamento por figuras usa metáforas e parábolas, enunciando histórias que servem como grandes quadros explicativos para a vida humana. Esses ensinamentos não dão margem a dúvidas e implicam aceitação plena por parte dos fiéis.

Podemos ver isso nos ensinamentos dos sábios chineses antigos, como Confúcio, e também no cristianismo: no Novo Testamento, vários evangelhos contêm parábolas sobre passagens da vida de Cristo. O judaísmo também utiliza esse tipo de ensinamento, como a parábola ao lado.

Agostinho (344-430)



Rebatti - Domimgie/leg-images/Alburt/Latinstock/ Pinacoteca Nazionale, Bolonha, Itália.

Pintura de Agostinho feita pelo italiano Domenico Beccafumi em 1513.

Nasceu na cidade de Tagaste, no norte da África. Filho de pai pagão (não cristão), converteu-se ao cristianismo em 386. Foi ordenado padre na cidade de Hipona, também no norte da África, e depois tornou-se bispo. Escreveu diversas obras, estudos teológicos, filosóficos e comentários bíblicos, sendo um dos principais teóricos da filosofia cristã. Dentre as várias obras, destacam-se *Confissões* (397-398) e *Cidade de Deus* (terminado em 426). A obra filosófica de Agostinho, muito influenciada por Plotino (205-270 – um dos principais filósofos responsáveis por uma releitura tardia de Platão) e pelo neoplatonismo (corrente de pensamento desenvolvida a partir do século III, baseada em releituras da obra de Platão), é marcada por uma tentativa de cristianizar o pensamento de Platão.

As relações da filosofia com as diferentes religiões por vezes são conflituosas. Certos filósofos fazem duras críticas àquilo que chamam de “mistificações” da religião; alguns religiosos criticam o “ateísmo” de certos filósofos. E há também aqueles que são filósofos e teólogos ao mesmo tempo, vivenciando em si mesmos o conflito entre filosofia e religião: Santo **Agostinho** e Santo **Tomás**, dois pensadores medievais, são exemplos disso. Mas pode-se dizer que toda religião se constrói também como uma filosofia, como uma forma de ver o mundo. Por isso, há aspectos de concordância entre elas. A passagem a seguir, ao tratar da relação análoga entre religião e ciência (que, como veremos, apresenta características que a aproximam da filosofia), ilustra essa situação:

“

Certa vez, um cosmonauta e um neurologista russos discutiam sobre religião. O neurologista era cristão, e o cosmonauta, não. ‘Já estive várias vezes no espaço’, gabou-se o cosmonauta, ‘e nunca vi nem Deus, nem anjos’. ‘E eu já operei muitos cérebros inteligentes’, respondeu o neurologista, ‘e também nunca achei um único pensamento’.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 250.

FILOSOFIA E SENSO COMUM

“

Eu nasci há 10 mil anos atrás / e não tem nada neste mundo que eu não saiba demais

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo. Há 10 mil anos atrás. In: SEIXAS, Raul. *Há dez mil anos atrás*. [S.l.]: Phonogram, 1976.

Você talvez já tenha ouvido a canção de Raul Seixas que traz esse verso em seu refrão. A canção desfila uma série de fatos, que teriam sido presenciados por esse estranho e velho narrador. É como se houvesse coisas que todos nós soubéssemos, como se vivêssemos há muito tempo.

Você certamente já ouviu também o ditado popular “As aparências enganam”. Os ditados populares são uma sabedoria oral transmitida de uma pessoa para outra, de geração em geração. De algum modo, ela evidencia um tipo de conhecimento que todos nós experimentamos e que se convencionou chamar de senso comum, na medida em que é partilhado por todos ou ao menos por um grande número de pessoas. Caracteriza-se por ser um conhecimento absorvido sem maiores reflexões, sem aprofundamento.

Todos nós pensamos e construímos uma visão de mundo. Das coisas que observamos e vivemos cotidianamente, tiramos conclusões e elaboramos explicações. Mas esse tipo de conhecimento não é sistemático, não se baseia em métodos.

O senso comum como ponto de partida

Antonio Gramsci foi um dos filósofos que mais se ocuparam das relações da filosofia com o senso comum. Por vezes ele fala de senso comum com uma conotação positiva, pois evidencia que todos os seres humanos pensam e produzem conhecimentos, sejam eles organizados ou não. Em outros momentos, porém, Gramsci afirma que o senso comum é um bom ponto de partida, mas que não podemos nos contentar com ele. Esse tipo de conhecimento pode nos ser útil em determinados momentos da vida, mas em certas situações precisamos de um conhecimento formal mais sistematizado, mais organizado, como somente a filosofia ou a ciência podem construir.

O conhecimento do agricultor citado a seguir, por exemplo, que consegue observar e “prever” o tempo, é positivo numa situação de pequena produção. Mas pense em uma grande fazenda, toda mecanizada e com produção muito grande. O gerenciamento deste negócio não poderá ficar à mercê de observações imprecisas, que às vezes funcionam, outras não. É importante que ele conte com uma previsão meteorológica científica mais precisa, para evitar grandes perdas por causa de alterações climáticas que não puderam ser previstas.

Algo análogo ocorre com a filosofia. Se ficarmos presos a certos saberes do senso comum, não avançamos para um pensamento mais elaborado, que pode nos descortinar todo um outro mundo.

A filosofia, necessariamente, parte do conhecimento que as pessoas já têm. Não pode ignorar esse conhecimento. Como você já estudou, filosofar é produzir um conhecimento sistemático e organizado por um processo de criação de conceitos. Mas essa criação conceitual pelo exercício do pensamento só pode ser feita com base naquilo que já se sabe, ainda que algumas vezes, no processo de pensar filosoficamente, esse conhecimento inicial acabe por ser abandonado.

Em síntese, não há filosofia sem um ponto de partida no senso comum; mas, ao mesmo tempo, se o pensamento permanecer no senso comum não haverá filosofia.

Algumas pessoas, sobretudo as que lidam com a terra, conseguem dizer se vai ou não chover, com base na observação das nuvens e da direção e intensidade do vento, ou no voo e canto dos pássaros. Isso não é um tipo de previsão ou de profecia; é uma conclusão construída depois de anos e anos de observação e da percepção de que certos fenômenos estão relacionados e se repetem. Embora baseado em fatos e observações, esse saber não é construído sobre métodos específicos nem resulta de uma pesquisa com objetivo definido. Ele está baseado em um senso comum. Na foto de 2012, agricultor de pequena propriedade cuida de plantação em São Martinho da Serra (RS).



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Tomás de Aquino (1225-1274)



Olorozco/Album/Latinphoto/Museu de Bóris Aires, Sevilha, Espanha.

Apoteose de Santo Tomás de Aquino (detalhe), em pintura do espanhol Francisco de Zurbarán, feita em 1631.

Outro grande expoente da filosofia cristã católica, elaborou estudos de teologia e de filosofia na Itália, sua terra natal, e em Paris (França) e Colônia (Alemanha), importantes centros acadêmicos em sua época. Tornou-se padre dominicano e foi aclamado “Doutor da Igreja”, considerado um de seus principais intelectuais. Sua obra filosófica centrou-se no estudo de Aristóteles, adaptando sua filosofia aos preceitos cristãos, buscando articular a fé dos textos sagrados à **razão** dos textos filosóficos. Fundou uma corrente de pensamento cristão, o **tomismo**, que exerceu grande influência no pensamento ocidental. Sua principal obra é a *Suma teológica*.

FILOSOFIA, ARTE E CIÊNCIA: AS POTÊNCIAS DO PENSAMENTO

De acordo com o que estudamos até aqui, a **mitologia**, a **religião** e o **senso comum** são formas de pensamento que produzem conhecimentos que nos ajudam a viver e a pensar, sempre segundo certos parâmetros já estabelecidos.

Há, no entanto, outras formas de pensar que os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari denominam de **potências do pensamento**. Como estudaremos no próximo capítulo, elas expressam inquietação e insatisfação, porque não se encerram em dogmas nem em determinado panorama do mundo. São tipos de conhecimento que buscam a renovação, que nos fazem pensar e nos instigam a curiosidade para além do que já sabemos. Por isso, estão sempre em busca de novos saberes, experiências e possibilidades, partindo de motivações que até podem ser as mesmas, mas que geram produtos diferentes. São elas: a filosofia, a arte e a ciência.

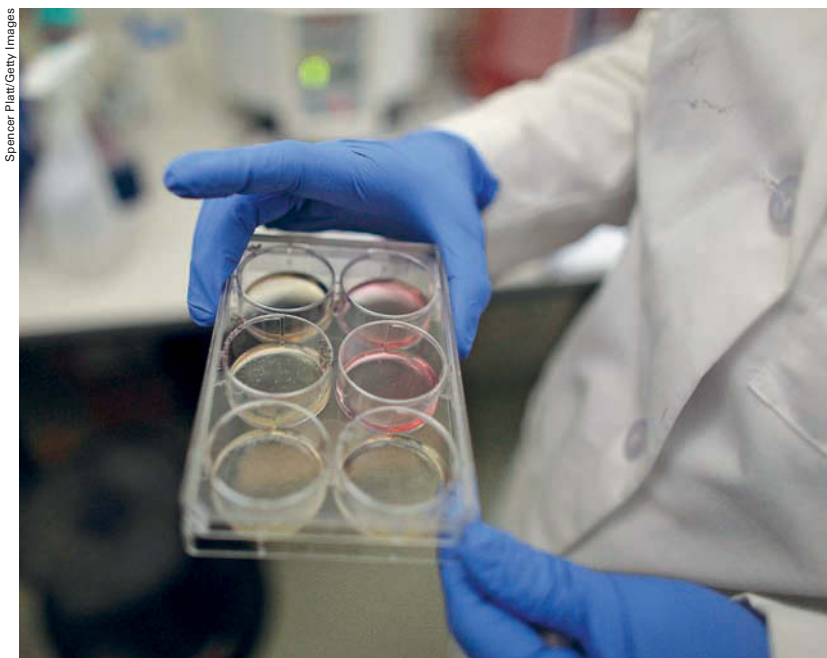
O pensamento criativo

Se a filosofia mantém com a mitologia, a religião e o senso comum relações muitas vezes conflituosas, de negação, em razão do panorama fechado que cada uma delas apresenta, com a arte e a ciência, dadas suas perspectivas sempre abertas e criativas, a filosofia conserva relações positivas, muitas vezes de interdependência.

Fazer arte não é fazer filosofia nem ciência; do mesmo modo, pensar filosoficamente não se confunde nem com o fazer artístico nem com o teorizar científico. Mas, como veremos no próximo capítulo, em suas atividades criativas, constantemente a filosofia precisa dialogar com a arte e com a ciência para produzir seus conceitos. Da mesma

forma, a ciência tem necessidade de diálogo com a arte e a filosofia para produzir suas teorias. E a arte também necessita de componentes da filosofia e da ciência na criação de suas obras.

Laboratório de empresa norte-americana, que desenvolve pesquisas no campo da genética com células-tronco de embriões humanos (Connecticut, 2010). Atualmente, há uma intensa discussão sobre as questões éticas implicadas nas manipulações genéticas, como veremos na última unidade deste livro. Esse é um exemplo de diálogo entre a filosofia e a ciência.



Spencer Platt/Getty Images

TRABALHANDO COM TEXTOS

O primeiro texto que você lerá a seguir trabalha o sentido da mitologia grega e suas relações com a religião; o segundo texto trata de uma ideia mitológica contemporânea: a importância do plástico em nossa civilização.

Texto 1

No texto a seguir veremos como o historiador e antropólogo francês Jean-Pierre Vernant aborda a mitologia referente à Grécia antiga. Para ele, essa questão só pode ser respondida se levarmos em conta a relação existente entre mitologia grega e religião grega.

A questão mitológica

*O que chamamos de mitologia grega? Grosso modo e essencialmente, trata-se de um conjunto de narrativas que falam de deuses e heróis, ou seja, de dois tipos de personagens que as cidades antigas cultuavam. Nesse sentido, a mitologia está próxima da religião: ao lado dos rituais, de que os mitos às vezes tratam de forma muito direta, ora justificando-os no detalhe dos procedimentos práticos, ora assinalando seus motivos e desenvolvendo seus significados, ao lado dos diversos símbolos plásticos que, ao atribuírem aos deuses uma forma figurada, encarnam sua presença no centro do mundo humano, a mitologia constitui, para o pensamento religioso dos gregos, um dos modos de expressão essenciais. Se a suprimirmos, talvez façamos desaparecer o aspecto mais apropriado para nos revelar o universo divino do politeísmo, uma sociedade com um além múltiplo, complexo, ao mesmo tempo rica e ordenada. Isto não significa, contudo, que podemos descobrir nos mitos, reunidos em forma de narrativas, a soma do que um grego devia saber e considerar verdadeiro sobre seus deuses, o seu credo. A religião grega não é uma religião do livro. Afora algumas correntes **sectárias** e marginais, como o **orfismo**, ela não conhece texto sagrado ou escrituras sagradas, nas quais a verdade da fé se encontraria definida e depositada uma vez por todas. Não há lugar, dentro dela, para qualquer dogmatismo. As crenças que os mitos veiculam, enquanto acarretam a adesão, não possuem qualquer caráter de força ou de obrigação; elas não constituem um corpo de doutrinas que fixam as raízes teóricas da piedade, assegurando aos fiéis, no plano intelectual, uma base de certeza indiscutível.*

*Os mitos são outra coisa: são relatos – aceitos, entendidos, sentidos como tais desde nossos mais antigos documentos. Comportam assim, em sua origem, uma dimensão de “fictício”, demonstrada pela evolução semântica do termo **mýthos**, que acabou por designar, em oposição ao que é da ordem do real por um lado, e da demonstração argumentada por outro, o que é do domínio da ficção pura: a fábula. Esse aspecto de narração (e de narração livre o bas-*

tante para que, sobre um mesmo deus ou um mesmo episódio de sua gesta, versões múltiplas possam coexistir e ser contraditórias sem escândalo) relaciona o mito grego ao que chamamos de religião, assim como o que é hoje para nós a literatura. [...]

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 229-232.

Glossário

Gesta: feito heroico, proeza.

Orfismo: seita religiosa surgida na Grécia durante o século VII a.C., que defendia a reencarnação da alma após a morte do corpo. Seus princípios eram atribuídos ao poeta mitológico Orfeu e exerceu grande influência na Antiguidade grega.

Sectário: aquele que pertence a uma seita qualquer; que age de maneira intolerante.

Questões sobre o texto

- 1 Segundo Vernant, o que é a mitologia grega? Em suas palavras, leve em conta as características que ele aponta sobre a mitologia em todo o trecho.
- 2 Qual é a importância da religião grega para compreendermos a mitologia grega?
- 3 No texto, Vernant afirma: “A religião grega não é uma religião do livro”. Com base nessa afirmação, podemos pensar nas religiões cristãs, por exemplo, que, ao contrário do pensamento religioso grego, encontram nos textos bíblicos suas narrativas míticas e o que consideram ser a verdade revelada por Deus. Considerando essas questões, seus conhecimentos sobre religião e sua leitura do texto, responda: quais são as semelhanças e diferenças entre o pensamento religioso grego e as religiões cristãs?

Texto 2

Será que um produto também pode se tornar um mito? É o que o estudioso francês Roland Barthes discute no texto a seguir, escrito na década 1950. Para Barthes, o plástico mudou o mundo contemporâneo e gerou toda uma mística a seu redor.

O plástico

Apesar dos seus nomes de pastores gregos (Polistirene, Fenoplaste, Polivinile e Polietilene), o plástico, cujos produtos foram recentemente concentrados numa exposição,

é essencialmente uma substância alquímica. À entrada do stand, o público espera demoradamente, em fila, a fim de ver realizar-se a operação mágica por excelência: a conversão da matéria; uma máquina ideal, tubulada e **oblonga** (forma apropriada para manifestar o segredo de um itinerário) transforma sem esforço um monte de cristais esverdeados em potes brilhantes e canelados. De um lado, a matéria bruta, **telúrica**, e, do outro, o objeto perfeito, humano; e, entre esses dois extremos, nada; apenas um trajeto, vagamente vigiado por um empregado de boné, meio deus, meio autômato.

Assim, mais do que uma substância, o plástico é a própria ideia da sua transformação infinita, é a **ubiquidade** tornada visível, como o seu nome vulgar o indica; e, por isso mesmo, é considerado uma matéria milagrosa: o milagre é sempre uma conversão brusca da natureza. O plástico fica inteiramente impregnado desse espanto: é menos um objeto do que o vestígio de um movimento.

E como esse movimento é, nesse caso, quase infinito, transformando os cristais originais numa variedade de objetos cada vez mais surpreendentes, o plástico é, em suma, um espetáculo a se decifrar: o próprio espetáculo dos seus resultados. Perante cada forma terminal (mala, escova, carroceria de automóvel, brinquedo, tecido, cano, bacia ou papel), o espírito considera sistematicamente a matéria-prima como enigma. Este “**proteísmo**” do plástico é total: pode formar tão facilmente um balde como uma joia. Daí o espanto perpétuo, o sonho do homem perante as proliferações da matéria, perante as ligações que surpreende entre o singular da origem e o plural dos efeitos. Trata-se, aliás, de um espanto feliz, visto que o homem mede o seu poder pela amplitude das transformações e que o próprio itinerário do plástico lhe dá a euforia de um prestigioso movimento ao longo da Natureza.

Mas o preço desse êxito está no fato de que o plástico, sublimado como movimento, quase não existe como substância. A sua constituição é negativa: não sendo duro nem profundo, tem de se contentar com uma qualidade substancial neutra, apesar das suas vantagens utilitárias: a “resistência”, estado que supõe o simples suspender de um abandono. Na ordem poética das grandes substâncias, é um material desfavorecido, perdido entre a **efusão** das borrachas e a dureza plana do metal: não realiza nenhum dos verdadeiros produtos da ordem mineral, espumas, fibras, estratos. É uma substância alterada: seja qual for o estado em que se transforme, o plástico conserva uma **aparência flocosa**, algo turvo, cremoso e entorpecido, uma impotência em atingir alguma vez o liso triunfante da Natureza. Mas aquilo que mais o trai é o som que produz, simultaneamente oco e plano. O ruído que produz derrota-o, assim como as suas cores, pois parece fixar apenas as mais químicas: do amarelo, do vermelho e do verde só conserva o estado agressivo, utilizando-as somente como um nome, capaz de ostentar apenas conceitos de cores.

A moda do plástico acusa uma evolução no mito do **símili** sendo um costume historicamente burguês (as primei-

ras imitações, no vestuário, datam do início do capitalismo); mas até hoje o símili sempre denotou a pretensão, fazia parte de um mundo da aparência, não da utilização prática, pretendia reproduzir pelo menor preço as substâncias mais raras, o diamante, a seda, as plumas, as peles, a prata, tudo o que de brilhante houvesse no mundo. O plástico a preço reduzido é uma substância doméstica. É a primeira matéria mágica a adquirir o **prosaísmo**; mais precisamente, porque esse prosaísmo é para ele uma razão triunfante de existência: pela primeira vez o artifício visa o comum, e não o raro. E, paralelamente, modifica-se a função ancestral da natureza: ela deixou de ser a Ideia, a pura Substância a recuperar ou a imitar; uma matéria artificial, mais fecunda do que todas as jazidas do mundo, vai substituí-la e comandar a própria invenção das formas. Um objeto luxuoso está sempre ligado a terra, recorda sempre de uma maneira preciosa a sua origem mineral ou animal, o tema natural de que é apenas uma atualidade. O plástico é totalmente absorvido pela sua utilização: em última instância, inventar-se-ão objetos pelo simples prazer de os utilizar. Aboliu-se a hierarquia das substâncias, uma só substituiu todas as outras: o mundo inteiro pode ser plastificado, e até mesmo a própria vida, visto que, ao que parece, já se começaram a fabricar aortas de plástico.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 111-113.

❓🔄🔍 Questões sobre o texto

- 1 Roland Barthes analisa o plástico como um mito, carregado de significados sagrados. Quais passagens do texto podem justificar essa afirmação?
- 2 Que outros produtos atuais também poderiam ser analisados como mitos? Explique sua resposta.
- 3 A qual tipo de mito Roland Barthes se refere: ao mito antigo ou o mito contemporâneo?

Glossário

Aparência flocosa: com aparência de floco.
Efusão: derramamento, espalhamento, capacidade de ser moldado.
Oblongo: o mesmo que alongado.
Prosaísmo: característica daquilo que é comum ou vulgar.
Proteísmo: que diz respeito a Proteu, personagem mitológico que tinha a capacidade de mudar de forma; seria então a característica de um material que pode assumir muitas formas.
Símili: o igual, que possui a mesma forma.
Ubiquidade: característica de estar ou existir ao mesmo tempo em todos os lugares.
Telúrico: que diz respeito à terra.

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Explique, com suas palavras, as diferenças entre a mitologia e a religião de acordo com o que você estudou no capítulo.
- 2 Qual é a relação entre a filosofia e o mito?
- 3 Explique em que medida o senso comum faz parte do pensamento filosófico.
- 4 Em grupo, façam uma pesquisa sobre um mito grego. Reescrevam a narrativa atualizando-a para o contexto atual. Para isso, será necessário que vocês interpretem o sentido do mito e façam uma reflexão sobre a relação que ele pode ter com os dias de hoje. Vejam algumas sugestões:
 - Narciso e a beleza.
 - Cronos e a imortalidade.
 - As sereias e as tentações.
 - Ícaro e as asas de cera.
 - Prometeu e o castigo de Zeus.Apresentem o texto elaborado pelo grupo aos colegas da classe.
- 5 Escolha uma das formas de pensamento estudadas neste capítulo (a mitologia, a religião ou o senso comum), e faça uma dissertação explorando:
 - como você compreende essa forma de pensamento;
 - quais as relações da filosofia com ela;
 - se você tivesse que optar pela filosofia ou por essa forma de pensamento, qual escolheria?

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

O principal elemento de um texto dissertativo é a argumentação. É ela que sustentará as ideias propostas na introdução. Para que a argumentação seja consistente, além de ler bastante e manter-se sempre bem informado, você deverá ter em mente alguns critérios:

- utilize argumentos baseados em fatos noticiados por jornais, revistas, internet, televisão, etc., ou em estudos e publicações reconhecidos;
- desenvolva um raciocínio claro, organizado e coerente durante a argumentação;
- forneça exemplos que justifiquem seus argumentos;
- não utilize exemplos pessoais;
- não recorra a generalizações, gírias, ditados populares e provérbios.

Escolha bons argumentos para justificar sua resposta. Para isso, você pode consultar os seguintes textos:

- **sobre mito:** capítulo 1 da obra *O pensamento selvagem*, de Claude Lévi-Strauss (Campinas: Papirus, 2005);
- **sobre religião:** apêndice da obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, de Karl Marx (São Paulo: Boitempo Editorial, 2010);
- **sobre o senso comum:** artigo de Oswaldo Porchat Pereira, presente na obra *A filosofia e a visão comum do mundo* (São Paulo: Brasiliense, 1981).

- 6 O texto a seguir mostra que a pretensão da filosofia de se opor ao mito e elevar-se acima dele, por meio da razão, revelou-se fracassada. Leia-o atentamente.

O conceito de esclarecimento

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. Bacon, “o pai da filosofia experimental”, já reunira seus diferentes temas. Ele desprezava os adeptos da tradição, que “primeiro acreditam que os outros sabem o que eles não sabem; e depois que eles próprios sabem o que não sabem. Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais: isto e coisas semelhantes impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas e o acasalaram, em vez disso, a conceitos vãos e experimentos erráticos: o fruto e a posteridade de tão gloriosa união pode-se facilmente imaginar. A imprensa não passou de uma invenção grosseira; o canhão era uma invenção que já estava praticamente assegurada; a bússola já era, até certo ponto, conhecida. Mas que mudança essas três invenções produziram – uma na ciência, a outra na guerra, a terceira nas finanças, no comércio e na navegação! E foi apenas por acaso, digo eu, que a gente tropeçou e caiu sobre elas. Portanto, a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. Nele muitas coisas estão guardadas que os reis, com todos os seus tesouros, não podem comprar, sobre as quais sua vontade não impera, das quais seus espias e informantes nenhuma notícia trazem, e que provêm de países que seus navegantes e descobridores não podem alcançar. Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se contudo nos deixássemos guiar por ela na invenção, nós a comandaríamos na prática”.

Apesar de seu alheamento à matemática, Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento

que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. As múltiplas coisas que, segundo Bacon, ele ainda encerra nada mais são do que instrumentos: o rádio, que é a imprensa sublimada; o avião de caça, que é uma artilharia mais eficaz; o controle remoto, que é uma bússola mais confiável. O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu **cautério** o último resto de sua própria autoconsciência. Só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos. Diante do atual triunfo

da mentalidade factual, até mesmo o credo nominalista de Bacon seria suspeito de metafísica e incorreria no veredicto de **vacuidade** que proferiu contra a escolástica. Poder e conhecimento são sinônimos. [...]

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 19-20.

Agora, faça um rascunho, sintetizando as ideias principais do texto. Depois, utilizando esse rascunho, elabore um texto explicando com suas palavras a relação que os autores estabelecem entre mito e esclarecimento (tome a palavra esclarecimento no sentido geral de razão humana e filosofia). Qual é a sua conclusão? Você concorda ou discorda dos autores? Por quê?

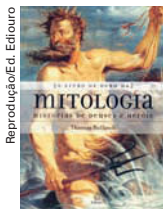
Glossário

Cautério: meio físico ou químico empregado para queimar tecidos do corpo humano em procedimentos médicos.

Vacuidade: qualidade do que é vazio.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Ediouro

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. São Paulo: Ediouro, 2011.

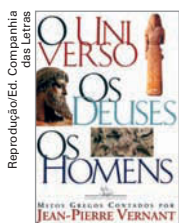
Coletânea de mitos que não se restringe aos mitos greco-romanos, englobando também as mitologias oriental e nórdica, os druidas e outras tradições.



Reprodução/Ed. Melhoramentos

DICK, Philip K. *Labirinto da morte*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Ficção científica que se passa numa época em que a existência de Deus foi provada cientificamente e os seres humanos conseguiram comunicar-se diretamente com Ele.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

VERNANT, Jean-Pierre. *O Universo, os deuses, os homens*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Interessante obra de introdução aos mitos gregos, em linguagem clara e acessível.

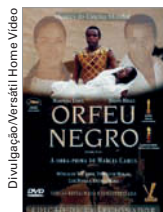
Filmes



Divulgação/Warner Bros.

Fúria de titãs. Direção de Desmond Davis. Estados Unidos/Grã-Bretanha, 1981. (118 min).

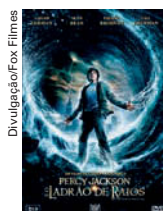
A história do semideus Perseu e seu amor por Andrômeda é narrada juntamente com outras. A nova versão, lançada em 2010, com direção de Louis Leterrier (Estados Unidos: Warner Bros, 106 min), tem sequência com o filme *Fúria de titãs 2*, de 2012, dirigida por Jonathan Liebesman (Estados Unidos: Warner Bros, 99 min).



Divulgação/Versátil Home Vídeo

Orfeu Negro. Direção de Marcel Camus. França/Itália/Brasil, 1959. (100min).

O filme reconta o mito grego de Orfeu e Eurídice no contexto do carnaval carioca do final dos anos 1950.



Divulgação/Fox Filmes

Percy Jackson e o ladrão de raios. Direção de Chris Columbus. Estados Unidos, 2010. (119 min).

Com enredo adaptado do primeiro livro de uma série escrita por Rick Riordan, o filme transforma adolescentes norte-americanos de nossos dias em heróis de aventuras mitológicas.

3

A ciência e a arte

Colocando o problema

No capítulo anterior você estudou as formas de pensamento que oferecem às pessoas diferentes maneiras de compreender e explicar o mundo, convidando-as a adotar um determinado conjunto de ideias ou até mesmo obrigando-as a fazê-lo, como já aconteceu em certos momentos históricos.

Na Idade Média, por exemplo, quem ousasse contestar a autoridade da Igreja católica poderia ser julgado e, se condenado, punido de diversas formas, inclusive com a morte. Nessa categoria de formas de pensamento se incluem a mitologia, a religião e o senso comum.

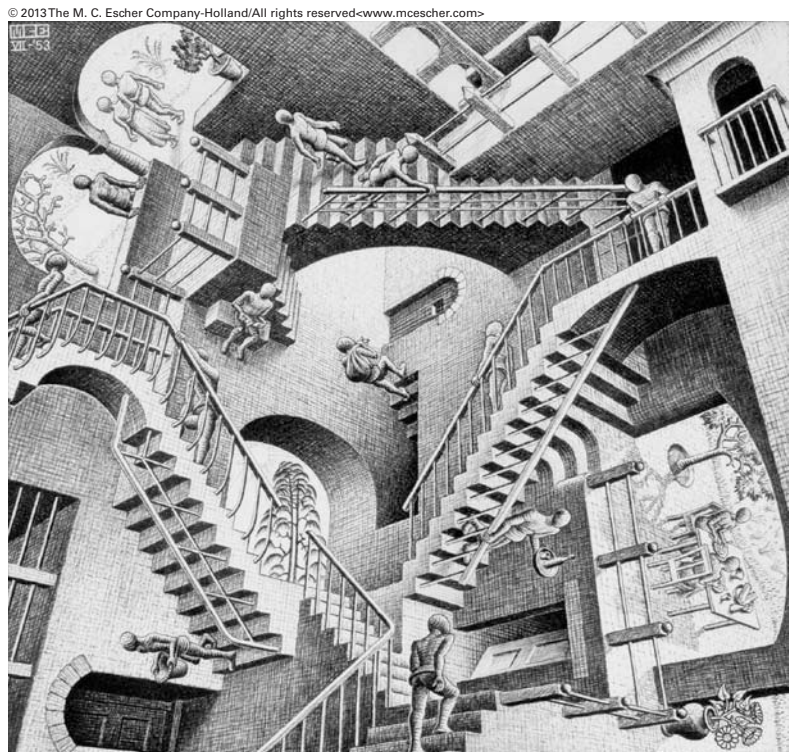
Neste capítulo vamos estudar a arte e a ciência, que, assim como a filosofia, correspondem a “potências do pensamento”, segundo os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari.

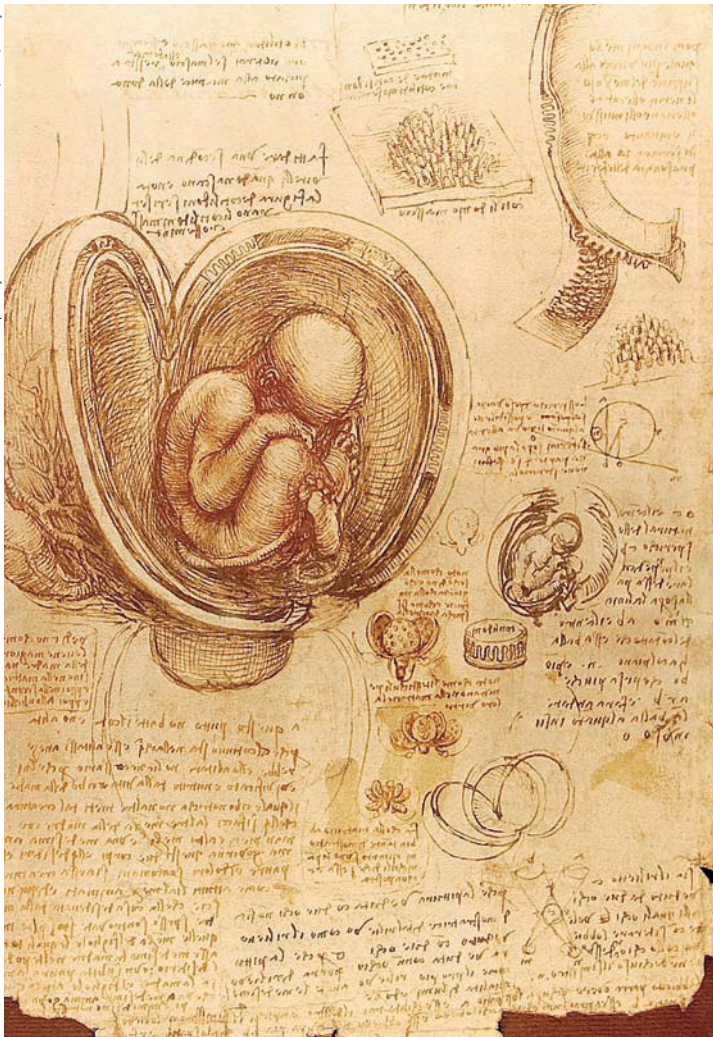
CIÊNCIA: MÉTODO E CONHECIMENTO

Em 1997 o cantor e compositor Gilberto Gil lançou o álbum *Quanta*, no qual propõe uma articulação entre arte e ciência. Muitas das canções do CD foram inspiradas em temas científicos.

Também as artes plásticas podem encontrar motivação na ciência. Na gravura de Escher reproduzida ao lado, o artista utilizou uma ideia da física contemporânea, elaborada por Albert Einstein (1879-1955): tudo o que se observa é relativo ao ponto de vista do observador. A gravura, que ele chamou de *Relatividade*, tem diversas perspectivas simultâneas.

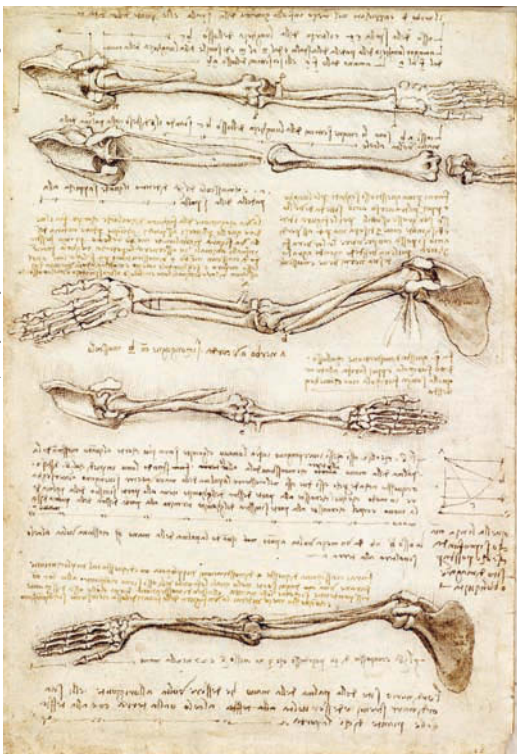
Relatividade, litografia de Maurits Cornelis Escher, feita em 1953.



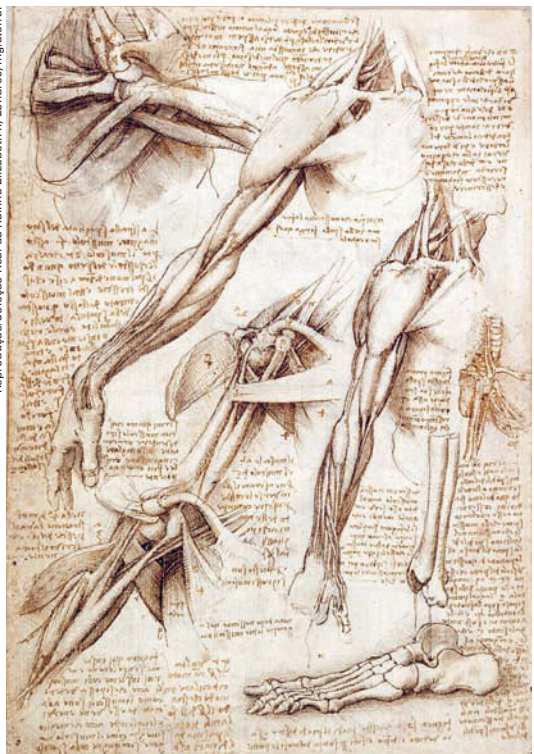


De forma semelhante, a ciência busca inspiração na arte para criar uma teoria que explique um fenômeno. Um dos maiores exemplos da associação entre esses dois saberes é Leonardo da Vinci (1452-1519). Pintor, escultor, poeta, músico e, ao mesmo tempo, inventor, engenheiro e arquiteto, seus estudos de anatomia humana ajudaram-no na pintura e na escultura e ampliaram o conhecimento científico da época.

Estudos de feto humano no útero, de Leonardo da Vinci, feitos entre 1510 e 1513. Na época em que Da Vinci fez esses desenhos, essa era a única forma de se registrar o interior do corpo humano.



Estudos de ossos e músculos do braço e do ombro, de Leonardo da Vinci, de cerca de 1510.



A filosofia na história

O pensamento científico

A ciência é um tipo de pensamento que investiga os fenômenos da natureza e cria conhecimentos sobre ela por um processo de **experimentação**. É um conhecimento **sistemático** e **metódico**. Sistemático porque é organizado e procura relacionar as várias partes que compõem esse conhecimento, seguindo uma linha de raciocínio coerente. Metódico porque segue um determinado caminho previamente concebido, um método para produzir esses conhecimentos, utilizando ferramentas adequadas para a obtenção de um resultado.

A ciência de hoje foi criada no século XVII, num período de grandes transformações do conhecimento humano e da própria concepção da realidade. Vários pensadores da época estavam rompendo com a maneira de pensar predominante durante toda a Idade Média, procurando novas formas de produzir conhecimentos. Um dos maiores representantes desse período foi o italiano **Galileu Galilei**, que se dedicou a diferentes saberes, como a astronomia, a matemática e a física.

Alguns acontecimentos significativos ocorridos a partir do século XVI que proporcionaram essas transformações foram:

- a retomada de valores, ideias, textos e obras da Grécia e Roma dos séculos VIII a.C. e V d.C., buscando-se uma renovação artística e cultural por meio da valorização do ser humano e do pensamento;
- as Grandes Navegações, que levaram os europeus à expansão de seus territórios, ao estabelecimento de novas rotas comerciais e ao contato com outras civilizações;
- a Reforma protestante, que representou o nascimento de uma nova mentalidade religiosa, em oposição aos valores feudais da Igreja católica.

No entanto, o pensamento científico do século XVII surgiu de um processo iniciado bem antes. Pense, por exemplo, na teoria da gravidade. Hoje, é bastante familiar para a maioria das pessoas a ideia de que os objetos caem ao chão em consequência da lei da gravidade, ou lei da gravitação universal. Mas para chegar a esse conhecimento foi necessário trilhar um longo caminho.

Na Antiguidade grega, Aristóteles já procurava entender e explicar esse fato. O filósofo buscava saber por que qualquer objeto que tenha massa (“peso”) cai se estiver livre. Aristóteles afirmou que todo corpo físico que tem massa busca seu “lugar natural” no Universo. Segundo ele, todos os objetos são formados pelos elementos básicos: terra, água, ar e fogo (para os objetos do mundo terrestre) e éter (para os corpos celestes). A terra é o elemento mais pesado, a água é mais leve que a terra, o ar é mais leve que a terra e a água, e o fogo é mais leve que todos os outros elementos, inclusive o ar. Assim, o peso (massa) de cada corpo depende de sua composição. A Terra, por exemplo, o centro

Galileu Galilei (1564-1672)



Reprodução do Museu Marítimo Nacional, Londres, Inglaterra.

Galileu Galilei, em pintura de Justus Sustermans, feita em 1636.

Pensador renascentista italiano, aperfeiçoou o telescópio e realizou observações astronômicas que iam ao encontro da **teoria heliocêntrica**, segundo a qual a Terra gira em torno do Sol, e não o contrário, como se acreditava na época. Por defender essa teoria – elaborada por Nicolau Copérnico (1473-1543) –, foi acusado de heresia pela Igreja católica, que o condenou à prisão até o final da vida e incluiu suas obras no *Índex de livros proibidos*. Em 1983, a Igreja católica fez uma revisão do processo contra Galileu e o absolveu das acusações. Entre seus diversos estudos, destaca-se a defesa daquilo que denominou “método empírico” de pesquisa, baseado na experiência e na observação, procedimentos usados pela ciência até hoje.



akg-images/Album/Latinstock

A bússola, invenção chinesa, é um exemplo de inovação técnica utilizada pelos europeus na época das Grandes Navegações. Ela permitiu uma orientação mais precisa dos navegadores em alto-mar. Na foto, bússola do século XVI.



Isaac Newton (1643-1727)



Isaac Newton, em pintura de Godfrey Kneller, de 1702.

Filósofo, matemático e físico inglês. Dedicou-se à “filosofia natural”, que compreendia as Ciências Naturais em geral, como a física – que, ainda nascente, se interrogava sobre as leis que organizam a natureza. Sua principal obra, *Princípios matemáticos da filosofia natural*, publicada em 1687, expõe a teoria da gravitação universal, segundo a qual todos os corpos do Universo – tanto os objetos no planeta Terra quanto os corpos celestes – estão sujeitos às mesmas leis naturais, que podem ser medidas, calculadas e explicadas. Conforme esta teoria, a gravidade não é uma característica de cada corpo físico, mas uma força de atração entre todos os objetos. No caso do planeta Terra, que é muito maior e mais pesado que qualquer corpo que há nele, essa atração é tão forte que praticamente anula a atração dos demais corpos entre si.

do Universo, segundo a teoria aristotélica, é composta principalmente do elemento terra; assim, conforme seu raciocínio, os corpos pesados têm como lugar natural o centro do Universo. Por isso, quando qualquer objeto com peso é retirado do chão – o mais próximo que pode estar do centro do Universo –, sua tendência é voltar para lá.

A “gravidade” (palavra que só apareceria mais tarde, derivada da palavra latina *gravitas*, ‘peso’) seria então uma característica de cada corpo, e a velocidade com a qual ele cai (isto é, volta para seu lugar) seria proporcional a seu peso. Quanto mais pesado, mais rápido cairia o corpo. A evidência dessa explicação fez com que as pessoas confiassem nela durante praticamente dois mil anos. No entanto, por mais lógica que parecesse, a explicação estava errada. E foi Galileu quem mostrou isso.

Conta-se que ele teria subido ao alto da Torre de Pisa, em sua cidade natal, e soltado objetos de diferentes massas ao mesmo tempo. Os observadores (provavelmente seus alunos), deitados ao pé da torre a uma distância segura, constataram que todos os objetos chegaram ao solo ao mesmo tempo. Estava provado empiricamente que a teoria de Aristóteles, embora perfeitamente lógica, era completamente equivocada.

Esse episódio nunca foi comprovado, mas há registros de uma longa série de experimentos de Galileu com planos inclinados, que o levaram à mesma conclusão.

Galileu não chegou a elaborar uma teoria para explicar o fenômeno da queda dos corpos, o que só seria feito quase um século depois por **Isaac Newton**. Mas sua ideia de que só podemos construir explicações com base em fatos observados revolucionou o pensamento científico.

A ciência na Antiguidade grega

Na Antiguidade grega, os filósofos falavam em dois níveis de conhecimento: a *doxa* e a *episteme*. A *doxa*, em geral traduzida por ‘opinião’, era um conhecimento baseado nas observações cotidianas e produzido sem método nem sistematização. Diz respeito ao senso comum. A *episteme* indicava um conhecimento racional, também baseado na observação, mas construído de maneira sistemática e metódica. Em um sentido muito amplo, essa palavra grega é traduzida por ‘ciência’.

O conhecimento sistematizado já existia em culturas ainda mais antigas. Os egípcios, por exemplo, tinham uma matemática bastante avançada, que usaram na construção de seus grandes monumentos, como as pirâmides. No entanto, era um tipo de “ciência prática”, sem maior elaboração teórica. Ou seja, os egípcios criavam os conhecimentos de que necessitavam, mas estes eram válidos para determinadas situações específicas. Não eram transformados em conhecimentos de natureza geral que pudessem ser aplicados a outras situações.

Por isso, afirma-se que os gregos aprenderam o conhecimento prático dos egípcios e o transformaram em um conhecimento teórico, criando a matemática como ciência. A razão disso é que os gregos se ocupavam mais com “especulações”, com construções de conheci-

mentos mais amplos e investigativos. Mesmo que esses não tivessem uma aplicação direta e imediata, eles poderiam depois ser aplicados a diferentes situações. O principal exemplo talvez seja o famoso teorema de Pitágoras. Tendo aprendido com os egípcios a relação entre os lados de um triângulo (conhecimento que utilizavam nas construções), Pitágoras transformou tal conhecimento em um teorema, isto é, numa formulação geral.

Se a ciência egípcia era **prática**, a ciência grega era **teórica**. No entanto, em vez de fazer experimentos e elaborar as teorias com base neles, como acontece na ciência moderna, os gregos observavam os fenômenos e criavam teorias para explicá-los. Se, por um lado, os egípcios estavam mais interessados em resolver problemas práticos, os gregos, por outro lado, estavam mais preocupados em formular explicações gerais. De acordo com seus interesses, cada um desses povos antigos enfatizou um dos aspectos que, na ciência moderna, seriam tomados em conjunto: uma explicação geral que pudesse ser aplicada para resolver problemas práticos.

A ciência da natureza, segundo os gregos

Os chamados *filósofos pré-socráticos* dedicaram-se a explicar aquilo que os gregos chamavam de *physis* (a natureza). Com isso, criaram o que hoje chamamos de **física**, isto é, o estudo das leis que regem a natureza. Um de seus principais problemas era a busca pela *arkhé*, ou o princípio universal de todas as coisas, o elemento do qual todas as coisas provêm. Alguns, como Tales de Mileto, afirmavam que esse elemento era a água; outros, como Heráclito de Éfeso, acreditavam que era o fogo. E havia os que chegavam a outras noções, como o *ápeiron*, 'o indeterminado', segundo **Anaximandro de Mileto**, ou o *átomo*, 'o indivisível', conforme **Leucipo de Mileto**. Já para Pitágoras de Samos, o número era o princípio de todas as coisas.

FILÓSOFOS PRÉ-SOCRÁTICOS

Filósofos que viveram entre os séculos VII a.C. e V a.C. Nem todos eles são anteriores a Sócrates; alguns foram seus contemporâneos e outros viveram depois dele. Mas considera-se que Sócrates foi um "divisor de águas" na filosofia antiga, ao preocupar-se mais com os problemas humanos do que com os fundamentos da natureza. São chamados de pré-socráticos os filósofos que se distinguiram de Sócrates em suas motivações e na maneira de fazer filosofia. Em geral são agrupados em "escolas", sendo as principais:

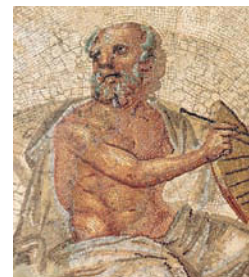
Escola jônica (desenvolveu-se na Jônia, colônia grega na Ásia Menor): Tales de Mileto, Anaximenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso.

Escola itálica (desenvolveu-se na região da Itália, também colônia grega): Pitágoras de Samos e Filolau de Crotona.

Escola eleática (teve por centro a cidade de Eleia): Xenófanes, Parmênides de Eleia e Zenão de Eleia.

Escola atomista (afirmava que o *átomo* era o princípio das coisas): Leucipo de Mileto e Demócrito de Abdera.

Anaximandro de Mileto (c. 610 a.C.-545 a.C.)



Prisma/Albun/Latinstock

Anaximandro de Mileto, em mosaico feito entre os séculos VII a.C. e VI a.C.

Filósofo da escola jônica, foi discípulo e amigo de Tales. Dedicou-se também à política e à física, tendo estabelecido datas de eclipses. Um fragmento de texto seu sobre a natureza é o mais antigo texto filosófico que se conhece. Sua noção filosófica mais importante é a de *ápeiron*.

Leucipo de Mileto (c. 490 a.C.-460 a.C.)



Reprodução/Coletânea particular

Leucipo de Mileto, representado por autor desconhecido.

Há poucas informações sobre a vida e a obra deste filósofo pré-socrático, considerado o fundador da escola atomista. Seu pensamento é mais conhecido por meio de seu discípulo, Demócrito de Abdera (c. 460 a.C.-390 a.C.). O atomismo antigo foi uma escola que defendia que o princípio de todas as coisas eram partículas indivisíveis que não podemos ver, daí o nome de "átomo". Todas as coisas que existem podem ser divididas em partes menores, até se chegar a essas partículas muito pequenas. Da reunião de um certo número de átomos, formava-se cada uma das coisas que conhecemos.

René Descartes (1596-1650)



G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone

René Descartes, em gravura do século XVII.

Também conhecido por seu nome latino, Renatus Cartesius, com o qual assinou várias de suas obras, foi um filósofo francês dos mais influentes no período moderno. Fundou a corrente filosófica do racionalismo, ao defender que o conhecimento verdadeiro só pode ser produzido pelo exercício da razão, a partir de certas ideias inatas colocadas em nossa mente por Deus, recusando a interferência dos sentidos. Além da filosofia, dedicou-se à matemática, à geometria e à física. Talvez você já tenha ouvido falar do “plano cartesiano”, uma das criações deste pensador. Dentre suas várias obras, destacam-se, no terreno da filosofia, *Discurso do método* (1637) e *Meditações sobre filosofia primeira* (1641).



Alexsalendo/Shutterstock/Glow Images

Embora discordantes entre si, essas hipóteses partiam do princípio de que havia um elemento primeiro do qual derivariam os elementos naturais (terra, água, ar e fogo), bem como da ideia de que, da combinação desses quatro elementos, surgiria tudo o que existe.

O importante a observar é que esses filósofos antigos procuravam abandonar as explicações míticas ou religiosas sobre a origem do mundo e das coisas, construindo uma hipótese **racional**, isto é, uma ideia criada pelo exercício do pensamento, por meio da observação dos fenômenos naturais e com base em uma argumentação. Com isso, eles procuravam construir um conhecimento que pudesse **convencer** as pessoas por sua clareza e sua coerência, à diferença da religião, que esperava que as pessoas confiassem de modo “cego”. Isso os aproxima da perspectiva científica atual. Por mais curiosas que possam parecer essas teorias hoje, elas se fundamentaram em ideias que não são muito diferentes das atuais bases da química e da física. Um exemplo é a própria ideia de átomo: seria deste elemento, que não conseguimos ver e que de tão pequeno não pode ser dividido, que todas as coisas são formadas. Ora, física e química modernas trabalham com essa mesma hipótese, embora o conhecimento que possuímos hoje em torno daquilo a que chamamos átomo seja muito mais elaborado e se diferencie bastante do conceito antigo criado pelos filósofos atomistas pré-socráticos.

A ciência moderna: entre racionalismo e empirismo

Como vimos, o que chamamos hoje de ciência foi criado e consolidado a partir do século XVII com as experimentações de Galileu Galilei.

Nessa época, discutia-se intensamente qual seria o método apropriado para se chegar aos conhecimentos verdadeiros. O filósofo e matemático **René Descartes** incomodava-se com algo que observava: nas aulas de matemática, não via discordâncias entre seus professores, que sempre chegavam às mesmas conclusões; porém, nas aulas de filosofia, as conclusões eram sempre diferentes e nunca se chegava a um acordo. Segundo ele, isso se devia ao fato de que em matemática trabalhava-se sempre da mesma forma, enquanto que na filosofia cada um trabalhava de seu jeito.

Buscando uma fonte segura para o conhecimento, Descartes afirmava que só a razão é confiável, pois os sentidos podem nos enganar, como já o haviam enganado quando ele tentava conhecer a realidade e construir um conjunto de conhecimentos sobre ela. Um dos exemplos que ele dava para isso é o seguinte: quando colocamos uma colher dentro de um copo com água, de modo que parte dela fique dentro da água e parte fora, vemos uma espécie de “desvio” na colher, como se ela estivesse torta. Porém, sabemos que ela não está torta, e basta tirá-la da água para verificar isso. Sua conclusão: se sabemos que os sentidos nos enganam algumas vezes, o que nos garante que eles não nos enganem sempre? Nada. Por isso eles não são confiáveis.

Com base nessa ideia, ele propôs um método racionalista, denominado **método cartesiano**, que consiste em uma série de procedimentos para bem conduzir o pensamento daquele que medita filosoficamente em busca da verdade. Segundo esse método, a partir das ideias inatas, que já estão em nossa mente quando nascemos porque ali foram colocadas por Deus, podemos **deduzir** novas ideias, que serão necessariamente verdadeiras e corretas. Ora, essas ideias que já estão em nossa mente quando nascemos só podem ser corretas e verdadeiras, segundo Descartes, pois Deus não colocaria em nós ideias falsas. E se elas são verdadeiras, tudo aquilo que for derivado delas, de forma correta e organizada, será também verdadeiro.

O tipo de relação de Descartes com o conhecimento é bem evidenciado em um poema de Paulo Leminski, visto ao lado:

Segundo o filósofo, se algo se mostra minimamente dubitável, então deve ser excluído e considerado como não verdadeiro. É isso que ele chama de **dúvida metódica**: um modo diferente de duvidar, que não consiste no ato comumente exercido pelas pessoas quando estão diante de algo duvidoso. Em função da impossibilidade de saber quais de seus conhecimentos adquiridos desde a infância são verdadeiros ou falsos, Descartes decidiu colocar todos eles em dúvida para começar do zero uma busca do verdadeiro.

Mas como isso não deve ser feito sem um instrumento seguro e confiável para distinguir o certo do duvidoso, Descartes criou o método cartesiano, um caminho seguro a se seguir, pautado nos seguintes procedimentos:

1. Nunca aceitar como verdadeiro algo de que fosse possível duvidar.
2. Dividir os problemas em problemas menores, que sejam mais fáceis de resolver. Desse modo, a solução é encontrada em partes. É o que chamamos **análise** (palavra de origem grega, que significa 'por meio da divisão'). Baseia-se no método matemático de resolução de equações.
3. Conduzir o pensamento de forma ordenada, indo sempre do mais simples para o mais complexo.
4. Revisar a produção do conhecimento em cada etapa, de modo a nada esquecer ou deixar de lado.

Esse método, baseado na matemática, concebe a ciência como um conhecimento **racional** e **demonstrativo**, ou seja, produzido exclusivamente com o uso do pensamento e de seus instrumentos lógicos, os raciocínios, e, por isso mesmo, possível de ser demonstrado, assim como conseguimos demonstrar o resultado de uma equação matemática.

Quando falamos em conhecimento, há sempre dois polos envolvidos: o **sujeito** do conhecimento, um ser que pensa e observa o mundo, produzindo ideias sobre ele; e o **objeto**, a coisa que é pensada pelo sujeito, a matéria do conhecimento. No método cartesiano, a posição do sujeito que conhece é mais importante que a do objeto que é conhecido, pois a verdade é uma criação do sujeito.

“

*nunca sei ao certo
se sou um menino de dúvidas
ou um homem de fé
certezas o vento leva
só dúvidas continuam de pé*

LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 38.



Visão e o mecanismo de resposta aos estímulos externos, *ilustração do livro De Homine Figuris, de Descartes, publicado em Haia (Países Baixos), em 1662. A matemática influenciou não apenas suas ideias sobre filosofia, mas também sua concepção sobre anatomia e física (óptica).*

Francis Bacon (1561-1626)



Reprodução/Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra.

Francis Bacon, em pintura de John Vanderbank, feita em cerca de 1618.

Filósofo e político inglês. É considerado um dos fundadores do pensamento moderno, juntamente com Descartes, e exerceu grande influência na constituição da ciência. Escreveu obras literárias, jurídicas e filosóficas. Dentre as filosóficas, destaca-se o *Novum organum* (*Novo órgão*, ou *Nova lógica*), livro publicado em 1620, no qual Bacon critica a lógica aristotélica e a noção de ciência dela derivada, propondo uma nova lógica para uma nova ciência, de natureza experimental.

Thomas Hobbes (1588-1679)



alg-images/Album/Lainstock

Thomas Hobbes, em gravura do século XVIII.

Filósofo inglês, defensor de uma visão mecanicista do mundo em oposição a uma visão teológica. Ficou mais conhecido por suas obras no campo da filosofia política, sendo um defensor do absolutismo. Uma de suas afirmações mais conhecidas é a de que “o homem é o lobo do homem”, e por isso é necessário um poder forte e centralizado, que garanta a vida dos indivíduos. Sua obra mais conhecida é o tratado *Leviatã*, publicado em 1651.

O método cartesiano, embora tenha conquistado seguidores, conquistou também opositores. Alguns filósofos discordaram da afirmação de que apenas a razão é uma base sólida para se chegar aos conhecimentos verdadeiros, e sustentaram que é preciso igualmente considerar o objeto do conhecimento: o conhecimento verdadeiro só pode ser alcançado partindo-se das observações que fazemos por meio de nossos sentidos (visão, audição, tato, paladar, olfato). Como os sentidos nos permitem **experimentar** o mundo, essa posição ficou conhecida como **empirista** (do grego *empeiria*, que significa ‘experiência’).

Na Inglaterra, **Francis Bacon** lançou as bases dessa posição contrária ao racionalismo afirmando a importância dos sentidos, no que foi seguido por **Thomas Hobbes**. Bacon defendeu um método experimental para o conhecimento, contra a ciência teórica e especulativa dos antigos, e o progresso da ciência e da técnica por meio do exercício de um pensamento crítico. É importante salientar que, a não ser em casos muito específicos, o empirismo não exclui necessariamente o racionalismo. O empirismo afirma sobretudo a precedência do objeto do conhecimento em relação ao sujeito, sem negar a importância da razão na construção do conhecimento.

John Locke, embora dialogasse com as ideias de Descartes, afirmava que não existem ideias inatas e que quando nascemos nossa mente é como se fosse uma folha de papel em branco (ou uma *tabula rasa*, na expressão em latim), na qual a experiência vai escrevendo as informações que obtém por meio dos sentidos.

Conforme a afirmação de Locke, quando dizemos que este caderno é vermelho, o fazemos porque ao longo de nossa vida fomos construindo experiências que nos ensinaram o que é um caderno, o que são cores, a que cor chamamos vermelha, e não porque essas noções estavam em nossa mente quando nascemos.



Avesum/Shutterstock/Glow Images

Para Locke, somente após haver experimentado o mundo por meio dos sentidos e obtido as informações a partir dessas experiências é que a razão pode agir, articulando essas informações e produzindo nossos conhecimentos. Ele fazia uma distinção entre **ideias simples**, aquelas produzidas diretamente a partir das informações obtidas pelos sentidos, e **ideias complexas**, aquelas produzidas a partir de outras ideias. Como as primeiras estão mais perto da experiência, a chance de estarem erradas é bem menor do que a das outras.

No método empirista, a posição do **objeto** conhecido é mais importante que a do **sujeito** que o conhece, pois admite-se que a verdade está no objeto e só pode ser alcançada pela experiência.

Da combinação dessas diferentes posições surgiu o que se denomina **ciência moderna**, cuja diretriz foi dada pelo filósofo alemão **Immanuel Kant**. Em sua obra *Crítica da razão pura* (1781), ele afirma que o conhecimento é sempre algo produzido pela razão, mas que ela nunca é “pura”, pois depende dos dados obtidos pelos sentidos.

Vê-se, pois, que o método científico moderno não pode ser compreendido sem a participação dessas diferentes visões filosóficas, tendo cada uma delas contribuído com elementos para a consolidação da forma de pensar cientificamente e de produzir conhecimentos.

O método científico

A ciência moderna pode ser caracterizada por dois aspectos principais: a utilização do método experimental, ou método científico, e sua aplicação a um objeto específico, ou seja, a especialização. Temos, portanto, tantas ciências quantos são os objetos – por exemplo, a física, que estuda as leis que regem a natureza; a química, que investiga os elementos que compõem a natureza; a biologia, que se dedica ao fenômeno da vida; entre vários outros. Todas essas ciências usam o mesmo método, ainda que ele possa sofrer algumas adaptações.

O método científico pode ser caracterizado por cinco passos, descritos a seguir:

- **Observação.** Primeiro é necessário observar o objeto de estudo. Mas não se trata de uma observação qualquer. Ela precisa ser rigorosa, precisa ser metódica, seguindo procedimentos e protocolos específicos, definidos pelo método científico.



Foto:24/Gallo Images/Getty Images

Dependendo do objeto a ser observado, pode ser necessário o uso de instrumentos que potencializem os sentidos humanos, como microscópios para observar o que é muito pequeno, ou telescópios para estudar os astros longínquos. Na foto de 2012, telescópio do Observatório Astronômico da África do Sul, na Cidade do Cabo.

John Locke (1632-1704)



Reprodução/Coletânea particular

John Locke, em pintura de Godfrey Kneller, de cerca de 1704.

Filósofo inglês, dedicou-se principalmente à teoria do conhecimento e à filosofia política. Sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690) defende que a experiência é a fonte necessária de todo o conhecimento.

Immanuel Kant (1724-1804)



Reprodução/Coletânea particular

Immanuel Kant, em gravura alemã do século XVIII.

Um dos mais importantes filósofos de sua época, foi o principal representante do Iluminismo alemão, movimento filosófico que afirmava a importância do uso da razão para o progresso da humanidade. Publicou diversas obras, destacando-se suas “três críticas”: a *Crítica da razão pura* (1781), sobre o conhecimento; a *Crítica da razão prática* (1788), sobre os princípios e os fundamentos da moral; e a *Crítica do juízo* (1790), dedicada à apreciação da arte. Segundo ele, as três críticas formam uma teoria completa do entendimento humano do mundo.

- **Formulação de uma hipótese.** Com base nos fatos observados, faz-se uma reorganização dos dados obtidos, de modo a explicar aquilo que foi visto. Elabora-se uma hipótese a ser comprovada. Por exemplo: se observamos que durante o dia o Sol parece mover-se pelo céu, então podemos formular a hipótese de que esse astro está girando ao redor da Terra. Trata-se de uma interpretação do fato observado, que precisa ser verificada.
- **Experimentação.** Nesta etapa, verifica-se a hipótese construída, que pode ser ou não comprovada. A experimentação é uma nova observação, mas desta vez feita em condições privilegiadas, geralmente em um laboratório, simulando aquilo que acontece na natureza. Caso a hipótese não seja comprovada, é necessário elaborar outra hipótese, seguindo-se uma nova etapa de verificação. Por exemplo: cientistas levantam a hipótese de que uma determinada substância química age no combate ao câncer. Para verificar essa hipótese, será necessário organizar uma série de testes com animais doentes, aplicando neles essa substância e avaliando os resultados. É comum fazer isso de forma comparada: um grupo de animais recebe a substância e outro grupo não; durante certo tempo os dois grupos são examinados, para verificar se a doença regride ou não.



Robyn Beck/Agência France-Presse
 Experimento em laboratório da Nasa sobre o crescimento de vegetais, visando a programas de colonização de Marte (foto de 2010).

- **Generalização.** Encontrados na experimentação resultados que se repetem, é possível elaborar “leis” gerais ou particulares que expliquem os fenômenos observados. Por exemplo, comprovada a hipótese de que todo corpo que tem massa atrai outros corpos que também têm massa, podemos generalizar o fato de que todo corpo que tem massa é atraído pela grande massa do planeta e, portanto, tende a cair ao chão, e afirmar, com certeza, que, em dadas condições materiais, todo corpo cai.
- **Elaboração de teorias (modelos).** Pelos dados obtidos, é possível criar modelos teóricos de aplicação mais geral, capazes de explicar realidades mais complexas. É o que fez, por exemplo, Isaac Newton, ao criar a teoria da gravitação universal, capaz de explicar os processos de atração dos corpos que têm massa, sejam aqueles que observamos no dia a dia, sejam os planetas e demais astros no céu.

Baseando-nos na aplicação do método científico, podemos afirmar que a ciência produz **conceitos**? Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, só a filosofia produz conceitos; a ciência, como potência do pensamento, cria **funções**. Eles definem por função a forma de proceder da ciência, que por meio da experiência relaciona determinados aspectos, tomando um em função do outro. É o que ocorre, por exemplo, quando definimos a velocidade em função do tempo e do espaço (um objeto é mais veloz que outro quando percorre o mesmo espaço em menor tempo).

A ciência hoje

A ciência como busca de uma explicação racional, sistematizada e metódica do mundo existe desde a Antiguidade, durante muito tempo fazendo parte da própria filosofia. A partir do século XVII, alguns ramos do conhecimento começaram a se especializar e se tornar autônomos da filosofia. Com a consolidação do método científico, sua aplicação a distintos objetos constituiu diferentes ciências.

A observação da natureza fez surgir a física como a primeira ciência autônoma moderna. Seguiram-se a química e a biologia. Só mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, o método científico, aplicado aos fenômenos humanos com certas adaptações, levou à criação das ciências sociais e das ciências humanas. Constituíram-se assim a história, a sociologia e a psicologia, entre outros campos do conhecimento. Na última unidade deste livro voltaremos ao tema da ciência, mas para estudar alguns de seus desafios contemporâneos, como o diálogo com as ciências humanas e as implicações éticas do conhecimento.

A partir do século XX, produziu-se a noção de conhecimento científico como um saber aberto, sempre aproximativo e corrigível, e não uma afirmação de verdades absolutas. No final deste século, marcado por intensas discussões filosóficas sobre o conhecimento científico, o filósofo da ciência Paul Feyerabend (1924-1994) publicou um livro com o título perturbador de *Contra o método* (1975). Nesse livro, defende o que denomina um “anarquismo epistemológico”. Sua tese central é que a ciência não é um saber tão organizado e metódico quanto em geral acreditamos. Ao contrário, ela procede de forma anárquica, sem regras definidas, e o único princípio que não dificulta o progresso do conhecimento é aquele que afirma que “tudo vale” no exercício do pensamento. O foco da reflexão desse autor é a criatividade do pensamento científico, que seria diminuída se encerrada em um único método.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Glossário

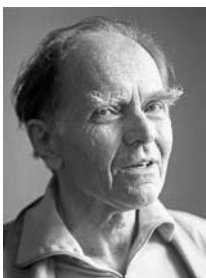
Epistemologia: área da filosofia dedicada a estudar a teoria da ciência e a teoria do conhecimento.



Djaf5/Shutterstock/Clow Images

Ao encostar uma solda em sua caneta e perceber que, logo depois, ela liberava tinta, um engenheiro de uma empresa de eletrônicos inventou o mecanismo que regula as impressoras de cartucho. A criatividade e a quebra de regras marcam a produção científica contemporânea. Na foto, impressora a jato de tinta utilizada na impressão de outdoors.

Paul Feyerabend (1924-1994)

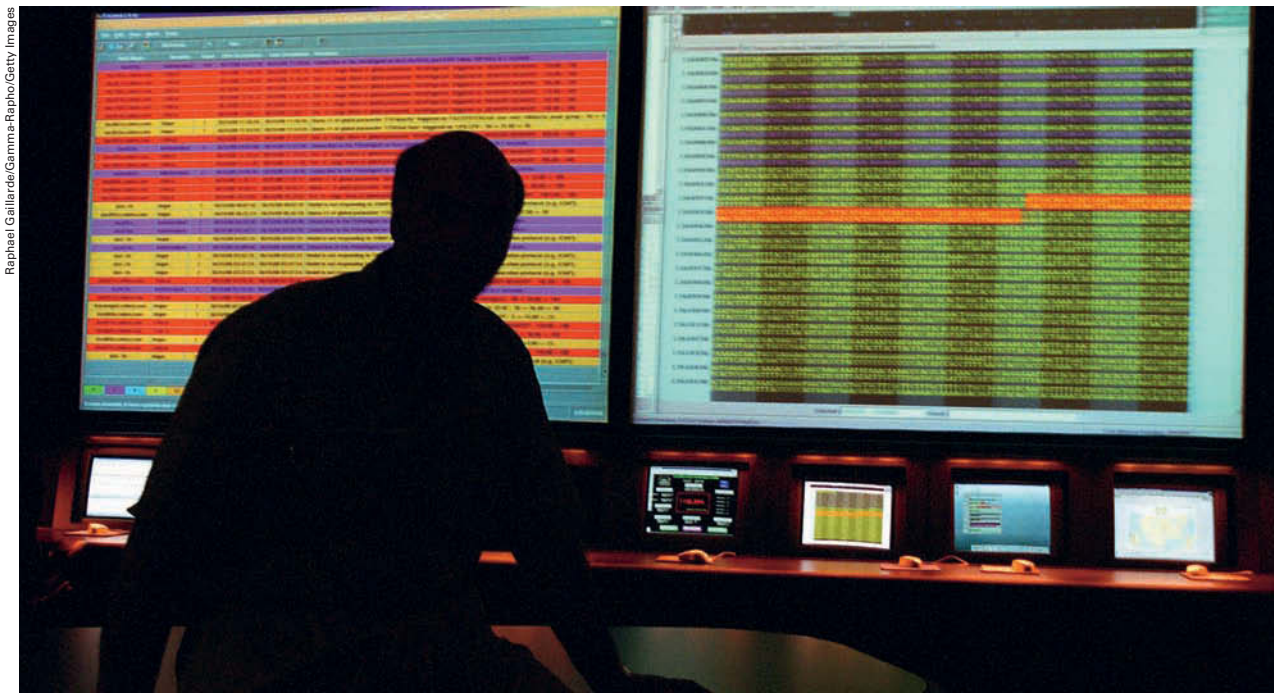


Anna Weisse/Alamy Images/Latinstock

Paul Feyerabend, em foto de 1992.

Nasceu na cidade de Viena, capital da Áustria. Estudou com o filósofo da ciência Karl Popper e projetou parcerias com o amigo e também filósofo da ciência Imre Lakatos, que não se realizaram por causa da morte repentina desse pensador. Seus estudos se concentraram no campo da filosofia da ciência, tendo como temas centrais o método e o caráter anárquico da ciência. Suas obras mais conhecidas são *Contra o método* (1975) e *Ciência em uma sociedade livre* (1978).

A pesquisa para decifração do genoma humano envolveu diversas equipes de pesquisadores de várias partes do mundo. Na foto, sala de controle da Celera Genomics, com computadores conectados à internet, em Rockville, Estados Unidos, em 2000.



Raphael Gaillard/Gamma-Rapho/Getty Images

“ Contra o método

A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem.

*Isso é demonstrado tanto por um exame de episódios históricos quanto por uma análise abstrata da relação entre ideia e ação. O único princípio que não inibe o progresso é: **tudo vale**.*

Por exemplo, podemos usar hipóteses que contradigam teorias bem confirmadas e/ou resultados experimentais bem estabelecidos.

A condição de consistência, que exige que hipóteses novas estejam de acordo com teorias aceitas, é desarrazoada, pois preserva a teoria mais antiga e não a melhor. Hipóteses contradizendo teorias bem confirmadas proporcionam-nos evidência que não pode ser obtida de nenhuma outra maneira. A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade prejudica seu poder crítico. A uniformidade também ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo.

Não há nenhuma ideia, por mais antiga e absurda, que não seja capaz de aperfeiçoar nosso conhecimento. Toda a história do pensamento é absorvida na ciência e utilizada para o aperfeiçoamento de cada teoria. E nem se rejeita a interferência política.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007. [trechos do Índice analítico.]

Atualmente, a ciência é cada vez mais uma atividade colaborativa, feita em redes de pesquisas. O avanço dos meios de comunicação e a criação da internet (que originariamente era uma rede aberta somente para cientistas e pesquisadores) facilitaram muito isso.

Colocando o problema

ARTE: O SER HUMANO COMO CRIADOR

O texto a seguir faz parte do encarte do CD *Com defeito de fabricação*, do compositor Tom Zé (1998). Nele, o artista discorre sobre o “defeito inato” da população humana.

“

O Terceiro Mundo tem uma crescente população. A maioria se transforma em uma espécie de “androide”, quase sempre analfabeto e com escassa especialização para o trabalho.

Isso acontece aqui nas favelas do Rio, São Paulo e do Nordeste do país. E em toda a periferia da civilização. Esses androides são mais baratos que o robô operário fabricado na Alemanha e no Japão. Mas revelam alguns “defeitos” inatos, como criar, pensar, dançar, sonhar; são defeitos muito “perigosos” para o Patrão Primeiro Mundo.

Aos olhos dele, nós, quando praticamos essas coisas por aqui, somos “androides” com defeito de fabricação. Pensar sempre será uma afronta.

Ter ideias, compor, por exemplo, é ousar. No umbral da História, o projeto de juntar fibras vegetais e criar a arte de tecer foi uma grande ousadia. Pensar sempre será.

ZÉ, Tom. Defeito de fabricação. In: *Com defeito de fabricação* (CD). LuakaBop, 1998. Encarte.

Segundo o texto, “criar, pensar, dançar, sonhar” são “defeitos perigosos”. Eles expressam aquilo que há de mais humano no ser humano. Graças a esses “defeitos”, o ser humano deixa de ser um androide que apenas produz para o mercado consumidor. A música “Defeito 6: Esteticar” brinca com essa ideia.

Desde as primeiras civilizações humanas, a arte é valorizada como um meio de expressão do potencial criativo dos seres humanos.



Pintura feita entre 4000 a.C. e 2000 a.C., em caverna de Tassili N'Ajjer, na Argélia.

“

Defeito 6: Esteticar

*Pensa que eu sou um caboclo
tolo boboca
Um tipo de mico cabeça-oca
Raquítico típico jeca-tatu
Um mero número zero um zé à
esquerda
Pateta patético lesma lerda
Autômato pato panaca jacu*

*Penso dispenso a mula da sua
óptica
Ora vá me lamber tradução
intersemiótica*

*Se segura milord aí que o mulato
baião
Smoka-se todo na estética do
arrastão*

*Ca esteticaestetu
Ca esteticaestetu
Ca esteticaestetu
Ca esteticaestetu
Ca estética do plágio-iê*

*Pensa que eu sou um androide
candango doido
Algum mamulengo molenga
mongo
Mero mameluco da cuca lelé
Trapo de tripa da tribo dos pele
e osso
Fiapo de carne farrapo grosso
Da trupe da reles e rala ralé*

ZÉ, Tom. Defeito 6: Esteticar.
In: *Com defeito de fabricação* (CD).
LuakaBop, 1998.

APOLO E DIONISO

Segundo a mitologia grega, Apolo era filho de Zeus e Leto, e irmão gêmeo de Ártemis (deusa da caça e da Lua). Representa a beleza, a perfeição, a harmonia, o equilíbrio e a razão. Protege os marinheiros, os pastores e os arqueiros, sendo ele próprio um excelente arqueiro, além de tocador de lira.

Dioniso era filho de Zeus e da princesa Sêmele. Representa os ciclos vitais, o vinho, as festas, a loucura. O culto prestado a Dioniso em Atenas foi a origem do teatro grego.

A filosofia na história

Já em seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia*, publicado em 1872, o filósofo Friedrich Nietzsche atribuiu à arte um papel central na cultura humana. Estudando a Antiguidade grega, Nietzsche afirmou que a criatividade e a beleza daquela civilização se deveram a sua capacidade de articular duas forças que em princípio são opostas. Denominou essas forças inspirado na mitologia grega. Chamou de **apolíneo** (relativo ao deus *Apolo*) o princípio que representa a razão como beleza harmoniosa e comedida, organizada. E denominou **dionisíaco** (relativo ao deus *Dioniso*) o princípio que representa a embriaguez, o caos, a falta de medida, a paixão. Para Nietzsche, nenhuma arte pode ser puramente apolínea (isto é, centrada na razão e na harmonia) nem puramente dionisíaca (isto é, centrada na desordem criativa e na embriaguez). A criação humana depende da articulação dos dois princípios, uma vez que o dionisíaco nos dá o princípio criativo e o apolíneo nos dá a ordem e a harmonia necessárias para a produção de algo belo.

Para Nietzsche, é a arte – com suas forças de criação – que nos faz plenamente humanos, pois ela nos dá a oportunidade de produzir nossa própria vida, construindo o que somos na medida em que vamos vivendo.

“

Apenas os artistas, especialmente os do teatro, dotaram os homens de olhos e ouvidos para ver e ouvir, com algum prazer, o que cada um é, o que cada um experimenta e o que quer; apenas eles nos ensinaram a estimar o herói escondido em todos os seres cotidianos, e também a arte de olhar a si mesmo como herói, a distância e como que simplificado e transfigurado – a arte de se “pôr em cena” para si mesmo.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 106.

ARTE, PRODUÇÃO E INDÚSTRIA CULTURAL

Analisando a arte e a cultura no século XX, os filósofos **Adorno** e **Horkheimer** criaram o conceito de “indústria cultural”, que apareceu pela primeira vez no livro *Dialética do esclarecimento*, publicado em 1947. Antes deles, outro filósofo alemão, **Walter Benjamin**, havia publicado um ensaio sobre a questão da arte na sociedade industrial.

Obra Boîte-en-valise (em francês, ‘caixa-numa-maleta’), feita pelo artista conceitual francês Marcel Duchamp, entre 1935 e 1941. A caixa traz cópias em miniatura de 69 obras do próprio artista, que mais tarde reproduziu edições de luxo dessa mesma obra.



Foto Scalfia, Florença, Itália/Museu de Arte Moderna de Nova York, EUA.

O pensamento produzido pela Escola de Frankfurt, em geral denominado “teoria crítica”, exerceu grande influência na filosofia e nas ciências sociais ao longo do século XX.

Para Walter Benjamin, a natureza da obra de arte transforma-se radicalmente com a invenção das técnicas de reprodução mecânicas em meados do século XIX. Se antes uma pintura ou uma escultura eram objetos únicos, com a reprodução fotográfica elas passam a poder ser reproduzidas em massa, o que transforma a relação do público com a arte. Antes da invenção da fotografia, por exemplo, apenas quem fosse ao Museu do Louvre, em Paris, poderia conhecer a *Monalisa*, de Leonardo da Vinci. Com a reprodutibilidade técnica, sua imagem ganha uma circulação universal. Com isso, a arte deixa de ser acessível a poucos. E, apesar de a pintura nunca perder seu caráter original, sua autoridade é diminuída.



NMPFT, Bradford, West Yorkshire/
The Bridgeman Art Library/Keystone

Daguerreótipo, uma das primeiras máquinas fotográficas de reprodução de imagem em larga escala, inventada em 1837 pelo francês Louis Jacques Mandé Daguerre. O daguerreótipo influenciou profundamente as artes plásticas do século XIX e contribuiu mais tarde na criação do cinema.

No caso da música, ela só estava acessível quando os músicos se reuniam para tocá-la. Com a industrialização, a invenção de técnicas e equipamentos de gravação permitiu que uma música fosse gravada e que alguém que tenha em casa um aparelho de reprodução possa ouvi-la a qualquer momento, sem precisar ir a um concerto.

Por outro lado, com a invenção da fotografia, e mais tarde do cinema, inaugurou-se uma forma completamente nova de arte, uma vez que em ambos os casos não faz sentido falar em original. A imagem, reproduzida em inúmeras impressões fotográficas, não mantém com suas cópias a mesma relação que a reprodução de uma pintura mantém com sua imagem. Da mesma forma, as várias salas de cinema exibem cópias do mesmo filme.

Benjamin, na década de 1930, nem sequer poderia imaginar aonde chegaríamos décadas depois com as tecnologias digitais, que potencializaram ainda mais a reprodutibilidade da obra de arte.

Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940)

Os três filósofos estiveram ligados ao Instituto para a Pesquisa Social, na cidade alemã de Frankfurt. Os pensadores ligados ao Instituto, mesmo com diferenças intelectuais entre si, formaram aquilo que se tornou conhecido como Escola de Frankfurt. Suas pesquisas foram influenciadas pelo pensamento de Karl Marx, Nietzsche e Freud. Alemães de origem judaica, sofreram perseguição durante o período nazista e precisaram deixar o país. Adorno e Horkheimer exilaram-se nos Estados Unidos e retornaram após o final da Segunda Guerra Mundial. Benjamin não teve a mesma sorte; quase capturado pelos nazistas ao tentar deixar a Europa, acabou se suicidando.



Theodor Adorno, em cerca de 1960.



Max Horkheimer, em foto de 1960.



Walter Benjamin, em foto de c. 1930.

Para Benjamin, a possibilidade de reprodução contém um aspecto positivo, pois “democratiza” o acesso à arte, que deixava de ser um privilégio das elites. Embora a obra de arte perdesse seu caráter singular, de ser única, podia agora ser levada às massas.

Já Adorno e Horkheimer acentuaram o caráter problemático dessa democratização, exatamente por ela vir acompanhada de uma massificação das artes. Eles afirmavam que a obra de arte reproduzida podia ser transformada em apenas mais uma mercadoria pela lógica capitalista de produção e circulação. E, como mercadoria, ela deixava de ser obra de arte. Segundo os dois filósofos alemães, surgia assim uma nova indústria, a “indústria cultural”, destinada a produzir objetos culturais para serem vendidos como mercadorias. O cinema se tornava uma indústria que produzia mercadorias culturais (os filmes) e a música passava a ser produzida segundo a lógica de mercado das gravadoras. Em lugar de democratizar a arte, como pensava Benjamin, levando-a a um número maior de pessoas, perdia-se a arte, que se transformava em apenas mais uma mercadoria.

O efeito desse processo é o que Adorno chamaria mais tarde de **semicultura**, uma cultura pela metade. Ouvimos as músicas que o mercado nos oferece, assistimos aos filmes que a indústria cultural nos oferece. Pensamos que escolhemos aquilo de que gostamos, mas escolhemos a partir das opções que a indústria cultural nos dá.

Atualizando esse debate, poderíamos questionar em que medida a internet, como meio de comunicação de massas e como arquivo digital de uma grande quantidade de informações e de produtos culturais, pode agir a favor ou contra a indústria cultural. Por um lado, a tecnologia, hoje, permite que um músico tenha um estúdio em sua casa, grave as músicas que compõe e as divulgue na rede mundial, cobrando ou não por seu trabalho. A diversidade de criações a que temos acesso, portanto, nunca foi tão grande e o acesso a elas é muito mais direto. Nesse sentido, podemos pensar em como a internet contraria a indústria cultural. Por outro lado, porém, a tecnologia e a internet podem ser, elas mesmas, um reforço da própria indústria cultural. Você já pensou sobre tudo isso?

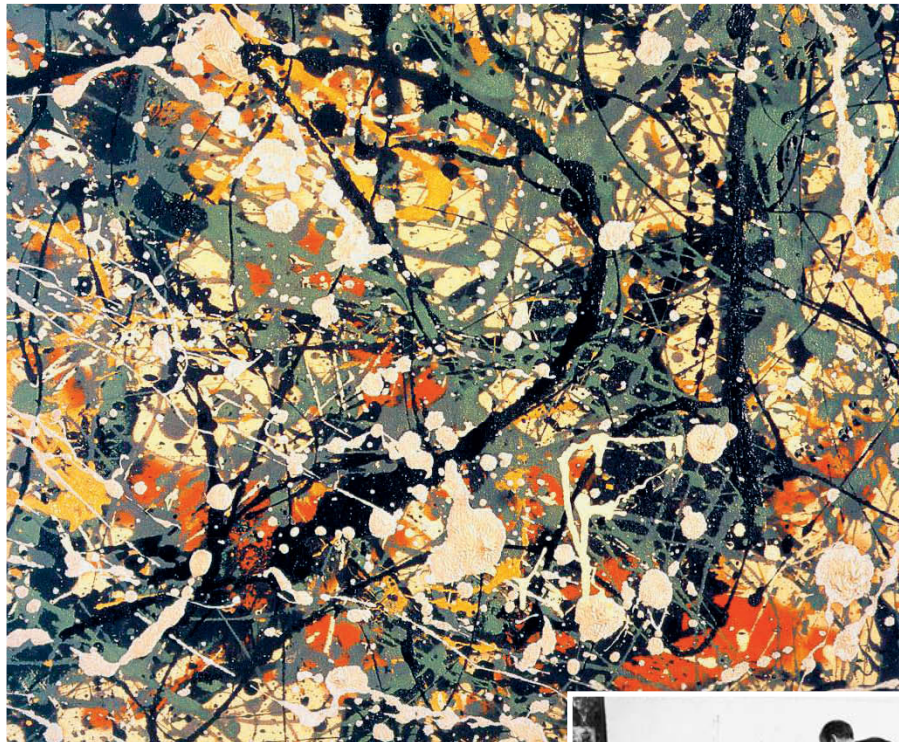
Arte e criação

Ao relacionar-se com o mundo, assim como qualquer pessoa, o artista experimenta sensações boas ou ruins, que o afetam, o mobilizam, deixam nele alguma marca. Mas, diferentemente daqueles que não são artistas, eles são capazes de transformar as percepções e os sentimentos em algo – uma música, uma pintura, uma escultura, um poema ou outra obra de arte – que condensa esse estado. Outra pessoa, quando entra em contato com o objeto artístico, sente-se afetada por ele, com sensações boas, não tão boas ou mesmo ruins. Por essa razão, Gilles Deleuze e Félix Guattari, quando falam da potência criativa da arte, dizem que aquilo que o artista cria, a obra de arte, é um “bloco de sensações”. A obra traz em si as sensações do artista, sendo por isso capaz de provocar novas sensações nas pessoas.



Loja vende produtos estampados com a imagem da *Mona Lisa* (La Joconde), obra de Leonardo da Vinci, durante exposição “Jocondissima”, no museu Cholet, na França, em 2001.

É importante ressaltar que os sentimentos da pessoa que usufrui a obra não são necessariamente os mesmos do artista. Cada um tem suas próprias percepções, e uma mesma obra pode provocar reações muito diferentes nas diversas pessoas que entram em contato com ela. Frente a um trabalho de Jackson Pollock (1912-1956), por exemplo, que pintou de forma intensa, jogando tinta sobre a tela e formando composições bastante inusitadas, algumas pessoas veem não mais do que borrões de tinta; outras, emocionam-se profundamente.



Museu Neuberger, State University of New York, EUA

Number 8 (detalhe), feita por Pollock em 1949. O que essa obra desperta em você? No detalhe, o artista trabalhando em uma de suas criações.

AS TRÊS POTÊNCIAS DO PENSAMENTO

Afinal, por que exatamente a filosofia, como já estudamos, mantém com a mitologia, a religião e o senso comum relações muitas vezes conflituosas, enquanto seus vínculos com a arte e a ciência são mais estreitos?

Vamos pensar: uma obra de arte, seja ela qual for, é produto de uma experiência do pensamento que o artista vivenciou e tem o potencial de despertar em outras pessoas a sensibilidade e a curiosidade, instigando-as a pensar. Da mesma forma, uma teoria científica é também um produto do pensamento de um cientista e estimula outras pessoas a refletir. A filosofia, igualmente, consiste em produzir conceitos com base em experiências do pensamento e gerar, assim, outros pensamentos.

Portanto, com as formas de enfrentar o mundo que não convidam nem incitam a um pensamento constante, a filosofia não pode interagir com a mesma intensidade. Esse é o caso, como vimos, da mitologia, da religião e do senso comum. Com aquelas formas que estão o tempo todo nos fazendo pensar – a ciência e a arte – a filosofia dialoga e interfere nelas, da mesma forma que recebe suas influências e interferências.

Enquanto a ciência produz funções, a arte produz sensações e a filosofia produz conceitos, as três potências do pensamento se complementam na invenção de novas formas de ver o mundo e a vida.



Rudolph Burdhardt/Sigma/Corbis/Latinstock

TRABALHANDO COM TEXTOS

Dos dois textos a seguir, o primeiro aborda o pensamento científico e o segundo trata da importância da arte para o exercício de um pensamento livre. Leia-os atentamente.

Texto 1

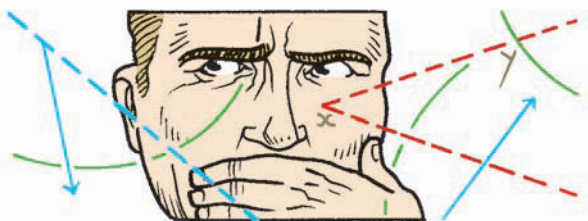
Para pensar cientificamente, precisamos lidar com os conhecimentos e preconceitos que já trazemos cristalizados, como as **opiniões** – grande obstáculo a ser removido, como explica o filósofo Gaston Bachelard no texto abaixo.

A formação do espírito científico

A ideia de partir de zero para fundamentar e aumentar o próprio acervo só pode vingar em culturas de simples justaposição, em que um fato conhecido é imediatamente uma riqueza. Mas, diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado.

A ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se, em determinada questão, ela legitima a opinião, é por motivos diversos daqueles que dão origem à opinião; de modo que a opinião está, de direito, sempre errada. A opinião **pensa mal**; não **pensa: traduz** necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é primeiro obstáculo a ser superado. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar provisório. O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse **sentido do problema** que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-18.



Questões sobre o texto

- 1 O que quer dizer a seguinte afirmação de Bachelard: “Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente [...]”? Utilize dados do próprio texto e as informações sobre as características da ciência moderna que você estudou neste capítulo.
- 2 Por que, segundo o texto, a formulação do problema caracteriza o espírito científico?

Texto 2

Para Nietzsche, apenas quando usamos o “chapéu de bobo” a vida é suportável. Segundo esse filósofo, a arte nos ajuda a deixar de ser “pesados e sérios” e experimentar o pensamento livre.

A gaia ciência – aforismo 107

Nossa derradeira gratidão para com a arte. – Se não tivéssemos aprovado as artes e inventado essa espécie de culto do não verdadeiro, a percepção de inverdade e **mendacidade** geral, que até agora nos é dada pela ciência – da ilusão e do erro como condições de existência **cognoscente** e sensível –, seria intolerável para nós. A **retidão** teria por consequência a náusea e o suicídio. Mas agora a nossa retidão tem uma força contrária, que nos ajuda a evitar consequências tais: a arte como a **boa** vontade da aparência. Não proibimos sempre que os olhos arredondem, terminem o poema, por assim dizer: e então não é mais a eterna imperfeição, que carregamos pelo rio do vir a ser – então cremos carregar uma **deusa** e ficamos orgulhosos e infantis com tal serviço.

Como fenômeno estético a existência ainda nos é **suportável**, e por meio da arte nos são dados olhos e mãos e, sobretudo, boa consciência para **poder** fazer de nós mesmos um tal fenômeno. Ocasionalmente precisamos descansar de nós mesmos, olhando-nos de cima e de longe e, de uma artística distância, rindo de nós ou chorando por nós; precisamos descobrir o **herói** e também o **tolo** que há em nossa paixão do conhecimento, precisamos nos alegrar com nossa estupidez de vez em quando, para poder continuar nos alegrando com a nossa sabedoria! E justamente por sermos, no fundo, homens pesados e sérios, e antes pesos do que homens, nada nos faz tanto bem como o **chapéu do bobo**: necessitamos dele diante de nós mesmos – necessitamos de toda arte exuberante, flutuante, dançante, zombeteira, infantil e venturosa, para não perdermos a **liberdade de pairar acima das coisas**, que o nosso ideal exige de nós. Seria para nós um **retrocesso** cair totalmente na moral, justamente com a nossa **susceptível** retidão, e, por causa das severas exigências que aí fazemos a nós mesmos, tornamo-nos virtuosos monstros e espantelhos. Devemos também **poder** ficar **acima** da mo-

ral: e não só ficar em pé, com a angustiada rigidez de quem receia escorregar e cair a todo instante, mas também flutuar e brincar acima dela! Como poderíamos então nos privar da arte, assim como do tolo? – E, enquanto vocês tiverem alguma **vergonha** de si mesmos, não serão ainda um de nós!

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 132-133.

❓❓❓ Questões sobre o texto

1 Segundo Nietzsche, na arte as pessoas podem “descansar de si mesmas”. O que ele quis dizer com isso?

2 O aforismo citado fala sobre um “espírito livre”. De acordo com sua leitura do texto e a relação entre filosofia e arte responda: qual é o significado dessa expressão?

Glossário

Cognoscente: aquele que conhece; existência cognoscente: a existência que conhece, que produz conhecimentos.

Mendacidade: característica daquilo que é mentiroso, falso.

Retidão: característica daquilo que é reto. No texto, trata-se de uma retidão moral, retidão de caráter.

Suscetível: que tem tendência para receber influências.

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- Podemos falar em “ciência” na Antiguidade? Cite exemplos da produção de um conhecimento sistematizado naquela época.
- Quais são os dois componentes básicos da ciência moderna?
- De acordo com o que foi visto neste capítulo, explique por que a arte é importante para a vida humana.
- Explique o conceito de “indústria cultural” e seu impacto na produção artística contemporânea.
- Refleta sobre a letra da música “A ciência em si” e escreva um pequeno texto, relacionando-a às noções de mito e ciência.

A ciência em si

*Se toda coincidência
Tende a que se entenda
E toda lenda
Quer chegar aqui
A ciência não se aprende
A ciência apreende
A ciência em si*

*Se toda estrela cadente
Cai pra fazer sentido
E todo mito
Quer ter carne aqui
A ciência não se ensina
A ciência insemina
A ciência em si*

*Se o que se pode ver, ouvir, pegar, medir, pesar
Do avião a jato ao jaboti
Desperta o que ainda não, não se pôde pensar
Do sono do eterno ao eterno devir
Como a órbita da terra abraça o vácuo devagar
Para alcançar o que já estava aqui
Se a crença quer se materializar
Tanto quanto a experiência quer se abstrair
A ciência não avança
A ciência alcança
A ciência em si*

GIL, Gilberto. *A ciência em si*. In: *Quanta*. Warner Music (CD), 1997.

- Faça uma pesquisa (na internet, em bibliotecas, em bancas de jornal) sobre as revistas de divulgação científica disponíveis hoje no Brasil. Escolha um ou mais artigos sobre um tema atual e, em grupo, preparem uma apresentação para os colegas, de modo a promover uma discussão sobre o tema. A apresentação deve ser precedida pela elaboração, em grupo, de uma análise crítica do artigo ou conjunto de artigos, explicitando:
 - a hipótese ou hipóteses do autor;
 - o método utilizado na pesquisa;
 - as principais conclusões do texto.
- No texto a seguir, **Claude Lévi-Strauss** rejeita a ideia de uma ruptura absoluta entre o pensamento mítico e a ciência. Ele afirma que é preciso considerar ambos “em paralelo”, pois há mais proximidade entre eles do que supõe a visão comum.

Não voltamos, contudo, à tese vulgar (aliás admissível, na perspectiva estreita em que se coloca), segundo a qual a magia seria uma modalidade tímida e balbuciante da ciência: pois nos privaríamos de todos os meios de



Cena do documentário Lévi-Strauss: Saudades do Brasil, de 2005, dirigido por Maria Maia. Aqui o antropólogo francês interage com indígenas brasileiros em sua pesquisa de campo.

compreender o pensamento mágico se pretendêssemos reduzi-lo a um momento ou a uma etapa da evolução técnica e científica. Mais como uma sombra que antecipa a seu corpo, ela é, num sentido, completa como ele, tão acabada e coerente em sua imaterialidade, quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido. O pensamento mágico não é uma estreia, um começo, um esboço, parte de um todo ainda não realizado; forma um sistema bem articulado; independente, neste ponto, desse outro sistema que constituirá a ciência, exceto quanto à analogia formal que os aproxima; e que faz do primeiro uma espécie de expressão metafórica do segundo. Em lugar, pois, de opor magia e ciência, melhor seria colocá-las em paralelo, como duas formas de conhecimento, desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos (pois sob este ponto de vista, é verdade que a ciência se sai melhor que a magia, se bem que a magia preforme a ciência no sentido de que triunfa também algumas vezes), mas não pelo gênero de operações mentais, que ambas supõem, e que diferem menos em natureza que em função dos tipos de fenômenos a que se aplicam.

Estas relações decorrem, com efeito, das condições objetivas em que surgiram o conhecimento mágico e o conhecimento científico. A história deste último é bastante curta para que estejamos bem informados a seu respeito; mas o fato de a origem da ciência moderna montar apenas há alguns séculos cria um problema, sobre o qual os etnólogos ainda não refletiram suficientemente; o nome paradoxo neolítico caber-lhe-ia perfeitamente.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus. 2005.

O que você pensa sobre essa questão? Com base em tudo o que estudamos no capítulo, elabore uma dissertação desenvolvendo o seu ponto de vista.

Claude Lévi-Strauss (1908-2009)



Ulf Andersen/Getty Images

Claude Lévi-Strauss, em foto de 1993.

Filósofo e etnólogo nascido em Bruxelas, foi professor na Universidade de São Paulo (USP), em instituições norte-americanas e em instituições francesas, especialmente o Collège de France. Com base em suas pesquisas feitas com indígenas brasileiros, criou a antropologia estrutural, uma nova forma de pesquisar o campo antropológico que teve grande impacto no pensamento francês do século XX, nos mais variados campos. Foi autor de diversas obras, dentre as quais: *As estruturas elementares do parentesco* (1949), *Antropologia estrutural* (1958) e *O pensamento selvagem* (1962).

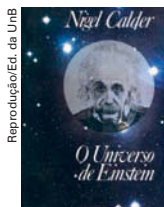
DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Na introdução de uma dissertação, além de deixar claro o seu posicionamento em relação ao tema que será desenvolvido, é importante conquistar a atenção do leitor. Para isso, você pode começar seu texto, por exemplo, com uma declaração sucinta, uma pergunta, um fato histórico, uma citação ou até mesmo um ponto de vista que será contra-argumentado. Aproveite este momento do texto para problematizar o tema.

A introdução não deve ser longa, mas também não será boa se tiver apenas uma frase. O ideal é que tenha um número de frases suficiente para anunciar ao leitor as ideias que serão desenvolvidas. Isso corresponde a uma média de três a cinco frases.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. da UnB

CALDER, Nigel. *O Universo de Einstein*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

A obra apresenta as principais ideias do inventor da teoria da relatividade, bem como as concepções contemporâneas sobre o Universo.



Reprodução/Ed. Cultrix

CAPRA, Fritjof. *A ciência de Leonardo da Vinci*. São Paulo: Cultrix, 2008.

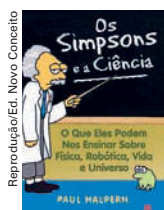
A obra examina as produções científicas e tecnológicas do grande gênio do Renascimento.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

GLEISER, Marcelo. *A dança do Universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Professor de Física e de Astronomia, o autor fala de modo descomplicado sobre o Universo e as concepções que foram produzidas sobre ele, da Antiguidade até os dias de hoje.



Reprodução/Ed. Novo Conceito

HALPERN, Paul. *Os Simpsons e a ciência*. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2008.

De forma divertida, o livro investiga temas como ecologia, tecnologias, viagens espaciais e mutações genéticas, entre outros.

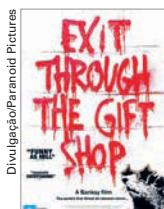


Reprodução/Ed. Moderna

MARTINS, Roberto de Andrade. *O Universo: teorias sobre sua origem e evolução*. São Paulo: Moderna, 1994.

A obra traz uma abordagem bastante didática e esclarecedora sobre a astronomia.

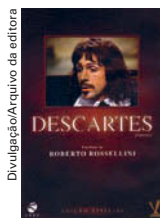
Filmes



Divulgação/Paranoic Pictures

EXIT through the gift shop. Direção de Banksy. Estados Unidos/Reino Unido, 2010. (87 min)

O documentário aborda de forma cômica e abrangente o mundo da “street art” (‘arte de rua’) e seus principais personagens no cenário norte-americano e europeu. Colhendo relatos de diversos artistas, incluindo o do misterioso Banksy, que nunca revelou sua identidade, o documentário joga com o real e o fictício, expondo as contradições que movem a arte contemporânea.



Divulgação/Arquivo de editora

DESCARTES. Direção de Roberto Rossellini. Itália, 1974. (162 min)

Cinebiografia do filósofo René Descartes relatando suas ideias, suas atuações no campo da Matemática e da Geometria, e em especial sua preocupação com a construção de um método para a filosofia.



Divulgação/Columbia TriStar

FRANKENSTEIN de Mary Shelley. Direção de Kenneth Branagh. Estados Unidos, 1994. (118 min)

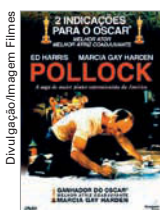
Adaptação do romance da escritora inglesa Mary Shelley sobre o médico que cria um monstro usando partes de cadáveres. É uma interessante reflexão em torno dos limites da ciência.



Divulgação/Arquivo de editora

GIORDANO BRUNO. Direção de Giuliano Montaldo. Itália, 1973. (114 min)

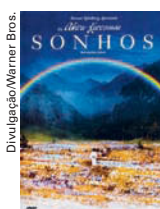
O filme mostra o processo da Inquisição contra o monge e filósofo Giordano Bruno, que defendia ideias consideradas heréticas pela Igreja católica e foi queimado em praça pública na cidade de Roma em 1600.



Divulgação/Imagem Filmes

POLLOCK. Direção de Ed Harris. Estados Unidos, 2000. (117min)

Com base na biografia do pintor norte-americano, o filme faz uma reflexão sobre a vida de um artista e as reações do público perante suas obras.



Divulgação/Warner Bros.

SONHOS. Direção de Akira Kurosawa. Japão/Estados Unidos, 1990. (119 min)

Oito episódios relatando “sonhos” que se conectam, mas que também podem ser analisados individualmente. Especialmente recomendável é o quinto episódio: “Corvos”, em que um artista está num museu vendo quadros de Van Gogh e de repente se vê dentro dos quadros, encontrando-se com o próprio pintor e conversando com ele.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

Embora as grandes civilizações antigas, como a egípcia, a indiana e a chinesa, cultivassem conhecimentos milenares e visões de mundo sofisticadas, foi na Grécia antiga que a filosofia nasceu e se desenvolveu. No capítulo 1 desta unidade, vimos que entre os gregos havia uma cultura pluralista, aberta a influências e estimuladora de um pensamento autônomo, debatido e polemizado. Há, no entanto, outros motivos igualmente importantes que determinaram o nascimento da filosofia entre os gregos e não entre os demais povos.

Toda vez que nos referimos à Grécia antiga, estamos na verdade nos referindo a um conjunto de cidades politicamente independentes umas das outras. Reveja o mapa da página 14 e observe que essas cidades se situavam ao longo de todo o mar Mediterrâneo, mas se concentravam na península em que hoje se situa o país que conhecemos por Grécia. A cidade de Atenas foi aquela que, durante seu apogeu, no século V a.C., concentrou de maneira mais expressiva as grandes realizações culturais da Grécia. É por isso que ela é frequentemente tomada como exemplo.

Sólon e Clístenes, dois políticos atenienses, foram os principais responsáveis por reformas políticas que permitiram o desenvolvimento da democracia na cidade.

Essas reformas estabeleceram leis que contrariavam alguns costumes patriarcais e dividiram de maneira mais equitativa o poder. Primeiro, os grupos mais poderosos tiveram seus poderes igualados aos dos menos poderosos. Mais tarde, todos os cidadãos passaram a ter os mesmos direitos e deveres, princípio chamado *isonomia*. Antes dessas reformas, as leis eram feitas no Areópago por um pequeno grupo de pessoas sob a influência da deusa Atenas, que, segundo a tradição, só falava a alguns. Mas Clístenes instituiu o tribunal popular e a assembleia, que passaram a debater questões importantes para a cidade na presença de todos os cidadãos e em um local circular, para que todos estivessem diante de todos. Na assembleia, todos os cidadãos têm direito à palavra, princípio chamado *isegoria*.

Essa nova configuração do espaço político exigiu mudanças na mentalidade política dos cidadãos atenienses. Nessa nova sociedade, eles não apenas obedecem às decisões e as leis, mas tomam decisões e fazem as leis que terão de obedecer. Os homens estão no centro, determinam os destinos da cidade e, portanto, têm de pensar por si mesmos. Não há mais respostas vindas de cima e todas as decisões podem ter seus pressupostos questionados, de maneira que quem defende tal ponto de vista tem de explicá-lo e quem o critica também.

A filosofia é justamente essa forma de pensamento que questiona os pressupostos e que, nessa nova forma política, é muito estimulada. No início, a filosofia se ocupava da natureza, em busca de suas leis e de uma cosmologia. Mas paulatinamente as demandas de cunho político, moral e ético fizeram com que o ser humano, e não mais os deuses, ocupasse o centro das atenções.

Prisma/Album/Laifistock



Sérgio Lima/Folhapress

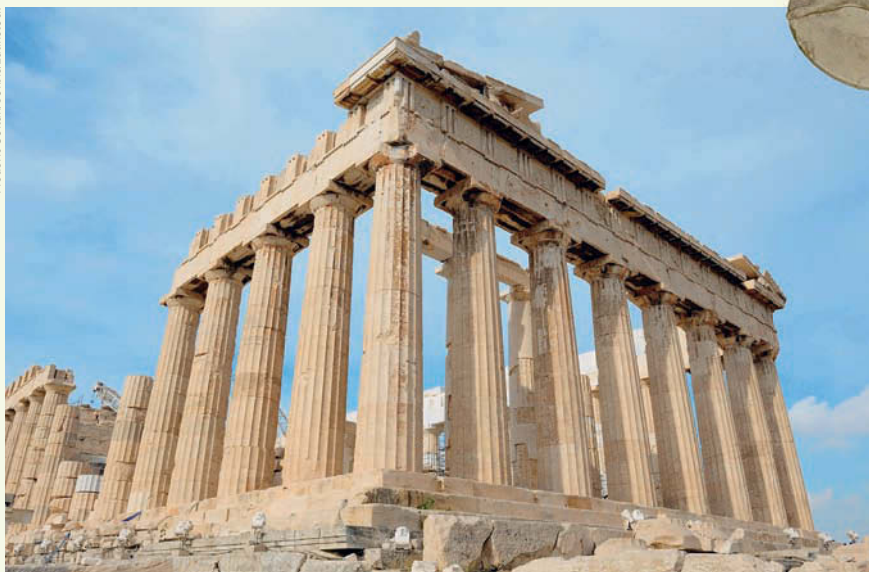


À esquerda, imagem de debate em ágora ateniense, de William S. Bagdatopoulos (1888-1965); à direita, deputados em atividade na Câmara dos Deputados, em 2005 (Brasília-DF). Dos ideais e conceitos políticos ao modelo arquitetônico das instituições públicas, as inovações culturais e políticas realizadas pelos gregos entre o nascimento e a consolidação da Filosofia se refletem ainda hoje.

É nesse contexto de laicização que Sócrates, segundo Cícero, “traz a filosofia dos céus para a terra” e dá grande impulso ao que Deleuze chama “potência do pensamento”. Também a arte, outra “potência do pensamento”, se desenvolveu muito nesse período áureo de Atenas. Durante o governo de Péricles (461 a.C.–469 a.C.), grandes obras arquitetônicas, como o Parthenon, são construídas. A escultura grega chega ao seu ponto mais alto com as

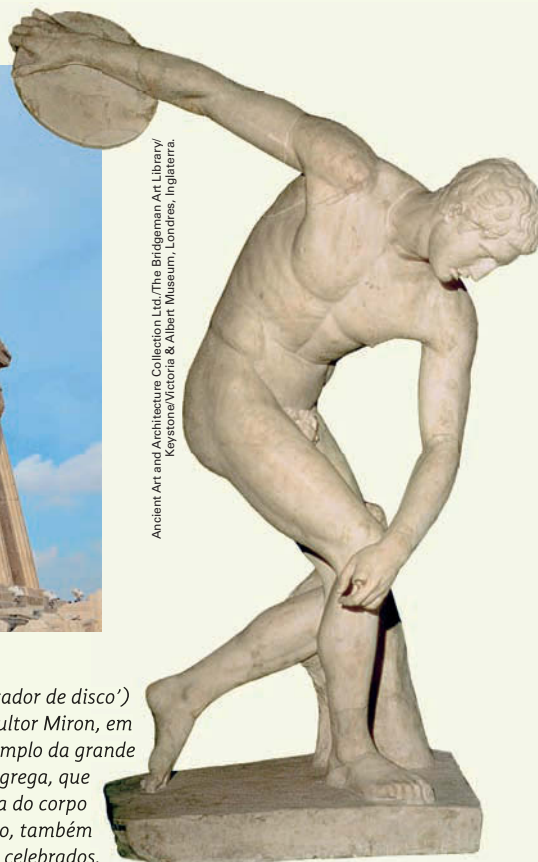
obras do escultor Fídias. Os três grandes autores trágicos, Sófocles, Eurípedes e Ésquilo também produzem suas peças teatrais neste momento. Na Medicina, destaca-se a obra de Hipócrates, considerado o pai desse saber. Heródoto e Tucídides narram fatos memoráveis do passado sem recorrer aos mitos, e dão início à historiografia e ao conhecimento que hoje chamamos História.

Frederic Solhan/Corbis/Latinstock



O Parthenon foi um templo erguido para a deusa Atena. É um símbolo tanto da arquitetura grega quanto da democracia, pois é uma obra artística magnífica cuja longa construção foi decidida em assembleia, que também escolhia anualmente os cidadãos responsáveis pela fiscalização da obra (foto de 2012).

Ancient Art and Architecture Collection Ltd, The Bridgeman Art Library/Keystone/Visciana & Albert Museum, Londres, Inglaterra.



O discóbolo (‘lançador de disco’) feito pelo escultor Miron, em 450 a.C. é um exemplo da grande estatuária grega, que celebrava a beleza do corpo humano. Nesse caso, também os esportes são celebrados.

- 1 Com base no texto de Jean-Pierre Vernant, abaixo, e no conteúdo da unidade 1, indique os “vínculos demasiado estreitos” entre o advento da polis e o nascimento da filosofia.

Advento da polis, nascimento da filosofia: entre as duas ordens de fenômenos, os vínculos são demasiado estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega. [...] De fato, é no plano político que a Razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pôde tornar-se entre os gregos objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos. [...] A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não transformar a natureza. Dentro de seus limites, como em suas inovações, ela é filha da cidade.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1986. p. 141-143.

- 2 Considerando a concepção racional de destino, que se refletiu na vida política ateniense por meio da democracia, de que modo ela se diferencia da concepção de destino derivada da religião, do mito e do senso comum?
- 3 É muito comum considerarmos que vivemos, hoje, em uma sociedade democrática e que a filosofia, a ciência e a arte estão muito desenvolvidas. Entretanto, é comum encontrarmos conflitos entre alguma das formas de potência do pensamento e a mitologia, a religião ou o senso comum, o que prova que essas três formas de pensamento ainda vigoram entre nós. Identifique um desses conflitos no mundo atual.



Um diálogo com história e sociologia

O jovem e o exercício do pensamento

Você já parou para pensar em como os conteúdos e as investigações das disciplinas que você estuda na escola possibilitam uma interação, um diálogo com as questões presentes em seu cotidiano? Isso ocorre porque os conhecimentos não são isolados: eles se relacionam e se complementam, tendo em vista a compreensão da realidade em que vivemos.

No caso da filosofia, saber de longa data e de muitos objetos de estudo, isso é ainda mais evidente: muitas das disciplinas que estudamos foram um dia partes dela. Ao pensar filosoficamente, focamos os mais variados objetos, sem perder a noção de que eles compõem um todo, isto é, fazem parte do mundo.

Dessa forma, não há como estudar filosofia sem estar em relação direta com as outras disciplinas e áreas do conhecimento. E ainda mais: não há como produzir filosofia sem o diálogo com as artes e as ciências.

Ao realizar as atividades desta seção, observe como a filosofia interage com outras áreas. Quando essas relações são estabelecidas, o estudo fica ainda mais significativo e – por que não? – mais divertido.

Após ler o artigo “Saudade para quê?”, escrito por Serginho Groisman para a Edição Especial Jovens da revista *Veja*, publicada em junho de 2004, e trechos da canção “Tempo perdido”, de Renato Russo, faça o que se propõe a seguir.

Texto 1

Saudade para quê?

Existem jovens que sentem nostalgia por não ter sido jovens em gerações passadas. Saudade do enfrentamento com os militares dos anos [19]70, da organização estudantil nas ruas, do sonho socialista-comunista-anarquista-marxista-leninista.

Ter saudade da ditadura é ter saudade de conhecer a tortura, o medo, a falta de liberdade e a morte. Ser jovem naquela época era coexistir com a morte, ver os amigos ser tirados das salas de aula para o pau de arara, para o choque elétrico, para as humilhações. Da mesma forma, quem sente nostalgia dos anos [19]80 se esquece do dogmatismo limitante das tribos daqueles tempos, fossem punks, góticos ou metaleiros. Hoje, é a vez dos mauricinhos-patricinhas-cybermanos-junkies, das raves, do crack, da segurança dos shoppings e do Beira-Mar. Um cenário que pode parecer aborrecido ou irritante para muita gente que tem uma visão romântica de outras décadas. Mas nada melhor que a liberdade que temos hoje para saber qual é a real de uma juventude e de uma sociedade. Hoje, a juventude é mais tolerante com as diferenças. Hoje, existem ferramentas melhores para a pesquisa e a diversão. Hoje, a participação em ONGs é grande e isso mostra um país que trabalha, apesar do Estado burocrático. O país está melhor. Falta muito, mas o olhar está mais atento, e até o sexo está mais seguro. Não temos hinos mobilizadores, mas nem precisamos deles.



Serginho Groisman, em foto de 2010.

O jovem de hoje não precisa mais lutar pelo fim da tortura ou por eleições diretas, pois outras gerações já fizeram isso. Se o país necessitar, é verdade, lá estarão eles de cara limpa, pintada, o que for. Mas é bobagem achar, como pensam os nostálgicos, que tudo já foi feito. Há muito por realizar pelo país. Seria bom, por exemplo, se a juventude participasse de forma mais efetiva na luta pela educação e pela leitura. Sim, porque lemos pouco, muito pouco. Ler mais vai fazer a diferença. Transformar a chatice da obrigação de ler Machado de Assis no prazer absoluto de ler Machado de Assis. Repensar a escola também é fundamental. Dar ao aluno mais responsabilidade pelo próprio destino e a chance de se autoavaliar e avaliar seus professores. Reformular o sistema de avaliação e transformar a escola numa atividade de prazer: trazer para dentro dos colégios os temas da atualidade, além de transformar numa atividade doce o trinômio física-química-biologia.

Vivemos num país que mistura desdentados com marombados, famintos com bad boys, motins em prisões com raves na Amazônia, malabares nos cruzamentos com gatinhas tatuadas, crianças com 15 anos na Febem e outras com 15 na Disney. É Macunaíma dando passagem aos tropicalistas, numa maçaroca que é o samba-enredo chamado Brasil. É um país com muitas diferenças – e acabar com elas é papel dos jovens. A juventude deve, acima de tudo, saber desconfiar das verdades absolutas. Desconfiar sempre é ser curioso, pesquisador, renovador, transgressor. Seja intransigente na transgressão. Sempre diga não ao não – e desafine o coro dos contentes.

GROISMAN, Serginho. Saudade para quê? *Veja*. Edição Especial Jovens. São Paulo: Abril, jun. 2004, n. 32. p. 82. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2004/p_082.html>. Acesso em: 15 dez. 2012.



André Penner/Arquivo da editora

Texto 2

Tempo perdido

Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo:
Temos todo o tempo do mundo.

Todos os dias antes de dormir,
Lembro e esqueço como foi o dia:
“Sempre em frente,
Não temos tempo a perder”.

[...]
O que foi escondido é o que se escondeu,
E o que foi prometido, ninguém prometeu
Nem foi tempo perdido;
Somos tão jovens, tão jovens, tão jovens.

RUSSO, Renato. Tempo perdido. In: *Dois* (CD), EMI-Odeon 1986.

Renato Russo, em foto de 1994.

1 O artigo menciona a ditadura militar e a organização estudantil, que marcaram os anos 1970. Faça uma pesquisa em bibliotecas e na internet sobre o movimento estudantil no Brasil e escreva um breve relatório comparando as principais reivindicações feitas pelos jovens naquela década e atualmente. O que mudou?

2 Releia o trecho do artigo, destacado abaixo:

Mas é bobagem achar, como pensam os nostálgicos, que tudo já foi feito. Há muito por realizar pelo país. Seria bom, por exemplo, se a juventude participasse de forma mais efetiva na luta pela educação e pela leitura. Sim, porque lemos pouco, muito pouco. [...] Repensar a escola também é fundamental. [...] Reformular o sistema de avaliação e transformar a escola numa atividade de prazer [...].

- a) Qual é a sua opinião sobre esse trecho? Você concorda ou discorda dele?
b) Em sua opinião, o que mais precisa ser feito pelo nosso país? O que você faz para contribuir com isso?

3 A canção do grupo Legião Urbana nos faz pensar sobre o tempo e a história. A cada dia, já não temos o tempo que passou, mas temos um futuro aberto. Como nos relacionamos com o passado: nostálgicamente ou utilizando-o como experiência para a construção do futuro? Com base no artigo de Serginho Groisman, argumente em torno dessa questão.

4 Releia os trechos abaixo:

A juventude deve, acima de tudo, saber desconfiar das verdades absolutas. Desconfiar sempre é ser curioso, pesquisador, renovador, transgressor. Seja intransigente na transgressão. Sempre diga não ao não – e desafine o coro dos contentes.

*O que foi escondido é o que se escondeu,
E o que foi prometido, ninguém prometeu,
Nem foi tempo perdido;
Somos tão jovens, tão jovens, tão jovens.*

Escreva um pequeno texto relacionando os trechos às ideias estudadas nesta primeira unidade.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1 (UFSJ, 2010) Sobre o conceito **filosofia**, assinale a alternativa **correta**.

- a) É o exame do conhecimento em sua generalidade que se desdobra por meio da dialética humana: da prática ao conhecimento e desse conhecimento de retorno à prática.
- b) É um exercício sistemático do pensar com clara inspiração científica.
- c) É, por si mesma, uma interface sistemático-conceitual que busca ser a extensão do conhecimento rigoroso e sistematizado.
- d) É uma análise lógico-crítica da realidade.

2 (UEL, 2007)

Há, porém, algo de fundamentalmente novo na maneira como os gregos puseram a serviço do seu problema último – da origem e essência das coisas – as observações empíricas que receberam do Oriente e enriqueceram com as suas próprias, bem como no modo de submeter ao pensamento teórico e casual o reino dos mitos, fundado na observação das realidades aparentes do mundo sensível: os mitos sobre o nascimento do mundo.

JAEGER, W. *Paideia*. Tradução de Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 197.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre mito e filosofia na Grécia, é correto afirmar:

- a) Em que pese ser considerada como criação dos gregos, a filosofia se origina no Oriente sob o influxo da religião e apenas posteriormente chega à Grécia.
- b) A filosofia representa uma ruptura radical em relação aos mitos, representando uma nova forma de pensamento plenamente racional desde as suas origens.
- c) Apesar de ser pensamento racional, a filosofia se desvincula dos mitos de forma gradual.
- d) Filosofia e mito sempre mantiveram uma relação de interdependência, uma vez que o pensamento filosófico necessita do mito para se expressar.
- e) O mito já era filosofia, uma vez que buscava respostas para problemas que até hoje são objeto da pesquisa filosófica.

3 (UEM, 2009) Na Grécia arcaica, a geração da ordem do mundo é apresentada por mitos que narram a genealogia e a ação de seres sobrenaturais. A filosofia, com a escola jônica, caracteriza-se por explicar a origem

do cosmos, recorrendo a elementos ou a processos encontrados na natureza. Assinale o que for correto.

- 1) O mito é incapaz de instituir uma realidade social, pois seu caráter fantasioso não possui credibilidade alguma para seus ouvintes.
- 2) A transformação de uma representação predominantemente mítica do mundo para uma concepção filosófica expressa, entre os séculos VIII e VI a.C., na antiga Grécia, uma mudança estrutural da sociedade.
- 4) Os filósofos da escola jônica realizaram uma ruptura definitiva entre a mitologia e a filosofia; depois deles, não é possível encontrar, no pensamento filosófico, presença alguma de mitos.
- 8) O mito de Édipo, encontrado na tragédia de Sófocles, será aproveitado por Sigmund Freud para explicar o complexo de Édipo como causa de determinadas neuroses.
- 16) Homero foi o primeiro historiador grego. Na *Ilíada* e na *Odisseia*, descreve o comportamento de homens heroicos cujas ações não possuem mais componente mitológico algum.

4 (UFSJ, 2010)

Galileu e seus sucessores, atirando objetos de alturas para o solo, e fazendo rolar esferas sobre planos inclinados, contrastavam nitidamente seus métodos com a anterior e habitual especulação inspirada na metafísica aristotélica. Achavam-se, pois, abertamente em jogo os procedimentos adequados para a elaboração do conhecimento. E era preciso não somente determinar esses procedimentos, mas trazer a sua justificação e reeducar-se na condução dos novos métodos. Tanto mais que tais métodos iam chocar-se em última instância com preconceitos profundamente implantados em concepções tradicionais que traziam o poderoso selo de convicções religiosas. As necessidades do momento levavam assim os homens de pensamento a se deterem atentamente nos problemas do conhecimento. O que, afora as estereis manipulações verbais a que se reduzira a lógica formal clássica, praticamente já não detinha a atenção de ninguém.

Assinale a alternativa que expressa o problema central desse fragmento de texto.

- a) A tentativa dos modernos em empreender uma nova metodologia para a ciência e para a filosofia.
- b) A iminente necessidade de se praticar uma filosofia conduzida por novos métodos e técnicas de aprimoramento da metafísica aristotélica.

- c) A grande emergência de se fazer uma total integração da filosofia com a ciência através de uma tentativa de equiparação dos seus métodos.
- d) A constatação de que a filosofia passaria a assumir o comprometimento com as questões relativas ao problema da retórica aristotélica bem como do conhecimento teológico.

5 (UEL, 2010) Leia os textos a seguir.

[...] seria possível reconstituir a história da arte a partir do confronto de dois polos, no interior da própria obra de arte, e ver o conteúdo dessa história na variação do peso conferido seja a um polo, seja a outro. Os dois polos são o valor de culto da obra e seu valor de exposição. [...] À medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas. (p. 172).

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica - Primeira versão. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Walter Benjamin, é correto afirmar:

- a) O resgate da aura artística da obra de arte promovido pela reprodutibilidade técnica amplia sua função potencialmente democratizadora, permitindo o acesso de um número maior de pessoas à sua contemplação.
- b) O declínio da aura da obra de arte, decorrente de sua crescente elitização e das novas técnicas de reprodução em série, reforça seu valor tradicional de culto e amplia a percepção estética das coletividades humanas.
- c) A arte, na sociedade primitiva, tinha por finalidade atender aos rituais religiosos, por isso possuía um caráter aurático vinculado ao valor de culto, o qual se perde com o avanço da reprodutibilidade técnica, na época moderna.
- d) O cinema manifesta-se como uma obra de arte aurática, pois suscita em cada um dos espectadores uma forma singular e única de se relacionar com o objeto artístico no interior do qual mergulha e nele se distrai.
- e) O que determina o esvaziamento da aura da obra de arte reproduzida tecnicamente é a sua reclusão e a perda do valor de exposição, o que restringe o acesso das massas, que se tornaram alienadas.

6 (Enem, 2012)

Texto I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Texto II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisamos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionaram sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume:

- a) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- b) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- c) são legítimas representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- d) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- e) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.

7 (UFMG, 2012) Leia este trecho:

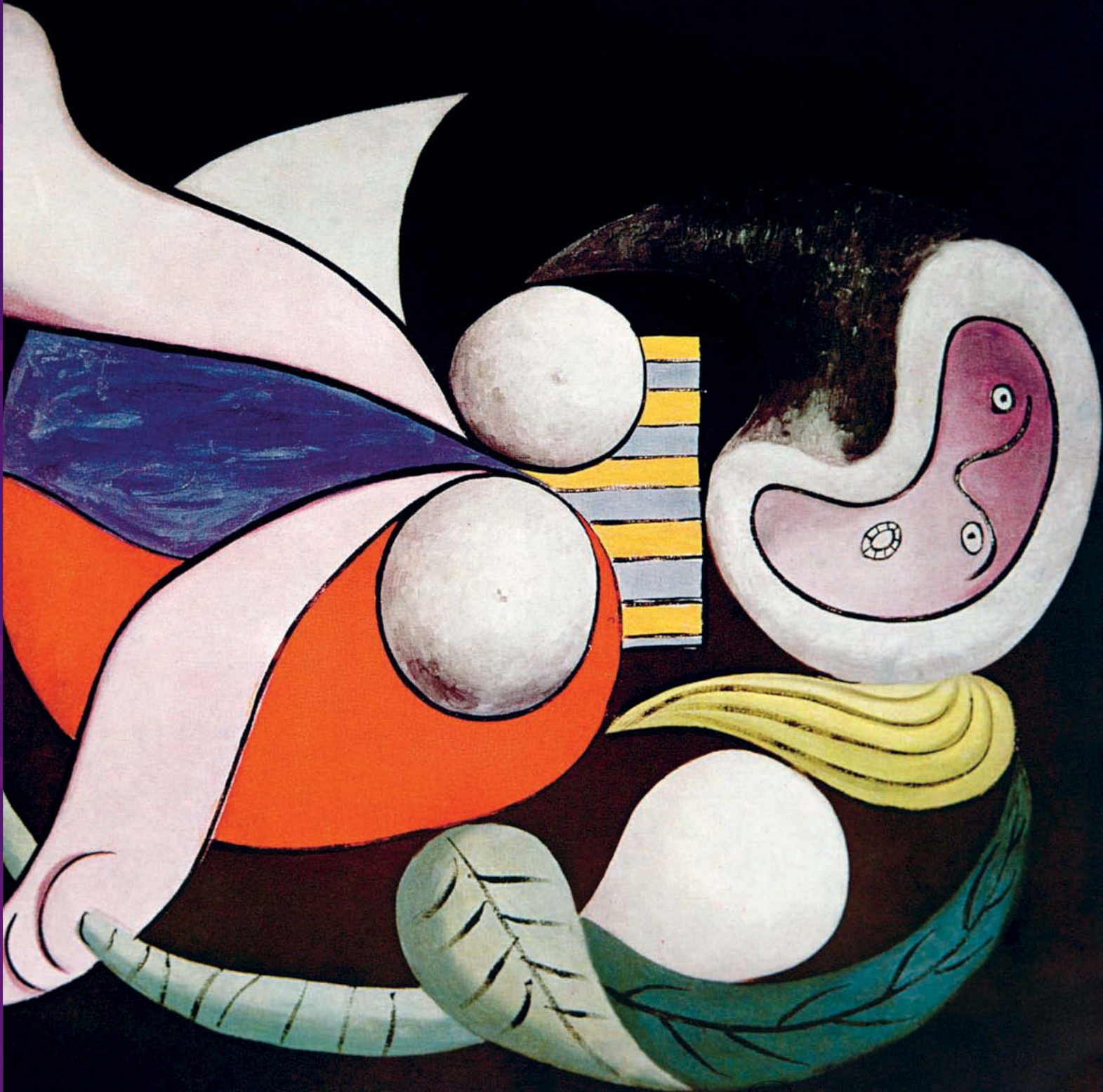
Eis por que, talvez, daí nós não concluamos mal se dissermos que a Física, a Astronomia, a Medicina, e todas as outras ciências dependentes da consideração das coisas compostas são muito duvidosas e incertas; mas que a Aritmética, a Geometria, e as outras ciências desta natureza, que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito em se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois, quer eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza.

DESCARTES. *Meditações*, meditação primeira. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 87. (Os pensadores).

Nesse trecho, o autor encontra nas matemáticas (aritmética e geometria) um conjunto de crenças que, à primeira vista, resistem à sua resolução de se desfazer de todas as antigas convicções, submetendo-as ao preceito metódico de tomar por falso tudo o que não seja absolutamente indubitável. Por meio de uma suposição, entretanto, Descartes será capaz de colocar em dúvida também as verdades matemáticas.

- a) APRESENTE essa suposição.
- b) EXPLIQUE por que tal suposição é necessária para se estender a dúvida ao conhecimento matemático.

Unidade 2



SÓCRATES
Atenas

PLATÃO
Atenas

ARISTÓTELES
Estagira

**PICO DE LA
MIRANDOLA**
Itália

**ERASMO DE
ROTTERDÃ**
Holanda

THOMAS MORE
Inglaterra

MONTAIGNE
França

ESPINOSA
Holanda

HEGEL
Alemanha

KIERKEGAARD
Dinamarca

MARX
Alemanha

NIETZSCHE
Alemanha

IV a.C.

XVI

XVII

XIX

O que somos?

A essa questão, filósofos de diferentes épocas deram respostas baseadas no estudo de atributos que acreditavam ser intrínsecos ao ser humano.

Sócrates e Platão indicaram o dualismo corpo-alma. Aristóteles ressaltou que o ser humano é um ser de linguagem, utilizando-se de formas lógicas na organização e expressão das ideias e conhecimentos.

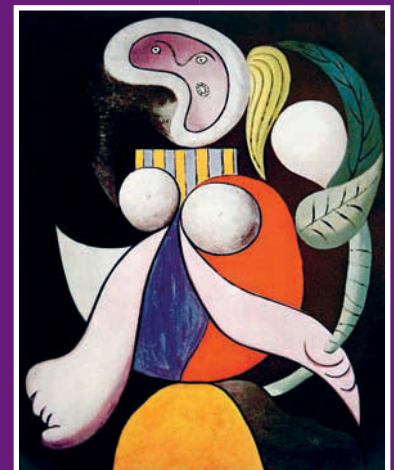
Em resposta ao pensamento medieval, que seguiu o estudo sobre o dualismo e a lógica, mas dentro do contexto das verdades cristãs, os renascentistas retomaram a questão pela crítica ao teocentrismo e pelo elogio ao antropocentrismo. Depois, com Espinosa, corpo e alma passam a designar uma só coisa, o ser humano, no qual mente e corpo não se sobrepõem, pois estão sempre juntos no agir e no pensar.

Nos séculos XIX e XX, o ser humano é pensado sob a ótica de diferentes correntes filosóficas (materialismo, fenomenologia, existencialismo, etc.), que priorizam, respectivamente, a reflexão sobre o corpo por meio dos conceitos políticos de natureza e condição humana, dos conceitos epistemológicos de fenômeno e essência e dos conceitos ontológicos de ser, ente e existência.

Sob a influência da linguística, Wittgenstein realiza reflexões inovadoras sobre a linguagem, consolidando o campo da filosofia da linguagem. Já a sexualidade se torna um atributo imprescindível para se pensar o ser humano, tal como apontaram Beauvoir e Foucault.

XX Mulher com uma flor, pintura de Pablo Picasso, feita em 1932.

Nesta tela, Picasso “explode” a representação: os elementos do corpo estão todos ali, mas com um arranjo completamente diferente. A concepção do artista sobre o modelo, a simbologia das formas e a singularidade da representação buscam traduzir tudo aquilo que define o ser humano: corpo, alma, morte, personalidade, linguagem, sexualidade, etc.



Reprodução/ Coleção particular/ Licenciado por Artu/s Brasil

XX

HUSSERL
Alemanha

CASSIRER
Polônia

HEIDEGGER
Alemanha

WITTGENSTEIN
Áustria

SARTRE
França

ARENDT
Alemanha

MERLEAU-PONTY
França

BEAUVOIR
França

DELEUZE
França

FOUCAULT
França

GUATTARI
França

XXI

LIPOVETSKY
França

1

O ser humano quer conhecer a si mesmo

Colocando o problema

Em algum momento da vida, praticamente todo ser humano pergunta a si mesmo: “Quem sou eu?”. Como você já estudou, tanto a mitologia quanto a religião se preocuparam em buscar respostas para essa inquietação. A partir do século XIX, um ramo da ciência também se voltou para o tema, assim como a filosofia.

No poema “O homem; as viagens”, reproduzido a seguir, Carlos Drummond de Andrade reflete sobre essa questão e convida o ser humano a empreender a extraordinária viagem “de si a si mesmo”.

“

O homem; as viagens

*O homem, bicho da Terra tão pequeno
chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão,
faz um foguete, uma cápsula, um módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta bandeirola na Lua
experimenta a Lua
coloniza a Lua
civiliza a Lua
humaniza a Lua.*

*Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte — ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte
pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.*

Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro — diz o engenho
Sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus,
Vê o visto — é isto?
idem
idem
idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter
proclamar justiça junto com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
O espaço todo vira Terra-a-terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para tever?
Não-vê que ele inventa
Roupa insiderável de viver no Sol.
Põe o pé e:
Mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilíssima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrir em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia completa*.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. p. 718-719.

A filosofia na história

CORPO E ALMA

No primeiro capítulo, vimos que a investigação da natureza ocupava o centro das atenções dos primeiros filósofos. A partir do século V a.C., Sócrates põe o ser humano sob o foco do pensamento filosófico grego.

Afirma-se que ele adotou como lema de sua prática filosófica a inscrição que ficava no portal do famoso Oráculo de Delfos, templo dedicado ao deus Apolo: “Conhece-te a ti mesmo e conhecerás os homens, o mundo e os deuses”. Essa inscrição considera o ser humano como a fonte de todo o conhecimento e o meio pelo qual é possível conhecer os outros, o mundo e até mesmo os deuses. Uma vez que aquela exigência única fosse cumprida por meio da prática da filosofia – para Sócrates, uma forma de autoconhecimento –, a vida, examinada e investigada, tornaria-se mais digna de ser vivida.

Ainda na Antiguidade, dois filósofos deram importantes contribuições para o pensamento em torno do ser humano: Platão e Aristóteles.

Platão afirmava que o ser humano é composto de um **corpo** físico, material, imperfeito e mortal, e de uma **alma**, imaterial, perfeita e imortal. Não se pode pensar no ser humano apenas como um corpo nem apenas como alma; ele é a ligação indissolúvel entre os dois. Precisa, no entanto, ser conduzido pela alma, sede da razão e do pensamento, para que sua vida não se perca nas imperfeições. Platão adverte que a ideia de sermos guiados pela alma não significa uma negação do corpo: o bom uso da alma depende da saúde do corpo, por isso deve-se cuidar dele. É a ginástica do corpo que possibilita a ginástica da alma, a filosofia. Além disso, uma vez controlados os instintos e as paixões do corpo, a alma pode dedicar-se às ideias. Essa teoria foi a base daquilo que seria chamado depois de “**dualismo psicofísico**”.

As águas do Lete, ao lado das planícies do Elísio, pintura feita por John Roddam Spencer Stanhope, em cerca de 1880. Em *A república de Platão*, há o “*mito de Er*”, que narra a jornada das almas rumo à reencarnação. Conduzidas ao rio Lete (em grego, “esquecimento”), as almas tinham de beber sua água para se purificar. As almas que bebiam mais esqueciam mais e se tornavam tolas; as que bebiam menos se tornavam sábias.



Reprodução/Galeria de Arte de Manchester, Inglaterra.

Sem se afastar do dualismo corpo-alma exposto por Platão, Aristóteles avançou bastante nos estudos filosóficos sobre o ser humano. Desenvolveu uma teoria na qual distingue os vários atributos da alma, sendo a razão o mais importante deles, por ser encontrada apenas nos seres humanos. Definiu o ser humano como um “animal racional” e um “animal político”.

Ao afirmar isso, Aristóteles quer dizer que o homem é dotado de pensamento e de linguagem. Para designar tal característica, ele usa a palavra grega *logos*, que tanto significa ‘razão’, ‘pensamento’, quanto ‘palavra’, ‘linguagem’. Isso porque os gregos antigos afirmavam que o ser humano só pensa por meio da linguagem, que pensamento e linguagem estão entrelaçados. Dessa primeira definição decorre a segunda: se somos seres de linguagem, se nos comunicamos com aqueles que são iguais a nós, então com eles compartilhamos a vida. Por isso, somos seres sociais, políticos, que não apenas vivem em comunidade, mas que só realizam plenamente sua humanidade na vida política.

Na Idade Média, a filosofia esteve estreitamente ligada à religião. A Igreja utilizava argumentos filosóficos para reforçar os ensinamentos cristãos. O ser humano era considerado criação e instrumento de Deus. Sendo assim, o mais importante era conhecer aquilo que o criador espera da criatura. A pergunta então não era “quem sou eu?”, mas sim “como Deus quer que eu seja?”.

Entre os séculos XIV e XVI, a situação se modificou. Era a época do Renascimento, movimento de renovação cultural que se difundiu na Europa e que recuperou a valorização das qualidades humanas. *Pensadores renascentistas* propuseram que o centro das preocupações humanas deixasse de ser Deus (teocentrismo) e passasse a ser o próprio ser humano (antropocentrismo), como forma de recuperar a “dignidade humana”.



Photo Researchers/Getty Images

Para Aristóteles, a língua e o pensamento são evidências de que a racionalidade é o predicado essencial do ser humano. Na foto, criança aprende sinais da ASL, a Língua de Sinais Americana.



Martin Bernetti/Agência France-Pressa

Marcha de protesto de estudantes chilenos contra as políticas do governo para a educação, em 16 de maio de 2012. A ação política é o que nos torna de fato humanos, segundo Aristóteles.

PENSADORES RENASCENTISTAS

A filosofia renascentista costuma ser qualificada como um “humanismo”, por valorizar o ser humano. Entre os pensadores renascentistas, destacam-se:

• Giovanni Pico de la Mirandola (1463-1494)

Nobre italiano, erudito e polêmico, publicou em 1480 uma “oração” denominada “Sobre a dignidade do homem”, uma das primeiras obras humanistas.

Giovanni Pico de la Mirandola, representado por artista anônimo no século XVII.



Reprodução/Galeria Uffizi, Florença, Itália.

• Erasmo de Roterdã (1466-1536)

Monge católico nascido nos Países Baixos e profundo crítico da vida monástica. Sua obra mais conhecida é o *Elogio da loucura*, de 1509. Para ele, a dignidade do ser humano reside em aceitar-se como humano, agindo de acordo com sua própria consciência. Ser humano é ser louco, mas loucura maior ainda é querer elevar-se além de sua própria condição.

Erasmo de Roterdã, representado pelo artista alemão Hans Holbein, o Jovem, em 1523.



Reprodução/Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

• Thomas More (1478-1535)

Também conhecido pelo nome na forma latina, Thomas Morus, exerceu vários cargos políticos na Inglaterra, chegando a ser conselheiro do rei Henrique VIII. Católico radical, recusou-se a reconhecer o divórcio do rei, razão pela qual foi condenado à morte e decapitado. No século XX foi canonizado santo pela Igreja católica. Escreveu diversas obras, das quais a mais conhecida é o diálogo *Utopia*, de 1516, na qual descreve uma fantástica sociedade perfeita na ilha de Utopia (em grego, ‘o não lugar’, ‘o lugar que não existe’), como um modo de criticar a situação política e social da Inglaterra.



Thomas More, em pintura de Hans Holbein, o Jovem, feita em 1527.

Reprodução/Coletânea particular, Nova York, EUA.

• Michel de Montaigne (1533-1592)

Pensador francês, Montaigne desenvolveu um estilo de escrita e de pensamento muito particular, no qual sua própria vida e suas preocupações eram o foco. Sua principal obra, *Ensaíes*, foi publicada em três livros, entre 1580 e 1588. Não se ocupou em “definir” o ser humano, mas quis apresentá-lo em toda a sua diversidade, discutindo os mais variados temas, desde os mais amplos, como a política, as guerras, a educação das crianças, a religião e a liberdade, até os mais específicos, como o amor, a amizade, a coragem e a crueldade.

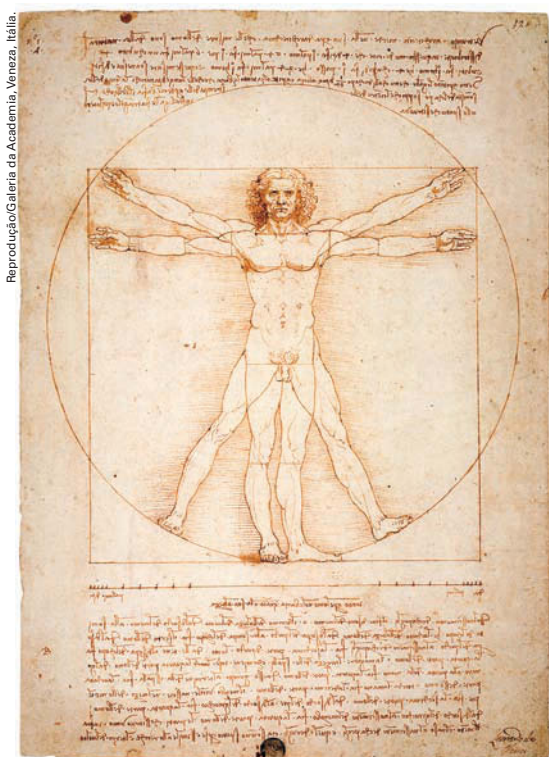


Michel de Montaigne, em gravura de artista anônimo feita no século XVII.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.

A ênfase no ser humano marcou o Iluminismo (século XVIII), movimento que reafirmou a capacidade da razão em superar as adversidades do mundo. Com a Revolução Industrial do século XIX, ganharam forma as preocupações com a “desumanização” das técnicas e da exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista, como você verá mais adiante. Os avanços científicos nos séculos XIX e XX, especialmente com o surgimento das várias ciências humanas, trouxeram conhecimentos, que atribuíram novo significado às reflexões sobre o humano no campo da filosofia. Algumas delas são discutidas a seguir.

Homem vitruviano, feito por Leonardo da Vinci em 1490. Baseando-se nos escritos do arquiteto romano Vitruvius (século I a.C.), Leonardo desenvolveu este estudo das proporções humanas, cuja imagem se tornou o símbolo do Renascimento.



Reprodução/Galeria da Academia, Veneza, Itália.

NATUREZA HUMANA VERSUS CONDIÇÃO HUMANA

Na busca pelo sentido do humano, uma pergunta frequente é: o que há em nós que nos faz humanos, nos tornando singulares em relação a todos os seres da natureza? Em outras palavras: qual é a **natureza humana**? Nessa pergunta está implícita a ideia de que existe uma **essência humana** que nos distingue, por exemplo, dos animais, dos vegetais, dos minerais, etc.

Tendo em vista a definição da natureza humana, Aristóteles ressaltou que os humanos são seres racionais, uma vez que aquilo que lhes caracteriza e lhes torna singulares é o fato de serem dotados de razão.

Se somos dotados de uma natureza humana, isso significa que já nascemos com ela. O que fazemos ao longo de nossa vida é transformar em ato as potencialidades que legamos dela desde o nascimento. Observando as pessoas, os filósofos procuraram evidências que poderiam caracterizar a realização dessas potencialidades. Para alguns, por exemplo, o ser humano se distingue dos demais seres porque pensa, utiliza a linguagem e a razão (*homo sapiens*); para outros, a natureza humana reside nas relações econômicas (*homo economicus*); e há ainda quem afirme que apenas o humano pode criar, fabricar (*homo faber*); ou trabalhar (*homo laborans*); ou ainda brincar, jogar (*homo ludens*) – ou nenhum desses aspectos em particular, mas o conjunto deles.

Alguns filósofos, porém, não ficaram satisfeitos com nenhuma das caracterizações de uma suposta natureza humana. Eles afirmaram que o ser humano não é definido por uma característica universal, ou seja, que esteja presente em todos os seres humanos, em qualquer época e lugar, mas por aquilo que cada um faz de si mesmo, nas realizações humanas no mundo. Esses filósofos tiraram o foco da **essência** humana e o colocaram na **existência**.

Nessa perspectiva, não há nada universal que defina o humano, e só podemos compreendê-lo observando como os seres humanos vivem e como se relacionam com os demais indivíduos e com as coisas do mundo. Segundo esses filósofos, para saber o que faz dos homens e mulheres seres humanos e não outros seres quaisquer, é mais importante estudar a “condição humana” do que uma suposta natureza humana.

Essa condição refere-se aos fatores históricos e sociais em que o ser humano vive e sobretudo às ações que exerce sob essa condição, transformando-a sempre. Na ideia de condição humana, portanto, não há uma noção determinada de ser humano, mas uma abertura de sua compreensão, que está de acordo com a diversidade de nossas ações. Os filósofos que pensam em termos de condição humana colocam muito mais ênfase na investigação da existência, porque é aí que podemos conhecê-lo mais profundamente.



Gorillaimages/Shutterstock/Glow Images

Segundo Aristóteles, o devir é uma manifestação da razão em nós. Toda semente, por exemplo, é um ato com a potência para se atualizar em planta. Assim, o devir é a ação de um ser, que vai do ato, sua forma de ser (semente), à atualização da potência, isto é, ao que ele pode vir a ser no tempo (planta).

Hannah Arendt (1906-1975)

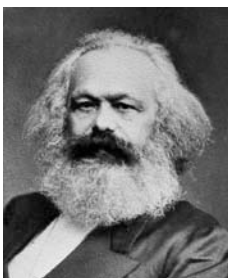


Fred Stein Archive/Archive Photos/
Getty Images

Hannah Arendt, em foto de 1948.

Filósofa alemã de origem judaica, estudou com alguns dos principais filósofos alemães do século XX, como Heidegger, Husserl e Jaspers. Foi vítima do nazismo, mas conseguiu fugir de um campo de concentração. Exilou-se em países europeus no início da década de 1930 e, desde 1941, nos Estados Unidos, onde viveu até a morte. Entre suas várias obras, destacam-se *As origens do totalitarismo* (1951); *A condição humana* (1958); e *A vida do espírito* (1971).

Karl Marx (1818-1883)



Roger-Vallier/Getty Images

Karl Marx, em foto de 1865.

Filósofo alemão. Foi um dos principais militantes do movimento operário europeu e um dos mais eminentes intelectuais do século XIX. Sua obra, parte escrita em parceria com outro pensador alemão, Friedrich Engels (1820-1895), inspirou as lutas pelos direitos humanos e trabalhistas e a concepção do comunismo moderno. Escreveu diversos livros, entre os quais *Manifesto do Partido Comunista* (1848), com Engels, e *O capital* (1867-1905), sua principal obra.

A filósofa contemporânea **Hannah Arendt** compreende essa condição como o exercício do que ela denomina uma *vita activa* ('vida ativa', em latim), que se desdobra nas três atividades humanas fundamentais: o trabalho, a obra e a ação. O **trabalho** é a atividade do corpo humano, em seu aspecto biológico. O **obra** é a atividade da existência, que consiste em transformar a natureza e criar cultura. A **ação** é a atividade política, aquilo que os indivíduos realizam entre si. A cada uma dessas atividades corresponde uma condição humana. Ao trabalho corresponde a própria **vida**, pois ela é condição para a realização de todas as atividades. À obra corresponde a **mundanidade**, na medida em que os seres humanos criam um mundo por meio da cultura e é o mundo que possibilita a obra. À ação, por fim, corresponde a **pluralidade**, pois ela é a condição para que a política possa ser feita por todas as pessoas.

A condição humana é, pois, aquilo que nos permite que, exercendo uma vida ativa, sejamos humanos de fato. Mas, ressalta Arendt, essa noção não explica, não define o que somos; ela nos condiciona, nos dá um horizonte no qual construímos nossa vida, mas não nos determina de modo absoluto. Uma **natureza humana** só poderia ser conhecida do ponto de vista de uma divindade, de um ser que estivesse acima dos humanos; já as **condições humanas** podem ser conhecidas, dando aos seres humanos o referencial dentro do qual podem se mover e criar.

“

Para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana. Pois nem aquelas que discutimos neste livro nem as que deixamos de mencionar, como o pensamento e a razão, e nem mesmo a mais meticulosa enumeração de todas elas, constituem características essenciais da existência humana no sentido de que, sem elas, essa existência deixaria de ser humana.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 11-12.

O ser humano produz a si mesmo, mas também se perde de si mesmo

No século XIX, o filósofo alemão **Karl Marx** integrou as visões de natureza humana e condição humana. A leitura do texto *Manuscritos econômico-filosóficos* nos ensina que para compreender o ser humano é necessário investigar ambas as perspectivas. Cada uma delas, se tomada isoladamente, não permite conhecer melhor o ser humano.

A obra de Marx nos permite dar um novo sentido a essas expressões. Por **natureza humana**, entende-se aquilo de propriamente humano que é identificável em cada indivíduo. Leva-se em consideração, assim, os aspectos biológicos, anatômicos, fisiológicos e psicológicos e afirma-se que eles se expressam no aspecto material da vida cotidiana.

Distingue-se entre uma “natureza humana geral”, que são os aspectos invariáveis em toda a humanidade, e uma “natureza humana modificada de cada época histórica”, constituída pelos aspectos particulares de cada cultura e de cada sociedade em um período histórico específico.

Para Marx, o ser humano muda ao longo da história e, no entanto, permanece o mesmo. Isso porque ele considera que o ser humano constrói-se a si mesmo por meio do trabalho e, conforme se constrói, se modifica. A construção é feita a partir de uma espécie de “matéria-prima” que é o próprio ser humano, e isso permanece sempre o mesmo. Daí a possibilidade de falar em uma natureza humana. Mas ao trabalhar e transformar a natureza, o homem se modifica – e é por isso que, segundo Marx, é o **trabalho** que faz com que o ser humano seja propriamente humano.

Em outras palavras, para Marx os seres humanos produzem a si mesmos por meio do trabalho. O trabalho é, portanto, fonte de humanidade, de humanização.



Gravura de Jost Amman, feita em 1568, representando o processo de impressão da época.



Impressora de gráfica localizada em Brasília (DF), em foto de 2009.



De forma bem humorada, o filme *Tempos modernos* conta a história de um trabalhador de fábrica e suas dificuldades para lidar com as péssimas condições do trabalho fabril no início do século XX. Qualquer relação com a atualidade não é mera coincidência. Chaplin se inspirou largamente nas ideias e nos movimentos de sua época que criticavam o capitalismo, sistema de organização social e econômico vigente até hoje.

Tempos modernos. Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. (87 min).



Cena do filme *Tempos modernos*.

Por **condição humana**, no texto de Marx, entende-se a situação concreta vivida por homens e mulheres, bem como as características que eles assumem em cada momento histórico. Na sociedade capitalista do século XIX, Marx afirmava que a condição humana era a **alienação** no processo do trabalho, ou o **trabalho alienado**.

Marx denominava trabalho alienado aquele que acontece no capitalismo industrial, em que, devido à divisão de funções entre os trabalhadores, cada trabalhador não conhece o processo geral do trabalho. Ele não tem condições de compreender como a atividade que ele realiza se encaixa no processo de produção. Outro aspecto é que aquilo que o trabalhador produz não pertence a ele, mas ao dono da fábrica. Esse aspecto é essencial, pois revela o fundamento da alienação: a apropriação privada da produção da riqueza humana. Assim, o trabalhador perde sua “humanidade” no processo do trabalho, uma vez que ele coloca parte de sua vida naquilo que produz e que não pertence a ele. Ele próprio, desse modo, é transformado em um objeto, em uma coisa. Em sua obra de maturidade, como em *O capital*, Marx denominará esse processo de “reificação”, partindo da palavra latina para ‘coisa’, que é *res*.

O trabalho passa a ser, então, um processo de “coisificação” do trabalhador, perde a possibilidade de ser criativo e deixa de ser um processo de transformação da natureza e construção do humano, convertendo-se em um processo mecânico e repetitivo. O trabalho já não é aquilo que faz do ser humano plenamente *humano*, tornando-o um *animal* como qualquer outro.

Segundo Marx, se a própria humanidade produziu a desumanizante condição humana do capitalismo, os próprios seres humanos devem transformar essa condição, superando o trabalho alienado por meio da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Somente assim será possível retomar o processo de autoconstrução do humano, para a criação coletiva e histórica daquilo que chamamos “natureza humana” e que os seres humanos produzem cotidianamente nas suas relações consigo mesmos, com os outros e com o mundo.



Esta charge exprime bem um contexto de alienação: mesmo após anos de trabalho, o trabalhador não sabe qual é a etapa seguinte daquilo que ele faz em uma linha de montagem.

HOMEM: HUMANO OU ANIMAL?

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, escritos entre abril e agosto de 1844, mas só publicados pela primeira vez em alemão em 1932, lemos:

“Chegamos à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais – comer, beber e procriar, ou no máximo também em sua residência e no seu próprio embelezamento –, enquanto em suas funções humanas se reduz a um animal. O animal se tornou humano e o homem se torna animal.”

MARX, Karl, *Manuscritos econômico-filosóficos*. In: FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 94.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA

No século XX, o pensamento sobre o ser humano assumiu novas perspectivas, com as concepções dos filósofos Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre. As raízes dessas ideias surgiram um século antes, especialmente com Kierkegaard e Nietzsche.

As raízes do existencialismo

O filósofo dinamarquês **Søren Kierkegaard**, na primeira metade do século XIX, afirmou que para compreender a vida humana o filósofo deve pensar sobre sua própria vida. Ele produziu uma filosofia com forte caráter psicológico, de certo modo como uma reação às ideias do filósofo alemão **Friedrich Hegel**, que procurava estabelecer uma filosofia ancorada na razão e que desejava abarcar a totalidade dos saberes.

Na segunda metade do século XIX, Friedrich Nietzsche reafirma o princípio de Sócrates segundo o qual o sentido da filosofia é a interrogação sobre a própria vida. Para Nietzsche, todo ser humano é um estranho para si mesmo e, por isso, a prática filosófica precisa orientar-se para uma investigação da existência humana cotidiana. Essa orientação do pensamento para a vida cotidiana distingue Nietzsche de Sócrates, já que este último buscava as respostas para seus questionamentos no mundo suprassensível. Cabe a cada um transformar a própria vida, de simples acidente em uma existência autêntica. Com isso, Nietzsche afirma que a vida não tem um sentido definido de antemão; seus sentidos são construídos por nós mesmos, conforme vivemos.

Heidegger: em busca da essência

No século XX, cenário de duas guerras mundiais, a filosofia procurou novos caminhos para pensar sobre a humanidade. Um deles desembocou na corrente denominada **existencialismo**, desenvolvida a partir do enfoque na vida humana herdado do século XIX.

Søren Kierkegaard (1813-1855)



Bettmann/Corbis/Latinstock

Søren Kierkegaard, em desenho feito por seu irmão no século XIX.

Filósofo e teólogo dinamarquês, inspirado em Sócrates e crítico de Hegel, procurou construir uma filosofia voltada para a interrogação da vida humana. Entre seus livros, destacam-se: *O conceito de ironia* (1840); *Migalhas filosóficas* (1844); *O conceito de angústia* (1844); e *O desespero humano* (1849).

Friedrich Hegel (1770-1831)



Reprodução/Galeria Nacional, Berlin, Alemanha.

Friedrich Hegel, representado por Jacob Schlesinger, em 1825.

Filósofo alemão, propôs um sistema filosófico que considera o mundo em um contínuo processo histórico voltado para o alcance da autoconsciência humana e da razão. Exerceu forte influência sobre a filosofia dos séculos XIX e XX. Escreveu, entre outras obras, a *Fenomenologia do espírito* (1806).

Martin Heidegger (1889-1976)

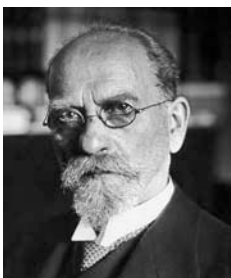


Bettmann/Corbis/Latinstock

Martin Heidegger, em foto do século XX.

Filósofo alemão, estudou com Edmund Husserl e depois se tornou seu assistente. Foi professor em algumas universidades alemãs, tendo se tornado reitor da Universidade de Freiburg. Aplicou o método fenomenológico de Husserl ao estudo da existência humana e exerceu grande influência no pensamento do século XX. Entre seus muitos livros, destacam-se: *Ser e tempo* (1927); *Que é metafísica* (1929); *O que é isso, a filosofia?* (1956); *Nietzsche* (1961); e *Heráclito* (1970).

Edmund Husserl (1859-1938)



Keystone-France/Gamma-Keystone/Getty Images

Edmund Husserl, em foto de 1932.

Matemático e filósofo austríaco, cuja formação e produção intelectual se deram na Alemanha. Sua principal realização foi a criação do método fenomenológico, que influenciou diversos filósofos do século XX. Recebeu grande influência de Franz Brentano (1838-1917) na Universidade de Viena. Dentre as obras que publicou estão: *Investigações lógicas* (1901), *Filosofia como ciência rigorosa* (1911), *Ideias para uma fenomenologia pura* (1913) e *Meditações cartesianas* (1931).

Um dos representantes desse pensamento foi o filósofo **Martin Heidegger**. Ele distingue entre **ser** e **ente**. Para Heidegger, um ente é tudo o que existe – uma mesa, um livro, um cão, um homem; ser é aquele que tem a faculdade de questionar sobre si mesmo, isto é, o ser humano.

O método utilizado pela corrente existencialista se denomina **fenomenologia**, uma forma de analisar a realidade baseada nas impressões que um fenômeno provoca em cada indivíduo. Esse método foi criado por **Edmund Husserl**, que procurava com ele desvendar a **essência** das coisas e dos seres. Para explicá-lo, Husserl usou o exemplo do retângulo. Um retângulo continuará sendo um retângulo mesmo que as linhas paralelas sejam aumentadas ou diminuídas, desde que se mantenham as proporções que caracterizam a figura como um retângulo. Essa seria a essência do retângulo, que permanece imutável e está na mente dos indivíduos.

Heidegger adotou a fenomenologia de Husserl para investigar a existência humana. Para ele, a existência é uma via de acesso ao **ser**, onde de fato está a essência humana. Por essa razão, Heidegger nunca aceitou ser chamado de “filósofo existencialista”. Ele denomina o ser humano com a expressão alemã *Dasein*, que pode ser traduzida por ‘ser-aí’. O ser humano é lançado ao mundo, jogado no mundo, e existe como se fosse “arrancado de si mesmo”, na medida em que é consciente de si – isto é, para ter consciência de si mesmo é necessário ter um distanciamento em relação a si, é preciso olhar-se de fora; assim, é como se quem tem consciência de si vivesse “arrancado” de si mesmo.

Entre as características do ser humano investigadas por Heidegger, podemos destacar as que ele denominou **ser-no-mundo**, **ser-com** e **ser-com-os-outros**. O homem é um ser-no-mundo, uma vez que sua tomada de consciência não se dá no vazio, mas em meio às coisas; precisamos do mundo, precisamos estar no mundo para ser conscientes. Ao estar no mundo, o ser humano é um ser-com, um ser de relações; mas é também um ser-com-os-outros, uma vez que se relaciona com as coisas, mas também com outros seres humanos.

Heidegger também afirma que o ser humano é livre, uma vez que, tendo sido lançado ao mundo, ele é um **projeto** (a palavra vem da expressão latina *pro-jectum*, ‘aquilo que se lança’). O fundamento da liberdade humana é a consciência, pois por meio dela somos capazes de julgar os atos e escolher entre as opções de que dispomos.

Outra característica do ser humano, segundo Heidegger, é que vive a dimensão da **temporalidade** e descobre-se como um **ser-para-a-morte**. O que nos faz humanos é saber que um dia morreremos. Somos seres finitos, que vivemos no tempo. Nesse sentido, a morte não é apenas o fim da vida, mas atravessa toda a existência, como possibilidade constante e da qual não podemos escapar. É essa consciência da morte que nos leva a dar o primeiro passo para abandonar uma vida comum e banal, na direção de uma existência autêntica e criativa, dando sentido à nossa vida.

Sendo livre, porém, o ser humano pode fugir das responsabilidades de uma existência autêntica e viver de modo impessoal e banal, como

qualquer um. Mas a consciência não o perdoa e não o deixa em paz, pois ele sabe que poderia ser diferente. Ele é, então, invadido pela **angústia**.

Na filosofia de Heidegger, o ser humano descobre-se no tempo, podendo escolher como dar sentido à própria existência.

Sartre: a gratuidade da existência

Para Aristóteles, a essência humana existe antes mesmo de o ser humano existir. Ao longo da vida humana, a essência vai se realizando com a ação. Para compreender isso, pense em uma semente, como a do ipê. A semente traz em si mesma a identidade do vegetal. Sua germinação, crescimento e transformação em uma árvore florida nada mais são do que a realização de sua essência.

A filosofia existencial se opõe a essa ideia e afirma que, no caso do ser humano, a existência precede a essência. O ser humano não tem uma essência ao nascer; vai construindo aquilo que é ao longo de sua vida, de sua existência.

Entre os filósofos existencialistas, destaca-se **Jean-Paul Sartre**. Em um estágio na Universidade de Berlim, conheceu os trabalhos de Husserl e ficou muito impressionado. Decidiu aplicar o método fenomenológico ao estudo da existência humana, mas sem afastar-se das ideias de Husserl, como fizera Heidegger. Escreveu vários livros sob essa influência, sendo o principal deles *O ser e o nada*, publicado em 1943.

Nessa obra, Sartre retoma o dualismo psicofísico do ser humano, mas para afirmar que, embora dual, o humano é uma unidade de corpo e consciência, que são inseparáveis, uma vez que um corpo sem consciência não é humano e uma consciência sem corpo é impossível. Utilizando conceitos da filosofia de Hegel, Sartre afirma que há no humano duas modalidades de ser: o corpo é um **ser-em-si** (que existe em si mesmo, que tem uma identidade), como as coisas, enquanto a consciência é um **ser-para-si** (que existe para si mesmo, que sabe que existe, mas que não tem uma identidade). Essa existência dual é geradora de angústia, pois o humano anseia ser idêntico a si mesmo (ser-em-si), mas não pode sê-lo; ao mesmo tempo, também não poderia ser pura consciência (ser-para-si), pois para que haja consciência é preciso que estejamos no mundo e só podemos estar no mundo encarnados, por meio do corpo.

Para Sartre, apenas os seres humanos são conscientes e a consciência é o único ser-para-si em meio a um mundo de coisas, de seres-em-si. No caso das coisas, a essência vem em primeiro lugar, dando uma identidade a cada ser. Mas, no caso do ser humano, por ser consciente (ter ciência de alguma coisa é saber; ter consciência é saber que sabe), **a existência é anterior à essência**. Isso significa que primeiro existimos, somos lançados no mundo, para que depois possamos ser alguma coisa. Nascemos sem essência e sem identidade e as construímos enquanto existimos, ao longo de nossas vidas. É por isso que Sartre abandona a noção de natureza humana, que se refere a uma essência comum a todos os humanos, para falar em uma condição humana.



O filme aborda a questão da temporalidade. A história se passa em um mundo no qual os seres humanos param de envelhecer aos 25 anos de idade. Mas, quando completam essa idade, ganham um “crédito” de um ano. E o tempo é a moeda corrente: tudo o que se compra é pago com minutos, horas, dias... Quando se esgota o tempo de um indivíduo, ele morre. Mas é possível viver muitos séculos e mesmo para sempre, desde que se saiba como “ganhar tempo” e administrá-lo.

O preço do amanhã. Direção de Andrew Niccol. Estados Unidos, 2011.



Cartaz do filme
O preço do amanhã.

Divulgação/20th Century Fox

Jean-Paul Sartre (1905-1980)



James Anderson/Alamy/Sygma/
Corbis/Lainstock

Jean-Paul Sartre, em foto de 1970.

Filósofo francês, dedicou-se também à literatura e ao teatro, bem como à militância política. Foi um dos mais consagrados filósofos franceses do século XX. Viveu durante toda a vida uma relação amorosa com a também filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986). Em 1964 foi premiado com o Nobel de Literatura, mas recusou-se a receber o prêmio, considerando que isso seria uma concessão à vida burguesa. Entre os anos 1930 e 1950, desenvolveu as bases de uma filosofia existencialista e a partir da década de 1960 intensificou sua militância social e política.

“

Vejamos esse garçom. Tem gestos vivos e marcados, um tanto precisos demais, um pouco rápidos demais, e se inclina com presteza algo excessiva. Sua voz e seus olhos exprimem interesse talvez demasiado solícito pelo pedido do freguês [...] Toda sua conduta parece uma brincadeira. Empenha-se em encadear seus movimentos como mecanismos regidos uns pelos outros. Sua mímica e voz parecem mecanismos; e ele assume a presteza e a rapidez inexorável das coisas. Brinca e se diverte. Mas brinca de quê? Não é preciso muito para descobrir: brinca de ser garçom. Nada surpreendente: a brincadeira é uma espécie de demarcação e investigação. A criança brinca com seu corpo para explorá-lo e inventariá-lo, o garçom brinca com sua condição para realizá-la.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 105-106.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A condição humana é marcada por três realidades, muito próximas daquelas identificadas por Heidegger: o humano é um ser-no-mundo; um ser-com-os-outros; e um ser-para-a-morte.

A condição humana determina que o ser humano construa sempre sua identidade. Ele nunca **é** alguma coisa, ele sempre **está** em determinada condição. Você, por exemplo, hoje é estudante do Ensino Médio, mas não será isso sempre; você **está** estudante, assim como um dia **estará** universitário, profissional de determinada área, etc. Mas nenhuma dessas realidades dá ou dará a você uma identidade fixa. Por isso, Sartre afirma que o humano não é propriamente um **ser**, mas um **vir-a-ser**, na medida em que ele é sempre um **projeto**.

Em sua relação com os outros, o ser humano recebe deles uma identidade. Por exemplo, um professor de Filosofia é reconhecido por seus alunos como professor, recebe deles a identidade de professor. Ele sabe, porém, que essa identidade é falsa, pois ela não o define, ele não é apenas professor, mas também pai, marido, amigo, irmão, etc. Como vivemos sempre a falta de identidade, ficamos animados quando nos percebemos reconhecidos pelos outros, que nos atribuem uma identidade. Então representamos essa identidade, agimos como se, de fato, fôssemos isso. A aceitação de uma identidade imposta por outro limita as possibilidades do indivíduo e, portanto, fere sua liberdade. A esse tipo de ação Sartre chama de **má-fé**, pois a pessoa que vive assim está mentindo para si mesma, e sabe disso. Viver na má-fé é viver uma existência inautêntica.

Uma existência autêntica é a recusa da má-fé e está fundada na afirmação da liberdade, que nada mais é do que a capacidade de fazer escolhas. Para Sartre, o ser humano está “condenado a ser livre”, pois a única escolha que ele **não** pode fazer é a de não ser livre. O ser humano é livre porque sua existência é gratuita, contingente, não tem uma finalidade definida. Na medida em que é **nada**, o humano pode ser tudo, pode ser qualquer coisa.

A liberdade se traduz no ato da escolha. Cada situação que vivemos nos coloca algumas possibilidades, e temos sempre que escolher entre essas possibilidades. Se você está na escola, por exemplo, pode decidir assistir ou não à aula. Toda escolha tem suas consequências, pelas quais somos responsáveis. Assim, a liberdade gera em nós uma angústia: a angústia de ter que decidir, a angústia de se saber responsável pela escolha e por suas consequências.

A escolha gera uma responsabilidade por toda a humanidade, pois alguém escolhe sempre para si mesmo e pelos outros. Se escolho, por exemplo, a vida do crime, estou afirmando que ela é uma boa opção, e não apenas para mim, mas para todos os outros seres humanos. E sou responsável por ela.

A filosofia de Sartre recebeu críticas por ser pessimista; mas, ao contrário, ela é a afirmação da abertura, da possibilidade. O ser humano é o ser da liberdade, da escolha, do projeto. A vida é sempre uma construção. Defendendo-se dessas críticas, Sartre afirmou, em uma palestra em 1946, que “o existencialismo é um humanismo”.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Para aprofundar a investigação filosófica sobre o ser humano, leia os dois textos a seguir. O primeiro deles, de Ernst Cassirer, problematiza a noção de natureza humana e evidencia as dificuldades de compreender o humano. O segundo, de Sartre aprofunda a ideia apresentada no capítulo de que “a existência precede a essência”.

Texto 1

Neste texto, o filósofo alemão Ernst Cassirer reflete sobre a dificuldade para compreender o ser humano. Se buscamos uma “natureza humana”, atribuímos ao humano uma homogeneidade que ele não tem. Precisamos compreendê-lo sempre de forma aberta, buscando em suas expressões no mundo os elementos para conhecê-lo.

O que é o homem?

[...] *Nem a lógica ou a metafísica tradicionais estão em melhor posição para compreender e resolver o enigma do homem. Sua primeira e suprema lei é o princípio da contradição. O pensamento racional, o pensamento lógico e metafísico, só pode compreender os objetos que estão livres da contradição e possuem uma natureza e verdade coerentes. Entretanto, é precisamente essa homogeneidade que nunca encontramos no homem. Não é lícito ao filósofo construir um homem artificial; cumpra-lhe descrever um homem verdadeiro. Todas as chamadas definições do homem não serão mais do que mera especulação, enquanto não se basearem em nossa experiência sobre ele, dela tendo a confirmação. Não há outro caminho para se conhecer o homem a não ser o de compreender-lhe a vida e seu procedimento. Mas o que encontramos aqui desafia toda tentativa de inclusão numa fórmula única e simples. A contradição é o próprio elemento da existência humana. O homem não tem “natureza” – não é simples e homogêneo. É uma estranha mistura de ser e não-ser. Seu lugar fica entre esses dois polos opostos.*

[...]

A filosofia das formas simbólicas parte do pressuposto de que, se existe alguma definição da natureza ou “essência” do homem, só pode ser compreendida como funcional, não como substancial. Não podemos definir o homem por nenhum princípio inerente que constitui sua essência metafísica – nem defini-lo por nenhuma faculdade ou instinto inatos, passíveis de serem verificados pela observação empírica. A característica notável do homem, a marca que o distingue, não é sua natureza metafísica ou física – mas seu trabalho. É esse trabalho, o sistema das atividades humanas, que define e determina o círculo de “humanidade”. A linguagem, o mito, a religião, a arte, a ciência, a história são constituintes, os vários setores desse círculo. Uma “filosofia do homem” seria, portanto, uma filosofia que nos desse a visão da estrutura fundamental de cada uma dessas atividades humanas, e que, ao mesmo tempo, nos permitisse compreendê-las como um todo orgânico. A linguagem, a

arte, o mito, a religião não são criações isoladas ou fortuitas, são unidas entre si por um laço comum; este não é um vinculum substantiale [vínculo substancial] como foi concebido e descrito pelo pensamento escolástico; é antes um vinculum functionale [vínculo funcional]. É a função básica da linguagem, do mito, da arte, da religião que devemos procurar muito além de suas formas e expressões inumeráveis e que, em última análise, devemos tentar rastrear até uma origem comum.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977. p. 30 e 116.

Questões sobre o texto

- 1 Por que o autor afirma que não há uma natureza humana?
- 2 Que crítica o texto faz ao pensamento metafísico?
- 3 Como construir uma “filosofia do homem”?

Texto 2

O texto a seguir é um trecho de uma famosa conferência de Jean-Paul Sartre, proferida em 1946 e depois publicada em livro. Nessa conferência, ele rebate as críticas que o existencialismo recebia dos cristãos – que o acusavam de não ter esperança – e dos marxistas – que o acusavam de alienado, sem consciência dos problemas sociais e humanos. No trecho aqui reproduzido, Sartre explica o ato humano da escolha e como ele nos engaja com toda a humanidade.

Escolhendo-me, escolho o homem

[...] *Se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Desse modo, o primeiro passo do existencialismo é o de pôr todo homem na posse do que ele é, de submetê-lo à responsabilidade total de sua existência. Assim, quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que o homem é apenas responsável pela sua estrita individualidade, mas que ele é responsável por todos os homens. A palavra subjetivismo tem dois significados, e os nossos adversários se aproveitaram desse duplo sentido. Subjetivismo significa, por um lado, escolha do sujeito individual por si próprio e, por outro lado, impossibilidade em que o homem se encontra de transpor os limites da subjetividade humana. É esse segundo significado que constitui o sentido profundo do existencialismo. Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva*

ser. Escolher ser isso ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; o que escolhemos é sempre o bem e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos. Se, por outro lado, a existência precede a essência, e se nós queremos existir ao mesmo tempo que moldamos nossa imagem, essa imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Portanto, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira. Se eu sou um operário e se escolho aderir a um sindicato cristão em vez de ser comunista, e se, por essa adesão, quero significar que a resignação é, no fundo, a solução mais adequada ao homem, que o reino do homem não é sobre a terra, não estou apenas engajando a mim mesmo: quero resignar-me por todos e, portanto, a minha decisão engaja toda a humanidade. Numa dimensão mais individual, se quero casar-me, ter filhos, ainda que esse casamento dependa exclusivamente de minha situação, ou de minha paixão, ou de meu desejo, escolhendo o casamento estou engajando não

apenas a mim mesmo, mas a toda a humanidade, na trilha da monogamia. Sou, desse modo, responsável por mim mesmo e por todos e crio determinada imagem do homem por mim mesmo escolhido; por outras palavras: escolhendo-me, escolho o homem.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 6-7. (Os Pensadores.)

❓❗❓ Questões sobre o texto

- 1 Explique o significado da afirmação: “a existência precede a essência”.
- 2 O que significa afirmar que o ser humano escolhe-se a si mesmo?
- 3 Explique por que, segundo Sartre, quando fazemos uma escolha, estamos envolvendo a humanidade inteira nessa escolha.

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 O que é o dualismo psicofísico? Como ele explica o ser humano?
- 2 Explique as diferenças entre as noções de natureza humana e condição humana. Qual delas você considera mais apropriada? Explique sua resposta.
- 3 Explique a afirmação de Sartre: “O homem está condenado a ser livre”.
- 4 Reflita sobre as noções estudadas de natureza humana e condição humana e o debate sobre a prevalência, na definição do ser humano, de sua essência ou de sua existência. Assuma uma posição em relação a isso e escreva uma dissertação para defendê-la.

- 5 Para a maior parte dos críticos de arte, o pintor Edward Hopper representou em suas obras a solidão e a melancolia da existência. Observe a reprodução abaixo e relacione-a às ideias sobre o existencialismo estudadas neste capítulo.



Morning Sun (*Sol da manhã*), pintura de Edward Hopper, feita em 1952.

Reprodução/Museu de Arte de Columbus, Ohio, EUA.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

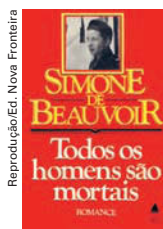
A argumentação faz parte do nosso dia a dia. Você já pensou em como sempre estamos defendendo um ponto de vista? Ao escrever um texto, isso não muda muito.

Num texto dissertativo, é importante estabelecer o ponto de vista que se quer defender, e estruturar o discurso argumentativo de forma bastante convincente. Afinal, em última instância, o que pretendemos com esse tipo de texto é convencer alguém de alguma coisa, ou apresentar nossa análise de um problema ou de um conceito sob um ponto de vista crítico.

Na unidade anterior, você viu algumas dicas sobre como estruturar sua argumentação. Retome-as se achar necessário.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



BARBERY, Muriel. *A elegância do ouriço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Uma série de reflexões sobre a vida e a morte, tendo como protagonista uma adolescente de 11 anos que decide se suicidar no final do ano letivo.

BEAUVOIR, Simone. *Todos os homens são mortais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Um romance sobre um homem que atinge a imortalidade é o meio que a filósofa encontrou para refletir sobre a condição humana e a consciência da morte como aquilo que dá sentido à vida.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Uma intensa reflexão sobre a vida e a existência humana, disparada por um fato cotidiano.

SARTRE, Jean-Paul. *A náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Primeiro romance escrito pelo filósofo. Nele estão expostos, de forma literária, todos os princípios filosóficos do existencialismo.

Filmes



Blade Runner – o caçador de andróides. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982. (117 min).

No futuro, o ser humano é capaz de fabricar andróides perfeitos para realizar aquelas tarefas que ninguém quer fazer. Com o objetivo de evitar que se tornem muito perigosos, eles são programados para morrer quando completam cinco anos de ativação. Uma nova geração de andróides, com corpos perfeitos e grande inteligência, sai em busca de seu criador para questionar a razão da finitude.



Quem somos nós? Direção de William Arntz, Betsy Chasse e Mark Vicente. Estados Unidos, 2004. (108 min).

Mistura de ficção e documentário que propõe reflexões sobre os sentidos da existência humana e sobre a realidade, recorrendo a ideias da física quântica.



Waking Life. Direção de Richard Linklater. Estados Unidos, 2001. (97 min).

Produção que usa a técnica de filmar atores e depois transformá-los em desenho animado. Um jovem não consegue acordar de um sonho. Vivendo nessa espécie de “realidade paralela”, ele encontra pessoas reais com as quais dialoga sobre questões filosóficas e religiosas.



O porco-espinho. Direção de Mona Achache. França, 2009. (100 min).

Adaptação para o cinema do livro *A elegância do ouriço*, de Muriel Barbery, que reflete sobre a vida e a morte.

2 *A linguagem e a cultura: manifestações do humano*

Colocando o problema

SERÁ A LINGUAGEM AQUILO QUE NOS FAZ SER O QUE SOMOS?

Segundo Aristóteles, o humano é um ser de linguagem. O filósofo chegou mesmo a dizer que é a linguagem que nos faz humanos, nos diferenciando dos outros animais. O filme *Planeta dos macacos: a origem* mostra exatamente isso: um chimpanzé que recebe uma droga capaz de deixá-lo mais inteligente dá um salto evolutivo quando aprende a falar. A primeira palavra que pronuncia é “não!”, e em seguida inicia uma rebelião contra os humanos. Também em um conto de Franz Kafka (“Um relatório para uma academia”) encontramos um relato similar. Um chimpanzé é capturado nas selvas da África e posto numa jaula para ser levado de navio à Europa. Ele procura um modo de se libertar, e logo percebe que a saída está em imitar os humanos. Começa a fazer tudo o que os humanos fazem; cospe no chão, bebe cachaça... Aos poucos, vai ficando cada vez mais parecido com os humanos, que se divertem com ele. Até que aprende a falar palavras, sempre imitando os homens que o mantinham preso. Ao chegar à Europa, em vez de ser vendido a um zoológico, ele é vendido a um circo. E se torna um artista de sucesso! Nas duas histórias, animais tornam-se humanos quando aprendem a falar como os humanos.



Inspirado no romance *O planeta dos macacos*, de Pierre Boulle (1963), que conta a história de um astronauta que se perde no espaço e chega a um planeta como a Terra, porém habitado por macacos humanizados e seres humanos animalizados. O filme narra acontecimentos anteriores aos relatos do livro.

Planeta dos macacos: a origem. Direção de Rupert Wyatt. Estados Unidos, 2011. (105 min).



Cena do filme *Planeta dos macacos: a origem*.

É evidente que os animais se comunicam entre si. As abelhas, por exemplo, são capazes de informar umas às outras onde há néctar. E também há comunicação entre humanos e outros animais. Tem sido pesquisada até mesmo a possibilidade de chimpanzés e mesmo de cachorros reconhecerem palavras ou expressões humanas. Mas, ainda assim, apenas os humanos são portadores de uma linguagem estruturada.

Se, então, é a linguagem que faz com que sejamos humanos, diferentes dos demais animais, o que é a linguagem?

A linguagem verbal: um sistema simbólico

Simplificadamente, podemos dizer que a linguagem verbal é um sistema simbólico. A linguagem humana está baseada em palavras (a princípio palavras orais – sons articulados; depois, também palavras escritas – representações gráficas desses sons), que são organizadas em frases e em conjuntos de frases. Por meio desse sistema, nos comunicamos, expressando nossos sentimentos, nossas impressões do mundo, pedimos ajuda, damos ordens. A linguagem verbal é também matéria-prima para várias formas de expressão artística, como se vê nos exemplos desta e da próxima página.

“

Invernáculo (3)

*Esta língua não é minha,
qualquer um percebe.*

*Quando o sentido caminha,
a palavra permanece.*

*Quem sabe mal digo mentiras,
vai ver que só minto verdades.*

*Assim me falo, eu, mínima,
quem sabe, eu sinto, mal sabe.*

*Esta não é minha língua.
A língua que eu falo trava
uma canção longínqua,
a voz, além, nem palavra.*

*O dialeto que se usa
à margem esquerda da frase,
eis a fala que me lusa,
Eu, meio, eu dentro, eu, quase.*

LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 21.

As palavras que compõem qualquer língua humana são **símbolos**, isto é, formas de representar alguma coisa, seja um objeto, seja uma ação. A palavra **cadeira**, por exemplo, é um símbolo que representa um objeto usado para sentar. Outro exemplo: a palavra **comer** é um símbolo que representa o ato de nos alimentarmos. Uma característica importante do símbolo é o fato de que ele representa alguma coisa por convenção. Isso quer dizer que as pessoas, ao criarem uma língua,



Fábio Motta/Agência Estado

Na música, a linguagem verbal se associa à melodia para expressar sentimentos e ideias.

Na foto, de 2012, Chico Buarque de Hollanda, compositor que se celebrou pela poética de sua obra.

combinam entre si que aquele objeto usado para sentar será chamado de **cadeira** (quando se trata da língua portuguesa); de **chair** (em inglês); **chaise** (francês); **silla** (espanhol), e assim por diante. Para cada uma dessas palavras aqui escritas há sua correspondente oral, que é outro símbolo.

É por meio desses sistemas simbólicos que nos comunicamos e podemos levar uma vida em comum com outras pessoas. A banda Karnak brincou com essas convenções na canção *O mundo*, afirmando: “todos somos filhos de Deus; só não falamos as mesmas línguas”...

“ O mundo

*O mundo é pequeno pra caramba
Tem alemão, italiano e italiana
O mundo, filé à milanesa
Tem coreano, japonês e japonesa*

*O mundo é uma salada russa
Tem nego da Pérsia, tem nego da Prússia
O mundo é uma esfirra de carne
Tem nego do Zâmbia, tem nego do Zaire*

*O mundo é azul lá de cima
O mundo é vermelho na China
O mundo tá muito gripado
O açúcar é doce, o sal é salgado*

*O mundo – caquinho de vidro
Tá cego do olho, tá surdo do ouvido
O mundo tá muito doente
O homem que mata, o homem que mente*

*Por que você me trata mal
Se eu te trato bem?
Por que você me faz o mal
Se eu só te faço o bem?*

*Todos somos filhos de Deus
Só não falamos as mesmas línguas
Todos somos filhos de Deus
Só não falamos as mesmas línguas*

*Everybody is filhos de God
Só não falamos as mesmas línguas
Everybody is filhos de Ghandi
Só não falamos as mesmas línguas*



ABUJAMRA, André. *O mundo*. In: Karnak. Tinitus, 2001.

A filosofia na história

FILOSOFIA E LINGUAGEM NA ANTIGUIDADE

Os gregos antigos já afirmavam que o humano é como um ser de linguagem e mostraram os vínculos da linguagem com o pensamento, com a racionalidade. Em vários diálogos de Platão vemos sua discussão com os *sofistas*, que ensinavam retórica aos jovens atenienses. Eles centravam seu ensinamento na arte de usar a palavra para convencer os outros (a retórica), como forma de serem oradores competentes nas assembleias que decidiam os rumos das cidades.

Fazendo crítica aos sofistas, Platão afirmava que a palavra é um *pharmakon* ('fármaco', 'medicamento', em grego), que pode agir como um remédio ou como um veneno, dependendo da forma como é usada. A palavra, portanto, não é boa em si mesma, não tem um valor definitivamente positivo. Depende sempre de seu uso, dos interesses com que é utilizada. O bom uso da palavra, para Platão, é o exercício do pensamento, fazendo com que nos aproximemos cada vez mais das verdadeiras ideias. Como vimos no primeiro capítulo deste livro, Platão chamava de **dialética** o processo pelo qual a alma consegue aproximar-se cada vez mais das ideias verdadeiras, por meio do diálogo entre duas pessoas. E isso é feito com o uso da linguagem. Mas a linguagem também pode ser utilizada para enganar, e não para buscar a verdade.

Aristóteles concordava com a crítica de Platão aos sofistas, mas não concordava totalmente com a visão platônica do uso da palavra e da linguagem. A seu ver, as ideias de Platão geravam um novo problema, uma vez que implicavam uma **duplicação da realidade**.

Platão explicou a realidade como sendo composta por dois mundos: o **mundo das ideias**, mundo ideal ou **mundo inteligível**, que pode ser alcançado pela inteligência humana. Este corresponde a uma realidade perfeita, eterna, na qual não há mudança. O outro é o **mundo dos sentidos, mundo sensível**, que pode ser conhecido pelos sentidos. Esse corresponde, segundo Platão, a uma realidade imperfeita, pois tudo que há nele foi copiado das ideias – e nenhuma cópia pode ser tão perfeita quanto a ideia original. No mundo sensível, as coisas mudam, pois tudo aquilo que é imperfeito busca a perfeição. Nele as coisas não são eternas, elas possuem uma duração: tudo aquilo que é criado será um dia destruído; tudo aquilo que nasce um dia morrerá.

SOFISTA

Os sofistas eram mestres que se dedicavam a educar os jovens cidadãos gregos, preparando-os para a vida política. Ensinavam uma filosofia diferente daquela dos pré-socráticos, pois estavam mais preocupados com o ser humano do que com a natureza. Mas, ao defender que a verdade é relativa, propagavam uma visão de mundo diferente da de Sócrates e seus seguidores, como Platão e Aristóteles. Por essa visão relativa da verdade e por cobrarem por seus ensinamentos, os sofistas foram duramente criticados por Sócrates e Platão.

Detalhe de Escola de Atenas, pintura de Rafael feita entre 1510 e 1511, que mostra o desacordo entre Platão e Aristóteles: enquanto o primeiro aponta para cima, indicando as ideias, o outro está com a mão indicando o "meio termo", a realidade como uma composição de matéria e ideia.



Reprodução/Sala da Assinatura, Cidade do Vaticano.

LÓGICA

Área da filosofia que estuda a estrutura e os princípios do pensamento, bem como as formas de argumentação. Oferece as regras de inferência e os instrumentos necessários para o pensar correto. A lógica sistematizada por Aristóteles é conhecida por **lógica formal**. Além dela, temos a **lógica matemática**, a **lógica modal** e as chamadas **lógicas não clássicas**, que estudam outras formas de pensamento.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A questão de Aristóteles era: como construir um conhecimento rigoroso (que para Platão era o conhecimento das ideias) desse mundo sensível, com o qual nos defrontamos todos os dias? Como conhecer rigorosamente as coisas com as quais nos relacionamos, e não somente as ideias?

Enfrentando esse problema, Aristóteles foi talvez o primeiro pensador a tentar mostrar a importância da estrutura da linguagem, e não apenas das palavras. Para ele, embora as palavras sejam convenções – portanto, relativas –, existe uma estrutura na linguagem, uma série de regras de uso que permitem a construção de um discurso verdadeiro, para além da relatividade das palavras. Aristóteles afirma que a palavra é *pharmakon* (também com dois sentidos, como em Platão), mas é também *organon*, isto é, instrumento do pensamento. Ao procurar estabelecer as regras do discurso correto, Aristóteles definiu as regras do pensamento correto, criando o campo que depois seria conhecido como *lógica*.

Segundo Aristóteles, é o fato de sermos seres de linguagem, portadores da palavra, que nos diferencia dos outros animais: pela palavra nos comunicamos, mas também pensamos. E mais: pela palavra, compartilhamos a vida, vivemos em comunidade com outros seres humanos, o que faz de nós seres políticos.

“

O homem é um animal cívico [político], mais social do que as abelhas e outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não podemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Esse comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil [política].

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 4.

A “VIRADA LINGUÍSTICA”

Pense na afirmação: “O irmão de Lucas está doente”. Ela é verdadeira ou falsa? A resposta pode parecer fácil: bastaria saber se ele está ou não doente. No entanto, a afirmação pode ser analisada quanto a uma série de outros aspectos: quem é Lucas? Ele tem um irmão? Ele tem apenas um irmão, ou mais de um? No caso de ser mais de um, qual deles estaria doente? Ele está doente no momento em que essa frase é escrita no livro pelo autor, ou no momento em que você a lê? Perguntas como essas caracterizam uma corrente filosófica surgida no século XX, a **filosofia analítica**. Segundo seus representantes, a única tarefa plausível para a filosofia seria produzir uma análise lógica da linguagem, de

modo a analisar as frases e as proposições, para testar se elas seriam verdadeiras ou falsas.

No mesmo século XX, consolidou-se uma nova ciência, a linguística, também orientada para os estudos da linguagem. E ela teria grande influência também em outras ciências humanas e na filosofia, por meio da *teoria estruturalista*.

Dada a importância da linguagem nos estudos filosóficos no século XX, fala-se em uma “virada linguística”, isto é, uma mudança de foco nas preocupações da filosofia.

Wittgenstein: linguagem e mundo

Um dos mais importantes pensadores da linguagem no século XX foi **Ludwig Wittgenstein**, em princípio alinhado às perspectivas da filosofia analítica da linguagem, mas depois se distanciando delas. Em sua primeira obra, Wittgenstein está preocupado com a essência da linguagem, com seu mecanismo de significação das coisas e do mundo. Trata a linguagem como um sistema de representação e, portanto, afirma que a linguagem é diferente do mundo, pois aquilo que representa precisa ser diferente daquilo que é representado. Mas, ao mesmo tempo que é diferente, deve haver semelhanças entre o representante (a palavra) e o representado (a coisa), ou não pode haver representação. Segundo o filósofo, o mundo é composto de fatos, e o que a linguagem representa, por meio das proposições, são os fatos.

No pensamento de Wittgenstein, linguagem e mundo estão, portanto, intrinsecamente ligados. É por isso que ele chega a uma interessante afirmação: quanto mais ampla minha linguagem (minhas possibilidades de representação), mais amplo é meu mundo; quanto mais restrita minha linguagem, também mais restrito é meu mundo; e vice-versa. De modo que, quanto mais amplo meu mundo e minha linguagem, mais possibilidades de pensamento tenho.

“

Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo.

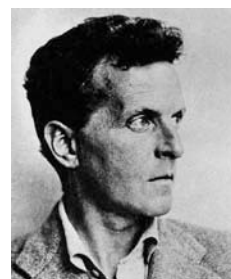
WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 245.

Uma ideia semelhante a essa foi utilizada no romance *1984*, de George Orwell. O livro narra uma sociedade no futuro (ele foi escrito em 1948, daí a projeção do futuro em 1984), na qual os seres humanos são vigiados e controlados por um governante totalitário, o Grande Irmão (ou *Big Brother*, no original inglês). Nessa sociedade totalitária e de controle absoluto, o principal objetivo é controlar o que as pessoas pensam e sentem. E como isso é feito? Por meio da linguagem! Considera-se que uma linguagem muito rica, com muitas palavras, gera muitas possibilidades de pensamento, o que é ruim para o sistema. O governo cria então a “novilíngua”, que é uma simplificação da linguagem. A cada semana é publicado um novo *Dicionário de novilíngua*, que cada vez

ESTRUTURALISMO

Corrente de pensamento criada pelo linguista francês Ferdinand de Saussure (1857-1913). Para ele, ao estudar uma língua, além de prestar atenção aos seus conteúdos e formas, precisamos também analisar sua **estrutura inconsciente**, isto é, como esses elementos se relacionam entre si, pois essa estrutura é o que determina a língua. Essa noção de estrutura inconsciente seria aplicada à análise da cultura, à literatura e à psicanálise. O estruturalismo também provocou reações contrárias, uma vez que, ao afirmar a importância da estrutura para o conhecimento de um dado fenômeno, deixava de lado seus aspectos históricos.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951)



Aplic/Getty Images

Ludwig Wittgenstein, em foto de 1930.

Filósofo austríaco, filho de uma rica família vienense, educado em um meio cultural muito fecundo, conviveu com artistas e músicos. Estudou com o filósofo e matemático Bertrand Russell (1872-1970) e foi professor de Filosofia na Universidade de Cambridge, naturalizando-se britânico. Entre suas obras, destacam-se *Tratado lógico-filosófico* (1921) e *Investigações filosóficas* (1953).

“

*Segredo não se diz.
Mentira não se diz.
O que não se sabe não se diz.
O que não se pode dizer não se diz.
Palavrão não se diz.
Coisa com coisa não se diz.
Armazém não se diz.*

*Armazém!
Armazém!!*

ANTUNES, Arnaldo. *PSIA*. 5. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 31.

Cena do filme 1984, dirigido por Michael Radford. Secretamente, Winston Smith (John Hurt) tenta registrar suas memórias e expressar suas opiniões em um diário, que mantém escondido em seu quarto.

tem menos palavras, e as pessoas são proibidas de utilizar termos que não estejam no dicionário. A cada semana, a linguagem é reduzida, o mundo é reduzido e o pensamento é reduzido.

Em Wittgenstein encontramos uma ideia parecida. Sua primeira obra – *Tratado lógico-filosófico* – termina com a proposição: “Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar”.



Atlantic Releasing/Everett Collection/Keystone.

“Jogos de linguagem”

Ao longo da vida, Wittgenstein muda radicalmente o enfoque de sua prática filosófica. Ele passa a considerar que o problema não é a busca da essência da linguagem, uma vez que não haveria essência a ser encontrada. Em sua obra *Investigações filosóficas*, ele afirma que não existe **a** linguagem, mas **linguagens** múltiplas, com diferentes objetivos. O filósofo faz uma analogia com os jogos: não existe um único jogo, mas diversos jogos. Eles têm semelhanças entre si (por exemplo, todo e qualquer jogo tem regras), mas são definidos por suas diferenças (ainda que todo jogo tenha regras, regras diferentes significam jogos diferentes). Os jogos também têm componentes e conteúdos distintos, bem como modos de funcionamento diferenciados; por exemplo, futebol e pôquer, xadrez e peteca são todos completamente diferentes entre si, mas todos são jogos.

Em decorrência dessa analogia entre linguagem e jogo, Wittgenstein afirma que as linguagens são múltiplas porque múltiplos são os **jogos de linguagem**. Esses jogos são os variados usos da linguagem: usamos a linguagem para expressar nossos sentimentos, mas a usamos também para dar ordens; usamos a linguagem para pedir desculpas, mas a usamos também para fantasiar. Cada um desses usos é um jogo, com regras próprias, elementos próprios, formas de funcionamento próprias. Assim, não há **uma** linguagem, com regras e usos, mas muitos jogos de linguagem, cada um com seus usos e suas regras.

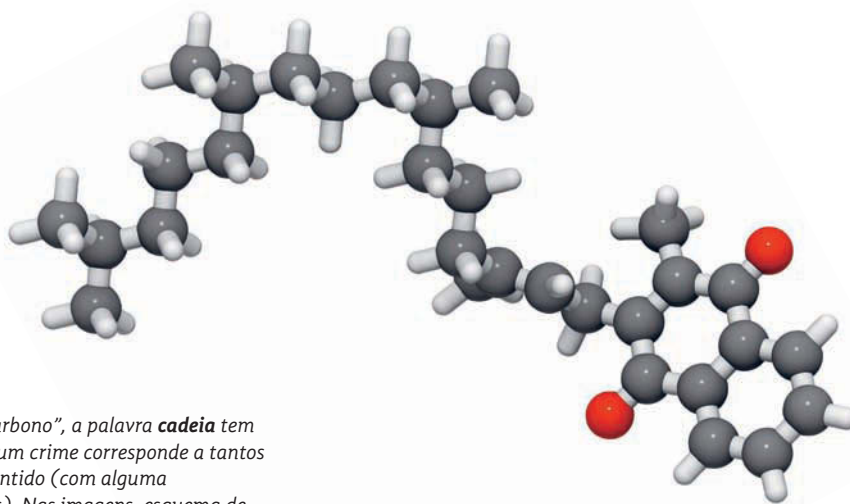
Uma pessoa pode se calar em determinado jogo de linguagem porque não quer ou não sabe falar daquilo, mas isso não quer dizer que aquilo seja **indizível**; ela pode dizê-lo, quem sabe, em outro jogo de linguagem diferente, em que aquilo faça todo o sentido e seja perfeitamente possível de expressar. Por exemplo: um réu pode se calar em um tribunal, não falando sobre a acusação que é feita a ele para não admitir sua culpa; mas pode falar livremente sobre isso com seu advogado, que preparará sua defesa. São diferentes jogos de linguagem, cada um com seus interesses e suas possibilidades.

O significado de uma palavra, portanto, não é universal e imutável. Seu significado depende do jogo no qual ela é usada. A questão consiste, então, em saber usar as palavras de acordo com o jogo de linguagem em questão.

“

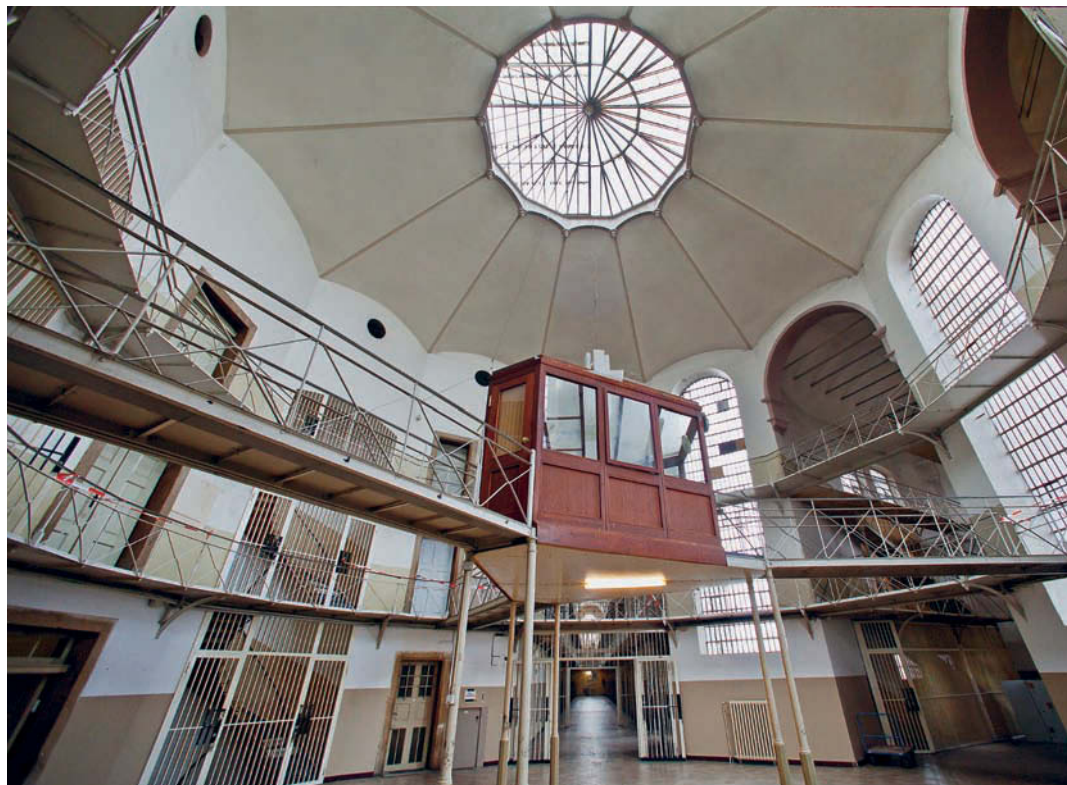
Todas as coisas do mundo não cabem numa ideia. Mas tudo cabe numa palavra, nesta palavra tudo.

ANTUNES, Arnaldo. *As coisas*. 8. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 25.



Molekuul.be/Shutterstock/Glow Images

Quando em química falamos em “cadeia de carbono”, a palavra **cadeia** tem um sentido; quando falamos que a pena para um crime corresponde a tantos anos de cadeia, a mesma palavra tem outro sentido (com alguma semelhança, claro, mas com muitas diferenças). Nas imagens, esquema de cadeia de carbono e interior de cadeia em Nuremberg, Alemanha, em 2012.



Daniel Karmann/epa/Corbis/Latinstock

Ernst Cassirer (1874-1945)



Bildarchiv Pilsener/Agf-images/Album/Laifistock

Ernst Cassirer, em foto de 1929.

Filósofo alemão, foi professor em várias universidades alemãs e norte-americanas, tendo deixado a Alemanha após a ascensão de Hitler ao poder. Dedicou-se a várias áreas, mas de modo especial à filosofia da cultura, tendo desenvolvido importantes trabalhos sobre as formas simbólicas. Entre suas obras, podemos destacar: *Filosofia das formas simbólicas* (1923) e *Ensaio sobre o homem* (1944).

LINGUAGEM E CULTURA

A linguagem é uma forma de expressão simbólica. Por isso, segundo o filósofo **Ernst Cassirer**, podemos compreender o humano como um “animal simbólico”. Segundo ele, o ser humano não é bem caracterizado quando o definimos como um “animal racional”, pois essa expressão limita a imensidão de coisas das quais somos capazes. Somos, afirma o filósofo, mais bem caracterizados pelo ato de simbolizar, que nos abre todo o universo da cultura.

“

Razão é um termo muito pouco adequado para abranger as formas da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são simbólicas. Portanto, em lugar de definir o homem como um animal rationale, deveríamos defini-lo como um animal symbolicum. Desse modo, podemos designar sua diferença específica, e podemos compreender o novo caminho aberto ao homem: o da civilização.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977. p. 51.

A palavra **cultura** é utilizada desde a Antiguidade. Os antigos romanos, por exemplo, a empregavam no sentido de “cultivo”; daí a origem da palavra agricultura: o cultivo agrícola, o cuidado com a terra que permite que as plantas cresçam. Mas também falavam em um “cultivo de si”, um cultivar-se, no sentido de uma pessoa cuidar-se, educar a si mesma, e com isso crescer. É apenas no século XIX que se difunde a ideia de cultura como a forma própria de vida de determinado povo. Nesse sentido, falamos de “culturas indígenas”, “culturas pré-colombianas”, “cultura brasileira” e “culturas europeias”, por exemplo.

Em termos mais estritamente filosóficos (portanto, conceituais), podemos entender por cultura o conjunto de tudo aquilo, no ambiente em que vivemos, que foi produzido pelo ser humano. Como você já estudou, Karl Marx associou o trabalho à natureza humana, uma vez que é por meio do trabalho que o ser humano transforma o mundo e transforma-se a si mesmo. A atividade de transformação do mundo pelo trabalho é justamente o que chamamos de cultura.

Percebe-se, portanto, uma estreita ligação entre trabalho, cultura e linguagem: produzimos cultura ao transformar o mundo por meio do trabalho, e expressamos essas transformações pela linguagem. Mas a produção de linguagem é também uma forma de trabalho, o que significa que também a linguagem transforma o mundo, como vimos anteriormente.

Se entendemos, então, por cultura o mundo transformado pelo ser humano e por natureza a parte do mundo que não depende de nós, que não foi transformada por nós, será que há uma espécie de oposição entre natureza e cultura? De forma nenhuma. O universo humano só pode ser compreendido pelo entrecruzamento de natureza e cultura. Marx também afirmava que a natureza é o “corpo inorgânico” do ser

humano. Isso porque o corpo humano é a ferramenta do indivíduo. Quando ele transforma um objeto em extensão de seu corpo – uma pedra afiada em forma de lança, por exemplo –, esse objeto se torna seu “corpo inorgânico”. Assim, para realizar seu trabalho como transformação, o ser humano atravessa o mundo natural e é atravessado por ele. A cultura é a produção desse mútuo atravessamento.

Pensando na cultura como o mundo transformado pelo ser humano, podemos concebê-la como uma “trama simbólica”, produzida pela linguagem. Assim, quando usamos uma roupa, por exemplo, não estamos apenas cumprindo uma função material de proteger e aquecer o corpo, mas estamos também, por meio dela, expressando nossa visão de mundo, nossos valores e o grupo social ao qual pertencemos.

É comum ouvirmos falar em “cultura erudita” e “cultura popular”. A primeira compreenderia as grandes realizações culturais humanas, nas artes e no pensamento de forma geral; a segunda reuniria as expressões das pessoas comuns, com suas festas, crenças, músicas e outras manifestações culturais. Qual das duas é mais importante? Embora conheçamos respostas em favor de uma ou de outra, em termos filosóficos essa é uma pergunta que não faz sentido, pois ambas são igualmente importantes como expressões do ser humano.



Igor Bulgarin/Shutterstock/Glow Images

Alguns espetáculos, como uma ópera, são considerados exemplos de uma cultura erudita. Na imagem, uma cena da ópera Norma, em apresentação no Dnepropetrovsk State Opera and Ballet Theatre, na Ucrânia, em 18 de fevereiro de 2012.



Mercio Antônio Sá/Pulsar Imagens

Este é um exemplo de cultura popular: a artesã modela uma moringa de barro, em Arraias, no Tocantins (foto de 2011).

Félix Guattari (1930-1992)



François Lochon/Gamme-Photo/Getty Images

Félix Guattari, em foto de 1987.

Filósofo, psicanalista e ativista político francês. Dedicou-se a vários temas em diferentes campos do pensamento e da cultura. Em seus últimos anos de vida apoiou movimentos ecologistas. Esteve várias vezes no Brasil, dando cursos, fazendo palestras e estudando movimentos sociais e políticos. Escreveu diversos livros com o filósofo Gilles Deleuze. De sua autoria, destacam-se: *Psicanálise e transversalidade* (1974); *As três ecologias* (1989); e *Caosmose: um novo paradigma estético* (1992).

Cultura e mercadoria

A cultura, como você viu, é a produção por meio da qual o ser humano se faz plenamente humano. Ao mesmo tempo, ela também é, na sociedade capitalista, transformada em mercadoria, em produto, em algo que se vende e que se compra. Isso levou o pensador francês **Félix Guattari** a distinguir três sentidos do termo cultura:

- **Cultura-valor:** o sentido mais antigo de cultura, relativo ao “cultivar-se” e que permite julgar quem tem cultura (quem é culto, cultivado) e quem não a tem (quem é inculto, não cultivado). Em suma, a cultura é tratada como um valor social, capaz de dar prestígio a algumas pessoas, distinguindo-as de outras.
- **Cultura-alma coletiva:** a cultura tomada como “civilização”, como a produção de um povo. Nesse sentido do termo, não faz sentido dizer que uns têm e outros não têm cultura, pois todos estão no universo da civilização.
- **Cultura-mercadoria:** o conjunto de “bens culturais”. Existe um mercado cultural e difunde-se a cultura pelo mesmo mecanismo de distribuição de qualquer outro produto.

Para Guattari, o que prevalece em nossos dias é o conceito de cultura-mercadoria, embora os outros dois conceitos continuem válidos. Hoje a cultura é considerada moeda de troca. É uma cultura que se produz, se reproduz, se difunde a todo momento, seja pela lógica do mercado capitalista, seja às margens desse mercado, já que mesmo uma “cultura marginal” também é mercadoria.

Essa terceira noção tem um aspecto negativo, porque valoriza a produção cultural pelo que ela pode render em termos de lucro econômico. Ao mesmo tempo, há um lado positivo, porque o acesso à cultura é mais democrático, já que a cultura-mercadoria não faz distinção entre uma “cultura popular” e uma “cultura erudita”. No contexto da sociedade capitalista, ambas são mercadorias.

Mandeli Ngam/Agência France-Press



Com o avanço tecnológico na área da indústria fonográfica, muitos artistas optaram pela produção e distribuição independente das obras. Essa medida, de modo geral, possibilitou uma mudança dos preços das obras, tornando-as mais acessíveis ao público. Na foto, consumidor escolhe DVDs em loja de Rockville, Maryland (Estados Unidos), em 2012.

TRABALHANDO COM TEXTOS

No primeiro texto a seguir, você verá como o próprio Wittgenstein explicou e exemplificou o conceito de “jogos de linguagem”. No outro texto, note como Adorno e Horkheimer exploram a linguagem da propaganda no contexto de uma cultura capitalista.

Texto 1

Ao ler o texto abaixo, observe que, para Wittgenstein, não se trata de propor uma “reforma da linguagem”, como no romance *1984*, mas de mostrar que a linguagem trabalha, funciona e produz possibilidades.

Os jogos de linguagem

23. *Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos (uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática.)*

O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.

Imagine a multiplicidade de jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:

Comandar, e agir segundo comandos.

Descrever um objeto segundo uma descrição (desenho).

Relatar um acontecimento.

Expor uma hipótese e prová-la.

Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas.

Inventar uma história, ler.

Representar teatro.

Cantar uma cantiga de roda.

Resolver enigmas.

Fazer uma anedota; contar.

Resolver um exemplo de cálculo aplicado.

Traduzir de uma língua para outra.

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do Tratado lógico-filosófico) [p. 18-19].

132. *Queremos estabelecer uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem: uma ordem para uma finalidade determinada; uma ordem entre as muitas possíveis; não a ordem. Com esta finalidade, salientaremos constantemente diferenças que nossas formas habituais de linguagem facilmente não deixam perceber. Isto poderia dar a aparência de que considerássemos como nossa tarefa reformar a linguagem.*

Uma tal reforma para determinadas finalidades práticas, o aperfeiçoamento da nossa terminologia para evitar mal-entendidos no uso prático, é bem possível. Mas esses não são os casos com que temos algo a ver. As confusões com as quais nos ocupamos nascem quando a linguagem, por assim dizer, caminha no vazio, não quando trabalha. [p. 57-58].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores.)

Questões sobre o texto

- 1 Por que os jogos de linguagem são múltiplos?
- 2 Por que não se trata de propor uma reforma da linguagem, como no livro *1984*?

Texto 2

Neste texto, os filósofos Adorno e Horkheimer exploram as relações entre linguagem e cultura. Mostram a associação entre a cultura e a mercadoria, esclarecendo o mecanismo da propaganda. Em seguida, criticam o fato de que na sociedade contemporânea cria-se uma espécie de “magia” em torno da palavra, sendo necessária sua desmistificação pelo exercício do pensamento racional.

Cultura e mercadoria

[...] A cultura é uma mercadoria **paradoxal**. Ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la. É por isso que ela se funde com a publicidade. Quanto mais destituída de sentido esta parece ser no regime do monopólio, mais todo-poderosa ela se torna. Os motivos são marcadamente econômicos. Quanto maior é a certeza de que se poderia viver sem toda essa indústria cultural, maior a **saturação** e a apatia que ela não pode deixar de produzir entre os consumidores. Por si só ela não consegue fazer muito contra essa tendência. A publicidade é seu elixir da vida. Mas como seu produto reduz incessantemente o prazer que promete como mercadoria a uma simples promessa, ele acaba por coincidir com a publicidade de que precisa, por ser intragável [...]

[...] Tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem. Tanto lá como cá, a mesma coisa aparece em inúmeros lugares, e a repetição mecânica do mesmo produto cultural já é a repetição do mesmo slogan propagandístico. Lá como cá, sob o imperativo da eficácia, a técnica converte-se em psicotécnica, em procedimento de manipulação das pessoas. Lá como cá, reinam as normas do surpreendente e no entanto familiar, do fácil e no entanto marcante, do sofisticado e no entanto simples. O que importa é subjugar o cliente que se imagina como distraído e relutante.



Alvaro Barrientos/AP Photo/Glow Images

Pessoas em frente ao cartaz gigantesco feito para divulgação do filme 2012, em festival de filmes de San Sebastian, no norte da Espanha, em 2009.

Pela linguagem que fala, ele próprio dá sua contribuição ao caráter publicitário da cultura. Pois quanto mais completamente a linguagem se absorve na comunicação, quanto mais as palavras se convertem de veículos substanciais do significado em signos destituídos de qualidade, quanto maior a pureza e a transparência com que transmitem o que se quer dizer, mais impenetráveis elas se tornam. A desmitologização da linguagem, enquanto elemento do processo total de esclarecimento, é uma recaída na magia. Distintos e inseparáveis, a palavra e o conteúdo estavam associados um ao outro. Conceitos como melancolia, história e mesmo vida, eram reconhecidos na palavra que os destacava e conservava. Sua forma constituía-os e, ao mesmo tempo, refletia-os. A decisão de separar o texto literal como contingente e a correlação com o objeto como arbitrária acaba com a mistura supersticiosa da palavra e da coisa. O que, numa sucessão determinada de letras, vai além da correlação com o evento é proscrito como obscuro e como verbalismo metafísico. Mas deste modo a palavra, que não deve significar mais nada e agora só pode designar, fica tão fixada na coisa que ela se torna uma fórmula petrificada. Isso afeta tanto a linguagem quanto o objeto. Aos invés de trazer o objeto à experiência, a palavra purificada serve para exibi-lo como instância de um aspecto abstrato, e tudo o mais, desligado da expressão (que não existe mais) pela busca compulsiva de uma impiedosa clareza, se atrofia também na realidade. O ponta-esquerda no futebol, o camisa-negra, o membro da Juventude Hitlerista, etc. nada mais são do que o nome que os designa. Se, antes de sua racionalização, a palavra permitira não só a nostalgia mas também a mentira, a palavra racionalizada transformou-se em uma camisa de força para a nostalgia,

muito mais do que para mentira. A cegueira e o **mutismo** dos fatos a que o positivismo reduziu o mundo estendem-se à própria linguagem, que se limita ao registro desses dados. Assim as próprias designações se tornam impenetráveis, elas adquirem uma **contundência**, uma força de adesão e repulsão que as assimila a seu extremo oposto, as fórmulas de encantamento mágico. [...]

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 151-154.

? ? ? Questões sobre o texto

- 1 Segundo o texto, como funciona a propaganda?
- 2 Por que, para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural se assemelha a um *slogan* propagandístico? Dê exemplos.
- 3 Conforme o texto, as palavras, tanto na propaganda quanto na indústria cultural, perderam o significado, transformando-se em uma “fórmula petrificada”. Explique essa afirmação.

Glossário

Contundência: no contexto, força, vigor, evidência.
Mutismo: característica daquilo que é mudo.
Paradoxal: que apresenta um paradoxo, uma contradição.
Saturação: estado de saciedade, em que não é mais possível acrescentar nada.

Em busca do conceito

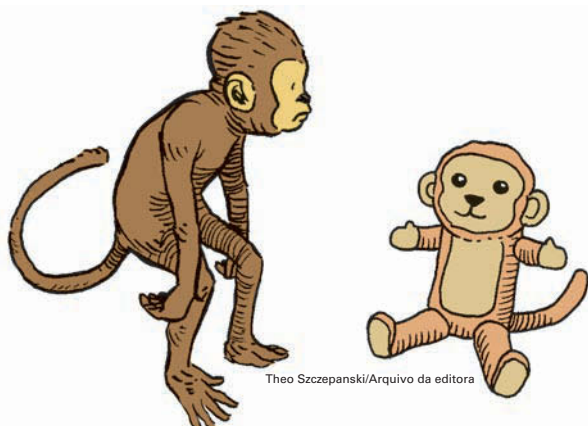
Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Com base no que você estudou neste capítulo, responda: você concorda com a afirmação de que é a linguagem que faz com que nós sejamos humanos? Por quê?
- 2 Explique a afirmação: “A cultura é uma trama simbólica”.
- 3 Faça uma pesquisa sobre a linguagem utilizada nas redes sociais *on-line*. Como as pessoas escrevem? O que elas escrevem? Como se expressam? A partir da pesquisa, faça uma análise crítica sobre os “jogos de linguagem” que são encontrados nas redes sociais como manifestação cultural.
- 4 Pergunte a seus pais, tios ou avós sobre as músicas que eles ouviam e ouvem ainda hoje e peça-lhes a letra de algumas dessas músicas. Compare essas letras com as letras das músicas que você ouve. Faça uma análise crítica sobre a linguagem utilizada nos dois casos.
- 5 Dê exemplos de cultura-mercadoria que circula na sociedade atual.
- 6 Leia com atenção o poema a seguir e discuta-o com seus colegas. Inspirado no assunto do poema, escreva uma dissertação filosófica sobre a linguagem como representação das coisas. Use elementos que aprendeu neste capítulo e assuma uma posição, defendendo-a com argumentos.

Nome Não

*os nomes dos bichos não são os bichos
o bichos são:
macaco gato peixe cavalo
macaco gato peixe cavalo
vaca elefante baleia galinha*



*os nomes das cores não são as cores
as cores são:
preto azul amarelo verde vermelho marrom*

*os nomes dos sons não são os sons
os sons são*

*só os bichos são bichos
só as cores são cores
só os sons são
som são, som são
nome não, nome não
nome não, nome não*

*os nomes dos bichos não são os bichos
os bichos são:
plástico pedra pelúcia ferro
plástico pedra pelúcia ferro
madeira cristal porcelana papel*

*os nomes das cores não são as cores
as cores são:
tinta cabelo cinema sol arco-íris tevê*

*os nomes dos sons não são os sons
os sons são*

*só os bichos são bichos
só as cores são cores
só os sons são
som são, nome não
nome não, nome não
nome não, nome não*

ANTUNES, Arnaldo. Nome Não. In: *Nome* (CD), 1993.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Você já sabe que um texto dissertativo é articulado em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Outra forma de estruturar um texto argumentativo é utilizando-se do método dialético. Seus elementos básicos são a tese, a antítese e a síntese.

A tese é a afirmação que se faz no início do texto. A antítese é a oposição que se faz à tese, criando um conflito. A síntese é a situação nova originada desse embate entre tese e antítese. Portanto, a síntese torna-se uma nova tese, que aceita uma nova antítese e, conseqüentemente, originam uma nova síntese, num processo infinito.

Esta é a estrutura de um texto filosófico, uma vez que, antes de propor qualquer interpretação definitiva, busca refletir acerca de problemas.

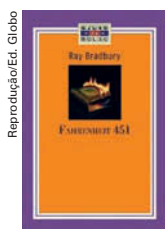
SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

Uma reflexão introdutória sobre a cultura, centrada na questão da cultura popular.



BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

Ficção científica sobre uma sociedade na qual os livros não são permitidos. Os bombeiros são uma corporação cuja missão é encontrar livros e queimá-los. Para preservá-los, as pessoas leem e decoram livros.



ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

Uma introdução ao estudo da problemática da língua e da linguística como ciência no século XX.



ORWEL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Numa sociedade do futuro, o controle sobre o pensamento é feito por meio do repertório de palavras que cada indivíduo pode usar.

Filmes



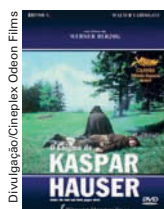
Língua: vidas em português. Direção de Victor Lopes. Portugal/Brasil, 2004. (105 min).

Contando com a participação do escritor português José Saramago e do brasileiro João Ubaldo Ribeiro, o documentário mostra a curiosa relação que os diversos países lusófonos mantêm com a língua portuguesa.



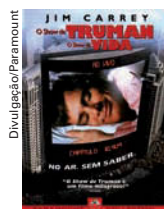
O carteiro e o poeta. Direção de Michael Radford. Itália, 1995. (108 min).

Em uma pequena ilha da Itália, um grande poeta chileno e um simples carteiro semianalfabeto se conhecem e criam uma grande amizade em torno do trabalho, da comunicação e da poesia.



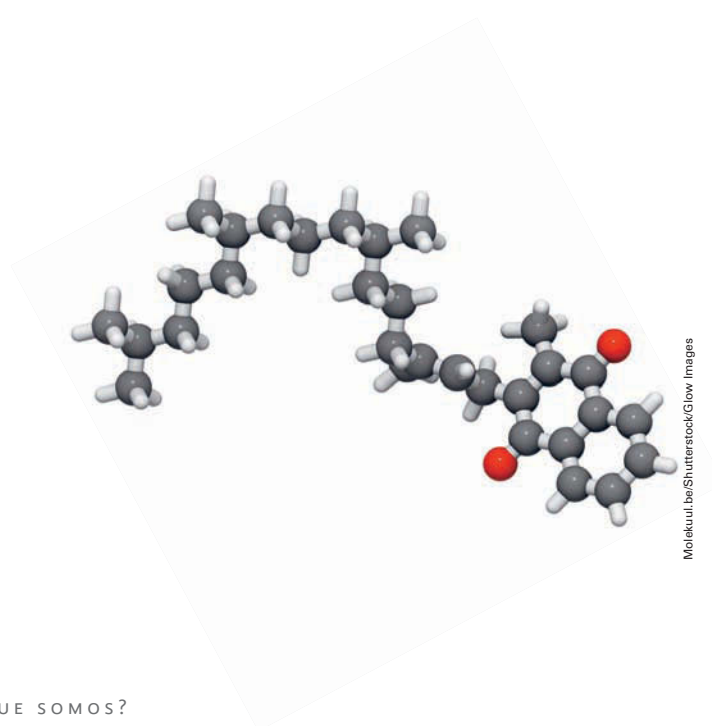
O enigma de Kaspar Hauser. Direção de Werner Herzog. Alemanha, 1974 (109 min).

Um jovem que nunca havia convivido em sociedade é encontrado numa praça. Não sabe se comunicar. Será possível introduzi-lo no mundo da cultura?



O show de Truman. Direção de Peter Weir. Estados Unidos, 1998 (103 min).

Uma pessoa é filmada ininterruptamente, com transmissão ao vivo para todo o mundo, sem que ela saiba disso.



3 Corporeidade, gênero e sexualidade: formas de ser

Colocando o problema

A DIMENSÃO HUMANA DA CORPOREIDADE

Vivemos hoje uma espécie de “culto ao corpo”. Todos são pressionados para serem magros, bronzeados e sarados. Todos são estimulados a parecer jovens, com aspecto saudável. Esse desejo nem sempre tem algo a ver com a ideia de saúde e bem-estar, que envolve a prática de uma atividade física regular e uma alimentação saudável. Em geral, o que predomina é a preocupação estética.

Para o filósofo **Gilles Lipovetsky**, essa onda de preocupação com o corpo é parte daquilo que ele denomina uma “sociedade pós-moralista”. Em vez da antiga sociedade moralista, na qual a ética e a virtude impunham uma série de deveres, vive-se hoje em uma sociedade que valoriza principalmente o bem-estar individual. Em lugar dos deveres, há agora “tarefas” para alcançar a felicidade, que envolvem a opção sexual, práticas de higiene traduzidas como “amor ao corpo”, campanhas anti-fumo e antidrogas, a prática de esportes radicais e “ecológicos”, bem como as academias de ginástica e os tratamentos estéticos.

Gilles Lipovetsky (1944)



Eric Fougere/VIP Images/Corbis/Latinstock

Gilles Lipovetsky, em 2008.

Filósofo francês, professor na Universidade de Grenoble, dedica-se a refletir sobre o mundo contemporâneo. Entre suas várias obras publicadas, destacam-se: *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos* (1992); *Os tempos hipermodernos* (2004); e *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo* (2006).



Wagner Meier/Fotograma/Folhapress

O padrão de beleza estabelecido atualmente por desfiles de moda, propagandas e programas de televisão leva as pessoas a buscar uma imagem que, muitas vezes, desconsidera particularidades individuais (biológicas, financeiras, etc.) e as estimula a cultivar um padrão corporal em troca de uma promessa de felicidade e bem-estar que muitos não conseguirão alcançar. Na foto, desfile de moda praia no Rio de Janeiro, em 2010.



Pintura, de Francis Bacon, 1950.

Como a filosofia tem conceituado o corpo, no contexto de uma reflexão sobre o ser humano? Será ele que nos faz ser o que somos? Quando dizemos “eu”, falamos de um corpo ou de alguma outra coisa, de um “recheio” que está no corpo?

Podemos destacar a **corporeidade**, o fato de sermos um corpo, como uma das dimensões humanas mais fundamentais. Para compreender como a filosofia construiu esse conceito, é importante fazer um percurso pela história do pensamento. Mas, antes, leia o poema de Arnaldo Antunes, que trata dessas questões que a filosofia enfrenta desde a Antiguidade, quando reflete sobre o ser humano.

“

O corpo existe e pode ser pego. É suficientemente opaco para que se possa vê-lo. Se ficar olhando anos você pode ver crescer o cabelo. O corpo existe porque foi feito. Por isso tem um buraco no meio. O corpo existe, dado que exala cheiro. E em cada extremidade existe um dedo. O corpo se cortado espirra um líquido vermelho. O corpo tem alguém como recheio.

ANTUNES, Arnaldo. *As coisas*. 8. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 23.

A filosofia na história

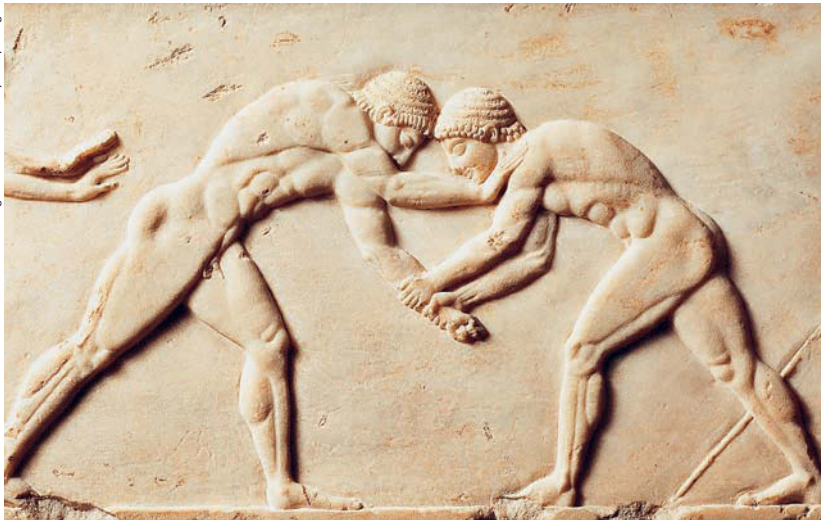
UMA BREVÍSSIMA HISTÓRIA DO CORPO, AOS OLHOS DA FILOSOFIA

Os gregos antigos davam muita importância ao corpo. Exercitavam-se, preocupavam-se com a alimentação, de modo a ter um corpo saudável. Os guerreiros eram belos, fortes, ágeis e astutos em combate. A admiração pela força e beleza do corpo produziu as disputas atléticas, como os Jogos Olímpicos.

Para os gregos, o ser humano é constituído de **soma** (que traduzimos por ‘corpo’), uma certa quantidade de matéria, e de **psique** (que

traduzimos por ‘alma’), o “sopro” que anima a matéria, que dá vida ao corpo. Na mitologia, encontramos uma história da criação do homem por Prometeu, que fez bonecos de barro e começou a brincar com eles. Zeus soprou nos bonecos, e eles ganharam vida. Essa narrativa mítica explica a dupla natureza do ser humano: uma parte material, o corpo, moldado no barro; e uma parte “espiritual”, a alma, que nada mais é do que um sopro divino.

Neste detalhe de um alto-relevo ateniense do século VI a.C., vemos uma cena de luta entre dois atletas. Observe a representação dos corpos atléticos, tidos pelos gregos como expressão da beleza.



Platão: ideias e sentidos

A preocupação grega com o corpo estendeu-se para a filosofia, que dedicou grande esforço para compreendê-la. Platão, que era um atleta e cultivava o corpo, elaborou a concepção de **dualismo psicofísico**.

Para compreender essa concepção, é importante entender como Platão explica o mundo. No capítulo anterior, vimos que o filósofo considera uma duplicação da realidade, composta pelo mundo das ideias e pelo mundo dos sentidos. O primeiro é imaterial e inteligível; o segundo, sensível, material e físico.

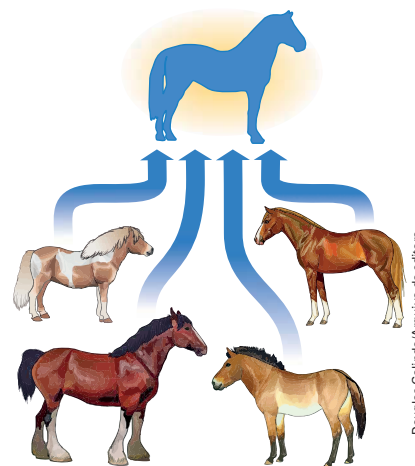
Para Platão, as ideias não são criadas pelos seres humanos, por meio do pensamento; as ideias são eternas, sempre existiram e sempre existirão, porque são perfeitas. O que podemos fazer, pelo pensamento, é tentar chegar a conhecer essas ideias, que estão além do mundo sensível que percebemos o tempo todo. Na criação do mundo como o conhecemos, um espírito artesão (que Platão denomina *demiurgo*) foi contemplando as ideias e fazendo cópias delas com a matéria sem forma. Assim, a partir de uma ideia perfeita de árvore, criou diversas cópias de árvores materiais; contemplando a ideia perfeita de homem, criou vários homens materiais; da ideia perfeita de mulher, copiou diversas mulheres materiais. E assim tudo foi criado.

Para o filósofo, o corpo humano é parte do mundo sensível, enquanto a alma é parte do mundo ideal. A alma tem a mesma constituição das ideias, portanto, é perfeita e imortal. O corpo, tendo uma constituição material, é imperfeito e mortal. Enquanto um ser humano está vivo, ele é uma união indissolúvel de um corpo físico mortal com uma alma ideal imortal. Por isso, o ser humano precisa cuidar do corpo, exercitá-lo, cultivá-lo: é por meio do cuidado com o corpo que podemos cuidar da alma, aprender a fazer com que ela domine esse corpo imperfeito. Mas, quando o corpo morre, a alma se libera e volta ao mundo das ideias, podendo depois encarnar-se em outro corpo. Vê-se então que, para Platão, a alma é mesmo o “recheio” do corpo.

Aristóteles: matéria e forma

Insatisfeito com a perspectiva platônica, Aristóteles defendeu a noção de **hilemorfismo** (das palavras gregas *hylé*, ‘matéria’; e *morphé*, ‘forma’), segundo a qual todas as coisas são resultantes de dois princípios diferentes e complementares: a **matéria** e a **forma**. A matéria é aquilo de que a coisa é feita; a forma é o que faz com que a coisa seja aquilo que é. No caso do ser humano, o corpo físico é a matéria, enquanto a forma é dada pela alma. Mais do que em Platão, essas duas realidades são inseparáveis, embora distintas. Uma só pode agir em conjunto com a outra.

Essa concepção de Aristóteles pode ser chamada de **orgânica**: a alma é aquilo que anima o corpo, estando totalmente integrada a ele. Corpo e alma formam um organismo, um sistema orgânico. Um movimento físico, como levantar a mão direita, é realizado pelo corpo e



Douglas Galindo/Arquivo da editora

Nesta imagem vemos um exemplo com a ideia de cavalo. Perceba como os diferentes exemplares correspondem à ideia singular e perfeita de cavalo.

Bento de Espinosa (1632-1677)



Bento de Espinosa, em gravura de cerca de 1660.

De origem judaica, nasceu em Amsterdã (hoje Holanda) e recebeu uma sólida formação religiosa e humanista. Por suas ideias filosóficas e políticas consideradas heréticas, foi excomungado e expulso da comunidade judaica. Suas principais obras foram: *Tratado da reforma do entendimento* (escrito por volta de 1671 e só publicado após sua morte), *Tratado teológico-político* (1670) e *Ética demonstrada segundo o método geométrico* (1677).

“

O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor.

SPINOZA. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 163.

possibilitado pela ação da alma, que provoca o movimento. Um pensamento também é uma ação da alma, e só pensamos porque somos seres corpóreos. Mesmo que fosse possível conceber a ideia de uma alma separada de um corpo, essa alma não pensaria. Ainda que avançando em relação ao dualismo de Platão, para Aristóteles a alma continua sendo o “recheio” do corpo, pois é ela que lhe dá o movimento e a ação.

Na Idade Média, sob a influência do pensamento cristão, as ideias de Platão e de Aristóteles são retomadas e reelaboradas. Vários filósofos dedicaram-se a reler a filosofia antiga segundo os preceitos do cristianismo. Os dois mais importantes, cada um marcando um período da filosofia medieval, foram Santo Agostinho (do período conhecido como “patrística”, a filosofia dos “padres da Igreja”) e São Tomás de Aquino (da “escolástica”, a filosofia ensinada nos mosteiros e nas universidades medievais). O corpo passou a ser considerado fonte e lugar do pecado, uma vez que, na tradição cristã, foi pelo corpo que o ser humano pecou e perdeu o paraíso. Caberia à alma, expressão de pureza divina, controlar os desvios do corpo.

Espinosa: corpo-mente

Apenas no século XVII, com o filósofo **Bento de Espinosa**, surgiu uma posição diferente dessa visão dualista que compreendia o ser humano como corpo e alma, seja destacando aspectos positivos, seja destacando aspectos negativos. O filósofo não utiliza a palavra **alma**, preferindo falar sempre em **mente**. Para ele, mente e corpo são uma coisa só. Quando nos referimos ao pensamento, o chamamos de mente; e, quando se trata da matéria, a chamamos de corpo. Um não pode ser concebido sem o outro.

Contrariando uma tradição filosófica de mais de dois mil anos, Espinosa elaborou uma concepção não dualista do ser humano, ao afirmar que corpo e mente são a mesma coisa. Com essa posição, ele nega que a mente prevaleça sobre o corpo. Como para ele um e outro são a mesma coisa, nem o corpo pode obrigar a mente a pensar, nem a mente pode forçar o corpo a agir. Quando pensamos, o fazemos na condição de corpo-mente; quando nos movimentamos, o fazemos como corpo-mente.

Enquanto a tradição filosófica considerava o corpo como pura matéria sob o controle de uma alma imaterial, Espinosa afirmava que, até então, ninguém havia sido capaz de dizer quais são as possibilidades do corpo, o que ele pode e não pode fazer. Podemos compreender essa ideia pensando em situações extremas, nas quais o corpo reage de maneira inesperada. Em uma catástrofe, por exemplo, é comum uma pessoa salvar outra erguendo rochas pesadas, que em circunstâncias normais não conseguiria sequer mover. Nos esportes, os atletas procuram sempre chegar aos limites das possibilidades do corpo. A cada quatro anos novos recordes são quebrados nas Olimpíadas: um atleta nada mais rápido, outro salta mais alto, outro corre mais depressa.



O ginasta brasileiro Arthur Zanetti apresenta-se nas argolas durante os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. Num exercício como esse, o corpo é levado a seus limites, num equilíbrio entre força e destreza.

Para Espinosa, as ações do corpo dependem dos estímulos que ele recebe. Espinosa chamou esses estímulos de **afecções**. O corpo pode ser afetado de diferentes formas e ele age a partir dessas afecções. Dependendo de como o corpo é afetado, sua potência de agir aumenta. Um bom exemplo é o atleta que compete: o estímulo para alcançar a vitória é a afecção que aumenta sua potência de agir, levando a bons resultados. Há também afecções que diminuem a potência de agir de um corpo. Quando ficamos decepcionados com alguma coisa e nos sentimos abatidos, temos pouca vontade de fazer qualquer coisa; nossa potência de agir está reduzida. Como mente e corpo são uma só coisa, Espinosa denomina o aumento da potência de agir de **alegria**, enquanto a diminuição dessa potência é a **tristeza**.

Vemos assim que nessa teoria de Espinosa não faz nenhum sentido pensar no corpo como uma porção de matéria que tem por “recheio” uma mente ou uma alma que nos faz ser o que somos, que nos dá uma identidade. Não há um “recheio” para o corpo, ele é o próprio recheio.

Espinosa afirmava que, até sua época, ninguém havia conseguido conhecer a estrutura do corpo de modo a poder explicar todas as suas funções, por isso atribuíam-se à alma as ações do corpo.

Hoje, com os grandes avanços na ciência, conhecemos bem mais o corpo, sua anatomia e fisiologia, que no tempo de Espinosa. Só recentemente, porém, a neurociência tem conseguido compreender melhor as interações entre o corpo e a mente, dando ampla razão à teoria de Espinosa.

NOVOS CONCEITOS NA FILOSOFIA DO CORPO

No século XX o pensamento filosófico sobre o corpo recebeu as contribuições de **Maurice Merleau-Ponty** e Michel Foucault.

Na obra *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty desenvolve o conceito de **corpo próprio**. O filósofo muda o foco da afirmação de Descartes (“Penso, logo existo”), que coloca a certeza da existência no pensamento (na consciência ou na alma), para situá-la no corpo.

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)



Jean-Régis Roustan/Roger-Viollet/Getty Images

Maurice Merleau-Ponty, em 1950.

Filósofo francês, foi professor em escolas de Ensino Médio e no ensino universitário. Trabalhou com o método fenomenológico de Husserl e procurou desenvolvê-lo para além daquilo que foi imaginado por seu criador. Entre suas obras, destacam-se: *Fenomenologia da percepção* (1945), *As aventuras da dialética* (1955) e *O visível e o invisível* (publicado postumamente em 1964).

Vivendo no mundo, sendo um corpo em meio às coisas, nós as percebemos; e é no ato da percepção que descobrimos a nós mesmos, que descobrimos que existimos. Em outras palavras, nós só sabemos que existimos porque somos um corpo no mundo.

Merleau-Ponty criticou a filosofia e a fisiologia (o estudo biológico das funções do corpo) por serem **mecanicistas**, isto é, por considerarem o corpo um objeto, um mecanismo cujo funcionamento podemos conhecer. Isso, segundo Merleau-Ponty, significa transformar o corpo em pura materialidade, que só ganha sentido se for “recheada” por uma mente ou uma alma.

O corpo próprio, para Merleau-Ponty, é a ideia de que cada pessoa é um corpo que percebe e que pensa – e, pensando, atua no mundo e sobre si mesmo. De modo que o corpo não é um objeto, como uma pedra ou um martelo. Mas tampouco é pura consciência ou pura percepção. Meu **corpo próprio** é a sede da percepção do mundo e de mim mesmo, possibilidade única de existência concreta.

O filósofo francês Michel Foucault reflete sobre outro aspecto da corporeidade: o corpo como lugar em que o poder atua. Segundo o filósofo, o “desprezo pelo corpo” que vemos na Idade Moderna, a partir da formulação de René Descartes, é apenas aparente. Durante todo aquele período, foi feito grande esforço para manter o corpo controlado, para que ele pudesse ser tomado como força de trabalho. O suposto “esquecimento do corpo” pela filosofia tinha sua função: a não preocupação com o corpo era uma forma de não perceber sua submissão e os mecanismos de controle aos quais estava submetido.

Segundo Foucault, uma importante tecnologia de controle era o **poder disciplinar**, que atuava individualizando os corpos. Esse poder era exercido nas instituições, como fábricas, escolas, hospitais, prisões e quartéis. Sua análise permanece atual. Pense na escola, em que cada estudante tem um registro, está colocado em determinada classe, tem um número na lista de chamada, tem suas próprias notas que medem seu aproveitamento. É uma forma de disciplinar o estudante, de transformá-lo em um indivíduo.

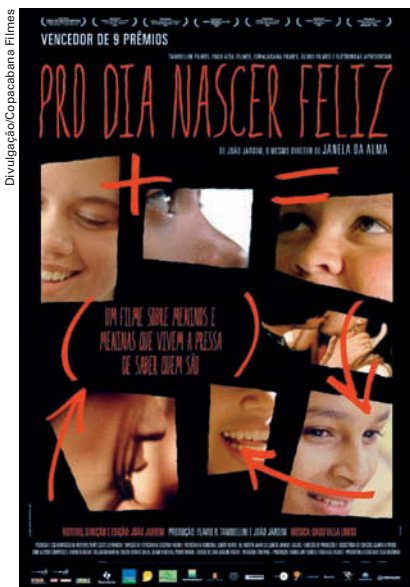
Não pensemos, porém, que isso é totalmente negativo e que tem o único objetivo de controlar os corpos dos indivíduos. A disciplina tem também seus efeitos positivos: ela possibilita que cada um se conheça melhor e tenha consciência do próprio corpo. O próprio Merleau-Ponty só conseguiu formular sua teoria graças ao poder disciplinar a que ele mesmo está submetido. A tomada de consciência possibilita uma “revolta do corpo”, que busca mais liberdade e menos controle. Para que o corpo seja afirmado, é preciso que seja conhecido; para ser conhecido, o corpo precisou ser disciplinado.

E, se o corpo é lugar de exercício de poder, ele é também lugar de se fazer único. O corpo resiste ao controle que lhe é imposto. Essa relação do corpo com os poderes, por meio de um processo de educação, relação que é de submissão mas também de resistência, é vista de forma poética pelo compositor Paulinho Moska na canção “O corpo”.



O documentário *Pro dia nascer feliz* mostra as contradições e os problemas do sistema de ensino brasileiro, por meio de depoimentos de estudantes e profissionais de diferentes realidades escolares.

Pro dia nascer feliz. Direção de João Jardim. Brasil, 2006. (88 min).



Cartaz do documentário *Pro dia nascer feliz*.

A letra sintetiza o que você estudou até aqui. Não sabemos o que pode o corpo, pois nosso olhar para ele é limitado; o corpo é colocado em determinadas formas, por um processo de educação; mas o corpo também resiste e quebra as normas, buscando outras possibilidades.

“

O corpo

*Meu corpo tem cinquenta braços
E ninguém vê porque só usa dois olhos
Meu corpo é um grande grito
E ninguém ouve porque não dá ouvidos*

*Meu corpo sabe que não é dele
Tudo aquilo que não pode tocar
Mas meu corpo quer ser igual àquele
Que por sua vez também já está cansado de não mudar*

*Meu corpo vai quebrar as formas
Se libertar dos muros da prisão
Meu corpo vai queimar as normas
E flutuar no espaço sem razão*

*Meu corpo vive e depois morre
E tudo isso é culpa de um coração
Mas meu corpo não pode mais ser assim
Do jeito que ficou após sua educação*

MOSKA, Paulinho. O corpo. In: *Pensar é fazer música*. Rio de Janeiro: EMI, 1995.

SEXUALIDADE: ENTRE O BIOLÓGICO E O CULTURAL

Um dos desdobramentos da corporeidade é a sexualidade; o corpo é sexuado. Em uma visão mecanicista do corpo, o sexo é visto como algo puramente biológico. Alguns são do sexo masculino, outros do sexo feminino. Mas nada é assim tão simples. Como compreender que existam homens que durante o dia trabalham em seus escritórios, fábricas, empresas, e à noite se vestem como mulheres e se divertem nas festas? Eles não deixam de ser homens; mas sentem prazer em se vestir como mulheres. Se analisarmos o corpo e o sexo de forma mecânica e estritamente biológica, uma pergunta como essa é equivocada, pois devemos considerar essa nossa análise uma dimensão simbólica, que diz respeito a como representamos e como vivemos a corporeidade e que se coloca para além do biológico. Como vimos anteriormente, essa dimensão simbólica é o universo da cultura.

Para entender a complexidade dessa questão, precisamos recorrer a uma visão não mecanicista do corpo. Se o corpo não é apenas matéria, pois existe em uma dada cultura, a sexualidade está relacionada à dinâmica da vida humana. Não é um mero traço físico ou biológico. O sexo é biológico, mas as maneiras de vivê-lo são culturais, por isso se modificam de pessoa para pessoa, de cultura para cultura, de uma época para outra.



O curta-metragem *Vestido de Laerte*, ficção baseada em uma história vivida pelo cartunista Laerte, narra a busca de seu personagem – um travesti e transgênero interpretado por ele mesmo – por um certificado que lhe garantisse o direito de utilizar o banheiro público feminino.

Vestido de Laerte. Direção de Pedro Marques e Claudia Priscilla. Brasil, 2012. (13 min).



Cena do curta-metragem *Vestido de Laerte*.

Divulgação: Vácuo Produções Culturais

KAMA SUTRA

Livro indiano antigo dedicado às artes do amor e à fruição do prazer dos sentidos. Foi escrito por Vātsyāyana, que provavelmente viveu entre os séculos IV e VI a.C.

Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976), Foucault investigou como as sociedades viveram a sexualidade ao longo do tempo e notou um paradoxo. Nas sociedades dos séculos XVI e XVII, embora se acreditasse que o sexo era reprimido, ele foi valorizado como o segredo por excelência; em decorrência disso, **falava-se** muito sobre sexo, na mesma medida em que ele era reprimido. Procurando estabelecer “a verdade” do sexo, as civilizações encontraram basicamente dois caminhos. Por um lado, criaram uma espécie de “arte erótica”, como uma forma de prescrever as melhores e mais corretas maneiras de viver o sexo. Isso se verificou principalmente nas sociedades orientais. Provavelmente, o exemplo mais conhecido é o clássico hindu *Kama Sutra*. Por outro lado, as sociedades ocidentais produziram um conhecimento científico sobre o sexo, como uma forma lícita de procurar sua “verdade”.

Essas duas vertentes deram origem a duas linhas no conhecimento sobre o sexo no Ocidente. De um lado, surgiu um saber científico legítimo, sobre o qual se pode falar livremente e até ensinar nas escolas, na forma de uma educação sexual admitida como necessária. De outro lado, ganhou força uma visão moral do sexo, que reprime certas práticas e legitima outras, criando-se uma série de hábitos sociais relacionados à sexualidade. Nessa moral sexual, predominou a perspectiva heterossexual, que afirma a distinção absoluta entre homem e mulher, centrada numa visão biológica.

A vivência da sexualidade envolve, portanto, uma conjunção dos fatores biológico e cultural. Nela também interfere um tema que adquiriu grande interesse no século XXI: os papéis dos homens e das mulheres na sociedade – ou, como costuma ser denominada, a **questão do gênero**.

Uma coisa é o sexo de cada pessoa visto sob o ponto de vista biológico. Alguns indivíduos nascem com um corpo dotado de um aparato sexual masculino; outros, com um aparelho sexual feminino. Mas será que isso é suficiente para afirmar que uns são homens e outros são mulheres? Os gêneros masculino e feminino são puramente biológicos? Sabemos que não. A questão do gênero também está profundamente ligada à vivência das pessoas em determinada época e lugar.

Livros sobre educação sexual produzidos para o público infantil (Florianópolis, SC, 2006).



Uma filósofa do século XX, **Simone de Beauvoir**, dedicou-se a estudar a condição da mulher na sociedade. Em sua obra *O segundo sexo*, publicada em 1949, afirmou que “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” conforme vive. Não existe algo como uma “natureza feminina”. O “ser mulher” não é uma essência (seja biológica, seja cultural) que se realiza, mas uma construção que cada mulher faz em sua vida.

Para Beauvoir, assim como falamos em uma **condição humana**, de modo geral, podemos falar em uma **condição feminina**, de forma particular. Ela argumenta que a cultura e o pensamento foram sempre dominados pelos homens, de modo que a mulher foi considerada o outro, o não homem, e relegada a um segundo plano (daí o título de sua obra). Desvendar e compreender essa condição é, assim, a tática para poder lutar contra ela, construindo outras realidades para o feminino.

Simone de Beauvoir (1908-1986)



Daniël Simoni/Gamma-Raphoto/Getty Images

Simone de Beauvoir, em 1983.

Filósofa francesa nascida em Paris, que se dedicou também à literatura. Foi professora de filosofia em vários colégios franceses, antes de resolver dedicar-se exclusivamente a escrever. Produziu uma obra extensa, composta de romances, novelas e ensaios filosóficos. Tornou-se conhecida por sua ligação com o existencialismo e por seus trabalhos sobre a mulher e sua condição. Entre suas obras, destacam-se: *Uma moral da ambiguidade* (1947); *O segundo sexo* (1949); e *A cerimônia do adeus* (1981).



Mobilização feminina pelo direito ao voto na escadaria do Capitólio, centro legislativo do governo dos Estados Unidos, em Washington, D.C., em 1915. Este foi um dos movimentos políticos de massas mais representativos ocorridos no século XX.

A afirmação de Beauvoir sobre o “tornar-se mulher” teve grande impacto nos movimentos feministas no século XX. Mas podemos dizer que seu impacto expandiu-se, uma vez que também para o homem essa formulação é aplicável: ninguém apenas nasce homem, mas se torna homem. Ou, ainda: ninguém nasce homossexual, mas se torna homossexual.

A construção da sexualidade é biológica, cultural e histórica, assim como a construção do que somos em outras esferas. E, como demonstra Gilberto Gil na música “Super-homem, a canção”, a condição dos gêneros está em constante reavaliação.

“

Super-homem, a canção

*Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter*



*Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É o que me faz viver*

*Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe, quem dera
Ser o verão o apogeu da primavera
E só por ela ser*

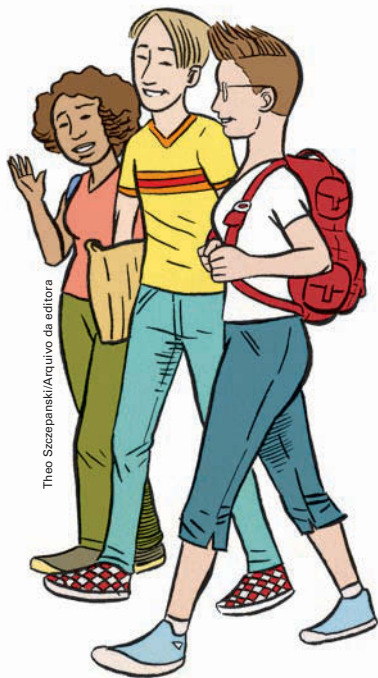
*Quem sabe o super-homem venha nos restituir a glória
Mudando como um Deus o curso da história
Por causa da mulher*

GIL, Gilberto. Super-homem, a canção. In: *Realce*. Rio de Janeiro, 1979.

Referindo-se ao filme *Superman*, de 1978, no qual o herói faz o planeta girar ao contrário e voltar o tempo para impedir a morte da mulher amada, o compositor reavalia o papel e a força da mulher no próprio modo de ser do homem. A “porção mulher” que traz em si é aquilo que o faz viver. Essa afirmação evidencia que o humano não pode ser simplesmente separado, dividido em homem/mulher, masculino/feminino. As duas perspectivas são parte de uma única realidade, o humano. Para ser plenamente humano, é preciso ser masculino/feminino ao mesmo tempo. Essa postura é um combate ao machismo, responsável por muitas violências ao longo da história, mas é também uma crítica ao feminismo que simplesmente inverte os polos, afirmando a superioridade das mulheres.

A questão do gênero hoje não pode ser resumida a masculino/feminino. A diversidade sexual é uma realidade que se impõe com uma força cada vez maior, ainda que uma sociedade moralista a combata. No campo da filosofia, Deleuze e Guattari alertam que há muitas “camadas” nas formas pelas quais vivemos a sexualidade e que se ela se reduz a dois gêneros é em razão de todo um aparelho social repressor que procura conter os jogos do desejo. Mas cada pessoa “embaralha” em si mesma o masculino e o feminino, o heterossexual e o homossexual, de modo que uma definição de gênero é sempre algo transitório e que se faz em determinado contexto, não algo que determine, de fato, como vivemos nosso corpo, como experimentamos o desejo, como construímos aquilo que somos.

Esse jogo de construções de si mesmo é um jogo de identidades. A cada momento somos chamados a assumir uma identidade, um papel social, e a agir de acordo com ele. Na vivência desses papéis, vamos ouvindo coisas como “homem que é homem não chora” e “menina não pode se sentar desse jeito”. É culturalmente, nas nossas relações sociais, que as identidades de gênero vão sendo construídas. E é também pela ação da produção cultural que elas vão mudando, de acordo com os valores socialmente dominantes.



Theo Szczeplanski/Arquivo da editora

TRABALHANDO COM TEXTOS

Veremos em seguida dois textos de filósofos do século XX. Foucault oferece neste fragmento outro conceito de corpo, o “corpo utópico”. No texto da filósofa Simone de Beauvoir, encontramos a problematização em torno do ser mulher.

Texto 1

O texto a seguir é parte de uma conferência de Foucault em 7 de dezembro de 1966 na rádio France-Culture. Nele, o filósofo faz uma relação entre o corpo humano e a utopia, esse lugar que não existe, que pode ser qualquer lugar. A utopia no corpo está nas roupas que usamos, na maquiagem, em máscaras ou tatuagens. Mudamos o corpo, mudamos a nós mesmos, mudamos nossos lugares no mundo.

O corpo utópico

[...] *O corpo é ele mesmo um grande ator utópico, quando se trata de máscaras, da maquiagem e da tatuagem. Mascarar-se, maquiar-se, tatuar-se, não é exatamente, como poderíamos imaginar, adquirir um outro corpo, simplesmente uma pele mais bonita, mais bem decorada, mais facilmente reconhecível; tatuar-se, maquiar-se, mascarar-se é sem dúvida algo completamente diverso, é fazer o corpo entrar em comunicação com os poderes secretos e as forças invisíveis. A máscara, o desenho tatuado, o produto cosmético depositam no corpo toda uma linguagem: toda uma linguagem enigmática, toda uma linguagem cifrada, secreta, sagrada, que chama sobre esse mesmo corpo a violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo. A máscara, a tatuagem, o cosmético localizam o corpo em outro espaço, eles o fazem entrar em um lugar que não tem um lugar diretamente no mundo, eles fazem desse corpo um fragmento de espaço imaginário que vai se comunicar com o universo das divindades ou com o universo de outrem. Seremos pegos pelos deuses ou seremos pegos pela pessoa que acabamos de seduzir. Em todo caso, a máscara, a tatuagem, o cosmético são operações por meio das quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um outro espaço.*

[...]

E se sonhamos que a vestimenta sagrada ou profana, religiosa ou civil faz o indivíduo entrar no espaço fechado do religioso ou na rede invisível da sociedade, então vemos que tudo isso que toca o corpo – desenho, cor, diadema, tiara, vestimenta, uniforme – tudo isso faz desabrocharem, sob uma forma sensível e matizada, as utopias seladas no corpo.

Mas talvez fosse necessário ir abaixo da roupa, talvez fosse preciso tomar a própria carne, e aí veríamos que, em certos casos, no limite, é o corpo ele mesmo que faz retornar contra si seu poder utópico e faz entrar todo o espaço do religioso e do sagrado, todo o espaço do outro mundo, todo o espaço do contramundo no interior mesmo do espaço a ele

reservado. Então, o corpo na sua materialidade, na sua carne, seria como o produto de suas próprias ilusões. O corpo do dançarino não é justamente um corpo dilatado, segundo todo um espaço que lhe é interior e exterior ao mesmo tempo? E também os drogados, os possuídos; os possuídos, cujos corpos tornam-se o inferno; os estigmatizados, cujos corpos tornam-se sofrimento, redenção e saúde, paraíso sangrento.

Eu estaria maluco, de fato, se acreditasse que o corpo jamais está em outro lugar, que ele está irremediavelmente aqui e que ele se opõe a toda utopia.

Meu corpo, de fato, está sempre em outro lugar, ele é ligado a todos os outros lugares do mundo, e verdadeiramente ele não é senão em outro lugar. Pois é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – e em relação a ele como um soberano – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um adiante, um atrás, um próximo, um distante. O corpo é o ponto zero do mundo, o lugar em que os caminhos e os lugares vêm se cruzar; o corpo não está em nenhum lugar: ele é no coração do mundo esse pequeno núcleo utópico a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego, pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, ele não tem um lugar, mas é dele que partem e se distribuem todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.*

FOUCAULT, Michel. *Le corps utopique, les hétérotopies*. Paris: Lignes, 2009. p. 15-18.

* *Cidade do Sol* é o título de um livro de Tommaso Campanella (1568-1639), que descreve uma cidade utópica.

Questões sobre o texto

- 1 Segundo Foucault, qual é o efeito de intervenções estéticas sobre o corpo, como a maquiagem e a tatuagem?
- 2 Como podemos compreender a afirmação de que “o corpo é o ponto zero do mundo”?

Texto 2

A constituição da mulher como um fator cultural e não apenas biológico é o tema dos trechos a seguir, extraídos do primeiro e mais importante livro de filosofia dedicado à condição da mulher. Simone de Beauvoir reflete sobre a produção da masculinidade e da feminilidade, e afirma que a “libertação da mulher” requer que ela se assuma como ser sexuado.

Tornar-se mulher...

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da

civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos [...].

[...] Uma segunda desmama, menos brutal, mais lenta do que a primeira, subtrai o corpo da mãe aos carinhos da criança; mas é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; enquanto à menina, continuam a acariciá-la, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus **coquetismos**: contatos carniais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. “Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho... Um homem não chora”, dizem-lhe. Querem que ele seja “um homenzinho”; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar.

Muitos meninos, assustados com a dura independência a que são condenados, almejam então ser meninas; nos tempos em que no início os vestiam como elas, era muitas vezes com lágrimas que abandonavam o vestido pelas calças, e viam cortar-lhes os cachos. Alguns escolhem obstinadamente a feminilidade, o que é uma das maneiras de se orientar para o homossexualismo [...].

[...] O privilégio que o homem detém, e que se faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de homem. Da assimilação do falo e da transcendência, resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. É esse conflito que caracteriza singularmente a situação da mulher libertada. Ela se recusa a confinar-se em seu papel de fêmea porque não quer mutilar-se, mas repudiar o sexo seria também uma mutilação. O homem é um ser humano sexuado: a mulher só é um indivíduo completo, e igual ao homem, sendo também um ser sexuado [...].

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9, 12, 452.

Glossário

Coquetismo: graciosidade; característica frequentemente associada à feminilidade.

Questões sobre o texto

- 1 Por que a mulher foi considerada pelos homens como o Outro? Quais as decorrências culturais e sociais disso?
- 2 Em que sentido a libertação da mulher requer que ela se assuma como ser sexuado? Por que recusar-se a isso seria como uma mutilação?
- 3 Depois de ler o texto, você acredita que as diferenças emocionais entre homens e mulheres estão ligadas à diferença na educação de filhos e filhas? Elabore uma dissertação explicando sua conclusão.

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Cite diferentes expressões do dualismo psicofísico na história da filosofia.
- 2 Por que a visão de Espinosa sobre o corpo não é dualista?
- 3 Explique o conceito de “corpo próprio” criado por Merleau-Ponty.
- 4 Escolha dez alunos de idades diferentes de sua escola e faça uma entrevista com cada um deles, com as seguintes perguntas:

- a) Qual é seu ideal de um corpo perfeito? Você faz alguma coisa para ter ou manter um corpo assim?
- b) O que é para você um corpo saudável? Como você age para ter uma vida saudável?

A partir das respostas, faça uma análise crítica dos resultados para discussão coletiva em sala de aula.

- 5 Converse com seus amigos que têm perfil em redes sociais. Pergunte a eles se a foto que eles divulgam recebeu ou não algum tipo de edição em programas de correção de imagem e, em caso afirmativo, o que eles “corrigem” e por que fazem isso. Escreva uma dissertação sobre como cada um divulga publicamente sua imagem.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Escrever um texto sobre algum tema abstrato não é tão fácil. Nesse caso, nem sempre se trata de utilizar argumentos para convencer alguém sobre alguma coisa, mas de desenvolver as dimensões do tema ou problema, indicando, quando possível, os meios existentes para abordá-los. Por isso, quanto mais lemos, mais desenvolvemos nossa capacidade de abstrair e de argumentar.

Antes de começar a escrever uma dissertação, pare e pense um pouco sobre o que pretende dizer e aonde quer chegar. É muito importante organizar as ideias na cabeça ou em um rascunho para depois estruturá-las definitivamente.

- 6 Faça uma pesquisa em livros e na internet sobre imagens de corpos humanos que sofrem intervenções estéticas, como tatuagem e *piercing*. Que tipo de linguagem esses corpos comunicam?

- 7 Escolha um mangá ou animê e faça uma análise de como os gêneros masculino e feminino são representados graficamente nos desenhos. Compare essa análise com a de personagens de quadrinhos e animações ocidentais. Discuta com sua turma as conclusões.
- 8 Elabore uma reflexão sobre a gravura de Picasso reproduzida abaixo, com base no que você estudou sobre gênero.



Jacqueline au bandeau de face (*Rosto de Jacqueline*), de Pablo Picasso, 1954.

Reprodução/Coletânea particular/Licenciado por Artivis Brasil

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Brasiliense

GAIARSA, José A. *O que é corpo?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Em linguagem acessível, o autor transita por diversos temas ligados à corporeidade, da medicina à psicologia e à filosofia.

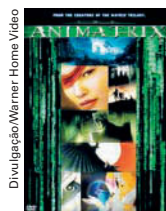


Reprodução/Editorial Presença

SÜSKIND, Patrick. *O perfume*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Jean-Baptiste Grenouille tem um corpo que não exala nenhum odor, mas seu olfato é apuradíssimo. Dedica-se a tentar produzir um perfume que o torne irresistível. Para isso, mata pessoas a fim de extrair de seus corpos essências que permitam a produção do perfume.

Filmes



Divulgação/Warner Home Vídeo

Animatrix. Direção de Andy, Larry Wachowski e outros. Estados Unidos/Japão, 2003. (102 min).

Série de animações em diferentes estilos baseada no universo do filme *Matrix*, explorando o confronto entre realidade e ficção. Destaca-se o episódio "O recorde mundial", que discute os limites do corpo.



Divulgação/Sony Pictures

Eu não quero voltar sozinho. Direção de Daniel Ribeiro. Brasil, 2010. (17 min).

O curta-metragem narra o cotidiano de Leonardo, um adolescente deficiente visual que vivencia a experiência da amizade e da descoberta sexual.



Divulgação/Sony Pictures

Minha vida em cor-de-rosa. Direção de Alain Berliner. França/Bélgica/Inglaterra, 1997. (88 min).

Conta a história de um menino de sete anos que decide vestir-se como menina, provocando conflitos familiares e sociais.



Divulgação/Warner Home Vídeo

O closet. Direção de Francis Veber. França, 2001. (84 min).

Divertida comédia sobre um homem de meia-idade, divorciado mas ainda apaixonado pela mulher, que está prestes a ser demitido do emprego. Para evitar a demissão, ele decide espalhar o boato de que é homossexual. Se a empresa o demitisse, poderia ser processada por discriminação sexual. Sua vida muda completamente depois disso.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

No século XIX, com a segunda fase da Revolução Industrial, ocorreram grandes alterações na economia, no trabalho e no comportamento dos seres humanos.

A industrialização colocou as máquinas, agora motorizadas, no centro da atividade produtiva, e muitas pessoas tiveram de se adaptar a essa mudança. As relações com o trabalho e as regras para sua execução sempre foram determinadas e estabelecidas pelo tipo de atividade. Entretanto, com o advento da industrialização, elas foram drasticamente alteradas. O processo de produção fragmentado, as cargas horárias excessivas e o ritmo vertiginoso das novas máquinas fugiam ao modelo do trabalho mecânico e artesanal até então praticados.

Sob as novas condições, o processo geral de produção, baseado na exploração do proletariado, foge à compreensão de homens, mulheres e crianças, paupérrimos e, em sua maioria, não escolarizados. Hora exata para chegar, para sair, para comer; movimentos repetitivos; linguagem quase inexistente. Tudo isso mecaniza o comportamento humano, tendo em vista o controle da força de trabalho direcionado para o aumento de produção. A construção da identidade ou da personalidade por meio da educação e do ócio criativo era praticamente uma impossibilidade para as massas de proletários, que encontravam, no próprio local de trabalho, a residência. Nas fábricas, os seres humanos se padronizam, submetendo-se à ordem da produção e ao tipo de máquina que foram designados a operar.

Karl Marx viveu este período e procurou compreender as enormes modificações que a industrialização promovia pela Europa, especialmente na Inglaterra, a primeira potência industrial capitalista do mundo. Considerando que os

seres humanos se adaptavam às regras de comportamento impostas pela mecanização da vida em sociedades industrializadas e que muitas diferenças entre as pessoas eram determinadas pelo trabalho que realizavam e pelo papel que exerciam na sociedade, Marx negou a ideia de que existe uma natureza humana universal determinante, única, idêntica e presente em todos os seres humanos e em todos os tempos. Segundo ele, a relação de transformação que a humanidade estabelece com a natureza ao longo da história por meio das diferentes formas de trabalho diz respeito à condição humana que, portanto, também deve ser filosoficamente considerada. Para ele, na verdade, o trabalho é o elemento central na compreensão da condição humana nas sociedades capitalistas, bem como em toda a história da humanidade. Pensando nisso, Marx formulou e reformulou alguns conceitos referentes a esse problema.

Como estudamos no capítulo 1 desta unidade, Marx integra à concepção de “natureza humana geral”, que corresponde aos aspectos invariáveis em toda a humanidade, a concepção de “natureza humana modificada de cada época histórica”. Desenvolvida pelo filósofo, esta última se baseia na forma de trabalho em determinada época e lugar, que estabelece a condição humana daquele momento histórico observado. Ao considerar esses conceitos, Marx diagnosticou que a condição humana do proletariado nas sociedades capitalistas industrializadas da primeira metade do século XIX era a alienação. Por não compreender o processo geral de produção e exploração ao qual é submetido, o proletariado desconhece que seu trabalho faz parte da produção das riquezas socialmente produzidas, que são injustamente apropriadas pela burguesia (dona dos meios de produção). O que se agrava se entendermos que, além de perder riquezas que poderiam suprir sua vida material, o trabalhador perde também sua humanidade, ao doar sua força – parte de si – ao produto, dentro do processo de trabalho. Esse processo, no qual o trabalhador



PopperFoto/Getty Images

Trabalhadores em linha de montagem da Ford em Detroit, nos Estados Unidos, por volta de 1927.



é transformado em objeto ou coisa, Marx chamou reificação. Junto a essa “coisificação” e perda da humanidade do trabalhador, podemos também entender a mecanização do comportamento, que faz com que homens e mulheres desempenhem seus trabalhos de forma mecânica, submissa e acrítica, feito máquinas.

A adequação ao ritmo da máquina e aos padrões de produção e controle das pessoas, entretanto, não se resume à fábrica: ela se dá em vários âmbitos, tendendo a permeiar toda a vida humana. Aproximadamente um século depois de Marx, Michel Foucault criou o conceito de poder disciplinar para dar nome a essa tendência ao comportamento regrado que se espalha por todas as esferas da vida. Na fábrica, nas escolas, nos hospitais, nas prisões, nos quartéis e até na diversão e no consumo o ser humano moderno tende a se comportar por meros impulsos exteriores, que podem ser controlados em função de certos interesses alheios a eles.



Monkey Business Images/Shutterstock/Glow Images

Novas formas de comportamento e de relações humanas são criadas e descartadas por empresas em função de seus lucros. Na foto, adolescentes se distraem com o celular. Você já parou para pensar em quanto tempo passa com seu celular ou computador? Esse tempo é maior ou menor do que o tempo que você passa com seus amigos e familiares?

- 1 Com base no conteúdo estudado nesta unidade, dê exemplos de como filósofos da Antiguidade e do Renascimento consideravam a essência humana.
- 2 Explique por que a Revolução Industrial fez com que os filósofos, sobretudo Marx, recusassem o conceito de natureza humana, como explicação única da essência humana.
- 3 De que maneira, hoje em dia, nossos comportamentos ou pensamentos são afetados por elementos externos a nós mesmos? De que maneira isso se opõe à filosofia como um pensamento autônomo e questionador?



Um diálogo com biologia, psicologia e sociologia

Leia os textos e faça o que se pede a seguir.

Texto 1

A maioria das espécies, incluída a humana, possui um par de cromossomos sexuais ou heterocromossomos, responsável pela diferença entre os sexos. Em geral, as fêmeas apresentam dois cromossomos sexuais idênticos um ao outro (cromossomo X), e os machos têm um cromossomo idêntico ao das fêmeas (X) e outro diferente (Y). Assim as fêmeas são **homogaméticas** (XX) e produzem óvulos com um dos cromossomos X; os machos são **heterogaméticos** (XY) e produzem espermatozoides X e espermatozoides Y. O sexo é determinado no momento da fecundação. Se o óvulo for fecundado por um espermatozoide X, o embrião originará uma fêmea; se for fecundado por um espermatozoide Y, nascerá um macho. Portanto, a origem do sexo é determinada exclusivamente pelo espermatozoide.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER. *Biologia*. São Paulo: Ática, 2012. p. 380.

Texto 2

Limites incertos

Grupo de pesquisa paulista caracteriza 23 disfunções orgânicas do desenvolvimento sexual

— Maria, você quer ser mulher ou homem?

A médica Berenice Bilharinho Mendonça, ao fazer essa pergunta, buscava uma informação importante para planejar o tratamento de Maria, então com 16 anos, naquele dia usando um vestido florido. Berenice já tinha reparado que Maria olhava constantemente para o chão para que o cabelo comprido encobrisse os pelos de barba do rosto. Os níveis do principal hormônio masculino, a testosterona, eram normais para um homem. Os genitais eram ao mesmo tempo masculinos e femininos, com predomínio do aspecto masculino. Diante da médica, em uma sala do Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo, Maria respondeu de modo evasivo, com voz grave e forte sotaque do interior de Minas Gerais:

— Ah. A senhora é que sabe.

Berenice conta que não soube o que fazer de imediato. Não poderia escolher por Maria. Como lhe parecia claro que Maria não se sentia bem como mulher, ela chamou a equipe com que trabalhava — Walter Bloise, Dorina Epps e Ivo Arnhold. Em conjunto, decidiram fazer o que não estava nos manuais de atendimento a pessoas com distúrbios do desenvolvimento sexual. Sugeriram que Maria morasse em São Paulo por um ano e vivesse como homem para ver com qual sexo se adaptava melhor à vida em sociedade.

Maria vestiu roupas masculinas pela primeira vez, ganhou outro nome — digamos, João —, saiu do hospital com o cabelo cortado e trabalhou em um emprego que a assistente social lhe arrumou. Maria gostou de ser João. No HC, desde aquela época uma referência nacional nessa área, Maria passou por uma cirurgia que corrigiu a ambiguidade dos genitais, tornando-os masculinos. Quando Maria nasceu, a parteira havia comentado que bebês como aquele morriam logo, mas João tem hoje 50 anos e, de acordo com as notícias mais recentes, vive bem no interior de Minas Gerais.

João sempre foi homem, do ponto de vista genético. Suas células contêm um cromossomo X e um Y, como todo homem — as mulheres têm dois cromossomos X —, além de 23 pares de cromossomos não ligados ao sexo. Por causa de uma falha em um gene em cromossomo não sexual, porém, seu organismo produz uma quantidade muito baixa da enzima 5-alfa-redutase tipo 2. Em consequência, seus genitais masculinos não tinham se formado por completo e se apresentavam com um aspecto feminino, o que fez com que fosse registrado como mulher.

[...]

Em um estudo de 2004, o grupo da USP apresentou 14 mutações em oito genes que impedem a produção de hormônios ligados ao desenvolvimento sexual. A médica Ana Claudia Latronico, à frente desse trabalho, associou cada mutação às respectivas manifestações externas, com base na avaliação de quase 400 crianças, adolescentes e adultos de todo o país e de países vizinhos atendidos na USP.

[...]

“Os pais tendem a esconder ou a negar os distúrbios do desenvolvimento sexual dos filhos, porque reconhecer pode ser emocionalmente doloroso, e a maioria dos portadores de distúrbios de desenvolvimento sexuais só chega aqui quando já são adolescentes ou adultos”, diz Berenice. [...]

“Quanto mais cedo possível se fizer o diagnóstico e desfizer a ambiguidade sexual, melhor, de preferência antes dos 2 anos de idade, quando as crianças ainda não estabeleceram as noções de sexo e gênero”, diz a psicóloga Marlene Inácio, que acompanha as pessoas com ambiguidade sexual no HC há 28 anos. [...]

Dar voz aos pais implica o reconhecimento de expectativas frustradas com filhos que morreram ao nascer ou com meninas que chegaram no lugar imaginado para meninos.



Ilustração de Laura Daviña, feita a partir de colagem das obras *Autoretrato*, de Van Gogh, e *Lorette*, de Matisse.

“Antes de o filho nascer, a mãe imagina o que o bebê vai ser; ele existe primeiro em sua mente”, diz a psicanalista Norma Lottenberg Semer, professora da Universidade Federal de São Paulo e membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. “O que os filhos serão, em termos sexuais e psíquicos, em parte reflete as fantasias, os sentimentos e os pensamentos dos pais.”

“As condutas de tratamento são estabelecidas em consenso entre os pais e a equipe multidisciplinar”, diz Berenice. Do diagnóstico, segundo ela, participam endocrinologistas, cirurgiões, clínicos, biólogos, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. “Quando não há consenso entre a orientação médica e o desejo dos pais, o desejo dos pais deve ser respeitado.” [...]

O diagnóstico para definição do sexo ou da ambiguidade sexual inclui sete itens. Alguns são biológicos, como os níveis de hormônios e as estruturas genitais externas e internas. Outros são subjetivos, como o sexo social – pelo qual um indivíduo é reconhecido por outras pessoas – e a identidade de gênero – se essa mesma pessoa se assume psicologicamente como homem ou como mulher. “A identidade de gênero é ser e ao mesmo tempo sentir-se homem ou mulher”, diz Marlene. [...]

O homossexualismo constitui outro universo distante dos distúrbios biológicos. Nesse caso, a identidade de gênero se

mantém: são homens ou mulheres que se aceitam como homens ou mulheres e escolhem outros homens ou mulheres como objetos amorosos. Já nos travestis a identidade de sexo é estável, mas a de gênero é flutuante: os travestis sabem que são homens, mas podem às vezes se comportar como mulheres.

No hospital da USP, só depois do diagnóstico e da escolha do sexo a ser adotado é que a ambiguidade sexual pode ser desfeita, por meio de uma cirurgia de correção da genitália externa masculina ou feminina, seguida de reposição hormonal. “Não queremos apenas tratar e resolver, mas entender as causas de um problema, examinando os dados e a história pessoal de cada paciente, elaborando uma hipótese e, a partir daí, pedindo os exames”, diz Berenice. “Não adianta pedir exames e mais exames sem uma hipótese a ser investigada. Só investigamos os possíveis genes envolvidos em um problema depois de termos em mãos o diagnóstico hormonal. Se não, é caro e inútil.”

[...]

MENDONÇA, B. B.; ARNHOLD, I. J.; COSTA, E. M. 46, XY disorders of sex development (DSD). *Clinical Endocrinology*. 2009, 70(2):173-87. In: FIORAVANTI, C. *Limites incertos*. Pesquisa Fapesp, ed. 170, abr. 2010. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/04/02/limites-incertos/>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

1 Tendo por base o texto 1, explique a determinação do sexo pelo aspecto genético. Depois, responda: existe diferença entre sexo e sexualidade? Comente.

2 Releia o sexto parágrafo do texto 2. Quais são as implicações pessoais e sociais em ter um nome registrado no gênero feminino, sentir-se homem e apresentar genitais ambíguos?

3 A Constituição brasileira de 1988 expõe como fundamentos de nosso país, em seu artigo 1º, a cidadania e a dignidade da pessoa, e como objetivos fundamentais, no artigo 3º, promover o bem de todos, sem preconceitos. Além disso, há um Projeto de Lei da Câmara que altera a Lei 7716/89, contra discriminação e preconceito, incluindo entre os crimes abrangidos por ela a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Se cabe ao ser humano escolher e orientar a sua sexualidade, na sua opinião, por que, ainda hoje, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais necessitam se perguntar por que são assim e justificar socialmente o seu direito à cidadania?

4 Leia os trechos a seguir:

[A cultura] é responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abar-

cam categorias de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiro.

HEILBORN, Maria L. Construção de si, gênero e sexualidade. In. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 40.

Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. [...] Podemos rearranjar a diferença apenas se contestarmos a dominação. Assim, uma estratégia de re-composição exige um projeto de justiça social.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 2, n. 20, jul-dez, 1995. p. 189, 200.

[...] a sexualidade tem muito a ver com a capacidade para a liberdade e com os direitos civis e [...] o direito a uma informação adequada é parte daquilo que vincula a sexualidade tanto com o domínio imaginário quanto com o domínio público.

BRITZMAN, Débora. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 21, n. 1, jan-jul, 1996. p. 106.

Imagine uma sociedade onde não mais houvesse as classificações “normal” e “anormal”, o preconceito, o racismo e a discriminação. Considerando os trechos que você acabou de ler e aquilo que você observa em seu cotidiano, escreva um pequeno texto, descrevendo uma situação vivida por essa sociedade imaginária.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1 (UEM, 2012)

O ser humano sempre foi um tema de reflexão para os filósofos. Capaz de grandes feitos e também das maiores atrocidades, admirado por sua razão e poder de conhecer, ele é também o único animal que se engana e erra. Corpo e alma, desejo e razão, liberdade e escravidão, animal e anjo, são termos opostos e muito utilizados na história da filosofia para descrever, de muitas maneiras, as contradições da natureza humana.

BISHAL, T. de S. Pascal e a condição humana. In: FIGUEIREDO, V. de (Org.) *Filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2007. v. 2. p. 86.

Sobre as contradições da condição humana e as considerações da filosofia, assinale o que for correto.

- 1) Na Idade Média, ao mesmo tempo em que se proibia tocar no corpo do morto ou dissecar cadáveres, a escravidão e as práticas de tortura eram permitidas.
- 2) Em face do grande número de opiniões sobre os mais variados temas, e a impossibilidade de consenso sobre um ponto único, a filosofia adota inevitavelmente o ceticismo.
- 4) A dignidade humana não reside apenas no plano das ações dos homens, que podem ser contraditórias, mas também no plano dos princípios, ideais e pensamentos.
- 8) As contradições humanas, para alguns filósofos, representam sua grandeza, já que, por meio delas, o homem toma consciência de sua condição concreta.
- 16) Para a filosofia cristã, a situação da queda humana, proporcionada pelo pecado original, não é definitiva, já que podemos, por meio da fé, trilhar um caminho de redenção.

2 (Unimep, s.d.)

A invenção da linguagem é a primeira das grandes invenções, aquela que contém em germe todas as outras, talvez menos sensacional que a dominação do fogo, porém, mais decisiva. A linguagem se apresenta como a mais originária de manipulação das coisas e dos seres. Uma palavra é muitas vezes mais que um utensílio ou que uma arma para a tomada de posse da realidade. A palavra é a estrutura do universo, a reeducação do mundo natural.

Georges Gusdorf, nascido em 1912.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Dentre as importantes invenções humanas, a linguagem foi a mais decisiva, mais ainda que a do fogo.

- b) Embora tenha sido importante, a invenção da linguagem pelos homens não foi a mais decisiva, pois foi a invenção do uso do fogo que nos fez humanos.
- c) É através da linguagem que podemos compreender o universo.
- d) A palavra é muito mais do que uma ferramenta, pois ela é a própria possibilidade de compreendermos o mundo.
- e) A linguagem é a mais importante das invenções humanas, pois foi a partir dela que todas as outras puderam ser feitas.

3 (UEM, 2009)

A linguagem verbal é um sistema de símbolos que permite aos seres humanos ultrapassarem os limites da experiência vivida e organizar essa experiência sob forma abstrata, conferindo sentido ao mundo. Assinale o que for correto.

- 1) A linguagem humana, da mesma forma que as linguagens de computador, é altamente estruturada e, por isso, inflexível; não fosse assim, a comunicação entre as pessoas seria impossível.
- 2) A linguagem oral é o único meio à disposição do homem para sua comunicação e o estabelecimento de relações com os outros indivíduos.
- 4) A formação do mundo cultural depende fundamentalmente da linguagem. Pela linguagem, o homem deixa de reagir somente ao presente imediato, podendo pensar o passado e o futuro e, com isso, construir o seu projeto de vida.
- 8) Os nomes são símbolos ou representações dos objetos do mundo real e das entidades abstratas. Como representações, os nomes têm o poder de tornar presente para nossa consciência o objeto que não está dado aos sentidos.
- 16) O homem é a única espécie animal dotada da capacidade de linguagem mediante a palavra e faz uso de símbolos, isto é, refere-se às coisas por meio de signos convencionados, enquanto na linguagem de outros animais os signos são índices.

4 (UPE, 2010)

Imagine-se em um centro urbano, observando pessoas que estão indo e vindo de diferentes lugares, cada uma movida por múltiplas razões. Pode-se, entre outros aspectos, identificar que cada pessoa é impulsionada a realizar características que a distinguem de outros animais. Cada uma dessas características pode afirmar o homem como:

- I. ser histórico.
- II. ser religioso.
- III. ser que produz cultura.
- IV. ser de conhecimento.
- V. ser que se realiza pelo trabalho.

Estão CORRETAS:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) II, III e V, apenas.
- e) I e V, apenas.

5 (UFU, 2008) Considere o texto abaixo.

Dostoiévski escreveu: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”. Eis o ponto de partida do existencialismo. De fato, tudo é permitido se Deus não existe, e, por conseguinte, o homem está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. Para começar, não encontra desculpas.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 9.

Tomando o texto acima como referência, marque a alternativa correta.

- a) Nesse texto, Sartre quer mostrar que sua teoria da liberdade pressupõe que o homem é sempre responsável pelas escolhas que faz e que nenhuma desculpa deve ser usada para justificar qualquer ato.
- b) O existencialismo é uma doutrina que propõe a adoção de certos valores como liberdade e angústia. Para o existencialismo, a liberdade significa a total recusa da responsabilidade.
- c) Defender que “tudo é permitido” significa que o homem não deve assumir o que faz, pois todos os homens são essencialmente determinados por forças sociais.
- d) Para Sartre, a expressão “tudo é permitido” significa que o homem livre nunca deve considerar os outros e pode fazer tudo o que quiser, sem assumir qualquer responsabilidade.

6 (UFU, 2009) Leia o texto abaixo.

A doutrina que lhes estou apresentando é justamente o contrário do quietismo, visto que ela afirma: a realidade não existe a não ser na ação; aliás, vai longe ainda, acrescentando: o homem nada mais é do que o seu projeto; só existe na medida em que se realiza; não é nada além do conjunto de seus atos, nada mais que sua vida.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 13. (Os pensadores.)

Tomando o texto acima como referência, assinale a alternativa correta.

- a) A frase “a realidade não existe a não ser na ação” significa que é o homem aquele que cria toda a realidade possível e imaginável, que o homem é o ser que cria o mundo todo a partir de sua existência.
- b) O existencialismo sartreano é uma espécie muito particular de quietismo, porque afirma que o homem é livre a partir do momento em que deixa a decisão sobre a própria existência nas mãos dos outros.

- c) Quando Sartre afirma que o homem “nada mais é do que a sua vida”, ele está dizendo que todos são iguais na indeterminação de seus atos e que, portanto, é indiferente ser responsável ou não pelas ações praticadas.
- d) O existencialismo de Sartre é o contrário do quietismo, porque defende que a vida humana é feita a partir das ações e escolhas que cada ser humano realiza juntamente com outros homens. A vida do homem é um projeto que se realiza em plena liberdade.

7 (Enem, 2012)

Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, currículos da educação pública, o status das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada – em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança:

- a) a secessão, pela qual a minoria discriminada obtém a igualdade de direitos na condição de sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
- b) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
- c) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
- d) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem a vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
- e) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.

Unidade 3



IV a.C.

PLATÃO
Atenas

ARISTÓTELES
Estagira

DIÓGENES
Sínope

III a.C.

ZENÃO
Cício

EPICURO
Samos

I d.C.

SÊNECA
Roma

EPITETO,
o filósofo
ex-escravo
Roma

II

**MARCO
AURÉLIO,**
o imperador
filósofo
Roma

Por que e como agimos?

Para Platão e Aristóteles, o motivo de nossas ações diz respeito à ideia de razão e felicidade. Autoconhecimento, prudência e até mesmo uma organização política racional da *polis*, que propicie aos cidadãos condições favoráveis ao agir racional, são alguns elementos fundamentais para a vida em comunidade.

Logo em seguida, durante o período helenístico (séculos IV a.C.-II d.C.) e a consolidação e o apogeu de Roma (séculos III a.C.-II d.C.), cínicos, estoicos e epicuristas, herdeiros da filosofia grega, reorientaram as reflexões sobre o agir para o âmbito da vida pessoal e cotidiana, o que gerou novas respostas a essa questão. Essas reflexões ecoaram na modernidade. Filósofos como Kant, Nietzsche e Sartre repensaram a ação humana em um contexto cultural e político bem distinto.

Atentos a esse debate histórico, Foucault, Hadot, Singer e Onfray também contribuíram de forma original, partindo de temas acerca da sexualidade, da história, do hedonismo, etc.

Questões como esta – e muitas outras! – constituem o campo da ética, uma área da filosofia que estuda as ações humanas e os valores que orientam e motivam o agir coletivo e individual. Tudo isso é o que estudaremos nesta unidade.

□ Os trapaceiros, pintura de Michelangelo Caravaggio, feita em c. 1595.

Como agimos? O que é preciso para escolhermos e efetuarmos uma boa ação?



Reprodução/Museu de Arte Kimbell, Fort Worth, EUA.

IV ao V

HIPÁTIA
Alexandria

XVIII

KANT
Alemanha

XIX

NIETZSCHE
Alemanha

XX

SARTRE
França

XXI

FOUCAULT
França

HADOT
França

SINGER
Austrália

ONFRAY
França

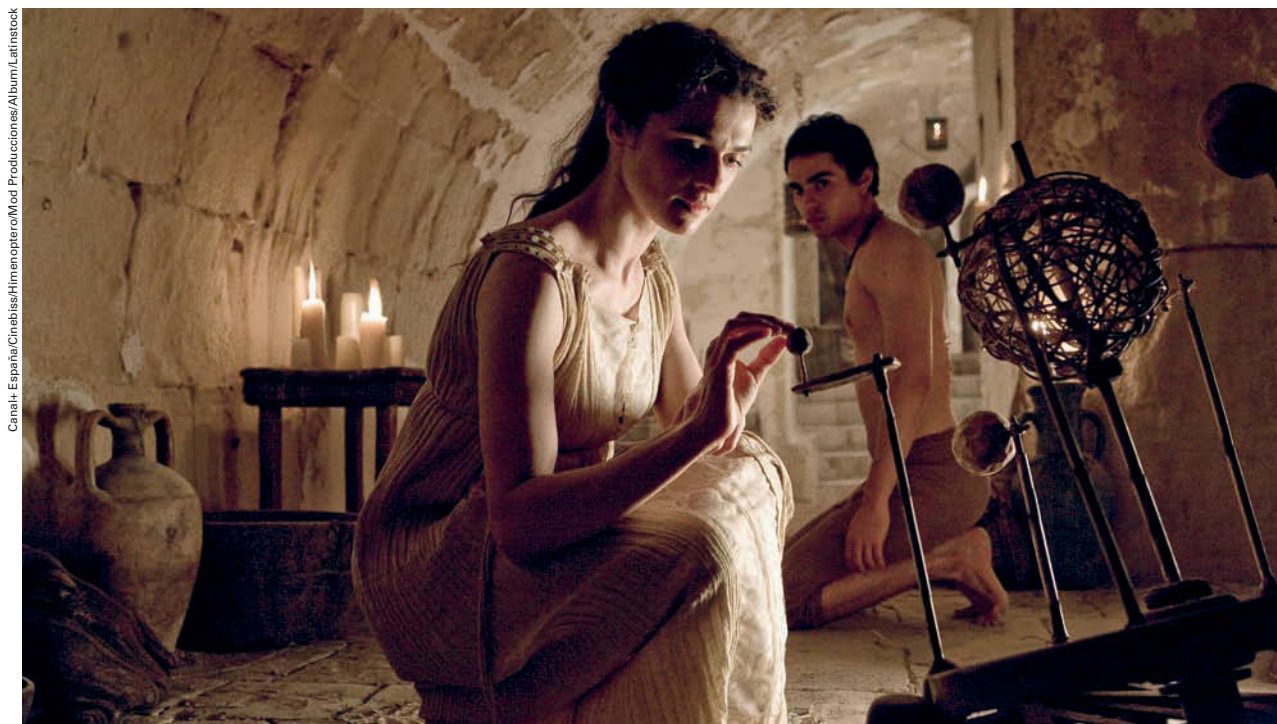
1 Os valores e as escolhas

Colocando o problema

O filme *Ágora* discute uma questão filosófica inquietante. No século III d.C., em Alexandria, capital do Egito e possessão do Império Romano, o legado da cultura grega e o cristianismo em suas diversas formas ainda não oficializadas pelo Estado romano dividem a opinião pública de modo conflituoso.

Por um lado, junto à grandiosa biblioteca de Alexandria, onde se encontravam as principais obras da Antiguidade, Davus, o fiel escravo da filósofa e astrônoma Hipátia, vive a serviço das pesquisas astronômicas de sua ama e de suas aulas de filosofia aos filhos da aristocracia política da cidade; por outro, ele se identifica com o pensamento cristão na palavra de seus seguidores: os pregadores de rua, os escravos e os despossuídos, que se opõem à supremacia política, econômica, moral e cultural dos costumes e dos saberes não cristãos.

Cena do filme Ágora, de 2009, do diretor Alejandro Amenábar. O escravo Davus (ao fundo) e a filósofa e astrônoma Hipátia se veem envolvidos em uma trama, que narra conflitos éticos e morais, entre fé e razão.



Canal+ Espanha/Cinebis/Filmenoptero/Mod Producciones/Album/Latinstock

Após o conflito culminar com a destruição da biblioteca de Alexandria pelos cristãos, que a consideravam um símbolo pagão e profano, a influência cristã se torna preponderante sobre o modo de vida da cidade. Hipátia, contrária ao pensamento dogmático e aos costumes austeros recém-impostos, resiste dando prosseguimento às suas pesquisas e intervindo nos debates políticos sobre o rumo de Alexandria.

Agora liberto, Davus se vê dividido, pois entende que a ascensão da nova ordem, além de uma promessa de justiça social, deu-lhe a liberdade. Mas também percebe que os novos valores cristãos oprimem a liberdade de expressão, como ocorre com Hipátia. Considerado imoral e profano pelos líderes religiosos e políticos da cidade, o comportamento da filósofa, contestador e crítico, põe em risco um acordo de paz prestes a ser selado entre cristãos e antigas lideranças locais recém-convertidas ao cristianismo. Ao final, a insubmissão aos novos valores e a oposição política custou a vida da filósofa que o escravo tanto amava.

Ora, a questão que se pode levantar aqui é: como pode uma pessoa ser condenada pelo seu modo de pensar e agir? De outra maneira: sobre quais valores e critérios se baseiam as leis e os costumes para que se possa julgar uma ação como certa ou errada, transgressora ou não, prejudicial ou não à vida em sociedade?

No filme *Ágora*, o escravo Davus personifica um conflito de valores: por um lado, quer defender a filósofa, que conhece, ama e respeita; por outro lado, vê-se atraído por essa nova ordem social que se constrói.

Essa situação hipotética, que é muito bem explorada no filme de ação, recoloca um problema que a filosofia tem enfrentado, de diferentes formas, desde a Antiguidade. Se os humanos são seres de ação, que constroem suas vidas de modo individual e de modo coletivo, o que move nossos atos? Por que agimos? Como agimos? Com base em que decidimos o que vamos fazer?

Para responder a essa questão, a filosofia parte da noção de **valor**. Quando temos que decidir entre uma opção e outra, entre duas ou mais possibilidades, nós avaliamos, isto é, comparamos os prós e os contras de cada possibilidade e atribuímos diferentes **valores** a cada uma delas. Então, escolhemos aquela que nos parece mais apropriada nas circunstâncias analisadas; ou, dizendo de outra forma, escolhemos aquela que nos parece ter mais **valor**.

Ficamos, assim, com outra interrogação: o que é o valor? Ele é sempre o mesmo? Ou muda de acordo com o tempo?



Archives Charmes/The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular

Ao longo da história da humanidade, muitas pessoas foram condenadas pelo seu modo de pensar e agir. Um dos inúmeros exemplos foi a Inquisição. Nesta gravura do século XIX, uma mulher acusada de bruxaria é torturada enquanto passa por um interrogatório.



O filme narra a história dos embates entre o pensamento secular antigo, legado aos romanos, e o cristianismo em ascensão, no século IV, em todo o Império Romano. Em Alexandria, no Egito, a filósofa Hipátia luta pela sobrevivência da sabedoria antiga, enquanto seu escravo Davus, um cristão recém-convertido, luta pela sua fé e liberdade.

Ágora. Direção de Alejandro Amenábar.
Espanha: Mod Producciones, 2009.
(127 min).



Divulgação/Focus Features

Cartaz do filme *Ágora*.

A filosofia na história

PLATÃO E A UNIVERSALIDADE DO VALOR

Foi pensando em questões como essas, presentes no filme *Ágora*, que Platão escreveu o diálogo *A República*. Nesta obra, o filósofo grego trata da ideia de justiça e a exemplifica com um modelo perfeito: **a cidade justa**, lugar em que as pessoas encontrariam a felicidade, porque, segundo ele, viveriam de acordo com sua própria natureza, o que as tornaria mais aptas a fazer a escolha certa entre os valores e agir corretamente.

Mas como é possível tornar uma cidade justa e conseqüentemente feliz? De que modo ela deve estar organizada? Como devem agir seus cidadãos para que cada um alcance a felicidade, estando de acordo com sua própria natureza? Afinal, o que é a felicidade para o filósofo grego?

Para Platão, nós somos felizes quando vivemos de acordo com nossa natureza e não somos forçados a viver contra ela. Para garantir a felicidade de uma cidade, portanto, seria necessário possibilitar aos cidadãos o autoconhecimento, isto é, o conhecimento de sua própria natureza, com suas qualidades e suas habilidades.

O conhecimento da natureza de cada um seria obtido pelo processo educativo. Na cidade ideal pensada por Platão, as crianças, ao nascerem, seriam entregues aos cuidados do Estado e todos receberiam a mesma educação, baseada em ginástica para bem formar o corpo e música para bem formar a alma. Na medida em que elas avançassem no processo de instrução, seriam também observadas pelos adultos, seus educadores, que deveriam reconhecer aos poucos no comportamento de seus pupilos a natureza ou o **caráter** de cada um.

Apresentação de orquestra formada pelo projeto Vale Música, em Vitória (ES), 2013. Há no Brasil muitas organizações que, por meio da formação musical e cultural, proporcionam o autoconhecimento às pessoas, estimulando suas habilidades artísticas.



Leo Drummond/Nitro

O temperamento da alma

Você já estudou neste livro que Platão via o ser humano como uma articulação entre corpo e alma. Para ele, a *psique* era o elemento que dava vida ao corpo, considerado pura matéria. Palavra oriunda do grego, *psique* foi traduzida para o latim como *anima*, aquilo que dá ânimo, o ‘sopro de vida’; é dessa palavra latina que deriva a palavra **alma** em português. Compreendendo a alma como esse “sopro de vida”, os povos antigos falavam em várias almas. Em alguns casos, falava-se em uma alma para cada órgão vital: o coração tinha sua alma, o pulmão, outra e o fígado, sua própria.

Isso pode nos parecer muito estranho, uma vez que em nossa cultura consideramos a alma como algo único, como aquilo que nos dá uma identidade. Mas no contexto da Antiguidade Platão afirmava que cada um de nós tem três almas distintas. Uma “alma inferior”, que se subdivide em duas, está intimamente ligada ao corpo, sendo tão mortal quanto ele; e uma “alma superior”, essa sim eterna e imutável.

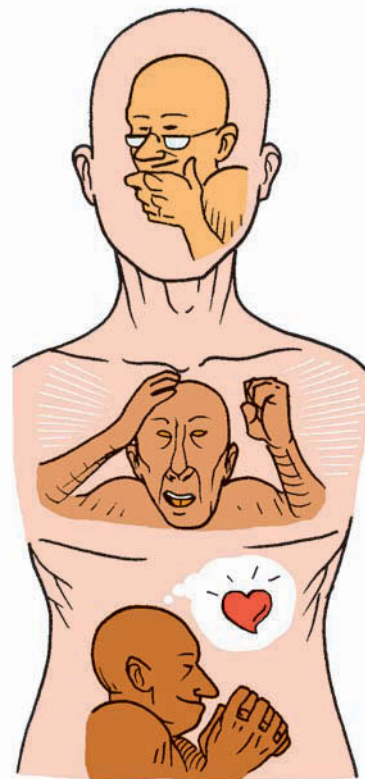
A alma inferior é constituída de uma alma localizada no ventre, responsável por nossos desejos e nossas paixões (Platão a denominava **concupiscível**, relativa à cobiça, ao desejo), e de outra, localizada no peito, responsável por nossas emoções (denominada **irascível**, ligada à ira, à irritação). Observe que cada uma dessas almas está relacionada com coisas que sentimos (desejos, paixões, emoções), uma vez que o corpo é a sede dos sentidos. A alma superior, segundo Platão, é a alma **racional**, que se localiza na cabeça e é responsável pelo pensamento.

Essas três almas têm uma relação direta com nosso comportamento, com nossa forma de agir. Todos nós pensamos e temos desejos, paixões e emoções. O que ocorre é que em cada pessoa uma dessas situações prevalece sobre as outras. Por isso, Platão afirmou que cada um de nós tem um **temperamento**, que é a forma como as três almas se temperam, se misturam, com uma delas predominando.

São três os temperamentos básicos, ou caracteres básicos:

- **caráter concupiscível:** predominam os desejos, as paixões. A pessoa com esse caráter pensa, se emociona, mas sua vida é controlada pelos desejos. Quando precisa decidir alguma coisa, é a impulsividade do desejo que prevalece;
- **caráter irascível:** predominam as emoções. Uma pessoa com caráter irascível também deseja, pensa, mas suas decisões são tomadas com base na emoção;
- **caráter racional:** predomina a razão. O caráter racional não torna a pessoa fria e insensível; ela deseja, ela se emociona, mas suas decisões são sempre tomadas de forma racional, de maneira muito bem pensada e avaliada.

Segundo Platão, a condição ideal para o ser humano é o predomínio de um caráter racional, a situação em que a alma racional controla nosso corpo, não negando os desejos e as emoções, mas dosando-os, organizando-os de acordo com o pensamento e o planejamento. Ele reconhece, no entanto, que nem todos os seres humanos são assim.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A cidade justa

Tendo em vista os três caracteres básicos, Platão acredita que habitam a cidade justa três classes sociais.

As pessoas de caráter concupiscível seriam responsáveis pela produção, os artesãos e profissionais em geral. Viveriam de forma absolutamente livre, como pede seu caráter. Aquelas que vivem de acordo com as emoções (os de caráter irascível) seriam os guerreiros, os guardiões da cidade, pois viveriam de acordo com sua coragem. Por fim, as

pessoas de caráter racional seriam os administradores, responsáveis pelas atividades de gestão, pois seriam capazes de governar com justiça.

Desse modo, cada classe contribuiria com as necessidades da comunidade e teria condições de viver de acordo com sua natureza. Uma cidade governada com justiça, que possibilita cada cidadão viver segundo suas inclinações e alcançar a felicidade: essa seria a cidade justa para Platão.

Nela, aquele que age mais de acordo com sua própria natureza é qualificado **virtuoso**, uma característica que cada indivíduo possui e faz com que seja capaz de fazer o bem para si mesmo e para os outros. A **virtude**, para Platão, é o principal valor compartilhado pe-

los cidadãos da cidade justa, porque é aquilo que move suas ações. O político, por exemplo, que procede com razão, legislando em observância às leis e gerindo os bens públicos de acordo com as necessidades da cidade, é um virtuoso.

É possível que se entenda a virtude como um valor individual, o que, entretanto, é um equívoco. Para Platão, valores como felicidade, justiça e virtude são **universais**, isto é, valem para todos e em qualquer época e lugar. Sobre a virtude, o filósofo afirma já estar ela presente em nós desde o nascimento. Porém, precisamos alcançá-la pelo autoconhecimento. Só assim, por exemplo, o cidadão saberá se orientar racionalmente na hora de refletir e escolher as melhores ações, que estejam de acordo com sua natureza, com a justiça e o bem comum da cidade e, conseqüentemente, com sua felicidade. Por isso, ela é um valor almejado por todos, que nunca perece.



Antoine Gyot/A/GP/Corbis/Latinstock

Legião do exército francês em desfile de comemoração ao “dia da Bastilha”, diante de autoridades políticas e da sociedade civil, em 2010, em Paris, capital da França.

A HISTORICIDADE DOS VALORES

No final do século XIX, Friedrich Nietzsche fez uma pesada crítica à ideia platônica de universalidade dos valores. O filósofo alemão argumentou que eles são produzidos historicamente, de acordo com a situação do indivíduo no contexto social. Por essa razão, ele anunciou que a principal tarefa da filosofia seria produzir uma escala de valores, mostrando sua hierarquia.

A crítica de Nietzsche à ideia de valores universais aparece especialmente em suas obras *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro* (publicada em 1886) e *Genealogia da moral: uma polêmica* (publicada em 1887).

No primeiro livro, o filósofo reflete sobre a moral como uma prescrição de formas de agir com base em valores considerados universais. Ele afirma que os filósofos sempre se preocuparam em encontrar os fundamentos da moral, isto é, os valores básicos que garantem a existência de uma moral, mas nenhum deles preocupou-se com a própria moral, uma vez que ela sempre foi considerada como dada. Nietzsche lança então seu desafio: é sobre a própria moral que se precisa pensar, compreendida na história, analisada em suas origens.

“

*Todas as ciências devem doravante preparar o caminho para a tarefa futura do filósofo, sendo essa tarefa assim compreendida: o filósofo deve resolver o **problema do valor**, deve determinar a **hierarquia dos valores**.*

NIETZSCHE, Friedrich.
Genealogia da moral: Uma polêmica.
São Paulo: Companhia das Letras,
1998. p. 46.

GENEALOGIA

Estudo da origem de um indivíduo, família, grupo social e, por extensão, também de uma palavra ou conceito. No caso de Nietzsche, a genealogia é um procedimento de investigação filosófico, histórico e filológico de palavras, saberes, práticas e instituições, com o objetivo de revelar os valores que estão em sua base.



Imagno/Getty Images

Discurso nazista proferido no Palácio do Reichstag, em Berlim (Alemanha), em 1938. Este fenômeno histórico pode ser também compreendido sob a luz da crítica nietzscheana da moral. O nazismo foi uma ideologia que comoveu um grande número de pessoas ao apoio de um líder autoritário, baseando-se em valores morais conservadores, tidos como necessários e universais.

Segundo alguns especialistas, Nietzsche antecipou a crítica às formas autoritárias de poder, tais como o totalitarismo, que, na primeira metade do século XX, assumiu sua forma mais acabada no nazismo (Alemanha) e no fascismo (Itália). Em seu livro seguinte, ele se preocupou com o nascimento dos valores morais concebidos como universais e eternos. Para Nietzsche, predomina entre nós aquilo que ele chama de uma “moral de rebanho”, isto é, um tipo de ação em que grandes grupos seguem um líder. Segundo ele, o princípio bastante conhecido de que “a união faz a força” é a expressão de uma moral de fracos, pois os indivíduos fortes por si mesmos não precisam se unir. São os fracos que procuram seus iguais e vivem sob as ordens de um comandante, um “pastor de rebanho” que mostra a todos o caminho a seguir. Sua pergunta é: de onde provém essa moral? Segundo ele, provém de uma inversão de valores, que passou a considerar o fraco como melhor que o forte.

O caráter ativo e o caráter reativo

Para explicar essa ideia, Nietzsche afirma que todos os seres vivos são animados por um impulso vital que ele denomina “vontade de poder” ou “vontade de potência”. Embora seja um conceito muito abrangente, que aparece de diferentes formas e com sentidos distintos ao longo de sua obra, podemos dizer que essa força é algo orgânico e biológico, que está sempre em expansão em nós, fazendo-nos afirmar a vida e querer permanecer vivos.

Para Nietzsche, esse impulso presente em todos os indivíduos se manifesta quando conhecemos, quando produzimos saberes sobre o mundo, por exemplo. Além disso, ele pode ser de dois tipos. Há uma “vontade de poder forte”, que é ativa, e uma “vontade de poder fraca”, que é reativa. Elas implicam dois tipos de caráter: um caráter ativo (forte) e um caráter reativo (fraco).

O caráter ativo está presente nos indivíduos que são capazes de afirmar a si mesmos por meio da ação. Nas palavras de Nietzsche, são aqueles que conseguem “dizer um grande sim à vida” e a vivem de forma intensa. Um exemplo de caráter ativo é o de um artista, que cria suas obras segundo seus impulsos, sem importar-se com as convenções sociais, se sua obra será ou não bem recebida pelo público. Sua criação é uma afirmação de si mesmo.

Jean-Michel Basquiat (1960-1988) em frente a um trabalho de sua autoria (foto de janeiro de 1988). Basquiat foi um grafiteiro e artista plástico norte-americano, cujos estilo artístico marcante e história de vida singular fizeram com que se tornasse uma figura de destaque no cenário das artes durante os anos 1980.



Julio Donoso/Sygnia/Corbis/Latinstock

Já o caráter reativo é o do indivíduo que não é capaz de afirmar a si mesmo senão por meio da negação do outro. Ele não age, mas **reage** às ações do outro. Por isso Nietzsche o identifica como fraco: sua ação é uma ação fraca, uma reação. Para manter o exemplo anterior, poderíamos citar aqui o artista que cria para o mercado, segundo o gosto comum, para que sua obra seja um sucesso e fonte de recursos financeiros.

Os indivíduos fortes são aqueles capazes de dizer: “eu sou bom”; por isso eles são nobres, poderosos, superiores. Os indivíduos fracos são aqueles que olham para o forte e dizem: “Você me domina, então você é mau; e se você é mau, eu, por oposição, sou bom”.

Na natureza, o forte é o bom (o que não significa que o fraco seja mau). Ele é bom porque é capaz de afirmar-se. A partir de determinado momento na história humana, contudo, foi sendo criada a ideia de que os fracos são os bons e os fortes, por oposição, são maus. É a inversão de valores a que nos referimos anteriormente.

A crítica à inversão dos valores

Segundo Nietzsche, há duas fontes principais para essa inversão de valores na cultura ocidental.

A primeira é a crença na imortalidade da alma, como propunha a filosofia socrático-platônica. Se acreditamos que a alma é imortal, que continuaremos vivendo após a morte do corpo (mesmo que de outra maneira), então deixamos de afirmar a vida tal como a conhecemos. Por causa dessa crença, diz Nietzsche, os gregos deixaram de ser afirmadores da vida, criadores, indivíduos nobres, para se tornarem produtores de uma cultura de resignação.

A segunda fonte é o cristianismo, que levou a resignação às suas mais profundas consequências. Aprende-se, nos preceitos cristãos, ao menos como eles foram difundidos pela Igreja, que o importante é a resignação com a vida terrena, para se obter o reino dos céus. Segundo Nietzsche, essa é a mais pura expressão do triunfo de uma moral dos fracos. É importante ressaltar que Nietzsche admirava o ser humano Jesus, e em várias passagens de seus textos referiu-se a ele como um ser humano excepcional. Foi, porém, um crítico radical do cristianismo como filosofia e como religião, por sua defesa da resignação e da negação da vida terrena.

Fiéis chicoteiam as costas durante a última quinta-feira da quaresma, em província ao norte da Manila (República das Filipinas), em 2008. Presente não apenas em vertentes do cristianismo, mas também em outras religiões não cristãs, a autoflagelação é uma prática que visa a purificação dos pecados e a elevação do espírito ao êxtase místico pelo sentimento de dor gerado por meio da penalização do corpo.



Romeo Ranoco/Reuters/Latinstock

“

Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! Bem-aventurados os Defensores da Paz, porque serão chamados filhos de Deus! Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós.

Mateus, 5:3-12

Um dos melhores exemplos daquilo que Nietzsche critica no cristianismo está expresso no famoso “Sermão da Montanha”, como podemos ver no texto ao lado.

O caráter ativo (baseado na afirmação) e o caráter reativo (centrado na negação) implicam dois sistemas de valores distintos, ou duas diferentes morais. A moral do forte, afirmativa, Nietzsche denomina “moral dos fortes” ou “moral dos nobres”. É um sistema de valores centrado na afirmação de qualidades como a coragem, a força, a saúde e o orgulho.

A moral do fraco, reativa, Nietzsche chama de “moral dos fracos”, “moral dos escravos”, ou mesmo “moral de rebanho”. Está centrada em valores como submissão, humildade, piedade e importância do sofrimento.

Há uma questão psicológica fundamental nesse mecanismo de criação de uma moral de rebanho: o **ressentimento**. Segundo o filósofo, os indivíduos fracos não conseguem esquecer e superar determinadas situações, e isso produz neles um sentimento de rancor. Eles ficam remoendo essas sensações, e é a partir desse ressentimento que eles produzem valores, como uma reação. Já os indivíduos fortes não são ressentidos; em sua afirmação da vida e de si mesmos, eles simplesmente vão além, superam as coisas de que não gostam, deixam-nas para trás e constroem aquilo que lhes interessa.

“

*A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não eu” – e **esse** Não é seu ato criador. Essa inversão do olhar que estabelece valores – esse **necessário** dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação.*

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: Uma polêmica*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 28-29.

Duas felicidades

Havendo dois caracteres, há também duas concepções de felicidade. Uma é a felicidade ativa, a felicidade do nobre, que é produção, criação, não um estado que almejamos e ao qual podemos ou não chegar. Ser feliz é viver ativamente, criando e produzindo. A outra é a felicidade passiva, a felicidade do fraco, que é um entorpecimento, algo que se espera um dia possuir – quem sabe no reino dos céus.

Em síntese, para Nietzsche o que fundamenta as escolhas humanas não são valores universais como o Bem e o Mal, mas valores construídos historicamente pelos próprios seres humanos, que avaliam coisas e situações. Quando essa avaliação é feita por uma perspectiva do forte, da afirmação, as coisas e situações são avaliadas como boas ou como ruins, sendo ruim simplesmente aquilo que não é bom. Porém, quando a avaliação é feita pela perspectiva do fraco, a avaliação é diferente. O mau não é simplesmente o ruim, o que não é bom; o mau o é por sua própria natureza. E o bom é aquilo que não é mau.

Houve, segundo o filósofo, uma luta milenar entre esses valores contrapostos, “bom e ruim”, “bom e mau”; luta que se trava ainda hoje, mesmo que nos últimos séculos a moral dos fracos tenha triunfado.

Foi essa inversão que colocou em jogo a universalização dos valores, segundo a qual haveria um Bem e um Mal, e não mais simplesmente bom e ruim. Por isso é urgente um processo de “transvaloração dos valores”, uma superação dos valores atualmente vigentes, pela afirmação de valores ativos, e não mais reativos.

VALOR, ESCOLHA E LIBERDADE

Em sua obra *O ser e o nada*, o filósofo Jean-Paul Sartre, assim como Nietzsche, discute a universalidade do valor. Ele fala em “ser do valor”, que seria uma produção da consciência. Sartre trabalha com o método fenomenológico, criado pelo filósofo e matemático austríaco Edmund Husserl, que tem como um dos conceitos centrais o de consciência. Para Husserl e Sartre, a consciência é a realidade do ser humano, único ser consciente no mundo.

Segundo a *fenomenologia*, a consciência não possui uma interioridade, um ser, uma identidade; a consciência é vazia de conteúdo. Ela se caracteriza por ser um **ato**: o ser consciente é aquele que observa o mundo e, ao vê-lo, percebe que está vendo. Um exemplo simples: enquanto você observa uma árvore, na mesma experiência percebe que você não é a árvore observada. Você é alguém que tem consciência da existência da árvore. Mas, se você se coloca então a pensar sobre si mesmo, tentando saber o que você é, não encontra nenhum conteúdo. A consciência é, então, o **ato** de observar a árvore e, nessa observação, perceber a si mesmo.

*Ao longo da infância, o ser humano
adquire conhecimentos sobre o mundo
e sobre si durante a brincadeira.*



Carlos E. Santa Maria/Shutterstock/Glow Images

FENOMENOLOGIA

Esse termo designa ‘o estudo filosófico do fenômeno’ (em grego, *phainómenon*), isto é, ‘daquilo que aparece’. Entre muitos fenomenólogos, Edmund Husserl se destacou com a publicação da obra *Investigações lógicas*, de 1901. A partir dela, a fenomenologia contemporânea passou a designar não apenas o estudo daquilo que aparece aos nossos sentidos e intelecto, como manifestação da realidade, mas também a manifestação ou aparecimento de algo **em si mesmo**, ou seja, na sua **essência**. O que se opõe à tradicional distinção entre aparência (falsidade, não ser) e essência (verdade, ser), presente em concepções fenomenológicas anteriores.



Jean-Paul Sartre em manifestação pública em rua de Boulogne-Billancourt, na França, em outubro de 1970. Conceitos como consciência, ação e liberdade evidenciam a preocupação de Sartre com as questões suscitadas em sua época. A ética, em seus aspectos teóricos e práticos, é repensada à luz da reflexão sobre os conflitos ideológicos, que marcaram o século XX.

Para Sartre, o humano é um **ser consciente**, e o valor é a forma de ser da consciência. Em sua concepção, valor e vontade têm a mesma “estrutura de ser”. Ao afirmar isso, ele está se referindo à noção de **falta**, que acredita ser o elemento comum àqueles dois conceitos.

Segundo o filósofo, nós atribuímos valor àquilo que nos falta, da mesma forma que temos vontade daquilo que não possuímos, pois se temos essa coisa não a **desejamos**. Um exemplo: em um dia de grande calor, nos falta o frescor e desejamos o frio; um tempo mais fresco constitui valor para nós. Esse exemplo simples, do tempo, se estende para todos os outros campos. Essa ideia de falta e de desejo, como uma necessidade a ser suprida e um mecanismo da ação humana, foi evidenciada na canção de Zeca Baleiro, reproduzida a seguir.

“ O desejo

*O tempo é cruel, mas é tudo que tenho
Tudo mais é sobra, lixo, lata, prata barata, que empenho
Sim, o tempo passa a vida segue e não estanca o corte
Hoje eu não temo a morte (azar ou sorte?)
Não há luz que me cegue
Nem há luz que eu siga
Estou só à beira do caminho
E a solidão é minha amiga
Lá fora a luz de outono invade a cidade
Lá fora é onde a vida pulsa
Inculta e bela, comédia grega, tragédia russa*

*Eu estou lá e ouço o alarido surdo, o estampido seco das ruas,
esquinas, vielas
Enquanto você, guardado por Deus, conta seus metais por detrás das
janelas
É...*

*Você faz planos, planeja
Deseja, o desejo sangra
Quer uma casa em Angra
Quer carro, iPad, família
Filhos na universidade*

*Você quer rezar, mas para quem?
Se os deuses estão mortos
Não há mais divindade, ritos,
Ninguém pra ouvir você no confessionário
Na noite escura gelada vazia
Contando os seus pecados sem perdão
Sua omissão por não dar a mão
Ao irmão que precisa
De cigarros, comida, água, consolo, camisa*

Tanta pobreza humilhada
Tanto canalha no topo
Você é feliz ma non troppo
Porque nenhum bem lhe basta
E a falta a falta a falta a falta
Sua vida devasta

[...]

Seu orgulho te traiu e te jogou no chão

No Arizona, bandeira, subvertendo a questão
A marcha da falência dos valores da nação
E quando o salvador é o próprio vilão
Ele salva o velho mundo com uma bala de canhão, bum!
Eu sou cachorro louco que anda solto pelo mundo
Sem tempo pra ser nada além de vagabundo
Eu vou com a galera até o topo do mundo
Zeca Baleiro e Charlie Brown... quebrando tudo

Você se olha no espelho
E vê que tudo é mentira
A vida é uma mentira
Felicidade mentira
O amor mentira covarde
Olha pro relógio e vê o quanto é tarde
Tarde demais
Pra ser feliz
Seu corpo clama por calma
Mas em sua alma
Quanta ferida sem cicatriz

Quem tudo quer nada tem
Dizia o cego na porta da igreja
Se a paixão morreu diga amém e assim seja
Pra todo mal vem um bem
E tudo mais é esta dura... dura peleja

[...]

Você faz planos, planeja
Deseja, o desejo manda
Quer ter guitarra e banda
Ir a hangares, jantares
Adular endinheirados

No silêncio da noite sem sono
Você se sente como um cão sem dono e se pergunta
O que restou do amor, do sonho, pura ambição
Só suor, lágrimas, sangue, perda, pó e solidão
E pra dor que rói a carne tesa sob a pele fina
Não há um só remédio em toda medicina

BALEIRO, Zeca. *O disco do ano* (CD). Rio de Janeiro: Som Livre, 2012.

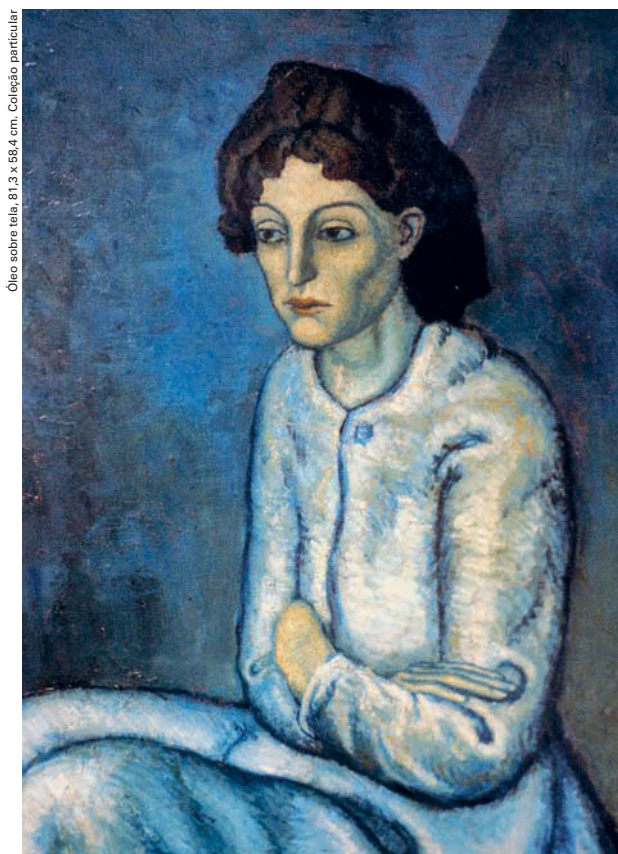


É nesse sentido, presente na canção de Zeca Baleiro, que Sartre afirma ter o valor a mesma estrutura da vontade: o valor é uma falta, uma ausência, que faz com que atuemos para preenchê-la, para anulá-la. É assim, como quando mobilizamos ação e pensamento em busca da realização de um desejo, que a consciência produz novos valores.

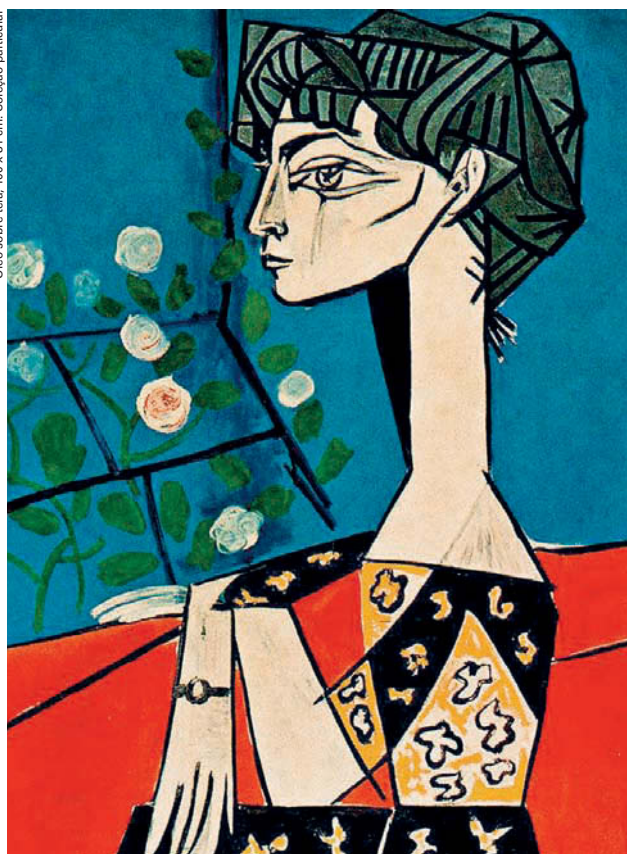
Só que, como a falta constitui a própria estrutura da consciência, tão logo agimos e conquistamos um valor, preenchendo a ausência ou suprindo a falta inicial, a consciência quer se manifestar de outra forma, por meio de outros valores. O vazio retorna e novamente nos lançamos à busca, para preenchê-lo, como fazemos diante de desejos ainda não saciados, que se renovam e reascendem, assim que o sentimento de satisfação se torna frio e evanescente. Sendo essa a própria fisionomia do ser da consciência humana, esse processo constante de escolha consiste em uma necessidade.

Segundo Sartre, é por meio desse processo que um ser **transcende** seu próprio ser, indo além de si mesmo. Um pintor, por exemplo, depois de uma longa busca, conseguiu criar uma técnica mediante a qual se tornou reconhecido por produzir belíssimos quadros. Ele poderia permanecer neste estado, mantendo-se convicto com relação à concepção técnica que orienta sua produção artística. Porém, tão logo conquistado o desafio inicial que o consagrara no estilo ao qual pertence, ele deseja ir além. Mais experimentos, diferentes temas e muitos estudos são algumas medidas práticas e teóricas que o pintor mobiliza para a realização dessa nova busca: a superação da técnica anterior.

À esquerda, Mulher com os braços cruzados, de 1902; à direita, Jaqueline com flores, de 1954. Lado a lado, as duas pinturas de Pablo Picasso ressaltam a mudança de técnica alcançada pelo pintor espanhol ao longo de sua carreira.



Óleo sobre tela, 81,3 x 58,4 cm. Coleção particular



Óleo sobre tela, 100 x 81 cm. Coleção particular

Ora, esse processo é na verdade a superação de si mesmo. É o que Sartre chama **transcendência**. Ela só é possível por intermédio do valor, que, no exemplo do pintor, é a técnica artística. Ao possibilitar a manifestação da vontade, a consciência lhe toma como seu motor. O valor impulsiona constantemente o indivíduo à ação para superar-se na busca de novos valores. Se eles mudam, a consciência muda também; modifica-se o seu próprio **ser**, modificando também o **ser consciente**, isto é, a pessoa, que pensa, age e se expressa mediante os valores. Eis porque são eles o motor da ação humana.

Uma vez que o valor não é algo dado, algo absoluto com o que nos defrontamos, mas um produto da consciência, percebe-se que é impossível, na perspectiva de Sartre, uma moral que fundamente normas e leis em valores absolutos e abstratos, como a moral cristã, por exemplo. Baseada no decálogo de Moisés, ela afirma valores desse gênero quando determina: “não matarás”. Ora, afirma-se assim a vida como um valor absoluto. No entanto, ele é apresentado de forma abstrata, quando diz simplesmente “não matarás”, sem fornecer especificações concretas e precisas sobre as possíveis circunstâncias. Um exemplo: se estou sendo mortalmente atacado por alguém e, para me defender, mato aquele que me agride, estou, ainda assim, cometendo um pecado por infringir essa regra moral geral? Como sabemos, os mandamentos não preveem situações como essa.

Se tomarmos, por outro lado, a perspectiva apontada por Sartre, só podemos falar em uma moral baseada na ação individual, sem regras gerais e válidas para todos. Isso quer dizer que cada ação humana só pode ser julgada depois de realizada e avaliada caso a caso. Retomando o exemplo anterior, não seria possível enunciar uma regra geral como “não matarás”; o valor da vida é julgado e avaliado em cada situação, podendo sofrer variações. Dizendo de outro modo, em lugar da universalidade, Sartre afirma a “relatividade” da moral: o valor de um ato é sempre relativo à situação em que ele é praticado.

Consciência e conhecimento

A inovação introduzida por Sartre é o fato de dizer que o valor não é um ser em si mesmo, mas uma “estrutura da consciência”, ou seja, produzimos valores porque somos seres conscientes. Da mesma forma, produzimos conhecimentos porque somos seres conscientes. Mas a relação consciência-valor é diferente da relação consciência-conhecimento.

O conhecimento não é uma falta; ao contrário, é a **presença** de um objeto que move a consciência na produção do saber. Já o valor, sendo uma **falta**, é o motor da produção da consciência, aquilo que nos faz agir, buscando o preenchimento dessa falta.

Toda consciência é consciência reflexiva, isto é, pressupõe aquele movimento de aperceber-se a si mesma no ato da percepção, como vimos no exemplo da árvore. A consciência reflete, volta-se sobre si mesma, tomando-se objeto do pensamento.

Bettmann/Corbis/Latinstock



Grupo de mulheres pertencentes à resistência francesa contra nazistas. Marselha, França, setembro de 1944.

Na produção de conhecimento, a consciência atua de forma reflexiva. Mas nem toda consciência é moral, isto é, julga e avalia ações de pensamentos morais. Os valores podem, pois, ser ou não objeto da atenção de minha consciência, mas nenhuma consciência será “moral” pelo simples fato de ser consciência.

Sendo parte da estrutura da consciência, os valores nunca poderão ser absolutos e universais, mas serão sempre criações particulares, individuais. Sartre diz que é preciso que abandonemos aquele “espírito de seriedade” (usando uma expressão de Nietzsche) que faz com que tomemos os valores como dados, absolutos, como bons em si mesmos e, portanto, geradores do bem. Uma moral baseada nesses valores é uma moral de “má-fé”, pois estamos recebendo uma orientação externa, muitas vezes imposta a nós. Se nelas nos fiamos sem reflexão prévia, corremos o risco de estarmos enganando a nós mesmos.

A “má-fé” é o autoengano, é agir segundo uma imagem abstrata que recebemos de fora, dos outros, e não segundo a afirmação de nosso próprio ser, de nossa própria consciência.

Os valores não são abstratos, transcendentos: nós próprios inventamos nossos valores, e isso quer dizer que somos nós mesmos que damos sentido às nossas vidas. Esse sentido por nós escolhido é nosso valor: a falta que procuraremos completar para a nossa realização, nos vários momentos de nossa existência.

O único valor para o ser humano é, então, a realidade humana, pois tudo o que fazemos é a construção de nossa realidade, de nossa vida.



Cena do filme *Brincando nos campos do Senhor*, de 1991, dirigido por Hector Babenco, em que o casal de missionários norte-americanos tenta pregar aos indígenas da Amazônia brasileira, para que renunciem a suas crenças e seus costumes em nome dos valores cristãos e dos hábitos do homem branco.

Sem o mundo, sem o ser humano, nunca haveria valor: eis a conclusão de Sartre. As consequências políticas são bastante claras: o “valor universal” é uma abstração irreal usada com a finalidade de manipular as consciências e a realidade humana.

Ao longo da história humana, legisladores morais de todos os tipos aviltaram a liberdade humana em nome de um poder absoluto e da exploração. Sua ação sempre foi facilitada pela angústia existencial que sentimos frente ao nada de nosso ser e, para fugir a tal angústia, aderimos – de “má-fé” – a qualquer identidade externa que nos seja oferecida pelos moralistas de plantão. Em nosso íntimo, porém, sabemos que essa tranquilidade que conseguimos com a identificação social é falsa, e é a coragem de abandoná-la que fundamenta as revoltas políticas que visam a resgatar a dignidade humana e sua autonomia.

“Condenado a ser livre”

Para Sartre, o ser humano é livre, e a liberdade consiste no ato da escolha. Nós sempre escolhemos, afirma o filósofo, e não há como evitarmos. Quando dizemos que não há opções, na verdade estamos dizendo que não gostamos ou não queremos as que estão disponíveis a nós, pois elas sempre existem.

Essa situação evoca uma experiência comum a nós. Imagine: nem que seja o “menos ruim”, é preciso tomar o remédio, quando se está seriamente doente; seja por via injetável, seja por via oral, mesmo que nenhuma das duas opções lhe seja prazerosa. Diante disso, podemos ainda escolher não o tomar. Porém, nesse caso devemos estar cientes de que consequências relacionadas a esta opção possivelmente recairão sobre nós.

Quando fazemos uma escolha entre uma via e outra, nós julgamos e avaliamos com base nos valores, que nos servem de referência e critério. Se não os temos, escolhemos algo para preencher essa ausência, que, conforme vimos, não pode ser preenchida definitivamente por tratar-se da constituição própria da consciência. O valor como seu motor impulsiona o ser consciente a sempre agir, isto é, a escolher sempre entre um valor e outro, uma via e outra, e a executar uma ação.

É nesse sentido que Sartre afirma que o ser humano está “condenado a ser livre”. Desde que nascemos até nossa morte, nossa vida consiste irremediavelmente em agir. Essa expressão ressalta a condição paradoxal do ser humano: ao mesmo tempo que, como irremediáveis agentes, estamos condenados a agir, é uma necessidade existencial, somos livres para escolher e arcar com a responsabilidade de nossas escolhas, feitas livremente, isto é, feita apenas por nós, mediante opções sempre existentes.

Em síntese, podemos dizer que só avaliamos e valoramos as coisas, as pessoas, os atos, as situações porque somos livres; mas, ao mesmo tempo, somos livres porque avaliamos e valoramos, escolhendo e agindo.

“

[...] o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser. [...] Portanto, é insensato pensar em queixar-se, pois nada alheio determinou aquilo que sentimos, vivemos ou somos. Por outro lado, tal responsabilidade absoluta não é resignação: é simples reivindicação lógica das consequências de nossa liberdade. O que acontece comigo, acontece por mim, e eu não poderia me deixar afetar por isso nem me revoltar nem me resignar.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 678.

Valor, escolha e liberdade como ato implicam responsabilidade. Se cada um de nós escolhe segundo seus próprios valores e, com base neles, age, é completamente responsável por suas escolhas e suas ações, e também pelos resultados e pelas consequências dessas ações.

RETOMANDO A QUESTÃO

Após esse percurso por diferentes perspectivas na história da filosofia, podemos retomar a pergunta do início deste capítulo: com base em que valores nós agimos?

Duas posições são centrais: uma que afirma a universalidade dos valores e outra que afirma sua historicidade. Se a primeira se apresenta de forma mais rígida, a segunda parece mais flexível. Se na primeira constatamos algumas dificuldades de sustentação, como no caso do preceito “não matarás”, citado anteriormente, na segunda também é possível identificar problemas e limitações.

Se todos os valores são criações da consciência ou invenções históricas, são igualmente legítimos. Em nome de que valores, por exemplo, a decisão das mulheres muçulmanas por usar burca e aceitar uma posição subordinada na sociedade em que vivem pode ser condenada?

Ora, numa situação como essa, como julgar o que é certo ou errado? Em qual valor devemos nos fiar? Em quais critérios podemos nos basear para fazer a escolher correta?

Questões e problemas assim, vistos neste capítulo, instigaram os filósofos de todos os tempos a pensar em respostas e soluções filosóficas. A esse campo filosófico, próprio às reflexões sobre o agir, deu-se o nome de **ética**. E é exatamente disso que continuaremos a tratar nos próximos capítulos.



Manifestante muçulmana, trajando uma burca, concede entrevista à imprensa francesa durante manifestação, realizada em abril de 2011 por cidadãs francesas, em Paris, contrárias à lei de 2011, que proíbe o uso da burca ou de qualquer outro adereço que cubra completamente o rosto em lugares públicos da França.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos que você vai ler agora foram escritos em momentos históricos distintos. O primeiro deles é de Platão, discípulo de Sócrates, que narra as reflexões de seu mestre sobre a justiça em forma de diálogo; o segundo texto, de Nietzsche, é um aforismo sobre o conceito de vontade de poder, central em sua filosofia. Boa leitura!

Texto 1

O diálogo *Górgias* tem como tema central a arte do discurso, que os gregos chamavam de retórica e que os sofistas dominavam muito bem e ensinavam a seus discípulos. O personagem Górgias, que dá título ao diálogo, era um dos principais sofistas e grande retórico. No trecho reproduzido a seguir, Sócrates dialoga com outro personagem, Polo, sobre se é melhor praticar uma injustiça ou sofrê-la.

Praticar uma injustiça é o maior dos males

SÓCRATES: ... Porque o maior dos males consiste em praticar uma injustiça.

POLO: Esse é o maior? Não é o maior sofrer uma injustiça?

SÓCRATES: Absolutamente não.

POLO: Preferirias então sofrer uma injustiça a praticá-la?

SÓCRATES: Não preferiria uma coisa nem outra; mas se fosse inevitável sofrer ou praticar uma injustiça, preferiria sofrê-la.

[...]

SÓCRATES: Considerando-se dois doentes, seja do corpo ou da alma, qual o mais infeliz: o que se trata e obtém a cura, ou aquele que não se trata e permanece doente?

POLO: Evidentemente, aquele que não se trata.

SÓCRATES: E não é verdade que pagar pelos próprios crimes seria a libertação de um mal maior?

POLO: É claro que sim.

SÓCRATES: Isso porque a justiça é uma cura moral que nos disciplina e nos torna mais justos?

POLO: Sim.

SÓCRATES: O mais feliz, porém, é aquele que não tem maldade na alma, pois ficou provado que esse é o maior dos males.

POLO: É claro.

SÓCRATES: Em segundo lugar vem aquele que dessa maldade foi libertado.

POLO: Naturalmente.

[...]

SÓCRATES: Conclui-se então que o maior mal consiste em praticar uma injustiça.

POLO: Sim, ao que parece.

SÓCRATES: No entanto, ficou claro que pagar por seus crimes leva à libertação do mal.

POLO: É possível que sim.

SÓCRATES: E não pagar por eles é permanecer no Mal.

POLO: Sim.

SÓCRATES: Cometer uma injustiça é então o segundo dos males, sendo o primeiro, e maior, não pagar pelos crimes cometidos.

POLO: Sim, ao que parece.

SÓCRATES: Mas, meu amigo, não era disso que discordávamos? Tu consideravas feliz Arquelau [um governante da época] por praticar os maiores crimes sem sofrer nenhuma punição; a meu ver, é o oposto. Arquelau, ou qualquer outro que não pague pelos crimes que comete, deve ser mais infeliz do que todos. Será sempre mais infeliz o autor da injustiça do que a vítima, e mais ainda aquele que permanece impune e não paga por seus crimes. Não era isso que eu dizia?

POLO: Sim.

[...]

SÓCRATES: Afirmo, Cálicles [outro interlocutor no diálogo], que o maior mal não é ser golpeado na face sem motivo, ou ser ferido, ou roubado. Bater-me e ferir a mim e aos meus, escravizar-me, assaltar minha casa, em suma, causar a mim e aos meus algum dano é pior e mais desonroso para quem o faz do que para mim, que sofro esses males. Essas conclusões a que chego foram provadas ao longo de nossa discussão e, para usar uma imagem forte, firmemente estabelecidas por uma cadeia de argumentos rígida como ferro, tanto quanto posso julgar até esse momento. E a menos que tu, ou alguém mais radical, rompa esta cadeia, ninguém que afirme algo diferente pode estar certo. De minha parte, sigo meu princípio invariável. Não sei se isso é verdade, mas de todas as pessoas que encontrei até agora nenhuma foi capaz de afirmar o contrário sem cair no ridículo. Assumo, portanto, que esta seja a verdade. E se estou correto, e fazer o Mal é o pior que pode ocorrer para aquele que o pratica, e maior mal ainda, se possível, é não ser punido por isso, que tipo de proteção seria ridículo um homem não poder prover para si próprio? Deveria ser, com certeza, a contra o que nos causa o maior mal.

PLATÃO. *Górgias*. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 23-25.

❓❗❔ Questões sobre o texto

- 1 Na argumentação de Sócrates, por que cometer uma injustiça é pior que sofrê-la?
- 2 Como Sócrates relaciona o argumento do doente à discussão sobre a injustiça?
- 3 Por que, segundo Sócrates, não ser punido por um crime significa permanecer no mal?

Texto 2

O texto a seguir é o aforismo n. 259 do livro *Além do Bem e do Mal*. Este tipo de texto está ligado a uma expressão em máxima, de cunho moral, reflexivo e prático, que é fragmentário e, portanto, avesso à ideia de sistema ou tratado; formas de escrita filosófica amplamente utilizadas por filósofos modernos, às quais Nietzsche se opunha. Aqui o filósofo alemão reafirma seu conceito de vontade de poder, sustentando que a exploração nada mais é que uma afirmação da vida.

Abster-se de ofensa, violência, exploração mútua, equi-parar sua vontade à do outro: num certo sentido tosco isso pode tornar-se um bom costume entre indivíduos, quando houver condições para isso (a saber, sua efetiva semelhança em quantidades de força e medidas de valor, o fato de pertencerem a um corpo). Mas tão logo se quisesse levar adiante esse princípio, tomando-o como princípio básico da sociedade, ele prontamente se revelaria como aquilo que é: vontade de negação da vida, princípio de dissolução e decadência. Aqui devemos pensar radicalmente até o fundo, e guardarmo-nos de toda fraqueza sentimental: a vida mesma é essencialmente apropriação, ofensa, sujeição do que é estranho e mais fraco, opressão, dureza, imposição de formas próprias, incorporação e, no mínimo e mais comedido,

exploração – mas por que empregar sempre essas palavras, que há muito estão marcadas de uma intenção difamadora? Também esse corpo no qual, conforme supomos acima, os indivíduos se tratam como iguais – isso ocorre em toda aristocracia sã – deve, se for um corpo vivo e não moribundo, fazer a outros corpos tudo o que os seus indivíduos se abstêm de fazer uns aos outros: terá de ser a vontade de poder encarnada, quererá crescer, expandir-se, atrair para si, ganhar predomínio – não devido a uma moralidade ou imoralidade qualquer, mas porque vive, e vida é precisamente vontade de poder. Em nenhum outro ponto, porém, a consciência geral dos europeus resiste mais ao ensinamento; em toda parte sonha-se atualmente, inclusive sob roupagem científica, com estados vindouros da sociedade em que deverá desaparecer o “caráter explorador” – a meus ouvidos isso soa como se alguém promettesse inventar uma vida que se abstinhasse de toda função orgânica. A “exploração” não é própria de uma sociedade corrompida, ou imperfeita e primitiva: faz parte da essência do que vive, como função orgânica básica, é uma consequência da própria vontade de poder, que é precisamente vontade de vida. Supondo que isso seja uma inovação como teoria – como realidade é o fato primordial de toda a história: seja-se honesto consigo mesmo até esse ponto!

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 170-171.

❓❗❔ Questões sobre o texto

- 1 Como Nietzsche relaciona vontade de poder e vida?
- 2 Por que, segundo o filósofo, o “abster-se de ofensa, violência, exploração mútua” é uma negação da vida?
- 3 Em que sentido o autor afirma que a vida é essencialmente opressão e exploração? Você concorda ou discorda de Nietzsche? Justifique.

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Caracterize e conceitue a noção de valor.
- 2 Explique cada um dos três caracteres definidos por Platão.
- 3 Sintetize a discussão de valor desenvolvida por Nietzsche, conforme estudado neste capítulo.

- 4 Na filosofia de Sartre, como se relacionam os conceitos de valor e de liberdade?
- 5 Utilizando os conceitos discutidos no capítulo, escreva uma dissertação sobre a ideia de justiça que fundamenta as histórias de super-heróis.

Capa do n. 28 da revista Os justiceiros, de 1969.



Reprodução: Ed. Ebel

6 Analise a seguinte situação: um aluno foi repreendido pela direção da escola por não se comportar de acordo com as regras estabelecidas. Ele resolve divulgar o fato nas redes sociais a partir dos seus valores. Após apurados os fatos por uma comissão mista entre alunos, pais e professores, constatou-se que houve um exagero na atitude do aluno, causando uma situação de injustiça para com os envolvidos. Se você passasse por uma situação como esta, o que faria? Reflita sobre a situação e debata com seus colegas de sala sobre as noções de regra e de valor.

7 Com base na letra da canção “O último dia”, reproduzida abaixo, reflita sobre o que você faria numa situação como esta. Que valores você abandonaria e quais você preservaria numa situação limite? Converse sobre isso com seus colegas.

O último dia

Meu amor

O que você faria se só te restasse um dia?

Se o mundo fosse acabar

Me diz, o que você faria?

la manter sua agenda

De almoço, hora, apatia?

Ou esperar os seus amigos

Na sua sala vazia?

[...]

Corria pra um shopping center

Ou para uma academia?

Pra se esquecer que não dá tempo

Pro tempo que já se perdia

[...]

Andava pelado na chuva?

Corria no meio da rua?

Entrava de roupa no mar?

Trepava sem camisinha?

[...]

Abria a porta do hospício?

Trancava a da delegacia?

Dinamitava o meu carro?

Parava o tráfego e ria?

[...]

MOSKA, Paulinho. O último dia. In: *Pensar é fazer música* (CD). EMI-Odeon, 1995.



DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Antes de iniciar a escrita de uma dissertação filosófica, é muito importante fazer uma leitura metódica e atenta dos trechos ou textos que lhe servem de base. Para isso, você pode adotar alguns procedimentos básicos:

- primeiro, procure saber qual é o estilo do texto por meio do qual o autor se expressa. Como vimos, há diversas formas de escrita filosófica: diálogo, poesia, aforismo, ensaio, etc. De modo geral, a forma do texto está intimamente ligada a toda a estrutura argumentativa (teses, hipóteses, explicação de conceitos, exposição, contra-argumentação, exemplos, etc.) e ao tema filosófico em questão (verdade, justiça, beleza, etc.);
- depois, faça uma primeira leitura do texto, observando o significado de cada parágrafo com atenção redobrada e consultando um dicionário da língua portuguesa e, se possível, um dicionário filosófico. O primeiro fornece o significado e a etimologia das palavras; o segundo traz as diferentes acepções que alguns conceitos ganharam ao longo da história da filosofia por diferentes pensadores.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Leituras



Reprodução/Ed. Edouard

GANE, Laurence. *Apresentando Nietzsche*. Desenhos de Piero. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

Os principais elementos do pensamento de Nietzsche são expostos em linguagem clara e direta, com ilustrações que ajudam a compreender as ideias desse pensador.



Reprodução/Jorge Zahar Editor

GIACIOIA JR., Oswaldo. *Nietzsche & Para além de Bem e Mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Passo a Passo).

Apresentação comentada de uma das principais obras de Nietzsche dedicadas ao estudo dos valores e da moral.



Reprodução/Editora Scipione

NIETZSCHE, Friedrich. *Para a genealogia da moral*. Adaptação de Oswaldo Giacoia Júnior. São Paulo: Scipione, 2001. (Reencontro).

A obra de Nietzsche traduzida, resumida e adaptada por um dos principais estudiosos brasileiros do filósofo alemão.

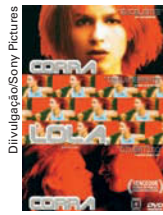


Reprodução/Ed. Companhia das Letras

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Uma fábula inquietante do único escritor português a vencer o Prêmio Nobel de Literatura. Numa cidade em que todas as pessoas ficam cegas, como elas passam a agir? Uma reflexão sobre a mudança dos valores na luta pela sobrevivência.

Filmes



Divulgação/Sony Pictures

Corra, Lola, corra. Direção de Tom Tykwer. Alemanha: Columbia TriStar, 1998. (81 min).

Lola precisa agir rápido para salvar seu namorado de uma encrenca, ou ele morre. O filme mostra três possibilidades da história, de acordo com diferentes escolhas da protagonista.



Divulgação/Fox Filmes

Ensaio sobre a cegueira. Direção de Fernando Meirelles. Brasil/Canadá/Japão/Uruguai: 20th Century Fox Brasil, 2008. (121 min).

O filme é uma adaptação para o cinema da ficção de Saramago. Imagine o que aconteceria se repentinamente você e todas as pessoas da sua cidade fossem acometidos por uma cegueira branca, ficando apenas uma mulher imune a isso.



Divulgação/Fox Filmes

Minority Report – A nova lei. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos: 20th Century Fox Home Entertainment, 2002. (145 min).

Ficção científica sobre uma sociedade no futuro, em que o crime é previsto por *Precogs* (paranormais dotados de poder premonitório) e impedido por agentes especiais antes mesmo de sua realização.



Divulgação/Art Films

O que você faria? Direção de Marcelo Piñeyro. Espanha/Itália/Argentina: Art Films, 2005. (117 min).

Baseado em uma peça de teatro, o filme narra a história de sete executivos que são candidatos a um emprego e que passam por várias situações nas quais precisam agir e mostrar quem são.



Divulgação/Paramount Pictures

Vivos. Direção de Frank Marshall. Estados Unidos: Paramount Filmes do Brasil, 1993. (127 min).

Baseado na história verídica de um avião uruguaio que levava a seleção de *rúgbi* daquele país e que caiu na cordilheira dos Andes, o filme mostra a luta pela sobrevivência e como muitos valores tidos por “universais” são revistos numa condição extrema.

2 *Ética: por que e para quê?*

Colocando o problema

Observe a foto desta página. Converse com seus colegas sobre a situação que ela retrata.

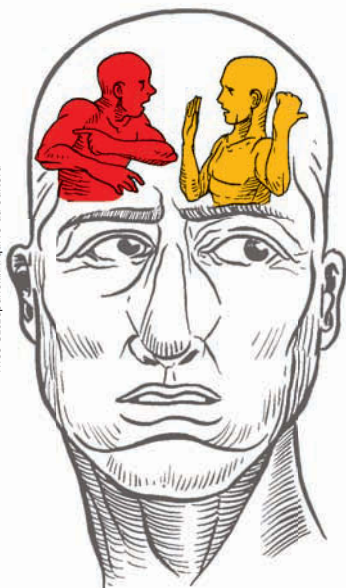
Você já pensou sobre como orienta sua vida? Você faz aquilo que sua família espera de você? Procura construir suas próprias opiniões e compreender os valores compartilhados ao seu redor ou prefere aceitar o que os outros lhe dizem e fazem? Você age de acordo com regras e costumes estabelecidos ou os contesta?

Em filosofia, a área dedicada a refletir sobre as ações humanas em relação à vida em coletividade e à vida de cada um é denominada **ética**. Esse termo vem da palavra grega *êthos*, que significa ‘caráter’, ‘índole’, a maneira de ser de uma pessoa ou de uma sociedade. Também pode significar ‘temperamento’, as disposições de alguém segundo seu corpo e sua alma, ou, ainda, a ação de cada um conforme sua própria natureza.

Passeata organizada em maio de 2012 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília (DF), que reuniu adultos, jovens, políticos e integrantes de diversos movimentos sociais, em protesto contra a homofobia, considerada crime no Brasil.



Ed. Ferreira/DPA/Corbis/Latinstock



Os gregos antigos tinham outra palavra muito próxima, *éthos* – que em latim seria *mos, moris*, da qual se origina o termo em português **moral** –, com o sentido de ‘costume’, ‘uso’, ‘hábito’. Para eles, pertence ao âmbito da moral aquilo que é feito de modo habitual e irrefletido, isto é, as ações que não consistem em objeto de reflexão para o agente, que se orienta nos costumes e hábitos do dia a dia, partilhados pelos membros da comunidade.

Já a ética, para os antigos gregos, é diferente da moral, pois diz respeito às ações refletidas, nas quais se pensa e sobre as quais se decide de acordo com o temperamento, com o caráter de quem as executa. Para viver eticamente, é preciso se conhecer, pensar naquilo que se faz, praticando a máxima de Sócrates: “Uma vida que não merece ser pensada não merece ser vivida” – o que consiste, portanto, no oposto de agir de acordo com a moral.

Além dessas distinções, frutos de profundos debates e questionamentos filosóficos históricos, outros questionamentos foram levantados dentro do campo da ética. Um deles, inspirado nas reflexões de Sócrates, indaga o seguinte: quando agimos eticamente, o que buscamos? Em outras palavras: existe um fim para as ações éticas? Se sim, qual é?

Na tentativa de responder a essas questões, alguns filósofos disseram que uma vida ética consiste em procurar a felicidade; outros afirmaram que ela consiste em agir de acordo com o dever. Vejamos, então, quem são eles e como argumentaram.

A filosofia na história

ARISTÓTELES E A ÉTICA COMO AÇÃO PARA A FELICIDADE

Pela máxima que mencionamos logo acima, é possível notar que as preocupações éticas já faziam parte do pensamento de Sócrates, que orientava a filosofia para a vida humana e o debate em torno de como viver.

Nos diálogos de Platão, a perspectiva ética é o próprio fundamento da organização política e social da cidade. Como vimos no capítulo anterior, a **cidade justa** é aquela na qual o cidadão é educado para se conhecer plenamente, para viver de acordo com suas habilidades e necessidades, contribuindo com o melhor de si e tendo a virtude como o principal valor. Assim, Platão acredita ser possível alcançar a felicidade.

Nos escritos de Aristóteles, podemos também constatar uma preocupação com as questões éticas. E foi justamente com ele que esse campo do saber filosófico recebeu uma primeira sistematização.

No século IV a.C., Aristóteles estabeleceu uma primeira organização das ciências (no sentido antigo do termo, isso é, um saber sistematizado segundo critérios racionais de classificação), dividindo-as em dois grandes campos.

De um lado ficaram as **ciências teóricas**, aquelas produzidas por teoria, contemplação, e que não criam seus objetos, pois se dedicam a pensar objetos que já existem e independem do pensamento. A finalidade dessas ciências está fora delas, pois seu objeto é exterior ao pensamento. Nesse grupo Aristóteles incluiu a metafísica (que estuda os objetos não materiais e é denominada “filosofia primeira”) e a física, subdividida em filosofia da natureza, biologia e psicologia.

De outro lado ficaram as **ciências práticas** (ou **ciências da práxis**), que têm por objeto a **ação humana**. Segundo Aristóteles, essas ciências criam seus próprios objetos e encontram suas finalidades nelas mesmas. Criam seus objetos, pois a ação humana depende do pensamento; é pensando que agimos. No caso dessas ciências, o pensar e o agir estão intimamente conectados. Por isso Aristóteles afirma que elas encontram suas finalidades nelas mesmas: ao pensar as ações dos seres humanos, essas ciências não focam objetos exteriores, mas o próprio ser humano. Nesse grupo foram incluídas a economia, a política e a ética. A primeira cuida da administração da casa; a segunda, da gestão da cidade; e a última trata da organização da vida de cada um. São, pois, três ciências bastante integradas entre si, uma vez que todas tratam de nossas ações, cada uma relativa a determinada esfera: a vida de cada um, sua casa, sua cidade.

A filosofia ética, afirma Aristóteles, estuda as ações humanas baseadas naquilo que é natural em cada ser humano, seu caráter. O caráter, para ele, é o **temperamento**, isto é, o modo como se **temperam** em cada um de nós os quatro elementos básicos (quente, frio, seco e úmido) e os quatro *humores* (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra), de forma que um deles predomine sobre os demais. O temperamento dá origem a quatro tipos básicos de caráter: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico.

A ética aristotélica ensina a viver de acordo com o caráter, a disposição natural de cada um. Não se trata, porém, de simplesmente agir de modo predeterminado; a ética implica uma ação racional, isto é, pensada. Para Aristóteles, nós **aprendemos** a agir eticamente. Mas como isso seria possível? Segundo o filósofo grego, somos dotados de um **apetite** ou um **desejo**, isto é, de uma inclinação natural, para buscarmos o prazer e fugirmos da dor. O apetite é, porém, uma **paixão** (que para os gregos implicava passividade), o que se opõe à **ação** (atividade). A tarefa da ética é educar nosso apetite ou desejo para que evitemos o **vício** (para os gregos, a desmedida) e alcancemos a **virtude** (o equilíbrio), conquistada pelo exercício da **prudência**.

Quanto mais refletirmos sobre a finalidade das nossas ações, mantendo-nos na direção das ações virtuosas – as quais, segundo Aristóteles, têm na felicidade o maior bem, por ter seu fim em si mesma –, quanto mais soubermos agir racionalmente, conduzindo nossos desejos para longe dos vícios, mais prudentes, melhores e felizes seremos.

HUMORES

Aquilo que Aristóteles chama de humores são os líquidos do corpo humano: sangue (proveniente do coração), fleuma (também conhecido como fleugma ou flegma, é um muco secretado pelas membranas mucosas, especialmente aquelas do sistema respiratório), bílis amarela (secretada pelo fígado) e bílis negra (segundo os antigos, proveniente do baço). A teoria dos quatro humores foi criada por Hipócrates de Cós (c. 460 a.C.–377 a.C.) e se tornou a base da medicina antiga. De acordo com o humor predominante no temperamento, temos os diferentes caracteres: o sanguíneo (corajoso e amoroso), o fleumático (racional e calmo), o colérico (com predomínio da bílis amarela, agressivo e irritadiço) e o melancólico (com predomínio da bílis negra, desanimado e inquieto). Essa teoria serviu de base para Aristóteles refletir sobre a ação humana no campo da ética.



Os Quatro Apóstolos, de 1526, feito pelo pintor alemão Albrecht Dürer. Acredita-se que esta obra foi inspirada na teoria aristotélica dos humores. Assim, da esquerda para direita, João seria o sanguíneo; Pedro, o fleumático; Marcos, o colérico; enquanto que Paulo seria o melancólico.

Alunos de uma escola de Educação Infantil da prefeitura de São Paulo (SP) participam do projeto Pomar-Escolas, que propõe a plantação de flores e sementes de verduras e legumes como forma de educação socioambiental (foto de 2001). Projetos como esse visam à prática de determinadas ações desde a infância, como o respeito à natureza e o consumo de alimentos saudáveis, para que elas se tornem um hábito na vida adulta dessas crianças.

Sérgio Castro/Agência Estado



Afinal, se não há bem maior que a felicidade, é porque todas as nossas ações e objetivos que perseguimos são, na verdade, meios para que alcancemos esse fim último.

A ética e a moral: a importância do hábito

Para Aristóteles, a tarefa da ética é ensinar **bons costumes**, baseados no **bom caráter**. Ela, portanto, engloba a moral e vai além, uma vez que a moral apenas se ocupa das ações humanas segundo os costumes.

Apesar disso, a ética não nega a importância do hábito. Não nascemos virtuosos ou viciosos por natureza. Adquirimos as virtudes éticas por meio de uma prática de vida, de exercícios contínuos; a tarefa da ética consiste em tornar essas práticas um hábito.

Se é ruim agir apenas por hábito, isto é, irrefletidamente, transformar o agir de forma reflexiva em um hábito é uma importante tarefa ética. Tornamo-nos virtuosos quando buscamos agir sempre de modo racional e equilibrado, sem cairmos no excesso ou na falta. Agir de modo excessivo é um vício, assim como agir pouco ou deixar de agir.

Mas, se a ética é uma ciência prática, uma ciência da ação humana, então qual é o objetivo dessa ação? Essa pergunta é respondida em uma das principais obras de Aristóteles sobre o tema: *Ética a Nicômaco*.

Nela, o filósofo começa afirmando que todas as atividades humanas tendem a um bem; logo, a questão é saber qual é o “supremo bem”, aquele que está acima de todos os outros e do qual todos derivam. E sua resposta é que, na vida humana, o supremo bem é a **felicidade**.

A felicidade como supremo bem

Vivemos para ser felizes e para bem agir, segundo Aristóteles. A questão consiste então em saber o que é a felicidade. Muitas pessoas consideram que ela seja algo simples e óbvio, como o prazer, a riqueza ou a honra. Mas será isso mesmo? Os sábios também pensariam assim?

Para Aristóteles, não há uma resposta única. Ele afirma que existem pelo menos quatro ideias diferentes de felicidade, que correspondem a três tipos de vida.

ÉTICA A NICÔMACO

São atribuídos a Aristóteles três livros que tratam de temas relacionados à ética, sendo *Ética a Nicômaco* o mais completo. Não se sabe ao certo a razão de seu título. Especula-se que seja uma homenagem ao pai ou a um filho de Aristóteles, ambos chamados Nicômaco. Os estudiosos concordam que é uma obra da maturidade, que desenvolve e aprofunda uma série de temas que aparecem em seus outros livros sobre ética. *Ética a Eudemo* e *Magna Moralía* são as duas outras obras, que alguns pesquisadores afirmam não terem sido escritas por Aristóteles, e sim por seus alunos, com base em aulas lecionadas pelo filósofo.

Para um tipo de vida “vulgar”, comum, a felicidade consiste em ser capaz de experimentar os prazeres sensíveis imediatos, como comer bem, embriagar-se e divertir-se nos esportes. Para outro tipo de vida “vulgar”, a felicidade consiste na riqueza.

Para a vida política, a felicidade consiste em ser reconhecido publicamente como alguém honrado. Para a vida contemplativa (daqueles que se dedicam ao pensamento, à filosofia), a felicidade é o próprio exercício da contemplação, a atividade da parte racional da alma, aquela que é plenamente humana, que nos torna diferentes de todos os outros animais.

Uma visão contemporânea da multiplicidade de respostas para o sentido de felicidade pode ser encontrada na letra da canção “Felicidade pode ser qualquer coisa”, de Zeca Baleiro.

Aristóteles procura demonstrar que nenhuma dessas respostas é satisfatória, porque em nenhuma delas a felicidade é um bem que se basta. Se alguém deseja a riqueza, por exemplo, é porque pensa que ao ser rico será feliz; então sua finalidade é a felicidade, não a riqueza. A riqueza é um meio, uma forma de atingir a felicidade, não a finalidade da vida. Mas será que sendo rico alguém será realmente feliz? É importante ressaltar que o mesmo raciocínio vale para os prazeres e a honra.

O depoimento abaixo vai ao encontro da afirmação de Aristóteles de que a riqueza é um meio para se atingir um fim, mas não pode ser tomada como um fim em si mesma:

“

Quando estava ganhando vinte mil dólares por ano, achei que era capaz de ganhar cem mil. Quando já ganhava cem mil por ano, achei que poderia ganhar duzentos mil. Quando estava ganhando um milhão de dólares por ano, achei que poderia ganhar três milhões. Havia sempre alguém num degrau mais alto que o meu, e eu não conseguia parar de pensar: será que ele é realmente duas vezes melhor do que eu?

Palavras do banqueiro norte-americano Dennis Levine, citadas em: SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 351.

Aristóteles afirma que o bem almejado só pode ser alcançado pela ação, pelo ato, e não pela teoria, pela contemplação, como pensava Platão. Refletindo sobre a finalidade das ações e os meios usados para alcançá-las, ele usa um exemplo: qual é a finalidade da medicina? Aquele que exerce a medicina busca sempre a saúde de seus pacientes; logo, a saúde é o supremo bem para a prática do médico.

Usando esse mesmo raciocínio, Aristóteles afirma que a felicidade é o supremo bem para a ação humana, pois é em nome dela que fazemos tudo. Ela é desejável em si mesma e por si mesma. Podemos desejar prazeres, honras ou riquezas, pois sua posse pode nos tornar felizes, mas não desejamos felicidade porque ela nos faz ricos, honrados, etc. A felicidade é algo absoluto e autossuficiente, constituindo assim a finalidade das ações humanas.

“

Felicidade pode ser qualquer coisa

*Se você quer ser feliz tente
Felicidade pode ser só ilusão
Mas se o coração não mente
Felicidade pode ser qualquer
coisa*

*Uma cachaça, um beijo, um
orgasmo*

Um futebol na tarde de domingo

*Uma canção de Roberto e
Erasmão*

*Vida eterna é a vida do sonho
Deus é o tempo, sonhar é a
salvação*

*O sonho de Lennon morreu
O meu não*

BALEIRO, Zeca. *O disco do ano*. Rio de Janeiro: Som Livre, 2012. 1 CD.

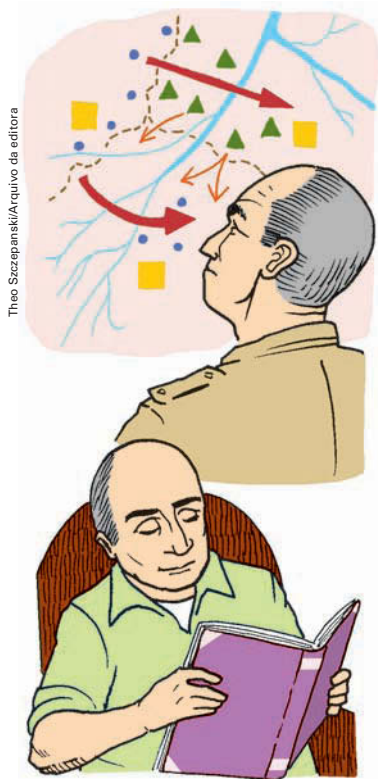


Nilton Furtado/Agência Estado

Karma Ura, presidente do Centro de Estudos do Butão, um dos divulgadores de uma inovação política de seu país, o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB). Criado em contrapartida ao Produto Interno Bruto (PIB), ele mede a riqueza do país não pela soma de seus bens produzidos e serviços prestados, mas pelo grau de satisfação e de felicidade de seus habitantes com as condições de vida oferecidas por ele. Foto de 2008.

VIRTUDE

O termo (no grego antigo, *areté*) significava originariamente 'poder', 'força', 'potência'. Em sentido ético, é aquilo que nos faz agir, que potencializa nossa ação.



Theo Szczepanski/Aquivo da editora

A felicidade como exercício da faculdade racional da alma

Para Aristóteles, o ser humano é dotado de uma única alma (não três, como afirma Platão), podendo ter várias funções ou faculdades.

Há uma **faculdade nutritiva e reprodutiva**, cuja função vital é conservar e reproduzir a vida; uma **faculdade sensitiva**, responsável pelos sentidos (tato, paladar, olfato, audição e visão); uma **faculdade locomotora-apetitiva**, que orienta o seres vivos a evitar a dor e buscar o prazer; e uma **faculdade racional**, responsável pelo pensamento e pelo intelecto.

A alma, portanto, tem uma parte racional (a faculdade racional) e uma parte privada de razão, correspondente às outras três faculdades. Sendo o humano um ser racional, Aristóteles entende que sua função é a vida ativa segundo a faculdade racional da alma.

Nesse sentido, o bem só pode ser uma atividade da alma em consonância com a *virtude*. Aquela pessoa que faz o bem, agindo com **prudência** (capacidade de refletir, deliberar e ser criterioso na escolha das ações) e **autonomia** (capacidade de submeter suas escolhas e suas ações a regras e normas refletidas por si e dadas a si mesmo), age virtuosamente e, portanto, é feliz. Compreendida assim, enquanto atividade, a felicidade consiste, então, na ação habitual e virtuosa, isto é, na ação cotidiana do agente prudente e autônomo, que busca a medida correta na hora de decidir normas e regras de orientação das ações.

Ora, mas como exatamente a virtude conduz o agir na filosofia ética aristotélica?

Aristóteles diferenciava dois tipos gerais de virtude: as **virtudes práticas** ou **morais**, baseadas nos hábitos e nos costumes, e as **virtudes intelectuais**, que são próprias da alma racional. O agir ético é aquele que se faz em torno das virtudes intelectuais. Embora as virtudes morais também sejam fonte de felicidade, pois estão ligadas às paixões e aos prazeres (isto é, à parte não racional do ser humano), são as virtudes intelectuais que realizam aquilo que há de mais humano (a racionalidade). Por isso, para Aristóteles, elas são a fonte da maior felicidade. Vejamos, então, exemplos de ambas.

- **Virtudes práticas** (ou **morais**): ligadas aos assuntos políticos e militares. A nobreza e a grandeza são dois exemplos. Essas virtudes, segundo Aristóteles, não têm relação com lazer ou diversão, pois visam a um fim diferente: se, por um lado, os homens trabalham com esforço e empenho para obter, além do sustento, momentos de ócio e de descanso, por outro, eles guerreiam com bravura, honra e coragem com a finalidade de alcançar a vitória, seja para defender seus territórios, seja para garantir a paz. Portanto, as virtudes práticas são importantes, mas não são desejáveis em si mesmas. Essas virtudes são ligadas à parte apetitiva da alma, isto é, à parte privada de razão. Mas nem por isso são dispensáveis a uma vida feliz.
- **Virtudes intelectuais** (ou **racionais**): ligadas à contemplação, ao que há de racional na alma humana. Para Aristóteles, os seres humanos são dotados de uma disposição natural ao conhecimento.

Assim como todo apetite nos impulsiona para uma ação com fins de satisfação, o ser racional busca na contemplação o prazer. As virtudes intelectuais dizem respeito exatamente a isso, ao aprazível, ao prazer no pensar e conhecer, consistindo em um fim em si mesmo. A arte, a ciência e mesmo a prudência na vida prática são alguns exemplos desse tipo de virtude.

Refletindo sobre o prazer, Aristóteles o distingue da felicidade. Enquanto a felicidade é uma atividade, o prazer é um complemento dela, é um ato que se realiza no instante, não tende a nada, extingue-se em si mesmo. Todos queremos o prazer, porque queremos viver, e a vida é sempre atividade. Desse modo, o filósofo se coloca contra alguns de seus contemporâneos, que afirmavam ser o prazer um mal – pois ele nos desviaria do verdadeiro sentido da vida – e que, portanto, devesse ser renunciado.

Ao contrário, Aristóteles considera o prazer um bem, algo a ser almejado, ressaltando, porém, que a finalidade da vida ética não pode ser só o prazer, embora ele seja importante. Do contrário, estaríamos recaindo em imprudência e desequilíbrio, justamente por não priorizarmos o racional (as virtudes) em nossas ações, mas sim o irracional (os apetites).

Segundo o filósofo, para diferentes atividades existem diferentes prazeres, cabendo à ética traçar uma hierarquia entre eles. Os prazeres de um cão, por exemplo, não são os de um cavalo; e os prazeres de um cavalo não são os mesmos de um ser humano. Já os prazeres do paladar não são os da audição, que, por sua vez, são diferentes dos prazeres que obtemos por meio da visão.



Don Emmer/Agência France-Press

Deficiente visual contempla uma obra de Marcel Duchamp exposta no Museu de Arte Moderna de Nova York, em 2013. Para Aristóteles, o prazer advindo dessa contemplação constitui as virtudes intelectuais.

Pessoas em montanha-russa de parque de diversão de Santa Catarina. Para muitos, essa é uma atividade que garante um tipo de prazer.



Juca Martins/Olhar Imagem

Para Aristóteles, os prazeres do pensamento, que são provenientes da parte racional da alma, são superiores a todos os outros. A felicidade almejada é aquela proveniente da ação segundo a razão, com a fruição dos prazeres próprios ao ser humano, um ser racional por excelência. Ele diz também que a parte racional da alma é a presença do “elemento divino” no ser humano. Por isso, se vivemos de acordo com ela e nos ocupamos de seu conhecimento, estamos desfrutando a mais suprema felicidade.

A ação conforme a virtude

Contemplar, pensar e raciocinar são formas de agir e intervir no mundo. Aristóteles afirma que não é suficiente **saber**, é necessário **agir**. É preciso agir de acordo com a virtude para ser feliz. Sendo o ser humano de natureza composta (uma parte racional e uma parte privada de razão), precisa ser educado, pois a paixão (a parte privada de razão) não cede com facilidade aos argumentos racionais. É preciso criar o **hábito** de agir de acordo com a razão, e isso é algo que aprendemos.

Para garantir o aprendizado do hábito de agir racionalmente, são necessárias leis que forcem os indivíduos – sejam crianças, jovens ou idosos – a proceder de acordo com as normas e os valores da razão, até que isso se torne “natural” e eles passem a seguir a lei conscientemente, e não para evitar uma punição. Um exemplo é a limitação de velocidade nas ruas e estradas. Alguns motoristas não agem racionalmente e dirigem a uma velocidade que coloca em risco sua própria vida e a vida de outras pessoas. A lei determina um limite de velocidade, e aqueles que a infringem são punidos com multa.

O objetivo das leis é que as pessoas aprendam a transformar em hábito a norma prescrita. Desse modo, sendo as leis justas, o agente encontra o prazer em agir de acordo com a norma, pois entende estar de acordo com a virtude e a razão; ao passo que, na punição, ele encontra o desprazer, conseqüente de uma ação irracional e desmedida.

Aprovada no Brasil em junho de 2008, a Lei Seca, como ficou conhecida a lei n. 11 705 que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, proíbe o consumo de bebida alcoólica para condutores de veículos. Na foto, o teste do bafômetro sendo aplicado em motorista em rodovia do Rio Grande do Sul, em 2011.



Wesley Santos/Folhapress

Pode-se afirmar, então, que para Aristóteles há sempre uma moral (prescrição de regras que geram um costume, um hábito) que fundamenta uma ética (a ação racional e refletida dos seres humanos). Assim como a lei é necessária para criar um hábito e possibilitar o agir ético, a ética como ação individual é a base da política como ação coletiva. A ética depende da política para a elaboração das leis que geram o costume de viver de acordo com a razão. E a política depende da ética para que a ação coletiva seja a continuação de ações individuais de acordo com a razão.

KANT E A ÉTICA COMO AÇÃO SEGUNDO O DEVER

No século XVIII, o filósofo alemão Immanuel Kant desenvolveu uma concepção de ética baseada na ideia de que as ações humanas são orientadas por **intenções**, não por finalidades, como afirmava Aristóteles. E como intenção fundamental das ações humanas Kant destaca a noção de **dever**. As perguntas básicas da ética pensada nesses termos seriam: o que **devo** fazer? Como **devo** agir?

Costuma-se caracterizar o século XVIII como o “século da moral”, por ter sido profundamente marcado pelo *Iluminismo*, um projeto pedagógico-político de construção da autonomia da razão e emancipação de homens e mulheres, fornecendo-lhes os meios intelectuais para uma ação consciente. É nesse contexto histórico e filosófico que se delinea o projeto ético de Kant.

Kant lançou as bases de seu pensamento sobre ética na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). O projeto foi desenvolvido e aprofundado em *Crítica da razão prática* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797-1798). O sujeito moral, que age racionalmente, é uma das facetas do ser humano, segundo Kant. As outras são o sujeito de conhecimento, que busca o saber, e o sujeito estético, que percebe o mundo e produz arte.

Dois conceitos centrais

Kant distingue duas esferas da razão: a **razão teórica** (ou especulativa), voltada para o conhecimento, e a **razão prática**, quando se faz um **uso prático** da razão. É importante salientar que não se trata de duas razões distintas, mas de uma mesma razão humana que se desdobra em duas esferas.

Cada uma delas corresponde a aplicações distintas de nossa faculdade racional. Se a razão teórica está relacionada a ações envolvidas no processo de cognição, a razão prática está relacionada ao agir, à determinação da vontade. A razão prática, portanto, é aquela capaz de **legislar** sobre a vontade, impondo-lhe normas que conduzem a ação moral.

Para Kant, a vontade não é simplesmente um instinto ou um apetite-desejo, como pensava Aristóteles; ela é racional, é resultado do exercício da razão.

A noção de razão prática implica então a possibilidade da **liberdade** humana. Somos livres porque somos seres de vontade. Como a vontade

ILUMINISMO

Desenvolvido principalmente na França, considerada seu centro, mas com desdobramentos também na Alemanha e na Inglaterra, o Iluminismo teve como principal característica a defesa da força da ciência e da racionalidade crítica, capazes de “iluminar” o futuro da humanidade contra a fé, a superstição e os dogmas. Pelo exercício da razão e pela produção de conhecimentos, o ser humano seria capaz de emancipar-se das diversas dominações a que estava submetido – sociais, políticas e econômicas. O movimento não se limitou à filosofia, estendendo-se para a arte e, principalmente, para a política.



Leitura da peça O orfão da China, de Voltaire, no salão de Madame Geoffrin, pintura feita por Lemonnier, em 1755. Este é um exemplo de pintura iluminista.

Reprodução/Museu Nacional do Castelo de Malmaison, Rue de Malmaison, França.

“

[...] quando a razão legisla no interesse prático, ela legisla sobre seres racionais e livres, sobre sua existência inteligível independente de toda a condição sensível. É, pois, o ser racional que se atribui a si mesmo uma lei pela sua razão.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994. p. 38-39.

é resultante do exercício da razão, somos livres porque somos racionais. Ser livre, pois, é estar submetido à ação de uma razão prática. Somos livres quando temos nossa própria lei, quando nossa lei não nos é imposta por outros. Em outras palavras, somos livres quando somos autônomos.

Do grego *autonomía*, de *aut(o)*, ‘próprio’, ‘si mesmo’; e *nomos*, ‘regra’, ‘lei’, autonomia refere-se ao direito de reger-se segundo leis próprias, à capacidade de se governar por si mesmo, sem obedecer a outrem, provendo seus próprios meios de vida. Para a filosofia iluminista, portanto, liberdade é autonomia, e esta diferencia-se de uma heteronomia (do grego *heteronomía*, de *heter(o)*, ‘outro’, ‘outrem’; e *nomos*, ‘regra’, ‘lei’), quando se serve a uma autoridade imposta sobre os indivíduos, independentemente de sua vontade. É importante ressaltar, porém, que a autonomia não significa não se submeter a qualquer autoridade; quando uma autoridade é sancionada pela razão e exercida de modo que os cidadãos compreendam seus motivos e concordem com eles, não significa perda de autonomia.

Segundo Kant, vivia-se no século XVIII na Alemanha uma “época de esclarecimento”, sob o governo do rei da Prússia (Frederico), que não submetia seus súditos, mas tratava-os de modo tolerante. Não era uma “época esclarecida”, mas um momento de produção do esclarecimento.

A questão, para Kant, consistia então em como ser livre, autônomo, agindo racionalmente, e ao mesmo tempo viver sob um governo. Sendo o governante um “agente do esclarecimento”, o problema se resolve: o governante não impede os governados de ser autônomos, de viver por si mesmos.

Aí está uma das principais ações do exercício de uma razão prática.

Reprodução/Museu do Louvre, Paris, França.



Liberdade guiando o povo, de 1830, do pintor francês Eugène Delacroix. As ideias iluministas influenciaram amplamente a sociedade europeia. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade presentes nas críticas de filósofos franceses como Rousseau, Voltaire e Diderot inspiraram profundamente os realizadores da Revolução Francesa.

O imperativo categórico como princípio ético universal

Embora a ética trate das ações humanas individuais, Kant afirma que essas ações devem estar fundamentadas em um princípio universal, que seja o mesmo para todos. Se cada um de nós agir de maneira própria, não teremos uma **comunidade humana**. É preciso que haja algo de **comum** em nossas ações, para que possamos construir uma coletividade. O filósofo afirma que esse comum é justamente a lei racional, a lei que nós próprios fazemos no exercício de nossa autonomia.

Mas como a razão é a mesma em todos os sujeitos, a lei pensada pela razão será a mesma, ainda que os sujeitos sejam diferentes. Ao mesmo tempo, se agimos de acordo com a vontade, mas em meio a outros seres humanos, a ação de cada um precisa ser validada pelos demais. Apenas assim garante-se universalidade para as ações humanas.

De certo modo, já encontramos essa universalidade quando pensamos na moral segundo os costumes. É o que vemos em formulações do tipo: “não faça aos outros aquilo que não quer que façam a você”. Trata-se de colocar um princípio de ação comum entre os indivíduos. Se você não quer ser insultado, não insulte; se não quer ser agredido, não agrida.

Mas essa universalidade de uma regra moral, nessa esfera vulgar, não está garantida. Ela é uma **aposta**. Você não insulta aos outros esperando não ser insultado, mas nada garante que todos os outros também seguirão a regra. Você pode não insultar e acabar sendo insultado por um colega. Como você agiria então? Revidaria? Ou manteria seu princípio? Aí está a questão de Kant.

É necessário que a lei moral seja, de fato, uma regra universal. É fundamental que nossas justificativas da ação sejam válidas para todos e aceitas por todos. E isso só é possível com a intervenção da razão prática.

Por isso Kant afirma que a lei precisa ser apresentada na forma de um **imperativo categórico**, uma fórmula que ordena de modo incondicional. Na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant elabora três formulações desse imperativo:

- Age unicamente de tal forma que sua ação possa se converter em lei universal.
- Age de modo que sua regra de conduta possa ser convertida em lei universal da natureza.
- Age de acordo com princípios que façam com que trate a humanidade sempre como um fim e nunca como um meio.



Placa indicando vaga de estacionamento reservada exclusivamente para idosos em São Luís do Paraitinga, interior de São Paulo, em 2012.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Em cada uma dessas fórmulas encontramos um princípio de ação (e não uma finalidade) que é universal, válido para todos e para qualquer um. Com tal princípio, Kant realiza seu projeto de uma moral racional universal: agimos como **devemos** agir, baseando-nos em regras universais que nos são dadas pelo exercício do pensamento racional.

Não se trata de agir meramente segundo os costumes ou a tradição de uma cultura. Trata-se de agir segundo um princípio que me é dado por minha própria razão, determinando minha vontade, como um ato de liberdade.

Vejamos um exemplo. Encontramos na moral cristã a regra “não matarás”. Se sou cristão, devo viver de acordo com essa regra. Ao fazer isso, estou agindo de forma heterônoma, seguindo uma regra que não foi criada por mim. Estou agindo segundo o costume e a tradição de minha comunidade, que respeita e segue essa regra. Em determinada circunstância, até posso ter vontade de matar uma pessoa que cometeu algum mal contra mim. Mas se sigo a regra da comunidade, evitarei fazer isso. Não matarei. Não por obedecer minha vontade, mas por obedecer à tradição e ao costume. Eu me controlo em nome da regra moral.

Pensando de outra maneira, posso assumir o imperativo categórico kantiano. Posso **decidir** não matar porque penso que o respeito à vida é um valor universal, que deve ser seguido por mim e por todos os outros. E vou agir de acordo com esse princípio.

Se fizer isso de fato, eu nem sequer terei **vontade** de matar alguém em nenhuma circunstância, uma vez que a vontade livre é fruto da própria razão. Estarei seguindo um princípio que assumi como meu (de forma autônoma, portanto), válido para todos, que condiciona minha vontade e minha ação.



O agir ético e a saída da menoridade

Em 1784 Kant publicou em um jornal da cidade de Berlim, na Alemanha, um pequeno texto com o título “Resposta à pergunta: ‘Que é Esclarecimento?’”. Nesse artigo, ele procurou responder a uma questão enviada por um leitor do jornal, que pedia uma explicação sobre esse conceito. E definiu Esclarecimento como a autonomia do indivíduo no uso da própria razão. Quando age de modo racional e autônomo, o indivíduo adquire maturidade, e só assim ele pode ser efetivamente livre.

A regra básica do Esclarecimento é o lema (que Kant enuncia em latim): *Sapere aude!* (‘Ouse saber!’). A ousadia do conhecimento próprio e autônomo é a base para qualquer ação humana livre. É preciso saber governar-se a si mesmo, elaborar suas próprias regras, para que seja possível uma ação coletiva.

Um indivíduo autônomo, quando participante de uma coletividade, não se deixa governar e conduzir pela vontade do outro; ele se conduz pela própria vontade livre. Sendo livre em meio a outros indivíduos livres, pode construir uma comunidade livre, uma comunidade de iguais. Aí reside o Esclarecimento: em uma comunidade livre e autônoma, governada por uma vontade comum.

O processo do Esclarecimento, segundo Kant, é a saída de uma condição de menoridade, na qual o indivíduo não é autônomo e é governado por outro, para uma condição de maioridade, do exercício da autonomia da razão.

“

*O Esclarecimento é a saída do homem da condição de menoridade autoimposta. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a orientação de outro. Essa menoridade é autoimposta quando a causa da mesma reside na carência não do entendimento, mas de decisão e coragem em fazer uso de seu próprio entendimento sem orientação alheia. Sapere aude! Tenha coragem em servir-se de teu **próprio** entendimento! Esse é o mote do Esclarecimento.*

KANT. Resposta à pergunta: “Que é Esclarecimento?”. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95.

Fabio Braga/Folhapress



Eleitor votando em São Paulo (SP) durante o primeiro turno das eleições de 2010, que elegeu os candidatos a presidência da República, governador, senadores e deputados federais e estaduais. O direito ao voto e o dever cívico nos são conferidos como gesto de confiança em nossa maturidade, vindo da parte do Estado.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Agora você vai ler dois trechos correspondentes a duas concepções filosóficas estudadas neste capítulo. O primeiro é do livro *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles; o segundo pertence à *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant.

Texto 1

No trecho reproduzido a seguir, Aristóteles argumenta em torno da felicidade, mostrando-a como uma atividade racional. Acompanhe a argumentação do filósofo para compreender porque, para ele, aquele que pratica a filosofia é “o mais feliz dos homens”.

A felicidade como atividade racional

A felicidade tem, por conseguinte, as mesmas fronteiras que a contemplação, e os que estão na mais plena posse desta última são os mais genuinamente felizes, não como simples concomitante mas em virtude da própria contemplação, pois que esta é preciosa em si mesma. E assim, a felicidade deve ser alguma forma de contemplação.

Mas o homem feliz, como homem que é, também necessita de prosperidade exterior, porquanto a nossa natureza não basta a si mesma e para os fins da contemplação: nosso corpo também precisa de gozar saúde, de ser alimentado e cuidado. Não se pense, todavia, que o homem para ser feliz necessite de muitas ou de grandes coisas, só porque não pode ser supremamente feliz sem bens exteriores. A autossuficiência e a ação não implicam excesso, e podemos praticar atos nobres sem sermos donos da terra e do mar. Mesmo desfrutando vantagens bastante moderadas pode-se proceder virtuosamente [...]. E é suficiente que tenhamos o necessário para isso, pois a vida do homem que age de acordo com a virtude será feliz.

[...]

E assim, as opiniões dos sábios parecem harmonizar-se com os nossos argumentos. Mas, embora essas coisas também tenham certo poder de convencer, a verdade em assuntos práticos percebe-se melhor pela observação dos fatos da vida, pois estes são o fator decisivo. Devemos, portanto, examinar o que já dissemos à luz desses fatos, e se estiver em harmonia com eles aceitá-lo-emos, mas se entrarem em conflito admitiremos que não passa de simples teoria.

Ora, quem exerce e cultiva a sua razão parece desfrutar ao mesmo tempo a melhor disposição de espírito e ser extremamente caro aos deuses. Porque, se os deuses se interessam pelos assuntos humanos como nós pensamos, tanto seria natural que se deleitassem naquilo que é melhor e mais afinidade tem com eles (isto é, a razão), como que recompensassem os que a amam e honram acima de todas as coisas, zelando por aquilo que lhes é caro e conduzindo-se com justiça e nobreza. Ora, é evidente que todos esses atributos pertencem mais que a ninguém ao filósofo. É ele, por conse-

guinte, de todos os homens o mais caro aos deuses. E será, presumivelmente, também o mais feliz. De sorte que também neste sentido o filósofo será o mais feliz dos homens.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 231-232. (Os pensadores).

Questões sobre o texto

- 1 Como Aristóteles relaciona contemplação e felicidade?
- 2 Comente a seguinte passagem: “A autossuficiência e a ação não implicam excesso, e podemos praticar atos nobres sem sermos donos da terra e do mar. Mesmo desfrutando vantagens bastante moderadas pode-se proceder virtuosamente [...]. E é suficiente que tenhamos o necessário para isso, pois a vida do homem que age de acordo com a virtude será feliz”.
- 3 Em que sentido Aristóteles afirma que o filósofo é o mais feliz dos homens? Você concorda com isso? Por quê?

Texto 2

A lei moral é aquilo que guia nossas ações, segundo Kant. No trecho a seguir ele relaciona essa lei com o imperativo categórico, o princípio do dever.

O imperativo categórico e a lei moral

À pergunta, pois: “Como é possível um imperativo categórico?” pode, sem dúvida, responder-se na medida em que se pode indicar o único pressuposto de que depende a sua possibilidade, quer dizer, a ideia da liberdade, e igualmente na medida em que se pode aperceber a necessidade desse pressuposto, o que, para o uso prático da razão, isto é, para a convicção da validade deste imperativo, e portanto também da lei moral, é suficiente; mas como seja possível esse pressuposto mesmo, isso é o que nunca se deixará jamais aperceber por nenhuma razão humana. Mas, pressupondo a liberdade da vontade de uma inteligência, a consequência necessária é a autonomia dessa vontade como condição formal, que é a única sob que ela pode ser determinada. Não é somente muito possível (como a filosofia especulativa pode mostrar) pressupor essa liberdade da vontade (sem cair em contradição com o princípio da necessidade natural na ligação com os fenômenos do mundo sensível), mas é também necessário, sem outra condição, para um ser racional que tem consciência da sua causalidade pela razão, por conseguinte de uma vontade (distinta dos desejos), admiti-la praticamente, isto é, na ideia, como condição de todas as suas ações voluntárias. Ora, como uma razão pura, sem

outros móveis, venham eles donde vierem, possa por si mesma ser prática, isto é, como o simples princípio da validade universal de todas as máximas como leis (que seria certamente a forma de uma razão pura prática), sem matéria alguma (objeto) da vontade em que de antemão pudesse tomar-se qualquer interesse possa por si mesma fornecer um móbil e produzir um interesse que pudesse chamar-se puramente moral; ou, por outras palavras: como uma razão pura possa ser prática – explicar isso, eis o de que toda razão humana é absolutamente incapaz; e todo o esforço e todo o trabalho que se empreguem para buscar a explicação disso serão perdidos.

[...]

É aqui, pois, que se encontra o limite extremo de toda a investigação moral; mas determiná-lo é de grande importância já para que, de um lado, a razão não vá andar no mundo sensível, e por modo prejudicial aos costumes, à busca do motivo supremo de determinação e de um interesse, concebível sem dúvida, mas empírico, e para que, por outro lado, não agite em vão as asas, sem sair do mesmo sítio, no espaço, para ela vazio, dos conceitos transcendentais, sob o nome de mundo inteligível, e para que não se perca entre quimeras. De resto, a ideia de um mundo inteligível puro,

como um conjunto de todas as inteligências, ao qual pertencemos nós mesmos como seres racionais (posto que, por um lado, sejamos ao mesmo tempo membros do mundo sensível), continua a ser uma ideia utilizável e lícita em vista de uma crença racional, ainda que todo o saber acabe na fronteira deste mundo para, por meio do magnífico ideal de um reino universal dos fins em si mesmos (dos seres racionais), ao qual podemos pertencer como membros logo que nos conduzamos cuidadosamente segundo máximas da liberdade como se elas fossem leis da natureza, produzir em nós um vivo interesse pela lei moral.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 97-99.

Questões sobre o texto

- 1 De que maneira Kant articula as ideias aparentemente contraditórias de imperativo categórico e liberdade?
- 2 Qual é o limite de toda investigação moral? Por quê?
- 3 Segundo o autor, o que pode produzir nos seres humanos um interesse pela lei moral?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Explique a noção aristotélica de “ética dos fins”.
- 2 De acordo com o que você estudou, em que sentido a felicidade pode ser considerada o “supremo bem”?
- 3 Explique a noção kantiana de “ética dos princípios”.
- 4 Por que, segundo Kant, o imperativo categórico é importante para a construção de uma comunidade humana?
- 5 Na filosofia de Kant, agir eticamente significa “saída da menoridade”. Explique essa ideia.
- 6 Com base nos dados da reportagem a seguir e utilizando os conceitos de ética estudados no capítulo, elabore uma dissertação sobre os princípios que regem o comportamento dos jovens no trânsito. Que tipo de ações você proporia para evitar os acidentes relatados na matéria?

Apresente sua dissertação para a classe e convide os colegas a debater o tema.

Maioria dos acidentes de trânsito no Brasil é causada por jovens

Motoristas entre 26 e 35 anos foram responsáveis por mais de 30% das ocorrências. Pesquisa avaliou mais de cem mil acidentes em todo o país.



Veículo envolvido em acidente na cidade de São Paulo (SP), em 2007.

Uma seguradora de veículos avaliou mais de cem mil acidentes e a pesquisa mostra que a maioria é causada por jovens e acontece de madrugada, justamente quando há poucos carros nas ruas, mas que facilita que os motoristas corram.

O analista financeiro Luiz Gustavo Maia da Silva sofreu um acidente quando tinha 26 anos, em 2009. “Foi tudo muito rápido, de madrugada, e um carro acabou me fechando, e eu acabei batendo em um poste”, conta. “Infelizmente juntou a bebida, o cansaço e a imprudência. Infelizmente eu aprendi da pior maneira, que foi sofrendo um acidente”, declara Gustavo.

Segundo a pesquisa, os jovens são os que mais abusam da combinação excesso de velocidade e direção perigosa.

Pesquisa: 107700 acidentes

Agosto de 2011 a julho de 2012

26 a 35 anos: 33,18%

18 a 25 anos: 21,37%

36 a 45 anos: 20,60%

46 a 55 anos: 14,96%

Liberty Seguros.

A pesquisa analisou 107700 acidentes em todo o Brasil de agosto de 2011 a julho de 2012. Os motoristas entre 26 e 35 anos foram responsáveis por mais de 30% dos acidentes.

Em segundo lugar estão os mais jovens, de 18 a 25 anos. Os condutores com mais de 35 anos causaram menos de 40% dos acidentes.

Gravidade dos acidentes

0 às 6h00: 22,32%

06h00 às 12h00: 7,42%

12h00 às 18h00: 6,68%

18h00 às 24h00 8,48%

Liberty Seguros.

É de madrugada, da meia-noite às seis da manhã, que a maioria dos acidentes com perda total acontece, bem mais do que nos outros períodos do dia.

Junte a tudo isso uma ansiedade que é comum nos mais jovens. Quem é ansioso tem pressa. No carro, basta pisar mais fundo no acelerador. Segundo a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, a morte de jovens no trânsito é uma questão de educação e também de saúde.

O presidente da Associação diz que é preciso um treinamento mais específico para quem vai tirar carteira de motorista e uma punição mais rigorosa. “A curto prazo precisamos de três coisas: educação, fiscalização e punição severa, até a retirada da carta nos reincidentes”, declara Dirceu Rodrigues Alves Jr., presidente da Abramet.

DONATO, Veruska. *Jornal Hoje*. São Paulo, 20 set. 2012.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/09/maioria-dos-acidentes-de-transito-no-brasil-e-causada-por-jovens.html>>.

Acesso em: 12 fev. 2013.

7 Leia o seguinte trecho:

O que estou pretendendo lhe dizer ao colocar um “faça o que quiser” como lema fundamental da ética em cuja direção caminhamos tateando? Pois simplesmente (embora eu tema que depois acabe não sendo tão simples) que é preciso dispensar ordens e costumes, prêmios e castigos, em suma, tudo o que queira dirigi-lo de fora, e que você deve estabelecer todo esse assunto a partir de si mesmo, do foro íntimo de sua vontade. Não pergunte a ninguém o que você deve fazer de sua vida: pergunte a si mesmo. Se você deseja saber em que pode empregar melhor a sua liberdade, não a perca colocando-se já de início a serviço de outro ou de outros, por mais que sejam bons, sábios e respeitáveis: sobre o uso da sua liberdade, interrogue... a própria liberdade.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 67.

Com base na leitura do capítulo, como você interpreta o texto acima? Ele está relacionado a uma ética orientada para a felicidade ou a uma ética orientada para o dever? Justifique sua resposta, buscando argumentos no texto do capítulo estudado.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

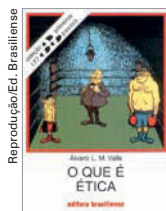
Quando escrevemos uma dissertação, há uma série de “armadilhas” que precisamos evitar, de modo a não comprometer a qualidade filosófica do texto. O perigo mais comum é, certamente, desviar-se do tema. Uma dissertação não focada no tema proposto não é uma boa dissertação.

Mas há outros riscos a serem evitados: a falta de rigor e coerência do texto, uma análise parcial do tema ou mesmo uma análise superficial. Para evitar o primeiro problema, convém elaborar muito bem, antes de começar a escrever a dissertação, uma ideia diretriz que será a “espinha dorsal” do texto. Apresente essa ideia na introdução, reafirme-a no desenvolvimento do texto e a retome na conclusão. Isso garantirá mais coerência à dissertação. Para evitar uma análise parcial, tome o cuidado de examinar diferentes pontos de vista sobre o tema, sem prender-se a um único. Uma análise superficial pode ser evitada por meio de um trabalho centrado nos conceitos filosóficos, sem perder-se em falsos exemplos e ilustrações.

Por fim, cuidado com a linguagem: evite o uso de gírias e expressões corriqueiras e utilize apenas os conceitos que você seja capaz de explicar. A elaboração de um vocabulário conceitual próprio é muito útil na realização de trabalhos como esse.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Um filósofo espanhol escreve para o filho adolescente, explicando-lhe aquilo que ensina na universidade. Em linguagem clara e fluente, a obra apresenta os principais temas da ética.

TUGENDHAT, Ernst; VICUÑA, Ana María; LÓPEZ, Celso. *O livro de Manuel e Camila: diálogos sobre moral*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

Escrito por um filósofo alemão especialista em ética e por dois professores chilenos, o livro procura trabalhar de forma romanceada e em linguagem acessível aos adolescentes alguns dos principais problemas éticos.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Uma exposição em torno de alguns dos principais temas da ética. Inclui uma série de indicações de leitura para aprofundamento do tema.

Filmes



Ética. Produção TV Cultura/O2 Filmes. 2 DVDs. (195 min).

Série de programas produzidos com intelectuais brasileiros sobre temas centrais da ética. Os temas dos programas são: “A arte de viver”, “A culpa dos reis”, “O drama burguês”, e “Ética das aparências”.

O corte. Direção de Costa-Gavras. Bélgica/Espanha/França, 2005. (122 min).

Um executivo desempregado há dois anos está à beira do desespero e elabora um plano mirabolante para excluir seus concorrentes e ter mais chances de obter um novo emprego. Suscita a pergunta: até onde somos capazes de chegar para atingir um objetivo?

300. Direção de Zack Snyder. Estados Unidos, 2007. (117 min).

O filme é baseado num clássico das histórias em quadrinhos que conta um episódio da história grega: a Batalha das Termópilas, na qual 300 soldados espartanos, comandados pelo rei Leônidas, resistiram contra a invasão dos persas até serem massacrados. Trata-se de uma metáfora da ação pelo dever, ainda que sua consequência seja a morte.

Zorba, o Grego. Direção de Michael Cacoyannis. Estados Unidos, 1964. (142 min).

Uma instigante reflexão sobre a vida e os valores que nos guiam.

3 A vida como construção: uma obra de arte

Colocando o problema

Como você estudou no capítulo anterior, segundo Aristóteles, a ética está orientada para os fins, sendo a felicidade considerada o “supremo bem” para o qual nossa vida deve se voltar. Já para Kant, a ética é o âmbito do dever e uma ciência dos princípios, os quais nós decidimos nos impor em sinal de liberdade e maturidade da razão.

Como em quase tudo na filosofia, não há uma visão única de ética. Em relação a essa diversidade de pensamentos, há também muitos equívocos.

De acordo com o filósofo contemporâneo **Peter Singer**, na introdução de seu livro *Ética prática*, podemos dizer com razoável certeza o que a ética **não é**. Ele cita quatro visões contemporâneas que precisam ser combatidas:

1. A ética não pode ser vista como uma série de regras e proibições relativas ao sexo; a ética não é uma moral sexual.
2. A ética não pode ser considerada um sistema teórico sem aplicação prática (é o que gostam de afirmar algumas pessoas ligadas ao exercício da política: os princípios éticos são bonitos, mas inaplicáveis no cotidiano); ao contrário, a ética só faz sentido como orientação da prática de cada um.
3. É equivocada a ideia de que a ética só faz sentido no contexto religioso; ela é uma prática reflexiva sobre os problemas da vida cotidiana.
4. Por fim, alguns afirmam, erroneamente, que a ética é relativa, pois os valores são de **cada sujeito**; embora esteja centrada na ação de cada sujeito, a ética só faz sentido porque vivemos no coletivo, com as ações de uns interferindo nas ações de outros. Logo, ela não pode ser subjetiva ou relativa.

Singer nos ajuda a compreender a ética como um saber estreitamente relacionado às nossas ações do cotidiano, as quais, muitas vezes, implicam decisões polêmicas, ligadas a temas socialmente controversos. Por isso, o sentido de uma ética prática hoje é justamente o de incentivar e dar coragem à discussão profunda e ampla dos grandes temas sociais.

Peter Singer (1946-)



Robin Plazer/finMagic/Getty Images

Peter Singer, em foto de 2006.

Filósofo australiano, atualmente professor na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Dedicou-se ao estudo de questões relativas à ética prática, tais como o aborto, a eutanásia e a exploração animal, abordando-os sob uma perspectiva estritamente filosófica. Entre seus vários livros, destacam-se: *Libertação animal* (1975); *Ética prática* (1979); e uma coletânea de ensaios com o título *Vida ética* (2000).

Como enfrentar a vida sem temor? Podemos nos fazer essa pergunta.

No filme *A vida é bela*, o ator e diretor italiano Roberto Benigni mostra uma possibilidade criativa. Durante a Segunda Guerra Mundial, um italiano judeu é enviado a um campo de concentração com seu filho pequeno. Para evitar que o garoto perceba o horror do nazismo, diz ao filho que estão participando de um jogo. Numa situação de total desesperança, entremeia-se assim uma dimensão de coragem, solidariedade e encantamento.

O filme nos coloca diante de uma questão que a filosofia tenta resolver desde a Antiguidade: como construímos nossas vidas? O que fazemos de nós mesmos?



Cena do filme A vida é bela, de 1997, em que Guido (Roberto Benigni) e Joshua (Giorgio Cantarini) conversam, enquanto estão detidos em um campo de concentração nazista.

A filosofia na história

UMA VIDA FILOSÓFICA, UMA FILOSOFIA DE VIDA

Pelo menos desde Sócrates, como você já estudou, os filósofos gregos refletem sobre a vida humana. Algumas escolas filosóficas antigas fizeram desse tema sua preocupação central e desenvolveram a ética como uma forma de “arte de viver”, uma reflexão constante sobre a vida e um trabalho permanente de cada um sobre sua própria vida. Durante muito tempo, elas foram vistas como “filosofias menores”, uma vez que não criaram teorias muito elaboradas; porém, é inegável sua contribuição para o campo da ética, ainda que estivessem mais preocupadas em organizar a vida prática cotidiana por meio de exercícios do que em propor explicações sobre o sentido da vida.

Algumas dessas escolas já existiam no tempo de Sócrates e de Platão, mas se difundiram mais durante o *período helenístico*.

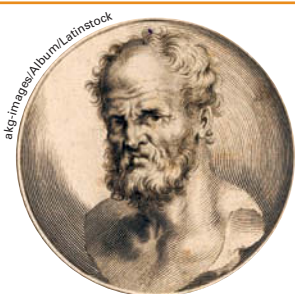
PERÍODO HELENÍSTICO

Os historiadores da filosofia convencionalmente chamam de **período helenístico** (ou helenismo) o período compreendido entre a tomada da Grécia por Alexandre Magno (século IV a.C.) e a expansão da cultura grega pelos territórios conquistados por seu império, estendendo-se até a época da anexação da Grécia ao Império Romano, no século II d.C. Foi um período de grande difusão da cultura grega pelo mundo antigo.



Alexandre sobre seu cavalo, representado em um mosaico da casa do Fauno, construída no século II a.C., em Pompeia, na Itália.

Diógenes de Sinope (412/403 a.C.-324/321 a.C.)



Diógenes de Sinope em gravura de Joachim von Sandrart, feita entre 1675 e 1679.

Sua biografia mistura fatos históricos e lendas, sendo praticamente impossível distinguir uns dos outros. Sabe-se, porém, que Diógenes foi expulso de sua cidade natal com seu pai, um banqueiro acusado de falsificar moeda. Passou a viver em Atenas, onde praticava uma vida de pobreza por defender que não devemos nos prender a bens materiais. Suas únicas posses seriam um manto e um bastão, além do barril que lhe servia de abrigo. Há referências sobre suas obras escritas, mas as informações são polêmicas. Sua vida deu origem a uma série de anedotas que atravessaram os tempos.

IRONIA

Recurso literário por meio do qual se transmite uma imagem geralmente contrária àquilo que se diz, resultando em algo engraçado.

Para Sócrates, a ironia tinha um sentido um pouco diferente. Ele fazia dela seu método de diálogo com as pessoas. Sócrates dizia não conhecer certo assunto e perguntava a seu interlocutor sobre ele. Em seguida, Sócrates desmontava todo o discurso do interlocutor, mostrando que este estava enganado.

A importância que deram à vida cotidiana levou o filósofo Gilles Deleuze a afirmar que essas escolas desenvolveram uma espécie de “arte das superfícies”. Segundo ele, a Antiguidade produziu três imagens de filósofos:

- o filósofo como “ser das profundidades”, imagem representada pelos filósofos naturalistas (os pré-socráticos), que buscavam nas profundezas da natureza os seus fundamentos e princípios (as “raízes” de todas as coisas);
- o filósofo como “ser das alturas”, a exemplo de Platão, que procurava a saída da caverna e a busca da contemplação das ideias;
- o filósofo como “ser das superfícies”, imagem expressa pelos cínicos e pelos estoicos, que não buscavam nem a raiz das coisas nem a abstração das ideias, mas pensavam sobre a vida cotidiana, procurando um modo de viver melhor.

Diógenes e os cínicos: os filósofos como cães

No caso específico dos cínicos, a “arte das superfícies” estava expressa no humor. Esses filósofos não escreveram tratados, mas faziam da filosofia uma prática cotidiana, assim como Sócrates, que filosofava dialogando com as pessoas na praça pública.

Enquanto Sócrates usava a *ironia*, os cínicos usavam o humor: seu pensamento e sua filosofia eram expressos na forma de anedotas e piadas.

O cinismo foi fundado por um discípulo de Sócrates, Antístenes (c. 445 a.C.-c. 365 a.C.), que centrou sua filosofia na ética, defendendo uma vida pautada pela virtude. Antístenes ensinava no Cinosarges, em Atenas, uma escola para atenienses filhos de mães estrangeiras. Acredita-se que o nome da escola poderia ter dado origem ao termo **cinismo**.

Foi com **Diógenes de Sinope**, contudo, que essa filosofia ganhou mais expressão e popularidade. Tanto Antístenes quanto Diógenes foram apelidados de Cão (*kunós*, em grego), apelido que tinha um sentido pejorativo, pois o cachorro era considerado um animal sem-vergonha. Também se atribui o termo **cinismo** a essa origem, significando “a filosofia do cão”.

Diógenes levou às últimas consequências a noção de vida como prática filosófica. O pensamento deveria ser não apenas uma teoria, mas uma ação do dia a dia. Se os filósofos afirmavam que o sentido da vida não estava na posse de bens materiais, então o melhor seria viver na mais absoluta pobreza.

Uma das anedotas criadas sobre ele conta que, estando um dia numa fonte bebendo água com sua cuia, viu uma criança que bebia diretamente com as mãos; deu então sua cuia para o primeiro que passou, pois descobriu que lhe era um bem desnecessário. Outra anedota relata seu encontro com Alexandre Magno. Diógenes estava recostado, e o

grande conquistador colocou-se diante dele, fazendo-lhe sombra, e disse: “O que posso fazer por você?”, ao que o cínico teria respondido: “Não tire de mim o que não pode me dar! Deixe-me ao sol”.

“

Diógenes ouvia um dia na ágora [praça pública] um astrólogo que, mostrando tabuletas nas quais estavam desenhadas estrelas, explicava que se tratava dos astros errantes [planetas]. “Não diga asneiras, meu amigo – disse-lhe Diógenes –, não são os astros que erram, mas estes aqui”, e indicou com o dedo aqueles que assistiam.

Citado por PAQUET, Léonce. *Les cyniques grecs: fragments et témoignages*. Paris: Le Livre de Poche, 1992. p. 112.

A filosofia cínica

A filosofia cínica apresenta-se como uma intervenção direta contra os costumes instituídos. Com seu modo de vida simples, os cínicos exercitavam aquilo que muitos filósofos expunham na teoria. E sua ação era como “jogar na cara” dos habitantes da cidade as hipocrisias de suas vidas. Faziam isso de modo humorístico, como na anedota que envolve Platão e um galo.

Conta-se que Diógenes teria ouvido Platão dizer em sua escola que o ser humano é “como um galo sem penas”; no dia seguinte, estando Platão reunido com seus discípulos, Diógenes jogou-lhe um galo deitado, dizendo: “Aí está seu ser humano!”.

A filosofia de Diógenes era, portanto, voltada para os atos. Ao contrário de uma postura filosófica que busca na contemplação das ideias o alcance de uma vida feliz, como acreditava Platão, a filosofia cínica visava uma vida melhor na ação.

O efeito do humor é desestabilizador, porque nos provoca o pensamento. Enquanto vivemos “no automático”, distraídos, convictos a respeito de nossas opiniões, sem pensar de fato nas coisas que acontecem no dia a dia, se somos acometidos por esse efeito embutido em um ato ou uma fala, de repente somos tirados do lugar-comum. Essas ações nos alegram ou nos agridem, mas de qualquer forma nos fazem pensar. Eis o modo de ação da filosofia cínica.

Mas, claro, ao confrontarem o jeito de ser das pessoas, esses filósofos foram mal-vistos, foram considerados um incômodo e apelidados de Cães. Por isso, o cinismo ganhou uma conotação pejorativa e ficou na história como uma filosofia marginal.

Seriam os quadrinhos uma forma de cinismo contemporâneo?

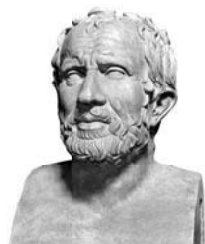


“

Vendo uma velha mulher prestes a fazer um tratamento de beleza, Diógenes lhe disse: “Você se engana se faz isso para vivos; e, se o faz para os mortos, faça rápido!”.

Citado por PAQUET, Léonce. *Les cyniques grecs: fragments et témoignages*. Paris: Le Livre de Poche, 1992. p. 114.

Zenão de Cício (c. 334 a.C.-c. 262 a.C.)



Arquivo Fratelli Alinari/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museo Archeologico Nazionale, Nápoles, Itália

Zenão de Cício, em busto esculpido em pedra.

Filósofo grego nascido na ilha de Chipre, transferiu-se para Atenas e interessou-se pelas ideias de Sócrates. Estudou os filósofos da natureza, sendo bastante influenciado por Heráclito. Estudou na Academia de Platão e teria conhecido filósofos cínicos. Fundou sua escola no Pórtico Pintado (*Stoa Poikilé*). Consta que escreveu diversas obras sobre ética, lógica e física, entre outros assuntos, além de uma obra sobre política, na qual contrapõe à *República* de Platão o modelo de uma comunidade estoica. Dessas obras, porém, restaram apenas alguns fragmentos, citados em textos de autores posteriores.

Marco Aurélio Antonino César Augusto (121-180)



Sylvain Sommet/Hermitas-fr/Corbis/Latinas/Corbis/Latinas/Corbis

Marco Aurélio Antonino César Augusto, em escultura da praça do Capitólio, em Roma (Itália).

Adotado pelo imperador, foi indicado para ser seu sucessor. Assumiu o trono em 161 e governou Roma até a morte. Dedicou-se à filosofia como forma de ser um bom governante e evitar a tirania. Escreveu uma obra, as *Meditações* (século II), na qual registrou suas reflexões.

É inegável, porém, a contribuição desse pensamento para a ética. Ao levar às últimas consequências a ideia de uma vida orientada pela virtude, os cínicos produziram uma “ética encarnada”. Suas próprias vidas eram um tratado de ética. Eles não diziam a ninguém como viver; viviam da forma que achavam melhor, esperando que isso servisse como exemplo ou como um modo de fazer as pessoas pensarem em suas próprias vidas.

O ESTOICISMO E A BUSCA DA ATARAXIA

O *estoicismo* foi uma escola filosófica fundada por **Zenão de Cício** em Atenas. Influenciado pelo cinismo, mas sem compartilhar totalmente de sua crítica radical ao modo de vida predominante, Zenão optou por ensinar em um local público – por não ser cidadão ateniense, ele não tinha o direito de comprar terras ou edifícios. Lecionava em um pórtico da cidade de Atenas, do qual se avistava a ágora. Daí deriva o nome **estoicismo**: em grego, pórtico é *stoá*, de modo que os estoicos são “aqueles que se reúnem no pórtico”.

O estoicismo persistiu por mais de quatro séculos: do século III a.C., quando foi criado, até o século II d.C. Ao longo desse tempo, recebeu múltiplas versões. Mas, de modo geral, essa filosofia era organizada em torno de uma física (o estudo da natureza), de uma lógica (o estudo da razão e do discurso) e de uma ética (aquilo que diz respeito à vida humana).

FASES DO ESTOICISMO

Ao longo de mais de quatro séculos, destacaram-se vários filósofos estoicos. Os historiadores da filosofia costumam agrupá-los em três períodos:

Estoicismo antigo: séculos IV a.C. e III a.C., desde sua criação por Zenão. Outros filósofos de destaque no período foram Cleanto de Assos (c. 331 a.C.-c. 230 a.C.) e Crisipo de Soles (c. 280 a.C.-c. 210 a.C.).

Estoicismo médio: século II a.C., período marcado pelo encontro com a cultura romana, que introduziu algumas modificações importantes no pensamento estoico. Os principais pensadores do período foram Panécio de Rodes (c. 185 a.C.-c. 110 a.C.) e Posidônio de Apameia (c. 140 a.C.-51 a.C.).

Estoicismo eclético ou imperial: séculos I d.C. e II d.C., quando o estoicismo foi uma espécie de “filosofia oficial” do Império Romano. Três pensadores se destacaram: **Sêneca**, **Marco Aurélio** e **Epiteto**.

Na física estoica, é fundamental o conceito de **acontecimento**. Para os estoicos, quando dois corpos físicos se encontram produz-se um acontecimento, que não é algo corpóreo. Por exemplo: quando comemos uma maçã, produz-se o acontecimento **comer**, que é o encontro de nosso corpo com o corpo da maçã. Comer é um ato, não um corpo. Outro exemplo: quando um carro bate em um poste, o acontecimento é o ato de bater, resultado do encontro do corpo físico que é o carro com o corpo físico que é o poste.

Essa noção de acontecimento é fundamental para a ética dos estoicos, pois seu princípio básico afirma que não devemos nos preocupar

com aquilo que não está sob nosso controle. O acontecimento, aquilo que nos acontece, é justamente o que não podemos controlar. Nosso corpo se encontra com outros corpos e esses encontros produzem acontecimentos. Não escolhemos aquilo que nos ocorre.

Segundo os estoicos, o objetivo da vida é alcançar **ataraxia**, um termo grego que denomina um estado de não perturbação da alma, ou a “paz de espírito”, situação na qual reside o verdadeiro prazer e a suprema felicidade. Para se chegar a esse estado de imperturbabilidade e tranquilidade, é preciso exercitar o corpo e a mente, praticando os princípios e *exercícios espirituais* que constituem a ética estoica. Desse modo, afirmam os adeptos do estoicismo, a pessoa estará preparada para a vida e para os acontecimentos que fogem de seu controle.

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

Segundo Pierre Hadot (1922-2010), filósofo e historiador da filosofia, o pensamento antigo foi marcado pela prática de exercícios espirituais. Embora tenham sido mais evidentes nas filosofias que se dedicaram intensamente à prática de vida, como o cinismo, o epicurismo e o estoicismo, os exercícios também eram encontrados em outras escolas filosóficas. A escrita e a meditação são dois exemplos de exercício espiritual.

Os **exercícios de escrita** incluem escrever sobre si mesmo, como forma de se conhecer melhor; escrever um diário, narrando os acontecimentos de cada dia, para analisar os fatos e suas decisões; escrever cartas para parentes e amigos, narrando sua vida e falando de si mesmo.

As **meditações** sobre temas da vida são um modo de preparar-se para o que acontece. Meditar sobre a morte, por exemplo, pode ser uma forma de não temê-la. Um exercício recomendado pelos estoicos era pela manhã, ao acordar, pensar em tudo de ruim que poderia acontecer naquele dia. Caso uma dessas coisas acontecesse, a pessoa não seria pega de surpresa; caso nada daquilo acontecesse, poderia, na meditação de balanço ao final do dia, concluir que tinha sido uma boa jornada.

Epiteto ensinava que há coisas que dependem de nós, das quais somos agentes (o impulso, o desejo, as opiniões), e coisas que não dependem de nós, das quais não somos agentes (o corpo, a reputação, a riqueza). Coloca-se aí a oposição entre liberdade e servidão; não podemos dizer que não somos livres por não controlar as coisas que não dependem de nós. Ao contrário, a liberdade consiste em poder controlar aquilo que de nós depende: o pensamento e a vontade. Se ficamos presos às coisas materiais (riqueza, altos cargos, honrarias), que não dependem de nós, não somos livres.

A liberdade é a condição para ter a alma tranquila e ser feliz, pois quando ficamos presos aos bens materiais o desejo de ter sempre mais nos perturba e impede a felicidade.

“

Não exijas [que] aconteça como tu desejas [que] aconteça. Antes queiras [que] aconteçam as coisas como acontecem – e quão feliz, então, não serás tu!

EPITETO. *Manual*. Lisboa: Vega, 1992. p. 29.

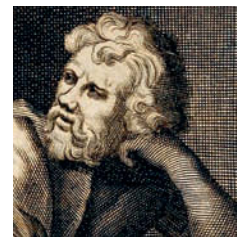
Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.)



Lúcio Aneu Sêneca, em busto esculpido em bronze no século I d. C.

Nasceu na província romana de Córdoba, na Espanha, e recebeu uma educação aristocrática. Foi membro do Senado e mais tarde conselheiro do imperador Nero. No ano 65, acusado de participar de um complô para matar Nero, foi condenado pelo imperador a suicidar-se. De sua vasta obra destacam-se: *Sobre a ira*, *Sobre a brevidade da vida* e *Sobre a tranquilidade da alma*.

Epiteto (55-135)



Epiteto, em gravura de Edward Ivison's *Latin*, de 1751.

Nasceu em Hierápolis, na Ásia Menor. Comprado como escravo por Epafrodito, secretário de Nero, foi levado a Roma. Não se conhece seu nome verdadeiro; a palavra **epiteto** vem do grego *epiktetos*, que significa “comprado”, “adquirido”. Aprendeu os princípios do estoicismo com Musônio Rufo, de quem foi aluno. Mais tarde tornou-se liberto e abriu sua própria escola, mas precisou deixar Roma no ano 89, quando o imperador baniou os filósofos da cidade. Fixou-se na cidade de Nicópolis, onde ensinou filosofia até sua morte. Escreveu oito livros de *Conversações*, dos quais nos chegaram apenas quatro, além de um *Manual*, compilação de textos que resumem sua filosofia, ambos publicados no início do século II.

A ética estoica consistia, portanto, em aprender a querer o acontecimento, a desejar para si aquilo que não está sob nosso controle, de forma a poder usar aquilo em proveito próprio. Se fico me lamentando por aquilo que me acontece e que não controlo, não posso ser feliz. Mas, ao contrário, se acolho o que acontece e vivo de acordo com isso, no fluxo dos acontecimentos, então estou no controle da vida e tenho a alma tranquila e feliz.

“

Deves conformar-te com o que te acontece, por duas razões: primeira, porque foi feito para ti, prescrito para ti e se relacionava contigo desde o alto, na urdidura das causas mais veneráveis; segunda, porque o que acontece a cada um em particular assegura a quem rege o conjunto o bom andamento, a perfeição e, por Zeus!, a própria coexistência.

MARCO AURÉLIO. *Meditações*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 279. (Os pensadores.)

Talvez seja mais fácil entender esse princípio ético com um exemplo. Um surfista, quando vai ao mar pegar ondas, não controla as ondas. Se não houver onda, não haverá surfe. E não basta o surfista querer que as ondas venham; elas não dependem de sua vontade. Ele fica lá, sobre a prancha, esperando. Quando ele sente que vem uma boa onda, ele pode se colocar em pé e surfar, fazer com que aquela onda seja a “sua onda” e com ela produzir seus movimentos. Ele transforma algo que está fora de seu controle (o acontecimento, a onda) em sua onda, em seu acontecimento, fazendo aquilo que lhe é possível, controlando o que está ao seu alcance. É isso que nos ensina a ética estoica: ficar à espreita e transformar aquilo que nos acontece em nossa vida, em nossa produção.

Mas, assim como ninguém é capaz de surfar uma onda sem muita prática e aprendizado, também ninguém é capaz de viver sem orientação e treinamento.



Surfista profissional em praia do Havá, em 2011. Imagine quanto tempo de treino e prática é necessário para se surfar uma grande onda com certa segurança.

Muito da ética estoica foi assimilado pela filosofia e pela religião cristã. A moral do cristianismo baseada na resignação é em larga medida uma reinterpretação do estoicismo. Porém, é importante destacar que no estoicismo não há resignação. Quando a ética estoica recomenda conformar-se ao acontecimento, não é porque nada nos é possível fazer. Ao contrário, é essa conformação ao acontecimento que nos permite ser atores e sujeitos de nossas próprias vidas.

“

Não te perturbes se um corvo lançar um grito de mau augúrio. Pondera, distingue entre as tuas ideias, e diz para ti mesmo: “Este grito nada pressagia para mim. Sim para meu pobre corpo, para os meus pequenos haveres, para a minha vã glória, para os meus filhos, para minha mulher. Quanto a mim, todo o augúrio é bom, se tal for o meu desejo. Porque, aconteça o que acontecer, só de mim depende que do acontecimento eu devidamente me aproveite”.

EPITETO. *Manual*. Lisboa: Vega, 1992. p. 49.

Uma filosofia do prazer

Na passagem do século IV a.C. para o século III a.C. surgiu na Grécia uma escola filosófica que conquistou grande número de adeptos: o hedonismo de **Epicuro**, ou epicurismo.

Em termos de ética, os epicuristas defendiam que o supremo bem a ser buscado na vida é o prazer (em grego, *hedon*).

A escola de Epicuro foi fundada na mesma época em que Zenão de Cício criou a escola estoica. Aos interessados, ambas se apresentaram como iniciativas praticamente opostas. Embora elas tivessem por objetivo a imperturbabilidade da alma (a ataraxia), recomendavam diferentes meios para alcançá-la. O estoicismo defendia o exercício da virtude e a recusa do prazer, enquanto o epicurismo afirmava que só o prazer pode levar à paz de espírito, razão pela qual é o bem supremo a ser almejado.

É importante observar, contudo, que ao falar em prazer Epicuro não se refere ao **prazer sensorial**, mas ao **prazer racional**. Trata-se do prazer do sábio, o exercício da quietude da mente e da paz de espírito, o controle sobre as emoções e o domínio de si mesmo. Esse é o verdadeiro prazer, fonte da saúde e da felicidade. Entre os prazeres intelectuais, Epicuro incluía a amizade, de modo que sua escola, O Jardim, era uma verdadeira comunidade, na qual os discípulos compartilhavam a vida com o mestre, vivendo em harmonia longe das agitações da cidade.

“

Chamamos ao prazer princípio e fim da vida feliz. Com efeito, sabemos que é o primeiro bem, o bem inato, e que dele derivamos toda a escolha ou recusa e chegamos a ele valorizando todo bem com critério do efeito que nos produz.

EPICURO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 17. (Os pensadores.)

Epicuro de Samos (341 a.C.-271 a.C.)



G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/ The Bridgeman Art Library/KeyStone/ Museu Capitolino, Roma, Itália

Epicuro de Samos, em busto esculpido em mármore.

Embora nascido na ilha de Samos, na Ásia Menor, Epicuro era filho de uma família ateniense emigrada e, portanto, cidadão de Atenas. Passou a juventude em Atenas, estudando na Academia e no Liceu. Retornou à terra natal, onde fundou sua primeira escola filosófica. Aos 35 anos de idade fixou-se em Atenas, tendo adquirido uma casa onde montou sua escola, que ficaria conhecida como O Jardim.

Há informações de que escreveu em torno de trezentas obras, das quais restaram apenas três cartas e alguns fragmentos de textos.

Epicuro foi adepto do **atomismo** de Leucipo e Demócrito e o desenvolveu ainda mais. Ele afirmava que tanto nosso corpo quanto nossa alma são compostos de átomos. Os átomos do corpo são mais pesados que os da alma. Mas tanto corpo quanto alma são materiais, formados por átomos indestrutíveis. A morte nada mais é que a desagregação dos átomos que nos compõem, os do corpo e os da alma, de modo que também a alma é mortal. Mas, como os átomos são indestrutíveis, eles tornarão a se juntar a outros, compondo novos corpos. Dessa noção física, ele enuncia um princípio ético: não há que temer a morte, pois com a morte nada sentimos e depois dela não mais existimos. Trata-se, então, de viver plenamente a vida.

“

Habitua-te a pensar que a morte nada é para nós, visto que todo o mal e todo o bem se encontram na sensibilidade: e a morte é privação da sensibilidade.

EPICURO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 13. (Os pensadores.)



Alan Pimm/Smith/Arquivo do fotógrafo

Acima, o muro de Oenoanda, cujas inscrições, datadas do século II, representam os quatro princípios, conhecidos como *tetraphármakon*, ou o *quádruplo remédio* (foto de 2008). Ao lado, grafite em muro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis (SC), em 2010. Desde a Antiguidade transmitimos aos outros nossas mensagens. Podemos fazer alguma relação entre a mensagem epicurista acima e a mensagem contemporânea ao lado?



Eduardo Zappia/Pulsar Imagens

A filosofia de Epicuro encontrou muitos seguidores em sua época. Suas ideias chegaram ao mundo contemporâneo pela intervenção de dois discípulos. No século II d.C., mais ou menos quinhentos anos depois da morte de Epicuro, um certo Diógenes, da cidade de Enoanda, na Capadócia (atual Turquia), mandou gravar nos muros de um dos pórticos da cidade o “remédio da humanidade” segundo o filósofo. Esse muro foi encontrado em escavações arqueológicas do final do século XIX e nele podem ser lidos os quatro princípios, conhecidos como *tetraphármakon*, isto é, o “quádruplo remédio”:

- Não há o que temer quanto aos deuses.
- Não há nada a temer quanto à morte.
- Pode-se alcançar a felicidade.
- Pode-se suportar a dor.

Além dessa interessante maneira de popularizar a filosofia de Epicuro, encontramos no poema “*De rerum natura*” (“Sobre a natureza das coisas”), escrito no século I da era cristã por Tito Lucrécio Caro, uma sistemática exposição da filosofia epicurista. Esse poema foi muito conhecido no mundo romano e, redescoberto durante o Renascimento, influenciou enormemente filósofos como Michel de Montaigne e todo o pensamento moderno.

Em suma, o epicurismo constituiu uma ética *hedonista*, colocando o “verdadeiro prazer”, o prazer do repouso do espírito, como o bem a ser almejado. Não se trata de uma busca desenfreada por bens materiais, mas do exercício paciente do pensamento, como forma de produzir a tranquilidade da alma. A felicidade consiste, para Epicuro, em não sofrer no corpo, evitando as dores que podem ser evitadas, e não ter a alma perturbada.

“

Epicuro. Sim, orgulho-me de sentir o caráter de Epicuro diferentemente de qualquer outro, talvez, e de fruir a felicidade vespertal da Antiguidade em tudo o que dele ouço e leio: vejo o seu olhar que se estende por um mar imenso e esbranquiçado, para além das falésias sobre as quais repousa o sol, enquanto pequenos e grandes animais brincam à sua luz, seguros e tranquilos como essa luz e aquele mesmo olhar. Apenas um ser continuamente sofredor pôde inventar uma tal felicidade, a felicidade de um olhar ante o qual o mar da existência sossegou, e que agora não se farta de lhe contemplar a superfície, essa delicada, matizada, fremente pele de mar: nunca houve uma tal modéstia de volúpia.

NIETZSCHE. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 87.

Foucault e uma estética da existência

No século XX, o filósofo francês Michel Foucault tenta uma retomada da ética como construção da vida de cada um. Em meados da década de 1970 deu início a pesquisas para a produção de uma “história



UM HEDONISMO CONTEMPORÂNEO

O filósofo francês Michel Onfray (nascido em 1959) defende atualmente o que ele denomina “materialismo hedonista”, centrado no resgate do corpo, esquecido e espezinhado pela filosofia durante a Idade Média e a Idade Moderna. Inspirado em Nietzsche e em Epicuro, procura formular o que ele chama de uma “moral jovial e trágica”, na qual o prazer desempenha um papel central. Autor de dezenas de livros, seu hedonismo está expresso principalmente nas seguintes obras: *A escultura de si* (1993), *A arte de ter prazer* (1997) e *A potência de existir: manifesto hedonista* (2006).



Marc Ganter/Gamma-Rapho/Getty Images

Michel Onfray, em foto de 2004.

da sexualidade”, procurando compreender esse fenômeno no Ocidente. Deparou com as questões morais relativas à vivência da sexualidade e dedicou-se a estudar textos e documentos antigos para pesquisar como os gregos e os romanos tratavam a questão.

Nessas pesquisas, Foucault encontrou dois conceitos importantes: o de “cuidado de si” e o de falar a verdade, falar francamente (*parresia*, em grego), que ele veria como conceitos-chave para a ética antiga. A filosofia como forma de vida, como você viu ao estudar o estoicismo, o epicurismo e, principalmente, o cinismo, nada mais era que uma forma de cuidar de si. Esses conceitos, entre outros, foram exaustivamente estudados por Foucault nos textos antigos e trabalhados nos cursos que ministrou no Collège de France, especialmente entre 1982 e 1984, ano de sua morte. Ele não chegou a escrever um livro sobre ética, mas em seus escritos finais deixou pistas interessantes.

“

Em uma entrevista dada em 1982 nos Estados Unidos, Foucault afirmou:

“Os problemas que estudei são os três problemas tradicionais. 1) Que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? 2) Que relações mantemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo?”

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5. p. 300.

Hoje, o “cuidado de si” é tomado muito mais no sentido da aparência, como se pode ver, por exemplo, neste anúncio publicado no site de uma clínica de estética de Lisboa (Portugal), em 2013.

careclinic
Clínica de Saúde e Imagem

NEWSLETTER | FAQ's | MAPA DO SITE

OFERTA 1ª CONSULTA DE CABELO ▶

CARECLINIC
CABELO
ESTÉTICA
PSICOLOGIA
CONTACTOS

respire **fundo.**

a sua nova clínica dotada das mais avançadas tecnologias e pessoal qualificado para o fazer sentir-se bem.

vamos cuidar de **si.**

Siga-nos no Facebook | © CareClinic | Política de Privacidade | Ficha Técnica

Reprodução: <www.careclinicgroup.com>

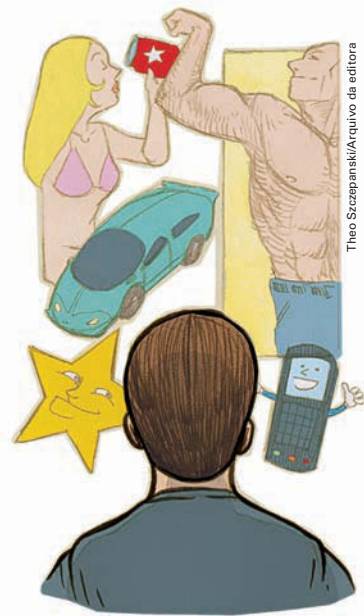
O estudo das relações entre verdade, poder e si mesmo corresponde justamente à abordagem do campo da ética realizada por Foucault.

Foucault chamou a atenção para a dificuldade de construir uma “ética do eu” em nossos dias, marcados pelo consumismo exacerbado, pelo culto ao corpo nas academias e pela exaltação das imagens como propaganda, que poderiam levar a um hedonismo muito diferente daquele de Epicuro, preocupado apenas com os prazeres materiais e imediatos. Mas, ao mesmo tempo, afirmou que essa seria uma tarefa urgente, pois a única possibilidade de construir uma autonomia nos dias de hoje, resistindo aos poderes políticos, estaria numa relação consigo mesmo.

A ética necessária na contemporaneidade, segundo Foucault, é aquela que tem como tarefa a constituição de si mesmo, a relação de cada um consigo mesmo, constituindo-se em sujeito de sua própria vida. Em outras palavras: não viver submetido às regras morais que são impostas de fora, mas assumir-se sujeito de suas próprias escolhas, criar e construir sua vida. Construir a si mesmo como autor de suas próprias ações, da mesma forma que um artista é sujeito da criação de sua obra.

Partindo de uma provocação lançada por Nietzsche, “seja o mestre e o escultor de si mesmo”, Foucault nos propõe pensar uma ética que seja uma “estética da existência”. Segundo o filósofo francês, é conhecendo a si mesmo e cuidando de si mesmo que cada um pode construir sua vida na relação com os outros. Uma ética do cuidado de si não implica, portanto, isolamento ou egoísmo. Ao contrário, é apenas quando cada um cuida de si que pode também preocupar-se com o outro, estar em relação com ele, aprender com ele e também lhe ensinar, implicando o crescimento de ambos. O exercício do cuidado de si é uma forma de exercer autocontrole; e é esse poder sobre si que permite a alguém regular o poder que exerce sobre os outros.

Para Foucault, é essa ética do cuidado de si como estética da existência que possibilita construir práticas de liberdade. O sujeito, para ele, não é algo dado, mas algo construído. Cada ser humano é uma construção que se faz ao longo da vida. Por isso, não tem sentido afirmar que a liberdade é uma característica desse sujeito. Nós não somos simplesmente livres ou não livres. Vivemos em meio a outros seres humanos e, como você verá na próxima unidade, as relações entre os sujeitos são relações de poder. Não somos livres como um estado permanente, mas em nossas relações com os outros podemos construir práticas de liberdade, formas de relação nas quais possamos ser nós mesmos, enquanto cada um dos outros é também ele mesmo. Esse é o objetivo de uma ética contemporânea, segundo Foucault.



Mike Prysner, soldado norte-americano e veterano da guerra do Iraque, participando de marcha antiguerra em Washington D.C., Estados Unidos, em setembro de 2007. Mike se tornou mundialmente conhecido por denunciar os abusos e as atrocidades cometidas pelo exército norte-americano aos civis iraquianos.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos a seguir foram escritos por filósofos da Antiguidade. O primeiro é uma carta do filósofo grego Epicuro, que traz no título o tema a ser abordado: “Carta sobre a felicidade”; o segundo, do pensador romano Sêneca, corresponde a trechos de um tratado cujo título também nos indica o assunto: “Sobre a brevidade da vida”.

Texto 1

Este texto é constituído de trechos de uma carta escrita por Epicuro para um discípulo, Meneceu. Nela, Epicuro expõe os princípios gerais de sua filosofia, segundo a qual a verdadeira felicidade reside no prazer do sábio.

Carta sobre a felicidade

[...] *Pratica e cultiva então aqueles ensinamentos que sempre te transmiti, na certeza de que eles constituem os elementos fundamentais para uma vida feliz.*

[...] *Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade.*

Não existe nada de terrível na vida para quem está perfeitamente convencido de que não há nada de terrível em deixar de viver. É tolo portanto quem diz ter medo da morte, não porque a chegada desta lhe trará sofrimento, mas porque o aflige a própria espera: aquilo que não nos perturba quando presente não deveria afligir-nos enquanto está sendo esperado.

Então, o mais terrível de todos os males, a morte, não significa nada para nós, justamente porque, quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos. A morte, portanto, não é nada, nem para os vivos, nem para os mortos, já que para aqueles ela não existe, ao passo que estes não estão mais aqui. E, no entanto, a maioria das pessoas ora foge da morte como se fosse o maior dos males, ora a deseja como descanso dos males da vida.

O sábio, porém, nem desdenha viver, nem teme deixar de viver; para ele, viver não é um fardo e não viver não é um mal.

Assim como opta pela comida mais saborosa e não pela mais abundante, do mesmo modo ele colhe os doces frutos de um tempo bem vivido, ainda que breve.

[...] *afirmamos que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos como o bem primeiro e inerente ao ser humano, em razão dele praticamos toda escolha e toda recusa, e a ele chegamos escolhendo todo bem de acordo com a distinção entre prazer e dor.*

Embora o prazer seja nosso bem primeiro e inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: há ocasiões em que evitamos muitos prazeres, quando deles nos advêm efeitos o mais das vezes desagradáveis; ao passo que consideramos

muitos sofrimentos preferíveis aos prazeres, se um prazer maior advier depois de suportarmos essas dores por muito tempo. Portanto, todo prazer constitui um bem por sua própria natureza; não obstante isso, nem todos são escolhidos; do mesmo modo, toda dor é um mal, mas nem todas devem ser sempre evitadas. Convém, portanto, avaliar todos os prazeres e sofrimentos de acordo com o critério dos benefícios e dos danos. Há ocasiões em que utilizamos um bem como se fosse um mal e, ao contrário, um mal como se fosse um bem.

Consideramos ainda a autossuficiência um grande bem; não que devamos nos satisfazer com pouco, mas para nos contentarmos com esse pouco caso não tenhamos o muito, honestamente convencidos de que desfrutam melhor a abundância os que menos dependem dela; tudo o que é natural é fácil de conseguir; difícil é tudo o que é inútil.

Os alimentos mais simples proporcionam o mesmo prazer que as iguarias mais requintadas, desde que se remova a dor provocada pela falta: pão e água produzem prazer mais profundo quando ingeridos por quem deles necessita.

Habituar-se às coisas simples, a um modo de vida não luxuoso, portanto, não só é conveniente para a saúde, como ainda proporciona ao homem os meios para enfrentar corajosamente as adversidades da vida: nos períodos em que conseguimos levar uma existência rica, predispõe o nosso ânimo para melhor aproveitá-la, e nos prepara para enfrentar sem temor as vicissitudes da sorte.

Quando então dizemos que o fim último é o prazer, não nos referimos aos prazeres dos intemperantes ou aos que consistem no gozo dos sentidos, como acreditam certas pessoas que ignoram o nosso pensamento, ou não concordam com ele, ou o interpretam erroneamente, mas o prazer que é ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Não são, pois, bebidas nem banquetes contínuos, nem a posse de mulheres e rapazes, nem o sabor dos peixes ou de outras iguarias de uma mesa farta que tornam doce uma vida, mas um exame cuidadoso que investigue as causas de toda escolha e de toda rejeição e que remova as opiniões falsas em virtude das quais uma imensa perturbação toma conta dos espíritos. De todas essas coisas, a prudência é o princípio e o supremo bem, a razão pela qual ela é mais preciosa do que a própria filosofia; é dela que originam todas as demais virtudes; é ela que nos ensina que não existe vida feliz sem prudência, beleza e justiça, e que não existe prudência, beleza e justiça sem felicidade. Porque as virtudes estão intimamente ligadas à felicidade, e a felicidade é inseparável delas.

[...]

Entendendo que a sorte não é uma divindade, como a maioria das pessoas acredita (pois um deus não faz nada ao acaso), nem algo incerto, o sábio não crê que ela proporcione aos homens nenhum bem ou nenhum mal que sejam fundamentais para uma vida feliz, mas, sim que dela pode surgir o início de grandes bens e grandes males. A seu ver, é preferível ser desafortunado e sábio a ser afortunado e tolo;

na prática, é melhor que um bom projeto não chegue a bom termo do que chegue a ter êxito um projeto mau.

Medita, pois, todas essas coisas e muitas outras a elas congêneres, dia e noite, contigo mesmo e com teus semelhantes, e nunca mais te sentirás perturbado, quer acordado, quer dormindo, mas viverás como um deus entre os homens. Porque não se assemelha absolutamente a um mortal o homem que vive entre bens imortais.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 19-51.

Glossário

Vicissitude: variação; aquilo que muda, que se alterna ao acaso, sendo também compreendida como infortúnio.

Intemperante: aquele que não tem medida das coisas, a quem não importam os limites.

Questões sobre o texto

- 1 Por que, segundo o texto, não precisamos temer a morte? Você concorda com essa afirmação? Explique.
- 2 Como Epicuro define o prazer?
- 3 Qual é o papel da prudência na busca da felicidade?

Texto 2

O texto seguinte destaca dois trechos de um tratado de Sêneca. O primeiro faz a crítica daqueles que são impacientes e não conseguem viver os momentos, esperando sempre alguma realização futura. O segundo convida à busca da tranquilidade da alma.

Sobre a brevidade da vida

XVI

1. Muito breve e agitada é a vida daqueles que esquecem o passado, negligenciam o presente e temem o futuro. Quando chegam ao fim, os coitados entendem, muito tarde, que estiveram ocupados fazendo nada. 2. E porque invocam a morte, não se pode provar que tenham vivido uma longa existência. Sua imprudência atormenta-os com sentimentos incertos, os quais direcionam para as próprias coisas que temem: desejam a morte porque ela os amedronta. 3. Não é argumento para nos levar a pensar que desfrutaram de uma longa vida o fato de, muitas vezes, acharem que os dias são longos, ou reclamarem de que as horas custam a passar até o jantar, pois, se estão sem ocupação, sentem-se abandonados e inquietam-se com o ócio sem saber como dispor do mesmo ou acabar com ele. Assim, desejam uma ocupação qualquer, e o período de tempo entre dois afazeres é cansativo. E, certamente, é isso que acontece quando o dia do combate dos gladiadores é marcado, ou quando se aguarda qualquer outro evento ou espetáculo: desejam pular os dias

que ficam no meio. 4. Toda a espera por alguma coisa lhes é penosa, mas aquele momento a que aspiram é breve e passa rápido, tornando-se muito mais breve por sua própria culpa, pois transitam de um prazer a outro sem permanecer em apenas um desejo. Seus dias não são longos, mas insuportáveis. Ao contrário, muito curtas lhes parecem as noites que passam nos braços das prostitutas, ou entregues a bebedeiras! 5. Talvez daí resulte o delírio dos poetas que alimentam os erros dos homens com histórias nas quais se mostra Júpiter, embevecido pelo desejo do coito, duplicando a duração da noite. De que se trata, senão de exaltar os nossos vícios, já que os encontramos nos deuses e vemos na divindade um exemplo de fraqueza? Podem estes não achar muito curtas as noites pelas quais pagam tão caro? Perdem o dia esperando a noite; a noite, com medo da aurora.

XIX

1. Refugia-te nestas coisas mais tranquilas, mais seguras, mais elevadas! Pensas que é a mesma coisa cuidar para que o transporte do trigo chegue livre da fraude e da negligência dos transportadores, que seja armazenado com cuidado nos armazéns, de modo que não se aqueça ou que não se estrague pela umidade e não fermente e, por último, que a medida e o peso se encontrem de acordo com o combinado; pensas que tais cuidados possam ser comparados com estes santos e sublimes estudos que te revelarão a natureza de Deus, seu prazer, sua condição, sua forma? Irão te indicar o destino reservado à tua alma, onde nos colocará a natureza quando formos libertos dos corpos? O que sustenta os corpos mais pesados no meio deste mundo, o que suspende os mais leves, leva o fogo às regiões mais elevadas; indica aos astros a sua rotação e, assim, muitos outros fenômenos ainda mais maravilhosos? 2. Queres, uma vez abandonada a terra, voltar a mente a essas coisas? Agora que o sangue ainda aquece e que está pleno de vigor, devemos tender às coisas melhores. Encontrarás, neste tipo de vida, o entusiasmo das ciências úteis, o amor e a prática da virtude, o esquecimento das paixões, a arte de viver e de morrer, uma calma inalterável. 3. Certamente, miserável é a condição de todas as pessoas ocupadas, mas ainda mais miserável a daqueles que sobrecarregam a sua vida de cuidados que não são para si, esperando, para dormir, o sono dos outros, para comer, que o outro tenha apetite, que caminhem segundo o passo dos outros e que estão sob as ordens deles nas coisas que são as mais espontâneas de todas – amar e odiar. Se desejam saber quão breve é a sua vida, que calculem quão exígua é a parte que lhes toca.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010. p. 70-71; 80-81.

Questões sobre o texto

- 1 Por que, no início do texto, Sêneca critica os poetas? O que você pensa a respeito dessa crítica?
- 2 Por que devemos nos refugiar nas coisas tranquilas?
- 3 Em que sentido a condição daqueles que não cuidam de si mesmos é uma condição miserável?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Em que sentido podemos afirmar que os cínicos desenvolveram uma espécie de “ética prática”?
- 2 Analise e comente as diferenças teóricas entre o epicurismo e o estoicismo, no que diz respeito à ética.
- 3 Explique, com suas palavras, a afirmação de Deleuze de que as filosofias helenísticas constituíram uma “arte das superfícies”.
- 4 Explique por que, segundo Foucault, nos dias de hoje é muito difícil construir uma “ética do eu” (ou ética de si mesmo).
- 5 Por que, segundo Foucault, o cuidado de si propicia a liberdade?
- 6 Explique como os “exercícios espirituais” foram usados pela filosofia. Cite exemplos e comente-os.
- 7 Os “exercícios espirituais”, como você estudou, são um modo de se conhecer melhor e de organizar a própria vida. Experimente a escrita em forma de diário. Durante um mês, anote todos os dias aquilo que você pensa e sente. Você pode fazer isso num caderno, ou em forma de bilhetes ou mensagens que você remeterá a uma pessoa à sua escolha. Se preferir, faça um *blog* (nesse caso, decida se será um *blog* público ou com acesso restrito; em ambos os casos, preste muita atenção naquilo que você vai escrever e em como vai escrever, pensando nas pessoas que lerão seus textos).

Após um mês de anotações diárias, releia tudo o que você escreveu e reflita sobre isso. Compartilhe suas conclusões com os colegas de sua sala e conversem sobre a experiência.

Se desejar, continue a escrever enquanto julgar interessante.

- 8 Leia o texto e o poema a seguir.

[...] *o ser humano busca a felicidade porque ele é desejo (e desejo consciente) e porque, sempre capaz de reflexões, está sempre em condições de contestar seu presente por seu futuro e de visar nesse futuro a plenitude de seu desejo.*

Mas a vida espontânea do desejo desdobra-se na maioria das vezes como séries de conflitos e frustra-

ções, ou, se quisermos, como sofrimento. Não se vá por isso renunciar ao desejo como nos propõem as religiões ascéticas, mas compreender que esse desejo, sendo também liberdade, deve sair de suas crises de modo excepcional e radical. Só uma transmutação de nosso olhar sobre as coisas nos permite alcançar realmente nosso desejo, isto é, o que há de preferível em nosso desejo: satisfação e justificação, plenitude e sentido. Em termos simples, digamos que a felicidade é a consumação real e autêntica do desejo; não o acesso imediato e caótico a todos os prazeres despedaçados (com suas contradições e decepções), mas o acesso à satisfação do prazer pensado, querido, partilhado e habitado por um sentido [...]

MISRAHI, Robert. Felicidade. In: *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 45.

Por quê?

Por que nascemos para amar, se vamos morrer?

Por que morrer, se amamos?

Por que falta sentido

ao sentido de viver, amar, morrer?

ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001. p. 1 242.

Com base na leitura do texto e do poema, além daquilo que foi estudado no capítulo, escreva uma dissertação sobre o tema: “A felicidade é nosso único objetivo?”.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

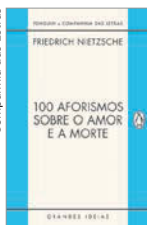
Veja duas dicas de leitura, que podem lhe auxiliar tanto na leitura de textos filosóficos quanto na realização de uma redação filosófica:

- Faça uma leitura cuidadosa do texto e de outras fontes que lhe servirem de base, observando o significado de cada frase com atenção redobrada, consultando as referências que lhe forem desconhecidas e relacionando as partes do texto com seu título e outras referências (obra, contexto histórico, etc.).
- Sempre que se deparar com palavras ou conceitos que lhe forem desconhecidos, consulte um dicionário da língua portuguesa e também, se possível, um dicionário filosófico. O primeiro fornecerá o significado da palavra, exemplos de uso e sua etimologia; o segundo trará as diferentes acepções que os conceitos ganharam ao longo da história da filosofia por diferentes pensadores.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras

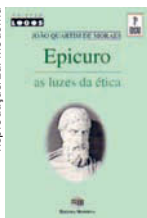
Reprodução/Ed. Penguin & Companhia das Letras



NIETZSCHE, Friedrich. *100 aforismos sobre o amor e a morte*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.

Uma seleção de frases e textos curtos de Nietzsche sobre duas temáticas centrais da existência humana.

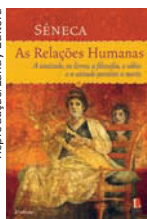
Reprodução/Ed. Moderna



QUARTIM DE MORAES, João. *Epicuro: as luzes da ética*. São Paulo: Moderna, 1998.

Uma interessante introdução ao pensamento de Epicuro, complementada por uma seleção de textos dele e de outros filósofos.

Reprodução/Landy Editora



SÊNeca. *As relações humanas: a amizade, os livros, a filosofia, o sábio e a atitude perante a morte*. 2. ed. São Paulo: Landy, 2007.

Uma seleção das “cartas a Lucílio”, escritas por Sêneca no ano 62, uma de suas últimas obras. Em linguagem clara, toca em alguns dos temas mais importantes da filosofia estoica.

Reprodução/L&PM Pocket



_____. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

Um tratado bastante curto e de fácil leitura.

Filmes

Divulgação/Imagem Filmes



A vida é bela. Direção de Roberto Benigni. Itália, 1997. (116 min)

Uma reflexão singela sobre a possibilidade de sermos sujeitos de nossas vidas e de fazermos dela algo bonito, sejam quais forem as condições em que vivemos.

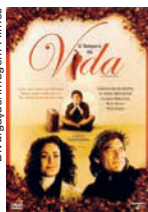
Divulgação/Imagem Filmes



O fabuloso destino de Amélie Poulain. Direção de Jean-Pierre Jeunet. França, 2001. (122 min)

O que é a felicidade em nossas vidas? Às vezes ela pode estar nas menores coisas, como mostra esse filme, que tem uma bela fotografia.

Divulgação/Imagem Filmes



O tempero da vida. Direção de Tassos Boulmetis. Grécia/Turquia, 2003. (107 min)

A história de um menino grego que cresceu em Istambul e aprende com o avô que tudo na vida precisa de tempero. Uma interessante reflexão que mistura culinária, filosofia e romance para falar sobre os valores.



Eduardo Zappia/Pulsar Imagens

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

No final do século XIII, quando o sistema feudal começou a entrar em declínio na Europa, desencadeou-se uma série de guerras religiosas e revoltas camponesas que ameaçavam tanto a segurança e a ordem públicas quanto as atividades comerciais e manufatureiras, ainda nascentes nas pequenas formações urbanas. Dentro desse quadro social, foi preponderante a figura do monarca, que centralizou o poder, oferecendo unificação, estabilidade e paz às regiões em conflito.

Esse processo formou uma sociedade estratificada, que tinha o rei no topo, o clero e a aristocracia logo abaixo e, sob estes, todo o povo. O poder do rei era ilimitado e sua legitimidade se fundava no direito divino dos reis, ou seja, na crença de que o poder real havia sido concedido por Deus, de maneira que qualquer questionamento ou tentativa de destituição do rei poderiam ser considerados uma afronta a Deus.



Ilustração colorida de autoria desconhecida, feita no século XIV, em que Wat Tyler (à direita), líder da Revolta dos Camponeses, reúne-se com o rei Ricardo II (à esquerda), em Mile End, Londres.

A Coroa de Luís XV, rei da França no século XVIII, é hoje peça de museu, mas foi um dos símbolos máximos de que o monarca era representante de Deus na terra e que seu poder se justificava neste vínculo.

Entretanto, uma série de mudanças culturais em curso desde o Renascimento contribuiu para a afirmação do ser humano como a medida das coisas. No século XVIII, essas ideias formaram a base do Iluminismo, que questionava, entre muitas outras coisas, a legitimidade do direito divino dos reis. Além disso, o desenvolvimento da economia capitalista promoveu a ascensão da burguesia, uma classe social cada vez mais rica, mas sem poder político e sem ascendência nobre. O embate da classe burguesa contra o clero, a aristocracia e o rei, e os ideais iluministas culminaram na derrubada do regime político absolutista até então vigente. A Revolução Francesa se tornou símbolo tanto da ascensão da burguesia quanto dos ideais iluministas. Contra o rei absoluto, afirmou-se a liberdade dos homens. Embora tenha sido pintada algumas décadas depois da Revolução Francesa, a obra *A liberdade guiando o povo*, que você observou na página 146, ainda representa os ideais de democracia e liberdade.

No entanto, essa recusa do rei como autoridade e a afirmação de que o ser humano é livre impõem uma série de dificuldades no plano ético. Se o poder do rei era justificado por seu vínculo com Deus, suas decisões realizavam na terra as vontades divinas. Consequentemente, ao cumprir as ordens do rei, as pessoas estavam agindo em con-



sonância com a divindade e, portanto, o princípio da ação estava assegurado. Agia-se eticamente ao seguir a lei e cumprir seu papel dentro da ordem imposta pelo rei absolutista. Entretanto, quando se questiona a legitimidade do poder real, surge a questão de quem ou o quê tem legitimidade para fundamentar as ações. A derrubada do Antigo regime trouxe, portanto, a questão: Agora que se conquistou a liberdade, o que se deve fazer com ela?

Kant viveu esse período e se viu diante dessa questão. Na nova ordem social que se iniciava, sem um re-

presentante de Deus na terra, qual deveria ser o critério de ação humana? Como vimos, o filósofo alemão não recorre à volta da figura do rei ou à criação de outra instituição social responsável pelo princípio da ação ética. Seguindo e desenvolvendo os ideais iluministas, Kant reafirma a liberdade do homem ao defender que o princípio da ação está na razão humana. Pela capacidade de a razão prática legislar sobre a vontade, afirma Kant, o ser humano é livre exatamente por obedecer à própria razão.

- 1 Qual é a relação entre os governos autoritários, como as monarquias absolutistas, e aquilo que Kant denomina menoridade?
- 2 Qual é o principal desafio ético que o fim da autoridade divina dos reis impôs aos homens? Justifique sua resposta.
- 3 Muitos filósofos contemporâneos afirmam que a liberdade e a autonomia conquistadas durante o século XVIII estão ameaçadas ou já não existem mais. Segundo eles, vivemos hoje em uma sociedade de consumo, ou seja, em uma sociedade em que as pessoas pretendem alcançar a felicidade por meio da compra de bens de consumo oferecidos pelo mercado. Em vez de agir de acordo com o dever ditado pela razão prática, o ser humano contemporâneo age sob forte influência da publicidade, que estimula excessivamente as vontades e padroniza as pessoas em tipos de consumidor. Em vez de afirmar sua liberdade seguindo sua própria razão, que pode legislar sobre as vontades, as pessoas seguem tendências de mercado. Os seres humanos se reduzem a consumidores quando definem seu modo de vida com base nos produtos que consomem.

A esse respeito, o pensador inglês Anthony Giddens afirma o seguinte:

A modernidade inaugura o projeto do eu, mas sob condições fortemente influenciadas pelos efeitos padronizadores do capitalismo mercantil. [...] Basta dizer que o capitalismo é uma das principais dimensões institucionais da modernidade, e que o processo de acumulação capitalista representa uma das principais forças impulsoras por trás das instituições modernas como um todo. O capitalismo mercantiliza em vários sentidos. [...] [A] mercantilização afeta diretamente os processos de consumo, particularmente com o amadurecimento da ordem capitalista. O estabelecimento de padrões regulares de consumo, promovidos pela propaganda e outros métodos, torna-se central para o crescimento econômico. Em todos esses sentidos, a mercantilização influencia o projeto do eu e o estabelecimento de estilos de vida.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 182.

Identifique o papel do capitalismo no processo de derrubada do Antigo regime e na dinâmica da sociedade de consumo.

- 4 De que maneira a propaganda pode ser considerada uma ameaça à autonomia dos homens? Você já se sentiu coagido por ela?

As inúmeras opções de modelos de um mesmo produto escondem a padronização do estilo de vida feita pelo mercado. Na foto de 2008, consumidor diante de prateleira com aparelhos celulares, em loja de São Paulo (SP).



Márcio Fernandes/Agência Estúdio



Leia a matéria a seguir e responda às questões propostas.

Por onde anda? O herói tratorista que se recusou a demolir casas e emocionou o Brasil

Amilton dos Santos ficou conhecido, em 2003, pela atitude heroica.

Para a maioria dos brasileiros, a manhã de dois de maio de 2003 poderia ser somente uma daquelas datas do calendário renegadas ao esquecimento. Nenhum grande feito histórico, nenhuma decisão de Estado considerável, nenhuma morte de uma personalidade importante. Aquele dia, entretanto, ficaria marcado pela simplicidade e pela força estrondosa dos pequenos gestos e pela rebeldia singela dos heróis anônimos do cotidiano.

Um baiano de 53 anos, pai de família, sem muita formação escolar, de conversa simples e afável nos tratos, enfrentou a ordem dos patrões, desafiou a decisão da justiça e seguiu aquilo que acreditava ser o mais importante entre os seres humanos – a solidariedade. Amilton Santos, no comando de um trator, foi contra tudo e todos e se tornou um herói e exemplo para os brasileiros.

Obrigado a demolir duas casas que abrigavam quinze pessoas no bairro da Palestina, ele desceu do trator, chorou, foi ameaçado e pressionado a cumprir uma determinação judicial. Acuado, tentou mais uma vez, mas não conseguiu passar por cima da própria crença e dos seus sentimentos.

A história do operador de máquinas Amilton, hoje com 61 anos, ganhou repercussão em diversos meios de comunicação e emocionou o Brasil. Despertou a curiosidade, foi tema de entrevistas, de debates sobre as ordens judiciais, inspirou autores de novela e trouxe de volta a sensação de que o mundo ainda tem muito espaço para a honestidade, fraternidade e para a compaixão. “Foi um dia que mudou tudo para mim e eu faria exatamente tudo de novo. Eu tenho casa, tenho família, e com que direito eu poderia chegar e passar o trator por cima da casa dos outros deixando todo mundo sem ter onde dormir? Sem ter um abrigo? Esse tipo de serviço nunca fiz e não me chamem. Primeiro de tudo, o coração e o bem das pessoas”, lembrou o tratorista.

Oito anos depois do episódio, Amilton continua trabalhando na mesma empresa, fazendo serviços de terraplanagem. Em uma dessas ironias do destino, a atividade principal dele, desenvolvida durante as 8h diárias de trabalho, é preparar o terreno para a construção das obras de um programa habitacional do governo federal. “A casa da gente é

o lugar onde você descansa, se alimenta, vive com sua mulher, com seus filhos, com seus parentes. Ficar sem isso é a mesma coisa que tirarem um pouco de sua vida ou não é?”, pergunta.

O herói tratorista, que mora no bairro da Fazenda Grande do Retiro com a mulher e dois filhos, diz que ainda é lembrado e admirado pelo feito que marcou a sua vida e a vida dos moradores da Palestina. No ano de 2004, foi candidato a vereador, mas perdeu a vaga. A rápida passagem pela política não deixou nada de tão memorável: “É uma coisa que não me meto mais. Para o futuro, eu só quero saber de saúde, de viver bem mesmo e de trabalhar”. O tempo que sobra também é dedicado aos dez filhos que tem. Embora a maioria já possua mais de 18 anos, o operário faz questão de estar por perto, conversando, acompanhando e, quando possível, ajudando: “Eles têm uma grande admiração por mim, acham que sou o herói deles, que tenho o coração bom”, explica.

As lembranças do dia

Apesar de não ter nenhum material de jornal, nenhum vídeo ou algum documento que relate com precisão os fatos daquele dia, Amilton lembra de praticamente toda a sequência com detalhes. Ele conta que havia tido um sonho ruim e estava um pouco confuso antes de sair para a empresa. Logo que chegou ao trabalho, o operário recebeu do patrão a ordem de derrubar casas velhas e vazias que estariam prestes a desabar.

No local, já se encontravam os dois oficiais de justiça designados pelo Fórum de Salvador para cumprir o mandado de demolição das casas [...] e para garantir a reintegração de posse do terreno. Para garantir a tranquilidade da operação, seis viaturas da 31ª Companhia da Polícia Militar e cerca de 20 soldados armados com revólveres, escopetas e fuzis [...] acompanhavam os trâmites para assegurar a execução da ordem emitida pelo juiz [...] da 12ª Vara de Feitos Cíveis.

A chegada dele ao local, com a retroescavadeira, iniciou os preparos para desalojar as famílias. Os oficiais ratificaram a determinação judicial e Amilton chegou a ligar a ignição. Nervoso, com as mãos trêmulas, diante de dezenas de vizinhos e principalmente com o desespero das duas famílias, o operário se recusou a prosseguir. A família, segundo ele, repetia aos gritos súplicas a Deus. Em seguida, começaram os pedidos afoitos de “Pare, pare, pare!”.

Amilton, sem saber ao certo das consequências que o ato poderia ter, desabafou aos prantos: “Não posso fazer uma coisa dessas. Não posso fazer isso.”. E repetia ininterruptamente para os oficiais: “Isso não é direito! Não é direito! Não posso derrubar a casa de um pai de família e de um trabalhador como eu. Isso poderia estar acontecendo comigo e eu não acho certo. Não é direito!”.

Ameaçado de prisão, ele ainda tentou uma segunda vez, mas não conseguiu cumprir a ordem. Esclareceu que sofria de problemas no coração e que tinha pressão alta. Com disposição voraz para cumprir o estabelecido, outro operador de máquinas foi chamado para fazer o serviço. Novamente, a recusa. Com a mobilização, a comoção, o próprio desgaste de horas de tensão entre moradores e policiais, além da própria repercussão, a empresa mandou recolher a retroescavadeira.

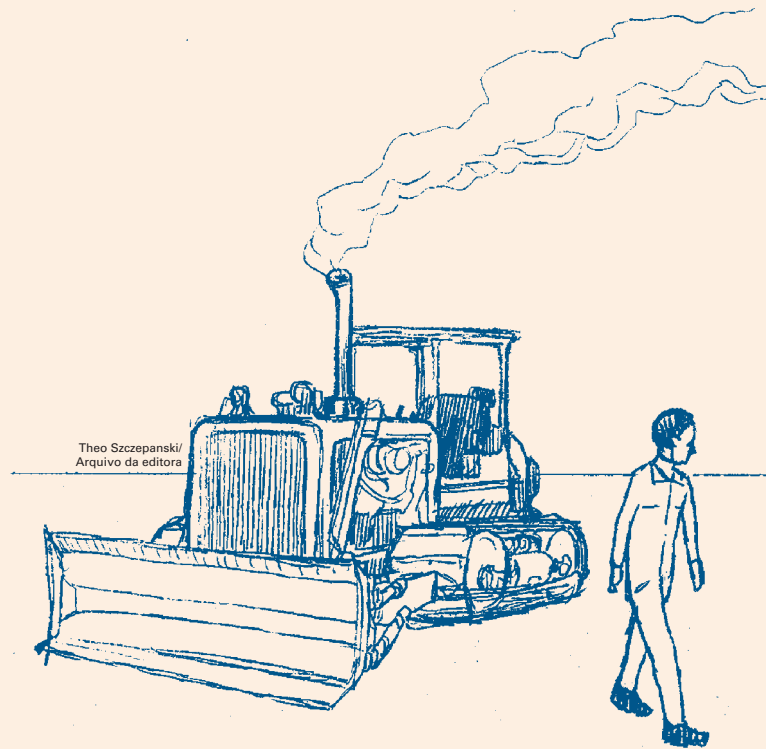
“Hoje eu olho aquilo e vejo que foi Deus quem me ajudou a tomar aquela decisão. Nunca me esqueço, não posso me esquecer. E sempre que posso ainda visito [...] a casa”, diz.

Herói ou apenas um homem justo?

A pergunta que costuma se repetir para o operário é se ele considera que a atitude foi digna de um herói. Ainda que tenha algumas reservas, ele não esconde que seu gesto foi corajoso: “Eu podia ter sido preso, demitido e nada disso aconteceu. Eu sei que muita gente na mesma situação não faria a mesma coisa. Mas não podia deixar aquilo acontecer, fazer aquilo. Eu acho que a justiça não estava certa naquela hora. Então, se você pensar assim, naquela pressão total, eu acho que fui um herói”.

Inevitavelmente, por trabalhar no mesmo ramo, as memórias do caso estão sempre presentes. “Quase todos os dias, quando subo no trator, lembro um pouco. Quando vi o prédio que caiu em Massaranduba, lembrei das pessoas que poderiam perder suas casas naquela situação. A mesma coisa com Holyfield. Meus olhos ficaram cheios de lágrimas. Isso só mostra que tem muita gente boa fazendo bem. E é isso que a gente, quando pode, deve fazer”.

REIS, Gilvan. Por onde anda? O herói tratorista que se recusou a demolir casas e emocionou o Brasil. *iBahia*, 13 nov. 2011. Disponível em: <www.ibahia.com/detalhe/noticia/por-onde-anda-o-heroi-tratorista-que-se-recusou-a-demolir-casas-e-emocionou-o-brasil>. Acesso em: 4 jan. 2013.



- 1 Nesta unidade, vimos que nossas ações são sempre embasadas em valores e que é uma atitude tipicamente humana “avaliar os valores”, isto é, produzir juízos de valor. Qual é o seu juízo de valor, o seu julgamento em relação à atitude do operário Amilton dos Santos? Explique e justifique. Como você agiria em uma situação dessa natureza?
- 2 A transgressão deste operário para com a interdição (a lei judicial) denota uma atitude de ilegalidade e de subversão? Comente.
- 3 Você considera que toda lei é justa? Haverá conflitos entre os valores individuais e os valores coletivos expressos na lei? Justifique sua resposta e dê exemplos.
- 4 Comente o paradoxo presente no seguinte trecho do noticiário:

Oito anos depois do episódio, Amilton continua trabalhando na mesma empresa, fazendo serviços de terraplanagem. Em uma dessas ironias do destino, a atividade principal dele, desenvolvida durante as 8h diárias de trabalho, é preparar o terreno para a construção das obras de um programa habitacional do governo federal. “A casa da gente é o lugar onde você descansa, se alimenta, vive com sua mulher, com seus filhos, com seus parentes. Ficar sem isso é a mesma coisa que tirarem um pouco de sua vida ou não é?”, pergunta.

Analisando a atitude de Amilton dos Santos, como você vê seus princípios éticos? Com qual das perspectivas éticas estudadas nessa unidade sua ação se identificaria? Comente sua resposta.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1 (UEL, 2007)

Desde suas origens entre os filósofos da antiga Grécia, a Ética é um tipo de saber normativo, isto é, um saber que pretende orientar as ações dos seres humanos.

CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. *Ética*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 9.

Com base no texto e na compreensão da ética aristotélica, é correto afirmar que a ética:

- orienta-se pelo procedimento formal de regras universalizáveis, como meio de verificar a correção ética das normas de ação.
- adota a situação ideal de fala como condição para a fixação de princípios éticos básicos, a partir da negociação discursiva de regras a serem seguidas pelos envolvidos.
- pauta-se pela teleologia, indicando que o bem supremo do homem consiste em atividades que lhe sejam peculiares, buscando a sua realização de maneira excelente.
- contempla o hedonismo, indicando que o bem supremo a ser alcançado pelo homem reside na felicidade e esta consiste na realização plena dos prazeres.
- baseada no emotivismo, busca justificar a atitude ou o juízo ético mediante o recurso dos próprios sentimentos dos agentes, de forma a influir nas demais pessoas.

2 (PUC-PR, 2008) Para Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, “felicidade [...] é uma atividade virtuosa da alma, de certa espécie”.

Assinale a alternativa que NÃO condiz com a referida definição aristotélica de felicidade:

- Felicidade só é possível mediante uma capacidade racional, própria do homem.
- Ter felicidade é obter coisas nobres e boas da vida que só são alcançadas pelos que agem retamente.
- Felicidade é uma fantasia que o homem cria para si.
- Nenhum outro animal atinge a felicidade a não ser o homem, pois os demais não podem participar de tal atividade.
- A finalidade das ações humanas, o Bem do homem, é a felicidade.

3 (UEL, 2004)

Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassivas que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta, e se podem alegrar com o contentamento

dos outros, enquanto este é obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal ação, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso, topa aquilo que efetivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é consequentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem não por inclinação, mas por dever.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 113.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o dever em Kant, é correto afirmar:

- Ser compassivo é o que determina que uma ação tenha valor moral.
- Numa ação por dever, as inclinações estão subordinadas ao princípio moral.
- A ação por dever é determinada pela simpatia para com os seres humanos.
- O valor moral de uma ação é determinado pela promoção da felicidade humana.
- É no propósito visado que uma ação praticada por dever tem o seu valor moral.

4 (UEL, 2010) Leia o texto a seguir.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro II, p. 273.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situação ética em Aristóteles, pode-se dizer que a virtude ética:

- reside no meio termo, que consiste numa escolha situada entre o excesso e a falta.
- implica na escolha do que é conveniente no excesso e do que é prazeroso na falta.
- consiste na eleição de um dos extremos como o mais adequado, isto é, ou o excesso ou a falta.
- pauta-se na escolha do que é mais satisfatório em razão de preferências pragmáticas.
- baseia-se no que é mais prazeroso em sintonia com o fato de que a natureza é que nos torna mais perfeitos.

- 5 (UEM, 2012) Afirma o filósofo Epicuro (séc. III a.C.), conhecido pela defesa de uma filosofia hedonista:

[...] o prazer é o começo e o fim da vida feliz. É ele que reconhecemos como o bem primitivo e natural e é a partir dele que se determinam toda escolha e toda recusa e é a ele que retornamos sempre, medindo todos os bens pelo cânon do sentimento. Exatamente porque o prazer é o bem primitivo e natural, não escolhemos todo e qualquer prazer; podemos mesmo deixar de lado muitos prazeres quando é maior o incômodo que os segue.

EPICURO. A vida feliz. In: ARANHA, M. L.; MARTINS, M. P. *Temas de filosofia*. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005. p. 228.

Considerando os conceitos de Epicuro, é correto afirmar que:

- 1) estudar todo dia não é bom porque a falta de prazer anula todo conhecimento adquirido.
- 2) todas as escolhas são prazerosas porque naturalmente os seres humanos rejeitam toda dor.
- 4) comer uma refeição nutritiva e saborosa em demasia é ruim porque as consequências são danosas ao bem-estar do corpo.
- 8) a beleza corporal é uma finalidade da vida humana porque o prazer de ser admirado é a maior felicidade para o ser humano.
- 16) o prazer não é necessariamente felicidade porque ele pode gerar o seu contrário, a dor.

- 6 (Enem, 2012)

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seus entendimentos sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade e se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem, tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

Adaptado de: KANT, I. *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1984.

Kant destaca no texto o conceito de esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

- a) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- c) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.

- d) a compreensão de verdade religiosas que libertam o homem da sua falta de entendimento.
- e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

- 7 (UFMG, 2012) Leia este trecho:

Os deuses de fato existem e é evidente o conhecimento que temos deles; já a imagem que deles faz a maioria das pessoas, essa não existe: as pessoas não costumam preservar a noção que têm dos deuses. Ímpio não é quem rejeita os deuses em que a maioria crê, mas sim quem atribui aos deuses os falsos juízos dessa maioria. Com efeito, os juízos do povo a respeito dos deuses não se baseiam em noções inatas, mas em opiniões falsas. Daí a crença de que eles causam os maiores malefícios aos maus e os maiores benefícios aos bons. Irmanados pelas suas próprias virtudes, eles só aceitam a convivência com os seus semelhantes e consideram estranho tudo que seja diferente deles.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. Tradução de A. Lorencini e E. del Carratore. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. p. 25-27.

Com base na leitura desse trecho e considerando outros elementos contidos na obra citada, EXPLIQUE em que medida a representação que se faz dos deuses influencia na busca da felicidade.

- 8 (Unesp, 2012, 2ª fase)

Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia, ainda permanecem, com gosto, e por toda a vida, na condição de menoridade. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que prescreve uma dieta etc.: então não preciso me esforçar. A maioria da humanidade vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, os tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o perigo de um tombo para intimidá-las e aterrorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.

Adaptado de: KANT, Immanuel apud Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética*: de Platão a Foucault, 2009.

O texto refere-se à resposta dada pelo filósofo Kant à pergunta sobre “O que é o Iluminismo?”. Explique o significado da oposição por ele estabelecida entre “menoridade” e “autonomia intelectual”.

Unidade 4



IV a.C.

PLATÃO
Atenas

ARISTÓTELES
Estagira

V

AGOSTINHO
Hípona

XV

MAQUIAVEL
Florença

XVI

LA BOÉTIE
França

XVII

HOBBS
Inglaterra

LOCKE
Inglaterra

Como nos relacionamos?

É na Grécia antiga, com Platão e Aristóteles, que a política se consolida em reflexão filosófica sobre a administração da *polis* e dos interesses de uma comunidade.

Na Idade Média, com o crescente poder da Igreja, Agostinho fez a distinção dos poderes temporal e espiritual, espelhando o segundo sobre o primeiro, a fim de moralizar a vida mundana.

Dando ênfase ao aspecto prático da política, renascentistas como Maquiavel e La Boétie se debruçaram respectivamente sobre o exercício do poder pelo príncipe e sobre a opressão exercida por este sobre seus súditos.

Logo depois, com o nascimento dos Estados Nacionais e do capitalismo na modernidade, Hobbes, Locke e Rousseau pensaram a origem da sociedade, seus valores e a organização do Estado.

No século XIX, consolidado o capitalismo monopolista e liberal, Marx, Engels e anarquistas criticaram o Estado como instrumento da burguesia para perpetuar a exploração do proletariado.

As tensões políticas, econômicas e sociais do século XIX ganharam um desfecho trágico no século XX: duas guerras mundiais, totalitarismos e ditaduras tolheram a liberdade e a democracia.

Em vista disso, Arendt, Foucault, Deleuze e Guattari tentaram compreender a política, o Estado e as formas totalitárias de dominação vigentes.

☐ Três de maio de 1808, de Francisco Goya, feito em 1814.

Em 1808, a Espanha estava dominada pelo exército francês. A casa real espanhola se encontrava subjugada ao poder de Napoleão. Contra essa situação, madrilenhos se sublevaram no “Levante de 2 de maio”, mas foram rapidamente detidos pelas forças francesas. A pintura de Goya retrata o brutal fuzilamento de 44 madrilenhos que participaram do levante.



Reprodução/Museu do Prado, Madrid, Espanha.

XVIII

MONTESQUIEU
França

VOLTAIRE
França

ROUSSEAU
Genebra

XIX

HEGEL
Alemanha

PROUDHON
França

BAKUNIN
Rússia

MARX
Alemanha

ENGELS
Alemanha

XX

ARENDT
Alemanha

DELEUZE
França

FOUCAULT
França

GUATTARI
França

XXI

HELLER
Hungria

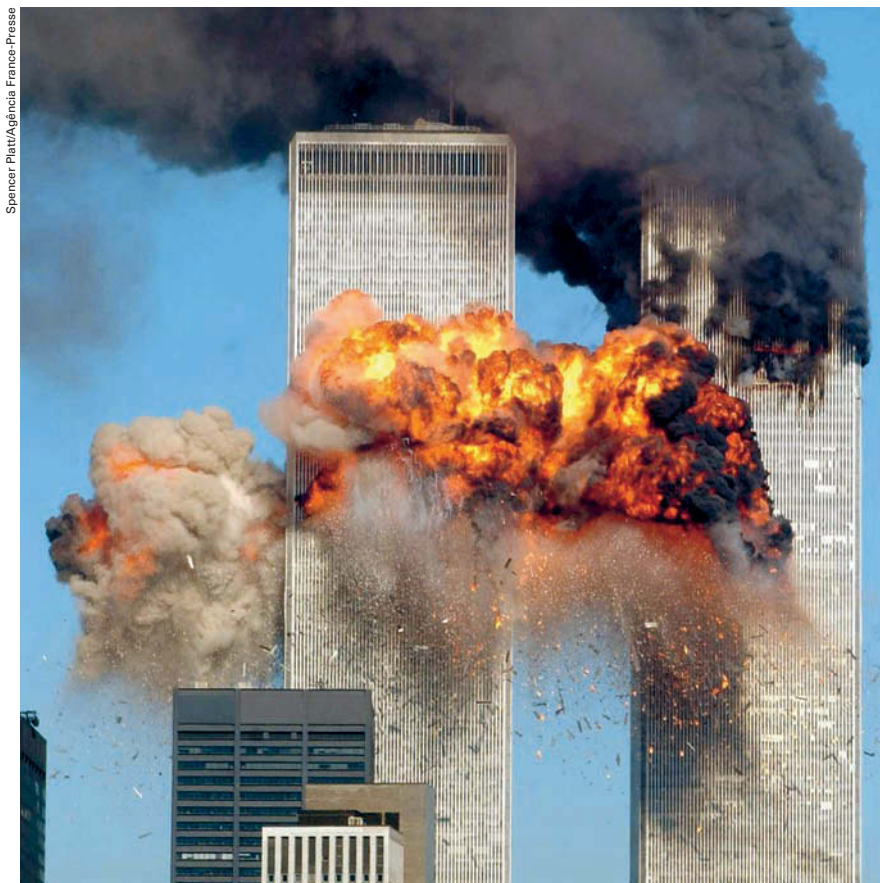
1 Poder e política

Colocando o problema

Em 2001 os Estados Unidos sofreram um grande ataque terrorista, executado por um grupo extremista islâmico. Os terroristas sequestraram quatro aviões de passageiros e os lançaram contra as Torres Gêmeas do World Trade Center e o Pentágono, matando quase 3 mil pessoas.

Em reação, o governo dos Estados Unidos instaurou a Guerra ao Terror, um conjunto de medidas para combater o terrorismo. Uma delas foi a invasão do Iraque, então governado por Saddam Hussein, sob a acusação de produzir armas químicas, financiar terroristas e governar de modo ditatorial.

O discurso político norte-americano consistia em defender a democracia como um valor universal, afirmando que todos os países do mundo deveriam ter um governo democrático, pois isso é o melhor para todos.



Spencer Platt/Agência France-Press

Ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, na manhã de 11 de setembro de 2001. Consideradas um símbolo do capitalismo, as torres eram um complexo empresarial situado na ilha de Manhattan, em Nova York (Estados Unidos).



O compositor Tom Zé problematizou essa situação na música “Companheiro Bush”, que faz referência ao comércio de armas entre os Estados Unidos e o Iraque.

O episódio histórico e a crítica artística presente na canção nos colocam no cerne de um dos problemas humanos mais importantes: a vida em comum e as relações que travamos com nossos semelhantes, na administração dos interesses de uma comunidade. A esse universo os gregos deram o nome de **política**, pois estava relacionado àquela que para eles era a comunidade humana mais abrangente: a cidade (*polis*).

Em nossos dias, cada vez mais as pessoas pensam que a política é algo distante, que só diz respeito àqueles que se dedicam a ela profissionalmente, assumindo cargos públicos e participando da administração das cidades, estados e países. Muitas pessoas acreditam que os cidadãos comuns precisam apenas participar com o voto na época das eleições.

Mas será mesmo assim?

A filosofia nos fornece elementos para pensar na política de forma mais abrangente e nos mostra que todos somos políticos, que todos agimos politicamente quando nos relacionamos com as pessoas com as quais convivemos.

Ataque aéreo das forças de coalizão dos Estados Unidos em Bagdá, Iraque, em 31 de março de 2003. Segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano, os Estados Unidos bateram recorde de vendas na exportação de armas em 2011, 10 anos após o ataque às Torres Gêmeas, totalizando 66,3 bilhões de dólares contra 21,4 bilhões de dólares em 2010. Atualmente, os Estados Unidos são o maior produtor e vendedor de armas do mundo, representando mais de três quartos do mercado mundial de armas, avaliado em 85,3 bilhões de dólares.

“ Companheiro Bush

*Se você já sabe quem
Vendeu aquela bomba pro Iraque,
Desembuche.
Eu desconfio que foi o Bush.*

*Foi o Bush,
Foi o Bush.
Foi o Bush.*

*Onde haverá recurso
Para dar um bom repuxo
No companheiro Bush.
Quem arranja um alicate
Que acerte aquela fase
Ou corrija aquele fuso,*

*Talvez um parafuso
Que tá faltando nele
Melhore aquele abuso.
Um chip que desligue
Aquele terremoto,
Aquele coqueluche.*

TOM ZÉ. Companheiro Bush.
In: *Imprensa cantada*. Trama, 2003.

Estudantes se reúnem em assembleia para apoiar a continuação da greve dos professores em universidade pública de Brasília (DF), em 2012. A organização política estudantil é muito importante, pois se constitui em torno dos interesses culturais, sociais e educacionais dos estudantes.



A filosofia na história

PODER E AUTORIDADE

Para compreender a convivência e as relações entre os seres humanos, base de qualquer noção de política, um conceito chave é o de **poder**. Começemos então pela pergunta: o que é o poder?

Uma primeira definição é que o poder consiste na capacidade e oportunidade de impor ao outro sua própria vontade. É poderoso aquele que por alguma razão é o mais forte e pode mandar, dar ordens. Os que não são poderosos obedecem, submetem-se à vontade do poderoso.

A noção de poder implica também a noção de **autoridade**: o poder é a capacidade de ter suas ordens obedecidas. Não podemos, entretanto, pensar que a ação do poderoso se dá unicamente no sentido de subjugar e neutralizar as vontades alheias. Embora em casos específicos a ação do poder só seja possível pela neutralização das demais vontades, de modo geral o poder age por meio da administração e organização das vontades alheias. Sua ação consiste em tomar o conjunto das vontades díspares e múltiplas e torná-lo uno – a vontade do poderoso, com a qual os demais concordam.

Qual seria a principal forma de ação do poder para conseguir administrar as vontades? A via de ação do poder é a **catalisação**. Tal como o catalisador numa reação química, o poder não determina a reação em si, não a cria do nada; dadas as condições para sua ocorrência, o poder, na condição de catalisador, facilita ou dificulta, apressa ou retarda o ritmo dos acontecimentos, de modo a privilegiar determinadas ocorrências e evitar outras. É com esse tipo de mecanismo que o poder administra as vontades em um dado grupo social, organizando-as em torno da vontade do governante.

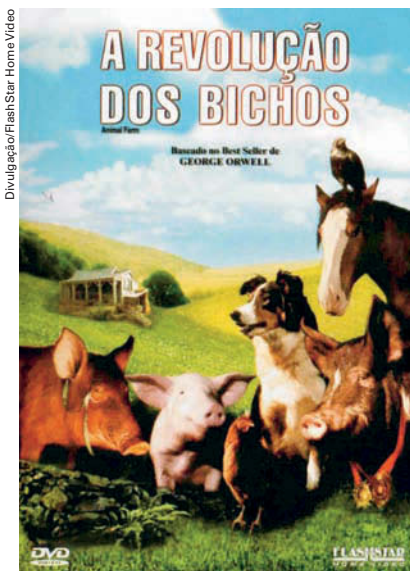
Uma macrofísica do poder: a teoria da “soma zero”

Na teoria política clássica, a noção de poder leva à ideia de que ele ocupa determinados lugares na sociedade. É como se houvesse determinados lugares em que ocorresse uma “concentração de poder”. Quando



Inspirado no romance homônimo do escritor George Orwell, uma fábula satírica e trágica sobre o poder, o filme narra a luta dos animais de uma fazenda para se libertar do domínio do fazendeiro. A revolução surte efeito e os animais assumem a gerência da fazenda. Mas isso até o momento em que a ganância pelo poder gera uma disputa entre os próprios animais, e a gerência volta a estar sob o domínio autoritário e tirânico de uma liderança que manipula as vontades alheias, utilizando-se para isso de todos os meios possíveis.

A revolução dos bichos.
Direção de John Stephenson.
Estados Unidos, 1999. (89 min.)



Cartaz do filme A Revolução dos bichos.





Alan Marques/Folhapress

Painel com fotos dos presidentes do Brasil no interior do Memorial à República, em Maceió (AL), em 2011. A sucessão presidencial e o exercício do poder em um sistema político como o nosso dependem amplamente do bom funcionamento das instituições públicas, sejam elas de justiça, de ensino, de saúde, de segurança, etc.

pensamos em uma monarquia absolutista, por exemplo, na qual há um único governante, o lugar do poder seria o próprio corpo do governante. Já em uma democracia, regime em que há rotatividade daqueles que lideram, o lugar do poder seriam as instituições: os governantes são transitórios, mas as instituições como espaço e lugar do poder são permanentes.

Nessa concepção, a dinâmica do poder é associada basicamente à **repressão**, a capacidade de reprimir as vontades dos governados pela vontade do governante. O que pode ser compreendido por meio de uma equação do poder, composta da seguinte razão: para que haja um equilíbrio na organização social, é necessário que a quantidade de poder que o governante detém seja proporcional à quantidade de poder que os governados não têm.

Pensemos em um exemplo. Se tomarmos a situação hipotética de um grupo social composto de dez indivíduos e um governante, e atribuirmos a cada uma das duas partes uma unidade de poder, o total será de onze unidades (dez dos indivíduos e uma do governante). Para que esse conjunto seja equilibrado, as dez unidades de poder estarão acumuladas no governante (ele valerá +10), de modo que cada governado terá uma unidade negativa de poder (cada um valerá -1). A soma desse conjunto será, então, igual a zero [$10 + (-10) = 0$], o que significa que ele está em equilíbrio. Se o governante tiver mais poder ou menos poder que a soma dos governados, o conjunto estará em dese-

quilíbrio e essa organização social não se sustentará. Isso pode ocorrer em razão de variados motivos diretamente proporcionais à equação: autoritarismo e tirania da parte do governante, insubmissão dos súditos à sua autoridade, ineficácia das instituições ao plano de governo, etc. Essa teoria ficou conhecida como “teoria da soma zero”.

Como essa concepção se vale de elementos espaciais e matemáticos, podemos entendê-la como uma visão **macroscópica** do poder, isto é, um modo de observar (*skopé*, em grego) amplamente (*makrós*, em grego), uma visão de longo alcance.

É como se conseguíssemos, de fora, ver todo o conjunto social e perceber as relações de força que se estabelecem em seus lugares, com a finalidade de quantificá-las e somá-las. Ou como se olhássemos um tabuleiro de xadrez com as peças dispostas, conhecendo bem as regras do jogo. Por meio dessa visão, sabe-se onde estão as possibilidades de movimentação das peças no tabuleiro e os lugares de tensão do jogo, bem como se a partida está equilibrada, em razão da capacidade semelhante dos dois jogadores, ou ainda se a superioridade de uma das partes faz com que a derrota da outra seja iminente.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.



A batalha de Friedland, ocorrida em 14 de junho de 1807, em pintura de Horace Vernet, feita no século XIX. Diante das sucessivas disputas pelo poder e dos inúmeros problemas de ordem pública ocorridos na última fase da Revolução Francesa, Napoleão assume o poder na França em 1799. Efetuando reformas drásticas, com base na militarização e na moralização rígida das instituições do país, buscava obter o controle social e a preparação de uma grande força militar, que lhe garantissem a consolidação e a expansão de seu futuro império.

Uma microfísica: o poder como rede

No século XX, Michel Foucault construiu um conceito de poder diferente da “soma zero”. Olhando para as microrrelações sociais, ele afirmou que o poder permeia tudo, está em todos os lugares, constituindo como que uma rede que cobre toda a sociedade.

A esse tipo de análise ele denominou **microfísica do poder**, pois a atenção está voltada para as **pequenas relações**, não para os grandes movimentos políticos.

Fenômenos históricos como o sistema prisional, o sistema confessional religioso, os hospitais psiquiátricos e médicos, bem como as atuais câmeras de vigilância urbana e o sistema de armazenamento e circulação ilegal de dados pessoais na internet são alguns elementos que compõem a rede de poder e controle na sociedade contemporânea. Na foto, policial do departamento de vigilância de Nova York (Estados Unidos) monitora em tempo real acontecimentos de diferentes pontos da cidade, em 2010.

Jin Liao/Bloomberg via Getty Images



Segundo Foucault, o poder não pode ser concebido apenas como repressão; não pode ser resumido à interdição, à proibição, à lei. O poder não se esgota na fórmula “você não deve”, como se estivesse concentrado na pessoa que emite o imperativo “você não deve...” e ausente na pessoa que o ouve e que deve acatá-lo de imediato.

Devemos levar em conta, também, o poder como fonte de produção social. É o que Foucault denomina **tecnologia do poder**: constrói-se

toda uma maquinaria por meio da qual o poder se exerce, interditando certas ações mas também produzindo outras. E nessa maquinaria há muitas peças, que intervêm de maneiras variadas. O jogo do poder é muito mais complexo do que nos deixa ver uma análise microfísica.

Foucault rompe com a concepção clássica do poder, afirmando que não se pode concebê-lo como materializado em determinado lugar ou em lugares específicos, pois ele está diluído pelo tecido social. Há uma espécie de onipresença do poder. Ele se apresenta como uma imensa rede microscópica, que engloba tudo e todos.

O poder se apresenta, assim, como um jogo de forças que se estabelece em todas as relações humanas. Não há poder apenas nas relações que chamamos de políticas; há poder na relação entre um pai e um filho, entre dois namorados, entre amigos e nas relações de trabalho, por exemplo. O poder está em tudo. E é a partir dessa microfísica que se constroem os aparelhos do poder político, nas macrorrelações sociais. Segundo Foucault, o poder é uma multiplicidade de jogos de força e de lutas que se estabelecem entre os indivíduos nas mais diversas situações, desde as relações interpessoais até os sistemas administrativos do Estado.

Assim, quando falamos no poder em certa sociedade, estamos falando na arquitetura particular que as correlações de forças que determinam essa sociedade, baseadas nos múltiplos micropoderes que a formam, assume nesse momento específico.

Foucault resume sua teoria do poder em cinco pontos:

1. **O poder se exerce** – ele não é algo que se conquiste, que se possua, que se perca, etc., mas algo que todos os indivíduos exercem e sofrem.
2. **As relações de poder são imanentes** – o poder é interno a todo e qualquer tipo de relação social, emanando dela, sendo seu efeito imediato.
3. **O poder vem de baixo** – são as correlações de força microscópicas que sustentam os macropoderes que enxergamos de forma mais imediata.



Alex Milian Tracy/Demotix/Corbis/Latinstock

Julian Assange, jornalista e ciberativista australiano, em foto de 2012. Suas ações junto ao Wikileaks, site que divulga notícias governamentais secretas provindas de fontes anônimas, inspiraram muitas pessoas a se engajar na luta pelo acesso a informações de interesse público.

Glossário

Imanente: que está contido de maneira inseparável e interna na natureza de um ser, de um objeto ou de um fenômeno. (Dicionário *on-line* Aulete. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/imanente#ixzz2II5i8Wuu>>.)

4. **As relações de poder são intencionais** – o poder é sempre estratégico, ou seja, é guiado por metas e objetivos, obedecendo a uma lógica e a uma racionalidade interna.
5. **Se há poder, há resistência** – essa é a condição de sua existência; a resistência não vem de fora, não é exterior ao poder, mas faz parte do próprio jogo de sua existência.

Analisando as sociedades ocidentais desde a Idade Moderna, Foucault afirma que podemos perceber três tecnologias de poder distintas, que se sucederam como as principais formas de organização política: o poder de **soberania**, que embasou os regimes monárquicos; o poder **disciplinar**, centrado nas instituições, que garantiu a emergência e consolidação do regime capitalista; e o **biopoder**, que é a forma de estruturação dos Estados contemporâneos. Esse tema será aprofundado mais adiante.

O PENSAMENTO POLÍTICO GREGO

Os conceitos construídos pelos gregos na Antiguidade ainda hoje são utilizados no pensamento político.

A organização política da Grécia, estruturada em cidades independentes, e a invenção da democracia como forma de governo envolveram problemas e geraram ideias que atravessaram os séculos.

Entre as muitas contribuições dos filósofos gregos que permanecem atuais, destacam-se as ideias de Platão e Aristóteles. Um fato que

pode parecer curioso para nós, hoje, é que esses dois filósofos viveram em Atenas na época em que ela era governada pelo regime democrático e fizeram críticas a ele. Uma característica do pensamento político grego é que ele tematiza como deveria ser a política, não como ela realmente é. Por isso, tanto Platão quanto Aristóteles, que viam defeitos no sistema democrático, fizeram sua crítica.

No entanto, várias questões pensadas por eles foram incorporadas nas teorias políticas modernas, que embasam o atual regime democrático.



Mesário testa urna eletrônica utilizada nas eleições 2012, em Porto Alegre (RS). A ideia de democracia (como sistema político cujo poder emana da vontade do povo) e a ideia de cidadania (como a condição da pessoa que usufrui de direitos e deveres, por pertencer a um Estado) são alguns elementos que herdamos da organização política da Grécia antiga.

Platão: o governo dos filósofos

Platão era de uma família aristocrática e por parte de sua mãe, Perictione, descendia de Sólon, o grande legislador ateniense. Ele viveu durante o período de decadência da democracia de Atenas, por isso chegou a pensar que aquela forma de democracia não fosse uma boa forma de governo. Platão pensava que os melhores e mais capazes

são os que deveriam governar a cidade, ao contrário do que ocorria na democracia, na qual qualquer cidadão poderia ser eleito e assumir o governo, tivesse ele ou não capacidade e preparo para isso.

Dedicou-se então a pensar qual seria a melhor forma de governar e, entre os vários pretendentes a governante, qual seria o mais bem preparado. O pensamento político de Platão foi trabalhado principalmente em três de seus diálogos: *A república*, dedicado a pensar sobre a perfeita organização de uma cidade; *O político*, cujo tema é o conhecimento necessário ao político no exercício de um governo bom e justo; e *As leis*, em que discute a ação dos cidadãos e a constituição de leis que regulem essas ações, visando ao bem de todos.

No diálogo *A república* Platão afirma que a pessoa mais bem preparada para governar é o filósofo, uma vez que ele é capaz de, por meio do exercício da razão, contemplar a ideia de justiça e assim governar justamente. Isso levou-o a afirmar que, para que haja um bom governo, ou os reis se tornam filósofos ou os filósofos se tornam reis. Uma cidade perfeita seria aquela governada pelos mais sábios, praticantes da filosofia e donos de um **caráter racional**; os detentores de um **caráter irascível** (colérico, que se irrita facilmente), por serem corajosos, se dedicariam à proteção e segurança da comunidade; e aqueles de **caráter concupiscível** (ambicioso) seriam os responsáveis pela produção dos bens necessários à sobrevivência de todos. Uma cidade assim organizada, administrada com justiça, possibilitaria que cada um fosse feliz, vivendo da maneira mais adequada a seu caráter, ao mesmo tempo que contribuiria para a comunidade de acordo com suas capacidades. Graças à soma das capacidades de todos, a cidade seria autossuficiente e feliz.

Aristóteles: o bem comum

Aristóteles, professor de Alexandre Magno, também não considerava a democracia a melhor forma de promover o bem comum. Mas não a criticou com tanta veemência quanto Platão.

Analisando várias cidades de sua época, esse filósofo procurou classificar as boas formas de governar, mostrando que elas podem resultar em formas corrompidas de governo. Para ele, o que torna um governo bom não é simplesmente o fato de ser composto de uma única ou de várias pessoas, ou de aqueles que exercem o poder terem formação e capacidades adequadas. O bom governo é aquele que visa ao bem comum, ao interesse coletivo, única maneira de garantir a felicidade de todos. E o mau governo é aquele exercido no interesse de quem governa, não no interesse da coletividade.

Gravura anônima representando a educação de Alexandre Magno por Aristóteles.



Aristóteles define três “formas puras” de governo, bem como suas “formas degeneradas”:

- **monarquia** é o governo de um só visando ao interesse comum; ela pode degenerar em uma **tiranía**, que é o governo de uma pessoa defendendo seus próprios interesses;
- **aristocracia** é o governo de um pequeno grupo que defende o interesse de todos; ela pode degenerar em uma **oligarquia**, o governo de um pequeno grupo voltado apenas para seus interesses;
- **república** é o governo de um grande grupo com o objetivo do bem comum; ela pode degenerar em **demagogia**, o governo em proveito próprio, manipulando os demais.

Aristóteles pensou também sobre a origem e a finalidade da comunidade política. Segundo ele, a cidade tem uma origem “natural”. Conforme você já estudou, Aristóteles definiu o ser humano como um **animal político**: assim como as abelhas, formigas e outros animais que vivem juntos, os humanos vivem em grupo, mas se diferenciam porque **compartilham** a vida por meio da **linguagem**. Faz parte da nossa própria natureza nos juntarmos a outros iguais a nós para compartilhar as dores e alegrias da vida. Assim, nos reunimos em famílias; várias famílias reunidas formam uma aldeia; várias aldeias reunidas crescendo num mesmo espaço geográfico formam uma cidade. A cidade, portanto, não é uma “invenção” humana, mas a realização da própria natureza dos seres humanos.

ECONOMIA

Hoje compreendemos a economia como a ciência que trata da produção, distribuição e consumo de bens. No entanto, em suas origens gregas a palavra tinha um sentido muito mais restrito. Formada por *oikós*, que significa ‘casa’, e por *nomos*, ‘regra’, ‘organização’, economia era a ciência da organização da casa.

Ainda que uma cidade seja originada de uma reunião natural de famílias, não podemos ver essas duas comunidades humanas como uma simples continuidade. Aristóteles define a existência de duas esferas, a **privada** (relativa à família e à casa de cada um); e a **pública** (relativa à comunidade política, à cidade). Se a **economia** é a ciência da gestão da casa (privada), a **política** é a ciência da gestão da cidade (pública).



Doug Pearson/JAI/Corbis/Latinstock

Foto panorâmica da cidade de Atenas, capital da Grécia, na qual se vê o novo Museu da Acrópole, em 2011.

Aristóteles afirma que na esfera privada, doméstica, um pai de família exerce quatro tipos de poder: um **poder econômico**, que é a faculdade de organizar e gerir sua própria casa; um **poder paternal** sobre os filhos; um **poder marital** sobre a mulher; e um **poder despótico** sobre os escravos. Os três últimos tipos de poder são assimétricos, isto é, exercidos de forma plena pelo pai de família sobre os outros (filhos, mulher, escravos), que lhe devem obediência.

Não pode haver continuidade da esfera privada para a esfera pública, destaca Aristóteles, por um motivo simples. Na esfera pública, no âmbito da comunidade política, os participantes são os cidadãos. E eles são os pais de família que, para além de seus assuntos domésticos, cuidam também dos assuntos da cidade. Em casa esses pais de família exercem um poder sobre seus desiguais (filhos, mulher e escravos). Mas, na administração da cidade, eles estão entre seus iguais e seria ilegítimo exercer sobre eles um poder assimétrico. No caso do poder político, é necessário que haja uma simetria, uma igualdade, pois todos os cidadãos são iguais perante a lei. Para Aristóteles, portanto, o despotismo é impensável no exercício da política – que deve ser a arte da convivência entre iguais.

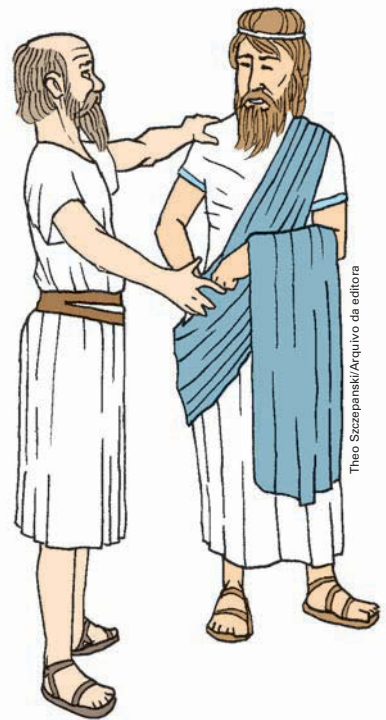
Esse tipo de pensamento era possível na Antiguidade grega, quando a cidadania se restringia a um pequeno conjunto da população: seres humanos do sexo masculino, nascidos na cidade, maiores de idade, proprietários de terra e pais de família. Os historiadores afirmam que, no auge da democracia ateniense isso não significava mais do que dez por cento da população. Quando, na Idade Moderna, o direito de cidadania tornou-se universal, já não se podia adotar tão facilmente o princípio da igualdade, como era entendido pelos gregos.

Ainda que seja resultado de um processo natural, a comunidade política tem uma finalidade principal: o “bem viver juntos”. E o bem viver, para Aristóteles, consiste na felicidade – “felicidade privada”, que diz respeito à vida de cada um, e “felicidade pública”, que está relacionada com a vida pública na sociedade. A fonte dessas duas felicidades é aquilo que o filósofo denominou **vida ativa**, que engloba tanto as ações e projetos (objeto da política) quanto as meditações e reflexões em torno deles, que os aperfeiçoam (é a prática da filosofia). A vida feliz consiste, assim, na associação da atividade política com a atividade contemplativa, a filosofia. Uma cidade feliz é aquela que proporciona aos cidadãos a possibilidade de se dedicar a essas duas atividades.

TRANSFORMAÇÕES NO PENSAMENTO POLÍTICO

Se na Antiguidade grega verificou-se uma intensa reflexão sobre os fins e as formas da atividade política, durante o Império Romano nota-se um período marcado pelo exercício de um poder centralizado.

Na Idade Média, embora tivesse havido grande descentralização política, o pensamento político esteve mais voltado para uma reflexão em torno das relações entre a esfera do **poder temporal** (aquele exercido



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

pelos governos em geral) e a esfera do **poder espiritual** (exercido pela Igreja). Um obra significativa desse período foi *A cidade de Deus*, de Santo Agostinho, publicada em 426. O livro descreve duas cidades: a “cidade dos homens”, corrupta, vil e fruto do orgulho humano; e a “ci-

dade de Deus”, eterna, perfeita e fruto do amor divino. Para Santo Agostinho, a política consiste em aproximar o máximo possível a cidade humana da cidade divina, por meio do exercício das virtudes.

No Renascimento, com a emergência de novas formas de relacionamento social e político, articuladas com um grande desenvolvimento econômico e urbanístico das cidades, surgem outras maneiras de conceber a política.

Uma figura emblemática desse período foi o florentino **Nicolau Maquiavel**, considerado o fundador da teoria política moderna.

Enquanto o pensamento político antigo se preocupava em estabelecer os fundamentos da política e definir como ela **deveria ser**, com Maquiavel o pensamento político procura mostrar como ela **efetivamente é**. Sua teoria política é apresentada como **realista**, por se ocupar das coisas como realmente são, e **utilitarista**, na medida em que dá conselhos sobre como governar.

O príncipe e as artes de governo

O livro *O príncipe* tornou-se um clássico sobre a arte de governar, constituindo até hoje uma referência para aqueles que se dedicam à política. Essa obra de Maquiavel recebeu interpretações polêmicas. De um lado, há aqueles que veem ali a defesa de um governo forte e centralizador, um conjunto de conselhos para um governante sobre como proceder para conquistar o poder e mantê-lo; enfim, um verdadeiro “manual de política”. De outro lado, alguns afirmam que, ao mostrar como funcionam os mecanismos do poder político, mais que dar conselhos a um governante o autor estava chamando a atenção do povo para os perigos da tirania. Seja qual for a interpretação, não se pode negar que esse livro mudou completamente a forma de ver a política.

Maquiavel relata como os principados se organizam e dá uma série de conselhos a um governante para conquistar territórios e mantê-los, explica como lidar com o povo, como garantir que seja estimado e como evitar os adúladores. Mas o caráter paradoxal dos seus conselhos é que, para serem implementados, eles dependem da capacidade do governante de saber ler a história e identificar o momento oportuno para a



Chefe supremo da Igreja Católica, o Papa Bento XVI celebra sua última missa da Quarta-Feira de Cinzas, em 13 de fevereiro de 2013, na Basílica de São Pedro, no Vaticano (Itália), antes de renunciar ao cargo.

sua realização, bem como para aplicá-los com ponderação. Ou seja, a regra maior da arte de governar é que o governante não deve seguir nenhuma regra absoluta.

Fiel ao espírito renascentista, a obra de Maquiavel é um constante diálogo entre o passado e o presente. Ele procura nos clássicos antigos, em seu caso especialmente o historiador romano Tito Lívio, que relatou a expansão de Roma, a inspiração antiga para pensar sobre o presente.

Maquiavel compreende a política como sendo o conflito e as formas de gerir as várias facetas desse conflito. Em sua teoria política sobre a ação dos governantes, dois conceitos são fundamentais: *virtù* (**virtude**) e *fortuna* (**sorte**). A *virtù* é a capacidade do governante de lidar com os acontecimentos. Para manter-se no poder, ele precisa ser capaz de moldar suas ações segundo as situações. Se age sempre da mesma forma, quando a situação se altera ele não consegue adaptar-se e, em consequência, perde o poder. A *fortuna* é o conjunto de tudo o que acontece aos seres humanos e que eles não podem controlar. É a *virtù* do governante que lhe permite agir de acordo com a *fortuna*, sabendo adaptar-se a tirar proveito das situações, ainda que elas pareçam adversas. O bom governante é, portanto, aquele que sabe agir nas situações conflituosas, impondo uma ordem, aliando a *virtù* e a *fortuna* de modo a manter-se em posição de comando.

Com o surgimento dos regimes democráticos, palavras como **maquiavelismo** e **maquiavélico** ganharam uma conotação pejorativa. Diz-se que uma pessoa é maquiavélica quando ela é falsa, ardilosa, age de modo desleal. Na política, o maquiavelismo é algo a ser evitado. Porém, o que Maquiavel fez foi mostrar como as coisas efetivamente se passam no poder.

Um discurso contra a opressão

Outra voz renascentista, menos famosa e muito menos estudada que a de Maquiavel, foi também importante para a construção do pensamento político moderno. Trata-se de **La Boétie**, que escreveu no século XVI um pequeno ensaio contra a tirania e em favor da liberdade, o *Discurso da servidão voluntária*.

La Boétie afirma que compreende a existência da **servidão involuntária**, quando os indivíduos são subjugados por meio da violência, da escravidão e da guerra; mas que não pode entender como uma multidão submete-se a um soberano, pois nem a covardia pode explicar tal submissão. A servidão voluntária é um vício inominável.

A astúcia de La Boétie está em perceber que a chave dessa servidão está justamente nas relações de poder que se estabelecem pelo tecido social, e não como uma imposição do tirano a uma população submissa. Em sua perspectiva, o lugar do poder não é o corpo do tirano, mas estende-se por uma rede de nós sociais. Em outras palavras, o que sustenta o tirano não é sua própria autoridade, mas a entrega dos súditos. A dominação só é possível com a participação direta dos próprios dominados.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)



Reprodução/Palácio Velho, Florença, Itália.

Nicolau Maquiavel retratado por Santi di Tito no século XVI.

Nascido na cidade italiana de Florença, um dos principais centros renascentistas, em uma família da pequena nobreza, tornou-se o fundador do pensamento político moderno. Trabalhou como secretário da Segunda Chancelaria durante a República, tendo sido destituído quando um golpe de Estado levou a família Médici de volta ao poder. Dedicou-se então a escrever, produzindo obras de política e de dramaturgia. Suas principais obras políticas são *O príncipe* (escrito em 1513, com publicação póstuma em 1532) e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (escritos por volta de 1517 e publicados em 1531).

Etienne de La Boétie (1530-1575)



François Guénel/Ag-Images/Album/Latinstock

Escultura feita em homenagem a Etienne de La Boétie em sua cidade natal, Sarlat, Dordogne, França (foto de 2007).

Filósofo e humanista francês, tradutor de obras de Xenofonte e de Plutarco para o francês. Foi amigo de Michel de Montaigne, a quem confiou o manuscrito de seu *Discurso*. Montaigne, por sua vez, dedicou-lhe o ensaio *Sobre a amizade* (1580). A única obra de sua autoria de que se tem conhecimento é o *Discurso da servidão voluntária* (publicação póstuma em 1577).

Adolf Hitler é recebido na cidade de Nuremberg, na Alemanha, em 1933. A ascensão do líder do partido nazista ao poder contou com amplo apoio popular.



Hulton Archive/Getty Images

“

Aquele que vos domina tanto só tem dois olhos, só tem duas mãos, só tem um corpo, e não tem outra coisa que o que tem o menor homem do grande e infinito número de vossas cidades, senão a vantagem que lhe dais para destruir-vos. De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? Como tem tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós? Os pés com que espezinha vossas cidades, de onde lhe vêm, senão dos vossos? Como ele tem algum poder sobre vós, senão por vós? Como ousaria atacar-vos se não estivesse conivente convosco? Que poderia fazer-vos, se não fôsseis receptadores do ladrão que vos pilha, cúmplices do assassino que vos mata, e traidores de vós mesmos?

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.



ESTADO

O Estado é a organização política básica de uma sociedade. Compreende as instituições políticas, jurídicas, administrativas e econômicas, bem como um território próprio e independente, sob um governo autônomo. Na Antiguidade grega, o Estado era a cidade; nos impérios antigos, era o próprio império. Na Idade Moderna ocidental, constituíram-se os Estados-nações independentes.

Buscando as raízes da servidão voluntária, La Boétie conclui que a primeira delas é o **costume**: os homens nascem súditos e por toda a vida aprendem a servir; não veem, pois, outro caminho que não seja o da perpétua servidão. É essa tradição em servir que sempre sustentou os impérios historicamente conhecidos, e todos os movimentos de que temos notícia contra este ou aquele tirano em nada se opuseram a essa tradição. A segunda raiz da servidão voluntária é a **covardia**, que decorre ela mesma da tradição: acostumadas a viver sob o jugo do tirano, as pessoas se tornam “covardes e efeminadas”, para fazer uso de suas próprias palavras, perdendo o brio, a virilidade e a coragem de combater aquele que as oprime.

Entretanto, para além da dominação e da covardia que a tradição incute no povo, outro é o sustentáculo real do tirano: seu séquito, que não é nada pequeno nem desprezível. La Boétie demonstra que ao redor do tirano cria-se uma rede de poder, uma verdadeira malha que enreda as forças sociais, comprometendo com o tirano quase todos os membros da comunidade, direta ou indiretamente. A rede de micropoderes e interesses cresce exponencialmente, pois cada um coloca junto de si vários outros, por meio de favores e reciprocidades.

Com essa concepção, La Boétie subverte a teoria clássica do poder e se aproxima das ideias de Foucault. Só se percebe a estrutura do poder do tirano descendo ao nível microscópico. E o mais importante: não é o poder central que alimenta aquela rede de poderes; ao contrário, é a rede que constitui o sustentáculo e até mesmo a fonte do poder central – que sem ela nada seria.

Para La Boétie, o nível das relações políticas que permeiam o Estado – o tirano e seu séquito – é marcado pelo temor, enquanto o nível das relações sociais à margem do *Estado* é marcado pela **amizade**. No âmbito do poder, a amizade é impossível, pois ali imperam o ódio, o interesse, a conspiração; só com a extinção do poder seria possível instituir uma sociedade amigável. A amizade, segundo La Boétie, é a principal inimiga da tirania.

Ainda que o *Discurso* de La Boétie tenha sido escrito para criticar o poder tirânico, ele representa uma interessante conceituação do poder, válida também para compreendermos outras organizações políticas, como a própria democracia.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Ao ler os dois textos a seguir, repare na diferença de estilos que ambos os filósofos usam para abordar aspectos diferentes sobre a política. O primeiro, mais antigo, trata-se de um trecho do livro *A política*, de Aristóteles; o segundo é uma conferência proferida pelo filósofo contemporâneo Foucault, que ressalta a ideia do poder em redes.

Texto 1

Neste trecho da introdução do livro *A política*, Aristóteles expõe a clássica definição do ser humano como animal político por natureza e a cidade como comunidade política autossuficiente.

O homem, “animal político”

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar. Esta sociedade, portanto, também está nos desígnios da natureza, como todas as outras que são seus elementos. Ora, a natureza de cada coisa é propriamente seu fim. Assim, quando um ser é perfeito, de qualquer espécie que ele seja – homem, cavalo, família –, dizemos que ele está na natureza. Além disso, a coisa que, pela mesma razão, ultrapassa as outras e se aproxima mais do objetivo proposto deve ser considerada a melhor. Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. É, portanto, evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política.

[...]

Assim, o homem é um animal cívico [político], mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.

O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. O mesmo ocorre com os membros

da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 3-5.

Questões sobre o texto

- 1 Por que a Cidade é uma sociedade que está “nos desígnios da natureza”?
- 2 O que, segundo Aristóteles, diferencia o ser humano dos outros animais e faz dele um “animal político”?
- 3 A Cidade basta-se a si mesma, mas nenhum de seus habitantes pode ser autossuficiente. Explique essa afirmação.

Texto 2

O texto a seguir é um trecho de uma conferência feita por Foucault no Brasil em 1976. Ele sintetiza aqui sua concepção de poder, investigando por que na sociedade moderna o poder é concebido como repressão.

As redes de poder

Em todo caso, a questão que quero colocar é a seguinte: como foi possível que nossa sociedade, a sociedade ocidental em geral, tenha concebido o poder de uma maneira tão restritiva, tão pobre, tão negativa? Por que concebemos sempre o poder como regra e proibição, por que esse privilégio? Evidentemente podemos dizer que isso se deve à influência de Kant, ideia segundo a qual, em última instância, a lei moral, o “você não deve”, a oposição “deve/não deve”, é no fundo a matriz da regulação de toda a conduta humana. Mas, na verdade, essa explicação pela influência de Kant é evidentemente insuficiente. O problema é saber se Kant exerceu tal influência. Por que foi tão poderosa? Por que Durkheim, filósofo de vagas simpatias socialistas do início da Terceira República francesa, pode apoiar-se dessa maneira sobre Kant quando se tratava de fazer a análise do mecanismo de poder em uma sociedade? Creio que podemos analisar a razão disso nos seguintes termos: no fundo, no Ocidente, os grandes sistemas estabelecidos desde a Idade Média desenvolveram-se por intermédio do crescimento do poder monárquico, à custa do poder, ou melhor, dos poderes feudais. Nessa luta entre os poderes feudais e o poder monárquico, o direito foi sempre o instrumento do poder monárquico contra as instituições, os costumes, os regulamentos, as formas de ligação e de pertença características da sociedade feudal. Darei dois exemplos: por um lado o poder monárquico desenvolve-se no Ocidente em grande parte sobre as institui-

ções jurídicas e judiciais, e desenvolvendo tais instituições logrou substituir a velha solução dos litígios privados mediante a guerra civil por um sistema de tribunais com leis, que proporcionavam de fato ao poder monárquico a possibilidade de resolver ele mesmo as disputas entre os indivíduos. Dessa maneira, o direito romano, que reaparece no Ocidente nos séculos XIII e XIV, foi um instrumento formidável nas mãos da monarquia para conseguir definir as formas e os mecanismos de seu próprio poder, à custa dos poderes feudais. Em outras palavras, o crescimento do Estado na Europa foi parcialmente garantido, ou, em todo caso, usou como instrumento o desenvolvimento de um pensamento jurídico. O poder monárquico, o poder do Estado, está essencialmente representado no direito. Ora, acontece que a burguesia, que se aproveita extensamente do desenvolvimento do poder real e da diminuição, do retrocesso dos poderes feudais, ao mesmo tempo tinha um interesse em desenvolver esse sistema de direito que lhe permitiria, por outro lado, dar forma aos intercâmbios econômicos, que garantiam seu próprio desenvolvimento social. De modo que o vocabulário, a forma do direito, foi uma forma de representação do poder comum à burguesia e à monarquia. A burguesia e a monarquia logra-

ram instalar, pouco a pouco, desde o fim da Idade Média até o século XVIII, uma forma de poder que se representava, que se apresentava como discurso, como linguagem, o vocabulário do direito. E quando a burguesia desembaraçou-se finalmente do poder monárquico, o fez precisamente utilizando este discurso jurídico que havia sido até então o da monarquia, e que foi usado contra a própria monarquia.

FOUCAULT, Michel. Las redes del poder. In: Ferrer, Christian (Comp.). *El lenguaje libertario*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1990. p. 25-26.

Questões sobre o texto

- 1 Por que, segundo Foucault, a sociedade ocidental produziu uma visão restritiva do poder? Que visão restritiva é essa?
- 2 Como as monarquias medievais fizeram uso do direito romano? Como isso interferiu no conceito de poder?
- 3 A burguesia ocidental mudou a concepção de poder vigente? Por quê?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Exponha e discuta os dois conceitos de poder trabalhados no capítulo. Qual dos dois lhe parece mais apropriado para uma reflexão sobre a política hoje? Justifique sua resposta.
- 2 Como Platão resolveu conceitualmente o problema dos pretendentes ao governo na sociedade grega?
- 3 Por que, para Aristóteles, a comunidade política é natural?
- 4 Em que sentido a concepção política de Maquiavel introduziu uma nova forma de pensar sobre a política?
- 5 Explique a crítica de La Boétie à servidão voluntária.
- 6 Escreva um pequeno texto sintetizando e comentando as relações de poder na sua escola. Para isso, pesquise:
 - a) De onde provêm as verbas da escola?
 - b) Como é decidida a utilização dessas verbas?
 - c) Quem define as normas que os alunos e os funcionários devem seguir?
- 7 A Lei Complementar 131/2009 determina que os órgãos públicos devem disponibilizar à população, pelos meios eletrônicos, dados referentes ao uso das verbas públicas. Se quiser mais informações, veja o site <www.portaltransparencia.gov.br>. (Acesso em: 3 mar. 2013).

A prefeitura da cidade em que você mora tem uma página oficial na internet? Em caso afirmativo, visite a página e procure saber que informações ela contém e que serviços ela oferece à população. Escreva um texto, avaliando se a página da cidade contribui para que a população tenha uma participação mais direta nos destinos da comunidade.
- 8 Leia o artigo e a letra de música a seguir e faça o que se pede.

O mundo não acabou

[...] o fim do mundo esperado (mais ou menos ansiosamente) por alguns (ou por muitos) não é o sumiço definitivo e completo da espécie. Ao contrário: em geral,

quem fantasia com o fim do mundo se vê como um dos sobreviventes e, imaginando as dificuldades no mundo destruído, aparelha-se para isso.

[...]

A preparação dos sobreviventes pode incluir ou não o deslocamento para lugares mais seguros (abrigos debaixo da terra, picos de montanhas que, por alguma razão, serão poupados, lugares “místicos” com proteção divina, plataformas de encontro com extraterrestres, etc.), mas dificilmente dispensa a acumulação de bens básicos de subsistência (alimentos, água, remédios, combustíveis, geradores, baterias) e (pelo seu bem, não se esqueça disso) de armas de todo tipo (caça e defesa) com uma quantidade descomunal de munições – sem contar coletas à prova de balas e explosivos.

Imaginemos que você esteja a fim de perguntar “armas para quê?”. Afinal, você diria, talvez a gente precise de armas de caça, pois o supermercado da esquina estará fechado. Mas por que as armas para defesa? Se houver mesmo uma catástrofe, ela não poderia nos levar a descobrir novas formas de solidariedade entre os que sobraram? Pois bem, se você coloca esse tipo de perguntas, é que você não fantasia com o fim do mundo.

[...]

Em todos os fins do mundo que povoam os devaneios modernos, alguns ou muitos sobrevivem (entre eles, obviamente, o sonhador), mas o que sempre sucumbe é a ordem social. A catástrofe, seja ela qual for, serve para garantir que não haverá mais Estado, condado, município, lei, polícia, nação ou condomínio. Nenhum tipo de coletividade instituída sobreviverá ao fim do mundo. Nele (e graças a ele) perderá sua força e seu valor qualquer obrigação que emane da coletividade e, em geral, dos outros: seremos, como nunca fomos, indivíduos, dependendo unicamente de nós mesmos.

Esse é o desejo dos sonhos do fim do mundo: o fim de qualquer primazia da vida coletiva sobre nossas escolhas particulares. O que nos parece justo, no nosso foro íntimo, sempre tentará prevalecer sobre o que, em outros tempos, teria sido ou não conforme à lei.

Por isso, depois do fim do mundo, a gente se relacionará sem mediações – sem juizes, sem padres, sem sábios, sem pais, sem autoridade reconhecida: nós nos encaráremos, no amor e no ódio, com uma mão sempre pronta em cima do coldre.

E não é preciso desejar explicitamente o fim do mundo para sentir seu charme. A confrontação direta entre indivíduos talvez seja a situação dramática preferida pelas narrativas que nos fazem sonhar: a dura história do pioneiro, do soldado, do policial ou do criminoso, vagando num território em que nada (além de sua consciência) pode lhes servir de guia e onde nada se impõe a não ser pela força [...].

CALLIGARIS, Contardo. Ilustrada, Folha de S.Paulo, 27 dez. 2012.

Podres poderes

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos
E perdem os verdes
Somos uns boçais

Queria querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos, como são lindos os burgueses
E os japoneses
Mas tudo é muito mais

Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?

Será, será que será que será, que será
Será que essa minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos?

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Índios e padres e bichas, negros e mulheres
E adolescentes fazem o carnaval

Queria querer cantar afinado com eles
Silenciar em respeito ao seu transe, num êxtase
Ser indecente
Mas tudo é muito mau

Ou então cada paisano e cada capataz
Com sua burrice fará jorrar sangue demais
Nos pantanais, nas cidades, caatingas
E nos Gerais?

Será que apenas os hermetismos pascoais
Os tons, os mil tons, seus sons e seus dons geniais
Nos salvam, nos salvarão dessas trevas
E nada mais?

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais

Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo
Daqueles que velam pela alegria do mundo
Indo mais fundo
Tins e bens e tais

VELOSO, Caetano. Podres poderes. In: *Velô*. Polygram, 1984.

Reflita sobre as noções de participação política e individualismo expressas nos dois textos e escreva uma dissertação filosófica sobre as relações sociais e os limites da comunidade política.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Você deve ter notado que os textos filosóficos que lemos neste livro possuem certas particularidades que os diferenciam de textos que lemos em jornais, revistas, *blogs* e em outros meios de comunicação escrita. Enquanto estes privilegiam uma relação mais diária e direta com o leitor, mobilizando, para isso, uma escrita mais concisa e simples, os textos filosóficos costumam ser mais longos, densos e repletos de conceitos muito complexos. Tudo isso é fruto de um longo período de elaboração e reelaboração de ideias e termos que, como aprendemos neste livro, têm uma longa história. A natureza dos problemas filosóficos e o tempo da escrita de cada pensador também são aspectos relevantes. Tudo isso deve ser levado em conta, sobretudo quando deparamos com textos desse tipo, que não são absorvidos em uma única leitura, para não pensarmos que tais características sejam gratuitas e sem importância.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Scipione

BRENNER, Jayme. *Regimes políticos: uma viagem*. São Paulo: Scipione, 1994.

Uma explicação simples e direta dos principais regimes políticos, desde os mais clássicos até os contemporâneos. Temas como o liberalismo, a democracia, o socialismo, o fascismo, a social-democracia e as ditaduras são tratados de forma acessível.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

Toda a obra de Kafka pode ser lida como uma metáfora das relações de poder. Neste romance talvez esteja sua expressão mais direta, quando um indivíduo é processado pelo Estado sem conseguir compreender o motivo.



Reprodução/Ed. Brasiliense

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Uma introdução à filosofia política centrada no tema do poder.

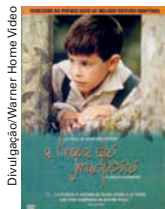


Reprodução/Ed. Planeta

SAVATER, Fernando. *Política para meu filho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Planeta, 2012.

Um professor espanhol de filosofia escreveu esse livro para seu filho adolescente, procurando explicar os grandes temas da filosofia política.

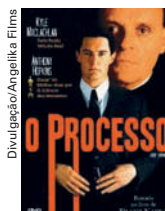
Filmes



Divulgação/Warner Home Vídeo

A língua das mariposas. Direção de José Luis Cuerda. Espanha, 1999. (96 min.)

As relações sociais e políticas na Espanha eram bastante complexas e conturbadas, nas vésperas da Guerra Civil da década de 1930. Nesse contexto, um menino descobre o mundo quando começa a ter aulas com um professor revolucionário.



Divulgação/Angelika Films

O processo. Direção de Orson Welles. França/Alemanha/Itália, 1962. (120 min.)

Uma adaptação bastante fiel ao romance homônimo de Kafka, que discute as relações de poder. Há uma refilmagem feita na Inglaterra em 1993.



Divulgação/Playarte Pictures

Os três mosqueteiros. Direção de Paul W.S. Anderson. França/Reino Unido/Alemanha/Estados Unidos, 2011. (110 min.)

Uma nova adaptação da clássica história de Alexandre Dumas, dessa vez ainda mais cheia de ação, adaptada aos gostos de hoje. Para além da história de aventura, o filme mostra as artimanhas e as disputas pelo poder que mobilizavam franceses e ingleses no século XVII.



Divulgação/Europa Films

11 de setembro. Produção de Alain Brigand. Reino Unido/França/Egito/Japão/México/Estados Unidos/Irã, 2002. (134 min.)

11 curtas-metragens realizados por 11 diretores, representando visões distintas sobre os atentados.

2 *Estado, sociedade e poder*

Colocando o problema

“

Estado Violência

*Sinto no meu corpo
A dor que angustia
A lei ao meu redor
A lei que eu não queria...*

*Estado Violência
Estado Hipocrisia
A lei não é minha
A lei que eu não queria*

*Meu corpo não é meu
Meu coração é teu
Atrás de portas frias
O homem está só...*

*Homem em silêncio
Homem na prisão
Homem no escuro
Futuro da nação*

*Estado Violência
Deixem-me querer
Estado Violência
Deixem-me pensar
Estado Violência
Deixem-me sentir
Estado Violência
Deixem-me em paz*



Théo Szecspanski/Arquivo da editora

GAVIN, Charles. Titãs. Estado Violência. In: *Cabeça Dinossauro ao vivo 2012*. Universal Music, 2012.

O *rock* dos Titãs chama a atenção para o papel do Estado nas sociedades atuais. O “Estado Violência”, como o denomina a música, impõe as leis aos indivíduos e não os deixa sentir nem pensar. A filosofia também se preocupa com as funções da comunidade política e principalmente do Estado. Será que o Estado é de fato algo violento? Ou uma de suas funções é justamente proteger os indivíduos contra a violência?

Soldados do Batalhão de Choque usaram balas de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para dispersar moradores que protestavam contra a reintegração de posse, em março de 2013, em uma das entradas do Pinheirinho II, um terreno particular ocupado irregularmente por famílias de baixa renda, na zona leste de São Paulo (SP). Neste terreno havia cerca de 800 residências. O uso da força excessiva e a transgressão dos direitos humanos têm sido problemas constantes nas instituições brasileiras de segurança pública.



Adriano Lima/Brazil Photo Press/Agência Estado

O pensamento político dos séculos XVIII e XIX dedicou-se a criar as bases para a construção de uma nova sociedade, distinta da sociedade feudal. Retomou-se a ideia de democracia, considerada o regime político adequado aos Estados modernos. Mas a democracia da Idade Moderna era bem diferente daquela criada na Grécia antiga: agora todos tinham o *status* de cidadãos, e não apenas os ricos proprietários de terra, como acontecia na Antiguidade.

A Idade Moderna viu nascer, se desenvolver e se consolidar o sistema capitalista, capaz de produzir riqueza em grandeza inédita. Este

novo sistema formou duas novas classes sociais, o proletariado e a burguesia, e permitiu que esta acumulasse a maior parte da imensa riqueza produzida.



Reinhold Thiele/Thiele/Getty Images

Patrões inspecionam a produção em uma fábrica de pólvora na Inglaterra, por volta de 1900. Enquanto a burguesia refere-se à classe abastada que detém o capital e os meios de produção, o proletariado corresponde à classe que dispõe apenas da força de trabalho para a venda, tendo em vista sua sobrevivência.

No século XIX esse sistema de produção passou a ser duramente criticado pelos trabalhadores, porque a maior parte da sociedade produz os bens, enquanto os lucros ficam com uma minoria. Também em oposição ao sistema capitalista, alguns pensadores desenvolveram e propuseram ideias para a formação de um sistema socialista e questionaram as bases do capitalismo, afirmando que democracia só seria possível em uma sociedade de iguais, não numa sociedade de exploração entre desiguais.

Algumas das principais ideias políticas desenvolvidas no período moderno são analisadas a seguir.



Em greve, jovens trabalhadores da área têxtil protestam na Filadélfia, Estados Unidos, por melhores condições de trabalho, pela ampliação dos direitos trabalhistas e pelo direito à educação (foto de 1890).

A filosofia na história

O ESTADO COMO CONTRATO SOCIAL

Uma das novas ideias políticas surgidas no século XVII foi que a sociedade e sua estruturação política, o Estado, são criações humanas, e não fenômenos da própria natureza, como pensava Aristóteles. Haveria, de acordo com essa ideia, um “contrato” para organizar a sociedade.

O pacto e a instituição da sociedade

Segundo a noção de **contrato social**, a sociedade foi instituída pelos seres humanos por meio de um pacto coletivo – um contrato –, com base no qual os indivíduos convivem. O contrato estabelece regras e leis, assim como um poder que organiza a coletividade e atua como árbitro nas disputas entre seus membros. As filosofias baseadas nessa ideia ficaram conhecidas como **contratualismo** ou **jusnaturalismo**.

JUSNATURALISMO

Do latim *jus*, ‘direito’, e *naturalis*, ‘natural’, é a doutrina segundo a qual existe um direito natural que pode ser conhecido por meio do pensamento, que antecede e é superior ao direito estabelecido pelo Estado.



Folha de rosto da obra *Leviatã*, do filósofo inglês Thomas Hobbes, escrita em 1651. Nesta capa, podemos ver a imagem do **soberano**, uma pessoa artificial que representa a **multidão** (as diversas ações dos diferentes conjuntos de pessoas).

O primeiro grande filósofo contratualista foi Thomas Hobbes. Preocupado com a situação política da Inglaterra, agitada pela disputa entre os defensores da monarquia e os que desejavam instituir uma república, ele escreveu duas obras políticas: *Sobre o cidadão* (1642) e *Leviatã* (1651). Nelas, Hobbes defende um governo monárquico e absolutista, e em meio a sua argumentação desenvolve a ideia de contrato social.

Hobbes se afasta de Aristóteles, para quem os seres humanos seriam naturalmente sociais. Segundo Hobbes, a natureza humana é individualista e egoísta, e os seres humanos não viveram sempre em comunidade. Se resolveram viver em agrupamentos sociais organizados, foi simplesmente para garantir a sobrevivência. Antes dessa organização, segundo parte dos contratualistas, os seres humanos viviam em um “estado de natureza”, ou seja, de modo primitivo. No caso de Hobbes, esse estado é apresentado como uma guerra constante de todos contra todos, o que o levou a dizer que “o homem é o lobo do homem”.

Cena do filme *Ensaio sobre a cegueira*, de 2008, dirigido por Fernando Meirelles. Baseado no romance homônimo do escritor português José Saramago, esse filme de ficção nos fornece um bom exemplo do que seria um “estado de natureza” vivido nos dias atuais.



The Moviestore Collection Ltd./Easypix

Cada um queria impor sua vontade, e todos desejavam acumular bens. Como não existia uma regulamentação sobre o direito de propriedade, vencia o mais forte, seja no sentido físico ou intelectual. Ninguém se sentia seguro, era preciso estar sempre em vigília. Portanto, ainda segundo os filósofos contratualistas, os indivíduos se cansaram de viver dessa forma.



Nesta cena do filme *Guerra do fogo*, de 1981, vemos a representação hipotética de uma disputa violenta por território, comida e outros meios de vida entre dois grupos de hominídeos nos primórdios da humanidade.

“ O lobo

*Houve um tempo em que os
homens
Em suas tribos eram iguais
Veio a fome e então a guerra
Pra alimentá-los como animais
Não houve tempo em que o
homem
Por sobre a Terra viveu em paz
Desde sempre tudo é motivo
Pra jorrar sangue cada vez mais.*

*O homem é o lobo do homem!
O homem é o lobo do homem!*

*Sempre em busca do próprio gozo
E todo zelo ficou pra trás
Nunca cede e nem esquece
O que aprendeu com seus
ancestrais
Não perdoa e nem releva
Nunca vê que já é demais.*

*O homem é o lobo do homem!
O homem é o lobo do homem!*

PITTY. O lobo. In:
Admirável chip novo. Deck, 2003.

A letra da canção ao lado é inspirada nas ideias de Hobbes. Ela descreve os conflitos provocados pelos desejos individuais.

Segundo Hobbes, o pacto social foi feito para selar a paz entre as pessoas, garantindo a cada indivíduo o direito de viver e acumular bens, sem o medo constante de ser roubado ou assassinado. E o pacto seria justamente a abdicação da liberdade natural de cada um em nome da segurança de todos. Os indivíduos se reúnem e pactuam que dali por diante viverão todos sob as ordens de um único chefe, que tem a responsabilidade de garantir a segurança de todos. Para isso ele cria leis que regulamentam a vida naquela comunidade e servirão para arbitrar disputas entre membros do grupo.

De acordo com Hobbes, antes do contrato social não há **povo**, há uma **multidão**, que não é um corpo político, pois não tem uma unidade. É o pacto coletivo que transforma a multidão em povo, em uma unidade política em torno de um projeto comum: a garantia da sobrevivência e do direito de propriedade. Para esse filósofo, uma vez feito o contrato os indivíduos já não podem desistir dele, exceto se o soberano já não for capaz de garantir a segurança e a vida de todos, pois foi em nome disso que se realizou o pacto.

As ideias políticas de Hobbes estão presentes nas monarquias absolutistas europeias dos séculos XVII e XVIII. Entretanto, a situação política da Inglaterra e depois de toda a Europa tendeu para uma política liberal, que contribuiria para formar monarquias constitucionais, Estados republicanos e democráticos. No plano do pensamento político, sua ideia de contrato social teve vida mais longa e serviu de matriz para outras teorias políticas.

O pacto e o direito à propriedade

Assim como Hobbes, o médico, filósofo e político John Locke se apoiou nas ideias de estado de natureza e contrato social para construir sua filosofia política. Locke defendia uma monarquia parlamentarista, na qual o poder estaria no Parlamento, nos representantes da população, e não na realeza. Esse sistema foi instaurado com a Revolução de 1689, sendo John Locke um dos que contribuíram com sua fundamentação teórica.

Como você já estudou, embora tenha sido influenciado por Descartes, Locke discordava da existência de ideias inatas. Discordava igualmente da existência de um poder inato ou de origem divina. Para ele, todo poder vem do povo. A teoria de Hobbes ajudou-o a desenvolver essa ideia, mas, contrariamente a Hobbes, Locke não via nesse estado uma guerra permanente. Segundo Locke, o fato de os homens viverem na mais absoluta liberdade não implica que vivessem sem leis. No estado de natureza os homens seriam governados pela **lei natural da razão**, sendo seu princípio básico a **preservação da vida**. Portanto, as pessoas não agrediam nem matavam indistintamente, apenas para impor sua vontade ou tomar a propriedade de alguém.

De acordo com Locke, todo indivíduo já nasce proprietário de seu corpo e de sua capacidade de trabalho. Tudo aquilo que produzir, retirando da natureza ou a transformando, por meio de seu próprio trabalho, será de sua propriedade, uma vez que empenhou seu corpo e sua vida nessa tarefa. Portanto, em seu estado natural os seres humanos, além de gozarem da plena e absoluta liberdade, podem ter acesso a propriedades. O que os teria levado, então, a abandonar esse estado, instituindo a sociedade civil?

Com o tempo, o produto do trabalho humano e o acesso à propriedade se tornaram mais complexos. Em determinado momento, passou a ser necessário

Na foto, de 2012, indígenas da etnia Suruí Sororó interditam a BR-153, entre os municípios São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, no Pará, para reivindicar melhorias na saúde e na educação e indenização para as famílias dessa aldeia, que foram prejudicadas pela construção da rodovia. Ainda hoje, em lugares onde as leis são pouco observadas por órgãos governamentais e pela sociedade civil, a propriedade da terra gera conflitos, muitas vezes resolvidos de modo violento e ilegal.



Antonio Cierro/Fotorens/Agência Estado

arbitrar sobre os direitos, devido às disputas que começaram a surgir entre os indivíduos. Se todos são iguais, quem é o verdadeiro proprietário dos produtos do trabalho? Se todos são iguais, quem pode arbitrar as questões para fazer justiça?

Os indivíduos reuniram-se em comunidade, diz Locke, com o objetivo de facilitar o gozo do direito de propriedade que, mesmo possível, era incerto e inseguro quando se vivia em estado natural. Para o filósofo, portanto, o principal objetivo do contrato social é a preservação do direito de propriedade.

O pacto entre os indivíduos institui a sociedade civil e o Estado. Para Hobbes, o contrato é um **pacto de submissão** que visa a instaurar uma situação contrária àquela que vigorava no estado de natureza, preservando a segurança das vidas humanas; já para Locke o contrato se configura como um **pacto de consentimento** em que os indivíduos, longe de se submeterem todos a um poder comum, concordam em instituir leis que preservem e garantam tudo aquilo que eles já desfrutavam no estado de natureza. O contrato social é, para Locke, a garantia dos direitos naturais, e não a criação de outros direitos.

Locke exemplifica com um tipo bem corriqueiro de associação civil: o casamento. No casamento, dois indivíduos consentem na união, e só por isso ela é possível. O mesmo se aplica ao Estado.

Sendo fruto do consentimento de todos, a instituição de uma sociedade política não significa uma renúncia à liberdade individual, mas sim a instauração de uma nova forma de liberdade, a **liberdade civil**, que não se contrapõe à liberdade natural, mas a preserva e a amplia. Os direitos naturais se tornam políticos.

Manifestação pedindo o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, no Rio de Janeiro (RJ), em 21 de agosto de 1992. Quando a população perdeu a confiança no Presidente da República, alvo de uma série de denúncias de corrupção, saiu às ruas para pedir sua saída do poder.



Jonas Cunha/Agência Estado

Montesquieu (1689-1755)

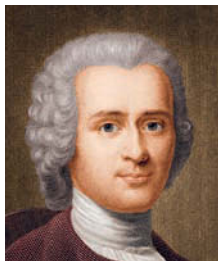


Giraudon/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu de Artes Decorativas, Bordeaux, França.

Busto de Montesquieu em mármore, feito por Jean Baptiste II Lemoyne no século XVIII.

Charles-Louis de Secondat, conhecido como barão de Montesquieu, pensador iluminista que tornou-se crítico da monarquia absolutista e dos excessos políticos do clero católico na França. A obra que o tornou famoso e respeitado intelectualmente foi *Cartas persas*, publicada em 1721, na qual faz uma crítica dos costumes franceses da época. Mas sua principal obra foi *O espírito das leis*, de 1748, que exerceu grande influência no pensamento político ocidental.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)



Stock Montage/Stock Montage/Getty Images

Gravura de c. 1755, representando Rousseau.

Escritor e filósofo nascido em Genebra (Suíça). Num momento de predomínio da filosofia iluminista, foi crítico da confiança incondicional na razão humana. Escritor polêmico, viu algumas de suas obras serem proibidas e mesmo queimadas em praça pública, o que o levou a exilar-se por certo tempo em Neuchâtel, na Suíça. Escreveu sobre diversos assuntos, da música à educação, mas destacou-se especialmente no campo da política. Publicou, entre outras obras: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754/55); *Emílio, ou Da educação* (1762); e *Do contrato social* (1762).

Para Locke, há um pacto de instituição da sociedade e posteriormente a sociedade, assim instituída, define as formas de governo. Como se observa, o contrato social, segundo Locke, não é a transferência do poder de cada um para um soberano. A soberania (o poder) pertence à totalidade do povo. Assim, é esse povo, como corpo político, que pode indicar quem assumirá as funções de administração e de governo. E todo aquele que ocupar esse tipo de função o fará em nome do povo, podendo ser destituído pelo povo quando não corresponder às expectativas.

Locke fala na necessidade de separar e articular os poderes legislativo (que elabora as leis), executivo (que as coloca em prática) e judiciário (que arbitra a prática das leis), para evitar a concentração de poder em uma única pessoa ou grupo. Essa teoria foi consolidada no século seguinte por **Montesquieu** e se tornou elemento fundamental do sistema democrático moderno.



Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). À frente, a escultura Os guerreiros, mais conhecida como Os candangos, de Bruno Giorgi, de 1959. Ao fundo, o Congresso Nacional (foto de 2011).

O contrato social como expressão da vontade geral

Talvez você já tenha ouvido a frase: “O homem nasceu livre, e em toda parte vive acorrentado”. Ela abre o livro *Do contrato social*, de **Jean-Jacques Rousseau**. Enquanto Hobbes concebia o estado natural como guerra e o estado social como fonte de segurança individual, Rousseau considerava o estado natural como fonte da liberdade e da igualdade. A sociedade política era a fonte da guerra, pois instaurava a desigualdade entre os homens. Nascemos livres na natureza, mas nos aprisionamos pelas convenções sociais. O problema político, para Rousseau, poderia ser enunciado da seguinte maneira: como estabelecer um pacto social que seja garantia da liberdade, e não escravização dos indivíduos?

Em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau afirma que o estado de natureza foi a “idade do ouro”, quando os homens eram todos livres e iguais entre si, autossuficientes e isolados uns dos outros, vivendo em paz e harmonia. Isso fez com que se atribuísse a Rousseau a ideia do “bom selvagem” – a crença de que o homem é naturalmente bom, mas se corrompe pela vida em sociedade –, embora ele nunca tenha usado essa expressão. Seu contemporâneo e crítico **Voltaire** afirmava que, ao ler os textos de Rousseau, ficava-se com vontade de andar de quatro, como os bichos, tamanho seu encantamento pelo estado de natureza.

Para Rousseau, a origem da propriedade é também a origem da verdadeira desigualdade. As diferenças naturais não devem ser levadas em conta, segundo ele, mas apenas a desigualdade social, a única desigualdade de fato. A origem da propriedade é também a origem da sociedade, porém não de direito; Rousseau considera que a fundação histórica da sociedade civil está no ato do primeiro ser humano que cercou um terreno e afirmou: “Isto é meu!”, tendo encontrado aceitação por parte de seus semelhantes.

Com a propriedade, inicia-se o processo de acumulação de bens. Surgem as desigualdades, a escravidão, a ganância e a violência. Rousseau considera que o primeiro contrato social que instituiu o Estado não resulta da ação de todos os indivíduos, como pensavam Locke e Hobbes, mas sim da ação dos indivíduos ricos coagindo os mais pobres, na tentativa de garantir para si as benesses da propriedade, e não tinha por isso uma legitimidade jurídica.

Desse modo, Rousseau antecipa a noção de Estado como instrumento de classe que Karl Marx enunciou no século seguinte. Entretanto, Rousseau não considera a instituição política como essencialmente nociva, destinada a defender interesses individuais; a sociedade não é contrária ao estado natural, como afirmava Hobbes. O Estado poderia ser organizado de forma a preservar os direitos naturais e a igualdade entre os indivíduos.

Ao fundo, conjunto de prédios habitacionais; à frente, favela Entra a Pulso, em bairro da zona sul do Recife, capital de Pernambuco. Desigualdades econômicas e sociais como esta, representada em foto de 2012, são problemas presentes na sociedade.



Voltaire



Reprodução/Museu Antoine Lécuyer, Saint-Quentin, França.

Voltaire retratado por Maurice Quentin de La Tour em 1736.

Pseudônimo de François-Marie Arouet (1694-1778). Escritor iluminista francês e satirista político. Foi um grande defensor das reformas políticas, o que o levou algumas vezes à prisão. Suas ideias tiveram grande influência na Revolução Francesa e em outras revoluções liberais. Foi também um crítico da intolerância religiosa. Escreveu muitos livros, filosóficos e literários, bem como peças teatrais, ensaios científicos e históricos, além de extensa correspondência. Algumas de suas obras: *Cartas filosóficas* (1734); *Cândido, ou O otimismo* (1759); e *O filósofo ignorante* (1766).

Encantado com a “idade de ouro” do estado natural, mas ao mesmo tempo defensor da civilização, Rousseau dedica-se a encontrar modos de organizar socialmente os indivíduos, preservando seus direitos e características naturais. Seu objetivo é desenvolver uma estratégia para que o indivíduo não seja corrompido pelas relações sociais, posto que vive em uma sociedade desigual, centrada na exploração. A estratégia reside na educação, tema que o filósofo analisou na obra *Emílio, ou Da educação*, em que projetou a educação de uma criança desde o nascimento até os 25 anos de idade.

Aula em colégio estadual de Rio Branco, capital do Acre, em foto de 2008. Segundo Rousseau, a educação é fundamental para que o indivíduo possa conhecer sua natureza e preservá-la da exploração e da corrupção, presentes em uma sociedade injusta e desigual.



Delfim Martins/Pulsar Imagens



O filme *Serras da desordem*, uma mistura de ficção e documentário, toma como base a história real de Carapiru, um indígena da etnia Awá Guajá. Após sobreviver ao extermínio de sua tribo nos anos 1970, Carapiru vaga sem destino por 10 anos até encontrar, com a ajuda da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), seu filho e os últimos remanescentes de sua tribo.

Serras da desordem. Direção de Andrea Tonacci. Brasil, 2006. (135 min.)

Divulgação/Usina Digital



Cartaz do filme *Serras da desordem*.

Para transformar a sociedade, não basta, porém, educar as crianças; é necessária uma forma de organização não corrompida e não corruptora, que possibilite uma vida livre e alheia à exploração do homem pelo homem. Esse tema foi trabalhado no livro *Do contrato social*, publicado na mesma época de seu tratado sobre educação e dialogando com ele, sendo um o complemento do outro.

Para que possa garantir a igualdade sem abrir mão da liberdade humana, o pacto social deve abranger todos os indivíduos. Se alguém ficar de fora, se estabelece já na origem uma desigualdade que corrompe a sociedade instituída. Diferentemente de Hobbes, no contrato social pensado por Rousseau o conjunto dos indivíduos não abdica de sua liberdade em nome de um único indivíduo, ao qual se submete, mas entrega a si mesmo ao controle de um indivíduo coletivo que é formado pela união de todos os que pactuam ao firmar o contrato. Esse “indivíduo coletivo” é o que ele denomina **vontade geral**, uma das bases de todo e qualquer Estado.

A celebração do pacto dá origem a um corpo social, o Estado, que nada mais é do que a união de todos os indivíduos pactuantes num único indivíduo social; o soberano, aqui, não é o monarca, como em Hobbes, mas o próprio Estado como união dos indivíduos. O todo é soberano com relação a cada uma das partes, todas elas iguais entre si.

Não há, em Rousseau, abdicação da liberdade para a instituição do Estado, uma vez que o Estado é a reunião do conjunto dos indivíduos e deve ser a expressão da **vontade geral**, isto é, a resultante das vontades individuais no que diz respeito às questões comuns e coletivas. Como na perspectiva desse filósofo a soberania não é do governo – os ocupantes da máquina administrativa, executores da vontade geral –, mas do povo como conjunto dos indivíduos pactuantes, nunca há submissão individual. Ao contrário, no Estado se realiza a igualdade política dos indivíduos, assim como sua liberdade se realiza ao obedecer a leis criadas por eles mesmos e que não são jamais leis de exceção impostas por outrem. A teoria de Rousseau constituiu uma das principais bases teóricas das democracias modernas.

AS CRÍTICAS AO ESTADO NO SÉCULO XIX

No século XIX, estavam formados na Europa vários Estados liberais – caracterizados pela liberdade individual no exercício da economia, da política e da religiosidade e que funcionavam segundo os princípios democráticos. Essa estruturação política foi de grande importância na consolidação do capitalismo, que ganhou maior impulso com a Revolução Industrial.

A industrialização fez emergir uma nova categoria social: o operariado, aqueles que, possuindo apenas a força de trabalho como propriedade, eram obrigados a vendê-la em troca de um salário. Submetidos a duras condições de trabalho, aos poucos os operários foram se organizando para reivindicar salários maiores e melhorias como a limitação da jornada de trabalho e o fim do trabalho infantil.



Sony Pictures/Everett Collection/Keystone

Cena do filme Germinal, de 1993, dirigido por Claude Berri. Este filme foi inspirado no romance homônimo do escritor francês Émile Zola, que trata da luta de trabalhadores europeus por melhores salários e condições de trabalho mais dignas, incluindo a limitação da jornada e o fim do trabalho infantil.

A luta dos trabalhadores era econômica, mas também política. Em geral, eles não se consideravam representados nas decisões tomadas nas câmaras legislativas, nem nas políticas adotadas pelos governos. A greve passou a ser utilizada como uma das estratégias de luta, seja para pressionar os patrões, seja para pressionar os governantes. Começaram também a ser desenvolvidas teorias políticas elaboradas com base no ponto de vista da classe operária. Essas teorias viam no Estado um instrumento da opressão e dominação dos trabalhadores. Algo, portanto, a ser combatido e destruído.

Marx e Engels: o socialismo, o comunismo e a superação do Estado

O filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel se afastou das teses contratualistas e em sua obra *Princípios da filosofia do direito* (publicada em 1821) afirmou que o Estado é autônomo em relação aos indivíduos e que não faz sentido colocá-lo fora da história. Para Hegel, a sociedade se constitui em duas esferas: a **sociedade civil**, que representa os embates e antagonismos dos indivíduos em sua luta diária pela sobrevivência; e a **sociedade política** (o Estado), a instância em que os antagonismos da sociedade civil são superados em nome do interesse público.

Essa concepção foi retomada décadas mais tarde por Karl Marx. Invertendo a concepção de Hegel, que afirmava que o Estado é determinante da história, Marx sustentou que é a história da produção social dos homens que determina a estrutura do Estado. Investigando a história da humanidade, Marx percebeu que em nenhum momento o Estado foi o representante dos interesses coletivos, nem tampouco o promotor de uma “vontade geral”. Ao contrário, o Estado foi sempre aquilo que já havia denunciado Rousseau, um instrumento nas mãos de determinado grupo social usado para conquistar e manter privilégios. No caso de uma sociedade organizada pelo sistema capitalista, o Estado é instrumento da classe burguesa.

Essa concepção marcou o divórcio entre sociedade civil e Estado. Embora seja determinado pela sociedade civil, o Estado tem certo grau de independência, o que lhe permite fixar regras e leis que perpetuam a estrutura da sociedade civil mantendo os privilégios e os infortúnios desta organização social. O Estado deixa, portanto, de ser considerado um contrato entre indivíduos capaz de promover a realização da sociedade humana (segurança, direito à propriedade, liberdade) e passa a ser considerado instrumento que a classe dominante manuseia para manutenção do poder econômico. A liberdade de que falam os liberais é, portanto, ilusória em uma sociedade organizada por um Estado. Assim, a superação do Estado é concebida como um passo necessário para o surgimento da verdadeira história humana e para o estabelecimento do reino da liberdade, que, no pensamento de Marx, tem semelhanças com a idade de ouro sonhada por Rousseau. Para Marx, o Estado é apenas um momento no trajeto da humanidade rumo ao reino da liberdade e, como tal, não deve ser instituído, mas superado.

Reprodução/Musée Carnavalet, Paris, França



É preciso que o jogo termine logo, gravura francesa de 1789, em que um camponês é montado por um clérigo e um nobre. De modo crítico e irônico, a gravura representa os três estados (o clero, a nobreza e o povo) e o uso abusivo que as classes mais abastadas fazem do Estado para manter seus privilégios econômicos à custa da exploração do povo.



Foto de protesto em 23 de fevereiro de 2013, em Madri, na Espanha, contra medidas de austeridade contra a crise econômica, tomadas pela cúpula da comunidade europeia, composta pelos líderes dos principais estados europeus. Tais medidas, adotadas sem consulta popular, incluem redução de salários, aumento da carga horária de trabalho, ampliação da idade limite para aposentadoria e redução de pensões e benefícios na área da saúde, e se estendem majoritariamente às classes menos abastadas.

Se o Estado historicamente tem sido um instrumento de determinadas classes sociais para dominar e explorar outras, sua dissolução só seria possível em uma sociedade em que os indivíduos fossem de fato iguais e não houvesse exploração de um pelo outro. Como Marx afirmava que a exploração se dava em função da propriedade privada dos meios de produção, uma sociedade sem exploração seria uma sociedade sem propriedade privada. É o que Marx denominava **comunismo**, isto é, uma sociedade em que os meios de produção seriam comuns a todos, o que significa que não existiria propriedade. E como a propriedade é a base da divisão da sociedade em diferentes classes, uma sociedade comunista seria uma sociedade sem classes. Não havendo classes sociais com interesses diferentes, o Estado deixaria de ser necessário.

A teoria marxista afirma que as transformações sociais acontecem justamente porque há conflito entre as classes sociais; é a luta de classes que move a história. Partindo dessa ideia, Marx estudou a fundo a sociedade capitalista para compreender seu funcionamento, de modo a planejar uma ação política que pudesse impulsionar sua transformação em uma sociedade na qual os trabalhadores não fossem explorados e controlassem eles próprios a organização dos meios de produção.

Marx convocou os trabalhadores a se organizar em suas várias associações, e especialmente em partidos comunistas, para que tivessem mais força em suas reivindicações na sociedade capitalista. É bastante conhecida a frase final de um texto que escreveu com Friedrich Engels e publicou em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”.

Como o Estado em uma sociedade capitalista é instrumento de dominação da classe burguesa, a ruptura com o capitalismo, segundo Marx, seria possível apenas por meio de uma revolução, na qual a classe trabalhadora organizada tornar-se-ia a classe dominante, rumo à democracia, isto é, ao poder exercido pelo povo e não mais por uma pequena classe dominante e economicamente privilegiada. Além dessa medida, que compõe o cerne do programa revolucionário de eman-



Cartaz de propaganda política da União Soviética, impresso em 1919, com o inscrito “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”. Essa frase pertence ao Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)



Reprodução Museu d'Orsay, Paris, França.

Proudhon retratado em óleo sobre tela por Gustave Courbet, em 1865.

Filósofo anarquista francês. De origem humilde, empregou-se muito jovem numa tipografia, aprendendo sozinho o ofício. Ali tomou contato com socialistas e revolucionários, que influenciariam seu pensamento. Afirmou que era necessário fazer uma revolução para pôr fim ao Estado. Propôs também a criação de um sistema mutualista, para empréstimos sem juros entre trabalhadores, e a volta ao trabalho artesanal contra o trabalho industrial. Escreveu uma vasta obra, que influenciou o pensamento social dos séculos XIX e XX, destacando-se: *O que é a propriedade?* (1840); *Sistema das contradições econômicas, ou filosofia da miséria* (1846); e *Do princípio federativo* (1864).

ANARQUIA

A palavra deriva do grego *arkhía*, ‘governo’, ‘chefe’, ‘autoridade’, e o prefixo *a* ou *an*, que indica negação. Literalmente, portanto, anarquia significa ausência de governo, de chefe, de comando. Quando se parte do princípio de que o governo é absolutamente necessário, a palavra adquire um sentido negativo. Para o anarquismo como teoria política e movimento social, a ausência de governo seria exatamente a realização de uma sociedade justa e igualitária.

cipação do proletariado diante de sua condição de explorado, outras medidas estruturais seriam tomadas: as propriedades privadas seriam extintas e todos os bens passariam a pertencer ao Estado. Mas, como o Estado seria a expressão dos trabalhadores, isto é, do conjunto da população, os bens necessários à produção da vida material seriam de todos. Esse conjunto de medidas caracterizam o que Marx chamou **socialismo**.

Com o fim da propriedade privada, os interesses da antiga classe privilegiada paulatinamente desapareceriam. Haveria, finalmente, uma sociedade sem classes. Nesse contexto, o Estado já não seria necessário e desapareceria. Isso significaria a emergência de uma sociedade comunista, na qual todos seriam livres e iguais entre si. Nesse momento teria início, segundo Marx e Engels, a “verdadeira história da humanidade”.

O anarquismo: a defesa de uma sociedade sem Estado

O anarquismo como movimento social e político surgiu no século XIX, no contexto do movimento operário, e desenvolveu uma filosofia política centrada na defesa de uma sociedade sem Estado. Para os anarquistas, o Estado é fonte da opressão humana e instrumento de dominação. Se o Estado existe para resolver os conflitos entre os indivíduos, ele não é necessário em uma sociedade que seja a expressão da igualdade, da liberdade e da solidariedade.

O primeiro pensador a desenvolver ideias anarquistas no século XIX foi **Proudhon**. Em 1840 ele lançou um pequeno livro com o título *O que é a propriedade?*, e sua resposta à pergunta do título era simples e direta: a propriedade é um roubo. Fazendo a crítica da propriedade privada, Proudhon propunha uma sociedade sem propriedade, uma sociedade comunista.

Antes de Proudhon definir suas ideias como anarquistas, essa palavra tinha uma conotação pejorativa. Durante a Revolução Francesa, certos grupos chamavam seus adversários de **anarquistas**, para dizer que não eram sérios, que eram baderneiros e desordeiros. Proudhon deu à palavra um sentido positivo, ao afirmar que a *anarquia* não é desordem, mas a expressão de uma “ordem natural”, não de uma ordem artificial criada por um grupo segundo seus interesses. Sua conclusão: “Assim como o homem procura a justiça na igualdade, a sociedade procura a ordem na anarquia”.

As ideias de Proudhon foram retomadas e desenvolvidas por vários filósofos anarquistas. Um deles foi **Mikhail Bakunin**, ativo revolucionário que circulou por vários países europeus atuando em associações de trabalhadores e procurando construir uma revolução que colocasse fim à exploração capitalista.

O princípio central da filosofia anarquista é a liberdade individual. Os anarquistas consideram que os indivíduos são livres e que a sociedade não pode ser uma limitação dessa liberdade, mas sua confirmação e aprimoramento. Por isso, o Estado, instrumento de dominação, é visto

como algo a ser combatido. O conceito anarquista de liberdade, porém, difere daquele elaborado por Rousseau e por outros filósofos que podem ser chamados de “liberais”.

Para Rousseau, o ser humano é livre por natureza; todos nascem livres, embora a sociedade coloque limites para a liberdade. Essa ideia de liberdade individualizada está expressa na frase: “O limite de minha liberdade é a liberdade do outro”. Para a filosofia anarquista, não faz sentido pensar em limites para a liberdade. Se a liberdade do outro é um limite para minha liberdade, então nem ele nem eu somos livres. Os filósofos anarquistas, em especial Proudhon e Bakunin, elaboraram um conceito coletivista de liberdade. Para eles, a liberdade não é um dom natural do indivíduo. Ninguém nasce livre; nós nos tornamos livres. Aprendemos a ser livres e precisamos conquistar a liberdade. E isso só pode ser feito nas relações sociais. Só posso ser livre em meio a outros seres humanos, junto com outros iguais a mim. Não haveria sentido falar em liberdade se eu vivesse isolado em uma ilha deserta. Só posso ser livre se, vivendo em meio a outras pessoas, suas liberdades confirmam minha liberdade, assim como minha liberdade confirma as delas.

“

[...] Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação [...] Ao contrário, é a escravidão dos homens que põe uma barreira na minha liberdade, ou, o que é a mesma coisa, é sua animalidade que é uma negação da minha humanidade [...] Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito.

BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 32-33.

As relações sociais não são outra coisa senão um jogo de liberdades. Quando esse jogo significa o domínio de uns sobre outros, anulam-se as liberdades de todos; e, afirmam os anarquistas, é isso que historicamente tem sido feito pelos sistemas políticos: o Estado operando como instrumento de dominação de um grupo sobre o restante da sociedade. Por isso, as liberdades precisam ser conquistadas, o que requer a organização política para uma revolução social que coloque fim ao sistema de exploração, abrindo espaço para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

A revolução social, para os anarquistas, deveria imediatamente derubar o Estado. Sua utilização, mesmo provisória, como meio para a atuação partidária, como pensava Marx, significaria necessariamente a manutenção de um sistema de privilégios, de relações de exploração, de classes sociais. Apenas a extinção imediata do Estado como aparelho de exploração poderia colocar em marcha outros tipos de relação, outros jogos de poder que fossem exercício de liberdade, não de dominação.

Mikhail Bakunin (1814-1876)



Nadar-Gaspard/Flix Tournachon/Mondadori
Portifólio/Getty Images

Fotografia de Bakunin,
feita por volta de 1870.

Nascido na Rússia, filho de grandes proprietários de terra, Bakunin se afastou da família, que desejava vê-lo na carreira política, para estudar filosofia em Moscou. Ali tomou contato com as ideias de Hegel. Aproximou-se dos movimentos operários revolucionários e transitou por vários países europeus, tendo sido preso algumas vezes. Sua intensa militância política e social foi marcada por uma também intensa produção intelectual. Escreveu panfletos políticos e textos esparsos, entre os quais se destacam: *A Comuna de Paris e a noção de Estado* (1871); *Federalismo, socialismo e antiteologismo* (1872); *Estado e anarquia* (1873); e *Deus e o Estado* (1882).

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos a seguir expressam diferentes concepções de Estado. Embora ambos sejam textos críticos, escritos contra as perspectivas políticas dominantes em suas épocas, eles trabalham com universos conceituais distintos. No primeiro trecho, Rousseau defende a soberania como exercício da vontade geral, apontando-a como base de um Estado democrático. No segundo trecho, o anarquista Bakunin desvela as relações entre governo e Estado, fazendo a crítica do Estado burguês.

Texto 1

O governo de um Estado só é possível quando este Estado é soberano, quando nenhum outro se impõe sobre ele. Segundo Rousseau, essa soberania não pode ser cedida, ou isso significaria a perda do governo.

A soberania é inalienável

A primeira e mais importante consequência dos princípios até aqui estabelecidos é que somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade da sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a concordância desses mesmos interesses que o tornou possível. O que forma o vínculo social é o que há de comum nesses diferentes interesses, e, se não houvesse um ponto no qual todos os interesses se põem de acordo, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente com base nesse interesse comum que a sociedade deve ser governada.

Digo portanto que a soberania, que é o exercício da vontade geral, nunca pode ser alienada e que o soberano, que é um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode ser transmitido, não a vontade.

De fato, se não é impossível que uma vontade particular concorde em algum ponto com a vontade geral, é impossível pelo menos que essa concordância seja duradoura e constante, porque a vontade particular tende por natureza às preferências, e a vontade geral à igualdade. É ainda mais impossível ter uma garantia dessa concordância, mesmo que essa concordância perseverasse, o que não seria um efeito da arte mas do acaso. O soberano pode muito bem dizer: “Quero agora o que quer certo homem ou pelo menos o que ele diz querer”. Mas ele não pode dizer: “O que esse homem quiser amanhã, eu também quereirei”, porque é absurdo que a vontade se dê grilhões para o futuro e porque não depende de nenhuma vontade consentir em nada que seja contrário ao bem do ser que quer. Portanto, se o povo promete simplesmente obedecer, ele se dissolve por esse ato, perde a sua qualidade de povo. A partir do instante em que tem um amo, não há mais soberano, e o corpo político é por conseguinte destruído.

Isso não quer dizer que as ordens dos chefes não possam ser tidas como vontades gerais, enquanto o soberano, que é livre para se opor a elas, não o fizer. Num caso assim, do silêncio universal deve-se deduzir o consentimento do povo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011. p. 77-78.

Glossário

Inalienável: que não pode ser alienado, que não pode ser vendido ou dado.

Questões sobre o texto

- 1 Explique esta ideia: o soberano é um ser coletivo.
- 2 Por que a vontade geral, ou soberania, é inalienável?
- 3 Seria possível a concordância de uma vontade particular com a vontade geral? Em que condições?
- 4 Em que sentidos a soberania é a base de qualquer sociedade?

Texto 2

Neste texto, Bakunin afirma que é impossível não se revoltar contra o Estado, pois ele opera pela opressão, pelo abuso da autoridade.

Estado e governo

[...] Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto o será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado absolutamente não é a sociedade, é apenas uma forma histórica tão brutal quanto abstrata. Nasceu historicamente, em todos os países, do casamento da violência, da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante.

*[...] A revolta é muito mais fácil contra o Estado, porque há na própria natureza do Estado alguma coisa que leva à revolta. O Estado é a autoridade, é a força, é a ostentação e **ênfase** da força. Ele não se insinua, não procura converter: sempre que interfere, o faz de mau jeito, pois sua natureza não é de persuadir, mas de impor-se, de forçar. Inutilmente, tenta mascarar essa natureza de violador*

legal da vontade dos homens, de negação permanente de sua liberdade. Então, mesmo que determine o bem, ele o estraga, precisamente porque o ordena, e porque toda ordem provoca e suscita revoltas legítimas da liberdade; e porque o bem, no momento, da moral humana, não divina, do ponto de vista do respeito humano e da liberdade, torna-se um mal.

[...] Exploração e governo, o primeiro dando os meios de governar e constituindo a base necessária assim como o objetivo de todo governo, que por sua vez garante e legaliza o poder de explorar, são os dois termos inseparáveis de tudo que se chama política. Desde o início da história eles constituíram a vida real dos Estados: teocráticos, monárquicos, aristocráticos, e até mesmo democráticos. Anteriormente e até a grande Revolução do fim do século XVIII, sua íntima relação era mascarada por ficções religiosas, legais e cavaleirescas, mas, desde que a mão brutal da burguesia destruiu todos os véus, aliás nitidamente transparentes, desde que seu sopro revolucionário dissipou todas as vãs imaginações atrás das quais a Igreja e o Estado, a tecnocracia, a monarquia e a aristocracia puderam, durante tanto tempo, tranquilamente realizar todas as suas torpezas históricas; desde que a burguesia, cansada de ser bigorna, tornou-se, por sua vez, martelo; desde que inaugurou o Estado moderno, essa ligação fatal tornou-se para todos uma verdade revelada e até mesmo incontestável.

A exploração é o corpo visível e o governo é a alma do regime burguês. E, como acabamos de ver, uma e outra, nessa ligação tão íntima, são, tanto do ponto de vista teórico como prático, a expressão necessária e fiel do idealismo metafísico, a consequência inevitável dessa doutrina burguesa que procura a liberdade e a moral dos indivíduos fora da solidariedade social. Essa doutrina leva ao governo **espoliador** de um pequeno grupo de privilegiados, ou de eleitos, à escravidão espoliada da maioria e, todos, à negação de toda moralidade e toda liberdade.

BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 33-34.

Glossário

Enfatuação: ato de enfatuar, tornar presunçoso.

Espoliador: o mesmo que saqueador, usurpador, que tira o que não é seu.

Questões sobre o texto

- 1 Por que o Estado é um mal, mas ainda assim necessário?
- 2 Como Bakunin relaciona o governo com a exploração?
- 3 Que crítica Bakunin faz ao regime burguês?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Depois de conhecer um pouco o pensamento político moderno, como você analisa a letra da música “Estado Violência” reproduzida no início do capítulo?
- 2 Relacione algumas semelhanças e diferenças entre as noções de “estado de natureza” e “contrato social” em Hobbes, Locke e Rousseau.
- 3 Que críticas os marxistas e os anarquistas faziam ao Estado? Em que elas se aproximam e em que se distanciam?
- 4 Faça uma pesquisa sobre movimentos organizados da sociedade civil que reivindicam direitos civis. Analise o teor dessas reivindicações e como esses grupos são tratados pelo Estado. Reflita sobre os dados obtidos e escreva um texto argumentativo expondo suas posições diante da questão.
- 5 Qual é a diferença entre a estratégia dos marxistas e a dos anarquistas para chegar a uma sociedade comunista?
- 6 Como as teorias estudadas neste capítulo podem ajudar você a compreender a estrutura de poder em seu país?
- 7 O que você pensa sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil? E sobre o voto aos 16 anos? Você se sente preparado para exercer esse direito de cidadania? Escreva sobre isso e depois debata com seus colegas.
- 8 Faça uma dissertação filosófica sobre o tema: O fim do Estado é inevitável?
Além do que foi estudado neste capítulo, utilize os textos abaixo.
[...] A reflexão da filosofia política clássica evidencia entretanto um aspecto do Estado que contesta de antemão essas concepções instrumentalistas ou funcionalistas. O economismo que hoje domina o pensamento das ciências sociais não deveria fazer com que subestimássemos sua im-

portância. Somos tributários de Thomas Hobbes por ter sido um dos primeiros a estudar esses aspectos em sua teoria da “pessoa fictícia” do soberano. A frase que se atribui a Luís XIV (“O Estado sou eu”) o diz bem: na unidade física, visível, da pessoa do soberano, quer se trate de um monarca ou de uma assembleia, realiza-se por artifício a união dos cidadãos que a ele confiam sua segurança e bem-estar. O *Leviatã* revela assim suas forças propulsoras antropológicas com as quais tem de lidar essa pretensa “máquina”. Espinosa, pouco suspeito de simpatia pela monarquia absoluta, concorda nesse ponto com o filósofo inglês. Define o Estado como um indivíduo que só pode existir sobre o modelo de uma pessoa, dotada de uma vontade. “O corpo do Estado”, escreve ele em seu tratado político, “deve ser dirigido como que por uma única alma, e é por isso que a vontade da cidade deve ser considerada como a vontade de todos”. E acrescenta que as “leis são a alma do Estado. Enquanto permanecerem, o Estado subsiste necessariamente. Mas as leis não podem permanecer invioladas se não estiverem sob a proteção da razão e das afecções comuns aos homens”.

LECOURT, Dominique. O fim do Estado é inevitável? In: *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 51-52.

[...] O Estado, tal como conhecemos, nem sempre existiu. Sem dúvida o mundo atual nos pede para inventarmos formas novas de organização política. Mas nada seria mais grave do que esquecer, por cientificismo, as forças propulsoras antropológicas com as quais tiveram sempre de lidar os Estados modernos. Pois essas forças não desaparecerão. Toda transformação da forma estatal consistirá apenas em sua reativação conforme novas regras. E já vemos com nossos próprios olhos o preço que teríamos de pagar por uma

denegação tecnocrática dessa realidade: explosões assassinas de ódio nacionalista e racista em reação ao que apareceria como um puro e simples desmantelamento; o desamparo de uma juventude que se entrega à violência destruidora (drogas incluídas) na impossibilidade de adquirir uma identidade e tornar-se alguém; ou ainda por nostalgia, o efeito bumerangue do que Espinosa chamava “o ódio teológico”, que talvez seja o mais feroz de todos aqueles de que é capaz o ser humano.

LECOURT, Dominique. O fim do Estado é inevitável? In: *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 53.

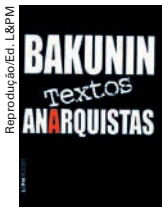
DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Algumas vezes, a proposta de realização de uma dissertação filosófica aparece na forma de uma pergunta. Quando deparamos com esse tipo de atividade, é importante ter em mente que não se trata de, com a escrita da dissertação, simplesmente responder de forma direta à pergunta-tema.

Uma regra que precisa ser sempre observada é que é necessário “problematizar a pergunta”. Em outras palavras, ela não pode ser tomada como absoluta; caso contrário, o exercício da dissertação simplesmente repetirá aquilo que foi exposto na aula ou no texto. O autor da dissertação precisa tomar a pergunta-tema reflexivamente, para explicitar o problema filosófico que está por trás dela. Assim, terá condições de examinar seus vários ângulos e produzir um texto fruto de sua reflexão pessoal, expondo sua posição e seus argumentos.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



BAKUNIN, Mikhail. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Uma compilação de textos do anarquista russo, que pode servir como uma introdução ao tema.



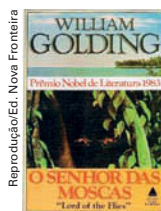
FREIRE, Roberto; BRITO, Fausto. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. 13. ed. Rio de Janeiro: Trigramma, 2001.

Uma visão descontraída mas ao mesmo tempo séria e aprofundada das grandes questões políticas, analisadas com base em situações cotidianas e nas possibilidades de ação individual.



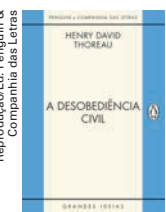
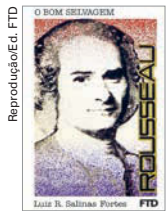
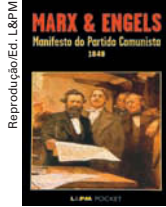
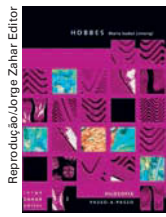
GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

De forma romaneada, a escritora, filha de imigrantes italianos anarquistas, conta suas memórias de infância. A família participou da industrialização de São Paulo e da Colônia Cecília, comunidade anarquista do interior do Paraná.



GOLDING, William. *O Senhor das Moscas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Interessante fábula política sobre um grupo de crianças que, sozinhas numa ilha deserta, precisam organizar-se e constituir uma sociedade.



LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

Uma excelente introdução ao pensamento de Thomas Hobbes.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Talvez este seja o texto político mais lido e discutido de todos os tempos. Nele, os autores apresentam sua concepção de história como luta de classes, várias correntes socialistas e, por fim, exortam os trabalhadores do mundo inteiro a se unirem.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011.

A principal obra política de Rousseau, que repensou o Estado no século XVIII.

SALINAS FORTES, Luiz R. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.

Excelente introdução ao pensamento de Rousseau, em linguagem acessível e dinâmica.

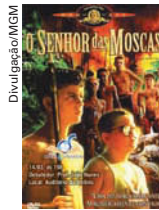
_____, Luiz R. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O livro oferece, em linguagem acessível, um panorama do movimento iluminista e de sua relação com a política.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.

Conjunto de ensaios do filósofo norte-americano do século XIX, que questionam a própria formação da sociedade nos Estados Unidos.

Filmes



Cromwell, o homem de ferro. Direção de Ken Hughes. Reino Unido, 1970. (145 min.)

Filme histórico que relata a situação política inglesa no século XVII. Interessante como contextualização das ideias de Hobbes e de Locke. Um filme mais recente sobre o mesmo assunto é *Morte ao rei*. Direção de Mike Barker. Reino Unido/Alemanha, 2003. (102 min.)

O Senhor das Moscas. Direção de Peter Brook. Estados Unidos, 1963. (90 min.)

Adaptação do livro homônimo. Em 1990 foi lançada outra adaptação para o cinema, com direção de Harry Hook.

Sacco e Vanzetti. Direção de Giuliano Montaldo. Itália/França, 1971. (119 min.)

A história de dois trabalhadores imigrantes italianos nos Estados Unidos que foram presos na década de 1920, acusados de promover agitações anarquistas e de cometer um assassinato, o que nunca foi provado.

Um ato de liberdade. Direção de Edward Zwick. Estados Unidos, 2008. (137 min.)

Baseado em fatos reais, o filme relata a formação de uma comunidade de judeus numa floresta da Belarus, para fugir à perseguição nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Discute questões como liderança, poder, conceito de liberdade e espírito de coletividade.

X-Men. Direção de Bryan Singer. Estados Unidos, 2000. (104 min.)

Assim como suas continuações, baseia-se nos quadrinhos da Marvel Comics. Oferece elementos interessantes para um debate sobre política, ao mostrar os conflitos entre os mutantes e os demais seres humanos, cada grupo defendendo seus interesses próprios.

3 *Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle*

Colocando o problema

Alphaville é um filme clássico de ficção científica, lançado em 1965. Descreve uma cidade futurista, na qual tudo – inclusive os habitantes – é controlado por um supercomputador, denominado Alpha 60. Um agente é enviado para encontrar o inventor da máquina e convencê-lo a destruí-la, mas as dificuldades são imensas, uma vez que o computador aboliu os sentimentos humanos e todos são controlados por ele.

O filme mostra uma sociedade totalitária, com um governo absoluto, que nem é humano. Trata-se claramente de uma metáfora para aquele que talvez tenha sido o grande problema político do século XX: o totalitarismo.

Após a consolidação das democracias liberais europeias no século XIX, o século seguinte assistiu à emergência desse novo fenômeno político, que teve consequências devastadoras. Segundo alguns especialistas, o termo “totalitarismo” surgiu com Mussolini, que, em oposição ao estado liberal, propunha que todas as manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais se mantivessem sob o poder do Estado. “Tudo pelo Estado – nada contra o Estado” era um de seus lemas. Entretanto, o regime fascista instaurado por Mussolini não foi totalitário, e este termo só é aplicado com segurança aos regimes de Hitler e Stalin.

Na Alemanha, pouco depois do fim da Primeira Guerra Mundial, em um contexto de descontentamento social e político, surgiram algumas ideias políticas baseadas em teorias biológicas racistas. Estas ideias elegiam a raça ariana como superior às demais e se tornaram o centro da ideologia nazista, que associava a ela elementos políticos autoritários e o ódio a judeus, homossexuais, ciganos e opositores políticos.

Reunidos no Partido Nacional Socialista, cujo principal nome era Adolf Hitler, os nazistas chegaram ao poder por meios democráticos no início da década de 1930 e, em 1933, instauraram uma ditadura sob o comando de Hitler, que conduziu a Alemanha a um governo totalitário.

Na Rússia, depois da morte de Lênin, em 1924, Josef Stalin se tornou o comandante máximo da URSS, conduzindo seu governo por meio de uma ditadura que, a partir dos anos 1930, também se desenvolveu e



Alphaville é uma cidade controlada pelo computador Alpha 60, que a conquistou pela inibição de seus habitantes. Lemmy Caution (Eddie Constantine) é um agente secreto enviado à cidade com a missão de convencer o professor Von Braun a destruir sua criação, o Alpha 60.

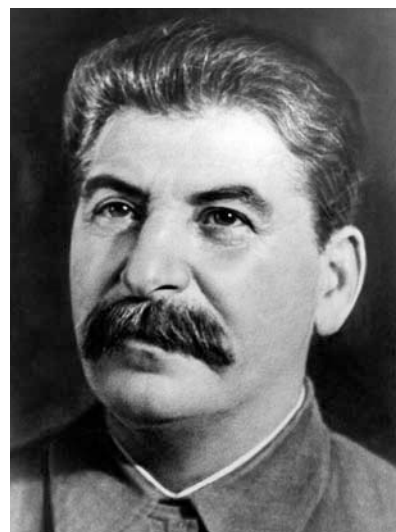
Alphaville.
Direção de Jean-Luc Godard.
França/Itália, 1965. (99 min).



Lemmy Caution (Eddie Constantine) em cena do filme *Alphaville*.

se tornou um governo totalitário. Stalin não se baseava em teorias racistas, mas em uma suposta teoria da história segundo a qual certas classes sociais deveriam ser eliminadas para que a URSS chegasse a uma sociedade sem classes.

O pensamento político procurou compreender as razões desses acontecimentos e as condições em que eles surgiram. O final do século XX, com o rápido desenvolvimento da tecnologia informática, viu a ficção de *Alphaville* tornar-se possível em vários aspectos. Os contornos de uma sociedade em que os indivíduos podem ser acompanhados e controlados em tempo real foram ficando cada vez mais nítidos – com tudo o que isso representa em termos de avanço, mas também de ameaça às liberdades.



Fox Photos/Getty Images

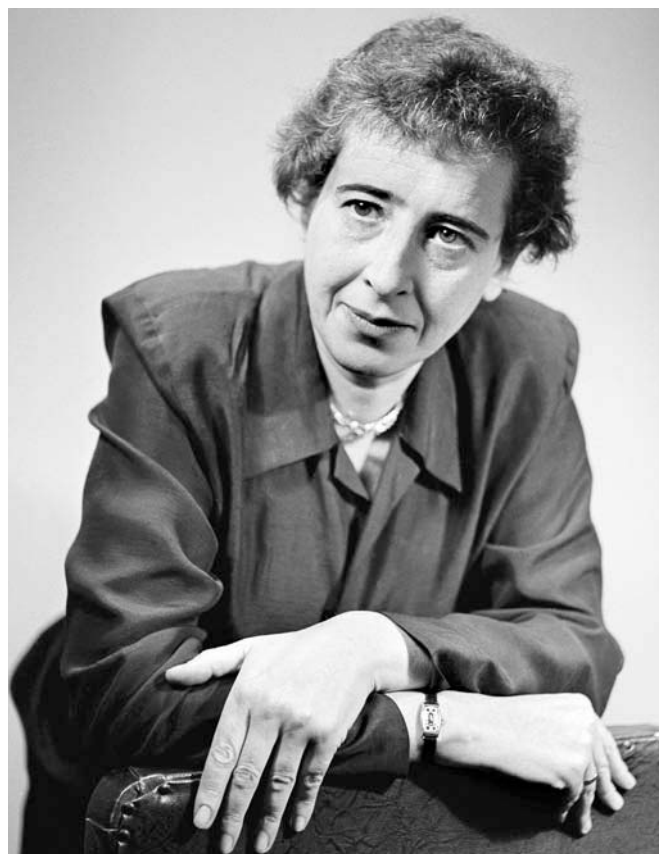
Adolf Hitler e Josef Stalin (na foto) foram líderes de governos totalitários na primeira metade do século XX.

A filosofia na história

HANNAH ARENDT E A CRÍTICA AOS TOTALITARISMOS

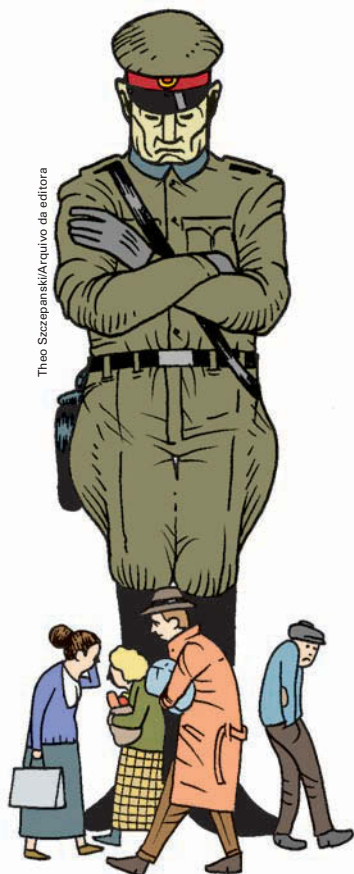
Hannah Arendt viveu o horror da ascensão do nazismo na Alemanha e a crescente perseguição aos judeus, com o fortalecimento de um discurso político racista. De família judaica, viu-se obrigada a exilar-se nos Estados Unidos. Dedicou-se então a refletir sobre o totalitarismo, essa nova forma de governo, tomando-o como um problema filosófico e não apenas social.

Em seu livro *As origens do totalitarismo*, publicado em 1951, Arendt propõe uma explicação por meio de um amplo estudo histórico e político desta nova forma de governo. Nas duas primeiras partes do livro – antissemitismo e imperialismo – a autora oferece alguns dos elementos que, ao se cristalizarem, permitiram a ascensão do totalitarismo alemão. Na terceira parte do livro, ela analisa os elementos que constituem os dois governos totalitários: a Alemanha de Hitler e o regime soviético sob Stalin. Estes regimes se fundamentam, segundo a autora, em uma ideologia, no terror e na mobilização das massas.



Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images

Hannah Arendt, uma das principais pensadoras do século XX, revolucionou nossa compreensão da política e desenvolveu uma das melhores interpretações do totalitarismo (foto de 1949).



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

O totalitarismo é uma negação radical das liberdades individuais. A questão filosófica que ele suscita é: como podem as pessoas consentir com a negação de sua própria liberdade, suportando e até apoiando esse tipo de regime político?

Arendt retoma as clássicas análises de Montesquieu, para afirmar que o totalitarismo escapa a esse sistema analítico da política clássica. Ela afirma que no esquema analítico de Montesquieu há certos princípios de ação que são seguidos pelos indivíduos como cidadãos, em cada regime político, bem como pelos governantes. Numa monarquia, esse princípio é a honra; numa república, é a virtude; numa tirania, é o medo. Em outras palavras: numa república, tanto cidadãos quanto governantes sentem orgulho em não dominar os demais, ao menos naquilo que diz respeito aos assuntos públicos; numa monarquia, as pessoas agem visando à honra pública, isto é, querem ser reconhecidas como alguém honrado; numa tirania, o que move as ações é o medo: o medo dos súditos em relação ao tirano, mas também o medo dos tiranos em relação aos súditos. Todo esse esquema está baseado em uma separação das esferas privada e pública da vida. As relações políticas dizem respeito, claro, à esfera pública; o que o indivíduo faz em sua vida privada é uma outra história.

Segundo Arendt, o totalitarismo escapa a esse esquema, na medida em que sua pretensão é a dominação total do ser humano, apagando a distinção entre as esferas pública e privada. Um governo totalitário não quer dominar apenas o cidadão (esfera pública); ele quer dominar também o indivíduo (esfera privada). Sendo assim, é evidente que o princípio

de ação do governo totalitário não é a virtude nem a honra. Seria o medo? Será que as pessoas aderem ao totalitarismo por medo? Arendt afirma que não. O totalitarismo não é uma tirania como aquelas classicamente conhecidas. Os governados até podem sentir medo; mas os governantes totalitários não imprimem o terror por medo dos governados. Para Arendt, o princípio político do totalitarismo é o **terror**, que torna desnecessário qualquer daqueles princípios de ação expostos por Montesquieu.

A questão central do governo totalitário é que ele se coloca fora do esquema de ser um poder legal, de direito, ou ilegal, arbitrário. A dominação totalitária

não segue a lei tradicionalmente conhecida; segue um esquema lógico, que se considera uma “lei da História”, no caso de Stalin, ou uma “lei da Natureza”, no caso de Hitler. Ambas as leis estão além das convenções humanas e não podem ser debatidas ou humanamente controladas. Um exemplo: nenhum regime político pode matar os cidadãos, pois a lei



Galerie Bildenwelt/Getty Images

Conduzidos pelo exército nazista, judeus húngaros chegam ao campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, em junho de 1944.

garante o respeito à vida; mas o totalitarismo nazista matou “legalmente” milhões de judeus, pois estava seguindo uma “lei da Natureza” de purificação da raça, segundo suas ideias. Os governantes nazistas diziam estar fazendo um “bem à humanidade” ao matar os judeus. E consideravam que o faziam segundo a lei, e não de modo arbitrário e ilegal. Aí está a base do terror totalitário: transformar em legal uma ação abominável dos governantes.

Segundo Arendt, o totalitarismo captura os indivíduos porque eles se encontram totalmente isolados, sem laços sociais. É o que ela chama de uma “sociedade atomizada”, que perde sua coesão. Diferenciando isolamento de solidão (na solidão a pessoa está “consigo mesma”, enquanto no isolamento nem consigo ela dialoga), a pensadora afirma que o terror totalitário consegue unir esses indivíduos isolados na mesma medida em que os mantém isolados. E ainda amplia seu isolamento porque só indivíduos isolados podem ser dominados por completo, sem opor resistência. O terror totalitário não forma uma comunidade política de fato, em que as pessoas participam de uma vida comum. O totalitarismo transforma o povo em “massa”, em multidão, que Hobbes dizia ser algo anterior ao pacto político.

Outro aspecto importante do totalitarismo é que seu governo só existe enquanto se mantém em movimento. É essa a razão do expansionismo totalitário, que precisa conquistar outros países, outros territórios. Seu limite é o mundo todo. Sua proposta é fundir todos os indivíduos em uma única humanidade, ainda que estejam todos isolados uns dos outros, sob um mesmo governo totalitário.

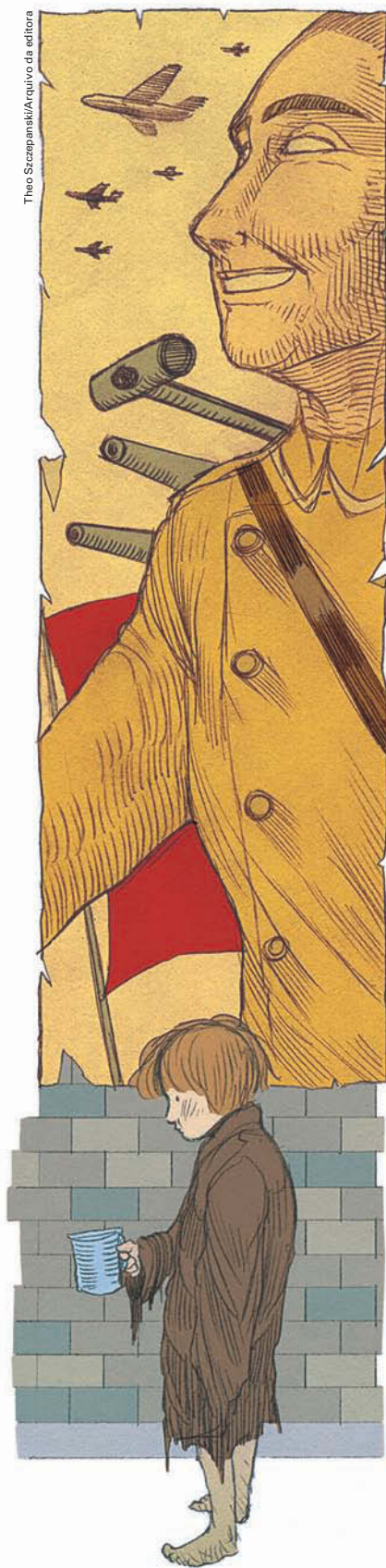
Ainda segundo Arendt, o totalitarismo prepara os indivíduos para serem ao mesmo tempo carrascos e vítimas. É assim que funciona o terror totalitário: ninguém está a salvo. Mesmo aqueles que ocupam postos de poder no governo podem, de uma hora para outra, cair em desgraça e tornar-se vítimas, sofrendo o mesmo destino que impunham a outros. Isso é garantido por meio da ideologia e sua propaganda.

O totalitarismo constrói uma ideologia, um sistema explicativo do mundo e da vida, que não tem necessariamente relação com a experiência concreta, mas explica tudo, o passado e o futuro. O poema de Bertolt Brecht, escrito na década de 1930, sob o calor do regime hitlerista, mostra bem claramente o mecanismo da propaganda nos regimes totalitários.

Crianças saúdam o militar e ditador espanhol Francisco Franco, em cidade do interior da Espanha. No cartaz, lê-se: “Franco, caudilho de Deus e da Pátria, o primeiro no mundo a vencer o bolchevismo no campo de batalha”.



Reprodução/Arquivo EFE



66 *Necessidade da propaganda*

- 1
*É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar.
 Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa.
 Mesmo os famintos devem admitir
 Que o Ministro da Alimentação fala bem.*
- 2
*Quando o regime liquidou mil homens
 Num único dia, sem investigação nem processo
 O Ministro da Propaganda louvou a paciência infinita do Führer
 Que havia esperado tanto para ter a matança
 E havia acumulado os patifes de bens e distinções
 Fazendo-o num discurso tão magistral, que
 Naquele dia não só os parentes das vítimas
 Mas também os próprios algozes choraram.*
- 3
*E quando em um outro dia o maior dirigível do Reich
 Se desfez em chamas, porque o haviam enchido de gás inflamável
 Poupano o gás não inflamável para fins de guerra
 O Ministro da Aeronáutica prometeu diante dos caixões dos mortos
 Que não se deixaria desencorajar, o que ocasionou
 Uma grande ovação. Dizem que houve aplausos
 Até mesmo de dentro dos caixões.*
- 4
*E como é exemplar a propaganda
 Do lixo e do livro do Führer!
 Todo mundo é levado a recolher o lixo do Führer
 Onde quer que esteja jogado.
 Para propagar o hábito de juntar trapos, o poderoso Göring
 Declarou-se o maior "juntador de crápulas" de todos os tempos
 E para acomodar os crápulas fez construir
 No centro da capital do Reich
 Um palácio ele mesmo do tamanho de uma cidade.*
- 5
*Um bom propagandista
 Transforma um monte de esterco em local de veraneio.
 Quando não há manteiga, ele demonstra
 Como um talhe esguio faz um homem esbelto.
 Milhares de pessoas que o ouvem discorrer sobre as autoestradas
 Alegam-se como se tivessem carros.
 Nos túmulos dos que morreram de fome ou em combate
 Ele planta louros. Mas já bem antes disso
 Falava de paz enquanto os canhões passavam.*

6

*Somente através de propaganda perfeita
Pôde-se convencer milhões de pessoas
Que o crescimento do Exército constitui obra de paz
Que cada novo tanque é uma pomba da paz
E cada novo regimento uma prova de
Amor à paz.*

7

*Mesmo assim: bons discursos podem conseguir muito
Mas não conseguem tudo. Muitas pessoas
Já se ouviu dizerem: pena
Que a palavra “carne” apenas não satisfaça, e
Pena que a palavra “roupa” aqueça tão pouco.
Quando o Ministro do Planejamento faz um discurso de louvor à nova
impostura
Não pode chover, pois seus ouvintes
Não têm com que se proteger.*

8

*Ainda algo mais desperta dúvidas
Quanto à finalidade da propaganda: quanto mais propaganda há em
nosso país
Tanto menos há em outros países.*

BRECHT, Bertolt. Sátiras alemãs. In: *Poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense: 1990. p. 197-199.

Segundo Arendt, a grande lição do totalitarismo, o perigo que ele representa, é o isolamento dos seres humanos. Ainda que esse isolamento seja o sintoma de uma sociedade de massas, ele é contrário à condição humana, segundo a qual os seres humanos habitam o planeta como coletividade, e não como seres isolados. O modo de evitar novos regimes de terror, portanto, é resgatar os laços sociais e políticos entre os indivíduos.

FOUCAULT, DISCIPLINA E BIOPODER

Como você já estudou, Michel Foucault desenvolveu a ideia de uma “microfísica do poder”, uma nova forma de compreender o poder nas relações sociais. O filósofo afirmou que, nas sociedades ocidentais, predominaram três tecnologias de poder distintas: o poder de soberania, o poder disciplinar e o biopoder.

Soberania: poder de vida e morte

O poder de soberania predominou nas sociedades pré-capitalistas, em geral com governos monárquicos. É a tecnologia de poder que caracterizava a sociedade analisada por Hobbes e Maquiavel, por exemplo. Foucault afirma que o princípio dessa tecnologia de poder era o





Henrique VIII (1491-1547), retratado por Hans Holbein por volta de 1540. Henrique VIII é considerado um dos soberanos mais absolutos da história. Foi rei da Inglaterra de 1509 até sua morte. Promulgou o Ato de Traição, que determinava a morte de todo aquele que não reconhecesse sua autoridade.

direito que o soberano tinha sobre a vida e a morte de seus súditos. O governante soberano tinha o poder de estabelecer leis que se aplicavam a todos os seus súditos, mas não a ele mesmo. Se uma lei determinava que um indivíduo não devia matar o outro (pois o soberano deveria ser capaz de manter a vida, a segurança e a integridade física de seus súditos), ela não se aplicava ao soberano, o único que poderia tirar a vida de alguém sem descumprir a lei. Por isso, o princípio básico desse tipo de poder poderia ser enunciado da seguinte maneira: “fazer morrer e deixar viver”. O soberano era aquele que tinha o poder de fazer morrer qualquer um de seus súditos, por isso era também aquele que tinha o poder de deixá-los viver. A vida dos súditos era uma concessão do soberano.

Na análise do poder de soberania, Foucault distancia-se da afirmação de Hobbes de que a instituição da sociedade põe fim à guerra entre os indivíduos. Foucault pensa que a sociedade é um **prolongamento** da guerra. As relações políticas no meio social nada mais são que uma maneira de gerir os conflitos entre os indivíduos, isto é, a guerra entre os indivíduos organizada de outro modo. Além disso, Foucault não considera que o pacto social desloque todo o poder para o governante, como sustenta Hobbes. Para Foucault, o poder apenas aparentemente emana do governante, pois é toda uma rede de poder distribuída entre as pessoas que sustenta a posição do soberano.

Disciplina para a submissão

Segundo Foucault, foi a disciplina – invenção burguesa surgida no século XVII e consolidada no século XVIII – que sustentou o crescimento do capitalismo. É um tipo de poder que se exerce sobre indivíduos, sobre seus corpos.

Para que essa tecnologia de poder funcione com todo seu potencial, foram sendo criadas “instituições disciplinares” nas quais os indivíduos são confinados: a fábrica, o exército, a prisão, o hospital, a escola. Nessas instituições, as pessoas são individualizadas. Cada indivíduo tem um prontuário, no qual se anota tudo o que lhe acontece. Por meio da disciplina o indivíduo pode ser conhecido, controlado e explorado, tirando-se dele tudo o que pode oferecer.

Foucault debruçou-se sobre uma dessas instituições e escreveu o livro *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, em que mostra como na história do Ocidente a punição aos criminosos foi se transformando – dos castigos físicos ao encarceramento –, como forma de impor ao condenado uma disciplina que lhe permitisse ser ressocializado. Embora a instituição pesquisada seja a prisão, a análise sobre a disciplina é válida para qualquer instituição disciplinar. Tanto que na terceira parte do livro, na qual ele analisa o desenvolvimento das tecnologias disciplinares, o foco escolhido é a escola.

A função da disciplina é produzir “corpos dóceis”, que possam ser moldados, configurados segundo as necessidades sociais. Assim são

produzidos os corpos dos estudantes, dos soldados e policiais, e também dos trabalhadores. Os corpos disciplinados são corpos exercitados e submissos. Como afirma Foucault, a disciplina aumenta a força dos corpos orientada para a produção, mas diminui a força dos corpos em sentido político, tornando-os obedientes. A obediência e a conformação dos corpos os tornam mais produtivos.

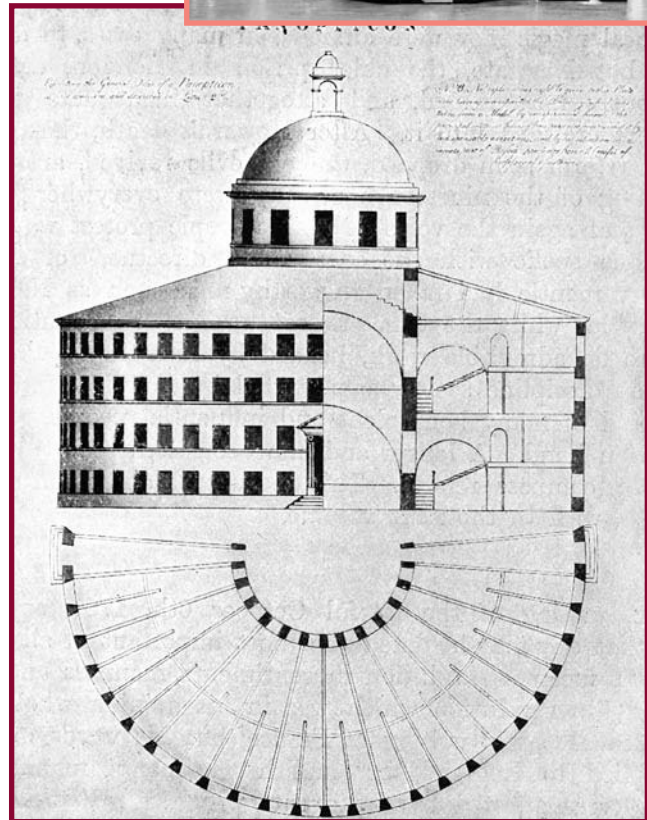
Discorrendo sobre a maneira como os corpos são disciplinados, Foucault diz que a disciplina é uma “arte das distribuições”. Sua primeira operação é a distribuição dos indivíduos no espaço. É necessário, portanto, delimitar esse espaço. Não é por acaso que a arquitetura das escolas é muito semelhante, assim como a arquitetura das fábricas ou dos quartéis: trata-se da organização de um espaço disciplinar. Nesse espaço, os indivíduos são distribuídos segundo uma lógica organizacional. Como exemplo, basta pensar em como os estudantes são distribuídos na escola, organizados por séries ou anos, por classes e grupos. Essa ação, segundo o filósofo, transforma uma “multidão confusa” em uma “multiplicidade organizada”.

O segundo aspecto da tecnologia disciplinar é sua ação de controle das atividades. Numa instituição disciplinar, toda atividade é controlada, e esse controle começa pelo tempo: há o momento certo para fazer cada coisa. O controle dos horários é um dos pilares da disciplina: cada indivíduo aprende a controlar seu corpo, de modo a ir ao banheiro no horário estabelecido, e não quando tiver vontade; almoçar no horário estipulado pela instituição, e não quando sentir fome. Um corpo assim disciplinado é um corpo muito mais eficiente e produtivo, seja para o estudo, seja para o trabalho.

A disciplina, por meio do adestramento dos corpos, produz indivíduos. E eles são o tempo todo vigiados e controlados. Quando se desviam do comportamento esperado, são punidos. A punição tem a função de normalizar sua ação, de fazer com que os indivíduos voltem a agir conforme o esperado.

Biopoder: bem-estar social

Uma vez consolidada a tecnologia de poder disciplinar, Foucault afirma que, por volta do fim do século XVIII, começa a se constituir uma nova tecnologia, que ele propõe denominar **biopoder**, um poder sobre a vida. Mas o biopoder não deve ser confundido com o poder soberano.



Mansell/Time & Life Pictures/Getty Images

Projeto de penitenciária pan-óptica desenvolvido pelo filósofo Jeremy Bentham, em 1796. No projeto, há uma torre central de vigilância em torno da qual se localizam as celas. Da torre, funcionários podem vigiar os presos, mas estes não sabem se estão sendo vigiados ou não. Segundo Foucault, o poder disciplinar presente nestas prisões é encontrado também em escolas, hospitais e manicômios. No detalhe, interior de penitenciária em Illinois, nos Estados Unidos, que reproduz esse sistema prisional (foto de 1954).

O poder soberano era aquele que decidia sobre a vida ou a morte dos súditos, ao passo que o biopoder é aquele que procura administrar a vida de uma população. O biopoder é complementar ao poder disciplinar, mas apresenta diferenças. Já vimos que o poder disciplinar se exerce sobre indivíduos adequando-os à norma. O biopoder é diferente porque se exerce sobre grandes grupos de indivíduos já disciplinados que formam as populações. O poder disciplinar é, portanto, uma condição para que o biopoder se exerça e, enquanto a tecnologia centrada no corpo é individualizante, a tecnologia centrada na vida é massificante.

A tecnologia do biopoder está voltada para a manutenção da vida das populações organizadas pelo Estado como corpo político. Ela é a base do chamado “Estado de bem-estar social”, que se preocupa em

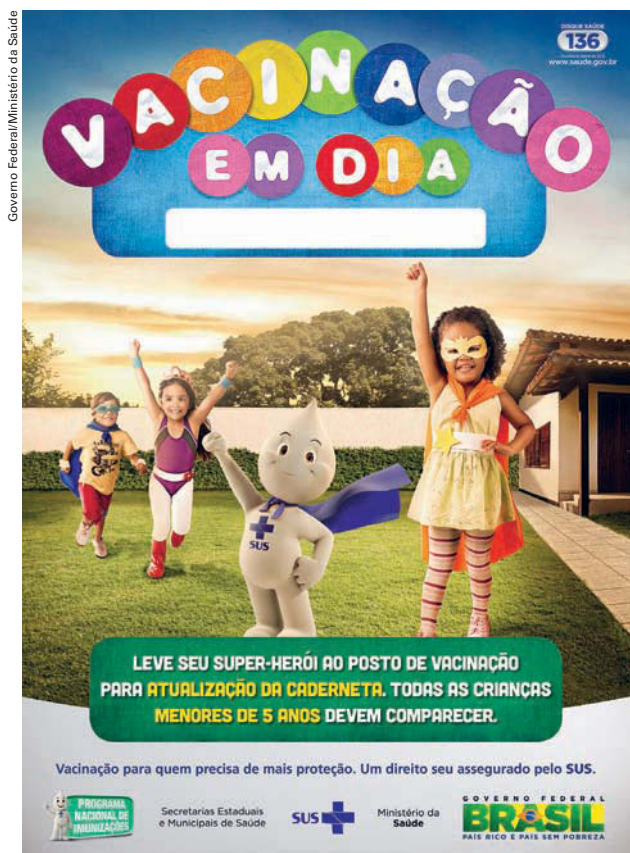
oferecer condições razoáveis de vida para toda a população. É por meio do biopoder que são criados os programas de previdência social, orientados para garantir a saúde e a aposentadoria dos trabalhadores, bem como sistemas públicos de saúde, agindo, por exemplo, no atendimento à população em campanhas de vacinação em massa, como forma de prevenir doenças. O biopoder constitui o que Foucault denomina “sociedades de segurança”, em que as ações dos governos já não estão voltadas para a disciplina (já estão todos disciplinados e individualizados), mas para a segurança da população em múltiplos sentidos. E a garantia da segurança é feita pelo controle populacional.

Segundo Foucault, essa tecnologia inverte o princípio do poder de soberania; trata-se agora de “fazer viver e deixar morrer”. O Estado é responsável por fazer com que os cidadãos vivam mais e melhor, evitando as mortes desnecessárias. A morte se torna um “problema de Estado”: só uma autoridade legalmente constituída pode atestar que alguém morreu, emitindo uma certidão de óbito, assim como é o Estado que emite uma “certidão de nascimento”.

Na visão de Foucault, as sociedades contemporâneas atuam com as duas tecnologias de poder simultaneamente: a disciplina e o biopoder. O cidadão legalmente constituído vive em uma situação de permanente controle por parte dos vários mecanismos estatais, e essa disciplina lhe garante segurança e bem-estar.

DELEUZE E GUATTARI E A REVOLUÇÃO MOLECULAR

Gilles Deleuze denominou “sociedade de controle” a conformação social que opera segundo o biopoder. Sua principal característica é a **abertura**: enquanto a sociedade disciplinar precisava confinar os indivíduos em instituições para que o poder pudesse ser exercido sobre eles,



Cartaz da Campanha Nacional de Multivacinação (São Paulo, 2012). Segundo a Constituição Federal, é competência do Estado cuidar da saúde e assistência pública.

agora isso já não é necessário. Deleuze mostra que as instituições disciplinares estão sendo desgastadas. Pouco a pouco, a escola parece estar sendo substituída pela noção de “formação permanente”. Nenhum nível escolar é mais terminal; há sempre algo novo a aprender, e a formação nunca cessa. Nesse contexto, as tecnologias de ensino a distância ganham cada vez mais adeptos. Já não é necessário sair de casa nem ter um horário determinado para estudar.

Também a área da saúde tem passado por mudanças. Prioriza-se a prevenção, para evitar que se fique doente; em vez de internação, alguns casos são tratados em hospitais-dia, nos quais o paciente não permanece por longos períodos. Nas empresas e fábricas, a palavra de ordem é **flexibilidade**, e é cada vez mais comum que os funcionários possam organizar seu próprio tempo, muitas vezes trabalhando em casa. Por fim, mesmo nas prisões o confinamento tem-se reduzido. Investe-se em penas alternativas, como prestação de serviços sociais, para reduzir ou substituir o encarceramento. Além disso, as pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas, que monitoram os prisioneiros, têm permitido ampliar o cumprimento de penas fora das prisões.

O curioso é que essa aparente liberdade permite que sejamos controlados. Podemos fazer quase todas as operações financeiras pela internet, por exemplo, sem precisar ir a uma agência bancária. Isso nos dá uma sensação de liberdade; podemos pagar uma conta em qualquer horário, e não apenas quando a agência bancária está aberta. Mas, para que essa mobilidade seja possível, todos os nossos dados financeiros estão disponíveis para um funcionário do banco a um clique no computador.

Deleuze exemplifica com a construção de autoestradas. Cortar o país com extensas rodovias parece muito interessante, ao facilitar a mobilidade da população. Mas, ao mesmo tempo, a autoestrada permite que se controle esse deslocamento. Antes das autoestradas, as pessoas podiam escolher os caminhos, seguindo por pequenas estradas locais, por exemplo. Alguém saía da cidade A para ir à cidade B, e ninguém saberia localizá-lo durante o trajeto. Com a existência de uma autoestrada, sabe-se qual é o percurso. Hoje, com o uso do GPS popularizado, isso se tornou ainda mais simples, tomando uma dimensão que Deleuze não poderia imaginar há não muitos anos.

O avanço da tecnologia eletrônica levou às últimas consequências a sociedade de controle descrita por Deleuze. O celular nos torna objeto de controle não apenas por meio de telefonemas, mas também de ferramentas que indicam em um mapa o local exato em que nos encontramos.



A frase “Sorria, você está sendo filmado!” é a síntese da sociedade de controle, que espalha câmeras de vigilância por todo lado. Sabendo que há controle, deixamos de fazer coisas que talvez fizéssemos se não estivéssemos sob vigilância. E muitas vezes nos apropriamos desses mecanismos, sendo nós mesmos instrumentos de controle do outro. A letra da canção reproduzida abaixo, da banda Maneva, fala sobre isso.

“

Sorria, você está sendo filmado

*Sorria, sorria, sorria você está sendo filmado
Não faça nada errado
Celulares me tornaram uma espécie de soldado
Que espera sempre o caos pra usar como cenário
Vadias, vadias, vadias eu filmo a sua dança
Minha lente sempre alcança
A marca do biquíni, a calça agarrada
Depois botar na rede e mostrar pra rapaziada
As brigas, as brigas, as brigas elas eu nunca aparto
Adoro vias de fato, espero pelo sangue
Minhas lentes querem a chance
De botar lá no Datena um vídeo que seja chocante
Não não uso olhos para ver
A minha consciência perdi na adolescência
Bombardeado por novelas que mataram minha inocência
A violência foi vendida, a nudez oferecida
Agora é minha vez de fazer filme com a minha vida
Filme de supermercado mostra uma execução
Dez tiros no sujeito sem tempo de reação
A câmera no prédio flagrou aquela menina
Recebendo de um rapaz que pede a alma feminina
Violência banalizada e oferecida sem restrição
Nutrem os calos da alma que já não se importam com esta visão
Banda podre do mundo mostrada sem cortes e sem figurino
Se torna o passatempo de muitos meninos.*



MANEVA. Sorria, você está sendo filmado. In: *Teu chão*. 2012. Disponível em: <www.maneva.com.br/musicas-teuchao.php>. Acesso em: 8 fev. 2013.

Em termos políticos, a sociedade de controle se aproxima dos totalitarismos analisados por Hannah Arendt. Uma sociedade de controle é uma sociedade atomizada, que tende a isolar as pessoas, ao mesmo tempo que fornece os meios para que elas sejam controladas todo o tempo. Você poderia perguntar: por que isolamento, se hoje nos comunicamos o tempo todo pelas redes sociais, torpedos e mensagens instantâneas? Estas novas formas de comunicação pretendem aproximar as pessoas e criam a ilusão de que se pode estar em contato com um número quase infinito delas. Entretanto, ao ampliarmos de maneira indefinida o contato com as pessoas por meio dos recursos eletrônicos,

tendemos a ter um contato cada vez mais superficial e ligeiro com todas elas. Assim, ao ampliarem a quantidade de contatos, essas novas tecnologias diminuem a profundidade desses mesmos contatos. Outra consequência desta forma de sociabilidade é o distanciamento cada vez maior da esfera da política. Ao ter de lidar com um número excessivamente grande de demandas da vida privada, nossas energias e interesses são inteiramente canalizados para dentro dela, de maneira que nos afastamos cada vez mais da esfera pública.

Claro que isso não precisa ser assim. Os mesmos meios de controle podem ser meios de ação política. Falando da ação política na sociedade de controle, Deleuze foi direto: não se trata de “temer ou esperar, mas de buscar novas armas”. Não podemos lutar politicamente hoje com as armas do passado, pois elas já não servem; precisamos buscar novas armas, inventar formas de ação para resistir ao potencial totalitário da sociedade de controle.

Deleuze e Guattari analisaram também o capitalismo sob diversos aspectos e pensaram em uma ação política para sua transformação. Uma conclusão desses autores é que o capitalismo é um sistema “elástico”. Enquanto o marxismo afirma que um modo de produção se transforma quando se esgotam suas possibilidades de exploração e ele chega a seu limite, Deleuze e Guattari sustentam que o capitalismo sempre coloca seus limites mais adiante. Já se anunciaram algumas crises do sistema capitalista, mas ele sempre conseguiu se recompor e lançar seus limites mais adiante. Apenas um exemplo: a contracultura e o movimento *hippie* da década de 1960 questionavam o mercado capitalista. Para se opor ao sistema de consumo, os ativistas usavam roupas velhas e rasgadas. Para se opor à massificação, muitas vezes faziam suas próprias roupas, como forma de afirmar sua singularidade. Décadas depois do movimento, entretanto, o capitalismo se apropriou da estética *hippie* transformando em mercadorias fabricadas em massa aquelas roupas que os *hippies* usavam para se opor à mercadoria... Este movimento de adaptação percebido no universo cultural também está presente no universo econômico.

Che Guevara, grande militante anticapitalista, também se transformou em produto. Na foto, camisetas com a estampa de seu rosto são expostas para venda a turistas em Cuba.



Eduardo Anzeilini/Folhapress

Jovens em uma lan-house em São Paulo (SP), em 2009. Embora presentes no mesmo lugar, provavelmente jogando os mesmos tipos de jogos e, portanto, compartilhando interesses em comum, os rapazes desta imagem estão isolados.

UMA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA AO CAPITALISMO

As obras em que Deleuze e Guattari analisaram o capitalismo e propuseram uma leitura política contemporânea são: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, publicado em 1972, e *Capitalismo e esquizofrenia: mil platôs*, publicado em 1980.



Jochem D. Wijnanda/Photographer's Choice/Getty Images

A força do capitalismo, segundo Deleuze e Guattari, reside no fato de que ele captura nossos desejos e nos faz desejar aquilo que o sistema quer que desejemos. Agimos de acordo com nossos desejos, pensando que somos livres, mas estamos sendo controlados e manipulados. Os autores afirmam que essa é a mesma dinâmica do fascismo, que serviu de base para os governos totalitários. Mas, em vez de um “fascismo de Estado”, trata-se de um “microfascismo”, que é ainda mais eficaz porque passa despercebido e porque se estende por toda a sociedade.

Se a força desse fascismo reside no desejo, está aí também a possibilidade de fazer resistência. Deleuze e Guattari falam de uma micropolítica que se constrói nas relações cotidianas e que pode resistir ao fascismo da sociedade de controle.

Não podemos lutar com o Estado com suas próprias armas, pois seremos vencidos. Não podemos simplesmente usar as armas do controle contra o controle. É necessário inventar novas armas. Para Deleuze e Guattari não faz muito sentido negar o Estado e achar que é possível destruí-lo; ao contrário, é preciso reconhecê-lo, conhecer sua força, para tentar mantê-lo afastado. E essa é uma luta constante; não é uma revolução que se faz, e depois dela o mundo se torna completamente outro.

Essa é a lição daquilo que eles denominam **revolução molecular**: uma revolução que se faz todo dia, nas pequenas coisas, procurando agir de modo não fascista cada um consigo mesmo e com aqueles que estão próximos. Inventar formas de viver o próprio desejo, não se deixando capturar e controlar. Não uma grande revolução, que por fim aos problemas e criará uma nova realidade, mas pequenas revoluções permanentes, que vão produzindo novos fluxos de desejo e de ações, novas possibilidades de ser, de sentir, de pensar, de agir. Esse seria um caminho possível para construir laços sociais que não nos deixem no isolamento, presas fáceis para um novo totalitarismo.

Lee Smith/Arquivo do fotógrafo



O desenvolvimento de sentimentos contrários àqueles predominantes em uma sociedade capitalista pode ser o caminho para a construção de uma nova sociabilidade. Na foto de 2012, formando um jogo com as palavras “revolução” e “amor” em inglês, grafite em um muro de Pen-y-lan, Cardiff, País de Gales.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos a seguir retomam e aprofundam temas trabalhados neste capítulo. No primeiro, a questão do preconceito é articulada com o totalitarismo. No segundo, Félix Guattari trabalha conceitualmente a noção de micropolítica.

Texto 1

O nazismo soube fazer uso do preconceito para construir o ódio racial contra os judeus, unindo o povo alemão. No texto a seguir a filósofa húngara **Agnes Heller** fala sobre o preconceito e sua ação no cotidiano.

Sobre os preconceitos

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que eles comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente.

[...]

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera do para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagonicas). Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo, de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido do humano-genérico. O camponês húngaro que se lançou com entusiasmo na Primeira Guerra Mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados através de sistemas de preconceitos. Não é casual que fossem manipulados: seus interesses imediatos, sua particularidade individual foram mobilizados contra seu ser humano-genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas ideais de serviço a uma “consciência de nós”.

[...]

A questão é esta: como libertamo-nos dos preconceitos? Há algum esquema, alguma receita, algum conselho que garanta essa libertação? Naturalmente que não. Em muitos casos, apenas a posteriori poderemos ver que uma opinião

era um preconceito, e, com muita frequência, não somos capazes de perceber o ponto histórico nevrálgico no qual nossas ideias não preconceituosas convertem-se em preconceitos. Nesse campo, há tanto risco quanto em qualquer outra escolha que fazemos em nossa vida.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 43-60.

Agnes Heller (1929-)



Roberto Serralguana Press/Getty Images

Agnes Heller em foto de 2010.

Socióloga e filósofa húngara, nascida em Budapeste. Foi discípula do filósofo marxista húngaro Georg Luckács (1885-1971). Atualmente é professora na New School for Social Research, em Nova York. Dedicou-se à filosofia de Hegel, à ética e ao existencialismo. De sua obra, podemos destacar: *Em torno de uma filosofia marxista do valor* (1972) e *Uma filosofia da moral* (1990).

Questões sobre o texto

- 1 Com base no texto, como você definiria preconceito?
- 2 De que maneira um governo totalitário pode fazer uso dos preconceitos?
- 3 Por que não é possível encontrar receitas para libertar-se de preconceitos?
- 4 Pesquise um exemplo de preconceito em uma notícia de jornal ou programa televisivo.

Texto 2

O texto a seguir discorre sobre a noção de micropolítica, base da ideia de uma revolução molecular, mostrando que as ações micropolíticas estão orientadas para e pelo desejo.

Em torno de uma micropolítica do desejo

A distinção que propomos estabelecer entre micropolítica e macropolítica do desejo deveria funcionar como algo que tende a liquidar a pretensa universalidade de modelos aventados pelos psicanalistas, e que lhes servem para precaver-se contra contingências políticas e sociais. Considera-se como óbvio que a psicanálise concerne ao que se passa em pequena escala, apenas a da família e da pessoa, enquanto a política só concerne a grandes conjuntos sociais. Queria mostrar que, ao contrário, há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). O despotismo que, frequentemente, reina nas relações conjugais ou familiares provém do mesmo tipo de agenciamento **libidinal** que aquele existente no campo social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grade escala, por exemplo os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo. O problema, portanto, não é o de construir pontes entre campos já constituídos e separados uns dos outros, mas de criar novas máquinas teóricas e práticas, capazes de varrer as estratificações anteriores e estabelecer as condições para um novo exercício do desejo. Não se trata mais, nesse caso, simplesmente de descrever objetos sociais preexistentes, mas também de intervir ativamente contra todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda e qualquer espécie, do poder escolar, do poder familiar [...].

[...]

Uma análise política que se pretendesse inseparável de uma política da análise, só poderia recusar-se a deixar subsistir o corte tradicional entre os grandes conjuntos sociais e os problemas individuais, familiares, escolares, profissionais, etc. Não mais se trataria de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa das classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir de um partido revolucionário único, depositário central da verdade teórica e prática. Por-

tanto, uma micropolítica do desejo não mais se proporia a representar as massas e a interpretar suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, a priori, toda ação de partido, toda ideia de linha, de programa, ou mesmo de centralismo; mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao **maniqueísmo** moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança; não mais se centraria num só ponto: o poder de Estado – a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. É a partir do acúmulo de lutas parciais – e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído – que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura.

GUATTARI, Félix. Micropolítica do fascismo. In: *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 174-176.

Glossário

Libidinal: relativo à libido, a energia de natureza sexual, ao desejo.

Maniqueísmo: doutrina segundo a qual o bem e o mal são totalmente autônomos um do outro, estando em luta constante.

Questões sobre o texto

- 1 Em que sentido, para o autor, uma política que se dirige ao desejo, às questões individuais, é uma política?
- 2 Qual é a utilidade da análise micropolítica feita sobre a práxis política?
- 3 Em que sentido as lutas parciais poderiam desencadear lutas de grande porte? Em outras palavras: como lutas micropolíticas ensejam lutas macropolíticas?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 O totalitarismo foi um fenômeno político do século XX. Como Hannah Arendt o distingue dos sistemas políticos clássicos?
- 2 Em que sentido o terror é o fundamento do totalitarismo?
- 3 Relacione o poema “Necessidade da propaganda”, de Brecht, citado no texto, com o sistema totalitário.
- 4 Contextualize e explique cada uma das tecnologias de poder analisadas por Foucault.

5 Podemos dizer que a “sociedade de controle” é um sistema totalitário? Por quê?

6 “Os mesmos meios de controle podem ser meios de ação política.” Levando em consideração essa afirmação de Deleuze e Guattari, dê exemplos de acontecimentos recentes durante os quais os meios de controle foram utilizados de forma política, ou ainda sugira você mesmo um uso político para eles.

7 Leia o texto a seguir:

Aos olhos da violência, a democracia é o regime de todos os desafios – em todos os sentidos. Desafios do exterior, ameaças de morte real: os sistemas totalitários como mais profundo desejo de aniquilar as democracias. E, com frequência, o conseguiram. Hitler derrubou, um após outro, a maioria dos países democráticos da Europa, da Tchecoslováquia à França, que se torna, com Pétain, o “Estado francês” antidemocrático [...] Assim projetou-se o mais grave desafio para a democracia: como, sem renegar seus próprios princípios nem recorrer a uma violência simétrica degradante, afrontar uma violência totalitária tornada intolerável?

DADOUN, Roger. *A violência*. São Paulo: Difel, 1998. p. 97-98.

Como você relaciona democracia e totalitarismo? Que tipos de enfrentamento há entre esses dois regimes políticos?

8 Leia o texto e faça o que se pede a seguir.

Sorria: você está sendo filmado

As novas tecnologias estão acabando com a privacidade das pessoas.

Algumas pessoas sabem todos os lugares em que você esteve no ano passado. Possuem também a lista das mercadorias que você comprou, as músicas que ouviu e as pessoas com quem conversou. É possível que elas saibam até a sua preferência sexual. Assustador, não? O motivo alegado para tanta perseguição é apenas trazer segurança e conforto. Para você. Assim como as novas tecnologias se esmeram em acumular e disponibilizar o máximo de informações sobre todos os assuntos de interesse, muitas instituições utilizam os mesmos instrumentos para obter e manipular dados sobre pessoas simples, como eu e você. Empresas tentam reunir informações detalhadas de seus possíveis clientes para oferecer produtos e serviços personalizados no momento apropriado. Governos e agentes de segurança tentam registrar todas as atividades da população em busca de criminosos e infratores. O preço a pagar por esses benefícios, no entanto, é ser observado o tempo todo e ter suas informações mais íntimas devassadas.

*“Estamos em transição do ‘estado de vigilância’ para a ‘sociedade de vigilância’”, afirma o cientista político canadense Reg Whitaker, autor do livro *The End of Privacy* (O fim da privacidade), inédito no Brasil. Ao*

contrário do que previam romances como 1984, de George Orwell, ou Admirável mundo novo, de Aldous Huxley, o que está acontecendo não é apenas um governo centralizado que monitora as atividades da população. Empresas, família e até mesmo vizinhos instalam sistemas de vigilância cada vez mais sofisticados. Da mesma maneira, em vez de o Estado obrigar as pessoas a se registrarem em sistemas de controle, são os próprios cidadãos que, cada vez mais, entregam seus dados pessoais de forma voluntária. “A nova tecnologia de controle se diferencia das anteriores de duas formas: ela é descentralizada e consensual”, diz Whitaker.

[...]

*A grande preocupação em relação ao sistema é a possibilidade de abuso. A coordenadora desse programa em um bairro de Londres afirmou à revista *New Scientist* que um centro de lazer havia colocado câmeras controladas por homens no vestiário feminino. Surgiram também diversas denúncias de que os operadores definiam os suspeitos apenas pela aparência – o que abriu a porta para denúncias de preconceito. Em outra ocasião, um operador foi condenado por espionar mais de 200 mulheres e usar o telefone da própria central para assediá-las.*

[...]

Se sair na rua sem ser vigiado já é difícil, passear anônimo na internet é quase impossível, principalmente quando se está no trabalho. Uma pesquisa da Associação Americana de Administração, feita em abril do ano passado, constatou que 73,5% das companhias nos Estados Unidos praticam algum método de vigilância, como registrar e-mails, páginas visitadas e as ligações telefônicas de seus funcionários. “Se a empresa deixar claro que aqueles instrumentos são para uso profissional e que podem ser monitorados, ela tem o direito de vigiar os seus funcionários”, afirma o advogado especializado em tecnologia Antônio José Ludovino Lopes, que atua em São Paulo. Alguns casos, no entanto, chegam a extrapolar o ambiente de trabalho. Nos Estados Unidos, um funcionário de uma companhia elétrica foi demitido depois de usar o computador de sua própria casa para fazer críticas ao seu emprego e ao seu chefe em uma lista de discussão na internet.

[...]

Mas as empresas não vigiam só seus funcionários. Várias páginas da internet costumam implantar no computador de quem as visita pequenos programas (os chamados cookies) que registram alguns dados sobre o usuário, como o tipo de navegador utilizado ou as páginas que ele visitou. Os cookies são importantes para salvar as preferências do usuário e montar uma lista de compras para ele, por exemplo. Mas eles podem também enviar para as empresas informações sobre tudo o que as pessoas fazem na rede. Essa prática foi alvo de grande polêmica quando se descobriu que a agência antidrogas americana os utilizava para rastrear internautas. Cada vez que alguém digitava growpot (plantar maconha) ou outros termos relacionados a drogas nos principais

serviços de busca, aparecia um anúncio da agência que carregava um cookie.

Apesar de o governo afirmar que o programa era usado apenas para verificar a eficiência da propaganda, o medo de que ele fosse utilizado para perseguir pessoas sem autorização judicial levou a Casa Branca a restringir o uso de softwares desse tipo nas páginas do governo. [...]

O principal risco que a internet apresenta para a privacidade está na sua facilidade de reunir dados de diversos tipos em um só lugar. “Quanto mais pulverizadas as informações, maior é a privacidade”, afirma o advogado Amaro Moraes, criador da página *Avocati Locus*, dedicada a questões de privacidade e tecnologia. [...]

KENSKI, Rafael. Sorria: você está sendo filmado. *Superinteressante*. São Paulo: Abril, maio 2001. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/tecnologia/sorria-voce-esta-sendo-filmado-442143.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

Com base no texto, na letra da música “Sorria, você está sendo filmado” e nas ideias de biopolítica e sociedade de controle, escreva uma dissertação filosófica sobre o tema: “A sociedade de controle é um novo totalitarismo?”.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

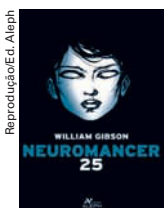
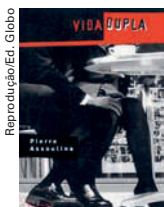
A dissertação designa [...] um trabalho escrito que tem por finalidade tratar e determinar um problema filosófico. Este trabalho escrito, que exige, evidentemente, um trabalho de investigação e que, propriamente falando, não repousa nunca sobre a memória, tem a ver com diferentes itinerários reflexivos e metódicos: é preciso levar em conta, por um lado, os diversos tipos de enunciados e, por outro, os planos que se tem à disposição em função dos grandes tipos de temas [...] Embora possa haver muitos tipos de temas, apenas alguns dentre eles, ligados diretamente ao procedimento e ao conteúdo da filosofia, são efetivamente usados:

- a pergunta;
- o estudo de uma citação;
- a comparação de duas ou mais noções;
- o enunciado de tipo imperativo;
- o enunciado de tipo infinitivo.

RUSS, Jacqueline. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 95.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



ASSOULINE, Pierre. *Vida dupla*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

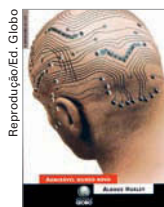
Livro em que a antiga trama do triângulo amoroso – um casal e uma amante – ganha novos contornos quando as vidas dos três envolvidos é cercada de câmeras e de registros de suas atividades.

BALLARD, J. G. *Terroristas do milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Romance contemporâneo que narra uma rebelião de classe média em Londres, criando uma nova sociedade em um condomínio. Discute o papel da violência na sociedade e a instituição política.

GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2008.

Um clássico contemporâneo da ficção científica, criador do gênero *cyberpunk*. Toda a problemática da sociedade de controle, da tecnologia da informação e da comunicação abordada de forma vertiginosa.



HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

Romance cuja trama se desenvolve em um país totalitário em que os seres humanos são totalmente condicionados, têm seus comportamentos preestabelecidos e ocupam lugares predeterminados.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. São Paulo: Record, 2002.

Neste livro, a ativista nos mostra os efeitos que o *marketing* de companhias multinacionais tem na cultura, no trabalho e na educação. Além disso, ela explica por que certas marcas estão no centro das críticas e ações dos ativistas anticapitalistas e antiglobalização.

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Um dos mais conhecidos relatos da vida em um campo de concentração nazista.



Reprodução/Summus Editorial

MANSANO, Sônia Regina Vargas. *Sorria, você está sendo controlado*. São Paulo: Summus, 2009.

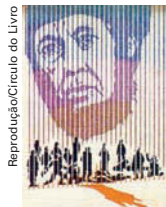
A autora analisa a sociedade de controle e as possibilidades de resistência e invenção de outras formas de convivência.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Romance que se passa em uma sociedade totalitária na qual todos os atos dos cidadãos são vigiados e controlados pelo “grande irmão”. O livro é uma das mais importantes distopias do século XX.



Reprodução/Círculo do Livro

SOLJENITSIN, Alexandre. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.

Romance que retrata a vida nos gulags, campos de concentração e de trabalhos forçados da URSS stalinista, denunciando os crimes cometidos pelo regime soviético. Publicado ainda durante a Guerra Fria, o livro gerou bastante polêmica. Apenas duas de suas três partes foram traduzidas para o português.



Reprodução/Ed. Aleph

STEPHENSON, Neal. *Nevasca*. São Paulo: Aleph, 2008.

Romance *cyberpunk* que mistura questões filosóficas, religiosas e políticas numa narrativa embasada nos temas da biopolítica e da sociedade de controle.



Divulgação/Cult Filmes

Arquitetura da destruição. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989. (119 min.)

Documentário sobre o totalitarismo nazista, com ênfase para suas ações no campo da medicina racista e da produção de uma estética da “raça superior”.



Divulgação/Europa Filmes

A vida dos outros. Direção de Florian Henckel von Donnersmarck. Alemanha, 2006. (137 min.)

Na década de 1980, o sistema de espionagem da então Alemanha Oriental começa a acompanhar e registrar a vida de um casal (um dramaturgo e uma atriz), por meio de escutas telefônicas. A história de ficção mostra o funcionamento de uma sociedade totalitária e o fim da distinção entre as esferas pública e privada.



Divulgação/Pequi Filmes

O dia que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil, 2012. (77min.)

O documentário denuncia a intervenção política, financeira e militar dos Estados Unidos na política brasileira, durante o início da década de 1960, em favor do Golpe Militar, perpetrado em 1964.

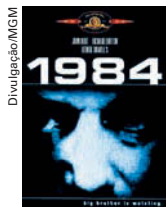


Divulgação/Continental Home Vídeo

Triunfo da vontade. Direção de Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935. (114 min.)

Documentário que serviu de propaganda nazista e que retrata um enorme encontro do Partido Nacional Socialista. O filme foi um dos grandes marcos da história do cinema e é um grande exemplo de como se pode manipular as massas por meio da técnica cinematográfica.

Filmes



Divulgação/MGM

1984. Direção de Michael Radford. Inglaterra, 1984. (113 min.)

Filme baseado no livro homônimo de George Orwell.



Divulgação/Imovision

1,99 – *Um supermercado que vende palavras*. Direção de Marcelo Masagão. Brasil, 2003. (72 min.)

Filme baseado nas ideias do livro *Sem logo*, da ativista canadense Naomi Klein.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

A grande revolução na filosofia política representada pela obra *O príncipe*, de Maquiavel, foi concebida durante um período de grande agitação política e cultural na cidade de Florença, na Itália, durante o século XV. No período em que Maquiavel viveu, a cidade era formalmente uma república, mas a família Médici dominava o cenário político, assumindo e mantendo o controle das principais magistraturas. Em 1478, os membros da tradicional família Pazzi planejaram matar os membros da família Médici durante uma missa. O plano não deu certo, pois os Pazzi conseguiram matar apenas parte dos Médici. Lourenço de Médici, que estava no poder naquele momento, escapou, e, em seguida, comandou uma grande reação, que matou ou forçou a fuga de todos os envolvidos na conspiração, reforçando seu domínio sobre a cidade. A revanche de Lourenço trouxe certa paz a Florença, mas as disputas internas se mantiveram ainda por muito tempo.

Pouco depois da morte de Lourenço, que ocorreu em 1492, outro grande evento abalou a frágil tranquilidade da cidade. O rei da França invadiu a região da Itália e ameaçou seriamente a cidade de Florença. Piero de Médici, que governava a cidade, fugiu e a negociação com os franceses foi liderada pelo frade profeta Jerônimo Savonarola, um grande orador que misturava política e religião em sua atuação. Para ele, Florença estava destinada a ser a nova Jerusalém e seu enorme poder de persuasão e influência sobre os cidadãos impressionou Maquiavel. Após o fim da ameaça francesa, Florença presenciou mais disputas, desta vez entre o Papa e parte da aristocracia florentina. Essas novas disputas acabaram levando Savonarola à fogueira, os Médici de novo ao poder e Maquiavel à prisão. Foi nesse contexto de reviravolta política e declínio pessoal que Maquiavel, preso, escreveu *O príncipe*.

Florença, no entanto, não foi apenas palco de disputas no século XV. Conhecida como o berço do Renascimento, a cidade abrigou nomes importantes para a mudança de mentalidade que estava em curso. Em Florença viveram Leonardo da Vinci, Michelangelo, Marsilio Ficino, Sandro Botticelli, Donatello, Brunelleschi e Maquiavel. Vinculado a um forte crescimento da vida urbana e econômica, o Renascimento se opôs aos valores difundidos durante a Idade Média e afirmou o surgimento de um “novo homem”, mais livre do controle da Igreja. Foi um período em que se buscava inspiração na Antiguidade, principalmente nas obras deixadas pela Grécia e por Roma.



Esculturas de grandes nomes do Renascimento expostas em frente ao Museu degli Uffizzi, em Florença, na Itália.



Sylvain Sommer/Corbis/Latinstock

Piazza della Signoria, em Florença, em foto de 2012. A rica cidade de Florença foi palco do Renascimento e de grandes disputas por poder entre famílias. Foi refletindo sobre essas disputas que Maquiavel mudou profundamente a filosofia política.

Todos esses elementos da história de Florença estão contidos na reflexão de Maquiavel, que se dedicou à teoria política e traduziu para o âmbito político as ideias renascentistas. Em seus textos, encontramos a recusa de vários preceitos medievais, considerados inadequados para o homem novo. Os filósofos da Idade Média se baseavam no cristianismo e na Bíblia, ou seja, em fundamentos que não fazem parte do âmbito humano. Maquiavel, ao contrário, descreveu o que via nas relações humanas, sem pretender recorrer a qualquer forma de transcendência.

Com base nos ensinamentos de Jesus Cristo, os medievais defendiam, por exemplo, a bondade como princípio de ação dos governantes. Entretanto, diante de tantas disputas, trapaças, traições e jogos de poder, Maquiavel conclui que um príncipe que agisse baseado na ideia de bondade certamente se exporia ao perigo da ruína. Um governante puramente bondoso não se adequa aos novos tempos que o fim da Idade Média anuncia. O filósofo não afirma que as pessoas sempre agem com maldade, mas que o governante não deve nem pressupor a bondade nas ações humanas nem tentar basear suas próprias ações em sentimentos bondosos. O governante deve se servir da bondade e da maldade conforme a situação. Com essa afirmação, Maquiavel se afasta inteiramente da filosofia política praticada durante a Idade Média, que afirmava que o po-

der temporal (dos homens na terra) deveria se espelhar no poder espiritual (exercido pela Igreja). Dessa forma, o filósofo se aproxima do pensamento da Antiguidade, especialmente de Roma.

Além disso, segundo Maquiavel, o objetivo do homem político deve ser a conquista do poder e, uma vez transformado em governante, deve ter como meta a conservação de seu poder. Para atingir esses objetivos, a capacidade de convencimento é muito importante. Entretanto, refletindo sobre o destino de Savonarola, Maquiavel afirma que, além da capacidade de convencimento, o governante deve ter armas para manter o que conquistou por meio do convencimento. As armas não são para fazer justiça ou para fazer maldade, mas para agir contra os adversários sempre que necessário e da maneira mais adequada para se manter no poder. Outra capacidade importante para que o governante mantenha seu poder em meio às disputas políticas, segundo Maquiavel, é a dissimulação, ou seja, a capacidade de esconder suas verdadeiras intenções quando for conveniente. Como vimos no capítulo 1 desta unidade, Maquiavel chamou essa sabedoria para agir contra os adversários e contra as adversidades no momento certo e da maneira certa de *virtù*, e considerou que é ela, e não a bondade, a principal capacidade de um governante.

- 1 Indique características do pensamento de Maquiavel que justifiquem a inclusão de seu nome entre os pensadores do Renascimento. Em seguida, compare-o com o pensamento medieval.
- 2 O adjetivo “maquiavélico” é derivado do nome de Maquiavel e comumente usado para designar uma ação má. Explique em que medida esse adjetivo é adequado ao pensamento de Maquiavel e em que medida não é.
- 3 Cite algum exemplo de ação política recente em que alguma pessoa com poder tenha agido de acordo com a *virtù*.



Um diálogo com sociologia, geografia, história e língua portuguesa

Nesta unidade estudamos as relações humanas. Vimos que a palavra política (do grego, *politikós*; do latim, *politicus*) não designa exclusivamente a atividade profissional dos candidatos eleitos para nos representar ou de um partido político. Ela está também presente na vida de cada cidadão, em suas relações, na realização de direitos e deveres, no conviver com as diversidades, etc.

Na maioria dos países, assim como no Brasil, o modelo político é o da democracia direta e representativa. No entanto, como vimos, há certo distanciamento da real experiência política. Portanto, há muito por fazer para que se fortaleçam as conquistas na construção da cidadania. Leia as duas notícias a seguir. Elas tratam da mesma temática, embora apresentem diferenças em seus discursos e intenções ideológicas. Observe essas diferenças e depois responda às questões propostas.

Texto 1

Polícia espera ordem judicial para retirar índios de museu

Ao menos 40 homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio cercaram, na noite de anteontem, a antiga sede do Museu do Índio, no Maracanã, zona norte do Rio, onde vivem 23 famílias indígenas há seis anos. Os policiais aguardavam a chegada de uma ordem judicial para desocupar o espaço, cuja demolição está prevista no pacote de obras que preparam o estádio do Maracanã para a Copa do Mundo. Os índios se recusam a desocupar o imóvel. Às 19h30 de ontem, a tropa deixou o local; deve retornar hoje. No fim da manhã de ontem, alguns índios se posicionaram em janelas do prédio, com arcos e flechas, e criaram barreiras na entrada com pedaços de madeira e arame farpado. Às 16h, o cacique Carlos Tukano disse que os índios decidiram não usar armas em caso de invasão, mas que iriam “resistir com a própria vida”. “Em nome da Copa, o governo está matando nossa história. Não vamos brigar, mas vamos resistir.”

O local é alvo de uma briga na Justiça. De um lado está o Estado, que quer demolir o prédio para melhorar o acesso ao estádio. Do outro, índios e a Defensoria Pública da União, que defende o tombamento. [...] Segundo o órgão (Emop — Empresa de Obras Públicas), os policiais foram enviados para que agentes do serviço social pudessem entrar para cadastrar as famílias e providenciar sua remoção para outro local. Criado em 1953, o museu funcionou por cerca de 25 anos. Desde o fim da década de 1970, está abandonado.

GIULIANA, Damaris. Polícia espera ordem judicial para retirar índios de museu. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13 jan. 2013. Caderno C4 – Cotidiano.

Texto 2

Policiais da tropa de choque fortemente armados na porta do Museu



Tamara Régio/Agência Brasil

Batalhão de Choque da Polícia Militar cerca o prédio do antigo Museu do Índio, no entorno do Maracanã, que será demolido para as obras de modernização do complexo esportivo do estádio para a Copa de 2014 (foto de janeiro de 2013).

Cerca de 600 pessoas defenderam o antigo Museu do Índio, ao lado do Maracanã, zona norte do Rio, das demolições do governo do Estado previstas para as obras da Copa do Mundo de 2014. Além dos indígenas, que ocupam o terreno batizado de Aldeia Maracanã desde 2006, movimentos sociais, parlamentares e advogados, dentre outros setores da sociedade, se solidarizaram com a causa. O local foi cercado no último sábado (12) durante mais de 11 horas com forte aparato policial do Batalhão de Choque da Polícia Militar e houve momentos de tensão na negociação, apesar de ninguém sair ferido ou preso. A demolição, junto com a derrubada de uma escola municipal e de equipamentos esportivos no entorno, como o estádio Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, faz parte do projeto de modernização do estádio.

[...] Defensores públicos e parlamentares estranham a motivação do poder público em demolir o imóvel, uma vez que órgãos como o Crea, Inepac e Iphan, ainda que este não tenha tombado o casarão centenário, se posicionaram contra a destruição. Alguns deles, inclusive, comprovam a não interferência da livre circulação de pessoas, caso o prédio seja reformado. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio também se posicionou contra a obra. Outro fator de estranhamento foi a Fifa desmentir

publicamente o governo estadual, ao afirmar que é contrária à demolição.

Uma das lideranças da aldeia Maracanã, Urutau Guajajara, que é mestrando em linguística na UERJ e dá aulas de Tupi na ocupação, destacou a importância da rápida divulgação pela internet dos comunicadores independentes, que atraiu muitos apoiadores e jornalistas e inibiu a truculência policial. Clamando apoio à sociedade, disse que fica muito pesada a resistência só com os indígenas locais. Ele espera do governo o mesmo tratamento dado

por eles em caso de um possível confronto: o maracá, cantorias e religiosidade.

“Pedimos ao governador do Estado, chefe máximo da polícia do Rio, para usar as mesmas armas: maracá, o canto e religiosidade”, afirma Urutau Guajajara, uma das lideranças da aldeia.

SÁ, Eduardo. *Caros Amigos*. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cotidiano/2917-movimento-social-resiste-a-demolicao-do-museu-do-indio-no-rj>>. Acesso em: 4 mar. 2013.



Helicóptero sobrevoa o prédio do antigo Museu do Índio, em 2013, no Rio de Janeiro, durante o cumprimento de ordem de desocupação, requerida pelo governo estadual.

- 1 Identifique as diferenças discursivas e intenções ideológicas presentes nas duas notícias.
- 2 Qual é a sua opinião: o Museu do Índio deveria ser demolido e seus moradores, transferidos para outro local com a justificativa de facilitar o trânsito para o estádio do Maracanã na Copa de 2014; ou deveria ser tombado como Patrimônio Cultural com a permanência desta comunidade indígena? Escreva um pequeno texto justificando sua opinião e, depois, converse com os colegas.
- 3 Como você analisa essa ação política do governo do estado do Rio de Janeiro: democrática ou totalitária? A comunidade deve participar desta discussão e decidir as melhores propostas e decisões a serem viabilizadas? Justifique sua resposta.
- 4 Pesquise sobre a situação dos indígenas no Brasil. Durante a pesquisa, escolha algumas comunidades indígenas e descreva a sua distribuição geopolítica atual em nosso país. Depois, compartilhe com os demais colegas de sala as informações encontradas e montem um painel sobre essa questão, que pode ser exposto na escola assim que finalizado.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1 (UEM, 2012) Aristóteles, acerca do cidadão, afirma:

Em nada se define mais o cidadão, em sentido pleno, do que no participar das decisões judiciais e dos cargos de governo. Desses, uns são limitados no tempo, de modo a não ser possível jamais a um cidadão exercer duas vezes seguidas o mesmo cargo, mas apenas depois de um intervalo definido. [...] Consideramos cidadão o que assim pode participar, como membro, quer da assembleia quer da judicatura.

ARISTÓTELES. Política. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 76.

Esse conceito clássico de cidadania ainda é aplicável aos nossos dias. Com base no texto, é correto afirmar que:

- 1) nas ditaduras, quando a população não pode participar das decisões políticas, não há cidadania plena.
- 2) recusar-se a tomar parte nas decisões políticas não é um direito, mas uma afronta à cidadania.
- 4) a cidadania é uma concessão dos governantes ao povo.
- 8) não há cidadania plena quando a população não tem como acessar as instituições públicas, como participar delas.
- 16) a cidadania se resume à democracia, que é o direito de escolher os governantes.

2 (UEL, 2007)

Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. [...] Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizerem unicamente de leões não serão bem-sucedidos. Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1993. cap. XVIII, p. 101-102.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre *O Príncipe* de Maquiavel, assinale a alternativa correta:

- a) Os homens não devem recorrer ao combate pela força porque é suficiente combater recorrendo-se à lei.

- b) Um príncipe que interage com os homens, servindo-se exclusivamente de qualidades morais, certamente terá êxito em manter-se no poder.
- c) O príncipe prudente deve procurar vencer e conservar o Estado, o que implica o desprezo aos valores morais.
- d) Para conservar o Estado, o príncipe deve sempre partir e se servir do bem.
- e) Para a conservação do poder, é necessário admitir a insuficiência da força representada pelo leão e a importância da habilidade da raposa.

3 (UEM, 2012) O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) diz no *Contrato Social*:

A passagem do estado natural ao estado civil produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça, e conferindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. [...] O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato social*. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 606-607.

A partir desse trecho, que reproduz uma concepção clássica da filosofia política contratualista, é correto afirmar que:

- 1) a opção pelo contrato social ocorre porque não há garantias jurídicas no estado natural.
- 2) o estado natural é pautado por condutas instintivas porque não há limitações cívicas ou legais.
- 4) o contrato social garante mais liberdade civil porque os homens agem moralmente.
- 8) a liberdade civil não é uma conquista para os homens porque eles perdem seu maior bem, a liberdade instintiva.
- 16) o estado natural é inseguro e injusto porque não há homens moralmente corretos.

4 (PUC-PR, 2008) A partir do livro *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina:

- I. Ela é exercida de diferentes formas e tem como finalidade única a habilidade do corpo.
- II. Ela pode ser entendida como a estratégia empregada para o controle minucioso das operações do corpo, sendo seu efeito maior a constituição de um indivíduo dócil e útil.

III. Ela se constitui também pelo controle do horário de execução de atividades, em que o tempo medido e pago deve ser sem defeito e, em seu transcurso, o corpo deve ficar aplicado a seu exercício.

De acordo com as afirmações acima, podemos dizer que:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) A afirmação I está incorreta.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) As alternativas II e III estão incorretas.
- e) Apenas a afirmação II está correta.

5 (Enem, 2012)



Charge anônima. BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Na França, o rei Luís XVI teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Neste sentido, a charge apresentada demonstra:

- a) a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- b) a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta, o privado.
- c) o vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei desprezioso e distante do poder político.
- d) o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- e) a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

6 (Enem, 2012)

Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às

grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais não escapam inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979. (Adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e humanismo renascentista ao:

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidos do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valoriza o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

7 (Unesp, 2012 – 2ª fase)

Texto 1

Para santo Tomás de Aquino, o poder político, por ser uma instituição divina, além dos fins temporais que justificam a ação política, visa outros fins superiores, de natureza espiritual. O Estado deve dar condições para a realização eterna e sobrenatural do homem. Ao discutir a relação Estado-Igreja, admite a supremacia desta sobre aquele. Considera a Monarquia a melhor forma de governo, por ser o governo de um só, escolhido pela sua virtude, desde que seja bloqueado o caminho da tirania.

Texto 2

Maquiavel rejeita a política normativa dos gregos, a qual, ao explicar “como o homem deve agir”, cria sistemas utópicos. A nova política, ao contrário, deve procurar a verdade efetiva, ou seja, “como o homem age de fato”. O método de Maquiavel estipula a observação dos fatos, o que denota uma tendência comum aos pensadores do Renascimento, preocupados em superar, através da experiência, os esquemas meramente dedutivos da Idade Média. Seus estudos levam à constatação de que os homens sempre agiram pelas formas da corrupção e da violência.

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. *Filosofando*, 1986. (Adaptado).

Explique as diferentes concepções de política expressadas nos dois textos.

Unidade 5



XVII

GALILEU
Itália

DESCARTES
França

XIX

SAINT-SIMON
França

COMTE
França

XX

FOUCAULT
França

JONAS
Alemanha

LEVINAS
Lituânia

XXI

LADRIÈRE
Bélgica

HABERMAS
Alemanha

SERRES
França

NEGRI
Itália

RANCIÈRE
França

LIPOVETSKY
França

LATOUR
França

Problemas contemporâneos

O nascimento da ciência é um dos adventos que inauguram a modernidade. Diante das conquistas da física, da química e da matemática, aplicadas à busca científica das leis universais e imutáveis da natureza, as humanidades as tomaram como paradigmas do conhecimento. Os ideais científicos de imparcialidade e objetividade passam a ser perseguidos pelos saberes que, no entanto, investigam o ser humano, um ser histórico e cultural — portanto, mutável.

No século XIX, paradoxalmente embalado pelos ideais iluministas (humanismo, esclarecimento, etc.) e pelo otimismo na ciência, nasce o positivismo, um pensamento fortemente cientificista, que influenciou diretamente as áreas das humanidades.

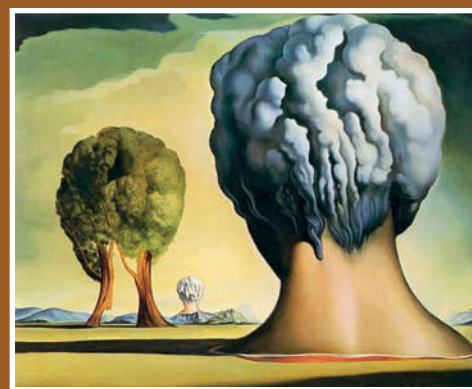
No século XX, impulsionado pelo capitalismo, o avanço tecnológico e científico proporcionou a manipulação da natureza em um nível até então inimaginável. Isso gerou melhorias na medicina e na indústria, por exemplo, não sem cobrar da humanidade uma fatura em catástrofes (bomba atômica, desastres ecológicos, etc.).

A tecnociência, fomentada pelas superpotências imperiais, torna-se a nova ordem mundial, causando danos à liberdade e à democracia.

Frente a isso, pensadores contemporâneos buscaram fazer a crítica à ciência e suas práticas na bioética, no meio ambiente, na comunicação e na política. É o que estudaremos nesta unidade.

■ As três esfinges de Bikini, de Salvador Dalí, 1947.

Nesta pintura, o artista mostra toda a expressão do movimento surrealista, com imagens de sonho que apresentam uma realidade totalmente diversa daquela que é esperada por nós. As três figuras mitológicas que aparecem como três cabeças femininas, podem ser comparadas aos três blocos problemáticos que desafiam o pensamento em nossos dias: as relações políticas em um mundo cada vez mais complexo; os problemas éticos desencadeados por essas relações, bem como aqueles relativos à vida e a nossas relações com os seres vivos; e as relações dos seres humanos com a natureza. Como no mito, essas esfinges parecem nos dizer: “decifra-me ou devoro-te!”. O enfrentamento desses problemas é o grande desafio que se coloca para a humanidade em nosso tempo.



Reprodução/Galeria Petit, Paris, França.

1 Quais são os limites do conhecimento e da ciência?

“

*A ciência excitada
Fará o sinal da cruz
E acenderá fogueiras
Para apreciar a lâmpada elétrica*

ZÉ, Tom. Ogodô, ano 2000. In: *The hips of tradition*. Luakabop, 1992.

Colocando o problema

Assim como a arte e a filosofia, a ciência caracteriza-se por investir em um pensamento crítico e criativo, produzindo novos saberes. Porém, muitas vezes a situação é bem diferente. O trecho da canção citado ao lado coloca a ciência em uma posição em que não estamos acostumados a vê-la: como uma mistificação. A ciência que faz “o sinal da cruz” e acende fogueiras denota atitudes religiosas e primitivas, completamente avessas àquilo que chamamos de “espírito científico”.

Ao mesmo tempo, outra criação artística, o filme *Gattaca: a experiência genética*, chama a atenção para o poder da ciência. O filme mostra uma sociedade no futuro em que a ciência controla a humanidade. Os seres humanos dominam as viagens espaciais, mas apenas aqueles que são geneticamente perfeitos podem viajar. Nessa sociedade, o conhecimento científico melhorou radicalmente a vida humana, mas o preço é o controle absoluto sobre as pessoas. O conhecimento da genética permite saber, desde o nascimento, o que uma pessoa pode ou não fazer, determinando seu perfil e suas possibilidades de vida.

Cena do filme Gattaca: a experiência genética.



O filme *Gattaca: a experiência genética* propõe uma reflexão sobre os limites da intervenção do conhecimento científico e da tecnologia nas vidas humanas.

Gattaca: a experiência genética. Direção de Andrew Niccol. Estados Unidos, 1997. (106 min.)



Columbia TriStar/Everett Collection/Keystone

Considerando a aventura da vida humana, sempre enfrentando desafios e superando limites, a sociedade mostrada no filme não seria a negação daquilo que de mais humano há nas pessoas? Poderíamos viver conformados àquilo que nos determina a ciência?



Paulo Whitaker/Reuters/Latinstock

Tendo feito dois doutorados em química, Brigitte Boisselier é diretora da única empresa do mundo especializada em clonagem: Clonaid. Tanto Brigitte quanto a Clonaid, além de acreditarem que a clonagem é a chave para a vida eterna, estão vinculados ao movimento raeliano, movimento religioso fundamentado na crença de que os seres humanos foram concebidos por uma raça de outro planeta (os Elohim), usando seu próprio DNA. Foto de 2003.

A filosofia na história

O escritor francês François Rabelais (1494-1553), ainda no século XVI, afirmou que “ciência sem consciência não é senão a ruína da alma”. Para ele, o conhecimento não pode bastar-se a si mesmo. Conhecer por conhecer é perder a humanidade, colocando-a a serviço do conhecimento, e não o contrário. Séculos depois, estudando a lógica do funcionamento da ciência, o filósofo **Jean Ladrière** afirmou que ela tende a constituir-se como um sistema autônomo e fechado em si mesmo, no qual a regra que vale é o conhecimento pelo conhecimento. Em outras palavras: devemos sempre conhecer cada vez mais, não importando se as consequências desse conhecimento sejam boas ou más.

POSITIVISMO: CIENTIFICISMO E NEUTRALIDADE DA CIÊNCIA

No século XVII, com a ciência de Galileu e a filosofia de Descartes, surgiu uma maneira inteiramente nova de pensamento. O período que se seguiu a partir daí até o século XIX é conhecido como modernidade. Essas mudanças se originaram no âmbito da ciência, mas se espalharam para todos os campos do pensamento e formaram uma nova visão de mundo, que coloca o sujeito do conhecimento no centro.

Jean Ladrière (1921-2007)



Reprodução/ <www.sig.ueie.es>

Jean Ladrière, em foto de c. 2000.

Filósofo e lógico belga, foi professor na Universidade Católica de Louvain, onde dirigiu o Instituto Superior de Filosofia. Dedicou-se a estudar a razão científica e a razão filosófica, articulando-as com a fé cristã. Escreveu centenas de artigos científicos e vários livros, destacando-se *Os desafios da racionalidade* (1977); *A ética no universo da racionalidade* (1997); e *O tempo do possível* (2004).

Na modernidade, considera-se que tudo o que é passível de ser representado no espírito é passível de ser conhecido e que, por meio do uso da reta razão e do método correto, o conhecimento humano pode ser ampliado indefinidamente. Certos objetos são mais difíceis de serem conhecidos porque são mais difíceis de serem representados, mas acredita-se que, com o aprimoramento dos métodos de conhecimento, esses objetos poderão tornar-se comuns ao homem.

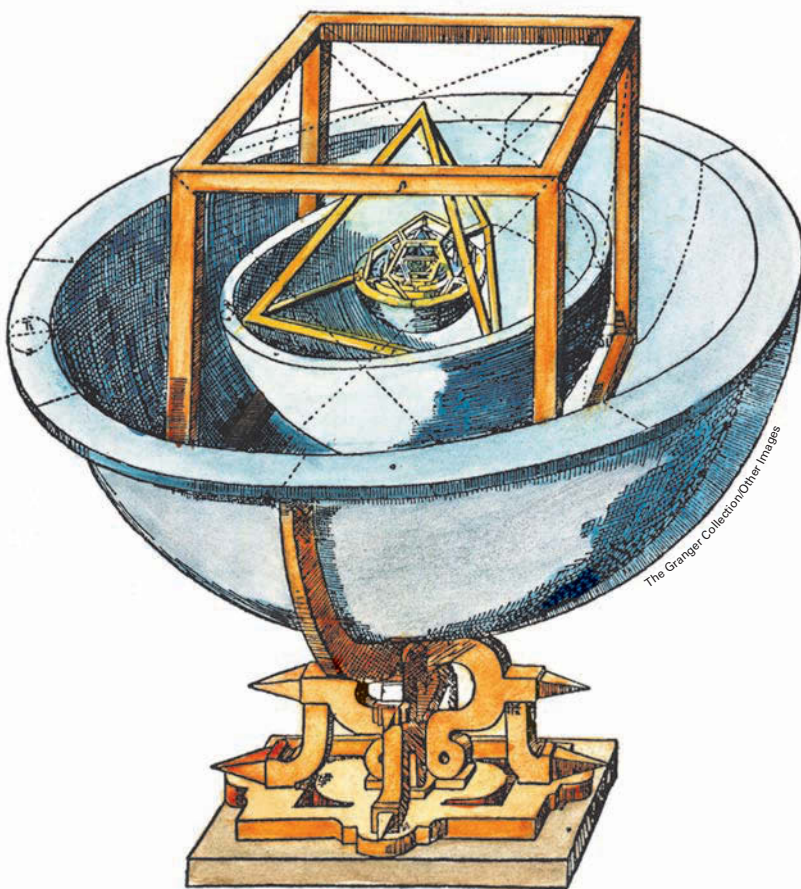
Auguste Comte (1798-1857)



The Bridgeman Art Library/Keystone/Templo da Religião da Humanidade, Paris, França.

Auguste Comte retratado por Louis Jules Etex no século XIX.

Filósofo francês criador do positivismo, foi aluno da Escola Politécnica de Paris. Formado com sólido conhecimento científico, produziu uma filosofia que considera a ciência como a única fonte do conhecimento verdadeiro. Acreditava que os problemas sociais deveriam ser tratados cientificamente e criou um ramo da ciência dedicado a estudá-los. Foi autor de uma obra vasta, na qual destacam-se: *Curso de filosofia positiva* (6 volumes, publicados entre 1830 e 1842); *Sistema de política positiva* (4 volumes, publicados entre 1851 e 1854); e *Catecismo positivista* (1852).



As descobertas astronômicas do início da modernidade deram impulso novo à ciência e à filosofia. Johannes Kepler, por exemplo, propõe que os movimentos dos planetas se inscrevem em formas geométricas perfeitas. Como essas formas são representáveis pelo espírito, podemos conhecer esses movimentos. Acima, o sistema planetário de Kepler, em xilografia colorida de 1596.

Essa mudança de visão de mundo conduziu a várias formas de pensamento diferentes, mas interligadas pelos fundamentos da modernidade. Entre essas formas, encontra-se o **cientificismo**, a tendência a valorizar excessivamente a ciência, considerando que apenas os conhecimentos científicos são válidos e aplicando as noções científicas a todos os campos da vida humana. Essa perspectiva teve origem no **positivismo**, corrente filosófica criada por **Auguste Comte**.

O positivismo teve grande número de seguidores e exerceu enorme influência no pensamento do século XIX e início do século XX. Seu princípio básico, denominado por Comte “lei dos três estados”, afirma que a humanidade passou por três estágios de evolução em sua relação com o mundo. Esses estágios podem ser assim resumidos:

- **estado teológico:** o ser humano explica os fenômenos da natureza como resultado de forças divinas e sobrenaturais. Esse estágio permitiu à humanidade intervir sobre a natureza. Se, por exemplo, explicamos a chuva como consequência da ação de um deus, então podemos pedir chuva em época de seca, realizando oferendas para agradar ao deus. No entanto, na visão de Comte essas explicações são ingênuas e infantis. Esse estágio corresponde ao predomínio da mitologia e da teologia como explicações do mundo.
- **estado metafísico:** estágio mais evoluído que o anterior. Aqui os deuses e forças sobrenaturais são substituídos por forças abstratas. Apesar do abandono das causas sobrenaturais, a estrutura das explicações é a mesma, porém fazendo uso de teorias racionais. Assim como no estágio anterior, não são explicações baseadas na observação empírica. Esse estágio corresponde ao predomínio da filosofia como explicação do mundo.
- **estado positivo:** corresponde ao estágio mais evoluído da humanidade. Os fatos e fenômenos são explicados racionalmente pela causalidade – ou seja, pela relação entre causa e efeito –, estabelecendo a relação natural entre eles. A ciência é a guia mestra do desenvolvimento da humanidade em seu estágio de maturidade.

Para Comte, os indivíduos também passam por esses três mesmos estágios: quando crianças, tendemos a acreditar em explicações mitológicas e religiosas; crescemos um pouco e passamos a preferir explicações de cunho filosófico; mas é apenas na maturidade da idade adulta que estamos preparados para ver o mundo por meio da ciência. A visão científica é aquela que consegue explicar a natureza pela própria natureza, sem recorrer a fatores externos. É uma visão madura, pois só se realiza pela investigação e pela experimentação, conseguindo perceber as relações de causa e efeito entre os fenômenos. Ao estabelecer a absoluta causalidade, o positivismo instaura o reino da **necessidade**: nada acontece por contingência; tudo pode ser explicado por suas relações naturais com os outros elementos da realidade.

Comte quis aplicar aos problemas sociais a mesma causalidade das ciências naturais. Ele chamava a atenção para a necessidade de uma **física social** – ciência mais tarde denominada sociologia –, que seria o resultado da aplicação das leis naturais e do método científico da física ao estudo da sociedade. Assim como a física natural se constrói em torno do conceito de gravitação, Comte considerava que a sociedade deveria se organizar por meio do conceito de **ordem**, pois apenas com ordem poderia haver progresso. A preocupação social de Comte recebeu grande influência de **Saint-Simon**, de quem foi secretário durante muitos anos. Saint-Simon é considerado um dos fundadores do socialismo, embora seja apresentado como um “socialista utópico”, pois acreditava que o socialismo seria alcançado apenas pelo convencimento das pessoas, e não por uma crítica ao sistema capitalista, que indicasse ao proletariado um horizonte de ações transformadoras da realidade, como Marx fez.

Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825)



Archives Charmel/The Bridgeman Art Library/Keystone Biblioteca de Arsenel, Paris, França.

Saint-Simon retratado aos 35 anos por Hippolyte Ravergie.

Filósofo e economista francês, de família aristocrática. Em 1779 foi para a América, tendo participado da Guerra de Independência dos Estados Unidos. Sua obra esteve voltada para uma reforma social, pensada em princípios científicos. Alguns de seus livros foram escritos em parceria com Auguste Comte, que foi seu secretário desde 1817.

De sua obra, destacam-se: *Introdução aos trabalhos científicos do século XIX* (1807-1808); *Sistema industrial* (1821); e *Catecismo dos industriais* (1823-1824). Deixou inacabada a obra *O novo cristianismo*.

Matt Trommer/Shutterstock/Glow Images

O lema de nossa bandeira foi também um lema positivista, o que demonstra a grande influência dos positivistas em nosso país. Em 1847, porém, os pensadores dessa corrente alteraram seu lema para: “O amor como princípio, a ordem como base, o progresso como fim”. Várias tentativas de incluir a palavra “amor” em nossa bandeira já foram feitas. A mais recente, pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).



Essa posição científicista se caracteriza também pela defesa da **neutralidade da ciência**: a ideia de que os conhecimentos científicos não são bons nem maus em si mesmos, ou seja, são neutros. A ciência, portanto, não toma partido em relação a eles. É a aplicação desses conhecimentos que pode resultar em algo bom ou ruim. A produção do conhecimento pela ciência obedece à regra “saber cada vez mais”. As **aplicações** dos conhecimentos ficam a cargo da tecnologia, que se utiliza deles para criar usos práticos. E são essas aplicações que podem ser avaliadas, não os conhecimentos.

Um exemplo é o desenvolvimento da física nuclear. O estudo dos átomos e das partículas subatômicas foi e continua sendo realizado pelo desejo e pela necessidade do ser humano de conhecer e explicar a natureza. Esse conhecimento pode ser aplicado a uma série de coisas. O conhecimento sobre a fissão e a fusão atômicas, por exemplo, pode ser aplicado à produção de energia. Atualmente vários países dependem de *usinas nucleares* para gerar energia elétrica, ainda que essa fonte de energia seja polêmica, em razão dos riscos de contaminação do ambiente e das pessoas. O mesmo conhecimento de física nuclear usado para geração de energia também pode ser aplicado na construção de armas de destruição em massa, como bombas e mísseis nucleares. O fato de que esse conhecimento pode ter um uso em armas letais, porém, não significa que ele seja um conhecimento ruim, que deva ser proibido. O que interessa, segundo o científicismo, é que os seres humanos, dominando a física nuclear, a utilizem apenas para fins pacíficos, pois, em si mesma, ela é neutra.

USINAS NUCLEARES

Em 11 de março de 2011, o norte do Japão foi atingido por um forte *tsunami* (onda gigante provocada por um terremoto) que arrasou várias localidades. Uma das consequências foi a inundação da Central Nuclear de Fukushima I, com danos a alguns reatores nucleares e vazamento de radiação. Toda a região precisou ser evacuada.

No século XX ocorreram dois acidentes nucleares graves: o da Usina de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em março de 1979, e o da Usina de Chernobyl, na então União Soviética, em abril de 1986.

Trabalhadores usando proteção contra a radioatividade entram no prédio do reator n. 2 da usina de Fukushima, em 18 de março de 2011, quatro dias após o acidente.



Tokyo Electric Power Co./Reuters/Latinstock

A TECNOCIÊNCIA

A partir da segunda metade do século XX, a noção de neutralidade da ciência começou a ser criticada, em virtude da estreita relação que existe entre o conhecimento científico e a sua aplicação.

Enquanto nas origens da ciência moderna seu desenvolvimento foi movido pela vontade humana de conhecer a natureza cada vez mais a fundo, já desde o século XIX a principal motivação têm sido as possibilidades de aplicação e utilização do conhecimento. Passou-se a falar em “ciência e tecnologia” e, depois, em **tecnociência** para caracterizar o tipo de conhecimento científico produzido.

Pensemos nas principais conquistas tecnológicas do século XX. Em grande parte, elas se tornaram possíveis graças aos investimentos em pesquisa feitos em época de guerra. Os interesses geopolíticos que estavam em jogo justificaram altos investimentos em pesquisas para aumentar as chances de vitória nos conflitos. No caso da energia nuclear, foram as pesquisas para a construção da bomba atômica que possibilitaram o conhecimento de seu uso para geração de energia elétrica. A informática e as telecomunicações, que tiveram grandes avanços na segunda metade do século XX, também foram beneficiadas por pesquisas feitas durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, assim como diversas aplicações tecnológicas que hoje facilitam nosso dia a dia.



Huw Jones/Photolibary RMI/Getty Images

O forno de micro-ondas é um exemplo da aplicação de tecnologia de guerra e simboliza o aumento do conforto doméstico. Este novo padrão de conforto exigiu maior produção de energia, atendida por mais uma novidade da tecnociência vinculada à guerra: a energia nuclear, que ajuda a fornecer energia elétrica, mas causou grandes acidentes e permitiu o desenvolvimento da bomba atômica.

Vários outros exemplos podem ser citados. As empresas envolvidas com equipes de automobilismo, como a Fórmula 1, investem milhões de dólares para ter carros mais competitivos. Muitos dos equipamentos criados para carros de corrida são depois adaptados para os carros comuns.

Diante de todas as inovações tecnológicas que têm sido produzidas atualmente, não podemos deixar de refletir sobre a ciência e o conhecimento, nos perguntando sempre se as aplicações da tecnociência estão a serviço da humanidade, ou se apenas contribuem para aumentar os lucros de alguns.

A EMERGÊNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

O século XIX, no qual emergiram as ideias positivistas, associadas ao cientificismo e à sociologia, foi marcado também pelo surgimento e pela consolidação de outras ciências sociais e humanas, como a psicologia, a psicanálise, a antropologia e a história.

Se apenas a ciência produz conhecimentos verdadeiros, tornava-se necessário dar também a outras áreas do saber um tratamento científico. Assim como a sociologia constituía um estudo experimental das leis que regem o funcionamento social, estudos análogos deveriam ser feitos no caso de outras ciências sociais e humanas.

EPISTEME

Episteme não é sinônimo de saber; significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma possibilidade enquanto saber.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 133.

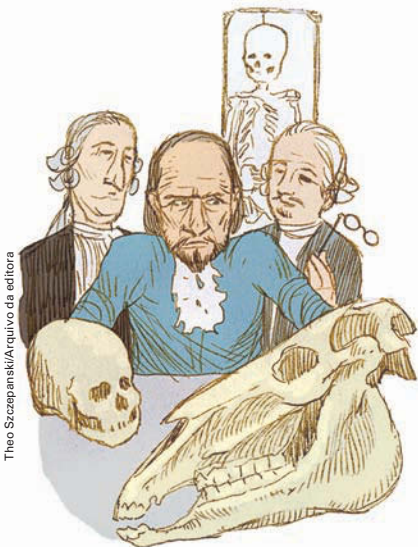
Foucault: uma arqueologia das ciências humanas

Para compreender a formação das ciências humanas, Michel Foucault se serviu de uma palavra grega e criou seu conceito de *episteme*. Cada época histórica tem sua própria *episteme*, que é o solo de onde emergem os saberes. É importante perceber que ele fala em **saberes**, e não em **conhecimentos**. Para Foucault, os conhecimentos são organizados segundo os princípios de uma ciência, tendo compromisso com a verdade; já os saberes são uma categoria mais ampla, não necessariamente científica. Ao realizar uma “arqueologia do saber”, como ele denomina o seu método, Foucault não está se ocupando apenas da ciência, mas também de outras formas de pensar e investigar a realidade.

Compreendendo a ideia de *episteme*, é possível entender por que certos conhecimentos científicos e saberes surgiram em uma época e não em outra.

Fazendo a arqueologia do saber no Ocidente desde o período que ele denomina “época clássica” (o período renascentista), Foucault encontra três *epistemes*, relacionadas a diferentes saberes e ciências:

- A *episteme* da Renascença (séculos XV e XVI): centrada na **semelhança**. Nessa época, conhecer era perceber as semelhanças. Porém, elas não se apresentavam de imediato. Era como se o mundo tivesse signos que precisassem ser decifrados, interpretados, para que se pudessem perceber as semelhanças entre as coisas. A relação entre as coisas e os signos também se dava por semelhança.
- A *episteme* clássica (séculos XVII e XVIII): voltada para a **representação**. Este período corresponde aproximadamente ao período da modernidade e, nele, a *episteme* já não promove uma articulação direta entre as coisas e os saberes. Não há mais semelhança, e conhecer já não é decifrar os signos da natureza. O conhecer passa a ser, nesse período, uma atividade de representação: conhecer o mundo é representar o mundo no pensamento, dando-lhe uma ordem, uma organização. Foucault destaca a emergência de três ciências nesse período, que operam por meio da representação: a gramática geral, a história natural e a economia como análise das riquezas. As três se dedicam a organizar e classificar (as palavras; os seres vivos; as riquezas), dando uma ordem aos conhecimentos.



- A *episteme* moderna (séculos XIX e XX): tomada como a “idade do homem”. Com o enfraquecimento da representação, emerge o conceito moderno de homem como *episteme*. O que garante o saber já não é uma semelhança ou uma representação, mas sua construção por um sujeito, o ser humano. A **ordem** é substituída pela **história**. Foucault afirma que há uma transformação da gramática geral em **filologia** (a busca pela história das palavras, mais que sua classificação); da história natural em **biologia** (o estudo dos seres vivos em sua história, e não a mera classificação em gêneros e espécies); da análise das riquezas em **economia política** (o estudo dos fluxos econômicos na história).

No âmbito de uma *episteme* da semelhança ou de uma *episteme* da representação, o ser humano é sujeito de conhecimento e só pode tomar como objeto algo que não seja ele mesmo. Por isso, a partir do século XVII e até o século XIX, consolidam-se as ciências exatas e da natureza. Mas no século XIX, com um novo solo para os saberes, o ser humano, sujeito de conhecimento, pode tomar a si mesmo também como objeto. É possível, então, o necessário distanciamento de si mesmo para produzir-se como saber, como conhecimento científico, o que leva à consolidação das ciências humanas.

Problemas de método nas ciências humanas

Na formulação de Comte, a “física social” deveria ser o resultado da aplicação do método experimental da física aos problemas sociais. Com o desenvolvimento posterior da sociologia, porém, isso não se mostrou algo simples. Nas ciências naturais, o método experimental, como vimos no capítulo 3 da unidade 1, tem normas bastante rígidas, garantia de produção de um conhecimento verdadeiro. Os problemas começam a aparecer quando ele é aplicado a objetos da esfera humana. Um dos princípios básicos do método experimental é a objetividade; mas como ser objetivo quando o objeto do conhecimento é o próprio indivíduo que faz o estudo?

As ciências são baseadas em fatos. Elas não são especulações teóricas, e sim análise dos fatos. E os fatos humanos não são como os fatos naturais; os fatos humanos são fluidos, mutantes, inconstantes. Seu estudo oferece mais dificuldade e as conclusões não podem ser tão definitivas como nas ciências naturais. Por essa razão, o método experimental precisa ser adaptado quando aplicado ao estudo dos fatos humanos. Cada ciência humana faz suas próprias adaptações, de acordo com seu objeto e suas especificidades. Assim, enquanto no campo das ciências naturais se fala em **método científico**, no campo das ciências humanas é mais apropriado falar em **métodos**, no plural.

Reprodução/Museu do Prado, Madri, Espanha.



As meninas, de Diego Velázquez. Em As palavras e as coisas, Foucault faz uma longa análise desse quadro pintado no século XVII, mostrando como o pintor representa membros da família real e a si mesmo na tela, no ato de pintar. O quadro ilustra a atitude de representação e suas implicações para a produção de saberes.



Dessa situação decorrem muitas críticas às ciências humanas por parte dos representantes das ciências naturais. Fala-se, por exemplo, em “ciências exatas” para se referir às ciências naturais, como se as ciências humanas também não se caracterizassem pela exatidão. Outras denominações das ciências naturais são “ciências duras” ou “ciências fortes”, como se as ciências humanas fossem “moles” ou “fracas”. Essas distinções não têm fundamento, porque as ciências humanas são tão rigorosas quanto as naturais e desenvolvem metodologias de investigação que lhes permitem ser o mais acuradas possível.

De forma geral, podemos dizer que a metodologia nas ciências humanas está baseada na **observação** dos fatos, que são fenômenos humanos, portanto carregados de sentidos e significados que precisam ser **interpretados**. Cada ciência humana desenvolve suas maneiras próprias de proporcionar a observação dos fatos humanos que são seu objeto de pesquisa, bem como os instrumentos de interpretação desses fatos, que permitem estabelecer suas conclusões.

CIÊNCIA E PODER NA CONTEMPORANEIDADE

Os desafios contemporâneos para a ciência e o conhecimento vêm sendo analisados sob várias perspectivas. Uma delas é a do filósofo francês **Bruno Latour**, que faz uma dura crítica ao projeto **moderno**, afirmando que ele nunca deixou de ser projeto, isto é, nunca se realizou de fato. Segundo ele, o projeto da modernidade era o de separar radicalmente a natureza e a cultura, a ciência e a política. Em outras palavras, pretendia separar o científico, racional e demonstrável, do social. Caberia aos cientistas conhecer, compreender e gerir a natureza, ficando sob a responsabilidade dos políticos a gestão da sociedade. Latour afirma que essa divisão de tarefas nunca se materializou, porque todo conhecimento novo surge em uma sociedade específica e interfere diretamente na vida dessa sociedade – portanto, a ciência é também social, cultural e política.

Como não é possível separar o “humano” do “não humano”, o conhecimento não pode ser classificado como apenas social ou apenas científico. Os conhecimentos são “híbridos”, conforme os denomina Latour.

Como exemplos de conhecimentos híbridos, Latour cita o buraco na camada de ozônio, o congelamento de embriões para retirada futura de células-tronco, a poluição dos rios e as pesquisas da cura para a Aids. Esses temas podem ser estudados apenas por uma ciência isoladamente, ou mesmo por um projeto interdisciplinar? Latour responde que não, e lembra que todos eles envolvem também aspectos sociais, econômicos e políticos que precisam ser levados em conta.

Não se pode fazer uma separação entre a produção do conhecimento e o exercício do poder, diz Latour. Como vimos acima, a ciência deixou de ser movida pela vontade de conhecer e passou a se guiar pelas possibilidades vislumbradas de aplicação. Esta relação

Bruno Latour (1947-)



Miguel Medina/Agência France-Presse

Bruno Latour, em foto de 2010.

Filósofo, sociólogo e antropólogo francês, estuda a atividade científica contemporânea. Foi professor no Centro de Sociologia da Inovação da Escola Nacional Superior de Minas, em Paris, e desde 2006 é professor na Escola de Altos Estudos em Ciências Políticas, também na capital francesa. Entre seus vários livros, destacam-se: *Jamais fomos modernos* (1991); *A esperança de Pandora* (1999); *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas* (2010); e *Pesquisa sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos* (2012).

entre conhecimento e poder, já demonstrada por Foucault, exigiu a criação do termo tecnociência.

Recorrendo a uma metáfora mitológica, Latour afirma que com toda a curiosidade que moveu a ciência no século XX, esgotaram-se os males que escaparam da *caixa de Pandora*. Mas, tendo experimentado os males, podemos ainda encontrar aquilo que restou no fundo da caixa: a esperança. Para isso, será necessário criar um novo modo de fazer ciência, sem a separação entre ela e a política desejada pelo projeto moderno.

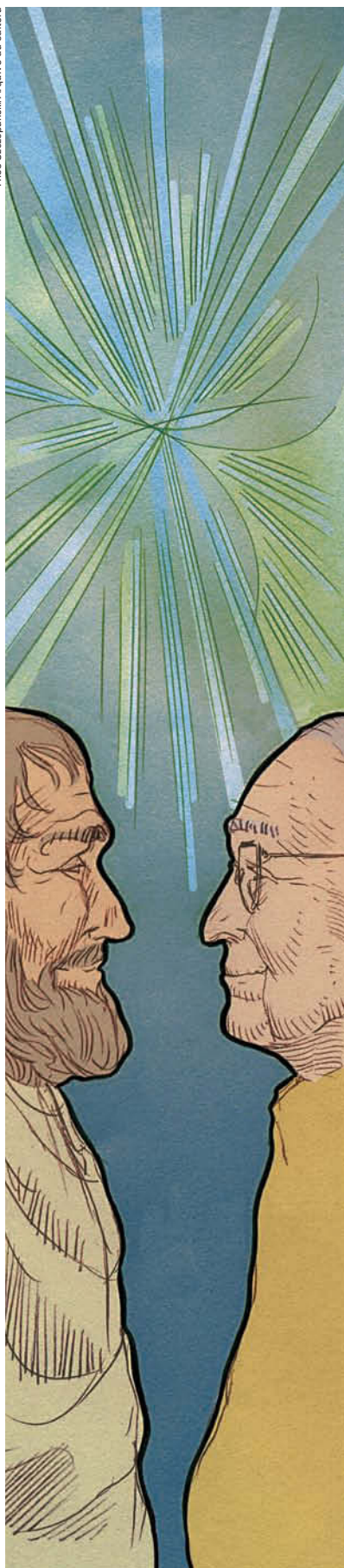
CAIXA DE PANDORA

Na mitologia grega, Pandora foi a primeira mulher, criada por Hefesto e Atena a mando de Zeus. Cada um dos deuses deu a ela um atributo, e com seus dotes ela seria usada em um plano arquitetado por Zeus. O objetivo era vingar-se de Prometeu, que roubara dos deuses a chama da inteligência e a concedera aos humanos. Prometeu (cujo nome significa 'aquele que vê antes', 'que prevê', 'é prudente') recusou o presente, e Zeus ofereceu-o, então, a seu irmão – Epimeteu (cujo nome significa 'aquele que vê depois', 'o imprudente'). Encantado com a beleza de Pandora, Epimeteu aceitou-a e casou-se com ela. Zeus presenteou-o também com uma caixa, mas foi alertado de que nunca deveria abri-la. A curiosidade de Pandora, contudo, levou-a a abrir a caixa, da qual escaparam todos os males do mundo (a dor, a tristeza, a insatisfação), que se espalharam entre os seres humanos. No fundo da caixa restou apenas a esperança.



Pandora e sua caixa, retratada pelo pintor Dante Charles Gabriel Rossetti no século XIX.

Talvez a grande lição contemporânea seja a de que a ciência e o conhecimento sempre envolvem novas possibilidades e reflexões, não apenas sobre o que se conhece, mas também sobre **como e a que preço** se conhece. Essas ideias são discutidas de forma divertida e irônica no artigo de Marcelo Gleiser reproduzido a seguir. Sob o impacto do anúncio da descoberta do “bóson de Higgs”, uma partícula subatômica prevista pela física contemporânea mas que ainda não havia sido detectada, Gleiser cria a situação hipotética de um diálogo entre o filósofo antigo Aristóteles e o físico contemporâneo Peter Higgs.



Aristóteles e Higgs: uma parábola etérea

Aristóteles e Peter Higgs entram num bar. Higgs, como sempre, pede o seu uísque de puro malte. Aristóteles, fiel às suas raízes, fica com um copo de vinho.

– Então, ouvi dizer que finalmente encontraram – diz Aristóteles, animado.

– É, demorou, mas parece que sim – responde Higgs, todo sorridente.

– Você acha que 40 anos é muito tempo? Eu esperei 23 séculos!

– Como é? – pergunta Higgs, atônito. – Você não acha que...

– Claro que acho! – corta Aristóteles. – Você chama de campo, eu de éter. No final dá no mesmo, não?

– De jeito nenhum! – responde Higgs, furioso. – O seu éter é inventado. Eu calculei, entende? Fiz previsões concretas.

– Vocês cientistas e suas previsões... – diz Aristóteles. – Basta ter imaginação e um bom olho. Você não acha que o meu éter é uma excelente explicação para o que ocorre nos céus?

– Talvez tenha sido há 2000 anos. Mas tudo mudou após Galileu e Kepler – diz Higgs.

Aristóteles olha para Higgs com desprezo.

– Você está se referindo a esse “método” de vocês, certo?

– O método científico, para ser preciso – responde Higgs, orgulhoso. – É a noção de que uma hipótese precisa ser validada por experimentos para que seja aceita como explicação significativa de como funciona o mundo.

– Significativa? A minha filosofia foi muito mais significativa para mais gente e por muito mais tempo do que sua ciência e o seu método.

– É verdade, Aristóteles, suas ideias inspiraram muita gente por muitos séculos. Mas ser significativo não significa estar correto.

– E como você sabe o que é certo ou errado? – rebate Aristóteles. – O que você acha que está certo hoje pode ser considerado errado amanhã.

– Tem razão, a ciência não é infalível. Mas é o melhor método que temos para aprender como o mundo funciona – responde Higgs.

– Nos meus tempos bastava ser convincente – reflete Aristóteles com nostalgia. – Se tinha um bom argumento e sabia defendê-lo, dava tudo certo – continuou. – As pessoas acreditavam em você, mas não era fácil. A competição era intensa!

– Posso imaginar – responde Higgs.

– Ainda é difícil. A diferença é que argumentos não são suficientes. Ideias têm que ser testadas. Por isso a descoberta do bóson de Higgs é tão importante.

– É, pode ser. Mas no fundo é só um outro éter – provoca Aristóteles.

– Um éter bem diferente do seu – responde Higgs.

– E por quê? – pergunta Aristóteles.

– Pra começar, o campo de Higgs interage com a matéria comum. O seu éter não interage com nada.

– Claro que não! Era perfeito e eterno – diz Aristóteles.

– Nada é eterno – rebate Higgs.

– Pelo seu método, a menos que você tenha um experimento que dure uma eternidade, é impossível provar isso! – afirma Aristóteles.

– Touché, você me pegou – admite Higgs. – Não podemos saber tudo.

– Exato – diz Aristóteles. – E é aí que fica divertido, quando a certeza acaba.

– Parabéns pela descoberta do seu éter – diz Aristóteles.

– Existem muitos tipos de éter – afirma Higgs.

– E muitos tipos de bósons de Higgs – retruca Aristóteles.

– É, vamos ter que continuar a busca.

– E o que há de melhor? – completa Aristóteles, tomando um gole.

GLEISER, Marcelo. In: Caderno Ciência, Folha de S.Paulo, 29 jul. 2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleiser/1127415-aristoteles-e-higgs-uma-parabola-eterea.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2013.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os dois textos a seguir são de autores contemporâneos que se dedicam a estudar a prática científica e seus limites. Em ambos, são destacadas as relações entre ciência e política, em uma direção similar àquela que vimos anteriormente, na produção de Bruno Latour.

Texto 1

Isabelle Stengers, química belga e doutora em filosofia das ciências, discute neste texto o interesse na pesquisa científica. O cientista precisa ser capaz de despertar interesse por aquilo que pesquisa, para que possa obter verbas para suas investigações – o que revela as questões políticas envolvidas na ciência.

Ciência, interesse e poder

O cientista que quer ser inovador, que quer criar história, deve ser um estrategista de interesses. Ele deve criar vínculos, encontrar aliados, criar relações de força favoráveis. Ele deve certamente aceitar certas imposições: Lyssenko é o exemplo daquilo que é preciso evitar, aquele que jogou de maneira direta o poder do Estado soviético contra seus colegas. Se um biólogo, porém, consegue fazer com que, por exemplo, se aceite um vínculo entre sua pesquisa e o problema da Aids, ele terá mais crédito financeiro, mais prestígio e terá feito seu trabalho de cientista: se suas pesquisas não contribuírem para a resolução do problema, ninguém o censurará.

As ciências não são nem empreendimentos puros, inocentes, vítimas de poderes que desviam o sentido das pesquisas, nem os cúmplices servis dos poderes. O cientista procura interessar àqueles que o ajudarão a fazer a diferença, a criar história, e nenhum limite intrínseco define aquelas a quem ele não deve procurar interessar. Eventualmente certas preocupações políticas ou morais impedirão um físico de dizer aos militares: “nós poderíamos conceber um novo tipo de arma a partir de minha proposição”. Eventualmente, mas não seria na qualidade de cientista que ele se recusaria a isso. Enquanto cientista seu trabalho é de interessar, e interessar a todos aqueles que podem ajudá-lo a criar uma história que passe por ele. Tal cientista, porém, poderá também, e com a consciência limpa, enganar os militares, conseguir interessá-los por aquilo que ele sabe que não passa de uma ficção. Isso também faz parte da profissão. As ciências não traduzem de maneira servil os interesses daqueles de quem dependem, e sim reinventam o sentido para seu proveito. Em contrapartida, há uma coisa que elas traduzem fielmente: as relações de forças sociais que determinam aqueles a quem é interessante interessar, aqueles que podem ajudar a fazer a diferença.

[...]

A utopia que minha crítica propõe não é a de uma ciência “pura”, “desinteressada”, “sem ideologia”. Não se trata de dizer aos cientistas: “parem de interessar”, o que signifi-

caria dizer: “deixem de ser cientistas”. O verdadeiro problema é político. A ciência é amoral no sentido em que interessa a quem pode fazer a diferença, e no sentido em que coloca o problema geral de nossas sociedades. Mas, como sempre é o caso, ela o coloca de um modo singular, ao qual podem corresponder, aqui e a agora, respostas singulares. No que me concerne, aqui e agora, eu tento complicar a situação, isto é, a diferenciação clara demais entre aqueles a quem os cientistas interessam (e surpreendentemente que, em francês, essa última frase tenha um duplo sentido indecidível: não se pode saber quem é o sujeito, quem é o alvo) e o “público”. Por isso tento fazer proliferar os interesses a propósito da ciência, multiplicar o número daqueles que serão capazes de apreciar, avaliar as operações científicas, admirá-las e rir delas. [...]

[...] *As escolhas e as orientações em matéria de ciência serão reconhecidas por aquilo que são: questões políticas. Que elas o sejam é algo que muitos sabem, em princípio, mas, de maneira geral, eles sempre chegam tarde demais, criticam uma ciência já feita. É preciso que as controvérsias interessem ao que então não se chamará mais de “público”.*

Político também é o modo de formação dos cientistas, acerca do qual sabemos que ele é feito para separar ao máximo a competência dos especialistas e a eventual “boa vontade” do cidadão que o cientista também é. Nem todos os cientistas estão prontos para interessar a qualquer custo, mas mesmo aqueles que não o estão calculam mal o sentido do interesse que seu trabalho pode suscitar. [...]

STENGENS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência?: ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990. p. 104-107.

Glossário

Trofim Lyssenko (1898-1976): Biólogo ucraniano que se tornou diretor do Instituto de Genética da Academia de Ciências da União Soviética em 1940, durante o governo de Stalin. Defendia teses completamente diferentes da biologia clássica e apoiadas pelo regime soviético. Perseguiu os geneticistas que tinham ideias contrárias, vários dos quais foram demitidos ou mesmo presos. Seu trabalho foi oficialmente desacreditado em 1964.

Questões sobre o texto

- 1 Por que, segundo o texto, o cientista precisa despertar o interesse dos outros em suas pesquisas?
- 2 Quais as relações entre ciência e política, segundo a autora?
- 3 Como as questões políticas interferem na ciência? E o inverso também acontece? Explique.

Texto 2

O texto a seguir é sobre o conflito ético entre a busca do saber pelo saber e o atendimento às necessidades humanas. Edgar Morin, cientista e filósofo francês contemporâneo, enfatiza também as questões políticas relacionadas à pesquisa científica.

Os dois deuses

[...]

Dissemos justamente que não se tratava tanto, hoje, de dominar a natureza como de dominar o domínio. Efetivamente, é o domínio do domínio da natureza que hoje causa problemas. Simultaneamente, esse domínio é, por um lado, incontrolado, louco, e pode conduzir-nos ao aniquilamento; por outro lado, é demasiado controlado pelos poderes dominantes. Esses dois caracteres contraditórios explicam-se porque nenhuma instância superior controla os poderes dominantes, ou seja, os Estados-nações.

O problema do controle da atividade científica tornou-se crucial. Supõe um controle dos cidadãos sobre o Estado que os controla e uma recuperação do controle pelos cientistas, o que exige a tomada de consciência de que falei ao longo destas páginas.

A recuperação do controle intelectual das ciências pelos cientistas necessita da reforma do modo de pensar. É certo que a reforma do modo de pensar depende de outras reformas, e há uma interdependência geral dos problemas. Mas essa interdependência não devia fazer esquecer essa reforma-chave.

Todo cientista serve pelo menos a dois deuses que, ao longo da história da ciência e até hoje, lhe parecem absolutamente complementares. Hoje, devemos saber que eles não são somente complementares, mas também antagonistas. O primeiro deus é o da ética do conhecimento, que exige que tudo seja sacrificado à sede de conhecimento. O segundo deus é o da ética cívica e humana.

O limite da ética do conhecimento era invisível, a priori, e nós transpusemo-lo sem saber; é a fronteira para lá da qual o conhecimento traz com ele a morte generalizada: hoje, a árvore do conhecimento científico corre o risco de cair sob o peso dos seus frutos, esmagando Adão, Eva e a infeliz serpente.

Adaptado de: MORIN, Edgar. Para a ciência. In: *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa-América, 1994. p. 29-30.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Questões sobre o texto

- 1 Segundo o texto, qual é a condição para que os cientistas recuperem o controle intelectual sobre a ciência?
- 2 Por que os “dois deuses” a que servem os cientistas são antagonísticos? Que conflito de interesses eles representam?
- 3 Qual é o sentido da metáfora da “árvore do conhecimento” no último parágrafo do texto? Como interpretá-la?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Como o positivismo e a noção de neutralidade interferiram na reflexão sobre os limites da ciência?
- 2 Por que o positivismo de Comte levou à constituição de ciências ligadas às questões humanas, como a sociologia?
- 3 Explique a noção de tecnociência.
- 4 Como o surgimento das ciências humanas foi trabalhado por Foucault? Como ele se diferencia da visão positivista?
- 5 Sobre as ciências humanas, responda:
 - a) Por que há problemas de método nessas ciências?
 - b) Quais são esses problemas e como eles são enfrentados?
- 6 Que relações podemos estabelecer entre ciência e política?

7 O Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior foi criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2003, visando a estimular a formação científica de pesquisadores desde o ensino Médio. O programa consiste em um convênio entre universidades ou institutos de pesquisa e escolas básicas, de modo que estudantes possam realizar atividades de pesquisa sob orientação de pesquisadores acadêmicos, recebendo uma bolsa-auxílio. O programa do CNPq baseou-se em outros mais antigos, de institutos de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), levando a iniciativa para todo o Brasil.

- a) Se sua escola participa desse tipo de atividade, entreviste alunos envolvidos com a experiência. Pergunte sobre o trabalho que realizaram e o que aprenderam com ele. Depois, escreva um texto sintetizando a entrevista e leia-o para os colegas.
- b) Caso sua escola não disponha do programa, pesquise na internet mais informações sobre ele e sobre os resultados em escolas que o adotem.

8 Com base no que foi estudado neste capítulo, escreva uma dissertação filosófica com o tema: “Desafios da ciência contemporânea: limites e possibilidades”.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

A dissertação filosófica pode ser redigida de diferentes formas, com distintas estruturas lógicas. Podemos falar, de forma geral, em três grandes modelos: o **plano dialético**, o **plano progressivo** e o **plano nocional**.

Para realizar uma dissertação segundo o plano dialético, o autor deverá organizar a dissertação em três partes: na primeira, apresenta a “tese” que é defendida no texto, isto é, a ideia em torno da qual argumentará. Na segunda parte, o autor apresenta os elementos contrários à sua tese (a antítese), que podem refutá-la. Por fim, na terceira parte, o autor apresenta uma síntese dessas ideias, examinando os dois pontos de vista opostos, mostrando suas aproximações e distanciamentos.

A dificuldade desse plano dissertativo está em cair em uma perspectiva caricatural da dialética, que apenas apresenta as três fases, mas sem que elas efetivamente funcionem como categorias lógicas. Ao realizar esse tipo de dissertação, é preciso garantir, de fato, que as ideias sejam confrontadas e contrastadas, para garantir uma boa síntese.

9 Em sua edição de outubro de 2012, a revista *Pesquisa Fapesp* publicou um conjunto de textos resultantes de palestras de cientistas em um ciclo de encontros preparatórios para o Fórum Mundial da Ciência 2013. Leia a seguir trechos de dois desses textos.

Ciência e inovação

Fernando Galembeck
(professor do Instituto de Química da Unicamp)

Tales de Mileto, geômetra e astrônomo considerado por alguns o primeiro cientista, foi também um hábil transformador de conhecimento em riqueza. Em um certo ano, previu que haveria uma grande safra de olivas e comprou muitas prensas de óleo, revendendo-as na safra. Assim conseguiu uma grande receita e satisfez necessidades dos produtores de óleo. Se não tivesse acumulado as prensas que mandou fazer, não haveria como prensar todas as azeitonas. Portanto, o primeiro cientista soube usar o conhecimento para gerar riquezas, para si e para outros.

No contexto de hoje temos um desafio global, criado por uma população crescente e expectativa de aumento de consumo, num quadro de recursos naturais finitos. Ambicionamos o desenvolvimento sustentável ou durável, que requer novo conhecimento. E precisamos também mudar atitudes.

O novo conhecimento científico cria possibilidades de inovação, mas também coloca perguntas: qual ciência? Qual inovação? Os recursos são sempre limitados, especialmente em países de renda per capita e índice de desenvolvimento humano baixos. No Brasil, que tem pouca infraestrutura, a situação se torna particularmente séria e as questões se desdobram: onde se deve gastar? Quanto se pode gastar? Quem vai gastar? Como? Os gastos feitos proporcionarão sustentabilidade para o sistema? Para o país? Para o mundo? Essas questões devem estar sempre presentes nas mentes de cientistas, pesquisadores e gestores.

*Hoje há no mundo muitos grupos envolvidos com esses problemas. O chamado Grupo Carnegie é formado por ministros de C&T de países do G8 e trata, entre outros temas, das **Research Facilities of Global Interest**. Estas são hoje principalmente os grandes aceleradores de partículas e observatórios astronômicos. Recentemente o Grupo Carnegie começou a discutir as necessidades de ciência para a sustentabilidade e a transição rumo à economia “verde”. Uma conclusão atual é a de que não existem as infraestruturas que deveriam estar disponíveis, independentemente de méritos intrínsecos das que já existem. Ou seja, não há **facilities** aptas para sediar o trabalho científico requerido para o enfrentamento dos problemas globais. Essa situação faz voltar à pergunta: qual ciência? [...]*

*Qual inovação interessa? A inovação depende de desenvolvimento, que custa muito dinheiro, por isso só faz sentido fomentar trabalhos de **P&D** que tenha foco bem definido e perspectivas concretas de utilização. Inovação tem que satisfazer necessidades emergentes, e é essencial saber em que setores da agricultura, da indústria e dos serviços estão essas necessidades. Inovação tem impacto econômico, estratégico ou social e de novo, precisamos saber: em quais cenários? Em qual contexto? Para quem? A ciência em princípio beneficia a todos, mas a inovação frequentemente beneficia alguns, e não outros, podendo mesmo prejudicar muitos.*

Há 10 anos, em meio à euforia em torno da nanotecnologia, alguns a descreviam como uma solução de todos os

problemas da humanidade. Também a energia nuclear foi apresentada, em meados do século XX, como uma solução para todos os problemas – e nós sabemos o que aconteceu. Qualquer nova tecnologia cria riscos ambientais, sociais e econômicos e isso vale para a nanotecnologia. Portanto, as decisões sobre incentivos à inovação e à ciência que ela demanda têm de ser instruídas por uma análise do equilíbrio entre benefícios e riscos. [...]

GALEMBECK, Fernando. Ciência e inovação. *Pesquisa Fapesp*. Ed. 200, out. 2012. p. 52-3. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/ideias-para-o-forum-mundial-da-ciencia>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Glossário

C&T: ciência e tecnologia.

Research Facilities of Global Interest: Instalações de Pesquisa de Interesse Global.

Facilities: instalações.

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento.

Ciência básica para conhecer e inovar

Luiz Davidovich
(professor do Instituto de Física da UFRJ)

Há uma pergunta feita há séculos que ainda se apresenta com alguma insistência: “Para que serve a ciência básica?”. Tomo o exemplo da descoberta recente de um bóson que poderá ser a partícula de Higgs. O experimento foi feito num grande laboratório europeu e envolveu recursos da ordem de US\$ 13,5 bilhões. Ouvi muitas indagações sobre até que ponto vale a pena gastar tanto com esse tipo de experimento. E então resolvi, em lugar de recorrer a revistas científicas, tomar outra mais distante desse universo. A Forbes pareceu-me interessante porque trata das grandes fortunas do mundo.

O comentário da Forbes menciona que a quantia investida é grande, mas que em sua lista dos mais ricos do mundo há mais de 50 bilionários cuja fortuna é maior que isso. Observa que US\$ 13,25 bilhões parecem uma bagatela ante o potencial de avanço na tecnologia de computação, de diagnóstico por imagem, em **breakthroughs** científicos e – destacando outra faceta da ciência – diante do quanto o experimento nos aproxima do entendimento dos mistérios do universo.

Vale a pena, ante a pergunta “para que serve a ciência básica?”, voltar-se para o começo do século XX e observar o surgimento da física quântica. Uma galeria de jovens movia-se pela curiosidade e pela paixão nesse momento mágico. Certamente, jamais poderiam imaginar que aquela teoria que desenvolviam para melhor entender a natureza poderia mudar o mundo. A física quântica resultou mais tarde no desenvolvimento do laser, ponto de partida dos discos de laser, das unidades centrais de processamento dos computadores modernos, dos leitores dos códigos de barras e de relógios atômicos que são a base do sistema GPS, hoje utilizado em todo o mundo.

[...]

Numa época de crise global como a que estamos vivendo, o primeiro-ministro da China, ao anunciar no Congresso Nacional do Povo que o crescimento do PIB chinês passaria de 8% para 7,5%, para eles uma grande tragédia, anunciou também que o investimento em pesquisa básica em 2012 teria um aumento de 26% e que o financiamento das chamadas **top universities** crescerá em torno de 24%. Sua promessa, feita em janeiro de 2012, foi mais que dobrar o gasto da nação em pesquisa e desenvolvimento nos próximos cinco anos. Associa-se, assim, a batalha contra a crise global ao desenvolvimento da ciência. E o Brasil em relação a isso? Seguimos uma trajetória ascendente nos últimos anos e temos, de fato, uma longa história de grandes sucessos, como a Petrobras, a Embraer e a Embrapa. Todas estão associadas a uma verdadeira política de Estado de formação de recursos humanos. Tivemos depois uma grande ideia, que foi a formação dos fundos setoriais, impostos recolhidos em empresas a fim de aplicá-los em pesquisa. Mas sua evolução mais recente não parece estar de acordo com a estratégia adotada por outros **BRICs** para combater a crise global. Faço por último uma referência a um artigo do físico Brian Greene, publicado no New York Times, em junho de 2008. Ele fala de uma carta que recebeu de um soldado americano no Iraque, contando-lhe como naquele ambiente hostil e solitário um de seus livros tinha se tornado uma espécie de linha de vida para ele. Propiciara-lhe o contato com o poder da ciência para dar à vida contexto e significado. Então, esse é um grande objetivo da ciência, ao qual eu acrescentaria que, devido a uma sutil peculiaridade da evolução da espécie humana, a paixão pela ciência serve à humanidade. Ela revoluciona a vida diária das pessoas, afeta nossa organização social, nossos modos e costumes.

DAVIDOVICH, Luiz. Ciência básica para conhecer e inovar. *Pesquisa Fapesp*. Ed. 200, out. 2012. p. 50-51. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/ideias-para-o-forum-mundial-da-ciencia>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Glossário

Breakthroughs: inovações.

Top universities: universidades de ponta.

BRICs: bloco dos principais países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. A partir de 2011, a África do Sul (em inglês, South Africa) foi admitida ao grupo, e o acrônimo passou a ser BRICS.

Após a leitura e discussão coletiva dos textos, faça o que se pede a seguir.

- Dividam-se em oito grupos. Cada grupo escolherá um dos seguintes temas: trabalho; lazer e cultura; moradia; educação; transporte; comunicação; saúde; e alimentação.
- Cada grupo fará uma pesquisa sobre a tecnociência aplicada à vida cotidiana, em relação ao tema pesquisado.
- Para encerrar, o grupo deverá escrever uma reflexão sobre os impactos da tecnociência na vida das pessoas e apresentar o trabalho aos colegas da classe, para debate.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

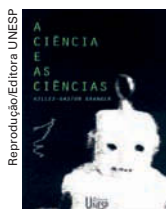
Leituras



Reprodução/Ed. Arqueiro

ADAMS, Douglas. *O guia do mochileiro das galáxias*. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2009.

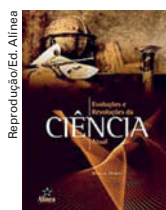
Este livro e outros quatro que dão seguimento a ele (*O restaurante no fim do universo*; *A vida, o universo e tudo mais*; *Até mais, e obrigado pelos peixes!*; e *Praticamente inofensiva*) compõem uma série de ficção científica que mistura guerras intergalácticas com guias de viagem, apostando no *non-sense*. Uma sátira à busca do ser humano pela resposta definitiva para “a vida, o universo e tudo mais”, na qual o planeta Terra é um computador criado por uma raça de ratos alienígenas para responder à pergunta fundamental.



Reprodução/Editora UNESP

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Unesp, 1994.

Nesta obra, o filósofo francês, que foi professor no Brasil, sintetiza suas reflexões no campo da filosofia da ciência, em linguagem acessível ao grande público.

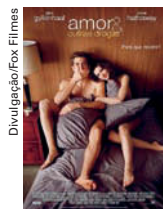


Reprodução/Ed. Alínea

MORAIS, Régis de. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.

Com uma visão humanista, o filósofo expõe os desafios colocados ao ser humano pela ciência contemporânea, explorando-os sob vários aspectos.

Filmes



Divulgação/Fox Filmes

O amor e outras drogas. Direção de Edward Zwick. Estados Unidos, 2010. (112 min.)

Um representante comercial de produtos farmacêuticos se envolve com uma garota que sofre do Mal de Parkinson. O filme expõe as táticas que os laboratórios farmacêuticos utilizam para convencer os médicos a prescrever seus produtos aos pacientes.



Divulgação/Paramount

O início do fim. Direção de Roland Joffé. Estados Unidos, 1989. (127 min.)

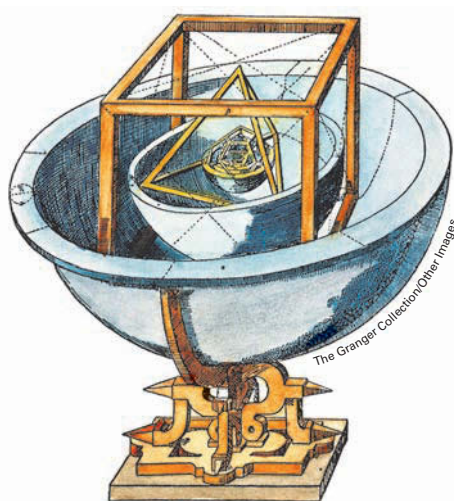
Narra o andamento do Projeto Manhattan, que durante a Segunda Guerra Mundial reuniu cientistas em um deserto norte-americano com o objetivo de estudar a energia nuclear e construir a bomba atômica.



Divulgação/Universal Pictures do Brasil

O jardineiro fiel. Direção de Fernando Meirelles. Alemanha/Reino Unido, 2005. (129 min.)

Uma trama internacional envolve questões políticas e sociais em torno da pesquisa de medicamentos e das cobaias usadas pela indústria farmacêutica. Uma história policial de suspense que coloca em pauta discussões sobre os limites da ciência e da tecnologia em sua relação com seres humanos.



2

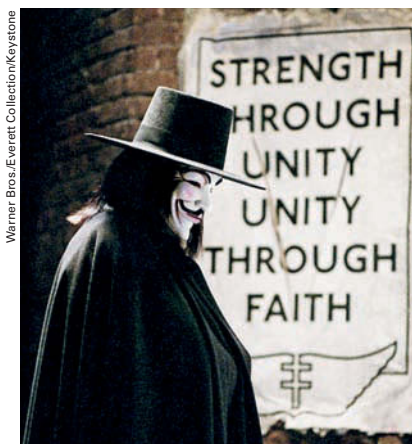
Quais são os desafios políticos contemporâneos?

Colocando o problema



Baseado na série de quadrinhos escrita por Alan Moore, o filme retrata uma sociedade totalitária na qual um militante anarquista escolhe o terrorismo como forma de resistência.

V de Vingança. Direção de James McTeigue. Estados Unidos/Reino Unido/Alemanha, 2006. (132 min.)



V (Hugo Weaving) em cena do filme *V de Vingança*.

O filme de ficção científica *V de vingança* suscita uma discussão política contemporânea. Em um futuro próximo, uma guerra civil deixou os Estados Unidos devastados e o Reino Unido está sob o controle de um governo totalitário, corrupto e violento. Um militante anarquista que usa uma máscara e se denomina “V” comete uma série de atentados terroristas contra o governo. Em vários momentos, as atitudes do ativista revolucionário não são diferentes daquelas que ele critica. Uma reflexão sobre o filme envolve as perguntas: até que ponto é válido recorrer ao terrorismo como arma política? O uso da força e da violência não representaria o fim da política como a conhecemos?

Como você verá neste capítulo, a ação política não se restringe ao que comumente se considera “esfera política”, e a filosofia pode nos ajudar a refletir sobre as várias formas de atuar politicamente.



Banksy é um artista de rua britânico que atua no mundo inteiro. Sua identidade é desconhecida e suas intervenções têm forte conteúdo político. Alguns o consideram mero vândalo; outros, um ícone do terrorismo simbólico, uma forma pacífica, mas atuante, de resistência. Esta imagem traz uma versão do flower power, em uma mostra de arte em Bristol (Reino Unido), em 2011.

Ela talvez expresse o sentido do próprio trabalho do Banksy.

1000 Words/Shutterstock/Glow Images

A filosofia na história

VIVEREMOS HOJE SOB A FORMA POLÍTICA DO IMPÉRIO?

Segundo o filósofo **Antonio Negri**, por causa de todas as transformações que a sociedade tem sofrido, especialmente ao longo do século XX, os conceitos clássicos da política já não nos servem. Sua tese central é que, sobretudo com o processo de globalização que se consolidou nas últimas décadas daquele século, a noção de soberania, centrada no Estado-nação, passou por um processo de declínio.

Para ele, assim como para outros filósofos contemporâneos, já não vivemos a era moderna, e sim uma fase posterior, a **pós-moderna**. Essa nova situação se caracteriza por uma forma diferente de soberania, já não centrada no Estado nacional, mas formada por uma rede de organismos nacionais ou supranacionais, como empresas e organizações políticas e sociais, articuladas segundo uma mesma regra. A soberania pós-moderna está centrada na produção **biopolítica** (termo que Negri toma emprestado de Foucault), que corresponde à produção da vida social, abarcando os planos econômico, político e cultural, que se atravessam e se completam.

O império e a fabricação de uma “ordem mundial”

Se no período moderno o Estado-nação representava a soberania, no pós-moderno a forma política da soberania é o **império**, segundo Negri. Não se trata, porém, de uma alusão aos impérios antigos, como o romano. O termo também não se refere à ideia de imperialismo – ação política e econômica de um país que visa a exercer dominação política, econômica e cultural sobre outros países.

Para Negri, o conceito de império pós-moderno se distingue por quatro características principais, sintetizadas a seguir.

1. No império não há fronteiras. Ele atua de modo global, abarcando todo o mundo, independentemente das fronteiras nacionais.
2. O império não resulta de um processo histórico de conquistas que o tenha consolidado – ou seja, o conceito de império é supra-histórico. É como se estivesse **fora** da história.
3. No império, o exercício do poder não se limita ao plano político, estendendo-se a todas as esferas sociais. Ele governa a vida social como um todo, pois opera pela biopolítica.
4. O império está sempre dedicado à paz, ainda que sua prática seja fazer a guerra. O projeto político globalizado é um projeto de paz entre as nações, uma vez que são todas parte de um mesmo organismo político. Porém, ainda que esse organismo seja comum, podem surgir conflitos, e cabe ao império combatê-los por meio da guerra, de modo a que estejam todos alinhados ao mesmo projeto.

Antonio Negri (1933-)



Antonio Negri, em foto de 2011.

Filósofo e cientista político italiano. Foi professor da Universidade de Pádua e ativo militante social e político na Itália dos anos 1950-1970. Foi também um dos fundadores das organizações *Potere Operaio* e *Autonomia Operaia*, que defendiam princípios marxistas mas se colocavam à margem do Partido Comunista Italiano. Estudou as obras de Espinosa e de Marx, entre outros filósofos, e manteve estreita relação com filósofos franceses, em especial Foucault e Deleuze. É autor de vasta obra no campo da filosofia e da ciência política, com destaque para: *A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa* (1981) e *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade* (1992). Com o norte-americano Michael Hardt escreveu: *Império* (2000), *Multidão* (2004) e *Commonwealth* (2009).

“

Fora da ordem

Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico
 Foi encontrado na ruína de uma escola em construção
 Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína
 Tudo é menino e menino no olho da rua
 O asfalto, a ponte, o viaduto, ganindo pra lua
 Nada continua
 E o cano da pistola que as crianças mordem
 Reflete todas as cores da paisagem da cidade
 que é muito mais bonita
 E muito mais intensa do que no cartão-postal

Alguma coisa está fora da ordem
 Fora da nova ordem mundial

Escuras coxas duras tuas duas de acrobata mulata
 Tua batata da perna moderna, a trupe intrépida
 em que fluis
 Te encontro em Sampa de onde mal se vê quem sobe ou desce a rampa
 Alguma coisa em nossa transa é quase luz forte demais
 Parece pôr tudo à prova, parece fogo, parece, parece paz
 Parece paz
 Plethora de alegria, um show de Jorge Benjor dentro de nós
 É muito, é grande, é total

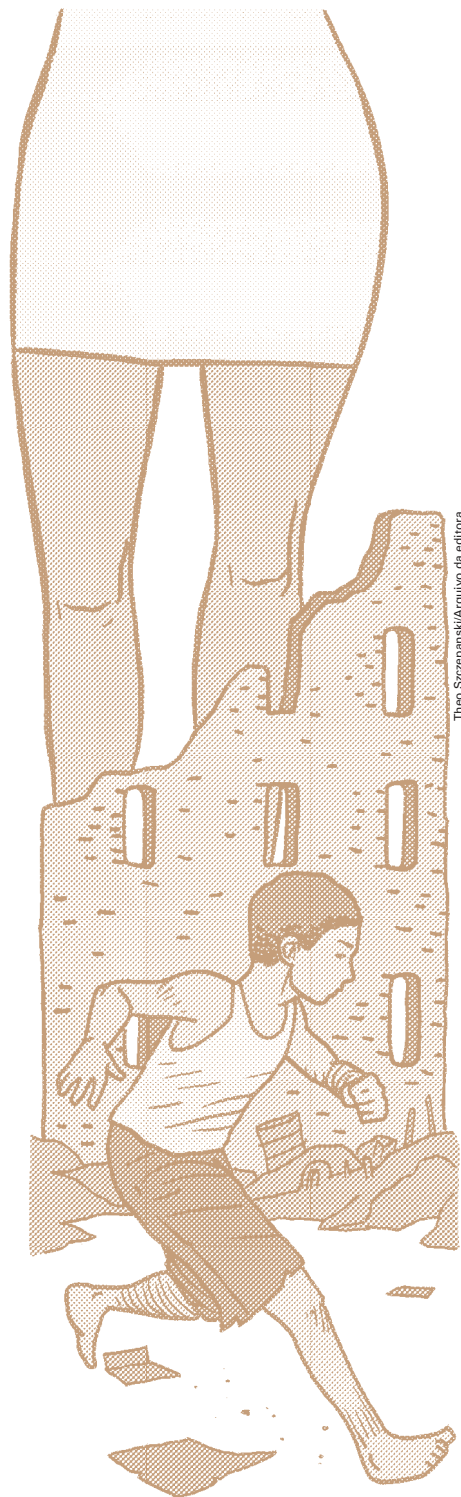
Alguma coisa está fora da ordem
 Fora da nova ordem mundial

Meu canto esconde-se como um bando de ianomâmis na floresta
 Na minha testa caem, vêm colocar-se plumas de um velho cocar
 Estou de pé em cima do monte de imundo lixo baiano
 Cuspo chicletes do ódio no esgoto exposto do Leblon
 Mas retribuo a piscadela do garoto de frete do Trianon
 Eu sei o que é bom
 Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem
 Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final

Alguma coisa está fora da ordem
 Fora da nova ordem mundial

VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: *Circuladô*. PolyGram, 1991.

O império pressupõe a existência de uma ordem mundial que se expressa de forma jurídica por meio de leis, tratados, acordos. E essa “ordem mundial” nada mais é que a materialização de uma ordem capitalista, que une poder econômico e poder político.



Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Na canção “Fora da ordem”, reproduzida na página anterior, Caetano Veloso expõe, já na década de 1990, as mazelas da sociedade brasileira. Na análise de Antonio Negri, no entanto, a ordem mundial do império se sustenta nessas contradições e nesses jogos, nos quais todos estão envolvidos, de forma consciente ou não. A ordem mundial do império abarca a tudo e a todos.

Império, democracia e consenso

Antonio Negri afirma que o império não nasce da intenção de alguém ou algum grupo. O império vai se constituindo aos poucos, nos movimentos do jogo político das instituições sociais. Em outras palavras, o império não é um organismo que se coloca além do conjunto social, organizando-o e gerindo-o; ele brota do próprio meio social.



O McDonald's criou lojas kosher, ou seja, adaptadas às regras da religião judaica, para entrar em Israel. Entretanto, se manteve o consenso de que é aceitável uma empresa se espalhar globalmente, oferecendo comida rápida, prática, calórica e pouco nutritiva, produzindo uma grande quantidade de lixo com embalagem. Na foto, loja McDonald's em Tel-Aviv, Israel, em 2006.

É próprio do império estar aberto à diversidade, às diferenças sociais. Não é seu objetivo, como em um regime totalitário, eliminar as diferenças, impondo uma igualdade social; nesse novo regime político a diversidade é importante, chegando mesmo a ser cultivada. O império nasce dos *consensos* sociais que resultam dos conflitos gerados por essas diferenças.

Uma habilidade importante para o império é o gerenciamento dos conflitos. Em meio à diversidade de interesses econômicos, sociais e políticos, é necessário administrar as situações que possam ser conflituosas. Por essa razão, é fundamental para o império o exercício do **direito de polícia**. O poder jurídico do império deve ser capaz de harmonizar as diferenças. Porém, quando por algum motivo a situação foge ao controle, cabe aos dirigentes recorrer ao poder de polícia para resgatar o equilíbrio social.

CONSENSO

Produção de uma visão comum, de uma concordância, de um consentimento nas ações políticas e sociais. Se uma decisão foi consensual, isso significa que foi aceita por todos. No regime do império, o objetivo é fazer com que todos os indivíduos concordem com certas decisões e ações, não importando as diferenças que existam entre eles.

Um correlato do direito de polícia é o **direito de intervenção**. Quando um território coloca a ordem imperial em risco, o império, exercendo o direito de intervenção, age de modo a resolver a situação e resgatar o equilíbrio de forças. Um exemplo foi a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e outros países aliados em 2003. A justificativa da invasão era a de que o Iraque produzia armas químicas e era governado por um ditador, colocando em risco a ordem mundial. A invasão não poderia ser condenada como uma intervenção ilegítima, ferindo a soberania política daquele país. Ela visaria a recuperar para o Iraque e para a comunidade

global uma situação de paz e segurança, ameaçada por um ditador e pela fabricação de armas banidas pela comunidade internacional. São os valores essenciais e universais de justiça que embasam o poder de polícia do império.

Nessa “máquina biopolítica globalizada” que é o império, não se consegue definir onde está o centro. O centro e as margens estão sempre se conectando e mudando de posição. De qualquer forma, a soberania do império ocorre nas margens, onde as fronteiras são mais fluidas. Por essa razão, Negri afirma que o império atua de maneira **virtual**: é como se fosse uma

“máquina de alta tecnologia”, construída para controlar os eventos marginais e organizada para dominar globalmente, sendo capaz de intervir nos casos de falha do sistema. O império representa, hoje, a ordem global do capital, que articula economia e política, produção e circulação de bens e de ideias.

Em busca de uma democracia da multidão

A descrição do poder segundo o conceito de império formulado por Antonio Negri pode dar a impressão de que não há como escapar ao controle absoluto. Porém, Negri vê possibilidades de resistência ao império e, mais do que isso, afirma que o potencial de libertação humana tem aumentado.

Segundo ele, o império é fruto da ação das massas. Ainda no século XIX, o movimento operário organizado lutava contra a exploração dos trabalhadores e defendia a necessidade de internacionalização dessa luta. Os militantes daquela época compreendiam que as lutas dos trabalhadores não poderiam ficar restritas a seus países, pois o capital é internacional e não respeita fronteiras políticas em seus fluxos e acumulação. Por isso, foram as massas (que Negri denomina **multidão**) que exigiram o

David Leesem/Dallas Morning News/Sygma/Corbis/Latinstock

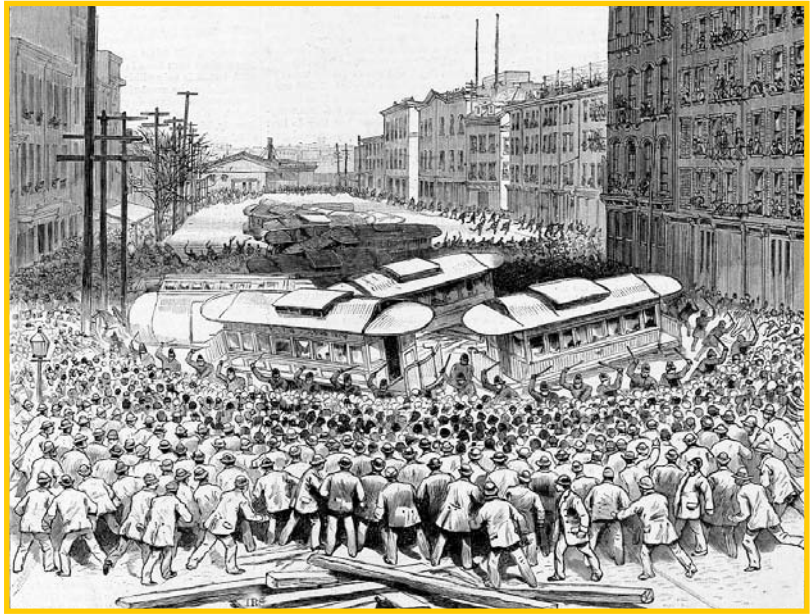


Uma brigada de combate norte-americana no Iraque, em 24 de março de 2003, intercepta um homem em atividades consideradas suspeitas.

nascimento do império. A nova ordem política se construiu com base nesse desejo da multidão, mas se tornou uma forma de continuar explorando a multidão em nome do capital.

Embora agindo segundo a lógica do capital, o império contribuiu para derrubar regimes de poder ditatoriais, e assim o potencial de libertação se amplia. No regime imperial, os cidadãos são mais “livres”, uma vez que o controle está virtualizado. Como você já estudou, nas sociedades de controle há um aparente “ganho de liberdade”, pois as pessoas têm muito mais opções e possibilidades de mobilidade. Negri afirma que, ao virtualizar o controle, o império abre possibilidades de organização da multidão, e é nesse aspecto que reside a possibilidade de enfrentar o regime. Uma vez que o império é fruto da multidão, dela provém seu poder.

Um exemplo bastante atual é o uso das redes sociais *on-line* para organizar manifestações (como as *flash mobs*), protestos, ações na rede ou mesmo ações na rua. Em 1999, uma grande mobilização aconteceu em Seattle, nos Estados Unidos, em protesto contra a Organização Mundial do Comércio, que fazia uma conferência naquela cidade. A partir de então, manifestações desse tipo começaram a se tornar comuns no mundo, visando a ganhar visibilidade durante reuniões econômicas de grande escala. A multidão, nesse caso, usa uma arma do império, a intervenção, para enfrentá-lo.



Combiel/Latinstock

Representação gráfica de uma manifestação de operários grevistas em Nova York, Estados Unidos, em 1886, durante uma greve geral.

FLASH MOB

A expressão *flash mob* significa ‘mobilização instantânea’. Corresponde a uma forma de manifestação popular organizada por meio de redes sociais ou meios de comunicação de massa, na qual um grupo de pessoas se reúne, realiza um ato e se dispersa com rapidez. Pode ter uma intenção festiva, artística ou política.



Deryll Lang/Shutterstock/Glow Images

Manifestação do movimento Occupy Wall Street, contra o sistema financeiro, em Nova York, em 12 de dezembro de 2011.

Segundo Negri, existem duas formas de ação complementares para enfrentar o império. De um lado, uma forma que ele denomina **crítica e desconstrutiva**, voltada para recuperar as bases criadoras e produtivas da multidão. De outro lado, uma forma **construtiva e ético-política**, que pretende construir uma alternativa social e política ao império, por meio de um novo poder constituinte.

Na visão de Negri, é a multidão criada pelos jogos políticos do império que pode voltar-se contra ele e sua dominação, apropriando-se dos meios virtuais e reinventando a democracia – que finalmente se tornaria o exercício da soberania pelo próprio povo.

No mundo ocidental moderno, a soberania esteve primeiro concentrada na figura política do Estado-nação, sendo depois transferida para a figura política do império. Segundo o filósofo italiano, teríamos hoje condições práticas para, de modo articulado, transferir essa soberania das organizações econômicas e políticas do império para a multidão. Isso seria a verdadeira realização da democracia, com a ação popular direta, sem mediações.

A POLÍTICA COMO “PARTILHA DO SENSÍVEL”

Enquanto Antonio Negri confronta modernidade e pós-modernidade, para **Jacques Rancière** essa distinção não faz nenhum sentido, nem ajuda conceitualmente a refletir sobre a sociedade atual. Segundo Rancière, o problema da política contemporânea está em buscá-la naquilo que não é, em essência, o político; com isso, perde-se a política. Para ele, a pergunta fundamental da filosofia política seria: “o que há de específico para pensar sob o nome de política?”. Essa pergunta define o campo da filosofia política, e sua resposta mostra que, pensando sobre a política, nos separamos dela.

A resposta para a pergunta é simples: o que há de específico na política é o **desentendimento**. Com isso, Rancière se coloca em uma linha de pensamento distinta tanto da filosofia política antiga quanto da moderna. Aristóteles via o ser humano como “naturalmente” político, social, na medida em que é próprio de sua natureza viver junto com outros e compartilhar a vida. E esse compartilhamento só é possível se há entendimento entre os indivíduos. Hobbes, por sua vez, afirma que a política é uma produção humana para colocar fim ao desentendimento que reina no estado de natureza. Para Rancière, diferentemente, a base da política é o desentendimento.

Entre a política e a política

Rancière afirma que deveríamos mudar os termos. Aquilo que chamamos de **política**, deveríamos chamar de **polícia**. É evidente que as duas palavras têm a mesma origem, o termo grego *polis*, que designa a cidade, a comunidade política básica. Rancière parte de uma abordagem de Foucault, mas pretende ir além dele. Em suas análises sobre o poder, Antes de Rancière, Foucault já havia proposto a denominação **polícia**

Jacques Rancière (1940-)



Ulf Andersen/Getty Images

Jacques Rancière, em foto de 2011.

Filósofo francês nascido na Argélia, foi professor emérito da Universidade de Paris VIII, em cujo Departamento de Filosofia trabalhou entre 1969 e 2000, quando se aposentou. Foi aluno de Louis Althusser (1918-1990) na Escola Normal Superior de Paris, participando do grupo de pesquisa dirigido por ele que publicaria o livro *Para ler O Capital*, em 1965. Afastou-se do pensamento de Althusser e dedicou-se a refletir sobre a relação entre dois campos em geral vistos como distintos: a política e a estética. É autor de mais de 30 livros e diversos artigos. Entre seus livros, destacam-se: *A noite dos proletários* (1981), *Às margens do político* (1990), *O desentendimento* (1995), *O ódio à democracia* (2005) e *As distâncias do cinema* (2011).

para as táticas e práticas da organização social, reservando o termo **política** para as relações efetivas de poder. Para Rancière, porém, mesmo essas relações de poder pertencem ao âmbito da polícia. Por política ele entende algo muito mais raro, menos comum, que é exatamente aquilo que perturba a ordem da polícia (compreendida como administração do social) pela introdução da diferença, daquilo que é heterogêneo.

O que Rancière propõe é **ampliar, alargar** o sentido de polícia. Enquanto a consideramos simplesmente um aparelho repressor a serviço do Estado, que entra em ação para combater as práticas nocivas à sociedade, para o filósofo a polícia é algo muito mais amplo, como a própria organização da vida social e sua administração cotidiana, a garantia de uma ordem instituída. Ao mesmo tempo, Racine propõe **restringir** o sentido de política. A política é um acontecimento, algo incomum, que se manifesta na afirmação da “igualdade de qualquer ser falante com outro ser falante”.



Nathalie Peco/Demotix/Corbis/Latinstock



Susana Vera/Reuters/Latinstock

Acima, manifestantes do grupo conhecido como Indignados reúnem-se em Madri, na Espanha, em 23 de julho de 2011. O movimento, iniciado em 15 de maio de 2011 e organizado em redes sociais, pretendia debater medidas alternativas às tomadas pelo governo contra a crise financeira. Ao lado, manifestante deste mesmo movimento, repetido em 16 de junho de 2012, é reprimido pela polícia. Se aplicarmos os conceitos de Rancière, podemos dizer que os Indignados praticavam **política**, enquanto os políticos, ao não ouvirem e reprimirem o movimento, praticaram **polícia**, cuidando estritamente de administrar o social.

O problema é que, desde os gregos, costuma-se excluir aquele que não tem a mesma palavra, aquele que fala de forma diferente. Como não se pode compreender uma fala diferente, ela não é reconhecida como fala, portanto seu sujeito é excluído do universo político. A política é entendida como a convivência, o compartilhamento da vida entre aqueles que são iguais entre si. Os demais são excluídos desse universo.

Na Antiguidade grega, só determinada camada social tinha direito à cidadania. Essa camada gerava uma “contagem” daqueles que eram iguais entre si, que compartilhavam o mesmo mundo. Os que ficavam fora da contagem não faziam parte da política. Esse sistema de exclusão persiste ainda hoje, ainda que de outras maneiras.

Um mundo dividido, mundos em convivência

Segundo Rancière, a política é a partilha do mundo. Não o compartilhamento, conforme Aristóteles, que significa viver juntos; mas a partilha como divisão, como separação de partes, que permite que cada um seja integrante de uma comunidade e possa viver à sua maneira.

A multiplicidade se sustenta na existência de vários mundos. Isso que chamamos de “mundo”, afirma Rancière, não é uma unidade, pois há diferentes formas de sentir o mundo. Assim como a arte, a política, para ele, envolve percepções individuais, e pertencem ambos à esfera da sensibilidade – razão pela qual ele define a política como a “partilha do sensível”.

Porém, se cada indivíduo ou cada grupo pode viver à sua maneira, a convivência tende a ser conflituosa. A política, diz Rancière, é justamente esse conflito, que ele chama de **desentendimento**. Em outras palavras: a política não é o entendimento entre as pessoas do povo (que, como você viu anteriormente, denomina-se **consenso**); ao contrário, a política é a vida no desentendimento, e por essa razão Rancière afirma que ela não consiste no consenso, mas no **dissenso**.

O desentendimento é também tema da passagem bíblica da Torre de Babel. Segundo a Bíblia, os seres humanos falavam a mesma língua, o que os tornava poderosos. Tão poderosos que resolveram alcançar o céu. Para isso, puseram-se a construir uma torre. Deus, descontente com essa ação, instaurou a confusão entre os humanos: fez com que cada um começasse a falar uma língua diferente, para que não mais se entendessem. Em razão dos desentendimentos, já não era possível a construção de um projeto comum – a Torre –, e ela deixou de ser construída. Os seres humanos nunca mais foram tão poderosos desde então e espalharam-se pelo mundo. Uma interpretação desta passagem nos leva a considerar a política como a construção de um projeto comum, e tal projeto só é possível se nos entendermos (isto é, se construirmos um consenso). Para que isso se realize, é necessário que a política cumpra seu papel: possibilitar que, em meio às diferenças, haja algo em comum, algo que não seja a eliminação das diferenças, mas sua confirmação.

A filosofia de Rancière chama a atenção para a dificuldade de construir a igualdade na diferença. Segundo ele, o problema das filosofias políticas modernas é definir a igualdade como algo a ser construído. Somos desiguais e queremos ser iguais. Então, define-se que “todos são iguais perante a lei”: trata-se de uma igualdade fabricada, de uma igualdade legal. É preciso construir socialmente a igualdade; porém, como os interesses são distintos, isso acaba sendo impossível. Para Rancière, a



Nigel Pavitt/JAI/Corbis/Latinstock

Jovem e sua casa em uma ilha flutuante habitada pelo povo Uros, no lago Titicaca, no Peru (foto de 2009). Para Rancière, o mundo não é uma unidade, mas uma multiplicidade de formas de viver e de sentir.

Glossário

Dissenso: discordância, falta de consentimento, de aceitação.

igualdade é necessariamente o ponto de partida da política, não seu ponto de chegada. Só pode haver política entre iguais, entre seres que se reconhecem como iguais, como falantes, ainda que sejam completamente diferentes entre si. Em outras palavras: diferenças não significam desigualdades; é possível nos reconhecermos como iguais, ainda que sejamos diferentes em nossas visões de mundo. Podemos falar linguagens ou mesmo línguas diferentes, mas **falamos** – e isso nos torna seres igualmente políticos.

Igualdade e emancipação

De acordo com Rancière, a finalidade da política é a emancipação dos seres humanos. Por emancipação entendemos a capacidade de cada um agir por si mesmo, segundo suas próprias ideias. Em um de seus livros (*O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*) Rancière mostra que a sociedade moderna construiu-se com base na ideia de emancipação intelectual, a capacidade de cada um pensar por si mesmo. Lembremos, por exemplo, do lema iluminista de Kant: “Ouse saber!”.

A crítica de Rancière mostra que o ideal de emancipação é impossível em nossa sociedade, que ele denomina “sociedade pedagogizada”. Nessa sociedade, sempre precisamos aprender com alguém que saiba mais. Os mestres, os professores, são explicadores; sem a explicação, ninguém aprende. Ele afirma, então, que nessa sociedade parte-se de uma ideia de “desigualdade de inteligências”. Se as inteligências são desiguais, porque sempre haverá alguém que sabe mais, nunca será possível chegar à igualdade. E sempre precisaremos dessa desigualdade para aprender.

A proposta de Rancière é romper com essa sociedade pedagogizada. Um antigo professor francês, Joseph Jacotot (1770-1840), inspirou-lhe a ideia de um ensino que não é explicativo. Jacotot afirmava que todos têm condições de ensinar, desde que sejam emancipados intelectualmente; e todos têm condições de aprender, desde que também o sejam. Do método de “ensino universal” proposto por esse professor francês, Rancière tirou o “princípio da igualdade de inteligências”, que afirma que todos são capazes de aprender e todos são capazes de ensinar, visto que todos são inteligentes. Todos são iguais na inteligência, ainda que uns saibam mais que outros, dadas as condições de vida de cada um. Mas o fato de alguém saber mais não significa que seja mais inteligente. Assim, a relação pedagógica já não é uma relação entre inteligências desiguais, em que uma ensina e outra aprende, e esta que aprende só pode aprender porque a outra ensina. A relação pedagógica torna-se uma relação entre inteligências iguais, emancipadas, na qual uma não domina a outra, mas pode haver uma partilha de aprendizados.

A emancipação política é análoga à emancipação intelectual. Só pode haver emancipação política quando os diferentes atores políticos se reconhecem como iguais, como seres falantes, ainda que um não possa entender a palavra do outro. O fato de não entender a palavra do outro não leva à discriminação ou à dominação. Os diferentes se relacio-



Idoso participa de projeto promovido pela prefeitura da cidade de São Paulo e uma empresa de computadores para promover a inclusão digital, em 2007.

nam como iguais. Mundos diferentes, oriundos de uma “partilha do sensível”, se relacionam em pé de igualdade. É o reconhecimento dessa igualdade que pode ensejar a construção de projetos em comum, mesmo que na relação entre diferentes. Nesses projetos, cada um participa de forma igual em sua diferença, construindo algo que é de todos, que é compartilhado por todos.

A democracia e o dissenso

Rancière afirma que, em nossos dias, vivemos uma espécie de “ódio à democracia”, que se manifesta das mais diversas formas. Manifesta-se nos países teocráticos, guiados por líderes religiosos, que afirmam que a palavra de Deus está acima de qualquer democracia. Manifesta-se também nos países que assumem a democracia como princípio político, e não raramente ela é considerada a fonte dos problemas humanos. Como compreender esse ódio à democracia, se desde o século XVIII, nos países ocidentais, temos visto esforços para sua construção?

Segundo Rancière, o ódio vem do medo que sentimos da democracia. No fundo, sente-se que a democracia é mais que um regime político, que ela é o verdadeiro nome da política.

Ao longo da modernidade, construiu-se uma visão social da democracia como o regime do consenso, a forma de administração do social na qual todas as forças estão mobilizadas em uma única direção, em torno de uma ideia comum. Entende-se que agir democraticamente é construir esse consenso produzido com base na vontade da maioria, de modo que a minoria vencida submeta-se à vontade da maioria e assim seja abarcada no todo. Por ser o desejo da maior parte, ele deve ser o movimento de todos. No reinado do consenso, não há lugar para as diferenças. Elas podem existir no princípio, mas deverão ser “diluídas” na construção do projeto comum. O jogo democrático da fabricação do consenso apaga as diferenças. O mundo é um só.

No entanto, Rancière afirma que há política quando a minoria não se cala, quando faz questão de fazer valer sua voz diferente. Esse é o dissenso, o desentendimento de que fala o filósofo. A democracia, portanto, não pode ser um entendimento único, um mundo único, uma vontade única. Isso é dominação de uns por outros, ainda que seja a dominação da maioria. A democracia é a arte de viver nas diferenças, partindo do fato de que somos todos igualmente seres políticos. Cada um com sua voz, cada um no exercício de sua diferença, na construção de um projeto que é comum, mas que não apaga a diferença. Um projeto comum que precisa ser construído a cada instante, que nunca está pronto. Um projeto comum que não é um mundo único, mas a convivência de diferentes mundos, diferentes perspectivas, diferentes vozes. Isso não é nada fácil. Daí o medo que se tem da democracia e o ódio que resulta desse medo.

É justamente nessa difícil convivência das diferenças que reside a potencialidade do humano no ato político.



Valter Campanato/Reuters/Latinstock

Em abril de 2013, indígenas de várias etnias ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), para protestar contra uma proposta de mudança na Constituição. Caso a proposta fosse aceita, o poder sobre a demarcação das terras indígenas no Brasil passaria a ser exercido pelo Congresso, e não mais pelo Executivo.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os textos a seguir foram escritos pelos filósofos estudados neste capítulo. Atente para as diferentes caracterizações do político e para as formas de ação que cada um delineaia.

Texto 1

Neste texto, Antonio Negri sistematiza seu pensamento na forma de “lições ensinadas a ele mesmo”. O texto é todo construído na forma de proposições numeradas que vão sendo desdobradas. O trecho aqui destacado coloca em jogo as noções de biopolítica e de multidão, centrais no pensamento contemporâneo desse filósofo.

Multidão, prolegômenos do político

1. A multidão pós-moderna é um conjunto de singularidades cuja ferramenta de vida é o cérebro e cuja força produtiva consiste na cooperação. Quer dizer: se as singularidades que constituem a multidão são múltiplas, o modo no qual elas se conectam é cooperativo.

1.2. Nossa questão é: como essa massa biopolítica (intelectual e cooperativa), que chamamos “multidão”, pode exercer o “governo de si mesma”? Como a pluralidade e a cooperação das singularidades, uma vez que formam o poder constituinte do mundo, podem exprimir o governo do comum?

[...]

1.5. [...] nosso questionamento assume o nome de soberania como ilusório. Considera, portanto, o comum como critério exclusivo do ser político. Mas como entregar o governo ao comum?

2. No desenvolvimento do pensamento político revolucionário, ao longo de toda a modernidade, a percepção fundamental da revolução como transformação ontológica sempre recuperou, e integrou, o pensamento da soberania. A **ontologia** política sofreu as consequências desse pecado original. Já na **teleologia** do comum, a transformação ontológica é livre da soberania.

[...]

3. A teleologia do comum, como motor da transformação ontológica do mundo, não pode ser submetida à teoria da mediação soberana. Na verdade, a mediação soberana é sempre fundação de uma unidade de medida, enquanto a transformação ontológica é sempre desmedida.

3.2. A forma-Estado moderna articula a unidade de medida num processo de composição e de distribuição “orgânicas” de funções “representativas”. A medida subordina a pluralidade das potências singulares a um esquema de mediação orgânica e as distribui numa hierarquia de funções. A democracia representativa moderna é uma prática da medida e uma exaltação do limite.

[...]

4. Na teleologia materialista do comum, a filosofia política nada tem a ver com a teoria da “democracia direta”. A democracia direta não se livra da figura da soberania moderna; ao contrário, exalta-a por meio de uma ilusão transcendental de comunidade (das singularidades).

[...]

5. No pós-moderno, uma teoria fraca da soberania exige, como condição para o domínio da multidão, uma espécie de pluralização e de “sindicalização” (ou **corporativização**) do social [...].

[...]

7. O horizonte biopolítico do mundo é plural. A multidão é um conjunto irreduzível de singularidades, e a singularidade (como instante de exposição para além da medida) é a produção de nova pluralidade, de novas multidões.

[...]

9. Uma “constelação produtiva” se forma onde as potências-diferenças da multidão começam a cooperar, criando nova potência. A constelação é mais produtiva do que a soma das produtividades singulares (consideradas separadamente) que nela cooperam. É por isso que as singularidades procuram a cooperação, e as multidões singulares formam a constelação, pois, assim, podem produzir mais, melhor, podem ultrapassar continuamente a medida singular de produtividade, abrir-se cada vez mais à desmedida.

[...]

13. O “poder constituinte”, no pós-moderno, não é mais aquela concentração criativa instantânea da multidão (ou da pobreza em revolta) que, pela insurreição [...] constrói uma nova ordem: era assim no moderno. Ora, o poder constituinte é a dimensão política inscrita no desenvolvimento da teleologia do comum, ou seja, é o impulso constitutivo que deriva de uma base biopolítica e atinge todo o horizonte do ser, em cada instante da temporalidade.

[...]

13.5. Tudo o que é político é biopolítico. O conceito de “autonomia do político” é, conseqüentemente, ideologia **pérfida e mórbida**. No pós-moderno, sua impotência (ineficácia) é total.

NEGRI, Antonio. *Kairòs, Alma Venus, Multidão*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 171-186.

Glossário

Ontologia/ontológico: o que diz respeito ao ser e seu sentido.

Teleologia: o mesmo que finalismo, que aponta para uma meta, uma finalidade.

Corporativização: efeito de tornar corporativo; neste contexto, uma organização da sociedade segundo seus grupos específicos.

Perfídia/pérfido: deslealdade, traição/desleal, traidor.

Mórbido: que revela uma doença.

❓🔄🔍 Questões sobre o texto

- 1 A partir do texto, explique como Negri compreende a política.
- 2 Segundo o texto, que diferenças há entre uma política moderna e uma política pós-moderna?
- 3 Como a multidão pode instituir uma política?

Texto 2

No texto a seguir, Rancière expõe seu pensamento sobre a política de modo sistemático e na forma de teses. Nele se percebe a crítica à noção de consenso como anulação da política, e não sua realização.

Dez teses sobre a política

1. A política não é o exercício do poder. A política deve ser definida por ela mesma, como um modo de agir específico posto em ação por um sujeito próprio e realçando uma racionalidade própria. É a relação política que permite pensar o sujeito político, e não o inverso.

[...]

Perde-se aquilo que é próprio da política, se a pensamos como um mundo vivido específico. A política não poderia ser definida por nenhum sujeito que lhe preexistisse. É na forma mesma de sua relação que deve ser buscada a “diferença” política que permite pensar seu sujeito. Se retomamos a definição aristotélica de cidadão, vemos que há nela o nome de um sujeito que se define por um fazer parte de um modo de agir e ao sofrer que corresponde a esse modo de agir. Se há algo próprio da política nós o vemos por inteiro nessa relação que não é uma relação entre dois sujeitos, mas uma relação entre dois termos contraditórios pela qual se define um sujeito. A política desaparece quando desfazemos esse nó de um sujeito e de uma relação. É isso que se passa em todas as ficções, especulativas ou empiristas, que buscam a origem da relação política nas propriedades de seus sujeitos e nas condições de sua reunião. A questão tradicional: “por qual razão os homens se reúnem em comunidades políticas?” é já sempre uma resposta, e uma resposta que faz desaparecer o objeto que ela pretende explicar ou fundar, seja a forma do fazer parte político, que desaparece no jogo dos elementos ou dos átomos de sociabilidade.

2. O próprio da política é a existência de um sujeito definido por sua participação em relação aos contrários. A política é um tipo de ação paradoxal.

[...]

3. A política é uma ruptura específica com a lógica da arkhé [‘o princípio’]. Ela não supõe simplesmente a ruptura da distribuição “normal” das posições entre aquele que exerce uma potência e aquele que a sofre, mas uma ruptura na ideia das disposições que tornam “próprias” tais posições.

[...]

4. A democracia não é um regime político. Ela é, como ruptura da lógica da arkhé, isto é, da antecipação do comando nessa disposição, o regime mesmo da política como forma de relação definindo um sujeito específico.

[...]

A democracia não é de forma alguma um regime político, no sentido de constituição particular entre as diferentes maneiras de reunir os homens sob uma autoridade comum. A democracia é a instituição mesma da política, a instituição de seu sujeito e de sua forma de relação.

[...]

5. O povo, que é o sujeito da democracia, logo o sujeito matricial da política, não é a coleção dos membros da comunidade ou a classe laboriosa da população. Ele é a parte suplementar em relação a toda soma das partes da população, que permite identificar no todo da comunidade a soma dos não contados.

[...]

6. Se a política é o traçado de uma diferença **evanescente** com a distribuição dos partidos e das partes sociais, resulta que sua existência é em nada necessária, mas que ela advém como um acidente sempre provisório na história das formas da dominação. Disso resulta também que o **litígio** político tem por objeto essencial a existência mesma da política.

[...]

7. A política opõe-se especificamente à polícia. A polícia é uma partilha do sensível em que o princípio é a ausência de vazio e de suplemento.

A polícia não é uma função social, mas uma constituição simbólica do social. Sua essência não é a repressão, nem mesmo o controle sobre os vivos. Sua essência é uma certa partilha do sensível. Chamaremos partilha do sensível a lei geralmente implícita que define as formas do fazer parte ao definir, de princípio, os modos perceptivos nos quais elas se inscrevem [...] Essa partilha deve ser entendida no duplo sentido da palavra: aquilo que separa e exclui, de um lado, aquilo que faz participar, de outro lado. Uma partilha do sensível é o modo pelo qual se determina no sensível a relação entre um comum compartilhado e a repartição das partes exclusivas.

[...]

8. O trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço. É o de fazer ver o mundo de seus sujeitos e de suas operações. A essência da política é a manifestação do dissenso, como presença de dois mundos em um só.

[...]

9. Assim como o próprio da filosofia política é fundar o agir político em um modo de ser próprio, o próprio da filosofia política é apagar o litígio constitutivo da política. É na descrição mesma do mundo da política que a filosofia efetua esse apagamento. Sua eficácia se perpetua também até nas descrições não filosóficas ou antifilosóficas deste mundo.

[...]

10. O fim da política e o retorno da política são duas maneiras complementares de anular a política na relação simples entre um estado do social e um estado do dispositivo estatal. O consenso é o nome vulgar dessa anulação.

[...]

RANCIÈRE, Jacques. Dix thèses sur la politique. In: *Aux bords du politique*. Paris: Folio Essais, 2007. p. 223-254.

Glossário

Evanescete: aquilo que tem curta duração.

Litígio: o mesmo que conflito.

Questões sobre o texto

- 1 Qual é a diferença entre política e polícia?
- 2 Você concorda que a polícia ajuda a refletir sobre a política?
- 3 Como a política lida com as diferenças?
- 4 Por que, para Rancière, o consenso é a anulação da política?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Explique o conceito de império proposto por Antonio Negri e responda: como ele pode ajudar a compreender o mundo contemporâneo?
- 2 Explique as relações entre biopolítica, sociedades de controle e império.
- 3 Explique a ideia de política como “partilha do sensível”.
- 4 Explique a noção de dissenso e como ela fundamenta a política.
- 5 Que relação existe, segundo Rancière, entre emancipação política e emancipação intelectual?
- 6 Leia a letra da canção dos Titãs reproduzida abaixo. Depois, responda à pergunta que se segue.

Disneylândia

Filho de imigrantes russos casado na Argentina com uma pintora judia,

Casou-se pela segunda vez com uma princesa africana no México.

Música hindu contrabandeada por ciganos poloneses faz sucesso no interior da Bolívia. Zebras africanas e cangurus australianos no zoológico de Londres.

Múmias egípcias e artefatos incas no museu de Nova York.

Lanternas japonesas e chicletes americanos nos bazares coreanos de São Paulo.

Imagens de um vulcão nas Filipinas passam na rede de televisão em Moçambique.

Armênios naturalizados no Chile procuram familiares na Etiópia.

Casas pré-fabricadas canadenses feitas com madeira colombiana.

Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong-Kong e produzem com matéria-prima brasileira para competir no mercado americano.

Literatura grega adaptada para crianças chinesas da comunidade europeia.

Relógios suíços falsificados no Paraguai vendidos por camelôs no bairro mexicano de Los Angeles.

Turista francesa fotografada seminua com o namorado árabe na Baixada Fluminense.

Filmes italianos dublados em inglês com legendas em espanhol nos cinemas da Turquia.

Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses na Nova Guiné.

Gasolina árabe alimenta automóveis americanos na África do Sul.

Pizza italiana alimenta italianos na Itália.

Crianças iraquianas fugidas da guerra não obtêm visto no consulado americano do Egito para entrarem na Disneylândia.

TITÃS. *Disneylândia*. In: *Titanomaquia*. Warner Music, 1993.

Como você analisa essa letra com base nos conceitos estudados no capítulo? Escreva uma redação com suas conclusões, de forma argumentativa.

- 7 Pesquise sobre ações políticas realizadas por redes sociais on-line recentemente, selecione uma delas e responda:
 - a) Qual é o objetivo da ação?
 - b) Quem são os organizadores?
 - c) Quantas pessoas estão envolvidas?
 - d) Qual é a forma de participação?
 - e) A ação obteve algum resultado positivo?

f) Pode-se afirmar que esse tipo de ação representa uma forma de emancipação política, segundo os conceitos estudados no capítulo?

8 Ao se cadastrar em uma rede social, você tem o hábito de ler os documentos como “Termos de uso” e “Política de privacidade”? Escolha uma rede de sua preferência, leia e analise seus documentos e responda: a ação dessa rede contribui para a participação democrática dos usuários?

9 Leia a matéria a seguir, publicada pela revista *Superinteressante* em outubro de 2012, época de eleições municipais no Brasil e eleições presidenciais nos Estados Unidos.

As armas do futuro na guerra política

Com as eleições municipais no Brasil e para presidente nos Estados Unidos, veja como celulares e computadores têm papel de destaque nas mãos de representantes e representados.

Aplicativos engajados

Os americanos têm aliados poderosos: os aplicativos. Numa eleição em grande parte financiada pelo setor privado, o *Ad Hawk* (iOS e Android) ajuda a achar as empresas que apoiam os presidencialistas. Basta esperar a campanha do político começar e apontar o celular para a televisão. Ele identifica quem deu o dinheiro e mostra notícias sobre aquele candidato. Outro aplicativo, o *Super PAC* (iOS), ainda informa se os dados mostrados no comercial são verdadeiros.

Buscas compradas

Ainda nos Estados Unidos, anúncios pagos em sites de busca são responsáveis por grande parte dos acessos aos portais dos candidatos. 60% das visitas à página do democrata Barack Obama vêm desses anúncios.

E no Brasil?

Por aqui, ainda estamos no começo. O *Candidatos* (Android) exibe uma ficha dos aspirantes a prefeito e vereador. Mais simples, o *Eleições* (iOS) ajuda a organizar as opções de voto e atualiza o usuário sobre o resultado das eleições.

ROMERO, Luiz. *Superinteressante*, out. 2012. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/armas-futuro-guerra-politica-721147.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Entreviste duas pessoas que tenham acesso a informações veiculadas por meios de comunicação impressos e eletrônicos. Pergunte:

- Você acredita que os meios de comunicação são importantes para a formação de opinião política? Por quê?
- Qual é a diferença entre os meios impressos e os eletrônicos na atuação política dos cidadãos?

Relate aos colegas as respostas que você obteve. Depois, discutam: as tecnologias de informação e comunicação têm o potencial de tornar o mundo mais democrático?

10 No ano de 2003 debateu-se intensamente na França um projeto de lei aprovado em março de 2004 que proibia nas escolas públicas o uso de símbolos religiosos. A argumentação central é que o Estado é laico e as instituições públicas também devem sê-lo. No contexto desse debate, Jacques Rancière fez uma conferência na rádio France Culture, em 19 de dezembro de 2003. O texto a seguir é a transcrição dessa exposição. Leia-o e responda à pergunta que se segue.

Sobre o véu islâmico: um universal pode esconder outro

*Há uma maneira tranquilizadora de colocar a questão que se está chamando “do véu islâmico”. Ela consiste em **sopesar** dois princípios da vida em comum. Por um lado, a universalidade da lei à qual as particularidades devem estar submetidas; por outro, o respeito às diferenças, sem o qual nenhuma comunidade é viável. Sem dúvida, poderia acontecer de a questão ser mais temível: que se tratasse de escolher não entre o universal e o particular, mas entre várias formas universais e várias maneiras de particularizar o universal.*

Aquilo a que se apela com maior facilidade na atualidade é o universal jurídico-estatal da lei que não faz preferências entre as pessoas e suas peculiaridades. De fato, é duvidoso que esse universal possa resolver a questão aqui tratada. Se a educação pública se dirige a todos por igual, deixando de lado as características – religiosas ou não – que diferenciam os alunos, a consequência mais lógica é que também se deve ser distribuída a todos e a todas, sem levar em conta tais diferenças e símbolos que as exibam. A escola, então, não deve excluir tais símbolos, uma vez que, por definição, não os vê.

O pedido de uma lei sobre o véu é então o pedido de uma lei que introduza uma exceção na invisibilidade das diferenças com respeito à lei. Deve ser feita em nome de um princípio de universalidade que ultrapasse a mera igualdade jurídica. Para os defensores mais intransigentes da laicidade, essa universalidade é aquela do conhecimento compartilhado, superior a qualquer convenção jurídica e a toda lei estatal. A criança que tenha compreendido – diz uma teoria da laicidade – está em uma posição divina. Essa participação espinosana na divindade do conhecimento define, para a escola que forma segundo ela, um regime de exceção radical ao regime comum de indiferença para com as diferenças.

A questão é saber se uma lei como aquela hoje proposta responde de forma adequada a essa exigência. Se a comunidade escolar é uma exceção em relação aos agrupamentos sociais comuns, o que primeiro deve reivindicar é sua autonomia. Os diretores e os conselhos

disciplinares são aqueles que possuem o poder de avaliar soberanamente que pessoas e que atitudes são as que destroem a comunidade do saber. Desse ponto de vista, nada é pior que a tendência atual a despojar as instituições escolares de seu poder de decisão para entregá-lo aos tribunais. Sem dúvida, a lei proposta evidentemente não faz outra coisa senão reforçar essa tendência, que trata a escola como qualquer outro lugar social.

O que sustenta, então, o pedido atual da lei não é nem a universalidade indiferente às particularidades nem a singularidade radical da comunidade escolar. É um universal cultural, a ideia de um conjunto de valores de universalidade sobre os quais se assenta nossa sociedade e que impõe uma repressão, não das diferenças em geral, mas de algumas particularidades opostas a tais valores. A lei proposta é, pois, uma lei excepcional, que aponta a alunos de um sexo e uma religião determinados, a fim de agir de modo indireto sobre a comunidade a que pertencem. A exclusão das meninas que usam véu é posto como uma maneira de liberar as mulheres muçulmanas do véu e da situação de desigualdade da qual ele é símbolo.

Uma posição desse tipo exige somente que se revogue a forma de universalidade até então reivindicada pelos teóricos da laicidade. A escola, diziam, ocupa-se apenas de uma única igualdade, a sua: aquela do saber que distribui a todos por igual. Ainda que queira ocupar-se em reduzir as desigualdades existentes na sociedade, confunde a instrução e funde a universalidade do saber nos perigos da demanda social. Os termos em que hoje está redigido o pedido de lei voltam a questionar, sem dizê-lo, essa visão da especificidade escolar. Não reivindicam a neutralidade da escola, e sim uma função social da qual ela deva ser instrumento. Mas se a escola deve, uma vez mais, reduzir as desigualdades na sociedade, colocam-se duas questões: quais desigualdades sociais pertencem à escola e quais não? E esse efeito deve ser operado por aquilo que a escola inclui ou por aquilo que ela exclui?

São perguntas um pouco intimidantes, por isso a busca de um terreno aparentemente mais seguro: aquele da luta por defender a homogeneidade social contra as diferenças comunitárias. O que converte esse terreno seguro em instável por si mesmo é que nossa sociedade está regulada, antes de tudo, por uma quarta universalidade: a universalidade capitalista do equivalente monetário. Nos tempos de Marx se acreditava que se afogaria nas águas geladas da diferença religiosa. Agora parece que suas consequências são muito diferentes: por um lado, tende a fazer da insígnia religiosa um desses símbolos de diferença que cada um de nós – e cada aluno em particular – deve exibir em seu corpo como marca de pertencimento à felicidade coletiva do sistema; por outro, tende a fazer da diferença religiosa a única diferente que lhe resiste, o único princípio de outra comunidade.

Pensar a relação desses quatro universais e agir esse pensamento provavelmente exigiria a participação de um quinto universal. Poderíamos chamar “universal político” a esse universal adicional que mediria a todos os outros com sua régua, a da igualdade incondicional de todos com todos. Mas talvez isso seja trabalho demais. Tenhamos, portanto, uma lei cuja tarefa será dissimular, em sua aparente simplicidade, a contradição não medida dos universais. A questão reside em saber se a confusão consensual dos conceitos pode curar a confusão comunitária dos sentimentos.

RANCIÈRE, Jacques. Sobre el velo islámico: un universal puede esconder otro. In: *Momentos políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010. p. 121-124.

Glossário

Sopesar: equilibrar o peso de duas coisas, contrabalançar.

Várias outras situações cotidianas podem ser consideradas análogas à discutida por Rancière no texto acima.

I. Escreva uma reflexão sobre o possível sentido de expor um símbolo religioso em cada caso:



Sala de aula em Burgos na Espanha, em 2009.



Tatuagem da estrela de Davi em perna de fiel (Jerusalém, 2008).



Árvore de Natal em Antonio Prado (RS), em 2008.



O profeta Baruc, escultura de Aleijadinho, na Basílica do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (MG), em 2011.



Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 2008.



Bandeira da Turquia, com o símbolo do islã.

II. Com base nas análises que você fez no item anterior, redija uma dissertação filosófica sobre o tema: “A presença dos símbolos religiosos na sociedade democrática laica”.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Vejamos agora algumas dicas de como redigir uma dissertação filosófica segundo o **plano progressivo**. Neste plano, trata-se de trabalhar com uma noção ou um conjunto de noções, que vai sendo apresentada segundo diferentes perspectivas.

O trabalho deve ser organizado em várias partes. Em cada uma delas, explora-se uma determinada visão perspectiva do tema. Se o assunto da dissertação for um conceito, em cada parte pode-se apresentar como esse conceito foi trabalhado por diferentes filósofos. Ao final, o autor redige uma conclusão, na qual apresenta seu ponto de vista.

Segundo Jacqueline Russ:

o método progressivo consiste então em construir e produzir, a partir de pontos de vista diferentes, definições sucessivas da noção ou do conceito considerados, definições cada vez mais complexas e ricas, de modo a trazer à tona e explicitar a essência do termo que exige análise: trata-se de dar uma explicação autêntica da noção ou conceito.

RUSS, Jacqueline. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 109.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Brasiliense

DALLARI, Dalmiro de Abreu. *O que é participação política*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

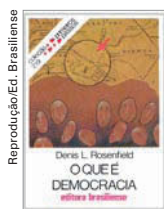
Uma discussão em linguagem acessível sobre os fundamentos da política e a necessidade de uma efetiva participação popular para a construção de um regime democrático.



Reprodução/Ed. Aleph

LE GUIN, Ursula K. *A mão esquerda da escuridão*. São Paulo: Aleph, 2008.

Romance de ficção científica que trata da tentativa de construção de uma comunidade política universal. Um enviado visita o planeta Inverno para convencer seus habitantes a aderir a essa comunidade. E sente na pele o que é ser um estranho em um mundo estranho. O romance propõe uma profunda reflexão sobre a convivência das diferenças e as possibilidades de construção da comunidade.



Reprodução/Ed. Brasiliense

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Uma introdução em linguagem clara e simples às várias teorias que embasam o sistema democrático.

Filmes



Divulgação/California Filmes

A batalha de Seattle. Direção de Stuart Townsend. Canadá/Alemanha/Estados Unidos, 2007. (100 min.)

Baseado em fatos reais, relata os protestos em 1999 na cidade de Seattle, Estados Unidos, contra a Organização Mundial de Comércio e o mecanismo da globalização. A manifestação pacífica acabou em rebelião, ensejando protestos dessa natureza em outros lugares do mundo.



Divulgação/Imagem Filmes

A corporação. Direção de Jennifer Abbott e Mark Achbar. Canadá, 2003. (145 min.)

Documentário que mostra como se constituem as corporações empresariais, relacionando-as com tipos psicológicos humanos. É um exercício interessante de compreensão da biopolítica.



Divulgação/Imagem Filmes

Terra de ninguém. Direção de Danis Tanovic. Reino Unido /Bósnia/Eslovênia/Itália/Bélgica, 2001. (90 min.)

Um episódio na guerra da Bósnia em 1993, que mostra a ineficiência da ONU para agir como poder moderador supranacional.



1000 Words/Shutterstock/Glow Images

3

Os desafios éticos contemporâneos

EUTANÁSIA

De origem grega, o termo significa ‘boa morte’, ‘morte tranquila e sem sofrimento’. Em medicina, significa o ato de promover a morte sem sofrimento de um doente incurável, pondo fim a seu sofrimento.



O filme *You don't know Jack* conta a história verídica do dr. Jack Kevorkian, defensor da eutanásia, e suas batalhas judiciais para tornar legal o suicídio assistido.

You don't know Jack. Direção de Barry Levinson. Estados Unidos, 2010. (134 min).

Colocando o problema

No final do século XX, o médico Jack Kevorkian (1928-2011) tornou-se mundialmente conhecido como Dr. Morte. Com o objetivo de abreviar o sofrimento dos doentes terminais, ele desenvolveu uma máquina para a prática de “suicídio assistido”: o próprio paciente aciona um mecanismo que injeta em seu corpo substâncias letais. Mais de 130 pacientes morreram por esse procedimento, denominado *eutanásia* e proibido nos Estados Unidos e em vários outros países. Suspeita-se que alguns pacientes não eram doentes terminais, e sim pessoas depressivas que poderiam ter recebido tratamento específico. Kevorkian foi processado e condenado à prisão. Sua história é contada no filme *You don't know Jack* (‘Você não conhece Jack’).

O caso envolve uma questão ética: uma pessoa tem o direito de decidir quando e como quer morrer?



Jack (Al Pacino) em cena do filme *You don't know Jack*.

Abbot Genser/HBO/Everett Collection/Keystone

Em sociedades que funcionam segundo a lógica do biopoder, cuja função primordial é garantir a vida dos cidadãos, essa situação se torna ainda mais controversa. Nem sempre é fácil estabelecer os limites entre o cidadão e o Estado.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky afirma que vivemos em uma “sociedade pós-moralista”, na qual nossas ações já não são determinadas pelo dever, pois a ética abarca praticamente todos os campos da vida social. Fala-se de ética nas empresas, na política, na imprensa, nas decisões relacionadas à vida humana e aos animais, na educação e em outras tantas áreas. As instituições são chamadas a criar e a tornar públicos seus “códigos de ética”. Tudo isso, segundo o filósofo, porque a ética já não tem, de fato, o valor e a força que teve outrora. Hoje vivemos uma “moralidade minimalista”, com valores que mudam de acordo com a situação. Essa é uma das formas do que se denomina “relativismo moral”.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-) opõe-se frontalmente a Lipovetsky. As preocupações éticas continuam as mesmas, diz Bauman, que cita os direitos humanos, a justiça social, a autoafirmação pessoal e a relação entre a conduta individual e o bem-estar coletivo. Porém, diz o sociólogo, hoje esses problemas precisam ser tratados de uma nova maneira. E aí residem as possibilidades de transformação.

Mesmo que não tomemos partido por uma dessas posições, o que elas ressaltam é de grande importância. Não podemos deixar de enfrentar os problemas éticos que surgem todos os dias em várias esferas da vida. É necessário encontrar ferramentas conceituais para esse enfrentamento.

A seguir, você poderá refletir melhor sobre isso ao conhecer algumas das principais teorias filosóficas contemporâneas. As questões éticas que elas analisam foram aqui organizadas em três temas: bioética, relacionada à vida; mundo corporativo e relações entre economia e política; o meio ambiente.

Na Suíça várias associações oferecem a estrutura necessária para a eutanásia ou o suicídio assistido, prática médica prescrita pela legislação do país. Uma das mais conhecidas se chama Dignitas (em latim, 'dignidade') e segue o lema "viver com dignidade – morrer com dignidade". Na imagem, o símbolo da Associação Dignitas.



Dignitas/Arquivo da editora

A filosofia na história

QUESTÕES DE VIDA E DE MORTE: ELEMENTOS DE BIOÉTICA

Cada vez mais, o conhecimento científico e tecnológico permite a manipulação da natureza. Os novos saberes trouxeram muitos benefícios, como o aumento da expectativa de vida, o conforto da vida urbana e a agilidade nas comunicações. Porém, ações irresponsáveis colocaram e ainda podem colocar em risco a vida de diversas espécies, inclusive a humana, razão pela qual os novos procedimentos sempre envolvem discussões éticas.

Um exemplo de dilema ético relacionado à vida é o transplante de órgãos. O critério da morte encefálica (ou cerebral) atesta o óbito do potencial doador, embora muitas vezes o coração continue a bater e a temperatura do corpo se mantenha normal. Cabe à equipe de transplantantes orientar as pessoas próximas ao paciente sobre o critério, confortá-las pela perda de seu ente querido e, ao mesmo tempo, convencê-la da importância da doação imediata de órgãos. Acima de tudo, é seu dever ético respeitar a vontade da família.

Situações como essa pertencem ao campo da **bioética**, um conjunto de interrogações e procedimentos éticos que diz respeito às relações com o fenômeno da vida. O termo foi utilizado pela primeira vez na Alemanha, no título de um artigo de Fritz Jahr, “Bioética: um panorama das relações éticas dos homens com os animais e as plantas”, de 1927. No início da década de 1970, o termo foi retomado pelo médico oncologista Van Rensselaer Potter para promover um entrelaçamento entre as ciências da vida e os estudos sobre valores. A partir daí, a bioética foi se constituindo como um campo de pesquisas e consolidando sua importância, especialmente no âmbito da medicina.

Uma das principais fontes filosóficas da bioética é o trabalho de **Hans Jonas**, especialmente em seus livros *O princípio vida* e *O princípio responsabilidade*.

Para Jonas, agir com ética é “atuar de forma que os efeitos de suas ações sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana genuína”. A ética, portanto, diz respeito à vida não apenas do indivíduo, mas da espécie humana.

De acordo com Álvaro Valls, filósofo brasileiro especialista em ética, são quatro os princípios básicos da bioética que se aplicam aos profissionais da área de saúde, tanto os que exercem a profissão (médicos, enfermeiros e outros) quanto os que fazem pesquisas que envolvam seres humanos:

1. **princípio da não maleficência:** proveniente do código de conduta médico definido na Antiguidade por Hipócrates (século IV a.C.), afirma que o profissional deve agir de modo a não causar nenhum mal ao paciente;

Hans Jonas (1903-1993)



Effigie/Leemage/Agência France-Press

Hans Jonas, em 1991.

Filósofo alemão de origem judaica, estudou filosofia e teologia. Com a ascensão do nazismo, refugiou-se na Inglaterra e depois na Palestina. Ensinau na Universidade Hebraica de Jerusalém; transferiu-se para o Canadá e os Estados Unidos, onde trabalhou na Nova Escola de Investigações Sociais de Nova York, entre 1955 e 1976. De sua obra destacam-se os seguintes livros: *O princípio vida: fundamentos de uma biologia filosófica* (1966), *O princípio responsabilidade* (1979) e *Técnica, medicina e ética* (1985).

2. **princípio da beneficência:** também proveniente do código hipocrático, afirma que o profissional deve agir de modo a buscar o benefício do paciente;
3. **princípio do respeito à autonomia do indivíduo:** de origem moderna, procura desfazer o paternalismo na relação profissional-paciente; o paciente deve ser informado de tudo e decidir por si próprio se quer ou não ser tratado e de que forma; no caso de participação em uma pesquisa, ele deve tomar conhecimento e assinar o “Termo de consentimento esclarecido”;
4. **princípio de justiça:** busca regular as relações entre o profissional e o paciente em uma perspectiva contratual, não baseada apenas na autoridade do profissional.

Nos trechos abaixo, destacados do Juramento de Hipócrates, usado ainda hoje, fica clara a influência do teórico grego sobre os princípios contemporâneos da bioética:

“

O “Juramento de Hipócrates” – trechos

Eu juro por Apolo, médico, por Esculápio, por Higea e Panacea, e tomo por testemunha todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, o que se segue:

[...]

Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei com prazer, nem remédio mortal, nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva.

[...]

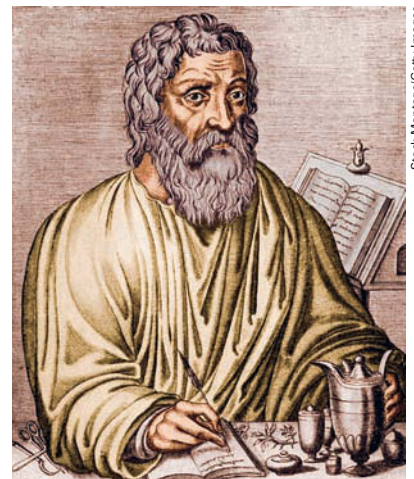
Em toda casa que eu vá, aí entrarei pelo bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda sedução, sobretudo longe dos prazeres do amor, com as mulheres ou com os homens livres ou escravizados.

Aquilo que, no exercício ou fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade, eu tiver visto ou ouvido, que não seja preciso divulgar, eu conservarei inteiramente secreto.

[...]

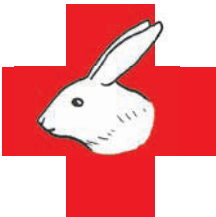
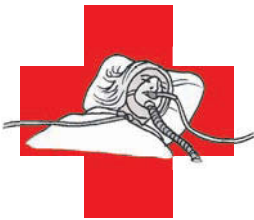
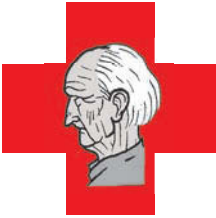
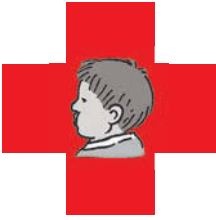
HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: “O juramento” e outros textos.* São Paulo: Landy, 2002. p. 17-18.

Podemos compreender a bioética como uma ética aplicada. Seu objetivo é refletir sobre problemas concretos e definir princípios e valores para lidar com esses problemas. Nessa perspectiva, Peter Singer defende uma mudança radical no campo da ética. No livro *Repensando a vida e a morte: o colapso da ética tradicional*, publicado em 1994, ele afirma que, dada a complexidade atual do tema ética e vida, não se pode continuar a utilizar uma perspectiva religiosa, que considera sagrada a vida humana. É preciso repensar os valores para criar uma nova ética, efetivamente adequada aos novos problemas práticos.



Stock Montage/Getty Images

Gravura de Hipócrates, feita por volta de 400 a.C. Hipócrates viveu no século V a.C. e é considerado o fundador da medicina como conhecimento racional, e não religioso. O enorme Corpus hippocraticus contém obras suas, de alguns de seus seguidores e outras cuja autoria é desconhecida, mas que por muito tempo foram creditadas a ele.



Assumindo essa tarefa, Singer seleciona cinco mandamentos do que ele chama “velha ética” e propõe reescrevê-los.

- 1. Trate todas as vidas humanas como se tivessem valor igual.** Singer diz que isso já não se sustenta. Os médicos, afirma ele, fazem um grande esforço para salvar a vida de um bebê com anomalias, mas ao mesmo tempo permitem que um idoso com mal de Alzheimer morra de pneumonia, por não lhe darem antibióticos. São duas vidas humanas, mas a medicina as trata de maneiras distintas. A própria desigualdade social fere esse mandamento. No Brasil, por exemplo, quem tem bom poder aquisitivo pode pagar por internação e tratamento em hospitais bem equipados, enquanto pessoas pobres ficam em macas nos corredores de hospitais públicos. O filósofo cita também casos notórios de prolongamento da vida de pacientes que não têm nenhuma condição de sobreviver, como um bebê nascido sem cérebro ou um esportista acidentado que vive décadas em estado vegetativo. Ele propõe reescrever o “primeiro novo mandamento” da seguinte maneira: “Reconheça que o valor da vida humana é variável”. Isso permitiria tratar os problemas cotidianos de forma mais “humanitária”: por exemplo, aceitar a decisão de suicídio de alguém com doença incurável e que sofre muito, doando seus órgãos para salvar a vida de pessoas que, de outro modo, não sobreviveriam.
- 2. Jamais tire intencionalmente a vida de um ser humano inocente.** Esse mandamento não tem sido suficiente para evitar que pessoas sejam assassinadas em guerras, assaltos e outros episódios de violência. No entanto, ele limita a ação dos médicos, que se veem impedidos de agir na circunstância específica de doentes terminais – como no polêmico caso do Dr. Morte, citado no início do capítulo. Singer propõe que seja reescrito desta forma: “Assuma a responsabilidade pelas consequências de suas decisões”. O filósofo afirma que, com isso, o médico poderia sentir-se livre para aceitar a vontade do paciente, no caso de uma doença terminal, e conduzir a eutanásia da forma que julgar mais adequada, assumindo a responsabilidade por essa decisão.
- 3. Jamais tire sua própria vida e sempre tente impedir outros de tirarem suas vidas.** Singer afirma que esse mandamento tem sido seguido por 2 mil anos, uma vez que o cristianismo considera o suicídio um pecado. Só Deus pode decidir a hora da morte de cada um. Contudo, diz ele, isso não faz sentido no caso de doentes terminais. Desde que sua decisão não cause danos para outras pessoas, cada um deveria ser capaz de escolher se deseja morrer ou continuar vivendo. Por isso ele sugere este “terceiro novo mandamento”: “Respeite o desejo do outro de viver ou morrer”.
- 4. Sede frutíferos e multiplicai-vos.** Se esse princípio fazia sentido em uma época na qual o planeta era pouco povoado, o que dizer dele hoje, quando mais de seis bilhões de pessoas disputam espaço e recursos? Faz sentido ainda incentivar a multiplicação? Como ga-

rantir qualidade de vida para tanta gente? A nova versão proposta é: “Só traga ao mundo filhos desejados”. Singer afirma que essa reforma do quarto mandamento nos permitiria enfrentar de forma muito mais racional questões como o aborto e o descarte de embriões mantidos em laboratório.

5. **Trate toda vida humana como se fosse mais valiosa que qualquer**

vida não humana. Segundo Singer, o antropocentrismo dessa formulação não tem nenhuma sustentação racional. Apenas uma perspectiva religiosa, que afirma que o ser humano é superior aos outros animais, poderia dar-lhe algum sentido. Ele propõe a seguinte formulação para o “quinto novo mandamento”: “Não discrimine com base na espécie”. Se os humanos não são o centro do universo, não faz sentido afirmar sua superioridade e, com base nisso, discriminar outras espécies animais. Isso implica, por exemplo, não testar produtos dermatológicos nem medicamentos em animais, causando-lhes sofrimento. Singer alerta, porém, que esse mandamento não pode contradizer o primeiro. Não se trata de afirmar que toda vida, humana ou não humana, tem o mesmo valor. Se nem as vidas humanas têm o mesmo valor, não faria sentido afirmar que todas as espécies valem o mesmo. O que afirma esse quinto novo mandamento é apenas que não podemos discriminar outras espécies por considerar a espécie humana mais importante.

As propostas de Singer têm provocado muita polêmica. No entanto, é preciso reconhecer que têm o grande mérito de discutir valores até então considerados absolutos, universais e inquestionáveis. Não é possível julgar os problemas bioéticos de hoje – como eutanásia, aborto e manipulação genética – com base em valores e conceitos originados de um contexto diferente.

ÉTICA, EMPRESA E SOCIEDADE: UM NOVO TECIDO POLÍTICO?

No início do terceiro milênio, um escândalo empresarial sem precedentes causou grandes perdas nos Estados Unidos. Uma companhia que atuava no ramo de energia, a Enron, fraudou suas operações financeiras para elevar o valor de suas ações na Bolsa de Valores. Como os altos lucros não correspondiam a um crescimento real da empresa, em determinado momento as ações começaram a cair. Os altos executivos da companhia venderam rapidamente suas ações, a empresa decretou falência e o prejuízo ficou para seus funcionários e pequenos investidores. As investigações revelaram indícios da conivência de influentes políticos norte-americanos nas fraudes.



Mark Large/Daily Mail/SOLO Syndication/Zuma Press/Keystone

Em 2012, na vitrine de uma loja de Londres, capital da Inglaterra, a artista Jacqueline Traide se submeteu publicamente a testes químicos e a outros procedimentos comumente aplicados em animais usados como cobaias em laboratórios. A aversão causada pela intervenção artística expõe o antropocentrismo de nossas concepções éticas.

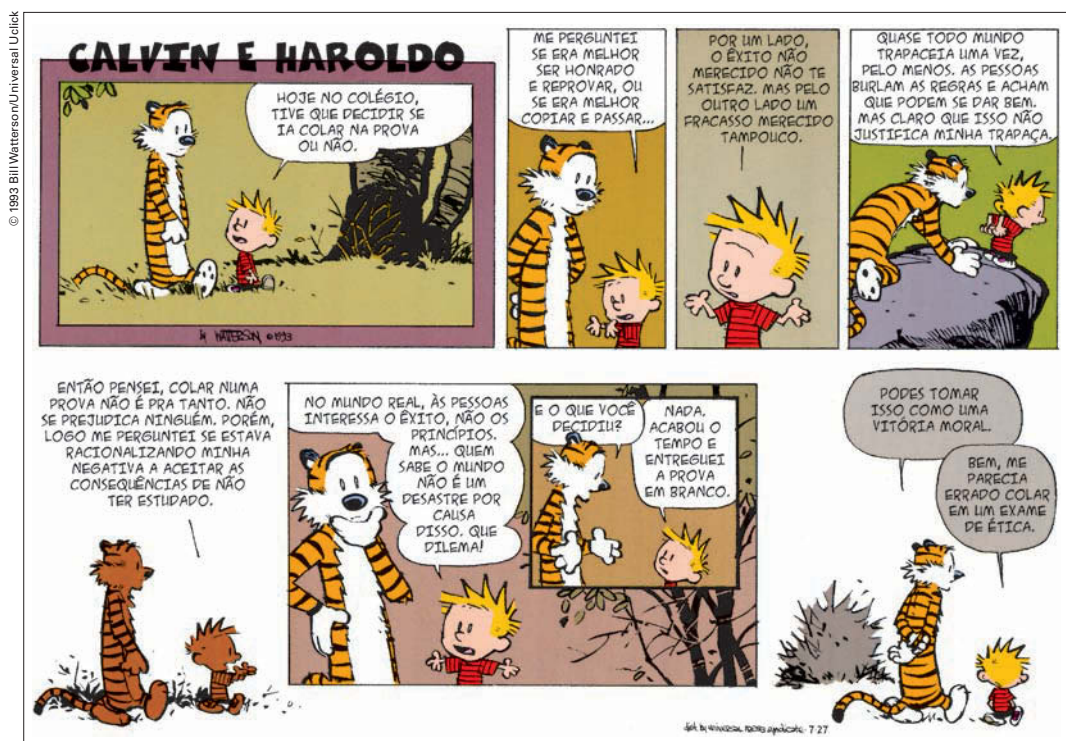


O caso da Enron ilustra os graves problemas éticos contemporâneos concernentes às relações das empresas e dos setores públicos com a sociedade.

Nas últimas décadas, com o objetivo de estabelecer parâmetros para suas ações, as empresas têm elaborado códigos de ética. Segundo Gilles Lipovetsky, o surgimento nos Estados Unidos do campo que viria a ser nomeado como “ética nos negócios” é mais um sintoma do que ele denomina “sociedade pós-moralista”. O filósofo afirma que a empresa, que sempre se preocupou estritamente com o aspecto financeiro, guiando-se por eficácia e rentabilidade, agora parece buscar sua “alma”, que seria traduzida em seu código de conduta ética.

O fenômeno da ética nos negócios está intimamente relacionado com as sociedades democráticas. As empresas tornam-se instituições democráticas, parte de um jogo político no qual os funcionários e os clientes são vistos como cidadãos, e a própria empresa apresenta-se como “cidadã”, como partícipe da vida social. É nesse contexto que surge a ideia de “responsabilidade social da empresa”. Entende-se por responsabilidade social o investimento em iniciativas públicas, como o financiamento de projetos sociais, tenham ou não relação direta com o ramo de atuação da empresa.

Lipovetsky afirma que, no final das contas, para as empresas, a ética é um “bom negócio”, pois as ajuda a construir uma imagem social de respeitabilidade e confiança. Um código de ética, longe de inibir sua liberdade e seus movimentos, confere à empresa uma “personalidade moral” e respeito público, atraindo mais clientes. O lucro deixa de ser considerado a finalidade última da empresa, passando a ser visto como o meio de realização de seu projeto social.



As instituições públicas fazem algo similar. Várias instituições das diversas esferas de governo criaram seus códigos de ética, principalmente para definir os princípios de sua relação com os cidadãos. Além disso, a legislação fortalece a imagem de transparência e bom uso dos recursos públicos ao determinar que a população tem o direito de consultar as finanças de todos os órgãos públicos.

No âmbito da ação política, a ética está fundamentalmente na busca de uma convivência democrática por meio do diálogo e do consenso. Os filósofos Levinas e Habermas se dedicaram a analisar esse tema.

Levinas: o outro é um ser

O pensamento de **Emmanuel Levinas** foi muito influenciado pelo holocausto nazista. Toda a filosofia ocidental, disse ele, foi pensada segundo a lógica da dominação do ser humano por outro ser humano. Daí a necessidade urgente de dirigir-se ao outro, àquele que não sou eu, não para dominá-lo nem para ser dominado por ele. Uma primeira fase da filosofia ocidental, da Antiguidade à Idade Média, foi centrada no estudo do ser. Esse estudo apaga a noção de **alteridade**, pois o ser é aquilo que é ele mesmo. Estudar o ser é sempre estudar o mesmo, nunca o outro. Depois de pensar o ser, a filosofia pensou o eu e a filosofia moderna constituiu-se como uma filosofia do sujeito. Também nessa filosofia do sujeito o outro ficou de fora, pois ele é sempre tematizado com base no eu. É necessário, portanto, voltar-se para o outro. Essa é, pensava Levinas, a tarefa da filosofia contemporânea. Isso significa colocar a ética em primeiro lugar, pois é da relação com o outro que surge o questionamento moral.

A ética, segundo o filósofo, está fundada em dois conceitos centrais: proximidade e responsabilidade. A vida humana é marcada pelo constante e incontornável encontro com o outro, ou seja, com aquilo que não sou eu. Nesse encontro, o rosto do outro vem até nós e nos faz perceber que aí há um ser “igual a mim”, porém diferente. Ele é igual a mim na medida em que tem, assim como eu, uma consciência, mas é diferente de mim por ter outra consciência. A proximidade se expressa no rosto do outro que me olha, pois é no semblante que percebo que existe, assim como em mim, uma consciência diante de mim. Estamos sempre nos relacionando com outros e é nessa relação que a moral adquire sentido, que nunca é individual. A proximidade, ou seja, a constatação de que este outro que está diante de mim possui, como eu, uma consciência, implica responsabilidade para com o outro. Estamos juntos, somos próximos, somos responsáveis uns pelos outros. Alguém que sofra a meu lado convoca minha ação; se nada faço, sou responsável por seu sofrimento. Não podemos simplesmente esquecer o outro ou apagá-lo. Proximidade e responsabilidade resultam em justiça, que significa deixar-se julgar pelo rosto do outro, buscando sempre corrigir as assimetrias entre os seres humanos.

Emmanuel Levinas (1906-1995)



Ulf Andersen/Getty Images

Emmanuel Levinas, em foto de 1988.

Filósofo francês nascido na Lituânia em uma família judaica, estudou filosofia em Estrasburgo, na França. Foi bastante influenciado por Husserl e por Heidegger. Seu pensamento filosófico colocou a ética em primeiro lugar, tendo se concentrado na questão do outro (alteridade). Escreveu uma extensa obra, da qual destacam-se: *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade* (1961), *Humanismo do outro homem* (1972), *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (1991) e *Ética como filosofia primeira* (publicação póstuma em 1998).

Glossário

Alteridade: a condição de ser outro; provém do latim, *alter*, que significa ‘outro’.



Autorretrato de Rembrandt, feito por volta de 1665. Em seus autorretratos, Rembrandt era capaz de expressar muitos sentimentos por meio do olhar. Os olhos, em seus quadros, são verdadeiras janelas para a alma. Segundo Levinas, é por eles que encontramos o outro, tão próximo de nós.

Jürgen Habermas (1929-)



Odd Andersen/Agência France-Presse

Jürgen Habermas, em foto de 2010.

Filósofo e sociólogo alemão. Após seus estudos de filosofia, doutorou-se em 1954 e foi assistente de Theodor Adorno no Instituto de Pesquisa Social entre 1956 e 1959. Lecionou na Universidade de Heidelberg e depois na Universidade de Frankfurt, onde voltou a trabalhar com Adorno, agora como colega. Trabalhou também no Instituto Max Planck e na Universidade J. W. von Goethe. Defende uma “ética comunicacional”, centrada no agir comunicativo. Entre suas obras, destacam-se: *Técnica e ciência como ideologia* (1968), *Teoria do agir comunicativo* (1981), *O discurso filosófico da Modernidade* (1985) e *Sobre a constituição da Europa* (2011).

A ética da alteridade pensada por Levinas implica uma convivência democrática entre iguais, que só é possível no diálogo – a ética desse diálogo, ou discurso, é outro tema relevante na filosofia.

Habermas: entendimento pelo discurso ético

Jürgen Habermas dedica-se a analisar a ética do discurso e suas ideias exercem grande influência nos debates éticos e políticos contemporâneos.

Um dos conceitos fundamentais do pensamento de Habermas é o **agir comunicativo**. Agimos e interagimos com outras pessoas por meio da comunicação. Essa ação é racional, uma vez que a razão é pensamento e comunicação. Segundo ele, duas esferas compõem o social: o **sistema** e o **mundo da vida**. O que Habermas chama de **sistema** é a esfera da reprodução material, ou seja, as instâncias relacionadas à manutenção e distribuição de bens e poderes. Os principais elementos do sistema são a economia e a política. O **mundo da vida** é a esfera da linguagem, da cultura – a reprodução simbólica. Na história ocidental, tem havido uma “colonização” do mundo da vida pela lógica do sistema, pela razão instrumental: essa foi a crítica feita por Adorno e Horkheimer, como você já estudou. A intenção de Habermas é investir em uma “descolonização”, por meio do exercício de uma razão comunicativa e de uma ação comunicativa que sejam livres, racionais e críticas, o que envolve uma ética comunicativa.



Pic3/Shutterstock/Glow Images

O sistema formata as pessoas a sua lógica e dificulta o desenvolvimento do mundo da vida. Na foto, pessoas caminham pela Times Square, em Nova York (Estados Unidos), em 2012.

Habermas procura resgatar uma ética universalista e racional, com fundamentos sólidos. Opõe-se assim à visão pós-moderna, segundo a qual os valores são relativos, mudando conforme as necessidades.

A ética proposta por Habermas é centrada na razão comunicativa, na prática do discurso, como forma de garantir uma participação democrática de todos. Levando em conta que a relação entre os indivíduos é marcada pelas pressões do sistema, em especial as demandas políticas dos jogos de poder e as demandas econômicas, é fundamental a existência de uma esfera comum, em que o diálogo e a comunicação possam garantir a autonomia do mundo da vida.

O princípio ético de Habermas é algo a ser construído, não algo dado. Uma ética para as sociedades democráticas é aquela capaz de promover a justiça pelo entendimento de todos com todos. O entendimento é possível pelo exercício da razão comunicativa, que pouco a pouco pode ir descolonizando o mundo da vida. O agir comunicativo possibilita o convencimento, um diálogo no qual as pessoas convencem e são convencidas, de acordo com a validade dos discursos. A ética do discurso investe na produção de um consenso democrático como forma de produzir a emancipação humana.

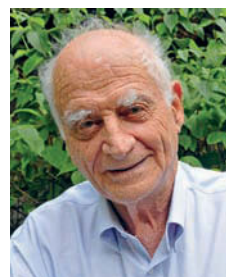
ÉTICA E QUESTÕES AMBIENTAIS: NECESSITAMOS DE UM “CONTRATO NATURAL”?

No século XX, a humanidade passou a se preocupar cada vez mais com a preservação dos recursos naturais e as questões ambientais em geral. Segundo o filósofo Bruno Latour, um problema ecológico é um híbrido, pois não envolve apenas uma ciência ou um conjunto de ciências; tem também um aspecto político. Por essa razão, Latour fala em “políticas da natureza”: já não basta produzir uma ciência, um conhecimento da natureza, é necessário também construir ações políticas na relação entre o ser humano e a natureza. Um terceiro elemento deve ser acrescentado: uma ética ambiental. Uma abordagem política pode corrigir equívocos passados, mas apenas uma abordagem ética que mude a forma como os seres humanos se relacionam entre si e com a natureza pode evitar futuros equívocos.

Um dos estudiosos que têm se dedicado a refletir sobre esse tema é o filósofo francês **Michel Serres**. Em 2008 ele lançou um livro provocador com o título *O mal limpo: poluir para se apropriar?*, no qual expõe uma tese inquietante. Serres afirma que, assim como os outros animais, os seres humanos procuram “marcar território”, apropriar-se de espaços. Alguns bichos deixam excrementos para identificar o território com seu cheiro, afastando dali outros bichos. Os seres humanos, segundo Serres, poluem o ambiente com o mesmo objetivo.

Para Serres, é um equívoco nos referirmos à natureza com a expressão “meio ambiente”. Essa expressão denota que somos o centro de um sistema de coisas que se espalham a nossa volta. Seríamos como que “umbigos do universo”, os senhores e possuidores da natureza, que

Michel Serres (1930-)



John Van Hasselt/Corbis/Latinstock

Michel Serres, em foto de 2012.

Filósofo e membro da Academia Francesa, graduou-se em matemática e em filosofia. Seu doutorado foi orientado por Gaston Bachelard. Foi professor em universidades francesas, entre as quais a Sorbonne, e também na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Seu pensamento transita por diversos campos científicos, bem como pela literatura, resultando em uma filosofia bastante singular, distinta da filosofia acadêmica francesa do século XX. É autor de uma obra bastante vasta, tendo publicado mais de cinquenta livros, e abrangente, dedicando-se a temas diversos mas sempre em torno das ciências. Entre seus livros, destacam-se: *O sistema de Leibniz e seus modelos matemáticos* (1968), *Hermes* (vários volumes, publicados entre 1969 e 1980), *Os cinco sentidos* (1985), *O contrato natural* (1990), *O mal limpo: poluir para se apropriar* (2008) e *A guerra mundial* (2008).

existiria apenas para nos servir. Daí as ações de apropriação poluidoras. A realidade, afirma Serres, é diferente: o ambiente físico constitui um sistema que independe do ser humano. O planeta sobreviveria bem sem nós; nós é que não viveríamos sem o planeta. A humanidade convive na Terra como um parasita, aquele que retira tudo para seu proveito sem dar nada em troca.

Serres explica que para a filosofia moderna há duas realidades: a de um **contrato social** e a de um **direito natural**. O contrato social é firmado entre os seres humanos para garantir sua convivência; estando os indivíduos pactuados entre si, a natureza é esquecida, ela está fora do contrato e não interessa à política. Mas essa mesma filosofia também fala em direito natural, que possibilitou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Com a ideia de direito natural, a natureza é reduzida à natureza humana; o mundo desaparece enquanto tal. Não há mundo que não seja um mundo humano. Na visão bíblica o ser humano é o “senhor da natureza” porque é o único ser à imagem e semelhança de Deus; na filosofia moderna o ser humano é o senhor do mundo pelo exercício da razão. Esse pensamento é a base da relação parasitária da humanidade com o mundo.

Serres exemplifica o direito natural comentando um quadro de Francisco de Goya, no qual dois homens lutam com porretes enquanto afundam em areia movediça. Trata-se, segundo ele, de uma metáfora de nossa condição: enquanto nos preocupamos com assuntos exclusivamente humanos, sem atentar para a natureza, destruímos nossas próprias vidas.

Para mudar essa situação, é necessário um novo contrato, que Serres denomina “contrato natural”. Seria não mais um contrato firmado exclusivamente entre os seres humanos, mas um contrato dos humanos com a natureza inumana. O contrato natural transformaria os seres humanos de parasitas em simbioses. Em uma relação simbiótica há um compartilhamento: os dois lados retiram aquilo que necessitam, mas também fornecem ao outro aquilo de que ele necessita. A relação de simbiose é uma relação de reciprocidade, não de exploração unilateral.

No final do livro citado, Serres se pergunta se a Terra estaria preparada para assinar esse contrato. Cabe questionar, também, se a humanidade estaria pronta.

Reprodução/Museu do Prado, Madri, Espanha.



Duelo com porretes, de Francisco de Goya, feita entre 1830 e 1823.

TRABALHANDO COM TEXTOS

Os textos a seguir se referem a cada uma das partes deste capítulo e visam aprofundar as reflexões até aqui desenvolvidas. O primeiro, um trecho de um livro de Peter Singer, debate o problema da riqueza e suas implicações éticas. Em seguida, um trecho de Gilles Lipovetsky discute as questões relativas à ética no mundo empresarial. Por fim, o texto de Michel Serres problematiza nossas relações com a natureza e seus impactos na vida e na cultura.

Texto 1

Neste texto, o filósofo Peter Singer discorre sobre a fome no mundo, provocada pela má distribuição de riquezas, e a responsabilidade ética que essa situação implica.

Alguns fatos sobre a riqueza

Esse é o panorama, a situação que predomina o tempo todo em nosso planeta e que não resulta em manchetes. Ontem, muitas pessoas morreram de subnutrição e doenças a ela associadas, e muitas mais morrerão amanhã. As secas, as inundações, os furacões e terremotos que eventualmente tiram as vidas de milhares de pessoas em um só lugar são muito mais interessantes enquanto notícias. São coisas que ajudam muito a aumentar o sofrimento humano; contudo, é um erro pensar que tudo está bem quando essas grandes calamidades não acontecem.

O problema não é que o mundo não seja capaz de produzir o suficiente para alimentar e abrigar a sua população. Nos países pobres, as pessoas consomem, em média, 180 quilos de grãos por ano, ao passo que, nos Estados Unidos, essa média é de cerca de 900 quilos. A diferença resulta do fato de que, nos países ricos, alimentamos os animais com a maior parte dos nossos grãos, transformando-os em carne, leite e ovos. Por ser este um processo extremamente ineficaz, os habitantes dos países ricos são responsáveis pelo consumo de muito mais alimento do que os dos países pobres, que comem poucos produtos de origem animal. Se parássemos de alimentar os animais com grãos e com soja, a quantidade de alimento poupado seria – caso fosse distribuído aos que necessitam – mais do que suficiente para acabar com a fome no mundo inteiro.

Esses fatos sobre a alimentação animal não significam que possamos facilmente resolver o problema mundial da fome mediante a redução dos produtos de origem animal, mas mostram que, essencialmente, trata-se de um problema de distribuição, e não de produção. Na verdade, o mundo produz alimento suficiente. Além disso, as próprias nações mais pobres poderiam produzir muito mais se fizessem um maior uso das técnicas avançadas de agricultura.

Por que, então, as pessoas passam fome? Os pobres não têm condições de comprar os grãos cultivados pelos agricultores dos países mais ricos. Os agricultores pobres não têm condições de comprar sementes melhores nem os fertilizantes ou as máquinas necessárias para abrir poços e bombear

água. A situação só poderia ser mudada através da transferência de uma parte das riquezas dos países desenvolvidos para os mais pobres.

[...]

Se assim é, não podemos deixar de concluir que, por não darem mais do que damos, as pessoas dos países ricos estão permitindo que os que vivem nos países mais pobres sofram de pobreza absoluta, a consequente desnutrição, falta de saúde e morte. Esta conclusão não diz respeito apenas aos governos. Aplica-se também a cada indivíduo absolutamente rico, pois todos nós temos a oportunidade de fazer alguma coisa para melhorar essa situação; temos, por exemplo, a oportunidade de dar nosso tempo ou nosso dinheiro para organizações voluntárias [...] Portanto, se o fato de permitir que alguém morra não é intrinsecamente diferente de matar alguém, fica a impressão de que somos todos assassinos.

O veredito será duro demais? Muitos irão rejeitá-lo como um absurdo evidente. Tratariam logo de entendê-lo como uma demonstração de que deixar morrer não equivale a matar, e não como uma demonstração de que viver em alto estílo sem contribuir para um órgão de assistência internacional equivale, eticamente, a ir para a Etiópia e atirar em alguns camponeses. Sem dúvida, colocado assim abruptamente, o veredito é duro demais.

São muitas as diferenças significativas entre gastar dinheiro com coisas luxuosas, em vez de usá-lo para salvar vidas, e atirar deliberadamente em pessoas.

Em primeiro lugar, a motivação será quase sempre diferente. Os que atiram deliberadamente em outras pessoas são movidos por uma intenção; supõe-se que, por sadismo, maldade ou qualquer outra motivação igualmente desagradável, querem as suas vítimas mortas. Imagina-se que quem compra um novo sistema de som esteja querendo sofisticar a sua fruição da música – o que, em si, não é uma coisa horrível. Na pior das hipóteses gastar dinheiro com supérfluos em vez de dá-lo a quem precisa indica egoísmo e indiferença diante do sofrimento alheio, características que podem ser indesejáveis, mas que não podem ser comparadas com a intenção criminosa ou motivações semelhantes.

Em segundo lugar, para quase todos nós, não é difícil agir de acordo com uma regra contrária a matar pessoas; por outro lado, é muito difícil obedecer a um preceito que nos manda salvar todas as vidas possíveis. Para levar uma vida confortável, ou mesmo luxuosa, não é preciso matar ninguém, mas é preciso permitir que morram algumas pessoas que poderíamos ter salvo, pois o dinheiro de que precisamos para viver confortavelmente poderia ter sido dado a elas. Portanto, cumprir a obrigação de não matar alguém é muito mais fácil do que cumprir a obrigação de salvar alguém. Salvar todas as vidas que pudéssemos significaria reduzir o nosso padrão de vida ao mínimo essencial para nos manter vivos. Eximir-se de todo dessa obrigação exigiria um grau de heroísmo moral profundamente diferente do que é exigido pelo simples fato de impedir que pessoas sejam mortas.

Uma terceira diferença diz respeito à maior certeza das consequências do tiro em comparação com a recusa em ajudar. Se aponto um revólver carregado para alguém, a quem-roupa, e puxo o gatilho, é virtualmente certo que a pessoa vai morrer, ao passo que o dinheiro que eu poderia dar talvez fosse empregado num projeto que, por não dar certo, não ajudaria ninguém.

Em quarto lugar, quando as pessoas são baleadas existem indivíduos identificáveis contra os quais se fez mal. Podemos mostrá-los, e mostrar também o sofrimento de suas famílias. Quando compro o meu sistema estéreo, não posso saber a quem o meu dinheiro teria salvo se eu o tivesse dado. Em tempos de escassez e fome, posso ver corpos mortos e famílias mortificadas nos noticiários de televisão, e poderia não ter dúvidas de que o meu dinheiro teria salvo alguns deles. Mesmo assim, é impossível apontar para um cadáver e dizer que, se eu não tivesse comprado e estéreo, aquela pessoa não teria morrido.

Em quinto e último lugar, poderia dizer que as agruras dos famintos não me dizem respeito e que, portanto, não posso ser responsabilizado por elas. Os famintos continuariam morrendo de fome mesmo que eu nunca tivesse existido. Se eu matar, porém, torno-me responsável pelas mortes de minhas vítimas, que jamais teriam morrido se eu não as tivesse matado.

Essas diferenças não precisam abalar a nossa conclusão anterior de que não há uma diferença intrínseca entre matar e deixar morrer. São diferenças extrínsecas, isto é, diferenças em geral, mas não necessariamente associadas à distinção entre matar e deixar morrer [...].

Explicar as nossas atitudes éticas convencionais não significa justificá-las. As cinco diferenças não só explicam, como também justificam as nossas atitudes? [...]

SINGER, Peter. *Ética prática*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 231-236.

Questões sobre o texto

- 1 Na sua opinião, o veredito expresso no texto é mesmo duro demais? Explique.
- 2 Você concorda que o problema da fome no mundo necessita de uma abordagem ética, e não apenas política?
- 3 Responda à questão do texto: as diferenças entre matar e deixar morrer explicam e justificam nossas atitudes? Por quê?

Texto 2

O texto a seguir é parte de uma conferência que Gilles Lipovetsky proferiu em uma universidade canadense em novembro de 2001, sobre as preocupações éticas nas empresas. O filósofo questiona em que medida esse novo tipo de abordagem empresarial vai além dos interesses meramente econômicos.

A onda ética

Como compreender as razões desse crescimento da exigência de valores no mundo econômico? Antes de responder, cabe precisar um aspecto essencial: essa valorização da ética é tudo menos evidente, sobretudo quando nos remetemos à opinião tradicionalmente dominante nos negócios, ou seja, como dizem pragmaticamente nossos amigos anglo-saxões, *business is business*, expressão que indica a própria ideologia da mão invisível, cujo princípio é o de que a economia não necessita de virtudes morais e dos bons sentimentos recíprocos dos homens. São, para falar como Mandeville, os vícios privados, a busca do interesse pessoal, que permitem o crescimento da riqueza coletiva, não a moralidade subjetiva. A preocupação ética aparece, então, numa visão liberal clássica, como um freio ou como um obstáculo à eficácia econômica. Nessa perspectiva, a moral era boa para os patrões cristãos, mas não podia ser uma atitude geral e realista na condução dos negócios.

Essa atitude começa a mudar, ao menos ideologicamente. Em algumas décadas, o respeito aos princípios da moral tornou-se a condição para o sucesso a longo termo dos negócios, o motor de uma empresa eficiente, fazendo parte das necessidades do comércio e do próprio capitalismo; até então esse respeito era considerado como uma utopia mais ou menos contraprodutiva. É essa reviravolta ideológica maior que devemos tentar compreender.

Deixadas de lado as origens históricas e religiosas do fenômeno, parece-me que é possível ligar essa nova ascensão do parâmetro ético a quatro grandes fatores. Primeiro grande fator, o mais envolvente, uma sucessão de catástrofes e de perigos que acelerou a tomada de consciência relativa à preservação do meio ambiente e do homem: as catástrofes marítimas de Amoco Cadiz e da Exxon Valdez, a tragédia de Bhopal, na Índia (2 850 mortos), depois do acidente da Union Carbide, e, mais amplamente, todos os problemas enfrentados pela época contemporânea, como a diminuição da camada de ozônio, poluição atmosférica, emissão de gás de efeito estufa e destruição da floresta Amazônica. Mais recentemente ainda, vimos aparecerem inquietações em relação aos OGM, às farinhas animais, ao amianto. Todos esses desastres acentuaram a questão da responsabilidade dos industriais em relação não somente a nós mesmos, mas também no que se refere às futuras gerações e ao destino do planeta.

Em nossas sociedades, o medo e o desejo de proteção estão na base da preocupação com a ética no mundo industrial e comercial. Diante das ameaças do *laissez-faire econômico*, cresce a exigência de instauração de controles e de proteções suplementares em nome do “compromisso com o futuro”, para falar como Hans Jonas, mas também, de uma ética da sobrevivência e do bem viver no presente. O “sucesso” da temática ética traduz menos uma intensificação do ideal moral que uma ascensão do sentimento de insegurança das populações, assim como uma demanda de eliminação dos riscos (industriais, alimentares) e de proteção da saúde e da qualidade de vida. No coração da ascensão do referencial ético está a obsessão securitária e higiênica dos novos tempos individualistas.

O segundo fator é o novo modelo econômico do capitalismo determinado pelas políticas neoliberais dos anos [19]80 e pelo desenvolvimento de inovações financeiras cada vez mais sofisticadas [...].

[...]

Ao dotar-se de códigos de ética e de um “Senhor Ética”, encarregado de garantir a transparência das operações, os estabelecimentos financeiros tentam estabelecer um clima de confiança, condição essencial para que os negócios “funcionem”. Ao mesmo tempo, essa ênfase na ética dos negócios constitui uma operação destinada a melhorar a imagem das empresas junto ao Estado, às comunidades e aos organismos regionais, numa época em que se multiplicam os casos de corrupção. [...]

Terceiro grande fator. A ascensão do referencial ético no universo empresarial é também inseparável de novas estratégias de marketing, com o objetivo de ganhar novas fatias de mercado por meio de novas políticas de comunicação e de produtos. [...]

A nova onda do marketing não se limita às políticas de comunicação; inclui também a política dos produtos, como indicam o crescimento dos mercados verdes, das ecoproduções, das embalagens e acondicionamentos “limpos”, a gasolina menos poluente, etc. Doravante, o marketing quer estimular e lançar produtos que respeitem o meio ambiente e melhorem a qualidade de vida dos homens.

[...]

Um quarto fator deve ser considerado, o da promoção da chamada cultura empresarial, com a exigência de mobilização dos empregados. Durante muito tempo, acreditou-se que o sucesso econômico dependia exclusivamente de uma organização racional mais forte, de uma administração científica ou tecnocrática. Era, para resumir, o modelo tailoriano, que rachou por todos os lados. As novas condições de concorrência, a informatização do trabalho, os gastos com burocracia, a exigência de produção mais diversificada, todos esses fatores conjugaram-se para colocar o homem no centro da empresa e promover os recursos humanos como a primeira condição da produtividade de uma empresa, como aquilo que faz a diferença entre as empresas.

[...]

Vê-se claramente o aspecto instrumental da ética dos negócios comandada pelos interesses vitais das empresas. A moral transformou-se em meio econômico, em instrumento de gestão, em técnica de administração. Fala-se, com frequência, de um retorno da moral. Creio que essa formulação não é exata. De fato, produziu-se uma reviravolta, pois, de agora em diante, virtudes e valores são instrumentalizados a serviço das empresas. Não há retorno ou renascimento da moral, mas operacionalização utilitária dos ideais. Paralelamente à irrupção dos valores, avança a lógica do poder e da competição econômica, transformando os fins em meios, tecnicizando, “racionalizando” a esfera da virtude.

Se nos esforçamos para tirar as consequências das análises feitas até agora, podemos responder, ao menos parcialmente, à questão clássica de saber se a ética dos negócios é ou não uma moda, um fenômeno passageiro. Trata-se de

um deslumbramento de algumas empresas prósperas ou de uma exigência de fundo das nossas sociedades neoliberais? [...] A ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência pesada da pós-modernidade.

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.42-51.

Glossário

OGM: organismos geneticamente modificados ou transgênicos.

Laissez-faire econômico: doutrina do liberalismo, de não interferência na economia; em sentido literal, ‘deixar fazer’.

Questões sobre o texto

- 1 Que fatores levaram ao surgimento de uma “ética nos negócios”? Como ela responde aos interesses capitalistas?
- 2 A que “reviravolta ideológica” o autor se refere?
- 3 Explique a última afirmação do texto: “A ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência pesada da pós-modernidade”. Você concorda ou discorda dessa afirmação? Justifique sua resposta.

Texto 3

No texto abaixo, Michel Serres discute o afastamento do ser humano em relação à natureza, base dos problemas ecológicos que vivemos atualmente. Antes do trecho reproduzido, o autor relata que, em francês, assim como em português, a palavra **tempo** designa tanto a passagem temporal quanto o estado momentâneo da atmosfera. Em algumas línguas, há palavras diferentes para expressar essas duas coisas, como *time/weather*, em inglês, e *Zeit/Wetter*, em alemão. Quando o autor fala em “primeiro tempo”, está se referindo à passagem temporal; quando fala em “segundo tempo”, está se referindo ao estado momentâneo da atmosfera.

Camponês e marinheiro

Antigamente, dois homens viviam mergulhados no tempo exterior das intempéries: o camponês e o marinheiro, cujo emprego do tempo dependia, a cada hora, da situação do céu e das estações; perdemos toda a memória do que devemos a esses dois tipos de homens, desde as técnicas mais rudimentares até os mais elevados refinamentos. Um certo texto grego divide a terra em duas zonas: aquela onde um mesmo instrumento passava por ser uma pá de grãos e aquela em que os passantes nele reconheciam um remo de embarcação. Essas duas populações acabaram desaparecendo progressivamente da superfície da terra ocidental; excedentes agrícolas, navios de grande porte transformaram

o mar e o solo em desertos. O maior acontecimento do século XX continua sendo incontestavelmente o desaparecimento da agricultura como atividade orientadora da vida humana de maneira geral e das culturas singulares.

Vivendo apenas em interiores, mergulhados exclusivamente no primeiro tempo, os nossos contemporâneos, empilhados nas cidades, não utilizam mais nem pá nem remo e, pior, sequer já os viram. Indiferentes ao clima, a não ser durante as férias, quando voltam a encontrar de maneira **arcádica** e pesada o mundo, poluem, ingênuos, aquilo que não conhecem, que raramente os machuca e que nunca lhes diz respeito.

Espécies sujas, macacos e automobilistas, rapidamente, deixam cair o seu lixo porque não habitam o espaço por onde passam e o emporcalham.

Mais uma vez: quem decide? Cientistas, administradores, jornalistas. Como vivem? E, antes de mais nada, onde? Em laboratórios, onde as ciências reproduzem os fenômenos para melhor defini-los, em escritórios ou estúdios. Enfim, em interiores. O clima não mais influencia nossos trabalhos.

Com que nos ocupamos? Com dados numéricos, com equações, com relatórios, com textos jurídicos, notícias no prelo ou **telex**; enfim, com a língua. Com linguagem, verdadeira para a ciência, normativa para a administração, sensorial para a mídia. De vez em quando um especialista, climatólogo ou geofísico parte em missão para recolher no local suas observações, assim como um repórter ou um inspetor. O essencial, no entanto, acontece do lado de dentro e em palavras, jamais fora com as coisas. Chegamos até a emparedar as janelas, para nos escutarmos melhor ou para mais facilmente discutir. Sem poder reprimir, comunicamos. Estamos ocupados apenas com os nossos canais.

Os que hoje dividem o poder se esqueceram de uma natureza, da qual se pode dizer que se vinga mas que, de preferência, remete-se a nós que vivemos no primeiro tempo e jamais diretamente no segundo, do qual no entanto temos a pretensão de falar com pertinência e a respeito do qual temos de decidir.

*Perdemos o mundo: nós transformamos as coisas em fetiches ou mercadorias, apostas dos nossos jogos de estratégia; e nossas filosofias, **acosmistas**, sem cosmos, há quase um meio século, só dissertam sobre a linguagem ou a política, a escrita ou a lógica.*

Exatamente no instante em que agimos fisicamente pela primeira vez sobre a Terra global, e quando ela reage sem dúvida sobre a humanidade global, tragicamente, nós a desprezamos.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 40-41.

Glossário

Arcádica: relativo à Arcádia, antiga província grega, pastoril e bucólica. Diz respeito a uma relação romantizada com a natureza.

Telex: antigo sistema de envio rápido de notícias, derivado do telégrafo.

Fetichismo: ídolo, objeto que se considera encantado, com poderes sobrenaturais.

Acosmista: sem cosmos; uma filosofia que não está voltada para a natureza.

Questões sobre o texto

- 1 Quais são os efeitos em nossas vidas de vivermos em ambientes fechados, sem maior contato com a natureza? O que ganhamos? O que perdemos?
- 2 Segundo o autor, pensamos sobre problemas como as mudanças climáticas estritamente com “linguagem”, seja ela científica, administrativa ou midiática. Essas linguagens são adequadas a esse gênero de problema? Por quê?
- 3 Como uma filosofia atenta aos fenômenos naturais poderia enfrentar os problemas ambientais?

Em busca do conceito

Agora é sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

- 1 Com base no que você estudou neste capítulo, redija um conceito de bioética e cite aqueles que você considera os principais temas dessa área.
- 2 Explique a relação entre uma “ética nos negócios” e os princípios da sociedade democrática.

- 3 Como as perspectivas dos filósofos Emmanuel Levinas e Jürgen Habermas estudadas neste capítulo contribuem para a construção de uma ética adequada às sociedades democráticas?
- 4 Sobre o “contrato natural” proposto por Michel Serres, escreva um texto argumentativo respondendo às perguntas:
 - a) Esse contrato é viável?
 - b) Em caso afirmativo, como ele seria posto em prática? Em caso negativo, que proposta você faria em vez do contrato natural?

5 Explique as diferenças entre a ética do discurso que busca o consenso, proposta por Habermas, e a perspectiva de Rancière estudada no capítulo anterior, que considera a democracia como exercício do dissenso.

6 Leia o texto abaixo e responda à pergunta que se segue.

Todas as atividades envolvidas nos debates e avaliações sobre o binômio risco-benefício visam a uma finalidade que é a própria razão de ser dos debates na bioética. Esse projeto bioético não se restringe a se enclausurar no estreito limite de simples debates, é uma linguagem que visa à prática, à concretude e, para isso, envolve em sua dinâmica a deliberação e a tomada de decisão.

[...]

A intenção ética que anima todo projeto da bioética traz a suposição de que o panorama englobante se chama bem comum. O cenário conceitual que dá suporte ao projeto bioético está contido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

[...]

A ética não se presta a ser utilizada para a luta contra as inovações. Não se constrói o futuro sobre o reconhecimento da tirania de uma opinião sem nada fazer para avaliá-la criticamente e mesmo opor-se a ela, não por ser uma opinião, mas por impor-se dogmaticamente.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. *Bioética e tecnociências: a saga de Prometeu e a esperança paradoxal*. Bauru: Edusc, 2006. p. 229-231.

- Segundo o autor, não compete à bioética frear o conhecimento e o progresso, mas analisar de forma clara os riscos, de modo a encontrar caminhos de ação. Você concorda com essa perspectiva? Redija uma resposta expondo seus argumentos.

7 Leia a notícia a seguir e responda à pergunta ao final.

Brasil anuncia quebra de patente inédita para remédio contra a aids

O governo brasileiro anunciou [...] a quebra da patente de um medicamento utilizado no tratamento da aids, o Kaletra. Atualmente, ele é fornecido pelo governo a cerca de 23,4 mil pacientes de todo o país. Essa é a primeira vez que um anti-aids tem sua patente quebrada no mundo, segundo informou o Ministério da Saúde.

Em portaria do Ministério da Saúde [...], o governo declarou a patente do Kaletra de interesse público e determinou o licenciamento compulsório do antirretroviral Kaletra, fabricado pelo laboratório norte-americano Abbott.

O medicamento será produzido no laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz [...], para consumo exclusivo do SUS (Sistema Único de Saúde). [...]

O ministro da Saúde, Humberto Costa, informou que o licenciamento compulsório será adotado porque o

laboratório Abbott não concordou em negociar a redução do preço do medicamento [...]

O medicamento que é vendido pelo Abbott a US\$ 1,17 a unidade, custará US\$ 0,68 no Farmanguinhos.

O Abbott será notificado pelo governo brasileiro e terá dez dias para se pronunciar sobre a decisão. Para evitar a quebra da patente, o laboratório terá que concordar em fornecer o medicamento pelo preço do laboratório de Farmanguinhos.

Segundo Costa, as negociações com os laboratórios Merck e Gilead para o licenciamento voluntário dos medicamentos Efavirenz e Tenofovir estão em curso, mas há uma expectativa positiva sobre a possibilidade de acordo.

Os três medicamentos em negociação pelo Ministério representam 66% do orçamento destinado à compra de antirretrovirais. A compra do Kaletra compromete cerca de um terço do orçamento.

A medida representará uma economia de R\$ 130 milhões por ano ao governo brasileiro, que deverá gastar, somente neste ano, R\$ 945 milhões em medicamentos contra a aids.

O ministro deixou claro, no entanto, que o licenciamento compulsório não significará pirataria. O governo pagará royalties de 3% sobre o valor do produto fabricado em Farmanguinhos.

ZIMMERMANN, Patrícia. Brasil anuncia quebra de patente inédita para remédio contra a aids, *Folha de S.Paulo*, 24 jun. 2005. Cotidiano. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u110423.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2013.

- Com a ação relatada na matéria, o governo brasileiro assumiu uma posição de destaque no mundo quanto ao atendimento público a doentes com aids. Com base no que foi estudado neste capítulo, como você analisa filosoficamente a ação de quebra de patentes do governo brasileiro? Redija de forma argumentativa.

8 Antiéticos é um grupo de rap do Rio de Janeiro. Na entrevista a seguir, os músicos explicam o nome do grupo, além de comentar seu trabalho. Leia o texto e faça o que se pede ao final.

Central Hip-Hop (CHH): Por que Antiéticos?

Antiéticos: *Ética é um nome que inventaram pra representar um conjunto de normas e princípios da boa conduta humana. Seria um conjunto de valores que direcionam os humanos a um bem-estar, conservando sua vida, logo, a vida do seu grupo. E a gente passou a observar que, primeiro, isso é uma definição grega. Segundo, esses princípios conservam sim a vida e o bem-estar, mas de um grupo que se definiu humano sozinho. Os outros tiveram que provar.*

Na medida em que eles são éticos, que possuem suas boas condutas, suas normas, seus princípios, os outros

grupos são mortos. *Aí a gente pensou: “Ué, como é que pode?” (risos). Não! Essa ética aí, esses princípios, esses valores não estão favorecendo a nossa humanidade. O ser humano não é mau, não destrói o mundo.*

Nunca foi dada a chance de a gente administrar o controle do mundo, nem os indígenas, nem os orientais. Então não tem nada de errado com os seres, tem com um grupo: o grupo que administra o mundo hoje, o mesmo que vai nos ver como transgressores, fora do padrão, pois a gente acaba pondo em risco o conforto deles.

Então “Antiéticos” surge desse “biri-bolo” de ideias desse tipo aí (risos). Não seria ausência da ética, nem pessoas sem escrúpulos, nada disso. Não seria nesse sentido, mas sim um desacordo.

CHH: *Desenvolver uma proposta contra-hegemônica é viável?*

Antiéticos: *Sim. Sempre seremos a favor de alternativas, de possibilidades. Sempre seremos a favor da criação e descoberta de novas áreas de conhecimento, de cultura. Pra nós, não é apenas viável, é necessário para nossa sobrevivência. Hegemonia é entendida por nós como uma imposição, uma supremacia cultural de um determinado grupo sobre outro que não permite autônomo, não reconhece o outro como complementar, mas sim como inimigo. Então se impõe, sem permitir que o outro se desenvolva por si só, anula o nosso autoconhecimento e veta nossa capacidade criadora, capacidade de criar para o nosso grupo.*

O grupo hegemônico só permite que você crie pra ele, que você faça pra benefício dele. Esse grupo está aí, matou, escravizou, estuprou, tomou as terras, construiu fábricas e hoje quer determinar como deve ser o rap. Afinal, eles acabam sendo os possuidores dos recursos, dinheiro. E isso ilude, engana nosso povo.

Através de vários aparelhos, eles reforçam, reafirmam suas ideias o tempo todo. Tem hora que parte da nossa comunidade passa a acreditar. Então, tudo que for contra a hegemonia, a homogenia também (risos), tudo que provoque uma nova possibilidade que venha resgatar a autoestima, os valores ancestrais, a felicidade e o sorriso do nosso povo, nós seremos a favor.

Numa sociedade que só produz ódio, amar já se tornou contra-hegemônico. A gente se amando, se protegendo já estamos num bom caminho, com certeza. Não é apenas viável, mas acaba se tornando necessário para nossa sobrevivência.

EMECE, Fabio. Entrevista: Antiéticos. *Central Hip-Hop*. Disponível em: <<http://centralhiphop.uol.com.br/novochh/arquivo/11951>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

- Considerando o que foi estudado neste capítulo e as ideias expressas na entrevista dos Antiéticos, debata com seus colegas sobre estas questões:
 - a) Existem alternativas éticas contra-hegemônicas em sua comunidade?
 - b) Elas estão produzindo alguma transformação na vida de vocês?

Elaborem um painel sistematizando as conclusões do debate e o exponham na escola.

- 9 Como você estudou neste capítulo, no mundo capitalista contemporâneo as empresas e corporações elaboram seus códigos de ética. Se as empresas ditam as normas de comportamento moral, como é possível uma sociedade democrática? Como **escolher**, se a escolha já está feita pelo meio empresarial? Reflita sobre essas questões e escreva um texto sobre as relações entre a ética e a política nos dias de hoje.

- 10 Escolha uma empresa que tenha um projeto de ação social (responsabilidade social). Leia e analise o projeto e faça uma pesquisa sobre o investimento da empresa nessas ações, a fonte dos recursos, a execução do projeto, seus resultados práticos e suas dificuldades. Redija ao final um relatório de pesquisa, comentando os resultados de sua investigação.

- 11 Escreva uma dissertação filosófica sobre um dos três grupos de problemas éticos contemporâneos estudados neste capítulo, analisando as possibilidades atuais de enfrentar esses problemas.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Uma possibilidade de organização da dissertação é o **plano nocional**, que faz destaque para uma noção ou conceito analisados no texto. Esse plano pode ser subdividido: pode-se escrever uma dissertação sobre apenas uma noção ou um conceito; ou pode-se preparar uma dissertação na forma de uma confrontação de diferentes noções ou de diferentes conceitos.

No primeiro caso, apresenta-se a noção ou o conceito, mostrando diferentes abordagens possíveis, os vários aspectos nela implicados. A base da dissertação é uma interrogação em torno do sentido ou dos sentidos da noção ou conceito escolhido. O autor deve apresentar essa interrogação e o sentido ou sentidos, explicando-os e argumentando em torno da perspectiva que escolheu. Esse plano de dissertação aproxima-se do plano progressivo, mas está centrado no conceito.

No segundo caso, trata-se de apresentar um confronto de noções ou conceitos, com base em uma problemática central. A proposta é aproximar dois ou mais conceitos, estabelecendo as relações entre eles. Dessa forma, cada conceito é melhor explicado e compreendido na sua confrontação com os outros. Esse plano aproxima-se do plano dialético, mas também se diferencia por estar centrado nos conceitos ou noções.

SUGESTÃO DE LEITURAS E DE FILMES

Leituras



Reprodução/Ed. Record

STRIEBER, Whitley; KUNETKA, James. *A morte da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

Romance de ficção científica sobre uma crise ecológica que pode significar o extermínio da natureza. Enseja uma reflexão sobre aquilo que o ser humano está fazendo com sua espécie e com o planeta.



Reprodução/Ed. Vozes

VALLS, Álvaro L. M. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Coletânea de textos escritos em linguagem simples e acessível sobre os problemas da ética e da bioética.



Reprodução/Ed. Brasiliense

VON ZUBEN, Newton Aquiles. *Bioética e tecnociências: a saga de Prometeu e a esperança paradoxal*. Bauru: Edusc, 2006.

Série de ensaios sobre os problemas éticos relacionados à ciência e à tecnologia, com ênfase nas questões de bioética. Uma reflexão filosófica com esperança nas possibilidades humanas.

Filmes



Divulgação/California Films

A bela que dorme. Direção de Marco Bellocchio. Itália e França, 2012. (115 min).

Filme sobre a batalha judicial em torno do caso verídico de Eluana Eglaro, uma jovem italiana que, depois de um acidente, passou 17 anos em estado vegetativo. Seu pai recorreu à justiça para ter o direito a desligar as máquinas que alimentavam sua filha.



Film Annex/Arquivo de editora

A história das coisas. Direção de Louis Fox. Estados Unidos, 2007. (21 min).

Animação que se propõe a problematizar o consumo. Os pontos de vista adotados são a economia, a política e ecologia.



Warner Bros./Arquivo de editora

A ilha. Direção de Michael Bay. Estados Unidos, 2005. (136 min).

Ficção científica que põe em discussão temas atuais da bioética, como clonagem humana e uso de células tronco no tratamento de doenças congênitas.



Divulgação/Magnolia Pictures

Enron: os mais espertos da sala. Direção de Alex Gibney. Estados Unidos, 2005. (109 min).

Documentário sobre o caso empresarial que chocou os Estados Unidos. Questiona a ética do mundo corporativo e os limites da ambição por lucro e enriquecimento.



Divulgação/Downtown Films

Lixo extraordinário. Direção de Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley. Brasil/Reino Unido, 2009. (99 min).

Documentário cujo foco foi um trabalho do artista plástico Vik Muniz com grupo de catadores de lixo reciclável no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Reflete sobre a relação do ser humano com o lixo que produz e, portanto, sobre sua relação com o planeta.



Divulgação/Sony Pictures

Lunar. Direção de Duncan Jones. Reino Unido, 2009. (97 min).

Perturbador filme de ficção científica em que clones humanos são usados para atividades comerciais de mineração na Lua. Discute a manipulação genética realizada por interesse econômico.



Divulgação/Sogepaq

Mar adentro. Direção de Alejandro Amenábar. Espanha/Itália/França, 2004. (125 min).

Baseado em um fato real, narra a situação de um espanhol que vive há quase trinta anos tetraplégico, dependendo da família para tudo. Ele tenta obter do Estado o direito de por fim à própria vida.



Divulgação/Sony Pictures

Trabalho interno. Direção de Charles Ferguson. Estados Unidos, 2010. (105 min).

Documentário que investiga algumas das causas da enorme crise econômica desencadeada pela crise dos *subprimes* nos Estados Unidos. Entre as causas, o documentário encontra ganância e corrupção empresarial.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

A revolução científica ocorrida no século XVII originou a ciência moderna, desenvolvendo uma nova concepção de conhecimento, de universo e de ser humano. O período que se seguiu a esse evento histórico trouxe avanços em diversas áreas da ciência e no desenvolvimento de suas técnicas e tecnologias. Durante o século XIX, esses avanços se intensificaram, o que gerou um grande otimismo no papel da ciência, reforçando a ideia de que o futuro da humanidade seria magnífico graças a ela. A corrente filosófica do positivismo é uma expressão desse otimismo.

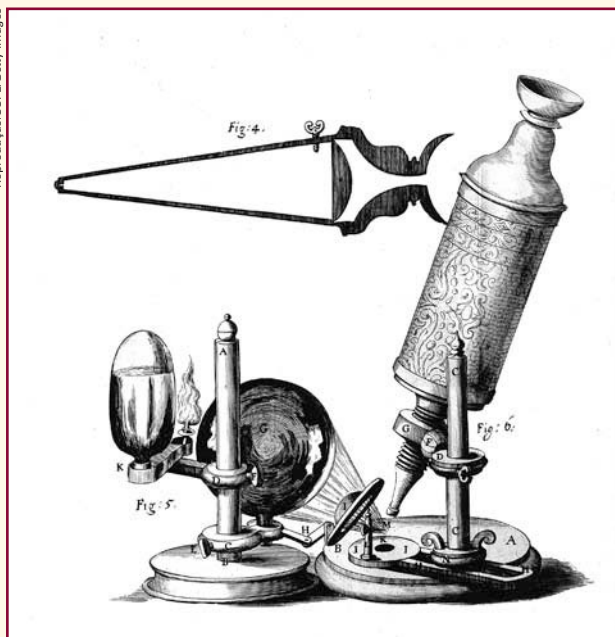
Entretanto, já no século XIX é possível identificar algumas consequências negativas do desenvolvimento da ciência. A máquina a vapor, por exemplo, poluiu as grandes cidades, causando sérios problemas de saúde nas pessoas, os quais a ciência nem sempre foi capaz de resolver.

Durante o início do século XX, essas consequências negativas se multiplicaram. Percebeu-se que os perigos da ciência não são um pequeno “erro de percurso”, mas decorrem de algumas características da própria estrutura da racionalidade científica, desenvolvida ao longo dos séculos.

O papel da ciência nas catástrofes (duas guerras mundiais, ataque atômico norte-americano ao Japão, Guerra Fria, etc.) levou vários filósofos a reconsiderar o otimismo que envolvia a ciência moderna no século XIX. Nessa reconsideração, percebeu-se que havia muitos elementos nocivos e contestáveis na ciência moderna, como a primazia do cálculo, a crença na objetividade absoluta dos métodos e procedimentos, a universalidade das conclusões, a infinidade e baixa comunicabilidade dos números, bem como a falsa ideia de neutralidade da ciência e dos cientistas. Segundo os críticos, esses elementos que compõem a racionalidade científica, e se fizeram presentes nas práticas que levaram à humanidade às grandes descobertas, também se converteram em práticas desumanas e, portanto irracionais, pois se tornaram lógicas autônomas e nocivas ao próprio ser humano e à natureza.

Diante disso, filósofos do século XX indicaram alguns caminhos para a construção de outro tipo de racionalidade científica, que fosse válida objetivamente e universalmente, mas que correspondesse aos ideais humanistas. O que ainda hoje se faz necessário, isto é, pensar em uma ciência que não pautue sua relação nos termos de uma dominação da natureza pela técnica, e que nos conduza a um modo racional e pacífico de sobrevivência, na relação que mantemos com o mundo e com nós mesmos.

Reprodução/SSPL/Getty Images



Construído pelo inglês Robert Hooke em 1665, o primeiro microscópio (representado na gravura acima, do século XVII) foi uma das maiores conquistas da ciência moderna. Sua invenção possibilitou o avanço no estudo científico da estrutura íntima da matéria, dimensão até então muito pouco conhecida pela humanidade.



A bomba atômica que os americanos lançaram sobre o Japão em agosto de 1945 foi resultado de muitas pesquisas científicas. Ela é um exemplo de como a técnica, a ciência e outras grandes potencialidades da razão podem se voltar contra a humanidade.

Roger-Vollier/The Bridgeman Art Library/Keystone/coleção particular, Paris, França.

- 1 Indique alguns exemplos que justifiquem o otimismo científico que acompanhou a ciência moderna.
- 2 Cite um caso ou procedimento científico no qual a racionalidade científica se manifesta claramente de forma prejudicial à natureza e ao homem.
- 3 Sobre a racionalidade da ciência, a filósofa Hannah Arendt indicou o caráter “não humano” da ciência moderna. Segundo ela, esse caráter, cujos elementos se encontram descritos no texto anterior, também é perceptível em ações que não conduzem necessariamente a catástrofes. Ela afirmou que, de fato, o homem moderno, seguindo a racionalidade científica, está empreendendo uma revolta contra a condição humana, ou seja, contra algumas características que definem o ser humano.

Em 1957, um objeto terrestre, feito pela mão do homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que governam o movimento dos corpos celestes – o Sol, a Lua e as estrelas [...] e lá ficou, movendo-se no convívio dos astros como se estes o houvessem provisoriamente admitido em sua sublime companhia.

[...] O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal: o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi orgulho nem assombro ante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro “passo para libertar o homem de sua prisão na terra”.

[...] Devem a emancipação e a secularização da era moderna [...] terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento? A terra é a própria quintessência da condição humana e, no que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um habitat no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. [...] Recentemente, a ciência vem-se esforçando por tornar “artificial” a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. [...]

Esse homem futuro [...] parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito [...] que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais.

[...] Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de know-how) e o pensamento, então passaremos, sem dúvida, à condição de escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso know-how, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. p. 9-11.

Os grandes avanços da ciência moderna permitiram que as pessoas sonhassem com uma utopia científica, ou seja, um mundo perfeito construído pela ciência. Com base no texto de Hannah Arendt e em exemplos retirados das artes (literatura, cinema, quadrinhos, etc.), indique algumas características dessa utopia.



Expedição 35/ISS/NASA

Astronautas se alimentam na Estação Espacial Internacional, em abril de 2013. A conquista do espaço, fruto da ciência moderna, trouxe grandes benefícios para o ser humano no campo das comunicações. Mas ela não revelaria também a pretensão do homem moderno de fugir da Terra?



Neville Elder/Corbis/Latinstock

Os enormes avanços da medicina constituem um dos grandes méritos da ciência moderna, mas permitiram também a manipulação da vida e do corpo em função de outros interesses. Na foto de 2008, jovem norte-americano exhibe as interferências realizadas em seu corpo.



Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa

Observe o mapa abaixo, que sinaliza o índice mundial da fome. Leia o texto a seguir. Em seguida, responda às questões propostas.

ÍNDICE MUNDIAL DA FOME – 2012



Adaptado de: INTERNACIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE (IFPRI). Global, regional and national trends. Disponível em: <www.ifpri.org/ghi/2012/global-regional-national-trends>. Acesso em: 9 abr. 2013.

Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos

Se em 2008 o número de vítimas da fome no mundo havia sido reduzido para menos de 1 bilhão, já em junho de 2009 essa marca foi ultrapassada. Neste ano, o número de famintos aumentou em 150 milhões. Muitas das soluções encontradas em certos países em desenvolvimento não dão mais conta do crescimento populacional. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) já tinha reconhecido há 20 anos que “o problema não é tanto a falta de alimentos, mas a falta de vontade política”.

Como a pobreza é o principal causador da fome, esta diminui em países que empreendem políticas capazes de gerar empregos e renda. Em contrapartida, onde há ditaduras e despotismo, há fome e morte por inanição. [...] No entanto, há alimento suficiente no mundo para o sustento diário de todos os habitantes do planeta, afirma Benedikt Haerlin, da fundação Zukunftsstiftung Landwirtschaft, que apoia projetos ecológicos e sociais no setor agrícola. “Hoje produzimos alimentos demais. Muito mais do que seria necessário para alimentar a população atual, sendo que ainda nem estamos perto de esgotar o potencial da alimentação direta.

E, para pequenos produtores rurais, dobrar a produção custa pouco”, argumenta Haerlin, que participou da elaboração do Relatório Internacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD, na sigla em inglês) de 2008. [...] Se temos 1 bilhão de pessoas que passam fome por não ter dinheiro para comprar comida e outro bilhão de clinicamente obesos, alguma coisa está obviamente errada”, alerta Janice Jiggings, do Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento em Londres. “O sistema agrário saiu do controle e, no futuro, não estaremos mais em condições de nos alimentar de forma pacífica e civilizada. Precisamos mudar todo o sistema. O consumidor já nota isso e, aos poucos, os políticos também.

“Ao mesmo tempo em que temos uma crise de alimentos, jogamos fora 30% a 40% dos alimentos produzidos. Ao invés de nos perguntarmos onde podemos encontrar mais terra para cultivar ou se será preciso plantar na Lua, deveríamos olhar para o nosso quintal. Temos que encontrar estímulos financeiros para evitar que se jogue comida fora”, conclui.



Abdelhak Semma/Agência France-Presse

Criança maliense refugiada na Mauritània, em 2012.

JEPPESEN, H.; ZAWADZKY, K.; ABDELMALACK, R. Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos. Agência Deutsche Welle. In: ECODEBATE. *Cidadania e meio ambiente*, 16 out. 2009. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2009/10/16/fome-e-causada-pela-ma-distribuicao-e-nao-pela-falta-de-alimentos>. Acesso em: 17 mar. 2013.

- 1 Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) analisou os maiores problemas mundiais e estabeleceu oito objetivos, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) ou 8 jeitos de mudar o mundo, que são os seguintes:

Esses objetivos devem ser atingidos por todos os países até 2015. Para saber mais sobre o assunto, acesse os sites:

- ODM Brasil. Disponível em: <www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2013.
- PNUD. Disponível em: <www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 17 mar. 2013.

Com base nessas informações e no trecho do texto em destaque, escolha dois países no mapa que apresentem índices de fome elevados e pesquise sobre o que estão fazendo para atingir os objetivos do milênio. Identifique os seguintes pontos:

- o nome do país;
- as ações políticas promovidas;
- os resultados já obtidos.



ONU/Arquivo de editora

- 2 Pesquise em um dicionário de Língua Portuguesa o significado das palavras **ditadura** e **despotismo**. Depois, explique a frase: “Em contrapartida, onde há ditaduras e despotismo, há fome e morte por inanição.”
- 3 Comente o paradoxo (a contradição) existente na seguinte frase: “Ao mesmo tempo em que temos uma crise de alimentos, jogamos fora 30% a 40% dos alimentos produzidos.” Agora, reflita: o que você pode fazer em sua casa e em sua comunidade para evitar o desperdício de alimentos?
- 4 Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de um 1 bilhão de adultos da população mundial está com sobrepeso e 300 milhões com obesidade. No entanto, grande parte destes adultos está desnutrida. Analise esse diagnóstico e responda: Quais são as contribuições de uma educação para a cidadania para a garantia social e política da distribuição de renda, a aquisição de alimentos e o alimentar-se com qualidade e saúde?

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1 (UEL, 2007)

De acordo com a ética do Discurso, uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um Discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 86.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Ética do Discurso de Habermas, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio possibilitador do consenso deve assegurar que somente sejam aceitas como válidas as normas que exprimem um desejo particular.
- b) Nas argumentações morais basta que um indivíduo reflita se poderia dar seu assentimento a uma norma.
- c) Os problemas que devem ser resolvidos em argumentações morais podem ser superados apenas monologicamente.
- d) O princípio que norteia a ética do discurso de Habermas expressa-se, literalmente, nos mesmos termos do imperativo categórico kantiano.
- e) Uma norma só poderá ser considerada correta se todos os envolvidos estiverem de acordo em dar-lhe o seu consentimento.

2 (UEL, 2004)

O positivista desaprova a ideia de que possam existir problemas significativos fora do campo da ciência empírica “positiva” – problemas a serem enfrentados por meio de uma teoria filosófica genuína. O positivista não aprova a ideia de que deva existir uma [...] epistemologia [...].

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. Tradução de Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 53.

Com base no texto, é correto afirmar que Karl Popper:

- a) defende a ideia de que a filosofia é uma ciência.
- b) atribui aos positivistas a tese de que a filosofia é uma ciência.
- c) afirma que as teorias filosóficas devem resolver os problemas científicos.
- d) descreve a rejeição do positivista à epistemologia.
- e) desaprova a ideia de que deva existir uma epistemologia.

3 (UEL, 2004)

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições mais justas para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa

sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 14.

De acordo com o texto de Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

- a) A alta capacidade produtiva da sociedade garante liberdade e justiça para seus membros, independentemente da forma como ela se estrutura, controlando ou não seus membros.
- b) O “desaparecimento” do indivíduo diante do aparato econômico da sociedade se deve à incapacidade dos próprios cidadãos em se integrarem adequadamente ao mercado de trabalho.
- c) A ciência e a técnica, independente de quem tem seu controle, são as responsáveis pela circunstância de muitos estarem impossibilitados de atingir o status de sujeito numa sociedade altamente produtiva.
- d) O fato de a sociedade produzir muitos bens, valendo-se da ciência e da técnica, poderia representar um grau maior de justiça para todos; no entanto, ela anula o indivíduo em função do modo como está organizada e como é exercido o poder.
- e) O alto grau de autonomia das massas na sociedade capitalista contemporânea é resultado do avançado domínio tecnológico alcançado pelo homem.

4 (UEL, 2010) Leia o texto a seguir.

Habermas distingue entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa. A racionalidade comunicativa ocorre quando os seres humanos recorrem à linguagem com o intuito de alcançar o entendimento não coagido sobre algo, por exemplo, decidir sobre a maneira correta de agir (ação moral). A racionalidade instrumental, por sua vez, ocorre quando os seres humanos utilizam as coisas do mundo, ou até mesmo outras pessoas, como meio para se alcançar um fim (raciocínio meio e fim).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas, é correto afirmar:

- a) Contar uma mentira para outra pessoa buscando obter algo que desejamos e que sabemos que não receberíamos se disséssemos a verdade é um exemplo de racionalidade comunicativa.

- b) Realizar um debate entre os alunos de turma da faculdade buscando decidir democraticamente a melhor maneira de arrecadar fundos para o baile de formatura é um exemplo de racionalidade instrumental.
- c) Um adolescente que diz para seu pai que vai dormir na casa de um amigo, mas, na verdade, vai para uma festa com amigos, é um exemplo de racionalidade comunicativa.
- d) Alguém que decide economizar dinheiro durante vários anos a fim de fazer uma viagem para os Estados Unidos da América é um exemplo de racionalidade instrumental.
- e) Um grupo de amigos que se reúne para decidir democraticamente o que irão fazer com o dinheiro que ganharam em um bolão da Mega Sena é um exemplo de racionalidade instrumental.

5 (UEM, 2012)

O pensamento de Foucault gira em torno dos temas do sujeito, verdade, saber e poder. É um pensamento que leva à crítica de nossa sociedade, à reflexão sobre a condição humana. [...] Não há verdades evidentes, todo saber foi produzido em algum lugar, com algum propósito. Por isso mesmo pode ser criticado, transformado, e, até mesmo destruído. Foucault considera que a filosofia pode mudar alguma coisa no espírito das pessoas. [...] Seu pensamento vem sempre engajado em uma tarefa política ao evidenciar novos objetos de análise, com os quais os filósofos nunca haviam se preocupado. Entre eles se destacam: o nascimento do hospital; as mudanças no espaço arquitetural que servem para punir, vigiar, separar; o uso da estatística para que governos controlem a população; a constituição de uma nova subjetividade pela psicologia e pela psicanálise; como e por que a sexualidade passa a ser alvo de preocupação médica e sanitária; como governar significa gerenciar a vida (biopoder) desde o nascimento até a morte, e tornar todos os indivíduos mais produtivos, sadios, governáveis.

ARAÚJO, I. L. Foucault: um pensador da nossa época, para a nossa época. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 225.

Segundo o texto, é correto afirmar:

- 1) A renovação filosófica ocorre no contexto de afirmação positivista das ciências e fundação da subjetividade a partir da fenomenologia.
- 2) A relação entre saber e poder diz respeito a uma prática política, não só epistemológica.
- 4) A sexualidade aparece como tema de análise filosófica em razão da repressão dos desejos individuais e coletivos.
- 8) A expressão “biopoder” significa a associação entre as potencialidades humanas e o divino.
- 16) O papel da filosofia é revelar verdades metafísicas, independentemente de serem contestadas ao longo da História.

Obs: A resposta correta será a soma dos números associados às alternativas corretas.

6 (Enem, 2012)

É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

Adaptado de: MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- a) ao status de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

7 (UFMG, 2011) Leia estes trechos:

Trecho 1

Segundo uma concepção amplamente difundida, objetividade e neutralidade são características centrais do conhecimento científico. Opiniões, referências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. As teorias científicas são neutras no sentido de não possuírem vínculo com ideologias, interesses pessoais ou de grupos, fatores políticos ou econômicos. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é neutro e provado objetivamente.

Trecho 2

A ciência nos permitiu mandar homens à Lua, curar a tuberculose, inventar a bomba atômica, o automóvel, o avião, a televisão e inúmeros outros inventos que mudaram a natureza da nossa vida cotidiana. O método científico é geralmente reconhecido como o meio mais efetivo para descobrir e prever o comportamento do mundo natural. Nem todas as invenções científicas foram benéficas aos seres humanos – há progressos científicos que vieram a ser utilizados tanto para destruir como para melhorar a vida humana. Entretanto, seria difícil negar o sucesso das manipulações do mundo natural que a ciência tornou possíveis.

WARBURTON, Nigel. *O básico da Filosofia*. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 167.

Com base na leitura desses trechos e considerando outros conhecimentos sobre o assunto, REDIJA um texto, argumentando a favor de ou contra esta afirmativa:

A finalidade da investigação científica é a verdade pela própria verdade.

A filosofia na história








O crédito e a legenda das imagens desta linha do tempo encontram-se na página 304.

FILOSOFOS

TEMAS E PROBLEMAS

CORRENTES

CONTEXTO HISTÓRICO

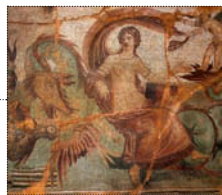
FILOSOFOS	TEMAS E PROBLEMAS	CORRENTES	CONTEXTO HISTÓRICO
TALES DE MILETO (625 a.C.-556 a.C.) 	A água como elemento primordial	Escola Iônica	XII a.C. ao V a.C. <ul style="list-style-type: none"> Aqueus, jônios e dórios conquistam o entorno do mar Egeu (1200 a.C.-800 a.C.) Homero (<i>Ilíada</i> e <i>Odisseia</i>) e Hesíodo (<i>Teogonia</i> e <i>Os trabalhos e os dias</i>)
ANAXIMANDRO DE MILETO (c. 610 a.C.-545 a.C.)	O ápeiron (o indeterminado) como princípio		
ANAXÍMENES DE MILETO (588 a.C.-524 a.C.) 	O ar constitui tudo	Escola Eleática	V a.C. <ul style="list-style-type: none"> Guerras Médicas: gregos (Liga de Delos) contra persas (490 a.C.-479 a.C.) Apogeu de Atenas (V a.C. e IV a.C.): <ul style="list-style-type: none"> – florescimento cultural: arquitetura de Fídeas e teatro de Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes – Guerra do Peloponeso (431 a.C.): Esparta contra Atenas
HERÁCLITO DE ÉFESO (535 a.C.-475 a.C.) 	A contradição produz a unidade do cosmo		
XENÓFANES DE CÓLOFON (570 a.C.-497 a.C.)	Reflexões sobre senso comum e religiões tradicionais		
PARMÊNIDES DE ELEIA (530 a.C.-477 a.C.)	Metafísica, lógica e a identidade do ser	Escola Atomista	IV a.C. <ul style="list-style-type: none"> Macedônia conquista Grécia: <ul style="list-style-type: none"> – Felipe II (382 a.C.-336 a.C.) Helenismo (IV a.C.-II d.C.): <ul style="list-style-type: none"> – início: a expansão territorial da Macedônia e difusão da cultura grega aos reinos conquistados por Alexandre Magno (356 a.C.-323 a.C.) – fim: anexação da Grécia pelo Império Romano
ZENAU DE ELEIA (c. 490 a.C.-430 a.C.)	A pluralidade e o movimento como ilusão		
PITÁGORAS DE SAMOS (570 a.C.-497 a.C.) 	O número como o fundamento da natureza	Sofistas	III a.C. <ul style="list-style-type: none"> Guerras Púnicas (264 a.C.-218 a.C.): Roma contra Cartago Euclides: geometria Fim da autonomia das pólis gregas
FILOLAU DE CROTONA (c. 470 a.C.-385 a.C.)	O pitagorismo		
LEUCIPO DE MILETO (c. 490 a.C.-460 a.C.)	O átomo como o princípio da natureza	Cinismo	II a.C. ao I a.C. <ul style="list-style-type: none"> Roma conquista Macedônia Fim da República e início do Império Romano (27 a.C.) com Otaviano
DEMÓCRITO DE ABDERA (a.C. 460 a.C.-370 a.C.)	O atomismo, a ética, a técnica e a percepção		
GÓRGIAS DE LEONTINOS (485 a.C.-380 a.C.)	Retórica e relativismo intelectual e moral	Estoicismo	I d.C. <ul style="list-style-type: none"> Morte de Jesus Cristo (33) Imperador Nero: incêndio de Roma (64 d.C.)
SÓCRATES (469 a.C.-399 a.C.), Atenas	Moral, ideias, verdade e essência das coisas		
PLATÃO (427 a.C.-347 a.C.), Atenas 	Dialética, teoria das ideias e relação entre mundo inteligível (ideias) e mundo sensível	Epicurismo	II <ul style="list-style-type: none"> O Alto Império Romano (séc. I a III) Retomada da expansão territorial de Roma após período de disputas sucessórias
ARISTÓTELES (384 a.C.-322 a.C.), Estagira 	Metafísica e lógica; relação entre mundo sensível e conceitos		
ANTÍSTENES (cerca de 445 a.C.-365 a.C.), Atenas	Ética e física	Epicurismo	III <ul style="list-style-type: none"> O Baixo Império Romano (séc. III-V) – crises econômicas e políticas – dificuldades de manter a coesão do vasto Império Romano – expansão do cristianismo
DIÓGENES DE SÍNOPE (cerca de 412 a.C.-321 a.C.)	Moral e costumes		
ZENÃO DE CÍCIO (c. 334 a.C.-262 a.C.)	Física e moral	Epicurismo	I d.C. <ul style="list-style-type: none"> Morte de Jesus Cristo (33) Imperador Nero: incêndio de Roma (64 d.C.)
CLEANTO DE ASSOS (c. 331 a.C.-c. 230 a.C.)	Física e lógica		
CRÍSIPO DE SOLES (c. 280 a.C.-c. 210 a.C.)	Ética e lógica; dialética e paradoxos	Epicurismo	I d.C. <ul style="list-style-type: none"> Morte de Jesus Cristo (33) Imperador Nero: incêndio de Roma (64 d.C.)
EPICURO DE SAMOS (341 a.C.-271 a.C.) 	Ética do prazer: como viver com o mínimo de dor e o máximo de prazer		

Filosofia da natureza: a origem e os fundamentos do cosmo (cosmologia)



V a.C.

- Guerras Médicas: gregos (Liga de Delos) contra persas (490 a.C.-479 a.C.)
- Apogeu de Atenas (V a.C. e IV a.C.):
 - florescimento cultural: arquitetura de Fídeas e teatro de Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes
 - Guerra do Peloponeso (431 a.C.): Esparta contra Atenas



IV a.C.

- Macedônia conquista Grécia:
 - Felipe II (382 a.C.-336 a.C.)
- Helenismo (IV a.C.-II d.C.):
 - início: a expansão territorial da Macedônia e difusão da cultura grega aos reinos conquistados por Alexandre Magno (356 a.C.-323 a.C.)
 - fim: anexação da Grécia pelo Império Romano



III a.C.

- Guerras Púnicas (264 a.C.-218 a.C.): Roma contra Cartago
- Euclides: geometria
- Fim da autonomia das pólis gregas

II a.C. ao I a.C.

- Roma conquista Macedônia
- Fim da República e início do Império Romano (27 a.C.) com Otaviano

Vida como prática filosófica

I d.C.

- Morte de Jesus Cristo (33)
- Imperador Nero: incêndio de Roma (64 d.C.)

II

- O Alto Império Romano (séc. I a III)
- Retomada da expansão territorial de Roma após período de disputas sucessórias

III

- O Baixo Império Romano (séc. III-V)
- crises econômicas e políticas
- dificuldades de manter a coesão do vasto Império Romano
- expansão do cristianismo

<p>POSIDÔNIO DE APAMEIA (140 a.C.–51 a.C.)</p> <p>SÊNeca (4 a.C.–65 d.C.)</p> <p>EPITETO, O FILÓSOFO EX-ESCRAYO (55–135)</p> <p>MARCO AURÉLIO, O IMPERADOR FILÓSOFO (121–180)</p>	<p>PLOTINO (205–270)</p> <p>HIPÁTIA (355–415), Alexandria</p> <p>SANTO AGOSTINHO (344–430)</p> <p>SÃO TOMÁS DE AQUINO (1225–1274)</p> <p>PICO DE LA MIRANDOLA (1463–1494)</p> <p>MAQUIAVEL (1469–1527)</p> <p>THOMAS MORE (1478–1535)</p> <p>ERASMO (1466–1536)</p> <p>ETIENNE DE LA BOËTIE (1530–1575)</p> <p>MONTAIGNE (1533–1592)</p> <p>GIORDANO BRUNO (1548–1600)</p> <p>GALILEU (1564–1672)</p> <p>NEWTON (1643–1727)</p> <p>DESCARTES (1596–1650)</p> <p>ESPINOSA (1632–1677)</p> <p>BACON (1561–1626)</p> <p>HOBBS (1588–1679)</p> <p>LOCKE (1632–1704)</p>
<p>Física e ética</p> <p>Ética, física, lógica e arte</p> <p>Ética e moral</p> <p>Ética e moral</p>	<p>Ontologia (estudo do ser) sob a luz da filosofia platônica</p> <p>Astronomia, matemática e política</p> <p>Filosofia cristã pensada pelos padres da Igreja; relação entre razão e fé na busca da verdade e à luz do platonismo</p> <p>Relação entre razão e fé, entre filosofia e teologia; aristotelismo e platonismo sob princípios da fé cristã</p> <p>Afirmção da dignidade do homem</p> <p>Realismo político</p> <p>Utopismo crítico</p> <p>Exercício da razão</p> <p>Crítica da tirania</p> <p>Vida cotidiana e pensamento sobre si mesmo</p> <p>Ciência livre da fé</p> <p>Revolução científica (método)</p> <p>Princípios matemáticos e leis que regem a natureza</p> <p>Método cartesiano, sujeito do conhecimento, dúvida e verdade</p> <p>Ética, teologia e política</p> <p>Método experimental; ciência e a dominação da natureza</p> <p>Política e ética; "contrato social"</p> <p>Epistemologia e política; "contrato social" e defesa da propriedade privada</p>

II a.C. ao I a.C.	I d.C.	II	III	IV ao XIII	XIV ao XV	XVI	XVII
Estoicismo eclético			Neoplatonismo	Patrística	Escatista	Renascentistas	Racionalismo
Ação e reflexão para uma vida boa						Volta à Antiguidade Clássica; ser humano no centro das atenções	A experiência sensível na obtenção do conhecimento
						Os princípios da razão; método e teoria do conhecimento	



IV ao V

- Édito de Tessalônica (380): o cristianismo torna-se a religião oficial do Império
- Divisão do Império Romano: Ocidente e Oriente – Império Bizantino (395)
- Queda do Império Romano do Ocidente (476) pelas invasões bárbaras
- Declínio da vida urbana europeia e a ruralização: – formação dos feudos

VI ao XII

- Cisma do Oriente (1054): Igreja Católica Romana e Igreja Ortodoxa
- Expansão do Império Turco-otomano sobre o Império Bizantino e o Mediterrâneo: – compilação, tradução e comentário de textos filosóficos da Antiguidade por judeus e muçulmanos
- Cruzadas (1096–1270)
- Renascimento comercial e urbano na Europa



XIII

- Fundação das universidades: Pádua (1222) e Paris (1253)
- Fundação dos Ordens Franciscano e Dominicano: – mosteiros: formação espiritual (teologia) e intelectual (filosofia)

XIV ao XV

- Fim do Império Bizantino: turcos-otomanos conquistam Constantinopla (1453)
- Guerra dos Cem Anos: Inglaterra x França
- Renascimento: – arte e ciência: Da Vinci – literatura: Dante e Boccaccio
- Formação dos Estados Nacionais na Europa

XVI

- Chegada de europeus à América (1492) e ao Brasil (1500)
- Reforma Protestante (1517)
- Reforma Católica (ou Contrarreforma): Concílio de Trento (1542–1563): – fundação da Companhia de Jesus (1534); – Santo Ofício da Inquisição; – Index Librorum Prohibitorum (índice dos livros proibidos)



XVII

- Mercantilismo e absolutismo na Europa
- Guerra dos 30 Anos (1618–1648): França contra dinastia Habsburgo e protestantes contra católicos
- Revolução Gloriosa (1688): – burguesia fortalece o Parlamento na monarquia constitucional inglesa
- Consolidação da ciência moderna
- Arte barroca

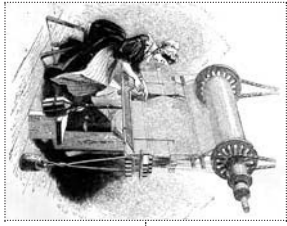


CONTEXTO HISTÓRICO

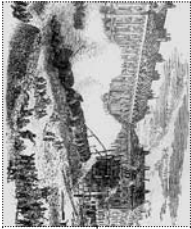
CORRENTES

TEMAS E PROBLEMAS

FILÓSOFOS



- XVIII**
- “Despotismo esclarecido” na Europa continental
 - Independência dos Estados Unidos (1776)
 - Revolução Francesa (1789)
 - Revolução Industrial



- NO BRASIL**
- Inconfidência Mineira (1789)



- XIX**
- Ascensão de Napoleão na França
 - Consolidação do capitalismo monopolista
 - Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)
 - Comuna de Paris (1871)



- Segunda Revolução Industrial
- Neocolonialismo: divisão da Ásia e da África pelas potências europeias
- Cinema: irmãos Lumière apresentam o cinematógrafo na França (1895)



- NO BRASIL**
- Independência do Brasil (1822)
 - Assinatura da Lei Áurea (1888)
 - Fim do Império e Proclamação da República (1889)

Critica da religião, da moral, da política e dos saberes da época à luz da razão

Iluminismo (França)

XVIII

- Política; tripartição dos poderes e reflexão sobre as leis
- Liberdade de expressão; crítica da intolerância e do fanatismo religiosos
- Política e educação; liberdade e “contrato social”
- Critica dos costumes e das artes; filosofia da natureza

MONTESQUIEU
(1689-1755)



VOLTAIRE
(1694-1778)



ROUSSEAU
(1712-1778)

DIDEROT
(1713-1784)

Idealismo alemão

Socialismo utópico

Positivismo

Materialismo histórico

Anarquismo

Critica do Estado, da propriedade e da autoridade; construção de uma sociedade justa

Marxismo

Neokantismo

Fenomenologia

Fenomenologia existencial

Marxismo e crítica cultural
Compreensão do homem como ser-
no-mundo, por meio dos princípios
fenomenológicos e políticos

Teoria crítica

XIX

- Ética, moral e estética (experiência na arte); condições de possibilidade do conhecimento
- Dialética, política, direito e história; as relações entre o real e o racional
- Socialismo, utopia, reformas sociais
- Organização moral e intelectual da sociedade segundo a ciência
- Filosofia como práxis, alienação, reificação e crítica ao capitalismo
- Critica da propriedade privada; anarquia como “ordem natural”
- Liberdade individual e práxis anarquista
- Critica do racionalismo hegeliano, dando relevância à fé, à liberdade e ao desejo
- Critica radical à moral e à ciência como instrumentos de dominação
- Política, cultura e transformação social
- Linguagem, antropologia filosófica e filosofia da cultura
- Criação de um método que permita a “volta às coisas mesmas”
- Fenomenologia da percepção; conhecimento e corpo
- Lógica e filosofia da linguagem; “virada linguística”
- Ser, ente e temporalidade
- Existência, liberdade e política
- Técnica, arte e revolução
- Indústria cultural; crítica do mito e da razão como instrumentos de dominação

KANT
(1724-1804)



HEGEL
(1770-1831)



SAINT-SIMON
(1760-1825)

COMTE
(1798-1857)

MARX (1818-1883) e
ENGELS (1820-1895)



PROUDHON
(1809-1865)



BAKUNIN
(1814-1876)

KIERKEGAARD
(1813-1855)



NIETZSCHE
(1844-1900)



GRAMSCI
(1891-1937)



CASSIRER
(1874-1945)

HUSSERL
(1859-1938)



MERLEAU-PONTY
(1908-1961)



WITTGENSTEIN
(1889-1951)



HEIDEGGER
(1889-1976)

SARTRE
(1905-1980)



BENJAMIN
(1892-1940)



ADORNO (1903-1969) e
HORKHEIMER (1895-1973)





- Primeira Guerra Mundial (1914-1918)
- Revolução Russa (1917)
- Ascensão do fascismo (1922) e do nazismo (1933)
- Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
- Guerra Fria: Estados Unidos x União Soviética

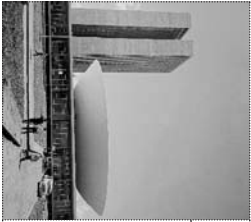
XX

Análise da linguagem e da realidade social por meio de suas estruturas

Estruturalismo

Existencialismo

Filosofia da ciência



- Descolonização da África e da Ásia
- Queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética (1991)
- Conflitos Israel-Palestina
- Revolução Digital: – primeiros computadores domésticos (1981) – Internet



- Semana de Arte Moderna (1922)
- Estado Novo (1937-1945)
- Período democrático (1945-1964)
- Inauguração de Brasília (1960)
- Ditadura civil e militar (1964-1985)
- Redemocratização (1985)

NO BRASIL

Teoria crítica

Marxismo



- Revolução Digital: – criação das redes sociais – avanço tecnológico na criação de hardwares e softwares

XXI



- Aterrorizados terroristas em Nova York (2001)
- Crise econômica (2008)
- Primavera Árabe (2011)

XX

XXI

Crítica ao totalitarismo; análise da condição humana

Antropologia estruturalista e etnologia

Semiótica e significação

Política, feminismo e liberdade

Crítica dos saberes e dos poderes; ética do cuidado de si

Ética da responsabilidade, direito

Filosofia e psicanálise; “revolução molecular”

Epistemologia e crítica da ciência

Ética; alteridade e dominação

Filosofia como criação de conceitos; multiplicidade e diferença

Crítica dos limites da ciência

História da filosofia e filosofia antiga

Ética, política e existencialismo

Teoria social, marxismo, direito, ética comunicativa

Política e cultura; relação ser humano-natureza

Políticas do Império

Política como dissenso

O efêmero nos tempos hipermodernos

Bioética e desafios da ética na contemporaneidade

Ética e política, ciência e poder

Ética; virtudes no mundo contemporâneo

Filosofia e informática

Comportamento, consumismo, corpo e hedonismo (“materialismo hedonista”)

ARENDT
(1906-1975)



LÉVI-STRAUSS
(1908-2009)

BARTHES
(1915-1980)

BEAUVOIR
(1908-1986)

FOUCAULT
(1926-1984)



JONAS
(1903-1993)

GUATTARI
(1930-1992)

FEYERABEND
(1924-1994)



LEVINAS
(1906-1995)

DELEUZE
(1925-1995)



LADRIÈRE
(1921-2007)

HADOT
(1922-2010)

HELLER
(1929)



HABERMAS
(1929)



SERRES
(1930)

NEGRI
(1933)



RANCIÈRE
(1940)



LIPOVETSKY
(1944)

SINGER
(1946)



LATOUR
(1947)

COMTE-SPONVILLE
(1952)



LÉVY
(1956)

ONFRAY
(1959)

Bibliografia

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- APEL, K.-O. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARAÚJO, I. L. *Introdução à filosofia da ciência*. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *As origens do totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo/Belo Horizonte: Cia. das Letras/Ed. da UFMG, 2008.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *Da geração e da corrupção: seguido de convite à filosofia*. São Paulo: Landy, 2001.
- _____. *Ética a Nicômacos*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKUNIN, M. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- _____. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- BARKER, E. *Teoria política grega*. Brasília: Ed. da UnB, 1978.
- BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.
- BELLINO, F. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais*. Bauru: Edusc, 1997.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
- BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CAILLÉ, A.; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Org.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
- CANTO-SPERBER, M. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003. 2 v.
- CASSIN, B. *O efeito softístico*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- _____; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. *Gregos, bárbaros, estrangeiros – a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- CASSIRER, E. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CENCI, A. (Org.). *Ética, racionalidade e modernidade*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1996.
- _____. *V. O que é ética?: elementos em torno de uma ética geral*. 2. ed. Passo Fundo: Edição do autor, 2001.
- CHALMERS, A. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
- CHÂTELET, F. *Histoire de la philosophie, idées, doctrines*. Paris: Hachete, 2000. 8 tomos.
- COLLI, G. *O nascimento da filosofia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DALL'AGNOL, D. *Bioética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- DELACAMPAGNE, C. *A filosofia política hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *Lógica do sentido*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- _____. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DESCARTES, R. *Discurso do método – e outras obras*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- DIÓGENES LAÉRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Ed. da UnB, 1988.
- EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- _____; LUCRÉCIO; CÍCERO; SENECA; MARCO AURÉLIO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).
- EPITECTO. *Manual de Epitecto: máximas, diatribes e aforismos*. Lisboa: Vega, 1992.
- FEYERBEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.
- FONTANELLA, F. C. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba: Ed. da Unimep, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e escritos, v. 5).
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.
- FROMM, E. *O conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. 2. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GOULET-CAZÉ, M.-O.; BRAHAN, R. B. (Org.). *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e o seu legado*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
- GRIMAL, P. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GROETHUYSEN, B. *Antropologia filosófica*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1988.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____; NEGRI, T. *Les nouveaux espaces de liberté*. Paris: Dominique Bedou, 1985.
- _____; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.
- HABERMAS, J. *Ética da discussão e a questão da verdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HARE, R. M. *Ética: problemas e propostas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Campinas/Petrópolis: Ed. da Unicamp/Vozes, 2012.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- _____. *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: o juramento e outros textos*. São Paulo: Landy, 2002.
- HOBBS, T. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- HOMERO. *Iliada*. Tradução de Haroldo de Campos. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2002.
- _____. *Odisseia*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Edusp, 2000.
- HUISMAN, D. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- JONAS, H. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. *O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995.

- KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1979.
- KURY, M. da G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LATOUR, B. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc, 2002.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEBRUN, G. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras/Edusp, 1993.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LIMA VAZ, H. C. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. *Escritos de filosofia V: introdução à ética filosófica 2*. São Paulo: Loyola, 2000.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____. *A sociedade pós-moralista*. São Paulo: Manole, 2005.
- _____. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- _____. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MABBOTT, J. D. *O Estado e o cidadão: uma introdução à filosofia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe e Escritos políticos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cia. das Letras/Penguin, 2012.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORA, José F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000. 4 tomos.
- MORAIS, R. de. *Estudos de filosofia da cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.
- _____. *Filosofia da ciência e da tecnologia*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- MORENO, A. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*. São Paulo: Moderna/Ed. da Unicamp, 2000.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MOSSÉ, C. *Dicionário da civilização grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- NAVIA, L. E. *Diógenes, o cínico*. São Paulo: Odysseus, 2009.
- NEGRI, A. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Kairós, alma vênus, multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____.; COCCO, G.; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*. Rio de Janeiro: Pazulin/Ed. da UFJF, 2004.
- NEGRI, A.; LAZZARATO, M. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *Genealogia da moral: uma polémica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- NODARI, P. C. *Sobre ética: Aristóteles, Kant, Levinas*. Caxias do Sul: Educus, 2010.
- NOVAES, A. (Org.). *Ética*. 3. reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- ONFRAY, M. *A arte de ter prazer: por um materialismo hedonista*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A escultura de si: a moral estética*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- _____. *Cinismos: retrato de los filósofos llamados perros*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- _____. *Contre-histoire de la philosophie*. Paris: Grasset, 2006-2013.
- _____. *La potencia de existir: manifesto hedonista*. Buenos Aires: La Flor, 2007.
- PICO, G. *A dignidade do homem*. 2. ed. Campo Grande: Solivros/Ed. da Uniderp, 1999.
- PLATÃO. *A República*. 3. ed. Belém do Pará: Ed. da UFPA, 2000.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: Ed. da UnB, 1984.
- PROUDHON, P.-J. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- _____. *El odio a la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- _____. *Momentos políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- _____. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *O mestre ignorante: cinco lições de emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- REALE, G.; ANTISSERI, D. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990.
- ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- _____. *Do contrato social*. São Paulo: Cia. das Letras/Penguin, 2011.
- RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- _____. *Rancière y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.
- SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SAVATER, F. *Ética como amor-próprio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Política para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SERRES, M. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *O mal limpo: poluir para se apropriar?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SIMONS, J. *Foucault and the Political*. London/New York: Routledge, 1995.
- SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Vida ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- SNELL, B. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo rei, Édipo em Colono, Antígona*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SPINOZA. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Quem tem medo da ciência?: ciências e poderes*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1990.
- TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VALLS, Á. L. M. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica I*. São Paulo: Loyola, 1991.
- VERGNIÈRES, S. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. São Paulo: Paulus, 1999.
- VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. *Entre mito & política*. São Paulo: Edusp, 2001.
- VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- VON ZUBEN, N. A. *Bioética e tecnociências*. Bauru: Ed. da Edusc, 2006.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WOLF, F. *Aristóteles e a política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- YAZBEK, A. C. *10 lições sobre Foucault*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ZACHARAKIS, G. E. *Mitologia grega: genealogia de suas dinastias*. Campinas: Papirus, 1995.

FOTOS DOS FILÓSOFOS:

Filósofos

Litografia de Tales de Mileto, do *Dicionário histórico Crabbes*, publicado em 1825. Reprodução/Coleção particular, Inglaterra

Busto em mármore de Heráclito de Éfeso, da Escola Romana, 480 a.C. AKG-Images/Latinstock/Museu Capitolino, Roma, Itália

Retrato de Parmênides de Eleia, da Escola Francesa, século XVII. Bianchetti/Leemage/The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular, França

Busto em mármore de Pitágoras de Samos, em Jardins da Villa Borghese, Roma, Itália. Offscreen/Shutterstock/Glow Images/Jardins da Villa Borghese, Roma, Itália

Retrato de Demócrito de Abdera, de autor desconhecido. Michael Nicholson/Corbis/Coleção particular

Busto em mármore de Sócrates, da Escola Grega, c. 400 a.C. Alinari/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália

Busto de Platão, da Escola Grega, c. 400 a.C. The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Capitolino, Roma, Itália

Cabeça em mármore de Aristóteles, uma cópia romana feita no século I com base na escultura do grego Lísipo, do século IV a.C. G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Nacional Romano, Roma, Itália

Gravura de busto de Epicuro de Samos, de autor desconhecido. The Granger Collection/Other Images

Cabeça de Sêneca, cópia romana do original grego do século II. Prisma/Album/Latinstock/Museu Britânico, Londres, Inglaterra

Busto romano em mármore de Plotino, c. 350 G. Dagli Orti/De Agostini/Album/Latinstock/Museu Arqueológico de Ostia Antica, Roma, Itália

Retrato de Hipátia de Alexandria (data desconhecida). Bettmann/Corbis/Latinstock

Retrato de Santo Agostinho, feito por Guido Reni, séculos XVI-XVII. Erich Lessing/Album/Latinstock/Monastério Real de São Lorenzo, El Escorial, Espanha

Retrato de Maquiavel, gravura da Escola Italiana, feita no século XIX.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular, Itália

Pintura de Erasmo de Rotterdam, feita por Hans Holbein, o Jovem, em 1530. AKG-Images/Latinstock/Museu de Belas Artes, Basel, Suíça

Retrato de Giordano Bruno, feito por Johann Georg Mentzel, em 1700. AKG-Images/Latinstock/Biblioteca Herzog August, Wolfenbüttel, Alemanha

Pintura de Galileu Galilei, feita por Justus Sustermans, em 1636. Reprodução/Galeria Uffizi, Florença, Itália

Retrato de Descartes, de autor desconhecido, feito no século XVII. Adoc-Photos/Corbis/Latinstock

Pintura de Hobbes, feita por John Michael Wright, em c. 1670. Reprodução/Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra

Retrato de Voltaire com 24 anos, de Nicolas de Largillière, c. 1724. The Art Archive/Corbis/Latinstock/Museu Carnavalet, Paris, França

Pintura de Rousseau, de Anna Fittipaldi, feita no século XVIII. De Agostini/Getty Images/Conservatório de Música de Nápoles, Itália

Retrato de Hegel, pintado por Jakob Schlesinger no século XIX. Bettmann/Corbis/Latinstock

Retrato de Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, com 35 anos, feito por Hippolyte Ravergie, em 1848. Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca do Arsenal, Paris, França

Retrato de Marx, de um pôster dos anos 1940. Michael Nicholson/Corbis/Latinstock

Retrato de Proudhon, feito por Gustave Coubert entre 1865 e 1867. Reprodução/Museu d'Orsay, Paris, França

Retrato de Kierkegaard, feito por seu irmão no século XIX. Bettmann/Corbis/Latinstock

Fotografia de Nietzsche, de 1873. Bettmann/Corbis/Latinstock

Fotografia de Gramsci, c. 1900. Ullstein Bild/The Granger Collection/Other Images

Fotografia de Husserl (data desconhecida). The Granger Collection/Other Images

Fotografia de Wittgenstein, de 1905. AKG-Images/Album/Latinstock

Fotografia de Sartre, de 1974. Alain Nagues/Sygma/Corbis/Latinstock

Fotografia de Benjamin (data desconhecida). Ullstein Bild/The Granger Collection/Other Images

Fotografia de Adorno, c. 1960. AKG-Images/Album/Latinstock

Fotografia de Hannah Arendt, de 1949. Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images

Fotografia de Lévi-Strauss, de 2005. Pascal Pavani/Agência France-Presse

Fotografia de Foucault (data desconhecida). Friedrich/Interfoto/Latinstock

Fotografia de Feyerabend, de 1992. Anna Weise/AKG-Images/Latinstock

Fotografia de Deleuze (data desconhecida). ARTE/AP Photo/Glow Images

Fotografia de Heller, de 2012. Markus Hibbeler/AP Photo/Glow Images

Fotografia de Habermas, de 2003. Notimex/Agência France-Presse

Fotografia de Negri, de 2011. Ulf Anderson/Getty Images

Fotografia de Rancière, de 2011. Ulf Anderson/Getty Images

Fotografia de Peter Singer, de 2003. Steve Pyke/Getty Images

Fotografia de Comte-Sponville, de 2005. Eric Fougere/VIP Images/Corbis/Latinstock

FOTOS HISTÓRICAS

Contexto histórico

A Loba Capitolina, símbolo da fundação de Roma, amamentando os irmãos Rômulo e Remo. Escultura etrusca do final do século V a.C. Javermann/Shutterstock/Glow Images/Museu Capitolino, Roma, Itália

Mosaico retratando uma Nereide montada em um monstro do mar e rodeada de querubins, de autoria desconhecida, 2004. DeAgostini/Getty Images/Museu de Tazoult, Argélia

Relevo em mármore do Fórum de Trajano, em Roma, Itália, retratando um soldado romano lutando contra um soldado bárbaro, do século II d.C. G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Museu do Louvre, Paris, França

Iluminura de uma crônica universal de Jean de Courcy, de 1440, retratando o saque de Jerusalém por cristãos (1099). The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca Nacional, Paris, França

Basílica de Santa Maria de Fiori, em Florença, Itália, em 2010. Iornet/Shutterstock/Glow Images

O desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, pintura feita por Oscar Pereira da Silva em 1902. Reprodução/Museu Paulista da USP, São Paulo (SP).

O profeta Joel, escultura de Aleijadinho presente no adro da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), em foto de 2011. Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Gravura de trabalhadora tecendo em tear mecânico, de 1844. Hulton Archive/Getty Images

Napoleão cruzando os Alpes, pintura de Jacques-Louis David, c. 1801. Reprodução/Museu de Arte Fuji de Tóquio, Japão

Gravura da Comuna de Paris destruindo a Coluna de Vendôme, de autor desconhecido, 1871. Keystone-France/Gamma-Keystone/Getty Images

Independência ou morte (O grito do Ipiranga), pintura de Pedro Américo, feita entre 1886 e 1888. Reprodução/Museu Paulista da USP, São Paulo (SP).

Cena do filme *Viagem à lua*, dos irmãos Lumière, de 1902. Méliès/Album/Latinstock

Soldados britânicos na França, em batalha da Primeira Guerra Mundial, de 1916. Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Palácio do Congresso, em Brasília (DF), em foto de 1958. Bettmann/Corbis/Latinstock

Soldado alemão sobre parte do muro de Berlim destruído, em novembro de 1989. Patrick Piel/Gamma-Rapho/Getty Images

Manifestantes próximos à praça Tahrir, centro do Cairo, capital do Egito, em 2011. Amr Abdallah Dalsh/Reuters/Latinstock

Policiais reprimem manifestação estudantil contra a ditadura civil e militar, em São Paulo (SP), em 1977. Juca Martins/Olhar Imagem

Interação com tela de um tablet, século XXI. Peshkova/Shutterstock/Glow Images



*Manual
do Professor*

FILOSOFIA

Sumário

<i>Apresentação</i>	307
<i>1. O ensino de filosofia no Brasil</i>	308
<i>2. Referenciais curriculares: dos PCN às OCEM</i>	309
<i>3. O aprender filosofia como experiência do pensar</i>	312
<i>4. Ensino de filosofia e interdisciplinaridade</i>	316
<i>5. O trabalho com textos filosóficos</i>	317
<i>6. A avaliação no ensino de filosofia</i>	323
<i>7. Fontes de pesquisa complementar para o professor</i>	325
<i>8. Bibliografia geral sobre ensino de filosofia</i>	326
<i>9. Estrutura do livro do aluno e sua utilização</i>	329
<i>10. Sugestões de trabalho por unidade</i>	331

APRESENTAÇÃO

Caro professor,

Ensinar não é tarefa fácil. Ensinar filosofia, por sua vez, tem suas dificuldades adicionais. Como escolher os conteúdos a serem trabalhados quando lidamos com um campo do pensamento que tem mais de 2 500 anos de história? É praticamente impossível produzir um livro didático de filosofia que aborde, de forma extensiva e exaustiva, toda a produção do pensamento construída nessa longa trajetória. Além disso, quando o objetivo é produzir um livro didático que atenda à realidade das escolas brasileiras, com toda a diversidade regional que conhecemos, essa tarefa fica ainda mais complexa. É preciso fazer escolhas, privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros, tomando sempre o cuidado de não expor apenas uma única perspectiva filosófica, pois isso seria trair a própria filosofia.

Por todas essas questões, esta obra propõe uma abordagem **problemática**, isto é, que coloca em foco os problemas que impulsionam a prática do pensamento filosófico, compreendido como um pensamento conceitual. Propõe também uma abordagem **contemporânea**, atenta aos problemas que vivenciamos em nossos dias.

O objetivo dessa abordagem é tratar a filosofia em sala de aula como uma prática viva e diária, e não como um conjunto de pensamentos dos quais nos aproximamos de forma reverencial apenas para conhecê-los, decorá-los e esquecê-los em seguida. É a partir de problemas atuais e de pensadores contemporâneos que visitamos a história da filosofia, de forma a buscar elementos para pensar “o tempo presente e os homens presentes”, parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade.

O percurso pela história da filosofia procurou ser o mais abrangente e diverso possível, possibilitando o contato dos estudantes com os principais pensadores da história e com a diversidade de suas ideias. Porém, não se propôs exaustivo, em razão do pouco tempo dedicado às aulas de filosofia no Ensino Médio.

Nesse sentido, embora o percurso previsto neste livro forneça ao estudante uma visão panorâmica da filosofia – ao mesmo tempo em que o convida a praticá-la — cabe ao professor avaliar as dificuldades específicas de seus alunos e as possibilidades de agregar informações extras ao seu curso, conforme a disponibilidade de tempo, para complementar tudo aquilo que julgar necessário.

Assim como o livro do aluno, que foi pensado como um mediador da relação dos estudantes com a filosofia – algo aberto, a ser produzido, transformado, adaptado de acordo com a realidade de cada escola, de cada sala de aula –, este *Manual do Professor* é também um convite para que cada professor tome esta obra e a transforme sua, em uma espécie de coautoria.

Por isso, este *Manual do Professor* fornece um conjunto de possibilidades abertas de uso do livro didático, aproximando-se mais de uma caixa de ferramentas do que de um livro de receitas.

Com este convite lançado, desejamos a você, professor, um trabalho criativo e produtivo.

O autor

1 O ensino da filosofia no Brasil

A filosofia tornou-se disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio brasileiro a partir de junho de 2008, com a aprovação da lei n. 11 684, que mudou a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. 9394/96), que indicava apenas a necessidade de se trabalhar “conteúdos de filosofia” nesse nível de ensino. Embora alguns falem em “retorno da filosofia”, pensamos ser mais apropriado falar em “introdução da filosofia no Ensino Médio”, visto ser essa uma situação inédita. Vários trabalhos que traçam a história da presença da disciplina nos currículos da educação brasileira mostram que ela nunca foi “universal” como é agora: em todas as séries de todas as escolas de nível médio no território nacional.

A introdução da disciplina nos currículos do Ensino Médio não foi, porém, obra do acaso. Quando a reforma do ensino, levada a cabo pelo regime militar (por meio da lei n. 5692/71), excluiu a filosofia do rol de disciplinas previstas para o então denominado segundo grau, começou a constituir-se um movimento pela “volta da filosofia ao segundo grau”, no qual se engajaram os departamentos de filosofia das universidades brasileiras, os estudantes universitários de filosofia e algumas associações da sociedade civil. Entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980, vários encontros foram realizados, diversos textos e livros foram publicados e manifestações públicas foram organizadas. Em 1985, uma lei complementar permitiu que, em alguns estados brasileiros, a filosofia figurasse como disciplina optativa.

Com a redemocratização do país e a Constituição de 1988, começou-se a discutir uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um projeto de lei que tramitou pelo Congresso Nacional, elaborado com ampla participação da sociedade civil, previa a filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, respondendo a essa organização que se constituiu ainda na década de 1970. Porém, o governo optou por um texto substitutivo, muito mais enxuto e flexível, e a lei n. 9394/96 acabou por indicar apenas que os estudantes do Ensino Médio deveriam ter acesso aos “conhecimentos de filosofia necessários ao exercício da cidadania”. Embora representasse um avanço, essa formulação não garantia, de fato, a presença da filosofia na escola.

Entre 1997 e 2008, duas frentes de atuação foram importantes:

- uma **política**, que, junto a deputados e senadores, visava produzir um projeto de lei complementar que alterasse a LDB, tornando a filosofia uma disciplina. Nessa frente, a atuação conjunta com os sociólogos, que também lutavam pela implantação da disciplina de sociologia, foi decisiva. Em 2001, foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei com esse teor, vetado em seguida pelo presidente da República. Após essa derrota, novas articulações foram construídas, novo projeto de lei foi elaborado, outra tramitação e aprovação no Congresso foram encaminhadas para, em junho de 2008, receber a aprovação do presidente e passar a vigorar.
- uma **acadêmica**, formada pelas universidades brasileiras que começaram a pensar com mais força a problemática do ensino de filosofia, quando a realidade da presença dessa disciplina nas escolas se mostrou possível. Uma série de seminários e congressos locais, regionais e nacionais foi realizada, vários livros e artigos foram publicados e inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado foram produzidas, consolidando um campo de pesquisa, pensamento e produção sobre o ensino de filosofia no Brasil. Isso nos coloca hoje em um patamar que não tivemos anteriormente no país.

Essa inovação no ensino de filosofia – sua presença nos três anos do Ensino Médio – nos coloca ante ao desafio de tornar as aulas de filosofia uma realidade em toda escola brasileira. Essa realidade só poderá ser construída pela ação de cada professor de filosofia.

TEXTOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio – ambiguidades e contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados, 2002.

CARTOLANO, M. T. P. *Filosofia no ensino de 2º grau*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

GALLINA, S. F. S. A disciplina de filosofia e o Ensino Médio. In: GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, S. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 145, jan./abr. 2012. p. 48-65.

HORN, G. B. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In: GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

2 Referenciais curriculares: dos PCN à OCEM

Nos últimos anos, três documentos que oferecem orientações concernentes ao ensino da filosofia foram produzidos pelo Ministério da Educação.

Em 1999, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio* (PCNEM), organizados pelas grandes áreas do conhecimento. No volume *Ciências Humanas e suas Tecnologias* há um capítulo relativo aos “Conhecimentos de filosofia”. É importante ressaltar que esse documento foi produzido como decorrência da LDB de 1966, na qual se indicava a necessidade da presença de “conhecimentos de filosofia” na formação do jovem estudante desse nível de ensino, mas sem apontar a presença de uma disciplina de filosofia no currículo. Essa ambiguidade, que foi bem analisada e discutida por Dalton José Alves em sua dissertação de mestrado, publicada depois como livro,¹ está expressa também no PCNEM.

O documento se esforça para apresentar referenciais para o trabalho com a filosofia, mas como não se trata de uma disciplina é praticamente impossível indicar conteúdos específicos, visto que não haveria como garantir sua materialização nas escolas. Como a tônica do momento na política do Ministério era a afirmação de “habilidades e competências”, elas são apresentadas em três grandes blocos. Porém, embora o documento seja relativo aos “conhecimentos de filosofia”, não há qualquer indicativo de que conhecimentos seriam esses.

Os blocos de competências e habilidades são apresentados como segue:

Competências e habilidades de representação e comunicação:

- Ler textos filosóficos de modo significativo.
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros.
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.
- Debater, tomando posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição diante de argumentos mais consistentes.

Competências e habilidades de investigação e compreensão:

- Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais.

Competências e habilidades de contextualização sociocultural:

- Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.²

Em 2002, foi apresentado novo documento, as *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, que ficou conhecido pela sigla PCN+. Mais uma vez, no volume dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias, encontramos um capítulo relativo à filosofia. Dessa vez, porém, ainda que reafirmando os termos do documento anterior, foi feito um esforço para relacionar as competências e habilidades aos chamados “conceitos estruturantes” de filosofia, além de propor um conjunto de conteúdos de filosofia a serem trabalhados em sala de aula.

Os conteúdos foram organizados de forma temática. Foram propostos três grandes eixos temáticos, cada um deles desdobrado em três temas, com suas respectivas subdivisões. Com isso, em filosofia seguiu-se a mesma lógica de estruturação de conteúdos dos outros componentes curriculares da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Os conteúdos sugeridos e sua estruturação foram os seguintes:

I. EIXO TEMÁTICO: RELAÇÕES DE PODER E DEMOCRACIA

1. Tema: A democracia grega

Subtemas:

- A ágora e a assembleia: igualdade nas leis e no direito à palavra
- Democracia direta: formas contemporâneas possíveis de participação da sociedade civil

¹ ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio – ambiguidades e contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados, 2002.

² BRASIL-MEC/SEMT. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. p. 125.

2. Tema: A democracia contemporânea

Subtemas:

- Antecedentes:
 - Montesquieu e a teoria dos três poderes
 - Rousseau e a soberania do povo
- O confronto entre as ideias liberais e o socialismo
- O conceito de cidadania

3. Tema: O avesso da democracia

Subtemas:

- Os totalitarismos de direita e esquerda
- Fundamentalismos religiosos e a política contemporânea
- Relações de poder e democracia

II. EIXO TEMÁTICO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MORAL

1. Tema: Autonomia e liberdade

Subtemas:

- Descentração do indivíduo e o reconhecimento do outro
- As várias dimensões da liberdade (ética, econômica, política)
- Liberdade e determinismo

2. Tema: As formas da alienação moral

Subtemas:

- O individualismo contemporâneo e a recusa do outro
- As condutas massificadas na sociedade contemporânea

3. Tema: Ética e política

Subtemas:

- Maquiavel: as relações entre moral e política
- Cidadania: os limites entre o público e o privado

III. EIXO TEMÁTICO: O QUE É FILOSOFIA

1. Tema: Filosofia, mito e senso comum

Subtemas:

- Mito e filosofia: o nascimento da filosofia na Grécia
- Mitos contemporâneos
- Do senso comum ao pensamento filosófico

2. Tema: Filosofia, ciência e tecnocracia

Subtemas:

- Características do método científico
- O mito do cientificismo: as concepções reducionistas da ciência
- A tecnologia a serviço de objetivos humanos e os riscos da tecnocracia
- A bioética

3. Tema: filosofia e estética

Subtemas:

- Os diversos tipos de valor
- A arte como forma de conhecer o mundo
- Estética e desenvolvimento da sensibilidade e imaginação³

Vê-se, nessa proposta, uma tentativa de recortar temas de filosofia, com conteúdo a ser trabalhado, provavelmente, nas três séries do Ensino Médio, uma vez que são apresentados três eixos temáticos, podendo cada um deles ser explorado por ano.

Um terceiro documento de referência foi divulgado em 2006, as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCM). No volume 3, dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias, encontramos um capítulo dedicado aos “Conhecimentos de filosofia”. Em vários momentos, esse documento reafirma os PCNEM, assumindo sua definição das competências e habilidades em filosofia. No entanto, defende que a filosofia seja tratada no Ensino Médio como componente curricular, apresentando-se como uma disciplina. Dialoga muito intensamente com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em filosofia e com as Diretrizes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para a área de filosofia, com forte defesa da necessária articulação em torno da história da filosofia.

Com base nesses referenciais, as competências e habilidades requeridas para o professor de filosofia no Ensino Médio são:

- a) capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;
- b) capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- c) capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;
- d) compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- e) percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;

³ BRASIL-MEC/SEMT. PCN+EM – *Orientações Curriculares Complementares para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002. p. 52-53.

f) capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica à promoção integral da cidadania e ao respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.⁴

As OCEM criticam e não assumem a estruturação de conteúdos proposta no PCN+, por não apresentar uma centralidade na história da filosofia e por restringir a autonomia do professor, ao apresentar esses conteúdos de forma estanque, sem margem de escolha. Não se furtam, porém, a propor conteúdos, mas procuram fazê-lo de forma aberta, em uma lista de trinta tópicos, de forma a possibilitar a autonomia do professor na escolha daqueles que julgar mais relevantes para seu trabalho em suas condições específicas.

Os tópicos são os seguintes:

1. Filosofia e conhecimento; filosofia e ciência; definição de filosofia;
2. Validade e verdade; proposição e argumento;
3. Falácias não formais; reconhecimento de argumentos; conteúdo e forma;
4. Quadro de oposições entre proposições categóricas; inferências imediatas em contexto categórico; conteúdo existencial e proposições categóricas;
5. Tabelas de verdade; cálculo proposicional;
6. Filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade;
7. Teoria das ideias em Platão; conhecimento e opinião; aparência e realidade;
8. A política antiga; *A República* de Platão; *A Política* de Aristóteles;
9. A ética antiga; Platão, Aristóteles e filósofos helenistas;
10. Conceitos centrais da metafísica aristotélica; a teoria da ciência aristotélica;
11. Verdade, justificação e ceticismo;
12. O problema dos universais; os transcendentais;
13. Tempo e eternidade; conhecimento humano e conhecimento divino;
14. Teoria do conhecimento e do juízo em Tomás de Aquino;
15. A teoria das virtudes no período medieval;

4 BRASIL-MEC/SEB. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias* (v. 3). Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 31.

16. Provas da existência de Deus; argumentos ontológico, cosmológico, teleológico;
17. Teoria do conhecimento nos modernos; verdade e evidência; ideias; causalidade; indução; método;
18. Vontade divina e liberdade humana;
19. Teorias do sujeito na filosofia moderna;
20. O contratualismo;
21. Razão e entendimento; razão e sensibilidade; intuição e conceito;
22. Éticas do dever; fundamentações da moral; autonomia do sujeito;
23. Idealismo alemão; filosofias da história;
24. Razão e vontade; o belo e o sublime na filosofia alemã;
25. Crítica à metafísica na contemporaneidade; Nietzsche; Wittgenstein; Heidegger;
26. Fenomenologia; existencialismo;
27. Filosofia analítica; Frege, Russell e Wittgenstein; o Círculo de Viena;
28. Marxismo e Escola de Frankfurt;
29. Epistemologias contemporâneas; filosofia da ciência; o problema da demarcação entre ciência e metafísica;
30. Filosofia francesa contemporânea; Foucault; Deleuze.⁵

Na elaboração deste livro, baseamo-nos nesses três documentos orientativos e procuramos contemplar as questões neles elencadas. Os campos problemáticos tratados nos capítulos mantêm relação com a lista de tópicos temáticos das OCEM, e há uma orientação de diálogo constante com a história da filosofia e com textos dos próprios filósofos. Embora nossa estrutura não seja temática, de alguma maneira os temas elencados nos PCN+ estão presentes nesta obra, ainda que a partir de outras perspectivas de abordagem teórica. As competências e habilidades indicadas nos PCNEM, enfim, estão contempladas nas atividades propostas, que estimulam o debate de ideias, o trabalho com textos filosóficos e não filosóficos e experimentações de leitura e escrita.

5 BRASIL-MEC/SEB. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias* (v. 3). Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 34-35.

3 O aprender filosofia como experiência do pensar

A perspectiva didática que ampara este livro está baseada na concepção de filosofia apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari: a filosofia como uma atividade de criação de conceitos. Optou-se por essa perspectiva, basicamente, por duas razões. Primeiro, por sua **generalidade**: ela é aplicável a toda e qualquer filosofia produzida ao longo da história e, portanto, afirma a diversidade das filosofias. Segundo, por seu **caráter ativo**: ao considerar a filosofia como uma atividade de pensamento, não faz sentido ensinar filosofia como um desfile de ideias a serem assimiladas ou decoradas. Ao contrário, o sentido de ensinar filosofia está em tornar possível sua prática, por meio do aprendizado daquilo que foi praticado pelos filósofos na história. O propósito, portanto, é deixar explícita a atividade criativa da filosofia, apresentado aos estudantes do Ensino Médio um pouco dessa criação, convidando-os e estimulando-os para que eles também criem seus próprios conceitos, ou ao menos reelaborem criativamente os conceitos com os quais terão contato nas aulas de filosofia.

Concordamos com Alejandro Cerletti, quando afirma que

[...] **Ensinar filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro.** Não tem sentido transmitir “dados” filosóficos (isto é, informação extraída da história) como se fossem peças de uma loja de antiguidades com a qual os jovens não teriam qualquer relação. Não há sentido em tentar transmiti-los sem vivificá-los no perguntar dos alunos. A lógica do antiquário filosófico, que atesoura joias para oferecê-las a alguns poucos privilegiados, emudece o filosofar e mutila sua dimensão pública.

A filosofia não é uma questão privada, ela se constrói no diálogo. Ensinar significa retirar a filosofia do mundo privado e exclusivo de uns poucos para colocá-la aos olhos de todos, na construção coletiva de um espaço público. Por certo, em última instância, cada um escolherá se filosofa ou não, mas deve saber que **pode** fazê-lo, que não é um mistério insondável que apenas alguns atesouraram. E, nisso, o professor tem uma tarefa fundamental em estimular a vontade.

CERLETTI, A. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 87.

Um caminho que foi sendo esboçado ao longo dos anos para viabilizar esse tipo de prática filosófica no Ensino Médio, visando à aprendizagem da filosofia como uma experiência **do** pensamento e **no** pensamento, está organizado em quatro etapas, partindo do problema e chegando ao conceito. Essas etapas são:

1. SENSIBILIZAÇÃO. Compreendendo-se a filosofia como um movimento no pensamento que se inicia com um problema, é necessário que os estudantes sejam sensibilizados para o problema. Segundo o filósofo Gilles Deleuze, em livros como *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*, o problema não é algo racional, mas algo da natureza do sensível. O problema é algo que experimentamos, que sentimos, que não sabemos ainda o que é. Quando somos capazes de dar um formato racional a um problema (como no caso dos problemas matemáticos, ou mesmo daquilo que chamamos de “problemas filosóficos”), ele já possui uma solução implícita, mesmo que ainda não seja conhecida, e perde, assim, seu caráter problemático. Segundo esse filósofo, o problema é o “motor do pensamento”, é aquilo que nos tira do lugar comum, nos provoca incômodo, e por isso pensamos. Toda criação provém de um problema; aquilo que se cria é a forma de enfrentar o problema, não necessariamente sua resolução. De modo que, em filosofia, o problema mobiliza o pensamento e provoca a criação de conceitos.

A questão é que essa sistemática de criação só se coloca em marcha quando efetivamente sentimos, experimentamos um problema. Portanto, não adianta o professor de filosofia simplesmente apresentar um problema aos alunos e pedir que pensem a respeito; eles só pensarão, de fato, se sentirem aquilo como um problema. Daí a necessidade de aguçar sua percepção, de provocar sua sensibilidade para um determinado problema.

A ideia é que na etapa de sensibilização se trabalhe com objetos não filosóficos: uma canção, um poema, um conto, um filme (ou cenas dele), uma imagem, uma história em quadrinhos, por exemplo. Em suma, um objeto cultural que desperte a sensibilidade dos alunos, que os mobilize, que os provoque, que os deixe curiosos, que os faça pensar. Mas também se pode trabalhar com pequenos textos filosóficos, que tenham potencial problematizador. O essencial é conseguir mobilizar sensivelmente os alunos em torno de um tema.

Para enriquecer as atividades de sensibilização, recomendamos ao professor o livro *Simplicidades insolúveis* – 39 histórias filosóficas, de Roberto Casati e Achille Varzi (São Paulo: Cia. das Letras, 2005). Trata-se de um conjunto de histórias curtas, em linguagem bem acessível, que apresentam problemáticas filosóficas interessantes nos mais variados campos e possibilitam desdobramentos diversos. Várias delas podem ser usadas em diálogo com temáticas dos capítulos do livro do aluno.

- 2. PROBLEMATIZAÇÃO.** A etapa seguinte, praticamente simultânea à sensibilização, consiste em **evidenciar** o problema. Em outras palavras, fazer com que o problema seja visto. Transformá-lo em questão, em algo que pode e precisa ser investigado, procurado, revirado, para que possa ser enfrentado. Nessa etapa, a ação do professor é fundamental, de modo a fazer que as sensibilidades dos estudantes em torno do tema-problema não se dispersem. Trata-se de fazer com que essas múltiplas sensibilidades converjam, articulem-se em torno de um esforço comum de busca, de investigação.

As etapas de sensibilização e problematização correspondem, no livro do aluno, à seção *Colocando o problema*.

- 3. INVESTIGAÇÃO.** Trata-se da etapa mais longa, de estudo e pesquisa, na história da filosofia. O problema que nos mobiliza já foi pensado anteriormente? Por quem? Em que contexto(s)? Quais as abordagens realizadas? Quais os conceitos criados em seu enfrentamento? Nessa etapa do trabalho, diversas fontes podem ser utilizadas. O livro do aluno procura oferecer subsídios para essa investigação, visitando autores, temas, períodos da história da filosofia, bem como trechos de textos de filósofos sobre a problemática em questão. Mas isso pode ser complementado por outros textos de comentadores da filosofia, outros trechos de textos de filósofos ou mesmo textos filosóficos completos que o professor julgue apropriados para seus alunos.

No livro do aluno, essa etapa de investigação é contemplada na seção *A filosofia na história*.

É importante que a etapa de investigação seja feita em constante diálogo com os filósofos e a história da filosofia, uma vez que seu objetivo é encontrar ferramentas conceituais para enfrentar os problemas trabalhados; quanto maior a diversidade de elementos trabalhados, melhor.

- 4. CONCEITUAÇÃO.** Corresponde à etapa que coroa o processo de trabalho, quando o aluno é mobilizado para lidar ele próprio com o conceito. Considera-se que o conceito seja, ao mesmo tempo, um ato de pensamento e a materialização desse ato em um produto, que, por sua vez, é materializado no texto escrito. Para dar materialidade ao conceito e não permitir que ele se perca no turbilhão do pensamento, o filósofo o nomeia com uma **palavra** que ele escolhe para esse fim. Um exemplo: **Ideia** é um conceito de Platão; por **Ideia** compreendemos o ato de pensar do filósofo, seu enfrentamento de um problema, a meditação, a reflexão, o raciocínio em torno do problema. E a palavra **Ideia** dá materialidade a todo esse processo **do** pensamento **no** pensamento. Quando lemos um texto de Platão no qual ele argumenta em torno desse conceito, estamos, a nosso modo, refazendo seu percurso. É claro que já não é o percurso do filósofo, mas o percurso próprio de cada um que o lê. Ler filosoficamente um texto filosófico significa, portanto, entrar no movimento de pensamento do filósofo. Pensar **com** ele e, às vezes, pensar **contra** ele. Entrar nesse movimento de pensamento em sintonia com o(s) conceito(s) que está(ão) materializado(s) no texto lido.

Ao falarmos em uma etapa de conceituação, portanto, não se trata de, obrigatoriamente, fazer com que cada estudante crie um **novo** conceito. Não descartamos, em hipótese alguma, essa possibilidade. Mas não precisamos **exigi-la**. Ela pode ser decorrência da experiência de pensamento de um ou outro aluno, mas não podemos ter como objetivo geral que **todos criem conceitos**. O nosso objetivo é que os estudantes se coloquem em sintonia com os conceitos, que sejam capazes de pensar por si mesmos aquilo que já foi pensado. Que eles possam experimentar o pensamento no pensamento, ou, em outras palavras, que tenham a experiência do pensamento próprio, para que possam pensar autonomamente e, assim, exercer uma cidadania de fato, e não apenas de direito.

Experimentar o pensamento refazendo percursos de pensamento dos filósofos, sendo capazes de dialogar com os textos, de neles encontrar ferramentas conceituais para enfrentar os problemas que estamos investigando. Essa é a meta da etapa de conceituação, que finaliza os quatro passos didáticos de um aprendizado ativo da filosofia.

No livro do aluno, a etapa de conceituação está materializada na seção *Em busca do conceito*, que propõe atividades de diversos tipos (pesquisa, leitura, reflexão, compreensão, escrita) a fim de estimular o uso das ferramentas trabalhadas ao longo do capítulo. Espera-se que, a cada capítulo, ao menos uma atividade de escrita seja realizada, de modo a sistematizar, sintetizar e materializar os movimentos de pensamento realizados ao longo do estudo. Ao final da seção, é apresentada uma lista de sugestões de livros e de filmes acessíveis

aos estudantes, para que possam complementar seus estudos.

Com a realização desse movimento do pensamento em quatro etapas, objetiva-se um contato vivo, pulsante e inquietante com a filosofia. Mais do que nos dar respostas prontas, esse movimento nos coloca em uma busca incessante e permanente.

O uso de recursos digitais é algo que também deve ser considerado nesse trabalho. Sobre isso, o artigo a seguir, escrito pelo especialista Ismar Frango Silveira, oferece algumas orientações.

Materiais didáticos digitais

Ismar Frango Silveira

*Coordenador da CEIE – Comissão Especial de
Informática na Educação
SBC – Sociedade Brasileira de Computação*

Desde tempos remotos, o ser humano tem se defrontado com a necessidade de criar ferramentas com propósitos diversos, sendo o principal deles, possivelmente, o de facilitar a sua vida. Os computadores, essas valiosas ferramentas do nosso tempo, tão presentes e necessários no nosso dia a dia, não parecem ter a mesma presença no cotidiano das escolas, apesar de todo o seu potencial.

Sabemos que as escolas brasileiras enfrentam muitos problemas, para cuja resolução a ação do professor é fundamental. E isso se aplica também ao uso efetivo de computadores no ensino. Não se trata de nós, professores, ensinarmos nossos alunos a usar os computadores, a navegar na Internet ou a usar programas aplicativos – como editores de texto ou planilhas. Isso eles já sabem (melhor que nós, geralmente) ou podem aprender de maneira autônoma, sem a nossa ajuda. Lembremos que nossos alunos são o que se convencionou chamar de **nativos digitais** – crianças e adolescentes que nasceram em um mundo imerso em tecnologia.

Mesmo que – por condições sociais, geográficas ou culturais – esses alunos não tenham pleno acesso a computadores e Internet em suas casas, o mundo no qual eles vivem propicia uma série de oportunidades para que tenham contato com a tecnologia e para que esta venha a fazer parte de suas vidas, como aconteceu com o rádio e a TV para outras gerações. Grande parte de nós, professores, pertence ao grupo que se denomina **imigrantes digitais** – nascemos em uma época em que os computadores não eram onipresentes e tivemos contato com essas tecnologias depois do nosso processo de letramento. De maneira similar a pessoas que

imigram para outro país, podemos até dominar a “linguagem” do mundo digital, mas, para nós, ela não é nativa.

E o que esperam os nativos digitais de nós, imigrantes digitais, como seus professores? Na verdade, o que sempre esperaram: que os ensinemos dentro de nossas áreas de conhecimento, mas preferencialmente na “linguagem” que lhes é familiar. E de que maneira podemos nos comunicar nessa “linguagem” que não é familiar – e por vezes, nem mesmo amigável – para muitos de nós?

Uma questão que logo nos vem à mente é: para que fazer isso? Por que razões utilizar computadores em sala de aula? Podemos listar algumas das (muitas) razões:

- **Motivação:** o uso de computadores em si não garante uma motivação maior dos alunos. Esse uso deve ser cuidadosamente planejado e estar em sincronia com as demais atividades da disciplina. Em outras palavras, levar os alunos para a sala de computadores para atividades genéricas, sem foco, como “fazer pesquisas na Internet”, costuma ter pouca ou nenhuma eficácia. Entretanto, o uso de computadores com objetivos bem claros e diretamente associados aos tópicos do plano de ensino tende a ser uma atividade motivadora e com um bom potencial de impacto no aprendizado dos alunos.
- **Novas possibilidades de experimentos:** há muitos casos de atividades que requerem recursos específicos (como laboratórios de Física), ou que trazem algum tipo de risco (é o caso de algumas atividades de Química e Biologia, por exemplo) e que poderiam ser realizadas com simuladores virtuais, com segurança e sem custo. Há ainda atividades que não poderiam ser executadas em condições normais, para as quais distintas ferramentas computacionais podem ser usadas.
- **Aprendizagem autônoma:** os alunos podem desenvolver atividades fora do horário de aula com as ferramentas aprendidas com o professor, ou mesmo outras ferramentas buscadas e encontradas por eles na Internet.

Dessa maneira, os recursos digitais trazem um conjunto de novas possibilidades ao professor por proporcionar situações didáticas diferenciadas, que, de outro modo, não poderiam ser implementadas em sala de aula. Tais recursos não vêm substituir o material didático tradicional: muito pelo contrário, sua função é complementar o material já comumente utilizado pelo professor, ampliando as possibilidades do fazer docente.

E que recursos existem para ser usados? Há vários tipos de recursos, cada um com uma série de possibilidades didáticas. O Ministério da Educação entende por recursos digitais “vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas *web* e outros elementos”. Eles podem ser assim classificados:

- **Livros digitais** ou *e-books*: são versões digitais de livros em papel, ou de obras completas pensadas para o formato digital. Podem ser estáticos (como os livros em papel, contêm textos e imagens) ou dinâmicos (podem incluir vídeos, animações, simulações ou qualquer outro conteúdo dito multimídia – ou seja, que agrega várias “mídias”, ou formas de representação da informação).
- **Softwares educacionais**: são programas de computador feitos especificamente para fins educacionais. Em sua maioria, necessitam de instalação nos computadores (o que não é – ou não deveria ser – exatamente um problema), mas muitos são planejados para utilização sob orientação do professor, visando um resultado de aprendizagem mais efetivo. Um exemplo gratuito desses *softwares* é o GeoGebra (para aprendizagem de Matemática; <www.geogebra.org>).
- **Objetos de aprendizagem**: na prática, correspondem a todo e qualquer elemento digital que possa ser usado e reutilizado em situações de aprendizagem – de um texto em PDF ou um conjunto de *slides* a um simulador virtual, incluindo nessa definição também animações, vídeos, jogos digitais e outros tipos de recursos. Apesar de vários desses objetos serem encontrados de maneira simples por meio de buscadores da Internet, existem repositórios deles, que fornecem mais informações (chamadas “metadados”) sobre cada um, como autores, público-alvo, sugestões de uso, etc. Em âmbito nacional, o MEC mantém o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE; <objetoseducacionais2.mec.gov.br>), vasto repositório com grande variedade de objetos de aprendizagem.

- **Recursos educacionais abertos**: seguem a mesma linha dos objetos de aprendizagem, com a ressalva de que os elementos, além de utilizados e reutilizados, podem também ser modificados e adaptados livremente. O *site* <www.rea.org> traz uma série de informações a respeito.

Porém, que tipos de computadores são necessários para trabalhar com esses elementos? Muitos deles encontram-se disponíveis para uma boa variedade de dispositivos, desde computadores *desktop* (de mesa) e *notebooks*, a até mesmo *tablets* e *smartphones*. Já alguns *softwares* educativos apresentam algumas exigências técnicas para instalação (tipo específico de sistema operacional, quantidade mínima de memória no computador, etc.), enquanto alguns objetos de aprendizagem necessitam que determinados *plugins* (programas adicionais) estejam instalados.

Equipamentos e programas, entretanto, nada mais são do que ferramentas. E, como foi dito no início deste texto, ferramentas são criadas com o intuito de facilitar o nosso dia a dia. Assim, mais importantes que as ferramentas, são as pessoas que irão utilizá-las: os professores dispostos a ressignificar o seu papel como formadores de cidadãos plenamente aptos a tirar proveito das tecnologias de nosso tempo; e os alunos, que poderão manejá-los como veículos de informação, interação social, entretenimento e aprimoramento intelectual.

TEXTOS SOBRE A PERSPECTIVA DE DIDÁTICA FILOSÓFICA EXPLORADA NESTA OBRA

ASPIS, R.; GALLO, S. *Ensinar filosofia* – um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

GALLO, S. *Metodologia do ensino de filosofia* – uma didática para o Ensino Médio. Campinas: Papyrus, 2012.

TEXTOS SOBRE A SENSIBILIZAÇÃO A PARTIR DE FILMES

CABRERA, J. *O cinema pensa* – uma introdução à filosofia através dos filmes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. *De Hitchcock a Greenaway pela história da filosofia* – novas reflexões sobre cinema e filosofia. Rio de Janeiro: Nankin, 2007.

POURRIOL, O. *Cine filô* – as mais belas questões da filosofia no cinema. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROWLANDS, M. *Scifi = scifilo* – a filosofia explicada pelos filmes de ficção científica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

4 *Ensino de filosofia e interdisciplinaridade*

Uma característica central da filosofia é sua conexão com outras áreas, conforme destacam Deleuze e Guattari:

O conceito não é paradigmático, mas sintagmático; não é projetivo, mas conectivo; não é hierárquico, mas vicinal; não é referente, mas consistente. É forçoso, daí, que a filosofia, a ciência e a arte não se organizem mais como os níveis de uma mesma projeção e, mesmo, que não se diferenciem a partir de uma matriz comum, mas se coloquem ou se reconstituam imediatamente numa independência respectiva, uma divisão do trabalho que suscita entre elas relações de conexão.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 119-120.

Sendo o conceito um operador sintagmático, conectivo e vicinal, isto é, que está sempre se ligando a outros conceitos e a outras ideias, conectando-se e produzindo novos sentidos, fica evidente que não se pode tomar a filosofia de forma isolada. De todas as disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio, a filosofia é a única que podemos afirmar ser **interdisciplinar** em sua própria essência. Enquanto as ciências modernas ganharam autonomia na medida em que afirmaram sua singularidade disciplinar, a autonomia da filosofia reside justamente em sua percepção da multiplicidade, sem a definição de objetos únicos. De modo que aquilo que é pensado pela filosofia, na maioria das vezes é pensado também por outra(s) disciplina(s), sendo importante para ela o diálogo com essa outra maneira de abordar o mesmo objeto. Não se faz filosofia sem o diálogo aberto com as outras disciplinas.

No livro do aluno essa característica está presente. Ao longo dos capítulos, esse diálogo está afirmando

do nos momentos propícios. Em várias das atividades propostas na seção *Em busca do conceito*, a conexão com outras disciplinas enriquecerá a abordagem. Além disso, ao final de cada uma das cinco unidades do livro foi introduzida uma seção intitulada *Um diálogo com...*, na qual são propostas atividades e questões baseadas em textos diversos que solicitam o trato com conteúdos de outras disciplinas do currículo do Ensino Médio.

Seria interessante que, nos momentos de exposição/explicação dos tópicos dos capítulos, o professor explicitasse a relação com outras disciplinas. Por exemplo: ao trabalhar a emergência da filosofia na sociedade grega antiga, pode-se promover um diálogo com a história, examinando as características dessa sociedade; com a geografia, explorando as condições geográficas e suas implicações para o pensamento; e assim por diante. Outro exemplo: ao falar das teorias atomistas da filosofia grega, pode-se relacionar o assunto com a química e a física, explorando as semelhanças e diferenças nas noções antiga e contemporânea de átomo. Ou, ainda: ao trabalhar a emergência do método científico na modernidade, podem-se explorar as produções científicas em âmbitos como a matemática, a geometria, a física, a astronomia, de filósofos como Descartes, Newton e Berkeley, por exemplo.

O diálogo com as demais disciplinas do currículo do Ensino Médio certamente enriquecerá a reflexão filosófica experimentada em sala de aula e fora dela. E, além disso, explicitará aos alunos as múltiplas conexões da filosofia, deixando claro que ela não corresponde a um conhecimento isolado.

Conhecemos a anedota sobre Tales, que teria caído em um poço ao andar olhando as estrelas. Na contramão da anedota, pode-se evidenciar a filosofia como uma atividade do pensamento conectada ao tempo e ao mundo presentes, articulando os mais variados conhecimentos e saberes, de forma a enfrentar os problemas concretos que a vida cotidiana nos apresenta.

A seguir, reproduzimos um quadro elaborado por Ronai Pires da Rocha, que sintetiza as várias áreas de conhecimento e suas relações intrínsecas.

1) Eixos de conhecimento	2) Relações com o mundo	3) Relações conosco mesmos
Primeiro grupo: as ciências que privilegiam o eixo sintático do conhecimento humano.	São as chamadas “ciências formais”; a Lógica e a Matemática, que são centrais, preferencialmente, nas formas do raciocínio dedutivo. Elas não precisam dar conta da referência e verificação de enunciados no mundo. Pode-se dizer, aproximadamente, que o cientista investiga relações entre signos.	Neste grupo de ciências o estudioso dispõe do “estado da arte”: do léxico, regras de inferência, axiomas, etc. A dimensão semântica do conhecimento (“verdadeiro” e “falso”), nesse eixo, diz respeito à consistência das expressões, à validade do uso das regras de inferência, etc.
Segundo grupo: as ciências que privilegiam o eixo semântico do conhecimento humano.	São as chamadas “ciências materiais”: Física, Química, Biologia, baseadas em raciocínios teóricos e processos indutivos. Os enunciados são objetos de processos de verificação ou validação, com algum tipo de instanciação de natureza empírica, a partir de esquemas conceituais. O cientista investiga objetos desprovidos da dimensão cultural: os processos da natureza. O cientista deve dar conta das relações entre os signos (enunciados) e a realidade investigada.	Neste grupo de ciências o pesquisador precisa dispor do “estado da arte”: teorias, instrumentos, além de preservar a dimensão “sintática” do conhecimento (“verdadeiro” e “falso”) nesse âmbito diz respeito à adequação dos enunciados aos estados de coisas descritos.
Terceiro grupo: as ciências que privilegiam o eixo pragmático do conhecimento humano.	São as chamadas “ciências humanas”: Psicologia, História, Economia, Antropologia, etc. Elas têm por objeto o ser humano tomado como ser de sentido. O “sujeito” investiga “objetos-sujeitos”. Tanto o sujeito quanto os “objetos” possuem uma dimensão histórica, cultural, social, valorativa, etc.: as ações e os eventos são revestidos de sentido, isto é, não compreensíveis apenas como naturais.	Neste grupo de ciências, o pesquisador igualmente precisa dar conta das relações entre os signos (enunciados) e a realidade investigada. A dimensão semântica do conhecimento (“verdadeiro” e “falso”) diz respeito à adequação dos enunciados aos estados de coisa descritos. O pesquisador deve ter presente que seu esquema conceitual investiga um “sistema de sentido”, e isso exige mecanismos adicionais de segurança e validação do que afirma.

ROCHA, Ronai Pires. *Ensino de Filosofia e Currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 180.

5 O trabalho com textos filosóficos

O filósofo contemporâneo francês Pierre Lévy afirma que o pensamento utiliza-se de “tecnologias da inteligência”, ferramentas que moldam nossas formas de pensar.⁶ Segundo ele, podemos identificar, ao longo da história humana, três “polos do espírito”, cada um deles conformado segundo tecnologias da

inteligência específicas e estratégias de pensamento hegemônicas ou predominantes. Os três polos são o da “oralidade primária”, o da “escrita” e o da “informática”. A filosofia foi produzida e se desenvolveu segundo a lógica do polo da escrita; portanto, sua principal forma de codificação é o texto. Salvo raras exceções, a tradição da filosofia ocidental produziu-se e perpetuou-se por meio dos textos.

Daí a importância do trabalho com textos nas aulas de filosofia. Em larga medida, é por meio da leitura de textos filosóficos que aprendemos filosofia, e assim não podemos dispensar essa atividade no Ensino Médio.

6 LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Ed. 34, 1993.

Para o trabalho com textos em filosofia, partimos de três pressupostos:

- O estudo da história da filosofia é um exercício filosófico por natureza;
- Ler um texto é repensá-lo, e repensar é pensar;
- Há textos propriamente filosóficos e há textos não filosóficos; mas mesmo estes podem ser lidos filosoficamente, pelas questões que suscitam.

O trabalho com textos permitirá, assim, um exercício de pensamento que coloca os estudantes em contato direto com a prática filosófica e sua história. Sabemos que a leitura não é um exercício comum em nossa cultura e, portanto, não é algo fácil para a maioria dos alunos. Por essa razão, só será possível aprimorar a experiência de leitura com muito esforço e dedicação. Esse trabalho exige persistência; se desistirmos às primeiras dificuldades, pouco ou nenhum êxito teremos. É importante manter **disciplina** e **regularidade** na leitura, e isso pode ser estimulado e praticado nas aulas de filosofia.

Todo o nosso esforço didático consiste em sensibilizar o aluno para o estudo da filosofia. Se tivermos sucesso nesse esforço, as atividades de leitura de textos ganham sentido para ele. Porém, se simplesmente colocarmos em pauta o trabalho com textos, sem um esforço de sensibilização, os resultados podem ser deploráveis.

A sugestão é que o professor inicie o trabalho com textos de forma lenta e leve, aumentando gradativamente, ao longo do ano letivo e das três séries do Ensino Médio, a quantidade e o nível de exigência desse trabalho.

Apresentaremos a seguir, de forma resumida, algumas diretrizes para o trabalho com textos nas aulas de filosofia.

1. AS VÁRIAS POSSIBILIDADES DE LEITURA

Podemos distinguir, pelo menos, três possibilidades de leitura de um texto:

- leitura rápida: permite avaliar o conteúdo do texto, sem deter-se em seus detalhes e argumentações.
- leitura aprofundada: permite uma reflexão sobre o texto, um diálogo com o autor e com seus argumentos, aos quais contrapomos nossas próprias ideias.
- leitura alternada/mista: uma combinação dos dois processos anteriores, que nos permite passar de forma mais rápida por certas partes do texto e nos determos em outras, trabalhando com mais vagar.

Nas aulas de filosofia, é importante que os estudantes aprendam a distinguir entre esses tipos de lei-

tura e, com o tempo, saibam quando aplicar um ou outro. Isso só se adquire com exercício e treino. Seria interessante começar com exercícios de leitura rápida, de modo a saber identificar o conteúdo do texto, para depois passar a exercícios de leitura aprofundada. Apenas quando tiver alguma destreza nesses dois tipos de leitura é que o estudante estará apto a realizar uma leitura alternada.

2. DOCUMENTAÇÃO DE LEITURA

Os estudantes precisam ser orientados a documentar suas leituras, de modo a tornar mais fácil sua consulta posterior.

A técnica mais simples é grifar o texto, destacando as ideias principais, as partes mais importantes, as palavras desconhecidas. É importante orientá-los a criar uma notação própria para cada uma dessas situações. Pequenas anotações e comentários à margem do texto são também um exercício interessante, que pode tornar a leitura mais produtiva.

Dessa primeira forma de documentação derivam outras duas:

- as **fichas**: é sempre interessante anotar as leituras em fichas, criando um arquivo pessoal das leituras realizadas, o que facilita nossa referência posterior. Além disso, a escrita da ficha aprimora a própria atividade de leitura, de assimilação do texto e de reflexão sobre ele.
- o **caderno de vocabulário**: anotar em um caderno as palavras novas que descobrimos em um texto com seu respectivo significado torna-se um poderoso auxiliar no aprendizado da filosofia, pois temos uma fonte rápida e segura de consulta. O caderno de vocabulário não pode, porém, ser confundido com um dicionário, que em hipótese alguma o substitui. O caderno de vocabulário é mais uma documentação pessoal de leitura.

3. A EXPLICAÇÃO DE UM TEXTO

A leitura de um texto complementa-se com sua explicação, que não é nem uma dissertação, nem um comentário, nem uma paráfrase, nem uma reprodução ao pé da letra, mas a apresentação pessoal de um texto lido, levando em conta os seguintes aspectos:

- seu tema;
- a tese do autor;
- o movimento do texto (isto é, seus diferentes momentos e suas articulações);
- as noções filosóficas apresentadas no texto;
- uma análise da natureza e do alcance do texto.

A explicação do texto consiste em uma espécie de prova de leitura, na qual o leitor expõe aquilo que o autor realmente disse, não as suas opiniões a respeito.

4. O COMENTÁRIO DE UM TEXTO

O comentário é uma discussão mais ampla sobre um texto, uma reflexão pessoal sobre o tema, suscitada pelo texto, mas que pode ainda remeter a outros autores e variados pontos de vista sobre o tema.

O comentário pressupõe a explicação do texto, uma vez que só se pode comentar e debater aquilo que foi efetivamente compreendido. Sugere-se que se façam comentários de textos como exercícios complementares: o professor pode solicitar aos estudantes que escrevam uma explicação do texto lido, recolhê-la, ler, comentar, avaliar, para em seguida devolver aos alunos e pedir que refaçam, se for o caso, de acordo com as observações do professor, incluindo os comentários e opiniões pessoais. Após essa segunda etapa, recolher novamente para outra leitura, avaliação e comentários.

5. A DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

O trabalho com textos filosóficos, que se inicia com a leitura do texto, seu estudo, a reflexão em torno dele e exercícios de escrita, como a explicação e o comentário, só se conclui, de fato, com as técnicas de redação da dissertação filosófica.

A dissertação é um exercício privilegiado e completo, pois pressupõe a leitura e o estudo de textos e de filósofos, bem como um exercício de pensamento próprio, materializado no texto escrito. A dissertação filosófica é definida por Jacqueline Russ da seguinte maneira:

A dissertação filosófica representa, em nosso sistema de ensino, um exercício privilegiado. Distinta do trabalho literário, do ensaio de formato livre, mas distinta também da demonstração de tipo matemático, ela designa uma “demonstração-argumentação” rigorosa e metódica, convertendo sempre um enunciado em problema, de maneira a trabalhar para a solução deste, a determinar o problema sem jamais desintegrá-lo e a responder ao título do tema. Definitivamente, a dissertação assemelha-se a um exercício espiritual.

RUSS, J. *Os métodos em filosofia*.
Petrópolis: Vozes, 2010. p. 89.

Essa mesma autora alerta para o fato de que a dissertação filosófica é comumente confundida com outros tipos de escrita. É importante, pois, afirmar que ela **não é**:

- um **exercício de erudição**, que acaba por se tornar um “desfile de conhecimentos”, uma exposição de um grande conjunto de ideias e de leituras, de forma mais ou menos desconexa, apenas para fazer crer que aquele que escreve leu e estudou muito;
- um **exercício literário**, uma vez que a dissertação filosófica implica um trabalho com os conceitos que o exercício literário não foca;
- um **ensaio**, que embora possa ter uma dinâmica conceitual, não segue os protocolos de demonstração-argumentação da dissertação; enquanto o primeiro quer envolver o leitor por uma empolgação literária, a dissertação filosófica pede a adesão do leitor por meio de uma exposição argumentada e rigorosa.

É interessante a aproximação que Russ faz da dissertação filosófica com o “exercício espiritual”, que segundo Pierre Hadot era a forma privilegiada da filosofia na Antiguidade, mas também presente no mundo contemporâneo. Hadot define o exercício espiritual como um trabalho do pensamento, um exercício filosófico, um trabalho de si sobre si mesmo. O exercício espiritual é um trabalho de subjetivação, de constituição do sujeito. Por meio do trabalho do pensamento nós nos tornamos nós mesmos. Se tomamos, então, a dissertação filosófica como esse tipo de atividade, ela se coloca bem mais além de um mero exercício de escrita. Praticando a dissertação filosófica entramos no movimento mesmo da filosofia, da experimentação do pensamento e, com isso, nos construímos como sujeitos e como cidadãos.

É de grande importância, pois, que as aulas de filosofia preparem pouco a pouco os estudantes para produzirem suas dissertações, tanto como forma de “coroar” seus estudos de filosofia quanto de trabalhar sobre eles mesmos. A cada capítulo do livro do aluno sugerimos a realização de pelo menos uma dissertação filosófica. Recomendamos ao professor que realize o máximo possível esse tipo de atividade, começando da forma mais simples, com pequenos textos, que irão ficando mais complexos ao longo do tempo, à medida que o professor for elevando o nível de exigência, segundo o progresso dos alunos.

O artigo a seguir, escrito pela professora Ângela Kleiman, trata da competência leitora na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A leitura nas Ciências Humanas

Angela B. Kleiman

Ph.D em Linguística pela University of Illinois, Estados Unidos, desenvolve pesquisas sobre leitura e ensino.

Professora titular e colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Como todo professor que leciona uma disciplina cujo volume de leituras é muito elevado, você já deve ter se sentido frustrado alguma vez por seus alunos não conseguirem compreender sua matéria. O fato é que muitos deles não se interessam por ela porque têm grandes dificuldades para entender a informação no texto, conforme apontam os resultados de diversos testes de leitura.

A importância da leitura para a vida cotidiana e, sobretudo, para a vida na escola, espaço de aprendizagem e desenvolvimento intelectual por excelência, é inegável. Se o desinteresse de alguns alunos se deve ao fato de não terem consolidado seu hábito de ler, vale a pena o professor de História, Geografia, Filosofia ou Sociologia conhecer o que está envolvido no ensino da leitura e como essa capacidade pode ser desenvolvida, a fim de ajudar seu aluno. Lembremos que os professores de todas as disciplinas são também professores de leitura, pois são modelos de como ler os textos de sua área. Além disso, vale lembrar que é objetivo explícito nos currículos das disciplinas de Ciências Humanas o desenvolvimento de competências de leitura. No currículo de Filosofia, por exemplo, lemos, entre as habilidades visadas no 1º bimestre da 2ª série “desenvolver habilidades de leitura, escrita e planejamento investigativo para autonomia intelectual”⁷.

Apesar de toda sua importância, a leitura parece estar perdendo espaço na vida de um número expressivo de estudantes brasileiros, em parte por causa das novas mídias e novas tecnologias, em parte pelo acesso limitado que muitos alunos têm a livros, jornais, revistas e bibliotecas.

Considerados esses fatos, e para poder planejar algum tipo de intervenção didática, é importante que os professores das disciplinas da área das Ciências Humanas conheçam as principais **competências de leitura** esperadas do aluno, que precisa ter acesso a textos em prosa sobre assuntos polêmicos, reflexivos, complexos e abstratos, como os textos de História, Geografia, Fi-

losófia e Sociologia. Entre essas competências, temos:

a) **saber localizar informações explícitas:** o professor de Ensino Médio não precisa se preocupar demais com esta competência, pois é a mais exercitada pelo professor, pelo livro didático e a mais básica de todas as competências; muitas vezes o aluno aparenta entender porque suas respostas exigem apenas que reconheça palavras semelhantes na pergunta e no texto, como no exemplo a seguir:

Texto⁸: “... o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo”.

Pergunta: O que representa o endeusamento de rótulos?

Resposta: Representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo.

b) **inferir nas entrelinhas:** é a capacidade menos visada, a julgar pelo número de perguntas que demandam inferência no livro didático, e a mais importante para a formação do leitor independente. A inferência é demonstrada quando o aluno consegue tirar conclusões e perceber intenções, e é praticada quando são feitas perguntas precedidas pelas palavras **como** e **por que**: “Por que, segundo o autor, o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo?”. A inferência também é praticada quando são feitas perguntas que demandam uma **opinião** baseada na leitura do texto: “Você concorda com a opinião do autor, de que o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo? Justifique.”

c) **usar elementos não verbais, como gráficos, tabelas e figuras, para compreender o texto:** hoje os textos são multimodais, ou seja, recorrem a mais de uma modalidade: além de fotos, mapas, gráficos, ilustrações, tabelas, esquemas, infográficos, há diversos elementos gráficos, como tipografia, diagramação, cor, tamanho das fontes. O uso de todos esses recursos tem uma função, um sentido, e, na maioria das vezes, torna a leitura mais dinâmica. O livro didático pode ter um papel essencial nesse entendimento e o professor pode explorar essa leitura no próprio material; por isso é importante dirigir o olhar do aluno para sua organização: capí-

⁷ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 124. Disponível em: <www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

⁸ SINGER, André. *Ostentação*. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

tulos, geralmente subdivididos em tópicos e subtópicos bem destacados por cores, tamanho das letras, posição na página, etc.

- d) **estabelecer relações e comparar dados:** trata-se de uma das competências mais importantes na leitura crítica, geralmente pouco praticada em sala de aula, que abrange saber distinguir causas de consequências e fatos de opiniões relativas a ele; reconhecer diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em dois textos diferentes; tirar conclusões. Para desenvolver tal competência, o aluno deve ser capaz de perceber detalhes, como a seleção de vocabulário e os tipos de exemplos usados, e o professor pode ajudá-lo fazendo perguntas sobre esses aspectos.
- e) **identificar o tema de um texto expositivo ou informativo:** essa competência envolve também perceber as marcas que o autor e seus editores vão deixando nos títulos e subtítulos e na repetição de palavras, a fim de indicar que uma informação é mais importante do que outras, que é o tema ao qual as demais estão relacionadas. Chamar a atenção para o título e pedir hipóteses sobre o tema com base nele ou em uma ilustração são estratégias que podem ajudar o aluno nessa percepção. Por exemplo: há na primeira página do jornal uma chamada para o texto de opinião já mencionado, que se intitula “Autêntico, *funk* expõe vitória do capitalismo”. Logo em seguida, repete-se a frase sobre a vitória do capitalismo, citando – e portanto destacando – um trecho do texto de opinião: “Mas é mister observar que o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo”. Quando finalmente se lê o trecho no texto original, escondido no penúltimo parágrafo, parte do tema já foi repetida três vezes. Munidos desses conhecimentos, os alunos podem, de fato, ser orientados para a leitura de textos mais complexos das Ciências Humanas. Entretanto, para além desse saber, é importante destacar três princípios de caráter metodológico e didático, que devem ser levados em conta em relação à leitura:

1. Facilitação do texto

Todos nós evitamos fazer aquilo que é desagradável e procuramos fazer aquilo que nos dá prazer. Isso não é diferente quando se trata da leitura. Quando o aluno tem dificuldade para compreender a língua escrita, a atividade de leitura se torna desagradável. Dessa forma, se não existe alguém para orientá-lo, são poucos os que insistem nessa atividade, principalmente se não conhecem as vantagens e satisfações que a aprendizagem trará no futuro.

Acontece que, como em toda prática, quanto mais se lê, mais fácil vai ficando a atividade. O aluno que lê muito pouco desiste assim que encontra as primeiras dificuldades. Ou seja, quem mais precisa praticar é quem menos o faz; no entanto, o único meio de melhorar é pela prática. Mas, se os alunos não leem bem aquilo de que não gostam, leem bem o que gostam. A chave consiste, portanto, em fazer com que a leitura exigida pela escola se torne uma atividade menos penosa e mais prazerosa.

Tornar o contato com a leitura prazeroso exige a convivência contínua com professores que contem com seu entusiasmo por ela e com bibliotecários prestativos e generosos trabalhando em bibliotecas bem aparelhadas. Requer também acesso a um grande acervo: livros, revistas, jornais, hipertextos, inclusive os gêneros menos valorizados, como resumos ou versões condensadas, divulgações em revistas para adolescentes, histórias em quadrinhos, revistas noticiosas; enfim, textos mais acessíveis, que despertem uma curiosidade inicial e o desejo de ler.

Embora os conteúdos a serem ensinados sejam importantes, o professor pode levar para a aula textos literários ou jornalísticos que têm ou tiveram papel importante no seu letramento e na sua formação. Pode levar textos dos quais ele mesmo gosta, para mostrar aos alunos seu gosto pela leitura, e deve demonstrar suas próprias estratégias de leitor, fazendo perguntas que requeiram pensar, modelando aquelas que ele próprio se faz antes de começar a ler e explicando para seus alunos o que foi que lhe agradou ou chamou a atenção.

2. Flexibilização do currículo

Em áreas que se caracterizam pela presença forte de conteúdos estruturadores e pelo objetivo de engajamento social e atuante no mundo globalizado atual, a flexibilização do currículo é viável.

Numa disciplina como a Geografia, por exemplo, se um determinado conceito, como o aprofundamento da noção de território brasileiro, esteja previsto para o terceiro bimestre da 2ª série do Ensino Médio⁹, um acontecimento amplamente noticiado no primeiro bimestre que tem a ver com o território nacional deveria ser motivo para a alteração da ordem dos conteúdos ou para a substituição de um contexto de exemplificação por outro. Fatos que já são conhecidos

⁹ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 102. (3º bimestre, 1ª série do Ensino Médio).

dos alunos – seja qual for a mídia – tornam a aprendizagem dos conceitos abstratos mais fácil, porque o conhecimento prévio permite ancorar e estruturar o novo. Isso sem contar com as possibilidades de leituras interdisciplinares desses assuntos, o que também se constitui num elemento facilitador.

Quase diariamente há acontecimentos notáveis que requerem simplesmente que o professor passe a acreditar que os conceitos de sua matéria (densidade demográfica, por exemplo) e as práticas relevantes (como a leitura de mapas) possam ser ensinados – e, portanto, atingidos os objetivos do currículo – mesmo quando o foco no conteúdo determinado para esse período é momentaneamente mudado.

No início de 2013, por exemplo, a presença francesa no Mali e a queda de um meteoro na Rússia foram eventos que ocuparam as manchetes dos jornais: os textos jornalísticos poderiam servir tanto para a introdução de conceitos abstratos quanto para o exercício de habilidades consideradas importantes na disciplina, como desenvolver “a capacidade de associar padrões de desenvolvimento econômico e social às maneiras de realizar o controle preventivo de situações de risco naturais” ou “identificar elementos histórico-geográficos que expliquem o desencadeamento de conflitos étnico-culturais no mundo contemporâneo; ou a expansão do islamismo na África”¹⁰. Isso tudo é possível desde que a flexibilização do currículo passe a se constituir em um princípio didático valorizado.

Quando um acontecimento noticiado na mídia passa a ter um lugar central na aula, o aluno entra em contato, via leitura, com outras histórias que provavelmente terão muito mais chance de mudar sua forma de pensar sobre o próprio mundo e que ilustram muito melhor do que qualquer texto científico os conceitos de globalização e de transformação do espaço geográfico decorrentes das novas tecnologias de comunicação. Isso porque na grande maioria das vezes, os alunos só têm contato com esses textos científicos na escola, enquanto que um acontecimento noticiado mundialmente está mais próximo de sua realidade. Caberia portanto ao professor, nesse caso, mostrar aos alunos a relação entre o conceito abstrato encontrado no texto do livro e os fatos vividos pela sociedade, estejam eles apresentados em jornais, músicas, novelas, filmes. Trata-se simplesmente de não descartar aquilo que o aluno já conhece e que pertence a uma cultura de massa não valorizada pela escola.

3. (Re)contextualização situada

Esse princípio está ligado ao de flexibilidade, uma

¹⁰ op. cit., p. 110 (2º bimestre, 3ª série do Ensino Médio).

vez que somente um currículo mais flexível permite a (re)contextualização situada de conceitos e princípios básicos de uma determinada disciplina. O princípio envolve a abordagem de conceitos que são diretamente relevantes para a situação social do aluno, o que envolve, necessariamente, uma recontextualização de conceitos abstratos para a vida social.

Em relação a uma disciplina como a Sociologia, por exemplo, cujo princípio estruturador é uma atitude metodológica – de estranhamento e desnaturalização do fato social – mais do que um conjunto de conteúdos¹¹, o caráter especial do olhar sociológico, seletivo, distante, que refrata a realidade observada¹², pode ser desenvolvido se o aluno, mesmo aquele com dificuldades de leitura, puder construir um olhar comparativo tomando como um dos pontos de comparação fatos vivenciados, relevantes para seu próprio contexto e situação. Tais fatos, novamente, são recorrentemente encontrados em matérias jornalísticas sobre fenômenos sociais conhecidos dos alunos, mas que ele ainda não observou pelo prisma do olhar sociológico.

Um exemplo disso é o texto de opinião já citado, sobre o *funk* “Ostentação”, um canto falado que, em lugar de fazer denúncia social (como o *rap*), “exalta o poder de consumo que chegou às camadas de menor renda nos últimos anos”¹³. Conteúdos como “cultura, consumo, consumismo e comunicação de massa” ou “construção da identidade pelos jovens”¹⁴, que têm por finalidade levar o adolescente a compreender as formas em que “os jovens se relacionam com a sociedade de consumo e a produção de cultura”¹⁵, podem partir do processo de desnaturalização da prática de consumo que o referido texto de opinião (ou qualquer outro sobre a cultura juvenil local) promove, e a relação crítica do jovem pode ser desenvolvida tanto em

¹¹ op. cit., p. 135.

¹² Caracterização do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, segundo SARANDY, Flávio M, Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio. Revista *Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>. Acesso em: 24 fev. 2013.

¹³ SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

¹⁴ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 144. (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

¹⁵ op.cit., p. 144 (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

relação a esse fenômeno cultural da periferia quanto à atitude da elite brasileira ao lamentar a perda de valores que outros grupos sociais jamais demonstraram. O estranhamento advindo da reflexão crítica será o prisma usado na leitura, qualquer que seja a opinião do aluno, e o instrumento pelo qual será atingido será um texto jornalístico, atual, contextualizado e que permita o reposicionamento do próprio aluno.

Com base nos três princípios discutidos – facilitação do texto, flexibilização do currículo e (re)contextualização situada – o professor das disciplinas de Ciências Humanas pode fazer uso dos enormes acervos à nossa disposição, graças às novas mídias e tecnologias, até encontrar o texto e o tema que terão grande

apelo com o aluno e o motivará a fazer mais leituras, aumentando suas chances de se tornar mais um leitor à vontade com as múltiplas práticas letradas.

Pelo fato de ser leitor proficiente, muitas habilidades leitoras parecem óbvias para o professor, como se fossem naturais a qualquer ser humano. Entender o sumário, o índice remissivo e o funcionamento do livro didático, por exemplo, ou falar sobre a importância da leitura das imagens para a construção do sentido do texto não são estratégias óbvias para o aluno que ainda tem dificuldades para compreender o que lê, mas podem, mesmo que tardiamente, ser aprendidas e exercitadas, especialmente com textos relevantes para a área e para a vida social do aluno.

TEXTOS SOBRE METODOLOGIAS DE TRABALHO COM TEXTOS

ARONDEL-ROHAUT, M. *Exercícios filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAUNDERS, C. et al. *Como estudar filosofia – guia prático para estudantes*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TEXTO SOBRE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E DE PESQUISA

SEVERINO, A. J.; SEVERINO, E. S. *Ensinar e aprender com pesquisa no Ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 2012.

6 A avaliação no ensino de filosofia

A lógica da instituição escolar está centrada nas táticas de avaliação. Em *Vigiar e punir*, Foucault afirma que foi a técnica do **exame** que permitiu que, na modernidade, a pedagogia se constituísse como ciência. Isso não é nada desprezível e precisamos estar atentos às questões de poder envolvidas nas várias metodologias e práticas de avaliação.

Porém, não podemos desprezar o potencial formativo da avaliação. É inegável que o acompanhamento minucioso dos processos de aprendizagem produz efeitos de potencialização e intensificação nesses processos.

A questão que se apresenta é: quando adotamos um ensino de filosofia como prática do pensamento, como exercício espiritual, como experiência com o conceito, o que, como e quando avaliar?

A sugestão que permeia o livro do aluno é o trabalho de avaliação centrado na redação das dissertações filosóficas. O professor pode buscar outros elementos que possam ser avaliados no processo, como a capacidade de argumentação, a participação em debates, etc. Mas parece-nos que a dissertação filosófica dá à avaliação uma materialidade e uma “objetividade” que outras técnicas não permitem. Por meio dela, é possível avaliar o processo de estudo do aluno, bem como os resultados a que ele efetivamente chegou. É possível, ainda, acompanhar seus progressos durante o ano letivo.

Como etapas intermediárias, pode-se também avaliar outros exercícios de escrita, como a produção de explicações e comentários de texto.

Se o professor conseguir trabalhar, por exemplo, uma atividade de dissertação por bimestre, terá bons elementos a serem avaliados.

O artigo a seguir, escrito pelo professor português radicado no Brasil Desidério Murcho, propõe interessantes reflexões sobre a possibilidade de uma avaliação objetiva no ensino de filosofia e desfaz uma série de mitos.

Avaliação em filosofia e subjetividade

A ideia de que a avaliação em filosofia é necessariamente subjetiva, ao contrário do que acontece em disciplinas como a física, a história ou a matemática, é o resultado de uma confusão que estas páginas visam esclarecer. Não está tanto em causa defender que a avaliação em filosofia é objetiva, mas antes defender que é falsa a dicotomia entre disciplinas cuja avaliação é objetiva e outras cuja avaliação é subjetiva. Na verdade, as disciplinas que geralmente se pensa serem susceptíveis de uma avaliação mais objetiva são, em virtude deste mito, objeto de uma avaliação imensamente subjetiva.

A ideia em que se baseia este mito é a seguinte: Numa disciplina como a matemática, a física ou a lógica a avaliação pode ser perfeitamente objetiva porque uma equação foi bem ou mal resolvida; um cálculo ou fórmula da física foi bem ou mal realizado; os passos de uma demonstração lógica estão todos corretos ou não. Assim, a avaliação é completamente objetiva porque trata-se apenas de ver se o estudante resolveu bem a equação, ou realizou bem o cálculo, ou demonstrou bem o argumento.

Que esta ideia é fantasiosa começa a perceber-se quando nos perguntamos que pesos relativos dar a cada erro ou a cada acerto. Uma demonstração lógica correta com apenas um deslize, que cotação recebe? Um estudante que apresenta uma demonstração correta, mas cinzenta, deve ter a mesma classificação de um estudante que apresenta uma demonstração igualmente correta, mas particularmente brilhante?

Como se vê, a pretensa objetividade na avaliação de disciplinas deste tipo começa a cair por terra. Pior ainda acontece quando nos apercebemos que a escolha dos materiais sujeitos à avaliação e o modo como tais materiais são apresentados estão longe de ter o grau de objetividade que o mito apresenta. Pois imagine-se dois professores, X e Y, de ou matemática ou física. X ensina apaixonadamente os seus estudantes, detém-se na compreensão das coisas, dá-lhes uma imagem real da disciplina, não esconde os problemas em aberto, exige-lhes que pensem e compreendam. Y limita-se a dar aulas cinzentas, automáticas, treinando os seus estudantes como macacos para escrever carreiras de símbolos no papel cujo significado lhes escapa. X e Y vão agora avaliar os seus alunos. E X faz testes nos quais os estudantes têm de mostrar que compreendem o que estudaram; Y faz testes para macacos e papagaios, que consistem unicamente em continuar a pôr no papel os intermináveis símbolos e fórmulas que há meses andam a escrever nos cadernos. E agora vamos ver os resultados. O aluno X teve X como professor e teve um 16; é um aluno inteligente, que compreende razoavelmente o que estudou,

apesar de lhe escapar alguns aspectos. O aluno Y teve Y como professor e teve também 16; mas é um aluno absolutamente bronco, incapaz de compreender a diferença entre um sapato esquerdo e direito, mas que à força de decorar métodos mecânicos e de escrever fórmulas que não percebe acabou por apanhar a coisa. E aqui temos a pretensa objetividade da avaliação destas disciplinas em todo o seu esplendor: é um mito.

E é um mito por quê? Porque a objetividade na avaliação não depende apenas de saber se o teste pode ser classificado automaticamente, mas igualmente de saber que métodos e conteúdos foram escolhidos pelo professor nas suas aulas, que quer ele realmente ensinar e como está ele a tentar fazer isso. Se tudo o que o professor quer ensinar é a repetir fórmulas e palavras e datas e fatos, então vive na mais perfeita das ilusões da avaliação objetiva. O preço a pagar é um ensino tonto, frio, distante da realidade, formalista e sem futuro. E os seus estudantes melhor classificados ficam pior preparados do que os estudantes mais fracos do professor que procura dar uma imagem realista da disciplina, apelando à compreensão do que está em causa e ao sentido crítico do estudante, exigindo raciocínio e castigando o *repetitorium*.

Em suma, o mito da avaliação objetiva em disciplinas como a matemática ou a física é conseguido à custa de transformar estas disciplinas em imagens pálidas do que na realidade são. E a consequência é um empobrecimento do ensino e a impossibilidade da sua excelência.

Contudo, isto não significa que toda a avaliação é subjetiva, no sentido ridículo de tudo depender das idiosincrasias do professor, das suas preferências e manias, preconceitos e ódios de estimação. A avaliação que se rege por estes parâmetros — e infelizmente há muita a reger-se por eles — é apenas uma farsa infeliz de quem é incapaz de ser um bom professor. Ora, é precisamente quando comparamos este tipo de avaliação, verdadeiramente subjetiva, com o que acontece na avaliação em filosofia concebida pelos melhores professores que compreendemos duas coisas: que o que conta não é saber se a avaliação é objetiva ou subjetiva, mas justa e correta, ou injusta e incorreta; e que o pretense contraste entre disciplinas como a lógica ou a matemática e a filosofia é enganador, sendo possível conceber uma avaliação muito mais justa e correta em filosofia do que muitas formas correntes de avaliação em lógica ou matemática.

Assim, o primeiro aspecto a ter em conta na avaliação é decidir o que se vai avaliar. Evidentemente, isto só pode fazer-se decidindo primeiro o que vai lecionar-se. E esta é a primeira escolha fundamen-

tal, que vai determinar a avaliação. Saber escolher as matérias adequadas é fundamental: os aspectos fundantes e fundamentais das disciplinas em causa, que permitirão ao estudante uma progressão segura na compreensão das coisas. Não se pode, pois, decidir lecionar seja o que for que “dá jeito para avaliar” – nem aquilo que o professor mais gosta porque gosta. Veja-se um mau exemplo do ensino da lógica aristotélica: como é muito fácil e dá a ideia de objetividade, decide-se ensinar as regras dos silogismos e a determinar se um dado silogismo é ou não válido percorrendo as regras uma a uma. O que fica de fora é a compreensão do que é um argumento silogístico, da razão de ser daquelas regras, dos limites e importância da teoria lógica de Aristóteles; ficam ainda de fora noções centrais como a de validade por oposição a verdade, argumento sólido por oposição a argumento meramente válido, falácia por oposição a validade, e argumento dedutivo por oposição a outros tipos de argumentos. O resultado final é uma avaliação aparentemente mais objetiva, mas que na verdade é pior do que uma avaliação baseada nestes conteúdos, de longe mais importantes do que saber decorar meia dúzia de regras e saber usá-las mecanicamente.

Quando se abandona o mito do contraste na avaliação entre disciplinas como a matemática ou a lógica e disciplinas como a filosofia, compreende-se

que o que conta é o rigor e a qualidade da avaliação, e que o que está em causa não é ser objetivo ou subjetivo, mas ser mais ou menos objetivo. Ora, avaliar corretamente um estudante em filosofia é uma tarefa tão objetiva quanto avaliar corretamente um estudante de lógica ou matemática. É só uma questão de saber escolher os conteúdos a lecionar, de saber como se fazem perguntas e de saber como se avaliam respostas. Mas tudo isto supõe um domínio sólido da disciplina, uma compreensão abrangente da disciplina e da sua importância, sendo, portanto contrário ao registro do funcionário público que se limita a cumprir mais uma formalidadezinha – é que, como dizia Eça de Queirós, a formalidadezinha mais importante no ensino é que é preciso saber.

Ora, quando se sabe, sabe-se o que é mais importante e fundamental em cada área; por onde se deve começar; e como se deve ensinar e avaliar. No livro *O lugar da lógica na filosofia* (Plátano, 2003) dou vários exemplos de como se avalia corretamente e incorretamente em lógica; e no manual *A arte de pensar* (Didáctica, 2003) é também nítido como se pode avaliar em filosofia com segurança e sem o mito da subjetividade. O propósito deste artigo foi tão-só o de sacudir o mito da subjetividade da avaliação em filosofia. Agora, é necessário cumprir a tal formalidadezinha a que Eça se referia.

MURCHO, D. *Avaliação em filosofia e subjetividade*.

Disponível em: <<http://criticanarede.com/subscrever.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

TEXTO DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ASPIS, R.; GALLO, S. *Ensinar filosofia* – um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

7 Fontes de pesquisa complementar para o professor

OBRAS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTA

Dicionários de filosofia

* As obras assinaladas com asterisco indicam dicionários com preocupação didática de serem acessíveis aos estudantes.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUNGE, M. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CANTO-SPERBER, M. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003. 2 v.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRATER MORA, J. *Dicionário de filosofia*. 3. ed. Versão abreviada. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. 4 tomos.

GIACOIA JUNIOR, O. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006.

HUISMAN, D. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

*JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICKEN, F. (Org.). *Dicionário de teoria do conhecimento e metafísica*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

*RUSS, J. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994.

História da Filosofia

CAILLÉ, A.; LAZZERI, C.; SENELLART, M. (Org.). *História argumentada da filosofia moral e política – a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. v. 1 e 2.

HUNNEX, M. *Filósofos e correntes filosóficas em gráficos e diagramas*. São Paulo: Ed. Vida, 2003.

PECORARO, R. (Org.). *Os filósofos – clássicos da filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2008. 3 v.

REALE, G.; ANTISSEI, D. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990. 3 v.

FONTES DE PESQUISA ON-LINE

ANTOLOGIA DE TEXTOS FILOSÓFICOS. SEED-PR. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – ANPOF (destaque para a seção “Filosofia na escola”, que aborda temas relativos ao Ensino Médio). Disponível em: <www.anpof.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2013.

DICIONÁRIO ESCOLAR DE FILOSOFIA. Plátano Editora (Portugal). Disponível em: <www.defnarede.com>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ENSINO DE FILOSOFIA (*blog* destinado a pesquisas, debates, novas publicações e eventos sobre filosofia no Ensino Médio). Disponível em: <<http://filosofiaensina.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FILOSOFIA NA ESCOLA (*blog* do projeto Filosofia na Escola, do curso de filosofia da Universidade de Caxias do Sul). Disponível em: <<http://filescola.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FILOSOFIA NA ESCOLA (*blog* editado por Marcelo Guimarães, com uma extensa lista de *links* de interesse para o ensino de filosofia). Disponível em: <<http://filoescola.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

GUAIKURU (*blog* de filosofia contemporânea editado por Maurício Rocha). Disponível em: <www.guaikuru.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2013.

LABORATÓRIO DE ENSINO DE FILOSOFIA GERD BORNHEIM. Faculdade de Educação – UFRJ. Disponível em: <www.lefgeb.fe.ufrj.br>. Acesso em: 20 abr. 2013.

LABORATÓRIO DE LICENCIATURA E PESQUISA SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA – UERJ. Disponível em: <www.lpefil-uerj.net>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do professor. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PORTAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO. Núcleo de Estudos Filosóficos da Infância – UERJ. Disponível em: <<http://filoeeduc.org>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PROJETO PAIDEIA. Pibid – Filosofia da UnB. Disponível em: <<http://projetoaideia.wordpress.com>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Área de filosofia. Disponível em: <<http://filosofia.seed.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

Bibliografia geral sobre ensino de filosofia

ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio – ambiguidades e contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARONDEL-ROHAUT, M. *Exercícios filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASPIS, R.; GALLO, S. *Ensinar filosofia – um livro para professores*. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BERTTOLINI, M. et al. *Materiales para la construcción de cursos de filosofía – ¿que és la filosofía?*. Montevideo: Ed. A-Z, 1997.

BERTTOLINI, M.; LANGON, M. *Diversidad Cultural e Interculturalidad – propuestas didácticas para la problematización y la discusión*. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2009.

BRASIL-MEC/SEMT. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

CANDIDO, C.; CARBONARA, V. (Org.). *Filosofia e ensino – um diálogo transdisciplinar*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

- CARNEIRO, A. A. *Novo ensino da filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- CARMINATI, C. J. *Professores de filosofia – crise e perspectivas*. Itajaí: Ed. Univali, 2006.
- CASTRO, E. A.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, P. (Org.). *Educando para o pensar*. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- CEPPAS, F.; OLIVEIRA, P. R.; SARDI, S. A. (Org.). *Ensino de filosofia – formação e emancipação*. Campinas: Alínea, 2010.
- CERLETTI, A. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COMTE-SPONVILLE, A. *Uma educação filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CUNHA, J. A. *Filosofia na educação infantil*. Campinas: Ed. Alínea, 2002.
- DANIEL, M.-F. *A filosofia e as crianças*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- DERRIDA, J. et al. *La grève des philosophes – école et philosophie*. Paris: Osiris, 1986.
- DERRIDA, J. *Du Droit à la Philosophie*. Paris: Galilée, 1990.
- EVANGELISTA, F. *O pensar e o agir eticamente*. Florianópolis: Sophos, 2003.
- _____.; GOMES, P. de T. (Org.). *Educação para o pensar*. Campinas: Alínea, 2003.
- FÁVERO, A.; RAUBER, J. J.; KOHAN, W. O. (Org.). *Um olhar sobre o ensino de filosofia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- FERREIRA, M. L. R. (Coord.). *Ensinar e aprender filosofia num mundo em rede*. Lisboa: Universitas, 2012.
- FIGUEIREDO, V. de. *Seis filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006.
- _____. *Filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2007. v. 2.
- FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Org.). A filosofia e seu ensino. *Cadernos Cedes*, v. 24, n. 64. Campinas: Cedes, set./dez. 2004.
- _____. *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Ensino de filosofia: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- _____. (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GALLO, S. *Metodologia do ensino de filosofia – uma didática para o Ensino Médio*. Campinas: Papirus, 2012.
- GOTO, R.; GALLO, S. (Org.). *Da filosofia como disciplina: desafios e perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2011.
- GUSDORF, G. *Professores para quê?* São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HENNING, L. M. P. (Org.). *Apoio ao ensino de filosofia nas séries iniciais*. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- HEUSER, E. M. D. *Pensar em Deleuze – violência e empirismo no ensino de filosofia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.
- HORN, G. B. *Ensinar filosofia – pressupostos teóricos e metodológicos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- HÜHNE, L. M. (Org.). *Fazer filosofia*. Rio de Janeiro: Uapê, 1994.
- JOSÉ, E. T. (Comp.). *Propuestas para enseñar a filosofar com temas transversales*. Salta: Ed. U.N.Sa., 2001.
- KLUMB, I. M. *Diário de um professor de filosofia*. Rio de Janeiro: Uapê, 1997.
- KOHAN, W. O. *Filosofia para crianças*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____.; CERLETTI, A. A. *A filosofia no Ensino Médio*. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- _____.; KENNEDY, D. (Org.). *Filosofia e infância*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____.; LEAL, B.; RIBEIRO, Á. (Org.). *Filosofia na escola pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____.; WAKSMAN, V. (Org.). *Filosofia para crianças na prática escolar*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Filosofía para niños – discusiones y propuestas*. Buenos Aires: Ed. Novedades Educativas, 2000.
- KOHAN, W. O.; WUENSCH, A. M. (Org.). *Filosofia para crianças*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KOHAN, W. (Org.). *Ensino de filosofia – perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- _____. *Infância. Entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. (Org.). *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- _____. (Org.). *Lugares da infância: filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- _____. (Org.). *Políticas do ensino de filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- _____; XAVIER, I. M. (Org.). *ABeCedário de criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- KOHAN, Walter. *Filosofia – o paradoxo de aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LIMA, M. A. C. *A pesquisa-ação e o ensino de filosofia*. Curitiba: CRV, 2013.
- _____. *O ensino de filosofia e suas contradições*. Gov. Valadares: Ed. Univale, 2002.
- LIPMAN, M. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- LORIERI, M. A. *Filosofia: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAAMARI, A. M.; BAIROS, A. T. C.; WEBER, J. F. (Org.). *Filosofia na universidade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- MARNOTO, I. (Coord.). *Didática da filosofia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
- MATTHEWS, G. *A filosofia e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MEYER, M. *A problematologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- NETO, H. N. (Org.). *O ensino da filosofia no 2º grau*. São Paulo: Ed. SEAF, 1986.
- NOBRE, M.; TERRA, R. *Ensinar filosofia – uma conversa sobre aprender a aprender*. Campinas: Papirus, 2007.
- OBIOLS, G. *Uma introdução ao ensino da filosofia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- PALÁCIOS, G. A. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- PANCIROLI, E. L. et al. *Análisis de los currículos de filosofía en el nivel medio en Iberoamérica*. Madrid: OEI, 1998.
- PERINE, M. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.
- PIOVESAN, A.; EIDT, C.; GARCIA, C. B.; HEUSER, E. M. D.; FRAGA, P. D. (Org.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- PORTA, M. A. G. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.
- QUINTELA, M. *Problemas filosóficos em el imaginario social de nuestra época*. Montevideo: Ed. A-Z, 1997.
- RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- RIBAS, M. A. C. et al. *Filosofia e ensino – a filosofia na escola*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- ROCHA, R. P. da. *Ensino de filosofia e currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula – teoria e prática para o Ensino Médio*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- ROLLA, A. B. M.; SANTOS NETO, A. dos; QUEIROZ, I. P. (Org.). *Filosofia e ensino – possibilidades e desafios*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SABOIA, B. *A ditadura brasileira e o ensino de filosofia*. São Luís: Ed. UFMA, 2001.
- SARDI, S.; SOUZA, D. G.; CARBONARA, V. (Org.). *Filosofia e sociedade: perspectivas para o ensino da filosofia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- SAUNDERS, C. et al. *Como estudar filosofia – guia prático para estudantes*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SILVEIRA, R. J. T. *A filosofia vai à escola?* Campinas: Autores Associados, 2001.
- _____. *Mathew Lipman e a filosofia para crianças: três polêmicas*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- _____; GOTO, R. (Org.). *Filosofia no ensino médio – temas, problemas e propostas*. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. *Filosofia na escola: diferentes abordagens*. São Paulo: Loyola, 2008.
- TOMAZETTI, E. M.; GALLINA, S. F. S. (Org.). *Territórios da prática filosófica*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2009.
- TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TUGENHADT, E.; VICUÑA, A. M.; LÓPEZ, C. *O livro de Manuel e Camila – diálogos sobre moral*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- VASQUEZ, G. H. et al. *La enseñanza de la filosofía en el nivel medio: tres marcos de referencia. Cuadernos de la OEI – Educación: currículos y didácticas I*. Madrid: OEI, 1998.
- VELASCO, P. del N. *Educando para a argumentação – contribuições do ensino da lógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- WILSON, J. *Pensar com conceitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

9 Estrutura do livro do aluno e sua utilização

A obra está organizada em cinco unidades temático-problemáticas, cada uma delas composta por três capítulos. A primeira unidade (*Como pensamos?*) tem um caráter introdutório. Seu objetivo é apresentar ao aluno o pensamento filosófico e convidá-lo à sua prática. O capítulo 1 introduz a filosofia como pensamento, como enfrentamento dos problemas vivenciados pelos seres humanos no mundo. Apresenta o pensamento como uma ferramenta de transformação e a filosofia como o exercício de um pensamento conceitual. O capítulo 2 apresenta as relações da filosofia com outras formas de pensar, com destaque para aquelas com as quais mantém relações que tendem a ser mais conflituosas: o mito, a religião e o senso comum. O capítulo 3 aborda a ciência e a arte como “potências do pensamento”, na expressão de Deleuze e Guattari; estas compõem com a filosofia três formas de pensamento criativo.

A segunda unidade (*O que somos?*) está dedicada a pensar o ser humano. O primeiro capítulo trata de problemas centrais da antropologia filosófica – as dificuldades do autoconhecimento, o humano como corpo e alma, a discussão conceitual em torno de uma natureza humana e uma condição humana –, e encerra-se com considerações a respeito de uma filosofia da existência, tal como pensada no século XX. O capítulo 2 trata da linguagem e da cultura como fenômenos humanos, com ênfase no impacto da primeira no pensamento filosófico. No terceiro capítulo são trabalhados os problemas da corporeidade, do gênero e da sexualidade em uma perspectiva filosófica.

A unidade 3 (*Por que e como agimos?*) trata da problemática da ética. O capítulo 1 está centrado na noção de valor, problematizando o ato de escolher e a liberdade. O segundo capítulo aborda as concepções clássicas da ética como teoria do agir humano. Foca aquelas que orientam a ação para a felicidade, privilegiando Aristóteles, e as que afirmam uma orientação a partir do dever, privilegiando o pensamento de Kant. No capítulo 3, é tratada a ética como condução da vida. São apresentadas e discutidas as três escolas filosóficas antigas que lidaram com essa problemática (cinismo, estoicismo e epicurismo), bem como a abordagem contemporânea dada a esta perspectiva por Foucault, ao tratar a ética como uma “estética da existência”.

Na quarta unidade (*Como nos relacionamos?*), o tema-problema central é a política. O primeiro capítulo

discute conceitualmente o poder e como ele permeia as relações humanas, para em seguida apresentar as matrizes do pensamento político grego antigo, com Platão e Aristóteles, e a emergência de uma nova forma de pensar a política no renascimento, com Maquiavel e La Boétie. No capítulo 2 é trabalhado o pensamento político moderno, tomando como centralidade a noção de Estado e a relação dos indivíduos com essa instituição. São tratadas as diferentes concepções de contrato social e, em seguida, as críticas ao Estado construídas no século XIX. O capítulo 3 fecha a unidade com leituras políticas do século XX: o estudo dos totalitarismos, com Hannah Arendt; disciplina e biopoder, com Michel Foucault; e a noção de sociedades de controle, com Gilles Deleuze.

A unidade 5 está estruturada em torno dos *Problemas contemporâneos*, tratados em três grandes blocos. O primeiro deles (capítulo 1) é dedicado aos problemas do conhecimento e dos limites da ciência. Se a ciência foi apresentada na unidade 1 como uma das “potências do pensamento”, aqui ela é problematizada em uma perspectiva filosófica. Discute-se tanto o positivismo e a emergência de uma tecnociência nos séculos XIX e XX quanto as peculiaridades das ciências humanas, finalizando com uma abordagem das questões políticas relativas ao conhecimento. O capítulo 2 trata da problemática política contemporânea, com centralidade na democracia. Ela é abordada por duas concepções filosóficas contemporâneas bastante distintas entre si: a de Antonio Negri e a de Jacques Rancière. Por fim, no capítulo 3 são abordados os problemas contemporâneos de ética, também organizados em três blocos: aqueles relativos à vida (bioética); os relativos ao mundo empresarial e à política; e aqueles relativos às relações do ser humano com a natureza.

Essa estrutura de 15 capítulos organizados em 5 unidades foi planejada para ser trabalhada ao longo das três séries do Ensino Médio. Em princípio, sugere-se trabalhar com uma unidade por semestre, na sequência em que são apresentadas no livro. Dessa forma, no primeiro ano seriam trabalhadas as unidades 1 e 2 (problemáticas do conhecimento e do ser humano); no segundo ano, as unidades 3 e 4 (problemáticas da ética e da política); e no terceiro ano, a unidade 5, cujos capítulos são ligeiramente mais longos e podem oferecer desdobramentos que precisem de um maior tempo de desenvolvimento.

Essa estruturação, porém, não é estanque. O professor pode escolher uma sequência completamente diferente na abordagem das unidades e capítulos, de

acordo com seus interesses e preferências de trabalho, bem como de acordo com as especificidades de cada escola. Embora todas as unidades e capítulos estejam interligados, eles são autônomos entre si, de modo que não é necessário seguir a estrutura lógica de organização aqui apresentada.

Outra forma interessante de abordagem seria trabalhar cada um dos capítulos da unidade 5 em uma das séries do Ensino Médio, centrando as aulas de filosofia na abordagem dos problemas contemporâneos para, a partir deles, visitar as demais unidades. Apenas a título de exemplo: poder-se-ia trabalhar no primeiro ano do Ensino Médio o capítulo 1 da unidade 5 (problemas do conhecimento) e, a partir dele, trabalhar a unidade 1 (pensamento, conhecimento e seus tipos) e o primeiro capítulo da unidade 2 (conhecimento humano de si mesmo). No segundo ano, o ponto de partida seria o capítulo 2 da unidade 5 (problemas políticos), para em seguida trabalhar a unidade 4 (política) e o segundo capítulo da unidade 2 (linguagem e cultura). Para o terceiro ano, ficaria o capítulo 3 da unidade 5 (problemas éticos), que remeteria para a unidade 3 (ética) e para o capítulo 3 da unidade 2, que trata de corporeidade, sexualidade e gênero.

Evidentemente, também nesse tipo de abordagem o professor pode alterar essa ordem, escolhendo com qual bloco problemático prefere iniciar, assim como também pode alterar a sugestão de articulação com as demais unidades. Qualquer combinação é possível, a depender do tipo de trabalho que o professor queira desenvolver.

Cada capítulo do livro é composto por três seções principais:

- **Colocando o problema:** Nesta seção, o tema-problema é introduzido, em geral, a partir de um filme, uma letra de música ou um poema. Espera-se que o professor realize atividades de sensibilização, podendo acrescentar outros elementos: por exemplo, apresentar um filme ou uma cena de um filme, ou mesmo uma imagem; colocar uma música e apresentar a letra; trabalhar uma história em quadrinhos, um poema, um conto. Enfim, a ideia é que se chame a atenção dos estudantes para aquilo que será estudado no capítulo, debatendo os vários aspectos dessa questão, a partir de uma perspectiva problematizante. O objetivo é que os estudantes, sensibilizados pelo tema, possam percebê-lo como um problema a ser enfrentado filosoficamente, isto é, por meio do pensamento conceitual.

- **A filosofia na história:** É a seção mais longa do capítulo, pois corresponde à etapa da investigação. Nesta seção, o texto apresenta diferentes abordagens filosóficas ao longo da história, procurando mostrar distintas construções conceituais produzidas para o enfrentamento da problemática colocada no início do capítulo. Procura-se, nesta seção, abranger a diversidade filosófica, apresentando diferentes pensadores, de distintas linhas de pensamento.

A parte final da seção é sempre composta por textos filosóficos, em uma subseção intitulada *Trabalhando com textos*. Chama-se a atenção para o fato de não se tratarem de textos complementares. Eles não aparecem no capítulo como complemento ao que foi exposto. Ao contrário, são parte da exposição e do tratamento do tema, com a intenção de promover um aprofundamento no diálogo com os próprios filósofos. Na etapa de investigação conceitual na história da filosofia, é fundamental o contato com textos dos próprios filósofos, e a introdução desses trechos objetiva oferecer um contato mínimo com eles. É desejável que o professor explore em sala de aula o trabalho com os textos e, se possível, inclua outros trechos, textos mais longos, textos de outros filósofos e assim por diante.

Dependendo da forma de trabalho do professor, é possível começar a explorar a problemática do capítulo por essa subseção, logo após a sensibilização. O texto filosófico seria a primeira exploração na etapa de investigação, para depois serem trabalhados os demais conteúdos do capítulo. Espera-se que o professor avalie qual estratégia funciona melhor em cada escola, em cada turma.

A proposta do livro é que tanto o texto didático quanto os textos filosóficos sejam trabalhados em sala de aula, por meio de atividades de leitura, interpretação e debate coletivo. Após cada texto filosófico, são apresentadas algumas questões, que visam nortear a leitura e explorar seus pontos essenciais.

- **Em busca do conceito:** A última seção de cada capítulo apresenta uma série de atividades práticas, que têm por objetivo estimular a prática do pensamento conceitual. As atividades são, basicamente, de três tipos: questões de compreensão do texto; atividades de pesquisa em meios diversificados, com base em um tema, a serem realizadas individualmente ou em grupo, algumas vezes finalizando com debates coletivos; e práticas de redação que visam sistematizar os estudos e as ideias, por meio do exercício da argumentação.

As atividades são sugeridas, podendo o professor traçar um roteiro de realização com os estudantes. O professor pode optar por dar ênfase às atividades coletivas de pesquisa ou privilegiar as atividades individuais, como as de redação de dissertações filosóficas. Sugere-se que o professor diversifique o trabalho ao longo do ano, de modo a estimular os estudantes a passarem pelas distintas atividades, como forma de experimentar as diferentes ferramentas do pensamento conceitual. As atividades presentes no livro do aluno podem também ser utilizadas pelo professor como instrumentos de avaliação.

Na seção *Em busca do conceito* encontra-se, ainda, a subseção *Sugestão de leituras e de filmes*. Nas sugestões de leituras, são listados textos filosóficos em linguagem acessível ao jovem, romances e outros textos literários que dialogam com a temática do capítulo. Nas sugestões de filmes, optou-se por não indicar simplesmente filmes considerados “cult”; por isso, há indicações também de filmes contemporâneos de entretenimento, que de alguma maneira dialogam com as temáticas trabalhadas. A ideia é que os estudantes possam se divertir com leituras e filmes e, ao mesmo tempo, encontrar elementos para o exercício do pensamento conceitual.

Essas sugestões de leituras e filmes também podem ser utilizadas na etapa de sensibilização, ao iniciar um capítulo.

Ao final de cada unidade são encontradas três outras seções:

- **A filosofia na história:** tem o mesmo nome da seção mais longa do capítulo, porque aprofunda o contexto histórico em que se desenvolveram determinadas produções filosóficas tratadas no texto. Esse contato com pontos da história da filosofia é fundamental para o entendimento dessas produções. Esta seção deve ser trabalhada em conjunto com a linha do tempo apresentada no final do livro, que também recebe esse mesmo nome.
- **Um diálogo com...:** corresponde a uma proposta de trabalho interdisciplinar. A cada unidade, propõe-se um diálogo da filosofia com outras disciplinas do currículo do Ensino Médio, de modo que o estudante possa estabelecer as articulações entre os diferentes campos e conhecimentos.
- **A filosofia no Enem e nos vestibulares:** traz um conjunto de atividades propostas em provas de vestibulares de universidades brasileiras e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Procurou-se

contemplar, em todas as unidades, tanto questões de múltipla escolha quanto questões dissertativas. O objetivo da seção é que o estudante possa experimentar a realização dessas atividades desde o início do Ensino Médio, preparando-se aos poucos para esse tipo de prova.

Uma observação importante: na organização didática do livro, optou-se por não se trabalhar diretamente com um capítulo ou unidade voltados à lógica. Pensamos que abordar a lógica por meio de seus conteúdos próprios é um tanto árido para o estudante do Ensino Médio. Ao mesmo tempo, porém, o trabalho com a lógica é fundamental para a organização do pensamento e para garantir possibilidades de experimentação do pensamento conceitual. A proposta é que se faça um trabalho centrado em exercícios lógicos com o uso dos textos, sem necessariamente ensinar as regras lógicas de forma direta. O professor poderá introduzir essa temática com seus alunos, caso julgue que eles têm condições de acompanhar.

Para instrumentalizar-se para esse tipo de trabalho lógico nas aulas de filosofia, sugerimos dois livros bastante interessantes: *Redação – escrever é desvendar o mundo*, de Severino A. M. Barbosa e Emília Amaral (17. ed. Campinas: Papirus, 2004), que traz diversas sistemáticas possíveis e sugestões de atividades com textos; e *Educando para a argumentação – contribuição do ensino da lógica*, de Patrícia del Nero Velasco (Belo Horizonte: Autêntica, 2010). São certamente duas fontes importantes para que o professor aprofunde seu trabalho em sala de aula.

10 Sugestões de trabalho por unidade

Apresentamos a seguir sugestões de como organizar o trabalho docente em cada unidade, em torno das problemáticas apresentadas no livro do aluno. Ressaltamos que são sugestões e que o professor deve ficar à vontade para usar suas próprias estratégias e criar novos percursos.

UNIDADE 1. COMO PENSAMOS?

Esta unidade está centrada na problemática do conhecimento e do pensamento. Tem por objetivo apresentar ao estudante a filosofia, bem como suas relações com outros tipos de pensamento.

■ Capítulo 1. Filosofia: o que é isso?

No capítulo 1, nossa sugestão é iniciar a sensibilização pela música “Tô”, de Tom Zé, cuja letra está reproduzida no livro. Sugerimos que o professor ouça a canção com os alunos em sala de aula, pedindo que eles acompanhem a letra no livro. A partir dela, problematizar a questão: Como pensamos? Por que pensamos? O pensamento é algo “natural”, feito “automaticamente” no dia a dia, ou é algo especial, que acontece apenas algumas vezes?

Pode-se solicitar aos alunos que escrevam o que eles entendem por filosofia, o que eles pensam que ela seja. Em seguida, as respostas podem ser lidas e discutidas pela turma. Sugerimos guardar as respostas e repetir a atividade ao final do estudo do capítulo, comparando os resultados.

Outra estratégia de sensibilização possível é o uso de um filme ou cena de um filme, caso haja recurso na escola para essa atividade. Sugerimos, por exemplo, o filme *Sócrates*, de Roberto Rossellini. É interessante introduzir os estudantes na filosofia por meio dessa figura emblemática que foi Sócrates, pois ele mostra o pensamento como algo vivo e praticado no cotidiano. O filme pode ser visto na íntegra, caso as condições o permitam. Se isso não for possível, pode-se selecionar uma cena, como a relativa à defesa de Sócrates frente ao tribunal de Atenas, que está nos capítulos 8 e 9 do DVD.

Se o professor julgar que esse filme não despertará o interesse dos alunos, pode optar por outro que apresente uma linguagem mais atual. É possível trabalhar, por exemplo, com o filme *Matrix* (o primeiro da trilogia), que é cheio de referências filosóficas, como a prática da dúvida cartesiana na pergunta sobre a realidade.

Após a sensibilização e apresentação do problema, passa-se à etapa da investigação na história da filosofia. Aqui, conforme comentado anteriormente, o professor pode seguir a ordem da exposição proposta no capítulo, que se finaliza com o trabalho com textos, ou invertê-la, começando a trabalhar com os dois textos propostos e depois com a exposição do capítulo. No caso dos textos, optou-se por duas visões bastante distintas de filosofia. São apresentados um trecho de uma carta de Aristóteles e uma parte da introdução do livro *O que é a filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Sugere-se que o professor explore as diferenças entre as duas concepções de filosofia, como forma de já ir explicitando a diversidade do pensamento filosófico. Sendo a primeira atividade com textos, oferecemos trechos mais curtos,

para serem explorados cuidadosamente, preparando os estudantes para esse tipo de atividade.

Sugere-se que a atividade de dissertação filosófica seja realizada para efeitos de avaliação. Seria importante fazê-la em duas etapas: uma primeira redação pelos estudantes, que será lida e anotada pelo professor, seguida da reescrita em sua forma final, para ser avaliada.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes que façam uma pesquisa em grupo sobre os Jogos Olímpicos na Antiguidade grega e sobre outros jogos e competições daquela época, para que compreendam melhor o gosto dos gregos pela disputa. Organize a apresentação coletiva dos resultados, para um debate sobre o tema.
2. Solicite aos estudantes que pesquisem um pouco mais sobre as cidades-Estado gregas e as comparem com as cidades atuais. Como finalização da atividade, pode ser solicitada uma redação.
3. Oriente os estudantes a fazer uma busca na internet e/ou em livros sobre diferentes definições de filosofia ao longo do tempo. Em seguida, peça-lhes que comparem essas definições e, se possível, organizem um painel para expô-las.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção* – seguido de convite à filosofia. São Paulo: Landy, 2001.

COLLI, G. *O nascimento da filosofia*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MOSTAFA, S. P.; NOVA CRUZ, D. V. *Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Campinas: Alínea, 2009.

INDICAÇÃO DE FILME

Matrix. Direção de Andy e Larry Wachowski. Estados Unidos/Austrália, 1999. (136 min).

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Em todos os capítulos, apresentamos neste *Manual do Professor* algumas possibilidades de respostas

para as atividades sugeridas no livro. Elas correspondem, em linhas gerais, ao que se espera dos alunos. No entanto, como a proposta desta obra é tratar a filosofia como uma experimentação do pensamento, as atividades são sempre abertas, pedem a exploração e a criatividade dos alunos, que devem sempre ser valorizadas.

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Aristóteles, a filosofia é uma atividade própria ao ser humano, uma vez que ele é um ser racional e ela é uma das formas de uso da razão. Filosofar, portanto, é exercitar a faculdade racional própria aos humanos; quanto mais se filosofa, mais humana uma pessoa se torna.
2. O texto afirma que a prática da filosofia nos torna mais humanos. Além disso, afirma que a filosofia é a única “ciência” capaz de contemplar o bem e usar a razão em sua totalidade; por isso ela é a sabedoria mais completa e deve ser praticada.
3. A filosofia é a ciência mais completa porque apenas ela é capaz de articular, em uma mesma resposta, o uso da razão e a contemplação do bem. Algumas ciências, segundo Aristóteles, produzem as comodidades da vida; outras, usam essas ciências para produzir novos saberes. Além disso, algumas ciências são úteis para nós, enquanto outras são capazes de nos dizer o que fazer. A filosofia é a única ciência capaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Texto 2

- Com suas palavras, responda:
 - a) A filosofia consiste na criação de conceitos que nos ajudam a compreender o mundo e a vida.
 - b) O filósofo é aquele que pensa e, pensando, produz conceitos que nos ajudam a pensar.
 - c) Essa afirmação significa que os conceitos não estão prontos, esperando que nós cheguemos a eles por meio do pensamento; eles precisam ser criados por nós.
 - d) Porque quando confiamos demasiadamente nos conceitos, eles não nos fazem pensar. Precisamos desconfiar deles, examiná-los com calma e profundidade, para garantirmos que são confiáveis. Com isso, exercitamos o pensamento.
 - e) Sim, pois quando não aceitamos as opiniões, desconfiamos delas e buscamos bases mais sólidas para o pensamento. Se confiássemos nos conceitos,

eles seriam como opiniões, e não algo que nos faz pensar cada vez mais e cada vez melhor.

Atividades

1. De acordo com Aristóteles, o ser humano é um ser racional; é isso que nos torna diferentes dos outros animais. A atividade mais humana de todas, portanto, é aquela que mais exercita a razão, nossa faculdade por excelência. Dessa forma, exercitar a filosofia é a atividade mais humana que podemos fazer e, logo, a mais digna de todas para um ser humano.
2. • a pluralidade cultural dos gregos, que foram constituídos por diferentes povos, o que implicava um intenso debate, além de estimular o desenvolvimento das artes e do pensamento;
 - os gregos viviam em cidades-Estado independentes; nunca formaram um império centralizado, como outros povos antigos. Isso estimulava o debate de ideias e a participação nos debates políticos;
 - os gregos tinham um espírito muito competitivo, demonstrado, por exemplo, nas batalhas entre as cidades e nos jogos e disputas esportivas (como os jogos olímpicos). Esse espírito competitivo levou também a um gosto pelo debate, pela disputa de ideias, fazendo com que os gregos procurassem aprimorar cada vez mais seu pensamento.
3. A filosofia é uma atividade do pensamento. Quando examinamos filosoficamente um assunto qualquer, pensamos sobre ele, buscamos suas causas, suas implicações, e buscamos ou criamos conceitos que nos permitam compreender esse assunto. Quando emitimos uma opinião, simplesmente afirmamos uma posição.

É da própria natureza da opinião não a apresentarmos em debate: “opinião, cada um tem a sua!”, costumamos ouvir. Não é necessário argumentar em torno de uma opinião, comprová-la. No caso da filosofia, sempre colocamos nosso pensamento sob prova; temos uma ideia, mas podemos mudá-la, quando a confrontamos com outras ideias.
4. Semelhança: em ambos os casos, a filosofia é vista como uma experiência do pensar, como um exercício da razão.

Diferenças: para Aristóteles, a filosofia é prescritiva e possui sempre o julgamento correto. Para Deleuze e Guattari, a filosofia é um exercício, sempre uma busca, algo que se aprimora, de modo que não se

pode dizer que ela sempre possua um julgamento correto. Além disso, para os filósofos contemporâneos não compete à filosofia fazer prescrições, mas buscar formas de compreender o mundo e a vida.

5. O importante na avaliação da dissertação é acompanhar a capacidade do aluno de argumentar e construir o pensamento corretamente, fazendo uso das informações trabalhadas em classe. Também devem ser avaliadas sua capacidade de organização das ideias e forma de escrita.

■ Capítulo 2. Filosofia e outras formas de pensar

Neste capítulo, exploramos outros tipos de conhecimento, outras maneiras de pensar e suas relações com a filosofia, demarcando as convergências e, de modo especial, as diferenças, com o objetivo de demarcar claramente as fronteiras do pensamento filosófico. São destacados o mito, a religião e o senso comum.

Na abertura do capítulo, trabalhamos com o filme *Os agentes do destino*, baseado em um conto de Philip K. Dick, que coloca a questão de como nossas vidas são conduzidas: somos livres ou não? Partindo disso, é feita a discussão do mito de Édipo, com base na tragédia de Sófocles, *Édipo rei*. Caso seja possível, sugerimos ao professor que assista ao filme com os alunos, problematizando o tema a partir da narrativa fílmica, que tem o potencial de gerar um bom debate sobre mitologia, religião e senso comum. Outro filme citado no livro do aluno, *Fúria de titãs*, também seria uma opção interessante para iniciar o estudo deste capítulo.

Caso essa alternativa não seja viável, pode-se trabalhar um texto, como uma narrativa da mitologia grega (veja algumas sugestões a seguir), ou mesmo uma lenda brasileira. Com base na leitura do texto, as questões sobre as explicações míticas do mundo podem ser debatidas e problematizadas.

Na seção *A filosofia na história*, são trabalhados o mito, a religião e o senso comum, bem como suas relações com a filosofia. A subseção *Trabalhando com textos* traz um trecho de texto de um dos principais helenistas do século XX, Jean-Pierre Vernant, e um texto completo do filósofo Roland Barthes, escrito na década de 1950 e publicado no livro *Mitologias*, no qual ele trata do fenômeno do plástico como uma mitologia. É possível explorar a partir desse texto a própria estrutura do pensamento mitológico, bem como sua permanência na atualidade.

Neste capítulo, apresentamos duas propostas de redação, estimulando os estudantes a praticarem a dis-

sertação filosófica. Sugere-se que, após os exercícios com os textos, o professor escolha uma das propostas de dissertação para trabalhar como avaliação.

TEXTOS PARA TRABALHAR A SENSIBILIZAÇÃO

BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. São Paulo: Ediouro, 2011.

SRBEK, W.; WILL. *Monstros e heróis – mitos recriados em quadrinhos*. Belo Horizonte: Nemo, 2012.

VERNANT, J.-P. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Observe algumas interpretações feitas por artistas da figura de Cronos (ou Saturno, na mitologia romana), deus que representava o tempo. Ele era um dos Titãs, a primeira geração de deuses, e em razão do medo de que um de seus filhos o matasse para tomar seu lugar, sempre que sua mulher, Reia, dava à luz, ele devorava a criança. Quando nasceu uma nova criança, Zeus, a mãe deu a Cronos uma pedra embrulhada em panos, que ele engoliu, pensando ser o filho. Zeus foi criado em uma ilha afastada e, quando cresceu, matou o pai e libertou seus irmãos que haviam sido devorados, tornando-se o rei de uma nova geração de deuses, chamados Olimpianos, porque habitavam o Olimpo, o monte mais alto da Grécia. Essa história é uma explicação da imortalidade dos deuses. Como Zeus foi capaz de matar Cronos (o tempo), ele libertou a si e seus irmãos da mortalidade.



Saturno devorando seu filho, de Peter Paul Rubens, 1639.



Saturno, de Francisco Goya, 1821-1823.

Inspirando-se nessa interpretação do mito de Cronos, escolha um mito – antigo ou moderno – e elabore sua própria interpretação, escrita ou artística. Os resultados podem ser apresentados para a classe ou mesmo para toda a escola.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BARTHES, R. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HUXLEY, A. *A filosofia perene*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

VERNANT, J.-P. *Entre mito & política*. São Paulo: Edusp, 2001.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. De acordo com Vernant, a mitologia é um tipo de saber que está próximo das religiões, na medida em que ela apresenta deuses e heróis, isto é, seres humanos dotados de capacidades extraordinárias. Mas a mitologia é uma narrativa e traz em si algo de ficção, de invenção, de modo que ela não apresenta o dogmatismo, traço característico das religiões.
2. A religião grega não era expressa em um livro ou em textos sagrados, como a maioria das religiões que conhecemos. Sua expressão era feita por meio das narrativas míticas, com toda sua abertura e pluralidade. Dessa forma, a religião grega assumia características um pouco diferenciadas, que só podemos compreender com o recurso do mito. Por outro lado, como parte significativa das narrativas mitológicas estava focada nos deuses gregos, sem a sua religião não podemos compreender a mitologia que esse povo produziu.
3. É desejável que a resposta, nesse caso mais aberta, explore a dimensão do dogmatismo, apontando que uma religião baseada em um texto sagrado ampara-se em dogmas – verdades que não podem ser contestadas –, enquanto a religião grega, sem centrar-se em um texto dado aos humanos por Deus ou pelos deuses, admitia uma abertura muito maior em suas crenças.

Texto 2

1. A alusão aos “nomes de pastores gregos”, que remete à cultura grega antiga; a ideia do plástico como algo capaz de uma transformação infinita; a constituição

“negativa” do plástico, que faz com que ele não tenha uma “substância”; a remissão que faz o plástico ao “mito do símil”; por fim, o fato de os seres humanos se relacionarem com ele como se fosse algo “mágico”.

2. Os alunos podem indicar os mais diversos produtos. O que vale é a explicação que darão para considerar esse produto um mito contemporâneo. Exemplo: o petróleo, por causa da multiplicidade de coisas que podemos produzir com ele, o fato de ser um produto fóssil, etc.
3. Barthes refere-se ao mito contemporâneo, isto é, à possibilidade que temos de tomar um tema, pessoa ou produto de nossos dias e tratá-lo na forma de uma narrativa mitológica, como fizeram os antigos.

Atividades

1. O mito é uma narrativa, uma ficção por meio da qual se procuram explicar os fatos da natureza através da ação de forças sobrenaturais. Já a religião é também uma explicação da natureza através de forças sobrenaturais, mas não é considerada uma ficção. Ao contrário, a sabedoria religiosa possui a força do dogma, daquilo que não pode ser posto em questão. O mito não apresenta qualquer institucionalização, não se desdobra em uma igreja ou templo sagrado e, assim, não apresenta qualquer hierarquia. Já no caso da religião, a hierarquia e a instituição são duas constantes realidades necessárias.
2. Em princípio, a filosofia surgiu opondo-se ao mito, procurando oferecer uma explicação racional em lugar das narrativas míticas. No entanto, a força do mito garantiu sua continuidade, e mesmo a filosofia, em vários momentos, utilizou-se dele para produzir seus argumentos racionais, como foi o caso de Platão, por exemplo.
3. Assim como se opõe ao mito, a filosofia opõe-se também ao senso comum, na medida em que procura ser um saber mais sistematizado. Mas a filosofia não prescinde do senso comum, uma vez que a construção conceitual só pode ser feita com base naquilo que as pessoas já conhecem. É a partir dele que a filosofia é construída, ainda que, conforme se constrói um pensamento conceitual, o senso comum vai sendo pouco a pouco deixado para trás.
4. Essa atividade depende de escolhas e pesquisas a serem feitas pelos alunos.
5. No caso da dissertação, sugere-se centrar a avaliação na capacidade de argumentação e na redação do estudante.

6. Também nessa atividade, não há uma resposta definida. O objetivo é avaliar a capacidade do aluno de sintetizar as ideias do texto e pensar sobre ele, chegando a uma conclusão própria.

■ Capítulo 3. A ciência e a arte

Neste último capítulo da unidade 1, a ciência e a arte são abordadas como outras formas de pensamento criativo, que também dialogam com a filosofia. Procurou-se enfatizar os aspectos da arte e da ciência que interferem positivamente na criação filosófica.

Para a sensibilização, sugerimos trabalhar com a canção “Quanta”, de Gilberto Gil, presente no CD de mesmo nome, de 1997. Após ouvir a canção, pode-se analisar sua letra e explorar as relações entre arte e ciência, mostrando como ambas são atividades criativas, e como a arte pode inspirar a ciência e vice-versa. É possível que outras músicas desse mesmo álbum sejam utilizadas, caso o professor queira explorar um pouco mais esse momento de sensibilização. Outra canção que também pode ser usada é “Maracatu atômico”, de Jorge Mautner, gravada por Gilberto Gil, Chico Science e Nação Zumbi.

Uma alternativa para a sensibilização é o trabalho com imagens. O capítulo apresenta uma litografia de Escher, *Relatividade*, que pode ser bem explorada, assim como outras obras do artista. Mostra também dois desenhos de Leonardo da Vinci, estudos de anatomia humana. São interessantes exemplos de obras de arte científicas. O site da revista *Pesquisa Fapesp* (<www.revistapesquisa.fapesp.br>) disponibiliza dossiês com fotografias científicas, que também podem ser exploradas.

Outra possibilidade é o trabalho com filme e, nesse caso, sugerimos *Ágora*, que narra a história de Hipátia (355-415), uma das poucas mulheres que se destacou na história da filosofia. Cientista e filósofa, Hipátia ensinava na Biblioteca de Alexandria e foi vítima da intolerância religiosa. O filme pode mobilizar um bom debate.

Na segunda parte do capítulo, relativa à arte, é proposta nova sensibilização por meio da música, desta vez com a canção “Esteticar”, de Tom Zé. Outra possibilidade seria o trabalho com um filme. Sugerimos, de forma especial, o episódio “Corvos”, do filme *Sonhos*. Uma pessoa observa um quadro de Van Gogh em um museu e, como se fosse mágica, entra no quadro, passeia pela paisagem e se encontra com o artista. A sequência não é tão longa e possibilita um interessante debate sobre a importância da arte em nossas vidas.

A subseção *Trabalhando com textos* traz um texto sobre cada um dos temas do capítulo. Sobre a ciência, selecionamos um trecho de *A formação do espírito científico*, de Gaston Bachelard. Sobre a arte, um aforismo de Nietzsche reproduzido de *A gaia ciência*. Sugere-se que o primeiro texto seja trabalhado ao finalizar a primeira parte do capítulo, e o segundo, após o trabalho com a segunda parte, a fim de explorar melhor cada um deles na relação com os problemas estudados.

Neste capítulo há uma quantidade maior de atividades, e elas são também mais diversificadas. A proposta de dissertação filosófica, baseada em um texto de Lévi-Strauss, pode ser utilizada como estratégia de avaliação.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes que registrem em fotografias ou pequenos vídeos intervenções de arte urbana, como dança de rua, instalações, grafites, etc. Peça-lhes que montem um painel, apresentando as variadas formas de intervenção encontradas. Depois, promova uma discussão em torno da importância da arte em nossa vida; das formas contemporâneas de arte; dos limites que separam, no meio urbano, o artístico do não artístico.
2. Escolha uma vertente artística que seja tratada pela indústria cultural, como música ou cinema. Peça aos alunos que façam um levantamento de produtos dessa indústria e, com base nisso, promova uma discussão em grupo sobre o fato de poderem ou não ser considerados obras de arte, em que sentido e quais as implicações disso.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FOUREZ, G. *A construção das ciências – introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Bachelard apresenta uma metáfora, ao afirmar que quando alguém se dedica à ciência nunca o faz com um espírito jovem. Com isso, quer dizer que quando se chega ao conhecimento científico traz-se, já em seu espírito, um conjunto de ideias e de opiniões que foram se cristalizando ao longo do tempo. Como o essencial do “espírito científico” é colocar em questão tudo isso que já se sabe, trata-se, nessa metáfora, de um rejuvenescimento do espírito.
2. Porque não há conhecimento científico sem uma pergunta. A faculdade de perguntar, de propor problemas é, então, central para a produção do conhecimento científico. Ela é o passo inicial para a construção de qualquer conhecimento no campo da ciência.

Texto 2

1. Para Nietzsche, a ciência é um conhecimento que faz com que os seres humanos se tornem demasiado “sérios” e compenetrados. A ciência nos faz seres de certezas, o que nos torna pesados, incapazes de agir de forma leve e descompromissada. É essa leveza e “descompromisso” que nos permite a arte, com todo o seu potencial de criação. E é nesse sentido que ela nos consente um distanciamento de nós mesmos, como esse ser pesado e sério da ciência. Assim, o exercício da arte permite um descanso da seriedade e do peso da verdade científica.
2. Espírito livre é, para Nietzsche, aquele capaz de pensar e de criar por si mesmo, construindo sua própria vida.

Atividades

1. Se compreendemos por ciência o conhecimento produzido por meio do método científico, é evidente que ele não existia na Antiguidade. Mas falamos de ciência antiga usando o termo “ciência” de forma ampla, significando um conhecimento sistematizado e não apenas especulativo. Como exemplo, podemos citar os conhecimentos práticos de matemática que os egípcios possuíam,

assim como sua formulação em teorias pelos gregos, como foi o caso do teorema de Pitágoras ou do teorema de Tales. Outro exemplo são os conhecimentos astronômicos, que eram bastante avançados nas culturas antigas e permitiram a elaboração de teorias sobre o mundo.

2. A ciência moderna só pode ser compreendida por meio dos polos **sujeito** e **objeto**. Só há conhecimento porque há um sujeito que conhece e um objeto que é conhecido. Com base nessa relação, constrói-se a ideia de método, da forma como sujeito e objeto devem relacionar-se para que o conhecimento produzido seja verdadeiro.
3. A arte é importante porque por meio dela exercitamos aquilo que é propriamente humano no ser: a faculdade criativa. Somos humanos porque somos capazes de criar, e essa faculdade é mais explorada no universo artístico. De forma que, quanto mais nos dedicamos à arte – qualquer que seja –, estamos nos tornando mais humanizados pelo exercício da criação.
4. Os filósofos da Escola de Frankfurt denominam indústria cultural a forma de produção industrializada dos produtos culturais. A cultura é transformada em mercadoria, produzida, distribuída e consumida de forma industrial. A produção artística contemporânea perde muito de seu impacto criativo pois, na medida em que a arte é um produto, uma mercadoria, ela fica presa às regras do mercado. Um artista é levado, então, a produzir aquilo que vende. Perde-se a liberdade de criação e ocorre uma “desumanização da arte”.
5. Espera-se com essa atividade que o estudante seja capaz de exercitar aquilo que aprendeu, escrevendo um texto no qual mostre como as noções de mito e de ciência estão relacionadas.
6. O objetivo dessa atividade é aproximar os estudantes das revistas de divulgação científica, como *Pesquisa Fapesp* ou mesmo *Galileu*, *Superinteressante*, *Scientific American Brasil*, entre outras. Sugere-se avaliar nessa atividade a capacidade dos estudantes de identificar nos textos escolhidos as questões relativas ao método científico.
7. No caso da dissertação, sugere-se centrar a avaliação na capacidade de argumentação e na redação do estudante.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é mostrar aos alunos uma relação entre o nascimento da filosofia e a sociedade grega, no contexto de seu período democrático. O ponto central consiste na racionalização das formas culturais e políticas, influenciadas pela filosofia. Essas formas tenderam a uma laicização na medida em que mito e religião, paulatinamente, se mostram insuficientes como paradigmas explicativos de fenômenos cosmológicos e antropológicos, presentes na vida urbana, política e cultural das pólis gregas. Eles demandaram respostas racionais, baseadas nos critérios de clareza, plausibilidade e coerência, que compõem a ideia grega de razão.

Na política, os arcanos do poder e dos governantes são rejeitados em nome da transparência, ou seja, da possibilidade de o pensamento racional compreender o fundamento do poder e querer fazer parte dele. Além disso, ao negar o fundamento misterioso e determinante dos dogmas religiosos que alicerçam o poder, a sociedade democrática propõe a questão dos critérios adequados às deliberações e decisões, em um governo de homens. Essa mudança traz ao centro da reflexão os homens e seu destino, e não mais a adequação das ações ao desígnio dos deuses. Pretende-se, com isso, mostrar aos alunos que existem certas condições histórico-sociais que favorecem o desenvolvimento do pensamento, e que este, por sua vez, reforça o tipo de sociedade que o favorece. Por agir na rejeição de fundamentos dogmáticos religiosos, que devem ser explicitados e tornados transparentes à razão, partilhada por muitos, tanto a filosofia quanto a democracia são capazes de proporcionar a crítica, por meio da reflexão sobre o que, nessa forma de governo, está acessível. Dessa forma, ambas podem ser contestadoras de poderes estabelecidos e promotoras de liberdade e conhecimento.

1. A exigência de que as decisões e os fenômenos naturais, culturais e políticos passem pelo crivo da razão. Consequentemente, a rejeição de decisões tomadas sem discussão. A transparência do fundamento que baseia a ação.
2. Por meio da democracia ateniense, a concepção racional de destino se diferencia da concepção comum ao mito, à religião e ao senso comum através da promoção de um debate aberto aos cidadãos (isegoria) e da possibilidade de que eles decidam, legislem e se submetam às leis (isonomia), frutos dos interesses políticos comuns à

comunidade. Para essa concepção, o destino não está determinado pelos deuses (mito e religião), muito menos nos é acessível por meio da opinião (senso comum), mas é algo aberto, deliberado e merecedor de um apreço da razão.

3. Resposta pessoal.

Um diálogo com história e sociologia

1. Sugere-se avaliar, nesta atividade, a capacidade do estudante de localizar, sistematizar e comentar as informações sobre história do Brasil e as análises sociológicas do período. De forma especial, espera-se que exercite a reflexão em torno de uma análise do presente, ao discutir o que mudou em nossos dias em relação ao período pesquisado.
2. Essas duas respostas são bastante pessoais. Sugere-se avaliar a capacidade de argumentação do estudante evidenciada nelas.
3. O aluno tem múltiplos caminhos que podem ser explorados. O importante é que ele seja capaz de mostrar que leu os dois textos de registros diferentes (artigo e canção) e que é possível pensar filosoficamente com base em tais registros.
4. É desejável que o estudante explore os temas do capítulo, em especial a ciência e a arte, como atividades de um pensamento inconformado, que desafia as verdades impostas e as aceitas socialmente.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. A
2. C
3. A resposta será a soma dos números associados às alternativas corretas. Neste caso, $8 + 2 = 10$.
4. A
5. C
6. E
7. Resposta dissertativa pessoal.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR COMPLEMENTAR

- Leia o texto a seguir, publicado na edição de outubro de 2012 da revista *Pesquisa Fapesp*. Após a leitura, identifique nas disciplinas científicas do Ensino Médio os conteúdos que dialogam com as teorias filosóficas da Antiguidade grega.

Atualidade da Grécia Antiga

Estudo de textos de Aristóteles e Platão revela origens de conceitos científicos contemporâneos

Quando confrontada a duas teorias – uma simples e outra complexa – para explicar um problema, a maior parte das pessoas não hesita em favorecer a primeira, também qualificada como elegante. “Em muitos casos, porém, a complexa pode ser mais interessante”, lembra o filósofo Marco Zingano, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, a escolha é de tal forma natural na cultura ocidental contemporânea porque o pensamento dessas civilizações foi moldado por Aristóteles e Platão, os filósofos de maior destaque na Grécia Antiga, para quem a metafísica da unidade tinha como paradigma a simplicidade. Entender até que ponto as ideias desenvolvidas há cerca de 2 400 anos ainda hoje balizam a forma de ver o mundo é o que mantém Zingano imerso em textos antigos. E está longe de fazer isso sozinho. Em uma sucessão de projetos que já duram 10 anos, ele vem reunindo um grupo rico e diverso de pesquisadores de várias universidades brasileiras e estrangeiras em seminários para discussão de textos e ideias.

A linha mestra do grupo consiste em reconhecer a influência de Aristóteles e de Platão, seu professor por 20 anos, no pensamento contemporâneo. “Quando se estudam os gregos, encontram-se temas atuais”, diz o filósofo da USP Luiz Henrique Lopes dos Santos, um dos pesquisadores associados ao projeto. “Fazer história da filosofia já é fazer filosofia”, completa. “O tempo da ciência é cumulativo, o da filosofia é mítico, caracterizado pela retomada contínua, de diferentes perspectivas históricas, dos mesmos temas fundamentais.” O enfoque do estudo diverge dos olhares mais comuns sobre os escritos da Grécia Antiga, que ora envolvem historiografia pura, ora consideram que Aristóteles continuaria hoje na fronteira do pensamento, caso fosse possível ressuscitá-lo. “Seria ingênuo tanto limitá-lo ao passado como trazê-lo para nos corrigir”, afirma Zingano.

Levado ao pé da letra, o resgate puramente historiográfico das contribuições da Antiguidade pode parecer folclórico, até risível, diante do conhecimento atual. Exemplos interessantes estão na biologia, que representa um terço dos escritos de Aristóteles remanescentes hoje. Ele descreveu uma série de espécies, como peixes e corais, mas também ia além e buscava explicar padrões que via na natureza. Por que, por exemplo, certos animais têm casco fendido? A explicação do filósofo grego partia do princípio de que cada organismo tem uma determinada cota de matéria óssea a ser usada em sua construção. Por

necessidade de se defender, veados, por exemplo, desviariam parte dessa matéria para os chifres e não teriam o suficiente para as patas, que ficariam incompletas. Uma explicação completamente desbancada pelo conhecimento atual, mas não necessariamente irrelevante de todo.

Pensando na permanência das ideias, Zingano cita a busca de Aristóteles por entender o que faz com que homens gerem homens e plantas, plantas – uma observação aparentemente óbvia, mas que em sua época guiava uma investigação que contrariava antecessores. Os organismos, o grego definia, são feitos de matéria e forma. O que confere estrutura a um ser vivo é a forma, transmitida de uma geração para outra e que governa a matéria. “A ideia de que a forma não provém da matéria, mas a governa, se tornou familiar a tal ponto que o conceito de DNA, de certo modo, ainda hoje a reflete”, explica o filósofo da USP, numa analogia do conceito antigo com o que hoje se sabe controlar a hereditariedade.

Outra teoria que à primeira vista não parece aproveitável diz respeito ao cosmos, que para os gregos antigos era único, com um sol apenas e todos os planetas girando em torno da Terra. Além dos quatro elementos básicos que compõem a matéria – terra, ar, água e fogo –, tudo o que parece vazio no espaço seria formado por um quinto elemento: o éter. Invisível, inalterável e com seu movimento circular uniforme, o éter definiria o chamado mundo supralunar. Aparentemente divorciado por completo da compreensão cosmológica moderna, o conceito de éter no entanto foi retomado pelo físico Albert Einstein cerca de 23 séculos depois na construção de seu modelo do espaço-tempo, hoje central na astrofísica.

Aristóteles está, portanto, presente, mesmo que oculto, na forma como o pensamento governa os hábitos intelectuais da civilização atual. Se isso já é verdade para disciplinas mais específicas como biologia e física, é mais ainda para as bases mais amplas tanto da ciência como do pensamento em geral – a lógica, a ética e a metafísica.

Um dos problemas que ocuparam Platão e Aristóteles foi a acrasia, que leva uma pessoa a tomar uma atitude contrária à que sabe ser a correta. Se está claro, por exemplo, que uma moderada dose diária de exercício é suficiente para prevenir uma série de doenças graves e trazer benefícios sensíveis à saúde, por que alguém optaria por passar horas a fio deitado no sofá, se locomover apenas de carro e deixar a academia de lado? Para Sócrates, que foi professor de Platão, a resposta era simples: guiado pela razão,

o ser humano só deixa de fazer o que é melhor se lhe faltar o conhecimento.

Platão discordava, e resolveu o dilema dividindo a alma em três partes, representadas por um par de cavalos alados conduzidos por um cocheiro que representa uma delas, a razão. Um dos cavalos, arreado, só pode ser controlado a chicotadas e representa a parte dos apetites. O outro, mais dócil, é a porção irascível da alma. É o impulso, em geral obediente à razão, mas que pode levar a decisões impetuosas em determinadas situações. “O que determina as ações seriam fontes distintas de motivação”, observa Zingano. Platão pensou o conflito como interno à alma, dando lugar à acrasia. Já Aristóteles dedicou um livro de sua *Ética* ao fenômeno. O embate entre paixão e razão, tão familiar hoje, tem sua matriz nas reflexões dos dois gregos sobre as fontes de motivação para a ação.

Algumas das contribuições do pensamento antigo são essenciais ao desenvolvimento científico. “Aristóteles deixou um conjunto de textos sobre como argumentar, e como essas formas argumentativas podem ser usadas de maneira geral”, conta Roberto Bolzani, também do Departamento de Filosofia da USP. O foco de seu estudo são os diálogos socráticos de Platão, sobretudo no que diz respeito à refutação e persuasão. No grupo de pesquisa, ele compara as ideias do mestre aos modos de argumentação descritos por Aristóteles em seus tópicos. Entre eles estão a indução e a dedução, que se tornaram elementos centrais do método científico aplicado até hoje. “Antes de Aristóteles e Platão não havia um sentido de conhecimento”, explica, “que eles definiram como algo imutável, eternamente verdadeiro e que pode ser demonstrado”. A definição serviu como base para a concepção moderna, que leva em conta o uso de experimentos para testar hipóteses.

Para Bolzani, o encontro entre ética, lógica, metafísica e teoria do conhecimento é natural na busca por apreender o pensamento de Platão e Aristóteles. “A visão de mundo dos dois autores gregos faz com que as coisas estejam ligadas”, afirma. “A busca pelo conhecimento, para eles, é uma busca ética.” Hoje a ciência se tornou cada vez mais compartimentalizada, uma característica que também acaba por definir a filosofia moderna. “Ao contrário do que acontecia na Antiguidade, hoje é possível estudar física sem um sentido moral.”

A relação com o pensamento moderno confere ao projeto, segundo Bolzani, uma certa vivacidade. “Não é um estudo apenas de erudição.” Aristóteles e Platão tiveram um papel importante – e persistente – porque

foram grandes sistematizadores do conhecimento. Eles procuraram domar os conceitos mais diversos do Universo, do corpo e da mente, entender seu funcionamento e deixar registrado para uso futuro. Resgatar esses textos, explica Zingano, além de atuar na manutenção da erudição, é uma busca da compreensão de como a cultura ocidental descreve o mundo e enxerga a si mesma. Para isso, ele mantém um calendário rigoroso de seminários que todas as semanas reúnem os integrantes do projeto em torno da análise de um texto. Alguns integrantes do grupo vieram de longe, como um pós-doutorando venezuelano, um italiano, um norte-americano e um francês. Além disso, a estrutura de um grande projeto lhe permite trazer pesquisadores de outros países para apresentar e discutir trabalho em curso, além de mandar estudantes para temporadas de aprendizado e discussão fora de São Paulo e mesmo do Brasil.

À medida que cria um ambiente de investigação e torna a USP um centro reconhecido no estudo de filosofia antiga, Zingano cria uma cultura no departamento. Em um primeiro momento, os alunos acharam estranho ver um professor encher o quadro de escrita grega durante as aulas. “Hoje já ficou natural”, afirma o filósofo, que considera essencial integrar a expressão da língua ao pensamento.

A tradução é, de fato, uma parte central do grupo de estudos e acaba sendo indissociável das questões filosóficas. Daniel Lopes, professor de língua e literatura grega na USP, é pesquisador associado do projeto e concentrou sua carreira na tradução de textos gregos, embora tenha formação em filosofia. Nos seminários ele contribui para a discussão de aspectos de tradução e interpretação dos textos, mas sua pesquisa particular diz respeito a um problema filosófico específico: o hedonismo nos diálogos Górgias e Protágoras, de Platão. Ele publicou no ano passado a tradução do primeiro pela editora Perspectiva e está traduzindo o segundo. “No Górgias a personagem Sócrates condena o prazer e no Protágoras ele parece considerar prazeres e dores como o critério para ação”, explica. Lopes ainda não terminou a análise dos textos, mas por enquanto acredita que a contradição é apenas aparente, pois Sócrates não se compromete com a tese hedonista do Protágoras. “As opções do tradutor na interpretação do texto fazem toda a diferença”, conclui.

Para quem acha estranha a ideia de um grupo internacional constantemente debruçado sobre textos escritos há mais de 20 séculos em uma língua morta, fica o recado: seu conteúdo está longe de ultrapassado, quando se olha a fundo.

GUIMARÃES, MARIA. *Atualidade da Grécia Antiga*. Pesquisa Fapesp. Ed. 200, out. 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

UNIDADE 2. O QUE SOMOS?

A unidade 2 está centrada na problemática antropológica, construída em torno da interrogação “Quem somos nós?”. Ou, como preferimos enunciar: “O que somos?”, de modo a evitar qualquer pressuposição personalista e identitária do humano. Além das questões relativas à interrogação do humano, a unidade focaliza algumas das dimensões desse fenômeno, como a linguagem, a cultura e a corporeidade.

■ Capítulo 1. O ser humano quer conhecer a si mesmo

A etapa de sensibilização desse capítulo é iniciada com um poema de Carlos Drummond de Andrade. Pode-se explorar com os alunos o fato de procurarmos fora de nós mesmos aquilo que somos, em vão. O poema remete à ideia de empreender uma viagem para dentro de si e isso pode ser problematizado, como a forma de procurar o autoconhecimento. Até que ponto podemos nos conhecer? De forma complementar, pode-se realizar uma dinâmica em grupo sobre o conhecimento de si mesmo; é possível que cada um, por exemplo, se desenhe e, em seguida, todos participem de uma discussão sobre a representação pessoal de cada um.

Outra possibilidade de sensibilização é por meio do filme *Blade Runner* – o caçador de andróides, indicado no livro do aluno. Caso não seja viável assistir em sala de aula a todo o filme, sugerimos trabalhar as cenas 33 e 34. Após uma violenta perseguição, o policial Deckard está prestes a cair de um prédio, mas é salvo pelo andróide que ele caçava. O andróide, ao perceber que irá morrer, salva o humano que o perseguiu. O filme propõe uma interessante discussão sobre a consciência da finitude e nossa busca sobre aquilo que somos. Pode ser um bom ponto de partida para as questões tratadas no capítulo.

A trajetória de investigação na história da filosofia traça a concepção do humano no período clássico grego e no período renascentista, apresentando alguns pensadores humanistas. Sugere-se que o professor explore mais a questão do pensamento renascentista, que problematizou com intensidade a questão humana. Em seguida, é apresentado o debate entre duas perspectivas: aquela que afirma a universalidade de uma natureza humana e aquela que centra o pensamento sobre o humano no estudo de sua condição. O debate contemporâneo sobre o tema é desenvolvido em torno da filosofia da existência, com ênfase maior em Heidegger e em Sartre.

Pode-se, ainda, complementar a investigação desse capítulo introduzindo um fragmento de texto de algum pensador da perspectiva existencialista não focado no texto.

Em *Trabalhando com textos*, o trecho de Ernst Cassirer dialoga e aprofunda o debate sobre a natureza humana *versus* a condição humana. O trecho de Sartre retoma a discussão sobre o existencialismo e a afirmação da dignidade do humano centrada na escolha e na liberdade. Sugere-se que o professor trabalhe com os estudantes a realização de pequenas sínteses escritas de cada texto. Após a leitura silenciosa e coletiva do texto, as explanações sobre possíveis dúvidas de leitura e um debate sobre as ideias do autor, pode-se solicitar aos alunos que escrevam uma síntese de, no máximo, cinco linhas, expondo as ideias centrais. Esse tipo de exercício é um bom instrumento de refinamento de leitura e compreensão de textos.

Na seção final, além do tipo de questões já presentes na unidade anterior, há uma atividade de leitura de imagem. É importante estimular o aluno a analisar a tela de Hopper, usando como ferramentas os conceitos trabalhados no capítulo.

Como atividade de dissertação, solicita-se que ele assuma uma posição no debate sobre natureza e condição humana, argumentando-a e defendendo-a. Essa atividade, que está sujeita a ser tomada como instrumento de avaliação, pode ser precedida por um debate coletivo e aberto sobre o tema, de modo a auxiliar o estudante a posicionar-se e a construir argumentos, que deverão ser refinados e aprofundados na atividade escrita.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes uma pesquisa (na internet, em livros de história da filosofia ou em outras fontes) sobre as várias definições dadas para a pergunta “O que é o homem?”. Com base no levantamento, peça-lhes que elaborem uma dissertação, argumentando a favor de uma das definições encontradas.
2. Peça aos alunos que, em grupo, façam uma pesquisa sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que destaquem os artigos mais desrespeitados atualmente. Em seguida, eles devem ilustrar com imagens o desrespeito à Declaração, montando um painel e expondo-o na sala de aula ou em outro local da escola.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARENDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica I*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. O autor afirma que não há uma natureza humana porque em sua visão o ser humano não é homogêneo e simples, mas uma heterogeneidade, uma mistura de ser e não ser ao mesmo tempo. Por isso, ele só pode ser pensado com base naquilo que faz e realiza e não em algo que o defina de antemão.
2. O autor afirma que o pensamento metafísico só é capaz de compreender aquilo que é simples e homogêneo, dotado de uma natureza intrínseca. A metafísica é incapaz de compreender aquilo que é heterogêneo, formado por contradições e que não possui uma natureza clara e distinta.
3. Segundo o autor, isso é possível apenas se colocarmos foco nas atividades humanas. Só podemos estudar o ser humano por meio de suas manifestações e realizações no mundo. Por isso, o objeto de estudo de uma filosofia antropológica só pode ser o “círculo de humanidade”, constituído pela linguagem, pelo mito, pela religião, pela arte, pela ciência, pela história.

Texto 2

1. Essa afirmação significa que, no caso do ser humano, não há uma essência universal que nos faz ser o que somos. Ao contrário, primeiro existimos, somos lançados no mundo, para em seguida construirmos nossa vida e aquilo que somos. Uma essência do ser humano, assim, não pode ser mais do que aquilo que ele realiza, que ele produz ao longo de sua vida.
2. Significa que o ser humano é livre e que por isso precisa fazer escolhas. Escolher a si mesmo é assumir a construção de sua própria vida, não confiar que já está tudo definido de antemão, mas afirmar que tudo está por ser feito.

3. Uma escolha individual envolve a humanidade inteira porque o ser humano é um ser de valores. Quando alguém faz uma escolha, indica aquilo que pensa ser bom, não apenas para ele, mas para todos. Como no exemplo dado no texto: o casamento é uma decisão individual. Mas, quando uma pessoa decide se casar, não está dizendo apenas que considera o casamento uma boa opção para ela; está assumindo que o casamento é algo bom para todo ser humano ou, então, não seria digno de sua escolha pessoal.

Atividades

1. O dualismo psicofísico consiste na afirmação de que o ser humano é um ser duplo, constituído por um corpo físico e por uma parte espiritual, psíquica. Nessa visão, não faz sentido pensar o ser humano como puramente corpo ou puramente alma; ele só pode ser compreendido como a união dessas duas instâncias, intimamente ligadas.
2. A noção de natureza humana afirma que o ser humano pode ser compreendido com base em algo que faz com que ele seja humano e não uma outra coisa qualquer. Por exemplo, quando afirmamos que o humano é um ser racional, estamos dizendo que a natureza humana é a razão. Ela nos distingue dos outros seres vivos. A noção de condição humana, por outro lado, afirma que não há qualquer característica que defina o que é ser humano. Ele só pode ser compreendido historicamente, por meio das condições em que vive, uma vez que são essas condições que fazem com que o ser humano seja de um ou outro modo. A segunda parte da questão pede uma posição pessoal e argumentada.
3. Segundo Sartre, o ser humano está condenado a ser livre porque ele é um ser que faz escolhas. É nisso que consiste a liberdade: em uma dada situação, escolher entre as opções que são apresentadas como possibilidade. Mas há uma única coisa que o ser humano não pode fazer: deixar de escolher. Ora, se não pode deixar de escolher, se é obrigado a fazê-lo sempre, ele é condenado à liberdade, por mais paradoxal que isso possa parecer.
4. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante seja capaz de articular os temas estudados no capítulo com a pintura de Hopper.
5. A dissertação é sempre um percurso pessoal, de cada estudante. Aqui pede-se que ele assuma uma

posição e use os elementos estudados no capítulo para construir uma argumentação. O que precisa, então, ser avaliado é sua capacidade de argumentar e não a posição assumida.

■ Capítulo 2. A linguagem e a cultura: manifestações do humano

Para introduzir a problemática da linguagem como fenômeno humano, o capítulo se vale do filme *Planeta dos macacos – a origem* e do conto *Um relatório para uma academia*, de Franz Kafka. No primeiro, alterações genéticas em um chimpanzé fazem com que ele tenha sua inteligência aumentada e aprenda a falar, o que permite que se articule com outros de sua espécie e inicie a conquista do planeta. No conto, um chimpanzé capturado e colocado na jaula percebe que a única maneira de se libertar seria comportar-se como os humanos; ele aprende a falar, por imitação, tornando-se não muito diferente de qualquer pessoa.

São duas linguagens distintas e o professor está livre para escolher uma delas, para sensibilizar os estudantes. O filme pode ser assistido e discutido. O conto, que não é longo, pode ser distribuído e lido pelos alunos. É possível, inclusive, trabalhá-lo em conjunto com o professor de língua portuguesa, explorando os conteúdos gramaticais e literários, enquanto em filosofia se discute a questão da linguagem na constituição do humano.

Uma alternativa é o trabalho com a canção “Língua”, de Caetano Veloso. Uma vez mais, é possível buscar uma articulação com a disciplina de língua portuguesa, que pode fazer uma análise da letra da música, enquanto em filosofia trabalha-se a língua como instrumento de criação em sua diversidade de possibilidades.

Na etapa de investigação na história da filosofia, são destacados elementos gregos antigos, com ênfase para Platão, e aspectos da “virada linguística” da filosofia no século XX, com foco no pensamento de Wittgenstein. Na primeira parte do capítulo, é apresentada, de forma apenas sugerida, a relação da linguagem com o pensamento, sem desenvolvimento. Essa é uma oportunidade para introduzir conteúdos de lógica, caso o professor opte por isso. Na segunda parte do capítulo, é tratada outra manifestação humana, a cultura, de modo articulado com o fenômeno da linguagem.

A subseção *Trabalhando com textos* traz um fragmento das *Investigações filosóficas* de Wittgenstein, conceituando jogos de linguagem, cuja noção foi apresentada no capítulo. Esse texto visa aprofundar o trabalho da primeira parte do capítulo. O segundo texto

é um trecho da *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, e explora as relações entre linguagem e cultura, com foco na temática da propaganda na sociedade capitalista. Se por um lado se afirma a potencialidade criativa da linguagem, por outro se evidenciam seus limites e suas armadilhas. Sugere-se que o professor explore essa ambiguidade na análise dos textos com os alunos.

Na seção *Em busca do conceito* são sugeridas atividades diversificadas. Destacam-se duas delas: uma de pesquisa sobre os usos da linguagem nas redes sociais, que pode produzir resultados bastante interessantes com os jovens; e outra de análise de um poema de Arnaldo Antunes, que diversifica a leitura filosófica de textos não filosóficos. Neste capítulo, solicita-se o exercício de escrita da dissertação filosófica justamente com base nesse texto poético.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Caso a escola ofereça condições, pode-se fazer uma atividade com o filme *1984*, indicado no livro do aluno. Após assistir a ele, comente os aspectos relativos à linguagem: como uma sociedade totalitária procura controlar o pensamento dos cidadãos, reduzindo seu universo de linguagem. Realize um debate sobre o tema, contrapondo a estratégia apresentada no filme com a diversidade criativa da língua, apresentada na canção de Caetano Veloso, “Língua”.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

MORAIS, R. de. *Estudos de filosofia da cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.

MORENO, A. *Wittgenstein – os labirintos da linguagem*. São Paulo: Moderna/Ed. Unicamp, 2000.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Os jogos de linguagem são múltiplos porque a linguagem é plural. Existem diversos tipos de linguagem. Cada uma, em particular, é composta por grandes conjuntos de signos e por regras próprias de associação e de uso. Dessa maneira, são prati-

camente infinitas as combinações de signos e de regras que podemos construir.

2. Uma reforma da linguagem é sempre possível. É o que vemos, por exemplo, no romance *1984*: uma reforma constante da linguagem, que cada vez mais diminui o número de palavras, como forma de diminuir o repertório de pensamento. Porém, para Wittgenstein, ainda que sempre seja possível propor reformas na linguagem, não é aí que se coloca o problema dos usos da linguagem. Pensar filosoficamente a linguagem é identificar os equívocos não de seus diferentes usos possíveis, mas justamente aqueles que impedem seu funcionamento.

Texto 2

1. A propaganda funciona pela repetição mecânica de um *slogan*. É essa repetição que penetra nas mentes das pessoas, incitando-as a consumir um determinado produto.
2. A indústria cultural assemelha-se a um *slogan* propagandístico porque também ela é marcada pela repetição dos produtos. A cultura transformada em mercadoria e produto industrial é aquela que se reproduz continuamente, inundando o mercado cultural com produtos semelhantes. Podemos ver na música, por exemplo, esse fenômeno. Quando um determinado ritmo faz sucesso (isto é, vende bem), vemos se repetir inúmeros produtos que imitam aquela fórmula até a exaustão.
3. Há certas palavras que, de tanto serem repetidas, tornaram-se petrificadas, com um sentido único. As palavras perderam sua multiplicidade de possibilidades, sua riqueza semântica.

Atividades

1. Resposta pessoal. Sugere-se observar se o estudante demonstra capacidade de dialogar com os elementos trabalhados no capítulo.
2. O ser humano é capaz de simbolizar o mundo por meio de várias perspectivas, como a linguagem. Se considerarmos a cultura um conjunto das atividades da ação humana sobre o mundo, podemos dizer que ela se constitui na associação dos mais variados símbolos por nós criados, o que, por sua vez, constitui a possibilidade de novas simbolizações.
3. Resposta pessoal.
4. Atividade aberta a ser desenvolvida individualmente.
5. Resposta pessoal.

6. Dissertação a ser realizada com base nos elementos fornecidos. Avaliar a capacidade do estudante de utilizá-los em seu discurso próprio.

■ Capítulo 3. Corporeidade, gênero e sexualidade: formas de ser

Para problematizar a percepção e o pensamento sobre a dimensão humana da corporeidade, o capítulo inicia a etapa de sensibilização com uma foto que mostra modelos contemporâneos de corpos belos, em contraponto com os comentários do filósofo Gilles Lipovetsky, além de propor um pequeno poema de Arnaldo Antunes.

Essas possibilidades podem ser exploradas pelo professor, principalmente por meio de uma leitura crítica da imagem, problematizando se ela representa os corpos da maior parte da população brasileira. Caso o professor opte por trabalhar com um filme, sugere-se a comédia romântica *O amor é cego*, dirigida por Peter e Bobby Farrelly. De forma bastante divertida, o filme lança questionamentos sobre nossas representações físicas da beleza e sobre como nos relacionamos psicologicamente com elas. A partir dele, é possível problematizar nossa percepção do corpo e da corporeidade.

É possível e bastante interessante trabalhar com a canção “O pulso”, da banda Titãs. Sugere-se ouvir a música em sala, com os alunos, observando a letra. Pergunte a impressão deles sobre a letra. Depois, pergunte se observaram que, entre doenças corporais, são citados estados de ânimo, estados psicológicos. Problematize: será possível separar o físico, o corporal, do psicológico, anímico? O que é o corpo?

Na seção *A filosofia na história*, a investigação é conduzida por meio de diferentes visões de corpo e sua relação com a alma, da Antiguidade aos nossos dias. Sugere-se ao professor dar especial destaque a Espinosa, autor não trabalhado em outros capítulos, que apresenta uma inovação importantíssima na filosofia moderna, com sua concepção de não separação corpo-alma. Em termos contemporâneos, destaca-se a noção de corpo próprio, trabalhada por Merleau-Ponty, para a qual também sugerimos atenção especial no desenvolvimento do capítulo.

Na segunda parte dessa seção, exploramos as questões relativas à sexualidade e ao gênero, como entrelaçamento do biológico e do cultural, não podendo ser pensados de forma dicotômica. Seriam apropriadas, então, as abordagens de Espinosa e de Merleau-Ponty na filosofia do corpo. Aproveitamos essa problemática

para explorar o pensamento de uma filósofa do século XX, Simone de Beauvoir, e suas explorações conceituais em torno do “segundo sexo”.

Na subseção *Trabalhando com textos* trazemos um trecho da obra *O segundo sexo*, de Beauvoir, que problematiza a constituição do gênero como uma produção social, trabalhando com a ideia de “tornar-se mulher”. Sugerimos especial atenção no trabalho com esse fragmento, a fim de mostrar aos alunos que, embora a filosofia, historicamente, seja um empreendimento machista, no século XX isso começou a ser rompido com mais força, com trabalhos como esse e de várias outras mulheres que se dedicam à filosofia. O outro fragmento é de Foucault, no qual mostra como o corpo é produzido culturalmente, às vezes com intervenções físicas, como o uso de máscaras, de certas roupas e de tatuagens. Esse texto permite uma discussão interessante com os adolescentes sobre as técnicas de diferenciação corporal, como a tatuagem, o uso de *piercings*, chegando aos extremos da “*body art*”, além das técnicas de cirurgia plástica, como lipoaspiração e lipoescultura.

Nas atividades da seção *Em busca do conceito* optou-se por uma diversidade de possibilidades, de modo a contemplar os vários temas tratados no capítulo. Caso julgue que o número de atividades propostas é excessivo, sugere-se ao professor escolher aquelas que lhe pareçam mais interessantes para seus alunos.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

FONTANELLA, F. C. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. 2. ed. Lisboa: Relógio D’Água, 1997.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Segundo o filósofo, seu efeito é projetar o corpo em um outro espaço, por isso ele fala em “corpo utópico”. Essas intervenções estéticas sobre o corpo produzem o efeito de uma multiplicação das

possibilidades e sentidos do corpo. Não se trata de buscar um outro corpo, mas de multiplicar as possibilidades do próprio corpo.

2. É pelo corpo que nós nos colocamos no mundo e é por meio dele que podemos nos relacionar com as coisas e com outras pessoas. Nesse sentido, tudo parte do corpo e tudo passa por ele. O corpo é, para cada um de nós, como uma esquina na qual se encontram todos os caminhos, a confluência de todas as possibilidades.

Texto 2

1. Vivemos em uma cultura centrada no masculino, uma cultura machista, que coloca o sexo feminino como o outro sexo. Cultural e socialmente, produziu-se, portanto, uma perspectiva de divisão e de segregação, como se os mundos masculino e feminino fossem completamente separados, como se cada um dos sexos tivesse sua função definida.
2. Na cultura machista, é próprio do homem afirmar sua sexualidade dominante. Como à mulher é reservado o lugar da passividade, do dominado, a sexualidade feminina foi identificada com essas características. De forma que afirmar a independência da mulher seria o mesmo que afirmar sua masculinidade, sua posição de não passividade. Mas a autora alerta que isso é uma armadilha; a mulher não pode libertar-se, afirmando-se como homem. Ela precisa libertar-se afirmando sua sexualidade feminina, tirando essa sexualidade do lugar social da passividade e do dominado.
3. Resposta pessoal.

Atividades

1. Cada estudante pode escolher diferentes perspectivas do dualismo psico-físico para sua resposta. Como exemplo, pode-se citar o dualismo platônico ou o dualismo cartesiano.
2. A visão de Espinosa não é dualista porque, para ele, o corpo não é um simples receptáculo físico para a alma, aquilo que faz com que sejamos humanos. Corpo e alma não são duas realidades distintas, mas uma só e a mesma coisa. Nós não podemos separar corpo e alma, pois isso não faria sentido em seu pensamento. Quando pensamos, pensamos corporalmente; quando agimos, agimos corporalmente.
3. A noção de corpo próprio é uma reação ao tratamento dado ao corpo como um objeto. Segundo

Merleau-Ponty, não faz sentido afirmarmos que “temos” um corpo, pois isso indica que haveria algo ou alguém que controla esse corpo. A noção de corpo próprio implica afirmarmos que “somos” um corpo e habitamos um mundo que é percebido por esse corpo. É também o corpo próprio que permite que nos relacionemos com o mundo e com outras pessoas.

4. Atividade de pesquisa aberta, que pode apresentar distintos resultados. O importante é a discussão resultante dela.
5. A dissertação é uma atividade pessoal, sem resposta definida.
6. Resposta pessoal.
7. Atividade aberta e pessoal.
8. Resposta pessoal.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é indicar aos alunos as causas históricas que levaram filósofos a questionar algo supostamente muito fixo e etéreo: a essência humana. Ao longo da modernidade, o ser humano ampliou seus poderes sobre a natureza em geral. Com a Revolução Industrial, essa possibilidade de dominar e alterar a natureza se ampliou e mostrou ser possível também modificar a natureza humana. Ou seja, a civilização construída pelo ser humano altera profundamente a ele próprio. Mais do que isso, percebeu-se que é possível manipular as alterações dos homens em função de interesses. Essa situação nova torna necessária a reconceituação da questão do **ser** que define o ser humano. O foco desta seção é a atividade do trabalho, mas é importante reforçar que a possibilidade de definição dos homens se ampliou e hoje é perceptível que, mesmo fora do trabalho, as pessoas estão cada vez mais formatadas por interesses. Pretende-se, com isso, problematizar a questão da essência humana, mas também a da responsabilidade humana pelos rumos históricos e pela construção de si mesmo, rumo à emancipação.

1. Platão definia o homem como a junção de um corpo (material, imperfeito e mortal) a uma alma (imaterial, perfeita e imortal). Segundo ele, esta deve controlar aquele. Aristóteles seguiu a mesma trilha, mas encontrou, na alma, a parte mais importante do homem, vários atributos, dos quais a razão é o mais considerável. Assim, Aristóteles define o homem como um animal racional. Mas, como a razão trabalha por meio da linguagem, que se efetiva na comunicação entre os homens, Aristóteles define o homem também como um animal

político. Na Idade Média, o homem era definido como criação e instrumento divinos, ao passo que no Renascimento, tornou-se o centro das preocupações, a medida de todas as coisas.

2. Na Revolução Industrial, ao se mostrarem adaptáveis às novas regras de produção em série, à vida urbana caótica sob o ritmo frenético das máquinas motorizadas e às necessidades de mecanizar a vida em função do trabalho, homens e mulheres foram vistos como portadores de características até então insuspeitas, que não correspondiam, exclusivamente, com a concepção de natureza humana. Fenômenos como a alienação e a reificação, apontados por Marx, denunciam o impacto que homens e mulheres sofreram com a nova organização do trabalho. O que fez com que a ideia de existência de um **ser** imutável, cuja natureza é única e determinante, fosse repensada nos termos de uma condição humana historicamente determinada.
3. Embora as condições de trabalho hoje sejam, em geral, melhores do que as existentes durante a Revolução Industrial, a mecanização ainda se faz presente no cotidiano das pessoas, por meio dos inúmeros bens duráveis e não duráveis de alta tecnologia. Por um lado, se eles nos são oferecidos com a promessa de encurtar distâncias e facilitar as dificuldades da vida contemporânea, por outro, inserem-se no conjunto de produtos que são desenvolvidos para criar novas necessidades, e não para sanar as já existentes. Elas chegam até nós pela incitação controlada ao consumo por meio da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação. Estes não privilegiam o tempo da reflexão, mas se valem de técnicas discursivas e imagéticas para despertar o desejo imediato e irrefletido dos indivíduos, mediante técnicas de imagem e som que exercem grande poder de sugestão, pelo seu alto teor pedagógico. O contato cotidiano com esses meios influi fortemente na formação da autonomia do indivíduo, inibindo-o em detrimento de uma heteronomia do consumo.

Um diálogo com biologia, psicologia e sociologia

1. Quando examinamos a questão do sexo em seu aspecto genético, podemos afirmar que existe uma determinação biológica dele. Um indivíduo com dois cromossomos X será do sexo feminino, ao passo que um indivíduo com um cromossomo X e um cromossomo Y será do sexo masculino. A sexualidade, por outro lado, pode ser compreendida como uma vivência cultural, de modo que um

indivíduo com carga genética masculina não necessariamente vive a sexualidade como homem, e um indivíduo com carga genética feminina não necessariamente vive a sexualidade como mulher. Para a sexualidade, fatores sociais e culturais estão em jogo, para além dos fatores genéticos.

2. Essa resposta é aberta, podendo contemplar várias dimensões. É desejável que o estudante explore as questões de representação social sobre o gênero e os vários preconceitos aí implicados.
3. Resposta aberta e pessoal.
4. Resposta aberta e pessoal.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. A resposta será a soma dos números associados às alternativas corretas. Nesse caso, $1 + 4 + 8 = 13$.
2. B
3. A resposta será a soma dos números associados às alternativas corretas. Nesse caso, $4 + 8 + 16 = 28$.
4. C
5. A
6. D
7. E

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

- Observe o painel de fotos, leia o comentário e responda às questões.



Cristina Guerra/Arquivo da artista

Cada vez me pareço menos com minha foto 3 x 4, painel de fotos 3 x 4 automáticas feito em 1996 pela fotógrafa e artista plástica Cristina Guerra, moçambicana radicada no Brasil. A artista registra em painéis as fotografias descartadas pelos fotografados em cabines fotográficas instantâneas, talvez por defeitos na revelação, pela observação de juízo estético de não apreciação ou não identificação do que são, pareçam ou desejam ser.

- a) Observe a sua carteira de identidade (RG). Qual é a sua impressão? Este documento representa a sua identificação de forma ampla? Comente.
- b) O título do painel, *Cada vez me pareço menos com minha foto 3 x 4*, refere-se a que tempo verbal? Apresente a sua opinião referente ao título e à obra dessa artista e a justifique.
- c) Como as disciplinas que você estuda apresentam e tentam compreender o ser humano? Escreva um pequeno comentário sobre cada uma delas.
- d) Com base na ideia da artista plástica Cristina Guerra, organizem-se em grupo e montem um painel com as fotografias da sua turma. Depois de pronto, exponham esse painel no saguão de entrada da escola. Reflitam: qual foi o critério para a escolha dessas fotografias? O local onde o painel ficará exposto interferiu nessa escolha? Explique.

UNIDADE 3. POR QUE E COMO AGIMOS?

Essa unidade é dedicada à problemática da ação individual, às teorias éticas que fornecem elementos para a ação humana, visando uma “boa vida”. Um capítulo introdutório problematiza a questão dos valores e os dois seguintes apresentam e discutem algumas das principais posições sobre a ética trabalhadas ao longo da história da filosofia.

■ Capítulo 1. Os valores e as escolhas

Esse primeiro capítulo problematiza as noções de valor como fundamento para a ação humana. Procurou-se expor uma perspectiva universalista do valor, em diálogo com a teoria platônica, e um panorama historicista e perspectivista, em diálogo com Nietzsche e com Sartre.

A sensibilização é feita por meio do filme *Ágora*, que narra a história da filósofa Hipátia e os problemas que ela enfrentou em Alexandria no século III, com o conflito entre o paganismo romano e o cristianismo que crescia no império. O dilema moral de seu escravo Davus é apresentado para discutir o conflito de valores. Uma boa estratégia de trabalho seria começar a aula assistindo ao filme com os alunos, de modo a chamar a atenção deles para o tema e problematizar a questão.

Uma alternativa a essa abordagem seria fazer a sensibilização por meio do filme *Minority Report* – a nova lei, indicado no livro do aluno. No ano de 2054, a polícia conseguiu resolver o problema da criminalidade na cidade de Washington. Uma divisão especial, chamada “Pré-crime”, dispõe de três pessoas que possuem

a capacidade de ver o futuro e, assim, prever um crime antes que ele aconteça. A polícia age e prende quem cometeria o crime antes que ele ocorra. E a cidade consegue, finalmente, viver em paz. Mas uma questão ressoa: como pode uma pessoa ser presa se ela não fez, de fato, aquilo que ocasionaria sua prisão? Essa problematização pode mobilizar todo o trabalho com o capítulo.

Caso não seja possível assistir a todo o filme, sugere-se trabalhar com as duas primeiras cenas, que duram cerca de quinze minutos e são suficientes para colocar essa questão.

O capítulo se desenrola em diálogo com alguns filósofos, na seção *A filosofia na história*. Começamos com Platão, tratando da articulação entre valor e virtude na construção da cidade perfeita. Seria interessante introduzir, na abordagem desse tema, alguns trechos do diálogo *A república*. Na subseção *Trabalhando com textos* selecionamos um trecho, mas o professor pode introduzir outros que julgue mais convenientes.

Em seguida, exploramos a perspectiva nietzschiana trabalhada em *Genealogia da moral*. Ao final do capítulo encontra-se, na subseção *Trabalhando com textos*, um aforismo de Nietzsche que dialoga com esse tema e ajuda a aprofundar a investigação. Sugerimos uma edição resumida e adaptada do texto de Nietzsche, feita pelo especialista Oswaldo Giacoia Júnior. Pode-se desenvolver um trabalho complementar com esse livro.

O capítulo dialoga ainda com Sartre, ao tratar a questão do valor articulada com as noções de escolha e liberdade. Ao trabalhar essa parte do capítulo, podem ser feitos com os alunos exercícios práticos de discussão em torno de valores e escolhas. Sugere-se escolher algumas situações concretas, como: quando respeitamos uma lei (que limita a velocidade em uma rua ou rodovia, que impede a venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos, etc.), o fazemos porque escolhemos respeitar a lei ou porque não queremos sofrer as sanções ao desrespeitá-la? Qual é a diferença entre as duas posições? Quais são os valores envolvidos em um e outro caso? Esse tipo de exercício pode aguçar o debate e o pensamento dos jovens, bem como justificar a argumentação filosófica.

Na seção *Em busca do conceito*, são sugeridas várias atividades: debate, pesquisa, análise de imagem. Chamamos a atenção para a proposta de dissertação filosófica, que pede ao estudante que assuma uma posição em relação aos textos de Platão e de Nietzsche, redigindo um texto de forma argumentada para justificar a perspectiva escolhida.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Promova um debate em classe sobre a questão proposta pelo texto de Platão presente na subseção *Trabalhando com textos*: “o que é pior: praticar ou sofrer uma injustiça?”. Duas estratégias são possíveis. A primeira consiste em fazer o debate antes da leitura do texto. Seria interessante simular uma situação concreta. Por exemplo: um aluno foi acusado de ter pichado o muro da escola, mas não o fez. O que é pior? Realizar o ato ou ser acusado dele? Como cada um se posiciona? Que tipos de argumentos se constroem para justificar? Em seguida, faça a leitura do texto e confronte as posições assumidas com a argumentação de Sócrates. A segunda estratégia é inverter a ordem: faça primeiro a leitura do texto e depois o debate em classe, também valendo-se de uma situação concreta, para que não se fique com um debate abstrato. A argumentação socrática convence os estudantes? Eles a manifestam no debate?
2. Escolha um dos filmes sugeridos no livro do aluno, assista a ele com a turma e promova um debate sobre a problemática dos valores. A atividade fica ainda mais interessante se, ao final do debate, for solicitado a cada aluno que redija suas conclusões.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral* – uma polêmica. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PLATÃO. *A república*. 3. ed. Belém do Pará: Ed. UFPA, 2000.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Cometer uma injustiça é pior do que sofrê-la porque o mais feliz dentre os seres humanos é aquele que não possui maldade na alma. Ora, apenas os maus são capazes de cometer injustiça contra os outros; logo, praticar esse ato é ruim. Já aquele que sofre uma injustiça pode superar o sofrimento.

2. Sócrates faz uma analogia entre o doente que não se trata e permanece doente e aquele que comete uma injustiça. Cometer uma injustiça contra outrem é um crime, do qual só é capaz alguém que possui maldade na alma. Mas, assim como um doente, ele pode se curar, pois a prática da justiça é uma cura moral. Logo, alguém que pratica a justiça é como o doente que se trata e pode alcançar a felicidade. Por outro lado, alguém que pratica injustiça é como o doente que não se trata, permanece no mal e não pode ser feliz.
3. Não ser punido por um crime significa permanecer no mal porque enfrentar a punição equivale a uma cura moral. A pessoa que comete uma injustiça mas o reconhece e aceita ser punida pode se libertar da maldade da alma. Mas aquele que não é punido permanece na maldade.

Texto 2

1. Para Nietzsche, a vontade de poder é a própria vida. Viver é exercer a vontade de poder, querer expandir, crescer, tornar-se sempre melhor. Viver, assim, é dominar o mundo e os outros, no exercício da vontade de poder.
2. Porque no ocidente construiu-se uma moral que nega a vida, na medida em que nega a exploração, transformando-a em uma coisa negativa. Mas, segundo o filósofo, viver é explorar, é dominar, arriscar-se, ir além de si mesmo e, nesse sentido, viver é uma violência. Abster-se disso é, então, negar a vida.
3. A vida é opressão e exploração porque ela é a expansão para fora de si mesmo, por meio do exercício da vontade de poder. Viver é necessariamente entrar em confronto com outras pessoas e com o mundo, e é necessário enfrentá-los. Nisso consiste a vontade de poder que afirma a vida. Sem opressão e exploração não há vida possível. A segunda parte da resposta é pessoal.

Atividades

1. O valor é compreendido na filosofia como o padrão a partir do qual nós tomamos decisões sempre que estamos diante de uma situação em que precisamos escolher. Cada sociedade em cada época constrói seus próprios valores, que balisam as ações dos indivíduos.
2. Platão falava na existência de três caracteres diferentes. O caráter concupiscível é aquele no qual predominam os desejos. A pessoa com esse

caráter, quando precisa tomar uma decisão, o faz sempre com base em seus desejos. O caráter irascível é aquele no qual predominam as paixões. Uma pessoa irascível toma suas decisões sempre sob o calor da emoção. Por fim, o caráter racional é aquele no qual predomina a razão. Uma pessoa racional sempre pensa antes de agir, avalia racionalmente todas as consequências para tomar uma decisão.

3. Para Nietzsche, não há valores universais. Todos os valores são criações humanas e correspondem a interesses particulares. Os valores são sempre criações históricas, com validade naquele tempo e lugar. Segundo o filósofo, há um caráter ativo, que afirma seus próprios valores, e um caráter reativo, que só afirma seus valores negando os valores do outro. Para ele, uma situação saudável é aquela em que predomina o caráter ativo. Porém, na sociedade ocidental houve um processo de “inversão de valores”, pois predomina o caráter reativo, centrado na negação da vida e não em sua afirmação. Por isso é necessária uma “revalorização dos valores”, que recoloca em cena o caráter afirmativo da vida.
4. Para Sartre, a liberdade é a capacidade humana de fazer escolhas. Mas, para escolher, precisamos avaliar, julgar o valor de nossos atos. O valor é, então, um dos motores da liberdade. Avaliamos e agimos. Mas o valor é como o desejo: valorizamos sempre aquilo que não temos. Por isso, é fonte de transcendência, nos coloca sempre em ação, em direção àquilo que ainda não possuímos, àquilo que ainda não somos.
5. Dissertação. Trabalho de natureza pessoal.
6. Atividade aberta a ser realizada individualmente e debatida em grupo.
7. Resposta pessoal.

■ Capítulo 2. Ética: por que e para quê?

São destacadas e problematizadas nesse capítulo duas das principais perspectivas teleológicas da ética. Do pensamento antigo foi evidenciada a perspectiva aristotélica e, do pensamento moderno, a perspectiva kantiana, sem dúvida as mais importantes para o campo da ética até nossos dias.

Esse capítulo não introduz a sensibilização por meio de um filme. Caso o professor queira trabalhar nessa perspectiva, sugere-se o filme *Substitutos*, di-

rigido por Jonathan Mostow e estrelado por Bruce Willis. Nesse filme de ação baseado em uma história em quadrinhos, os seres humanos vivem confinados em seus apartamentos, de onde controlam andróides que os substituem. Os andróides são mais fortes, mais bonitos e não colocam em risco a vida da pessoa. Pode-se então questionar: o que faríamos em uma situação como essa? Como seriam nossas vidas? Em nome de que agiríamos? Buscaríamos a felicidade a qualquer custo? Ou agiríamos segundo aquilo que deve ser feito?

Iniciamos a investigação pela história da filosofia acompanhando Aristóteles na *Ética a Nicômaco*. Optou-se por focar na conceituação da **felicidade** como o “supremo bem” a ser buscado nas ações humanas. A subseção *Trabalhando com textos* traz um trecho da obra do filósofo que articula a felicidade com a atividade racional. A segunda parte do capítulo está dedicada a Kant e à construção de uma ética centrada no dever. O “imperativo categórico” é apresentado e discutido, sendo articulado com perspectiva de saída da minoridade como emancipação pela ação racional. Um trecho da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, sobre o imperativo categórico e a lei moral, completa essa etapa de investigação.

Dentre as atividades propostas nesse capítulo, destacamos aquela voltada para a redação de uma dissertação filosófica. Nela, optou-se por uma estratégia semelhante à das redações de vestibulares. É apresentada uma reportagem com dados sobre o envolvimento de jovens em acidentes de trânsito no Brasil e solicita-se que escrevam a dissertação com base nesses dados e nos temas estudados no capítulo. É importante, porém, reforçar para os alunos que não se trata de uma redação qualquer, mas de uma dissertação filosófica, na qual o tema será tratado conceitualmente e de forma argumentada.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Realize em sala de aula as atividades de leitura dos textos da subseção *Trabalhando com textos*, exercitando com os alunos a elaboração de uma síntese escrita de cada um deles, como forma de fixação da leitura filosófica dos mesmos. Após o estudo dos dois textos, pode-se solicitar aos alunos que tomem partido por uma das duas perspectivas éticas apresentadas e que escrevam uma dissertação, mostrando sua posição e defendendo-a com argumentos.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995.

LIMA VAZ, H. C. *Escritos de filosofia IV – introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

_____. *Escritos de filosofia V – introdução à ética filosófica 2*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Aristóteles, a felicidade é uma forma de contemplação. Como o ser humano é racional, sua principal atividade é contemplativa, de modo que ele será mais feliz quanto mais exercer a faculdade da contemplação.
2. Segundo o filósofo, a felicidade consiste no resultado de agir conforme a virtude. De modo que, para ser feliz, são necessários meios, como as posses. Por exemplo, quem não tem dinheiro algum não consegue ser feliz, pois não realiza seus atos mínimos, como se alimentar. Porém, a felicidade não reside nas posses, por isso elas não precisam ser excessivas. Necessitamos apenas do mínimo que nos permita agir.
3. O filósofo é o mais feliz dos homens porque é aquele que consegue juntar as duas principais características humanas: a contemplação e a ação. As duas são fonte de felicidade, mas a felicidade completa reside no exercício de ambas as características. Um ser humano que age, mas não contempla, não pode ser plenamente feliz, e vice-versa. De modo que o filósofo, ao reunir as duas perspectivas, agindo com justiça e nobreza, tem afinidade com os deuses e será o mais feliz dos homens. A segunda parte da resposta é pessoal.

Texto 2

1. O imperativo categórico é para Kant a enunciação da lei moral e a liberdade é seu pressuposto. O imperativo categórico só tem sentido se for assumido

por um sujeito racional livre, que escolhe agir moralmente, uma vez que ele diz respeito a uma ação livre de cada sujeito racional, que livremente escolhe, pelo uso da razão, que essa é a melhor forma de agir.

2. O limite de toda investigação moral é saber como uma razão pura (pensamento) pode se tornar uma razão prática (ação), uma vez que a razão humana não é capaz de explicar essa transformação.
3. O interesse pela lei moral é produzido nos seres humanos na medida em que eles participam da comunidade dos seres racionais. Como participante a um só tempo do mundo da razão e do mundo prático, os seres humanos são despertados para a necessidade de compreender os princípios de uma ação moral.

Atividades

1. Na filosofia aristotélica, a ação humana é sempre orientada para os fins que se pretendem alcançar, por isso ela é vista como uma “ética dos fins”. A questão consiste em saber quais são os melhores e verdadeiros fins para os quais devem convergir nossas ações.
2. Para Aristóteles, os fins da ação humana são sempre um bem, porque não faz sentido agirmos em direção ao mal. Entre os vários bens para os quais nossas ações tendem, a felicidade é o bem superior, porque ela é um bem em si mesmo. Isto é, nós procuramos a felicidade por ela mesma, não como um meio para atingir outra coisa.
3. Para Kant, as ações humanas são orientadas para finalidades, porém o que confere valor a elas não são essas finalidades, mas os princípios a partir dos quais nós agimos. Os fins podem se alterar, mas nossos princípios de ação devem ser sempre os mesmos.
4. Porque uma comunidade humana só é possível se houver respeito mútuo, que garanta boas práticas de convivência. Desse modo, se todos seguirem o mesmo princípio universal do imperativo categórico, a convivência será harmoniosa.
5. Para Kant, a maioria consiste no uso pleno da razão. Saímos da menoridade quando somos autônomos, isto é, capazes de pensar e agir por nós mesmos, sem obedecer a outras regras que não aquelas de nossa própria razão. Nisso consiste a liberdade e a ação ética.

6. Dissertação. Atividade aberta e pessoal.
7. Atividade de interpretação de texto. Resposta pessoal, na qual devem ser utilizados argumentos trabalhados no capítulo.

■ Capítulo 3. A vida como construção: uma obra de arte

O último capítulo dessa unidade dedica-se a problematizar as perspectivas éticas que focam a construção da vida cotidiana, visando a uma ética prática, mais do que teórica. Inicia-se a sensibilização com o filme *A vida é bela*, porém uma alternativa seria trabalhar com o filme *O fabuloso destino de Amélie Poulain*, também sugerido no livro do aluno. Com base na história de uma garota que vive uma vida comum, mas que decide realizar pequenos gestos cotidianos para provocar felicidade nas pessoas, pode-se problematizar os modos por meio dos quais construímos nossas vidas. Deixamo-nos levar pelo “destino”? Vivemos ao sabor dos acontecimentos? Ou traçamos planos e nos esforçamos para realizá-los? Assumimos a vida como algo dado ou como algo a ser construído?

Outra alternativa de sensibilização seria trabalhar com a música “O que é, o que é?”, de Gonzaguinha. Sugere-se ouvi-la em sala com os estudantes, acompanhando a letra. Em seguida, fazer uma rodada de discussão, para cada aluno dar sua opinião sobre o que é a vida, problematizando as diferentes perspectivas.

Na seção *A filosofia na história*, o capítulo apresenta as correntes filosóficas helenísticas e romanas que elegeram a ética como um dos temas centrais de seu pensamento. São abordados o cinismo, o estoicismo e o hedonismo epicurista, para enfatizar suas convergências e divergências, mas com foco no tipo de condução da vida que cada uma dessas correntes propunha. Na última parte da seção, é explorado como Michel Foucault resgata essa perspectiva no século XX ao propor a ética como uma estética da existência.

A subseção *Trabalhando com textos* traz trechos da *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*, de Epicuro, e de *Sobre a brevidade da vida*, de Sêneca. A sugestão é trabalhar esses textos para aprofundar a visão do epicurismo e do estoicismo, e também para demarcar as diferenças de pensamento entre as duas correntes. É interessante mostrar aos alunos o estilo direto dos textos, escritos para orientar as pessoas sobre como conduzir a vida, e não para produzir grandes sistemas teóricos. É importante demarcar que esse é um **esti-**

lo de se fazer filosofia, usando-a como prática de vida cotidiana.

Na seção *Em busca do conceito*, destaca-se uma atividade que atualiza a prática de um exercício espiritual, baseado naquilo que Foucault denomina “escrita de si”: fazer um diário ou mesmo um *blog*, no qual os alunos escrevam suas experiências cotidianas e reflexões, analisando, depois de um período, o impacto disso em seu autoconhecimento. Sugerimos ao professor que, caso perceba a possibilidade de desenvolvimento desse tipo de atividade com sua turma, a explore a fundo, articulando-a com o conteúdo do capítulo.

Na proposta de dissertação filosófica optou-se por lançar um tema na forma de pergunta (“A felicidade é nosso único objetivo?”), fornecendo um fragmento de texto e um poema como mobilizadores do pensamento.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Proponha aos estudantes uma pesquisa sobre os tipos de exercícios espirituais praticados por estoicos e epicuristas, e a realização de alguns deles. Por exemplo: os alunos podem se reunir em duplas e, durante um período (uma semana, por exemplo), conversarem, narrando suas experiências e pedindo comentários um ao outro. Em uma primeira etapa, um escreve e o outro comenta; na etapa seguinte, invertem-se os papéis. Ao final do período, faça uma análise da experiência e promova um debate coletivo sobre os resultados.
2. No livro *101 experiências de filosofia cotidiana*, de Roger-Pol Droit (Rio de Janeiro: Sextante, 2002), pode-se escolher duas ou três que sejam apropriadas para as condições disponíveis na escola e realizá-las com os alunos, organizando em seguida um debate coletivo.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

EPICURO; LUCRÉCIO; CÍCERO; SÊNECA; MARCO AURÉLIO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

EPICURO. *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

EPITECTO. *Manual de Epitecto – máximas, diatribes e aforismos*. Lisboa: Vega, 1992.

SAVATER, F. *Ética como amor-próprio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *As relações humanas*. 2. ed. São Paulo: Landy, 2007.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Não precisamos temer a morte porque ela não é mais do que o fim da existência. Nada há depois dela, portanto não temos do que ter medo. Se com a morte cessam as sensações, também não haverá dor. Quando ela chega, nós já não estamos presentes, portanto não pode nos fazer qualquer mal. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. O prazer é o bem inerente ao ser humano; ele é a fonte de uma vida feliz. É pelo prazer que tomamos nossas decisões; é ele que nos faz agir. O verdadeiro prazer não é aquele dos sentidos, mas da alma: não há prazer equivalente a ter a alma tranqüila, não perturbada por medos e dores.
3. A prudência é a principal das virtudes, e a felicidade é inseparável das virtudes. Uma vida de prazeres sensíveis não é uma vida feliz, pois é uma vida inconstante. A felicidade consiste na ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Esses estados só podem ser alcançados pelo exercício da prudência, por meio do qual evitamos cometer excessos que podem provocar dores físicas ou perturbações na alma.

Texto 2

1. Os poetas são criticados porque em seus versos exaltam os vícios humanos e os remetem, inclusive, aos deuses, que são vistos como exemplos de fraqueza. Aqueles que vivem uma vida de prazeres mundanos não conseguem existir de forma plena, porque estão sempre esperando por uma situação melhor, que realizará seus desejos. Mas, nessa espera, perdemos a chance de bem viver a vida. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. Porque nas coisas tranqüilas podemos encontrar o verdadeiro prazer. É vivendo com tranqüilidade, evitando as perturbações da alma que achamos a felicidade.

3. É uma condição miserável porque esses seres humanos perdem a vida se ocupando de outras coisas e de outras pessoas, esquecendo-se de cuidar de si mesmos. Apenas aqueles que cuidam de si mesmos podem aproveitar a vida em sua brevidade.

Atividades

1. Os cínicos não se dedicaram a produzir tratados teóricos de ética, a pensar em como deveríamos agir. Eles simplesmente agiam, no espaço público, de forma coerente com seu pensamento. Por exemplo: se pensavam que o dinheiro não fosse fundamental para a felicidade, viviam da forma mais simples possível, encontrando-a na pobreza material, mas com grandeza de espírito. Sua ação era, assim, uma forma de ensinamento prático para aqueles que com eles conviviam.
2. As duas escolas filosóficas defendiam a vida pautada no princípio da não perturbação da alma (ataraxia). No entanto, divergiam na forma de alcançar a tranqüilidade da alma. Para os epicuristas, chegava-se à ataraxia pela dupla ação de evitar a dor e buscar o prazer. Para os estoicos, a ataraxia era alcançada evitando o prazer. É interessante que, a partir desse núcleo, os estudantes construam sua análise e aprofundem a questão.
3. Deleuze chamou de “arte das superfícies” uma preocupação com a vida cotidiana. Ela diferia da preocupação com as ideias universais (em Platão) ou com os fundamentos da natureza (nos pré-socráticos). Espera-se que cada aluno possa expressar essa noção de modo pessoal, como a compreendeu.
4. Na sociedade capitalista contemporânea, vivemos um individualismo extremado, ao mesmo tempo em que tudo é transformado em mercadoria. Uma “ética do eu” nesse contexto significa uma intensificação do individualismo, bem como um hedonismo (culto do prazer) direcionado ao prazer como consumo. Isso desvirtua completamente a perspectiva de uma ética como construção de si mesmo.
5. Foucault não vê a liberdade como uma essência, como uma característica intrínseca do sujeito. Para ele, a liberdade está na ação, só faz sentido falarmos em práticas de liberdade. O sujeito capaz dessas práticas é aquele que cuida de si mesmo, que constrói sua vida e a si mesmo, sem

se deixar levar pelos processos sociais de assujeitamento.

6. Os exercícios espirituais foram usados, especialmente na filosofia antiga, como práticas de pensamento, de construção de si mesmo, voltados para uma autoformação. Por meio deles, a filosofia deixa de ser pura contemplação e se torna algo prático. Como exemplos, podemos citar várias formas de escrita, nas quais a pessoa escreve (para si ou para os outros) como forma de se conhecer melhor e aprimorar sua vida.
7. Atividade aberta a ser realizada individualmente.
8. Dissertação filosófica.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é vincular a reflexão ética kantiana à liberdade política trazida pelo fim das monarquias absolutistas. Com a queda do direito divino dos reis e, conseqüentemente, do monarca, considerado o lastro da moralidade, tornou-se necessário encontrar um fundamento para a ação humana. Ao fundá-la na razão, Kant repensa também a questão da responsabilidade pelos próprios atos e reafirma que o homem é livre.

Procurou-se também problematizar essa liberdade nos dias atuais, mediante a consideração do fenômeno da publicidade, que ataca frontalmente a razão, fonte da liberdade, seduzindo pessoas por meio da manipulação do desejo. Pretende-se, com essas atividades, mostrar a importância das reflexões sobre a liberdade e da questão da responsabilidade que ela porta, bem como oferecer a possibilidade de uma visão crítica a respeito dos obstáculos à emancipação e à conquista da liberdade na sociedade contemporânea.

1. Em um contexto no qual a autoridade está fundada no direito divino dos reis, os sentidos do pensar e do agir são dados ao indivíduo de forma heterônoma. Assim, a visão de mundo e as leis morais que acata não decorrem de seu exercício do pensamento autônomo, mas lhe são fornecidas de antemão pela autoridade da ordem estabelecida. Ora, quando os indivíduos não estabelecem suas próprias leis – as quais decidem promover e respeitar em um gesto racional de liberdade (autonomia) – e devem aceitar e se adequar às leis de outrem (heteronomia) de forma acrítica, então eles estão na menoridade, conforme caracteriza Kant.

2. Com o fim da autoridade divina dos reis, a sociedade perdeu aquilo que fundamentaria as ações. Diante desse vazio, foi necessário que os indivíduos estabelecessem por si mesmos, isto é, com base na própria razão, os critérios que determinam que uma ação seja boa ou ruim.
3. O sistema capitalista foi um dos responsáveis pela queda do regime absolutista, pois deu ensejo ao nascimento de uma nova classe, denominada burguesia. Na medida em que aumentava seu poder econômico e político, para crescer, a burguesia precisou se ver livre do rei, mantenedor da antiga ordem, a qual era submetida à servidão, uma vez que, em sua maioria, os burgueses eram destituídos de origem nobre.

Na sociedade de consumo, o sistema capitalista engendra necessidades e desejos com a criação de produtos e sua promoção pelos meios de comunicação, para que o círculo de produção e consumo seja intensificado e perpetuado. Ou seja, aos indivíduos é propagado cotidianamente, por meio da aparência das propagandas, um modo de vida padrão, único, por pautar-se fundamentalmente no consumismo. O que inibe o indivíduo a buscar o exercício do pensamento autônomo, fundamental à formação da subjetividade e à concepção de uma pluralidade de ideias, que não se identifiquem com uma visão de mundo vigente.

4. A propaganda ameaça a autonomia porque apela aos desejos irrefletidos. Ao instigá-los por meio de uma bela aparência ou um discurso elaborado, os quais, quase sempre, não correspondem com as reais intenções de seu emissor, a propaganda induz as pessoas a formas de pensamentos e de ações baseadas no desejo, e não na razão. A segunda parte da pergunta é pessoal.

Um diálogo com sociologia e história

1. Resposta pessoal. Espera-se que o aluno faça uso dos conceitos estudados para construir sua argumentação.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o aluno aplique os conceitos estudados na unidade, como a noção de imperativo categórico de Kant, para discutir a relação da lei com a justiça.
3. Espera-se que os estudantes usem elementos da sociologia para pensar a questão da justiça relacionada com os princípios éticos, bem como

conteúdos de história, comparando momentos em que a lei não necessariamente é justa, do ponto de vista social.

4. O paradoxo aludido na pergunta diz respeito ao fato de o tratorista ter tido, em dado momento, a função de derrubar casas e, em outro, a de preparar o terreno para sua construção. Espera-se que o estudante possa avaliar isso usando elementos de filosofia e de sociologia. Na segunda parte, ele deve fazer uso dos vários conceitos relacionados à ética para analisar a situação trabalhada no texto.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. C
2. C
3. B
4. A
5. 4
6. A
7. Resposta dissertativa. A perspectiva de resposta esperada é aquela que evidencie que é comum as pessoas recorrerem a representações que têm dos deuses. Uma representação corrente na cultura grega é que os deuses poderiam interferir na vida dos seres humanos; assim, a busca da felicidade passaria por agradecer aos deuses, por temê-los, por nada fazer que pudesse contrariá-los. Mas Epicuro afirma que os deuses existem, mas em nada interferem nas vidas humanas. Logo, não há o que temer deles.
8. Resposta dissertativa. A resposta correta consiste em afirmar a menoridade como a incapacidade do uso próprio da razão, e a autonomia intelectual como expressão da maioridade, na perspectiva de Kant.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

1. (Enem, 2011 – redação) Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”, apresentando proposta de conscien-

tização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. n. 240, jul. 2011. (Fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. “Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar em uma rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado”, acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011. (Adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <<http://malvados.wordpress.com>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

2. (Fuvest, 2012 – 2ª fase) Leia com atenção o seguinte texto:

A onipresença do olho mágico da televisão no centro da vida doméstica dos brasileiros, com o poder (imaginário) de tudo mostrar e tudo ver que os espectadores lhe atribuem, vem provocando curiosas alterações nas relações entre o público e o privado. Durante pelo menos dois séculos, o bom gosto burguês nos ensinou que algumas coisas não se dizem, não se mostram e não se fazem em público. Essas mesmas coisas, até então reservadas ao espaço da privacidade, hoje ocupam o centro da cena televisiva. Não que o bom gosto burguês deva ser tomado como referência indiscutível da ética que regula a vida em qualquer sociedade. Mas a inversão de padrões que pareciam tão convenientemente estabelecidos nos países do Ocidente dá o que pensar. No mínimo, podemos concluir que a burguesia do terceiro milênio já não é a mesma que ditou o bom comportamento dos dois séculos passados. No máximo, supõe-se que os fundamentos do contrato que ordenava a vida social entre os séculos XIX e XX estão profundamente abalados, e já vivemos, sem nos dar conta, em uma sociedade pós-burguesa, em um sentido semelhante ao que chamamos uma sociedade pós-moderna.

KEHL, Maria R. In: BUCCI; KEHL. *Videologias: ensaios sobre televisão*.

- a) O que a autora do texto quer dizer quando se refere ao “poder de tudo mostrar e tudo ver”, atribuído à televisão, como “imaginário”?
- b) Indique a palavra do primeiro período que tem o mesmo significado do prefixo que entra na formação da palavra “onipresença”.
- c) Indique uma palavra ou expressão do texto que corresponda ao sentido da palavra “ética”.

UNIDADE 4. COMO NOS RELACIONAMOS?

A quarta unidade está dedicada aos relacionamentos humanos coletivos, à política. Um capítulo introdutório discute alguns conceitos de poder e a emergência do pensamento político entre os gregos, chegando às transformações renascentistas neste pensamento. O capítulo 2 está centrado na noção de Estado, abordando as teorias contratualistas modernas e as críticas ao Estado no século XIX. O capítulo final mostra alguns elementos do pensamento político contemporâneo, focado no mundo presente.

Capítulo 1. Poder e política

Considerando que as relações entre os seres humanos são correlações de forças, relações de poder, e que é o poder que possibilita a política, é necessário, então, compreender o poder. A etapa de sensibilização é trabalhada com a música “Companheiro Bush”, de Tom Zé. Como alternativa, pode-se usar duas outras canções, ambas de Milton Nascimento: “Coração civil” e “Carta à república”. Essas letras são marcadas pela crítica e resistência ao regime militar brasileiro.

Ao trabalhar com canções, sempre que possível, é interessante ouvi-las em sala de aula, acompanhar a letra, destacar os pontos de interesse para a problemática que será estudada e estimular um debate coletivo em torno desses pontos. No caso da canção de Tom Zé, que trata de um fato de política internacional

recente, com grande repercussão na mídia, salientamos as ambiguidades do meio político. Os discursos sobre a democracia, de um lado, e a imposição da guerra, de outro. No caso das canções de Milton Nascimento, a primeira, de 1981, é um dos “hinos” contra o regime militar no Brasil, a defesa de um regime democrático, inspirado na Costa Rica, uma das mais antigas democracias em território americano. A segunda, de 1987, início do processo de redemocratização do país, trata da construção do futuro. Em ambas, fica muito marcada a questão da participação popular como base da política. Essa discussão seria bastante pertinente para abrir a problemática do capítulo.

A seção *A filosofia na história* está estruturada em duas partes. A primeira dedica-se à apresentação e discussão de diferentes conceitos de poder. Optou-se por uma exposição didática da concepção clássica de poder como uma “macrofísica”, a ela contrapondo uma “microfísica do poder”, tal como pensada por Foucault. A segunda parte da seção inicia um percurso histórico pelas filosofias políticas. No período da Antiguidade grega, a questão é aberta com Platão e o destaque é em Aristóteles. Enfatizam-se, em seguida, as transformações no pensamento político renascentista, com Maquiavel, e também a leitura de Etienne de la Boétie sobre a tirania.

A subseção *Trabalhando com textos* visa aprofundar os conteúdos trabalhados no capítulo por meio de dois textos: um trecho de *A política*, de Aristóteles, que conceitua o ser humano como “animal político”; e um trecho de um texto de Foucault, em que o poder é pensado como rede de relações. Uma conceituação antiga e uma conceituação contemporânea, por meio das quais podem ser exploradas as diferenças nas problemáticas trabalhadas e as divergências no pensamento.

Entre as várias atividades propostas, que têm por intenção despertar a reflexão dos estudantes, destacamos duas, que estão centradas na prática da cidadania. Uma delas tematiza os grêmios escolares e a participação dos alunos; a outra está focada nas propostas do “Portal da Transparência” e no efetivo acompanhamento pelos cidadãos dos assuntos de sua cidade.

Para a proposta de dissertação filosófica, sugeriu-se um artigo de jornal e uma letra de música como disparadores no tratamento do tema: “as relações sociais e os limites da comunidade política”. Na realização dessa atividade, os estudantes devem ser orientados a explorar os conteúdos conceituais trabalhados no capítulo,

tomando os textos propostos como provocações, não como elementos de argumentação.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *A política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEBRUN, G. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe e Escritos políticos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. A cidade está nos desígnios da natureza porque é próprio da natureza humana a associação com outros, a convivência, o compartilhamento da vida. Se naturalmente os seres humanos vivem juntos, as cidades são resultados naturais do crescimento das comunidades humanas.
2. O que diferencia o ser humano dos outros animais e faz dele um “animal político” é que a natureza lhe concedeu o dom da palavra (linguagem), o que o possibilitou ser mais social que os outros animais e constituir os laços que ligam toda sociedade doméstica e civil.
3. A cidade basta a si mesma porque é perfeita e constitui um bem em si. Em outras palavras, a perfeição da cidade consiste em sua plena realização em relação à finalidade que a natureza lhe atribuiu, que é proporcionar a conservação dos seres humanos e o seu bem-estar. Seus habitantes não podem ser autossuficientes porque é de sua própria natureza ser um animal político. Sendo assim, ele busca naturalmente a conservação de si e o bem-estar na cidade, constituindo-a, em vista disso, mediante um laço necessário, que é racional, político e comunicativo, por meio da palavra.

Texto 2

1. Porque, no ocidente, historicamente, há uma constante disputa pelo poder. Ademais, a visão restritiva, que diz respeito ao caráter restritivo do poder, concebido como regra e proibição, foi o modo como se deu a concorrência e a apropriação do poder pela via jurídica.
2. As monarquias medievais usaram o direito romano como meio de definir as formas e mecanismos de seu poder, que adotou então uma perspectiva jurídica. Um poder capaz de dizer sim a determinadas práticas e não a outras, de definir o que pode e o que não pode ser feito. Essa forma de exercício jurídico do poder contribuiu para consolidar um conceito de poder como repressão, como interdição.
3. Não, porque a burguesia também se beneficiou do poder de se autorrepresentar, usando-o contra a monarquia. O que, apesar disso, não constituiu, para Foucault, uma mudança na concepção de poder vigente.

Atividades

1. Por um lado, temos uma “macrofísica do poder”, que o analisa desde uma perspectiva ampla, percebendo as grandes linhas de seu exercício. Nesse contexto, o poder é visto como repressão, capacidade de interdição, de modo que o fato de alguns deterem o poder significa que outros devem estar fora dele. Por outro lado, temos uma “microfísica do poder”, que o vê como uma rede de relações, presente em todas as relações humanas, das mais simples, como o envolvimento entre professor e aluno, até aquelas entre governantes e governados. Aqui, o poder é entendido como algo que todos os sujeitos exercem, cada um em seus âmbitos próprios de relação, e ele não é puramente negativo, na medida em que produz coisas e efeitos e sempre encontra resistência. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. Platão determinou, por meio de critérios, a função de todos os integrantes de uma cidade de acordo com seu caráter, indicando o seguinte: o governo cabe aos filósofos, aos sábios e àqueles dotados de um caráter racional, que exercitam o pensamento, por meio do qual se pode contemplar a ideia verdadeira de justiça – qualidade fundamental ao governante; a defesa fica destinada aos de caráter irascível, por serem corajosos; e a produção de bens necessários à sobrevivência

fica reservada aos de caráter concupiscível, por serem ambiciosos.

3. Para Aristóteles, a comunidade política é natural porque é a realização da própria natureza dos seres humanos. O ser humano é um ser social, um “animal político”, que, por ser dotado de linguagem – e, portanto, de razão –, busca naturalmente a forma comunitária de sociabilização mais racional, sendo a cidade a mais perfeita, para viver racionalmente.
4. A concepção política de Maquiavel introduziu uma nova forma de pensar sobre a política, em um sentido oposto à concepção dos antigos: enquanto estes consideravam a política sob o ponto de vista do que ela deveria ser, Maquiavel buscou defini-la como ela efetivamente é. Nesse sentido, sua concepção ficou conhecida como realista (as coisas como realmente são) e utilitarista (os conselhos a um bom governo).
5. A crítica de La Boétie à servidão voluntária recai sobre as relações de poder que se estabelecem no tecido social, e não sobre as que se dão por meio da imposição de um tirano a uma sociedade submissa. Assim, as razões de os indivíduos serem subjugados à violência, à escravidão e à guerra não se encontram na autoridade do tirano, mas na submissão voluntária dos súditos às suas imposições. Para ele, a dominação se realiza mediante a participação direta dos próprios dominados, que ao se entregarem ao súdito fundamentam seu poder.
6. Resposta pessoal, que depende da realidade do aluno.
7. Atividade pessoal.
8. Dissertação filosófica; atividade de cunho pessoal.

■ Capítulo 2. Estado, sociedade e poder

O objetivo desse capítulo é discutir o conceito de Estado. A sensibilização é feita com a canção “Estado violência”, dos Titãs, cuja letra está reproduzida no livro do aluno. Sugere-se, como em situações anteriores, ouvi-la em sala, debatendo a letra. Nesse caso, a questão central que se coloca é: como se relacionam indivíduo e Estado? A ação do Estado sobre o indivíduo é uma violência, um impedimento à liberdade? Ou será sua condição?

A investigação pela história da filosofia está centrada nas filosofias modernas. Uma primeira parte dedica-se a pensar a noção de contrato social na teo-

ria política moderna, com foco nas diferentes concepções de Hobbes, Locke e Rousseau. Nas perspectivas contratualistas, o Estado é uma instituição produzida pelos próprios seres humanos, que deixam o “estado de natureza” para produzir o convívio social e político com vistas a alguma finalidade coletiva. O Estado é a própria política.

A segunda parte da seção *A filosofia na história* foca teorias políticas do século XIX, centradas na crítica ao Estado como instrumento de exploração entre classes sociais. Foram destacados o marxismo e o anarquismo, bem como uma discussão em torno de suas semelhanças e diferenças.

Em *Trabalhando com textos* estão reproduzidos um trecho de Rousseau sobre a soberania e um trecho de Bakunin, que toma o Estado como instrumento de dominação, que traz em si mesmo o germe da revolta. Como já sugerido em outros momentos, uma estratégia interessante seria começar a etapa de investigação por esses textos. Após discutir a música dos Titãs na sensibilização, o texto de Rousseau poderia ser trabalhado para afirmar uma relação positiva entre indivíduo e Estado, e o texto de Bakunin, para estabelecer uma relação negativa entre ambos. Com base na leitura, no comentário e nos exercícios de síntese dos textos, cada uma dessas posições seriam aprofundadas, depois, com o texto do capítulo.

Na seção *Em busca do conceito*, as propostas de atividades concretas de afirmação da cidadania focam as organizações da sociedade civil, o poder legislativo e a questão do voto no Brasil. É importante dedicar um bom tempo de trabalho a essas atividades, estimulando os alunos a relacionarem os conteúdos trabalhados no capítulo com a abordagem dessas questões contemporâneas. A proposta de dissertação filosófica é feita com a indicação de um tema-problema: “o fim do Estado é inevitável?”. Além dos elementos trabalhados no capítulo, sugerem-se dois trechos de texto como disparadores da reflexão.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Pode-se trabalhar com o filme *Terra e liberdade* (Direção de Ken Loach. Reino Unido/Espanha/Itália/Alemanha, 1995, 109 min). Baseado em um romance de George Orwell, o filme retrata a guerra civil espanhola na década de 1930. A ação dos anarquistas em certas regiões da Catalunha levou à coletivização dos bens e a uma gestão anarquista das esferas sociais. Após assistir coletivamente ao

filme, promova um debate que resgate os temas do capítulo e represente sua questão inicial: o Estado é uma violência sobre o indivíduo?

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BAKUNIN, M. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2011.

HOBBS, T. *Do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cia. das Letras/Penguin, 2012.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Cia. das Letras/Penguin, 2011.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Diferente dos regimes monárquicos, em que o soberano é um indivíduo, Rousseau defende que em uma democracia o soberano é um ser coletivo, isto é, a reunião de todos os cidadãos. É esse ser coletivo que representa a vontade geral, a expressão do que o conjunto dos cidadãos quer.
2. A soberania é inalienável porque só ela pode garantir ao povo o exercício da sua vontade, que visa ao bem comum. Além disso, para Rousseau, a vontade, por meio da qual o povo escolhe seu representante no governo, não pode ser atribuída a ele; justamente o contrário do que acontece com o poder, que é delegado ao governo escolhido, por meio da soberania popular.
3. Sim. Segundo Rousseau, a concordância de uma vontade particular com a vontade geral é possível em duas condições: quando não há garantia de segurança e de duração da concordância das vontades, e quando o povo se silencia em relação a uma medida tomada pelo soberano a partir de sua própria vontade. Pois do silêncio, diz Rousseau, deve-se deduzir o consentimento do povo.
4. A soberania é a base de qualquer sociedade porque, para Rousseau, tanto a necessidade do estabelecimento da sociedade quanto sua realização são

oriundas das práticas políticas da oposição e, sobretudo, da convergência dos interesses particulares dos indivíduos a uma vontade comum a todos, o que constitui a soberania popular – princípio fundamental de uma sociedade justa, igual e livre.

Texto 2

1. O Estado é um mal porque é a expressão da violência e da exploração dos indivíduos. Diante do Estado, não há liberdade possível. Mas é ao mesmo tempo uma instituição que surgiu de uma necessidade histórica. Em sociedades de exploração do homem pelo homem, fez-se necessária uma instituição que garantisse a estruturação dessa sociedade e protegesse os direitos dos dominantes. Mas, assim como o Estado é resultado de uma necessidade histórica, é também necessária a sua destruição, para que possa ser possível a construção de uma sociedade justa, sem exploração.
2. Para Bakunin, a exploração e o governo são termos inseparáveis da política, porque enquanto o primeiro fornece os meios e constitui a base e o objetivo de todo governo, o segundo garante a legalidade da exploração.
3. Para criticar o regime burguês, Bakunin se opõe ao Estado moderno, cuja fundação foi empreendida pela burguesia, e ao governo. Esses elementos, sob um ponto de vista teórico, compõem uma doutrina que busca a liberdade e a moral fora da solidariedade social. Essa doutrina, por sua vez, sob o ponto de vista prático, conduz a burguesia ao governo de um pequeno grupo espoliador, que leva a maioria à escravidão e à negação da liberdade e da moralidade.

Atividades

1. Resposta pessoal com os conceitos estudados no capítulo.
2. Há muitas possibilidades de relacionar as semelhanças e diferenças entre as noções de “estado de natureza” e “contrato social” em Hobbes, Locke e Rousseau. De um modo resumido, pode-se dizer que Hobbes, Locke e Rousseau pensavam que o contrato social era precedido de um estado de natureza. Esse estado, tanto para Hobbes como para Locke, era marcado pelo exercício da liberdade natural em nome da segurança individual. O que, na prática, dava-se por meio da violência e da guerra de todos contra todos, deflagrada em

nome da sobrevivência e da posse de bens e da propriedade privada, em um contexto marcado pela ausência de leis reguladoras da vida comum e de direitos garantidores da paz. Ao contrário dos dois pensadores ingleses, Rousseau afirmava que o estado de natureza era justamente o estado de liberdade e igualdade entre os seres humanos, contraposto também à sociedade política, verdadeira fonte de guerra contra a qual um pacto social (contrato social) deveria ser firmado, a fim de garantir a paz, a liberdade e a igualdade a todos. Além disso, embora Locke e Rousseau concordassem que no estado de natureza a disputa pela propriedade era central, Rousseau discordava de que uma das finalidades do contrato social fosse regular e garantir o direito à propriedade privada, conforme Locke propunha. Para Rousseau, a necessidade do pacto consistia justamente em suprimir a desigualdade histórica, que fundou o estado social.

3. Assim como Marx e Engels, os anarquistas criticavam o Estado como instrumento da burguesia para conquistar e manter privilégios por meio da limitação das liberdades individuais e da exploração do proletariado, mantendo assim a dominação sobre os indivíduos e a desigualdade social. Porém, anarquistas e marxistas discordavam quanto ao uso político do Estado como meio para se alcançar a liberdade e o comunismo.
4. Resposta pessoal na forma de texto dissertativo.
5. Os marxistas defendiam a tomada do poder de Estado pela classe trabalhadora, a estatização dos bens e dos meios de produção, com a instituição do socialismo. Com o tempo, o Estado se tornaria desnecessário e desapareceria. Os anarquistas defendiam a necessidade de uma revolução social que destruísse rapidamente o Estado e abrisse caminho para a construção de uma sociedade igualitária e libertária.
6. Resposta pessoal, na qual se espera que o estudante utilize os conceitos estudados para analisar sua própria realidade.
7. Resposta pessoal.
8. Dissertação filosófica; atividade pessoal.

■ Capítulo 3. Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle

A questão central desse capítulo é a sociedade contemporânea, pensada como “sociedade de con-

trole”, que funciona no registro daquilo que Foucault denominou biopolítica, uma política que se exerce pelo controle da vida das populações. Dadas as proximidades dessa problemática com um importante fenômeno político de meados do século XX, o totalitarismo também é trabalhado no capítulo.

Para a sensibilização, foi escolhido um clássico de ficção científica da década de 1960, *Alphaville*, de Jean-Luc Godard. Ainda que seja um filme que talvez não prenda tanto a atenção dos adolescentes contemporâneos, julgamos interessante trabalhar com ele ou com algumas de suas cenas para problematizar o pensamento da década de 1960 sobre o que seria uma sociedade controlada por um computador, em confronto com as possibilidades de controle eletrônico de que dispomos atualmente. A problematização pode ser feita na seguinte direção: a tecnologia nos possibilita maior liberdade ou somos cada vez mais controlados?

Uma alternativa é fazer a sensibilização por meio de um trecho de um poema de Bertolt Brecht reproduzido a seguir.

Dificuldade de governar

1

Os ministros não cansam de dizer ao povo
Como é difícil governar. Sem os ministros
O grão de trigo cresceria para baixo, não para cima.
Nenhum pedaço de carvão sairia das minas
Se o Chanceler não fosse tão sábio. Sem o Ministro
da Propaganda
Nenhuma mulher ficaria grávida. Sem o Ministro
da Guerra
Jamais haveria guerra. Sim, se o sol se levantasse
de manhã
Sem a permissão do Führer
É inteiramente discutível, e se o fizesse
Seria no lugar errado.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense: 1990. p. 195.

Após a leitura e o debate sobre o poema, pode-se problematizar a função do governo e o modo como um regime totalitário se faz representar para a população, como se a própria natureza dependesse da ação dos seres humanos que ocupam cargos públicos.

A seção *A filosofia na história* é iniciada com a análise feita por Hannah Arendt dos totalitarismos no século XX, o regime nazista alemão e o stalinismo soviético. A filósofa mostra que eles possuíram a mesma natureza, assentando-se sobre o isolamento político

dos indivíduos. Em seguida, passa-se a uma análise da perspectiva política das últimas décadas do século XX e as primeiras deste século, com base nos conceitos foucaultianos de disciplina e biopoder. A última parte do capítulo está dedicada à filosofia política produzida por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Evidenciam-se a noção deleuziana de “sociedade de controle” e as possibilidades de resistência, em torno de uma micropolítica, das “revoluções moleculares” pensadas por Guattari.

Um texto de Agnes Heller, que desvenda como o regime nazista lançou mão do preconceito para a construção de uma política totalitária, está na subseção *Trabalhando com textos*. Ele dialoga diretamente com as análises de Arendt e, por isso, sugere-se ao professor que trabalhe com esse texto quando abordar essa parte do capítulo, articulando o preconceito como categoria do comportamento cotidiano ao isolamento dos indivíduos analisado pela filósofa alemã. O outro texto dessa subseção é um trecho de Guattari, que explora as possibilidades de que as micropolíticas do desejo desencadeiem amplos processos de transformação.

Entre as múltiplas atividades da seção *Em busca do conceito*, destaca-se uma vez mais a proposta de dissertação filosófica, como forma de estimular nos alunos a prática do pensamento próprio, a partir daquilo que foi estudado no capítulo. Nessa oportunidade, sugere-se como tema-problema “A sociedade de controle é um novo totalitarismo?”.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Assista com os alunos ao filme *Controle absoluto* (Direção de D. J. Caruso. Estados Unidos, 2008, 118 min) ou solicite que eles vejam em casa. Discuta a situação ficcional apresentada no filme: um programa de computador capaz de assumir o controle dos meios de comunicação e vigiar e fiscalizar as ações de uma pessoa. Debata a seguinte questão: até que ponto a tecnologia nos liberta? Até que ponto ela nos controla? Quais são as implicações políticas disso para a sociedade contemporânea? Após o debate, peça a cada estudante um texto argumentativo com suas conclusões.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARENDR, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

DELEUZE, G. *Conversações*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUATTARI, F. *Revolução molecular – pulsações políticas do desejo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta contemple a ideia de que, além de ser uma categoria do pensamento e do comportamento cotidianos, conforme aponta Heller, o preconceito é também um instrumento político das classes dominantes, usado de modo extracotidiano contra aqueles que ameaçam seus interesses e a coesão da estrutura social vigente.
2. Um governo totalitário pode fazer uso do preconceito de modo extracotidiano, incitar o ódio e a aversão de um grupo de indivíduos contra outro, recorrer à particularidade individual contra a práxis orientada no sentido humano-genérico; isto, seja para manter seus interesses e a ordem do poder vigente, seja para mobilizar a seu favor indivíduos de uma mesma sociedade que representem interesses antagônicos.
3. Segundo Heller, na maioria dos casos, é somente após a ocorrência de uma situação que envolve preconceito que nos damos conta de que, a princípio, o que parecia ser uma opinião, na verdade, tratava-se de uma ideia preconceituosa. Além disso, com frequência, somos incapazes de reconhecer o momento histórico emergencial no qual nossas ideias não preconceituosas tornam-se preconceitos.
4. Resposta pessoal.

Texto 2

1. Para Guattari, uma política que se dirige ao desejo e às questões individuais é uma política na medida em que é uma microfísica do desejo, isto é, uma análise que busca a política dirigida no desejo do indivíduo e dos pequenos grupos sociais.
2. A utilidade da análise micropolítica consiste em situar as ações de transformação social, apoiadas em

um objetivo transcendente e único, em objetivos múltiplos e de alcance imediato dos mais diversos grupos sociais. Sua utilidade consiste também em relativizar essas ações, tendo em vista o sentido de uma prática analítica, que se opõe à repressão, ao burocratismo, ao maniqueísmo nos movimentos sociais vigentes.

3. Segundo Guattari, as lutas micropolíticas evitam a centralização da ação política em um ponto único, uma luta única (partido político, sindicato, etc). Elas privilegiam uma análise que aponta as grandes lutas no acúmulo de pequenas lutas cotidianas (ações pessoais ou coletivas, nos âmbitos privado e público), protagonizadas por indivíduos e grupos sociais diversos.

Atividades

1. Arendt diferencia o totalitarismo dos sistemas políticos clássicos, afirmando que, enquanto os governantes de sistemas clássicos, como monarquia, república e tirania, têm respectivamente a honra, a virtude e o medo como princípio, o totalitarismo tem o terror como princípio. Ademais, ao contrário dos sistemas clássicos, que visam o domínio das esferas pública ou privada da vida do indivíduo, o totalitarismo busca a dominação total do ser humano e apaga a divisão entre as esferas.
2. O terror é o fundamento do totalitarismo porque, no governo totalitário, a dominação completa do ser humano pelo terror torna dispensáveis os princípios buscados pelos sistemas clássicos de governo. O totalitarismo se legitima fora das convenções humanas (legalidade e ilegalidade, justiça e injustiça, etc.). Assim, por meio do terror, o totalitarismo não se dispõe ao debate ou ao controle humano.
3. Há muitas relações que podem ser feitas entre o poema e o conceito de totalitarismo. Um ponto importante que se espera que a resposta contemple é o papel da propaganda, referido de diversas formas no poema, de acordo com o modo de funcionamento do totalitarismo.
4. Criação burguesa do século XVII, a disciplina é um tipo de poder que age sobre os indivíduos e seus corpos. Essa tecnologia de poder é utilizada em “instituições disciplinares” (a fábrica, o exército, a prisão, o hospital, o hospício, etc.), cuja função é disciplinar os corpos, por meio do tratamento

individualizado, vigiado, punitivo, violento, repressor e impositivo, e o objetivo é reconfigurar o indivíduo segundo as necessidades sociais e as expectativas desejadas. Já o biopoder é uma tecnologia criada no século XVIII, no contexto do Estado moderno, que designa a administração da vida e da morte dos indivíduos de uma sociedade. Ele é complementar à disciplina, porém diferencia-se dela ao dispor o poder não apenas sobre indivíduos isolados, mas também sobre grandes grupos de indivíduos já disciplinados, de modo massificante e controlado, dentro de um contexto de políticas de bem-estar social.

5. Sim. Segundo Deleuze e Guattari, em termos políticos, a “sociedade de controle” se aproxima do totalitarismo porque visa ao mesmo objetivo, isto é, o controle absoluto da vida das pessoas. Para isso, a “sociedade de controle” fornece às pessoas os meios pelos quais serão isoladas, controladas e vigiadas. Exemplos disso são os sistemas de vigilância por câmera e as tecnologias informacionais (celulares, computadores, redes sociais, etc.), oferecidas às pessoas como benfeitorias ou inovações tecnológicas, promotoras da segurança pública e da comunicação.
6. Resposta pessoal que exige pesquisa. Espera-se que a resposta contemple os conteúdos expostos neste capítulo e os conhecimentos do estudante sobre os acontecimentos políticos recentes, que se apropriaram politicamente desses meios (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, etc.).
7. Os sistemas totalitários enfrentam os sistemas democráticos e os destroem. Enfrentar a violência é o grande desafio para a democracia. Se ela se utilizar da violência para enfrentar o totalitarismo, será um novo totalitarismo. Seu problema consiste, então, em enfrentar e vencer os totalitarismos sem fazer uso da violência.
8. Dissertação filosófica; trabalho pessoal.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é vincular o pensamento de Maquiavel ao seu contexto histórico, político e filosófico, sintetizados no Renascimento. Pretendeu-se mostrar que a realidade política da atribulada Florença está na base das reflexões do autor, que segue o espírito de seu tempo em seu pensamento, recusando as propostas da teologia-política medieval. Sempre que se trata de Maquiavel, é necessário evitar

as simplificações, ou seja, considerar que o autor prega a maldade ao recusar o fundamento cristão para a política. Para tanto, é importante enfatizar que Maquiavel recomenda ao príncipe ações bondosas quando estas lhe parecerem vantajosas e, sobretudo, que ações más do príncipe não tornem seus adversários homens bondosos. Pretende-se aqui mostrar aos alunos que o âmbito da política, se considerado como âmbito humano, ou seja, sem interferência divina, é refratário a ideias simplistas de bom e mau. Nem os Médici, nem os Pazzi, nem Savonarola são totalmente bons ou maus.

1. O pensamento medieval submetia a política ao cristianismo, baseando-se na Bíblia. Maquiavel, por sua vez, rejeitou este princípio para a política. Sua teoria política partiu da realidade humana e baseou suas análises na realidade da política ensinada pela história, sobretudo a de Roma. Ou seja, ele colocou o ser humano, com seus defeitos e qualidades, no centro de sua reflexão.
2. Maquiavel rejeita que a ideia cristã de bondade seja o critério de ação do bom príncipe e, assim, abre espaço para que o príncipe aja com maldade quando for conveniente para sua manutenção no poder. Nesse sentido, pode-se dizer que uma ação maquiavélica é má. Entretanto, Maquiavel nunca disse que o príncipe deve sempre agir com maldade. Ao contrário, o autor sugere que os príncipes ajam com bondade sempre que julgarem necessário. Nesse sentido, o adjetivo é inadequado.
3. Resposta pessoal.

Um diálogo com sociologia, geografia, história e língua portuguesa

1. Espera-se que o estudante seja capaz de identificar as diferenças na construção dos dois textos jornalísticos e de mostrar que elas estão relacionadas a diferentes posições ideológicas.
2. Resposta pessoal, baseada na argumentação, que deve fazer uso dos conceitos estudados na unidade.
3. Resposta pessoal, baseada na argumentação, que deve fazer uso dos conceitos estudados na unidade.
4. Trabalho aberto, a ser realizado com pesquisas individuais.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. A resposta correta será a soma dos números associados às alternativas corretas. No caso, $1 + 2 + 8 = 11$.
2. E
3. A resposta correta será a soma dos números associados às alternativas corretas. No caso, $1 + 2 + 4 = 7$.
4. B
5. E
6. E
7. Questão dissertativa. A resposta deve evidenciar que há em Tomás de Aquino um pensamento político ligado à religião, enquanto em Maquiavel há um pensamento político realista.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

1. (Fuvest, 2007 – 2ª fase)

Muitos políticos olham com desconfiança os que se articulam com a mídia. Não compreendem que não se faz política sem a mídia. Jacques Ellul, no século passado, afirmava que um fato só se torna político pela mediação da imprensa. Se 20 índios ianomâmis são assassinados e ninguém ouve falar, o crime não se torna um fato político. Caso apareça na televisão, o que era um mistério da floresta torna-se um problema mundial.

GABEIRA, F. *Folha de S. Paulo*. (Adaptado).

- a) Explique a distinção, explorada no texto, entre dois tipos de fatos: um relacionado a “mistério da floresta”, e outro relacionado a “problema mundial”.
 - b) Reescreva os dois períodos finais do texto, começando com “Se 20 índios fossem assassinados...” e fazendo as adaptações necessárias.
 - c) Comente a frase: “Não compreendem que não se faz política sem a mídia” (adap.).
2. Transcrevemos, a seguir, os versos finais da canção *Podres poderes*, de Caetano Veloso, exposta nessa unidade; um poema de Bertolt Brecht; e uma explicação conceitual da palavra **poder**. Leia com atenção, reflita e responda às questões propostas.

Podres poderes

[...]

Enquanto os homens exercem seus podres poderes

Morrer e matar de fome de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais
Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo
Daqueles que velam pela alegria do mundo
Indo e mais fundo
Tins e bens e tais

VELOSO, Caetano. “Podres poderes”.
In: *Velô*. Polygram, 1984.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável.

Bertolt Brecht (1898-1956), teatrólogo e poeta alemão.

Poder (lat. vulgar *potere*). Capacidade, faculdade, possibilidade de realizar algo, derivada de um elemento físico ou natural, ou conferida por uma autoridade institucional. Ex.: poder criador, poder do fogo de derreter a cera, poder de nomear e demitir, etc. Em um sentido político, examina-se o fundamento do poder, do exercício do domínio político, seja na força: poder ditatorial, poder militar, seja em uma autoridade legitimamente constituída: poder constitucional.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo.
Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro:
Zahar Ed., 1996. p. 215.

- a) Explique o significado de naturalizar os acontecimentos e comente as consequências para as relações humanas.
- b) Podemos classificar como natural aquilo que se refere ou pertence à natureza, que por ela é produzido, sem a intervenção ou o trabalho humano. Em pesquisas científicas, os cientistas podem afirmar que os resultados e aplicações desses conhecimentos pela sociedade são naturais? Comente.
- c) Explique as diferenças entre poder de arbítrio e poder arbitrário, e comente o verso: “Em que o arbitrário tem força de lei”.

3. Observe a tirinha, leia o texto e responda às questões.



DAHMER, André. *Malvados*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#14/1/2013>. Acesso em: 16 jan. 2013.

[...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. p. 183-184.

- Explique as diferenças entre a ideia de “rede” comentada no texto e na tirinha.
- Comente as ideias centrais do texto. Você concorda com o conceito de poder apresentado pelo filósofo Michel Foucault? Justifique a sua opinião.

UNIDADE 5. PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

A última unidade do livro está dedicada a pensar sobre os problemas contemporâneos enfrentados pela filosofia. O primeiro capítulo tematiza, de modo mais geral, as questões contemporâneas da ciência e do conhecimento. O segundo foca na problemática política e nos desafios de realizar uma democracia de fato. Por

fim, o terceiro explora os dilemas e os problemas éticos de nossos dias. A intenção é que o enfrentamento dessas problemáticas em sala de aula ajude a desenvolver nos estudantes uma experiência de pensamento filosófico, como exercício do pensamento conceitual.

■ Capítulo 1. Quais são os limites do conhecimento e da ciência?

Quais são os limites da ciência? O conhecimento pelo conhecimento pode/deve estar acima dos benefícios que ele traz para a humanidade? O capítulo questiona esse tipo de problema. Para a sensibilização, foi proposto o filme *Gattaca: a experiência genética*, uma ficção científica que toca justamente na questão de como o conhecimento proporcionado pelo avanço das ciências pode interferir na vida das pessoas. A sugestão é que o filme seja visto e debatido com foco nessa problemática.

Como alternativa, pode-se trabalhar com a canção “Ogodô ano 2000”, de Tom Zé, que tem um trecho reproduzido no livro do aluno. Após escutar a música, pode-se debater a mistificação da ciência na contemporaneidade, como forma de expor seus limites e os embates com esse conhecimento.

A seção *A filosofia na história* passa pelo positivismo de Comte e suas decorrências para a ideia de uma autonomização e neutralidade da ciência, bem como pela construção, ao longo do século XX, daquilo que se convencionou a chamar “tecnociência”. Em seguida, focaliza a emergência das chamadas ciências humanas e os problemas metodológicos que elas implicam. As ciências humanas são abordadas com base na perspectiva construída por Foucault em *As palavras e as coisas*. A seção é finalizada com a abordagem contemporânea de Bruno Latour às relações entre ciência e política.

Os textos escolhidos para aprofundar a problemática em *Trabalhando com textos* são de dois autores contemporâneos, que transitam na interface ciência/filosofia. Um trecho de Isabelle Stengers focaliza a questão do interesse e das relações de poder no desenvolvimento dos conhecimentos científicos, enquanto o trecho de Edgar Morin trata das questões éticas relativas à produção da ciência.

Na seção *Em busca do conceito*, procurou-se trabalhar com atividades mais complexas e com maior carga de leitura de textos. Chamamos atenção para a última atividade proposta, a ser realizada em grupo, que pressupõe a leitura de textos de problematização da atividade científica contemporânea, pesquisa sobre temas específicos e debate coletivo. Para a realização da dissertação filosófica, é proposto o tema “Desafios da ciência contemporânea: limites e possibilidades”, que é propositalmente aberto e abrangente, de forma que o professor possa verificar a capacidade dos alunos de se colocarem na abordagem do tema, recortando um aspecto e trabalhando de forma argumentativa.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Promova uma sessão do filme *O jardineiro fiel*, indicado no livro do aluno. Como alternativa, pode-se solicitar aos alunos que assistam ao filme em casa. Organize um debate sobre o tema do filme: os testes de medicamentos em populações pobres de países africanos. Após o debate, problematize se esse tipo de conhecimento científico está a serviço do bem-estar da humanidade ou estritamente a serviço da produção de lucros para os investidores. A atividade deverá ser finalizada com a redação de um texto argumentativo individual.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.

MORAIS, R. de. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STENGERS, I. *Quem tem medo da ciência? – ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. O cientista precisa despertar o interesse dos outros em suas pesquisas porque, sendo um estrategista político de interesses, ele deve conseguir, por meio de vínculos, os aliados que puderem lhe ajudar, proporcionando-lhe condições favoráveis à realização de seus projetos de inovação científica historicamente relevantes.
2. Segundo a autora, as relações entre ciência e política são fundamentalmente éticas, pois envolvem poder (Estado e ciência), ética (prática científica) e interesse (cientistas, Estado e sociedade).
3. As questões políticas interferem na ciência por meio da capacidade das ciências de propor questões e gerar respostas singulares sobre um aspecto presente na própria sociedade, isto é, sobre o arranjo de forças sociais que giram em torno dos interesses. O cientista que deseja realizar uma pesquisa inovadora e relevante deve antes considerar um aspecto político a ser integrado à sua pesquisa, a fim de despertar os interesses do público e de quem mais puder lhe ajudar na realização de seu projeto. O caso do biólogo que vincula sua pesquisa ao problema da Aids é um exemplo disso. O caso de Lyssenko, segundo a autora, um exemplo moralmente negativo, mas válido no nosso caso, também ilustra a interferência das questões políticas na ciência, uma vez que o cientista russo mobilizou o poder do Estado soviético contra outros cientistas. Já no caso hipotético do cientista que detém o conhecimento do composto com potencial bélico, a prioridade do político sobre o científico pode ser notada na ação moral do cientista, que engana os militares mediante a possibilidade de sua descoberta científica ser utilizada para fins políticos violentos. O inverso também acontece. Esse último aspecto do caso hipotético dado pela autora do texto diz respeito à primazia da ciência sobre a política, visto que uma inovação científica aplicada militarmente pode atribuir ao Estado um poder desmesurado e definir tragicamente o destino de milhares de pessoas.

Texto 2

1. A condição para que os cientistas recuperem o controle intelectual sobre a ciência é a reforma do modo de pensar.

2. Os “dois deuses” são antagônicos porque, enquanto o primeiro deus, o da ética do conhecimento, faz a exigência de que o cientista submeta a natureza a uma dominação aniquiladora para se alcançar novas descobertas na ciência, o segundo deus, o da ética cívica e humana, faz a exigência de que ciência seja produzida mediante uma prática que respeite a natureza em todas as suas formas de manifestação de vida.
3. A “árvore do conhecimento” (imagem presente no Gênesis, o primeiro texto da Bíblia cristã, que versa sobre a origem do mundo) pode ser interpretada como metáfora do estado atual da ciência. Em nome das grandes conquistas científicas – os pesados frutos –, a ciência foi e ainda é posta em prática para além dos limites éticos, o que pressupõe a perda histórica do controle intelectual sobre a ciência. Esse conhecimento desimpedido de seus limites éticos guarda um potencial destrutivo e dominador, significado na imagem da queda da árvore. É possível que sua queda seja interpretada como consequências nocivas da prática científica, que recaem sobre a própria humanidade (Adão e Eva) e sobre a natureza (árvore e serpente), em forma de sacrifício (queda da árvore e esmagamento de todos que se encontram sob ela).
3. Tecnociência é um conceito que diz respeito ao conhecimento científico produzido em um contexto atual, no qual ciência e tecnologia, isto é, conhecimentos científicos e sua aplicação, não são mais compreendidos como separados, mas, sim, juntos. Esse conceito, portanto, vai contra a noção de neutralidade da ciência, baseada na afirmação da existência da separação.
4. Foucault trabalha o surgimento das ciências humanas com base no conceito de episteme, advertindo que não há um progresso histórico do conhecimento científico e do pensamento, como afirma o positivismo, mas, sim, a constituição de diferentes epistemes em distintos períodos históricos. Das epistemes, nascem os saberes de cada época, sendo este um conceito que inclui, não apenas os conhecimentos científicos, alvo principal do interesse do positivismo, mas também aqueles que não são científicos.
5. a) Há problemas de método nas ciências humanas porque seu objeto – isto é, os fatos humanos – é muito variável, pois se trata das ações humanas.
b) Os problemas são concentrados em torno da tentativa de cientificizar ao máximo as humanidades, de se alcançar a objetividade do método científico. Ao tentar submeter as ações humanas a um método único, o método científico, normalmente aplicado a um objeto constante ou pouco variável, há uma incompatibilidade entre instrumento de investigação e objeto. Como consequência do uso indevido de um método incompatível com seu objeto, leis e regras são postuladas como válidas, invariáveis e necessárias, quando, historicamente, se revelam inválidas, incompatíveis e incoerentes. Esse problema é enfrentado pelas ciências humanas por meio da criação de métodos analíticos, que se baseiam no método científico, sem perder de vista a preocupação de adequá-lo às especificidades de seu objeto, isto é, as ações humanas (fluidas, mutantes e inconstantes).

Atividades

1. O cientificismo e a noção de neutralidade (ambas tendências positivistas) interferiram nas reflexões sobre os limites da ciência de modo profundo. A primeira, pela valorização excessiva da ciência, o que incentivou sua adoção como padrão absoluto e ilimitado aos outros saberes, durante o século XIX; a segunda, pela ideia de que os conhecimentos da ciência são neutros, isto é, não são nem bons nem ruins. Se a ciência não deve ser submetida a este julgamento, então é a aplicação da ciência que precisa ser analisada. Afinal, segundo essa noção, é a tecnologia que se encarrega de dar ao conhecimento um uso prático, que pode visar a fins bons (pacíficos) ou ruins (não pacíficos).
2. A valorização excessiva da ciência promovida pelo positivismo fez nascer a crença de que, uma vez submetidos à necessidade e à eficácia do método científico da física, os problemas sociais poderiam se tornar cientificamente apreendidos e explicados. Por isso, em seus primórdios, a sociologia ficou conhecida como física social.
6. É possível estabelecer várias relações entre ciência e política. Neste capítulo, a relação mais forte entre esses saberes pode ser compreendida por meio do conceito de tecnociência. Com o avanço do conhecimento científico ao longo dos séculos XIX e XX, a aplicação bélica das descobertas da química e da física deram, por exemplo, aos países totalitários e às superpotências capitalistas um poder de destruição sem precedentes na história.

7. a) e b) Exigem pesquisa do aluno. Respostas pessoais.
8. Texto dissertativo. Resposta pessoal.
9. a), b) e c) Atividade em grupo, que exige pesquisa.

■ Capítulo 2. Quais são os desafios políticos contemporâneos?

Para problematizar os desafios políticos contemporâneos, propusemos como sensibilização um trabalho com o filme *V de vingança*. Trata-se de um filme baseado em uma série de quadrinhos, com linguagem atual e dinâmica, ao gosto dos adolescentes. Embora seja uma ficção, coloca a problemática política atual de modo bastante direto, e permite ao professor iniciar um proveitoso debate com os alunos, em torno dos limites da democracia, da frágil separação entre participação e manipulação, do atendimento às necessidades dos cidadãos e do totalitarismo. Coloca também em discussão as formas de resistência política: faz sentido agir violentamente contra a violência?

Na seção *A filosofia na história*, optamos por trabalhar com dois dos principais pensadores políticos contemporâneos, o italiano Antonio Negri e o francês Jacques Rancière. De Negri, destacamos a formulação da noção de Império como a forma política contemporânea de um mundo global. Para esse autor, se o Império significa uma nova forma de dominação, abre também possibilidades de realização democrática, que ele defende em torno do conceito de “multidão”, reformulado com base em Espinosa. Com Rancière, problematizamos o próprio conceito de democracia, tomado por ele como a realidade da política. Sua crítica da forma política das sociedades contemporâneas é bastante interessante e desafiadora, motivando a pensar no que significa, hoje, fazer política.

A intenção do capítulo não é defender o ponto de vista de um ou de outro autor apresentado, mas, com eles, colocar em debate as questões políticas contemporâneas, possibilitando aos estudantes que não caíam facilmente nos discursos fáceis e vazios das propagandas políticas midiáticas. Além disso, espera-se, com a filosofia, fornecer ferramentas conceituais para uma problematização do presente, a fim de produzir uma cidadania ativa e consciente.

Na seção *Trabalhando com textos*, foram escolhidos trechos de um texto de Negri e de um texto de

Rancière, para aprofundar, com a leitura dos próprios autores, as dimensões conceituais trabalhadas ao longo do capítulo. Não são textos simples, mas acreditamos na capacidade dos estudantes de assimilá-los, com a intermediação do professor e das ferramentas apresentadas.

Na seção *Em busca do conceito*, uma vez mais exploramos atividades que precisam da participação ativa e da reflexão dos alunos, mobilizando-os para pensar suas atividades em redes sociais, bem como possíveis explorações políticas delas. Atividades que partem de notícias da mídia sobre política contemporânea também foram sugeridas, e pede-se ao professor especial atenção a elas. Na proposta de dissertação filosófica, reproduzimos um texto de Jacques Rancière, que discute os vários aspectos de um debate político contemporâneo na França, e desafiamos os estudantes a pensar essa questão na sociedade brasileira, por meio do enfrentamento do tema: “A presença dos símbolos religiosos na sociedade democrática laica”.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Divida a turma em grupos. Cada um deles deverá pesquisar um aspecto da globalização: econômico, social e geopolítico. Finalizada a pesquisa, peça aos grupos que apresentem o aspecto pesquisado, estabelecendo um tempo para isso. Após a apresentação de todos os grupos, organize um debate sobre os efeitos da globalização na política contemporânea. Essa atividade pode ser complementada com um debate sobre o filme *A batalha de Seattle*, sugerido no livro do aluno, que retrata os primeiros movimentos sociais antiglobalização.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante – cinco lições de emancipação intelectual*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Negri compreende a política relacionada como biopolítica, isto é, como algo que diz respeito à produção da vida social, que abarca os planos econômico, político e cultural, nos quais as singularidades compõem a multidão.
2. As diferenças fundamentais existentes entre as concepções moderna e pós-moderna de política são as seguintes: enquanto a primeira considera a soberania e o Estado elementos primordiais do exercício do poder e da organização social, a segunda compreende a política nos termos da biopolítica, cujos conceitos de soberania, poder constituinte e Estado dão lugar aos conceitos de multidão, pluralidade e constelação.
3. O povo pode instituir uma política por meio da cooperação e da produção de uma nova pluralidade, que supere a falsa ideia de soberania e quebre com as medidas e os limites presentes em uma democracia representativa.

Texto 2

1. Enquanto a política não é uma forma de poder, mas, sim, uma ação paradoxal e uma ideologia, isto é, uma das formas de dominação, a política é uma constituição simbólica do social, que diz respeito à partilha do sensível e aponta para uma solução dos problemas da política atual.
2. Sim, porque por meio do conceito de política compreendemos as deficiências contidas na política.
3. Segundo Rancière, a política exclui tudo aquilo que manifesta diferenças, seja definindo os sujeitos políticos com base em sua lógica de funcionamento, seja instituindo formas de relação que não são sensíveis às diferenças preexistentes na sociedade, por meio da democracia.
4. Para Rancière, o consenso é a anulação da política, porque ele é produzido à força ou institucionalmente por meio da supressão das diferenças. A política só terá relevância social quando puder proporcionar a igualdade nas diferenças, acolhendo, assim, o dissenso.

Atividades

1. O conceito de império é a forma política da soberania na pós-modernidade, que exerce seu poder globalmente. É supra-histórico; atua em todas as esferas sociais, opera pela biopolítica; e atua em nome da paz mesmo quando, para defender seus interesses, declara e promove guerras. Esse conceito pode ajudar a compreender o mundo atual pela sua capacidade de descrever e explicar a lógica de funcionamento de um tipo de exercício de poder, que é autoritário, nocivo à sociedade e se encontra vigente.
2. Há muitas relações entre biopolítica, sociedade de controle e império possíveis de serem mencionadas nessa resposta. Talvez a principal diga respeito à capacidade que o conceito de biopolítica tem de diagnosticar as atuações do império, por meio das instituições de uma sociedade de controle, concretizadas em ações militares, econômicas, políticas, médicas, jurídicas e midiáticas, que visam controlar a vida dos indivíduos.
3. Como partilha do sensível, a política entende o mundo não como uma unidade, mas como multiplicidade de diferentes formas de sentir e viver, que devem ser partilhadas pela sociedade, a fim de que as diferentes pessoas possam viver em igualdade e liberdade.
4. O dissenso ou desentendimento diz respeito à multiplicidade das formas de sentir e viver a vida, que, em conflito, compõem e fundamentam a existência dos diferentes mundos sociais. Essa noção alicerça a política e dá uma orientação contrária ao funcionamento da política atual, que visa suprimir o desentendimento, excluir e restringir as vozes que discordam da ordem social vigente.
5. A emancipação intelectual e a emancipação política são análogas, pois, assim como deve-se considerar que na educação todos os indivíduos são iguais em inteligência, para que possa haver um processo de aprendizado emancipado, na política, para que a emancipação seja alcançada, é preciso que os atores políticos se entendam como iguais.
6. Resposta pessoal. Para essa atividade, espera-se a mobilização de conceitos trabalhados no capítulo, tais como os de poder, império, dissenso e multiplicidade, para a análise dissertativa da canção. Por meio do uso deles, espera-se a compreensão

de como as diferentes concepções de Negri e Rancière se referem a problemas presentes em um mundo globalizado e atual, marcado por conflitos, desigualdades e multiplicidades.

7. As questões demandam pesquisa e resposta pessoal.
8. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.
9. As questões demandam resposta pessoal e pesquisa. Para essa atividade, espera-se, por meio do estudo dos dados da proposta, do exercício da pesquisa e da análise do material coletado à luz dos conceitos de Negri e Rancière, a compreensão ampla sobre os pontos negativos e positivos que os meios de comunicação tecnológicos guardam, sob um contexto informativo e político.
10. Resposta pessoal, com base em pesquisa.

■ Capítulo 3. Os desafios éticos contemporâneos

Este capítulo trabalha as questões éticas atuais, apresentando-as em três blocos: bioética; ética nos negócios e na política; e ética ambiental. A sensibilização é feita em torno de um dos problemas centrais da bioética, a eutanásia, por meio de um filme que narra a trajetória do médico que a defendeu nos Estados Unidos, o Dr. Jack Kevorkian. Outra possibilidade é problematizar a ética da pesquisa científica ao manipular geneticamente algumas espécies. Nesse caso, um filme bastante interessante, do qual se podem selecionar apenas algumas cenas para exibição em sala de aula, é a ficção científica *Splice – a nova espécie* (direção de Vincenzo Natali. Canadá/França, 2009, 104 min).

Na segunda parte da seção *A filosofia na história*, trabalha-se com a temática da ética nas empresas. Comenta-se o caso do escândalo da Enron, nos Estados Unidos. Há um interessante documentário, *Enron: os mais espertos da sala*, do qual podem ser selecionadas algumas cenas para esse momento do capítulo. A discussão central é feita com base nas análises críticas realizadas por Gilles Lipovetsky. Ainda nessa parte, articula-se a perspectiva ética com as sociedades democráticas, explorando os pensamentos de Levinas e de Habermas.

A terceira parte está centrada no debate dos problemas da relação do ser humano com a natureza, e traz a contribuição do pensamento original e instigante de Michel Serres. O filósofo propõe enfrentar a pro-

blemática ambiental por meio daquilo que denomina um “contrato natural”, que modifica nossa relação com a natureza.

A subseção *Trabalhando com textos* traz textos de filósofos para cada um dos três blocos do capítulo. Para o primeiro bloco, propomos um texto do polêmico Peter Singer, problematizando como os ricos tratam os pobres e as questões éticas aí implicadas. Para o segundo, há um trecho de Gilles Lipovetsky, problematizando o fenômeno contemporâneo da ética nos negócios. Já o terceiro bloco dialoga com um trecho de Michel Serres. A sugestão ao professor é que se trabalhe cada texto juntamente com cada parte do capítulo, solicitando aos alunos que, após leitura e discussão, respondam às questões e escrevam uma pequena síntese dele.

A seção *Em busca do conceito* também procura contemplar cada um dos blocos que estruturam o capítulo, apresentando questões de compreensão e reflexão, propostas de atividades de pesquisa e de diálogo com textos da mídia. Como dissertação filosófica, deixamos à escolha do estudante explorar um dos três eixos problemáticos do capítulo, mas o professor pode optar por um trabalho induzido por uma das temáticas ou mesmo pela exploração das três.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Apresente o documentário *Criança, a alma do negócio* (direção de Estela Renner. Brasil, 2008, 50 min) e promova um debate sobre as questões éticas implicadas pela propaganda.
2. Com base no documentário *Super size me – a dieta do palhaço* (direção de Morgan Spurlock. Estados Unidos, 2004, 100 min.), organize um debate sobre as questões éticas no âmbito da alimentação. Como compreender o predomínio das redes de *fast food*, que alguns denominam, ironicamente, de “mcdonaldização dos costumes”?
3. Discuta com os estudantes se na escola há um lugar para cultivar uma horta ou jardim. Estimule-os a produzir espaços alternativos para cultivar alguns produtos, como verduras e ervas, que podem ser utilizados na confecção da merenda ou de lanches. Com base nessa experiência, debata a relação ética que mantemos com a alimentação e como isso afeta em nossa relação com os outros.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A sociedade pós-moralista*. São Paulo: Manole, 2005.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. *O mal limpo – poluir para se apropriar?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SINGER, P. *Vida ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

VON ZUBEN, N. A. *Bioética e tecnociências*. Bauru: Edusc, 2006.

INDICAÇÃO DE VÍDEO

Em novembro de 1999, o filósofo Michel Serres participou de uma interessante entrevista no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em que expôs seu pensamento sobre temáticas atuais. A entrevista, com aproximadamente 85 minutos de duração, está disponível no acervo da emissora, podendo ser obtida em formato DVD. Constitui-se um rico material para pensar questões éticas contemporâneas.

COMENTÁRIOS E RESPOSTAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Resposta pessoal.
2. Resposta pessoal.
3. Resposta pessoal.

Texto 2

1. Segundo Lipovetsky, há quatro grandes fatores que levaram ao surgimento de uma “ética nos negócios”: o primeiro foi o acontecimento de uma série de catástrofes e perigos que contribuíram para a conscientização relacionada à preservação do meio ambiente e da segurança dos seres humanos; o segundo foi o novo modelo econômico capitalista, oriundo das políticas neoliberais dos anos 1980; o terceiro é a ascensão das preocupações éticas no mundo empresarial aliadas ao *marketing*; e o quarto fator é a promoção da cultura empresarial. Essa ética responde aos interesses capitalistas, na medida

em que traz segurança às empresas e aos seus consumidores, atrai os clientes para a efetivação de negócios por meio da criação de um clima de confiança, produz novos nichos mercadológicos e produtos impulsionados pelo *marketing* da ética e adequa o funcionamento das empresas às novas demandas capitalistas pela centralização do trabalhador na empresa e pela promoção dos recursos humanos.

2. O autor se refere à reviravolta criada pela “ética na empresa”, que não dispôs as virtudes e os valores a serviço da moral, mas instrumentaliza a ética segundo os interesses capitalistas das empresas, visando ao aumento da produção, da venda e do lucro.
3. Para Lipovetsky, a ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência pesada da pós-modernidade, porque é próprio da ordem neoliberal na pós-modernidade a criação de tendências comportamentais e fenômenos econômicos passageiros, consumistas e individualistas, sempre passíveis de serem reinventados pelas empresas e de serem instrumentalizados segundo os interesses comerciais. A segunda parte da resposta é pessoal.

Texto 3

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta leve em consideração os apontamentos dados por Serres em seu texto.
2. Não, porque elas se reportam a outros tipos de fenômenos e saberes que são muito abstratos e distantes do vocabulário comum à meteorologia.
3. Uma filosofia atenta aos fenômenos naturais poderia enfrentar os problemas ambientais propondo uma reflexão teórica e, sobretudo, prática, com orientações éticas voltadas para um agir consciente, que nos conduza para além da atual relação alienada, fetichizada e de dominação, que mantemos com a natureza.

Atividades

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta tome como base as reflexões e conceitos da bioética trabalhados neste capítulo.
2. A relação entre a “ética nos negócios” e os princípios da sociedade democrática reside na estratégia de um jogo político, por meio da qual os funcionários e os clientes são vistos como cidadãos,

e a própria empresa se apresenta como cidadã, alegando ser partícipe da vida social. Dentro desse contexto, as empresas põem em prática a “responsabilidade social”, que consiste em iniciativas de cunho público, como financiamentos de projetos sociais, ligados diretamente ou não à empresa.

3. Por meio das reflexões éticas do filósofo Emmanuel Levinas, centradas nos conceitos de proximidade e responsabilidade, podemos pensar no quanto o individualismo da vida cotidiana e a singularidade das leis nos distanciam do outro (alteridade) ser, pelo qual tanto o Estado como os seres humanos, em geral, são responsáveis, mas atualmente sofrem com o desrespeito social e a omissão político-jurídica. Já por meio das reflexões éticas do filósofo Jürgen Habermas, fundamentadas no conceito de razão comunicativa, podemos pensar no potencial que uma ética de cunho comunicativo tem para descolonizar o mundo da vida (reprodução simbólica) das demandas do sistema (reprodução material), proporcionando um diálogo mais direto e livre, rumo a um consenso democrático emancipatório.
4. Resposta pessoal.
5. Para essa atividade, é possível elencar muitas diferenças entre as concepções éticas de Habermas e Rancière. Resumidamente, as principais diferenças se dão em decorrência do significado que cada pensador dá aos conceitos de consenso e dissenso. Habermas acredita que o consenso é a expressão democrática de diferentes vozes e diferentes demandas, contrárias às ações e aos procedimentos não comunicativos, que colonizam o mundo da vida, padronizando-o e instrumentalizando-o. Para ele, o consenso é resultado do exercício de uma ética discursiva orientada em princípios de uma razão discursiva, da qual todos os diferentes indivíduos são dotados e devem exercer livremente em nome da democracia e de sua emancipação. Já Rancière ressalta o dissenso como algo democrático e contrário ao consenso produzido pela democracia representativa vigente. Esta privilegia o consenso dentro de uma organização e distribuição do poder desiguais e exclusoras. Por isso, para Rancière, o dissenso é o exercício realmente democrático que contempla a multiplicidade de formas de sentir e viver o mundo, que extrapolam as determinações da ordem vigente. O dissenso busca a igualdade e a liberdade na diferença, no entanto, tende a ser su-

primido pela ordem democrática vigente, que visa apenas ao consenso.

6. Resposta pessoal. Espera-se a articulação crítica da análise do trecho fornecido, dos conteúdos estudados neste capítulo e dos conhecimentos pessoais do estudante referentes aos problemas da bioética.
7. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta contenha uma articulação crítica da análise do trecho fornecido, dos conteúdos estudados neste capítulo e dos conhecimentos pessoais do estudante referentes aos problemas da bioética.
8. As questões demandam pesquisa e resposta do grupo.
9. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta articule as reflexões críticas trabalhadas em todo o livro sobre a relação entre ética, moral e capitalismo, bem como as reflexões do estudante sobre o assunto.
10. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.
11. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.

A filosofia na história

Essas atividades propõem despertar nos alunos uma visão crítica, mas não catastrofista, da ciência moderna. Deve-se atentar para o fato de que os problemas causados pela ciência não se devem apenas ao “mau uso” do conhecimento e da técnica. É importante enfatizar que há certos elementos não humanos e irracionais dentro da estrutura da ciência, que podem avançar cegamente se deixados por si mesmos. O isolamento do sujeito do conhecimento na ciência moderna se harmoniza com a frieza do número, que pode crescer infinitamente e deformar objetos finitos (como as pessoas, a natureza ou a Terra) se aplicados sobre eles. Pretende-se também abordar, ainda que apenas inicialmente, certa tendência atual a modificações do corpo com o auxílio da ciência. Essa discussão tem sido feita atualmente por filósofos, por meio de ideias como a de “pós-humano” e “ciborguização”. Nessa seção, a abordagem baseou-se naquilo que Arendt chama de “revolta contra a condição humana”. As obras do artista plástico Sterlac podem auxiliar na ilustração desse ponto.

1. Há várias possibilidades de resposta a essa questão. Podem-se listar exemplos do aumento da produtividade de bens de consumo e dos avanços das ciências, da comunicação, dos transportes, entre vários outros ramos.

2. Durante os séculos XVIII e XIX, por exemplo, com a invenção e o desenvolvimento dos modelos de motores a vapor, as áreas verdes e a qualidade do ar em vários países capitalistas (sobretudo os europeus) foram reduzidas drasticamente. No final do século XIX e início do XX, o desenvolvimento da eugenia, em grande medida, foi direcionado para o fundamento da dominação europeia sobre os continentes africano e asiático. Nesse contexto, povos e culturas foram submetidos a ações violentas de autoridades políticas, com o aval de autoridades científicas. Essas ações vão desde o trabalho forçado até a dizimação de comunidades inteiras submetidas a testes biológicos. No século XX, as técnicas de manipulação química e atômica deram ensejo à fabricação de armas letais de destruição em massa, que foram largamente utilizadas em várias guerras travadas ao longo do século.
3. Há várias possibilidades para essa resposta, que se baseiam na bagagem cultural de cada aluno.

Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa

1. A atividade demanda pesquisa e resposta pessoal.

2. A resposta demanda pesquisa. Espera-se que a explicação da frase em destaque indique que o autoritarismo, a corrupção e a violência presentes na ditadura e no despostismo, duas formas de governo fundamentalmente antidemocráticas, são concretizadas em políticas altamente desiguais e exclusoras. O que afeta diretamente as questões de interesse público e as condições que garantem o bem-estar e o suprimento das necessidades básicas de uma população, tais como alimentação e saúde, entre outras.

3. Resposta pessoal.

4. Resposta pessoal.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. E
2. D
3. D
4. D
5. A resposta será a soma dos números associados às alternativas corretas. Neste caso, $2 + 4 = 6$
6. B
7. Produção textual do aluno.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

Agrotóxicos

Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial; gasto em 2011 chegou a R\$ 14 bilhões

Na contracorrente dos países desenvolvidos, onde há forte tendência de redução no uso de agrotóxicos por conta dos danos diretos à saúde humana e impactos ambientais preocupantes, a agricultura brasileira ostenta números nada admiráveis: em 2011, as vendas de agrotóxicos no país alcançaram cerca de R\$ 14 bilhões, um aumento de mais de 72% entre 2006 e 2012, e o consumo médio por hectare saiu de 7 para 10,1 quilos, em um salto de 43,2%. Desde 2008, o Brasil ocupa a primeira posição no consumo mundial, quando ultrapassou os Estados Unidos. Atualmente, é responsável pelo consumo de 1/5 dos agrotóxicos produzidos no mundo e, entre 2000 e 2010, enquanto o mercado mundial de tais produtos subiu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Co-

memorando, certamente, estão as 130 empresas produtoras de defensivos agrícolas que atuam no país.

Os defensores do uso de agrotóxicos alegam que o consumo no país é alto porque a área plantada é muito extensa. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2011/2012, a área cultivada com grãos, fibras, café e cana-de-açúcar foi de 81,7 milhões de hectares. Outro argumento é que, nos últimos 20 anos, a safra de grãos tem batido recordes sucessivos de produtividade. A produção de soja, por exemplo, saltou de 15,4 milhões de toneladas na safra 1980/1981 para 75,3 milhões de toneladas na safra 2010/2011, ganho atribuído, em parte, ao combate sistemático de pragas e doenças. Argumenta-se, ainda, que o Brasil tem clima tropical, o que favorece a proliferação de ervas daninhas, fungos, insetos, bactérias e vírus.

À sociedade fica o papel de avaliar se o preço pago pela população brasileira não seria alto demais para justificar um modelo que consome recursos na forma de isenção de impostos e sobrecarrega a saúde pública. Os que preconizam o uso de agrotóxicos procuram difundir o uso correto e seguro desses produtos. O desafio é garantir o uso seguro de venenos agrícolas em um país continental, onde é possível comprar o produto que estiver disponível e usá-lo sem que haja monitoramento dos efeitos no ambiente e na saúde de trabalhadores e consumidores. Além disso, nenhum estudo laboratorial pode assegurar que determinado nível de veneno é inócuo, pois, entre outros fatores, depende do estado de saúde do indivíduo que vai manipulá-lo.

Existem técnicas alternativas para combater pragas, doenças e plantas infestantes nas lavouras, mas são ainda pouco praticadas em larga escala. O

Incentivos fiscais no Brasil

O uso de agrotóxicos na agricultura teve seu primeiro grande incentivo em 1965, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava o crédito agrícola à obrigatoriedade de compra de insumos químicos pelos agricultores. Em 1975, o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas destinou recursos financeiros para a criação de empresas de insumos agrícolas. Mas, são as isenções fiscais e tributárias concedidas ao comércio desses produtos que, até hoje, impulsionam o mercado multibilionário. Desde 1997, encontra-se vigente o Convênio ICMS 100/97, segundo o qual o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a todos os agrotóxicos.

Flavia Londres, em seu livro *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*, assinala que o Decreto 6.006/06 isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos, dentre eles o glifosato, campeão de vendas, e o metamidofós, retirado de mercado em junho de 2012 pela Anvisa. Além disso, o Decreto 5.630/05 isenta da cobrança de PIS/Pasep

uso intensivo de agrotóxicos tem menos de 70 anos, certamente, e aumentou a produtividade agrícola, mas não melhorou a segurança e a soberania alimentar da humanidade. Ao contrário: hoje, quase um bilhão de pessoas são desnutridas ou subnutridas no planeta.

Porém, enquanto políticas públicas para o setor agrícola privilegiarem sistemas de produção intensivos, com monoculturas em grandes extensões de terra, visando à exportação de produtos com baixo valor agregado, os agrotóxicos serão cada vez mais necessários para combater o que não pode ser combatido por meio da biodiversidade perdida. Outro desafio a enfrentar é de ordem cultural: enquanto o consumidor preferir um produto com aparência perfeita, os alimentos oferecidos por sistemas de produção agroecológicos não ganharão escala e continuarão mais caros.

(Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) os defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e suas matérias-primas, que compreendem produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas. Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados. No Ceará, por exemplo, a isenção de impostos para atividades envolvendo agrotóxicos chega a 100%, afirma Flavia.

No Brasil, a venda de agrotóxicos é controlada. O comprador deve apresentar um receituário agrônomo assinado por engenheiro agrônomo, após vistoria da lavoura. Na prática, a situação é bem diferente. A professora Raquel Rigotto explica que “a maioria das revendas conta com um agrônomo que passa de vez em quando, às vezes uma vez por mês, para assinar receituários agrônômicos”. Ou seja, o agricultor não recebe a devida orientação e, muitas vezes, a compra não é a mais adequada para as suas reais necessidades.

ASSAD, Leonor. Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial; gasto em 2011 chegou a R\$ 14 bilhões. *Ciência e Cultura* – Revista da SBPC. Ano 64, número 4, out–dez. 2012. p. 6-8. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 abr. 2013.

1. Faça uma pesquisa sobre a composição química dos agrotóxicos e dos efeitos que cada uma dessas substâncias pode provocar no corpo humano. Redija uma redação com os dados encontrados e comente-os.
2. Faça um levantamento sobre as várias regiões agrícolas brasileiras, identificando:
 - a) o tipo de cultivo que se faz;
 - b) o uso de sementes industrializadas;
 - c) o uso de agrotóxicos.

Depois, responda: Quais são os impactos humanos e ambientais provocados em cada uma dessas regiões?
3. Você já pensou sobre a origem do alimento que você come? Como ele é produzido? Se é orgânico ou convencional? Ou, ainda, geneticamente modificado? Assista ao documentário *O veneno está na mesa*, dirigido por Silvio Tendler em 2011. Depois, faça uma pesquisa sobre a origem dos alimentos que você come. Com base nessa pesquisa, escreva uma dissertação sobre o tema: Como as pessoas poderiam melhorar a qualidade dos alimentos ingeridos?
4. Leia o texto e a estrofe da canção e, em seguida, responda às questões.

O conceito de pessoa é o tema mais importante da bioética [...] Da definição de pessoa decorre diretamente uma segunda questão: em que momento a existência humana é definida e aceita como pessoa? No momento da concepção? Na implantação do zigoto no útero? No momento do nascimento com vida? Estas questões fundamentais à filosofia, à ética, ao direito, à teologia e à política que estabelece leis, por exemplo, sobre o aborto e o uso de células-tronco para pesquisa científica [...] Estas questões filosóficas e jurídicas serão equacionadas com mais clareza e fundamentação quando a ciência biológica puder definir quando começa a vida humana. As perguntas feitas à ciência são: que é a vida? E quando começa a vida?

PEGORARO, O. Bioética: ciência e pessoa. *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 165-166.

Haiti

[...]

O Haiti é aqui – Haiti não é aqui

E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado

Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer... qualquer

Plano de educação que pareça fácil

Que pareça fácil e rápido

E vá representar uma ameaça de democratização

Do ensino de primeiro grau

E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital

E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal.

VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. "Haiti". In: *Tropicália 2*. PolyGram, 1993.

- a) Você concorda com a afirmação do autor: "O conceito de pessoa é o tema mais importante da bioética"? Como ficam estabelecidos os estudos e ações bioéticas para outras modalidades ambientais: animal, vegetal, mineral? Justifique sua resposta.
- b) Qual é o seu entendimento no verso na canção: "E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal"?
- c) Qual é a definição de vida para a biologia? Para essa área do conhecimento, quando o ser humano passa a existir: na concepção, na implantação do zigoto no útero, no processo de gestação ou no nascimento? Comente.

Anotações

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!



Este livro didático é um **material consumível**, que
pode ser **mantido com você** após o final do ano
letivo. Cuide bem do que é seu por direito.